Do Minho ao Mandovi

Um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos

Sérgio Neto

SÉRGIO NETO licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2000, com a média final mais alta desse ano, tendo-lhe sido atribuído o Prémio Eng.º António de Almeida. Em 2007, concluiu o mestrado em História Contemporânea na mesma universidade, tendo a dissertação Colónia Mártir, Colónia Modelo. Cabo Verde no pensamento colonial português (1925-1965) sido publicada pela Imprensa da Universidade Coimbra, e recebido uma menção honrosa na edição de 2010 do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea para Jovens Investigadores, da Universidade do Minho. Em 2014, concluiu o doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos – Estudos Internacionais Comparativos pela Universidade de Coimbra.
Professor do ensino básico e secundário e do ensino sénior, o autor tem vindo a desenvolver investigação sobre o colonialismo português desde 2001, altura em que ganhou o Prémio "Estímulo à Investigação", do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian. Os resultados conheceram publicação em diversos artigos e comunicações.
É investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).

A longa vida do general José Norton de Matos (1867-1955) teve na questão colonial, apesar do "Milagre de Tancos" e da sua candidatura à presidência da República, em 1949, um esteio maior. Com efeito, a sua comissão na Índia, onde dirigiu os Serviços de Agrimensura, a sua participação na missão encarregue de delimitar os limites de Macau, assim como os cargos de Governador-Geral e de Alto-Comissário da província de Angola, assinalaram muitos anos de actividade no Ultramar, a que se seguiu a redacção de livros doutrinários e uma vasta colaboração em jornais e revistas.

O objectivo deste estudo é seguir o percurso colonial de Norton de Matos, de modo a integrá-lo na sua época. Havendo convivido com a questão ultramarina, ao longo de três regimes políticos, ensaiar-se-á avaliar a sua experiência colonial a partir das linhas de força da Monarquia Constitucional, da Primeira República e do Estado Novo. Importará, pois, estabelecer os pontos de contacto entre os três regimes e explicitar algumas ideias que permearam as suas visões.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Diretor Principal
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos
a apreciação científica por referees.

Assistente Editorial
Marlene Taveira

Comissão Científica
Agnes Szilagyi
Universidade Eötvös Loránd (Budapeste)

Alice Kessler-Harris
Columbia University

Álvaro Garrido
Universidade de Coimbra

Daniel Innerarity
Universidad de Zaragoza

Hipólito de la Torre Gómez
UNED – Madrid

Ioan Horga
Universidade de Oradea – Oradea

Jean Garrigues
Universidade de Orléans

João Paulo Avelãs Nunes
Universidade de Coimbra

Jorge Alves
Universidade do Porto

Luís Reis Torgal
Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Meireles
Universidade do Porto

Maria Luiza Tucci Carneiro
Universidade de São Paulo (Brasil)

Mariano Esteban Vega
Universidade de Salamanca

Maurizio Ridolfi
Università della Tuscia (Viterbo)

Rui Cunha Martins
Universidade de Coimbra

Sérgio Campos Matos
Universidade de Lisboa

Edição
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

Imagem da Capa
© Kumar Raushan, 2012. *View of fort from the light house.*

Infografia da Capa
Carlos Costa e Linda Redondo

Infografia
Linda Redondo

Impressão e Acabamento
Simões & Linhares, Lda

ISBN
978-989-26-1172-3

ISBN Digital
978-989-26-1173-0

DOI
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1173-0

Depósito Legal
416446/16

© OUTUBRO 2016,
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SÉRGIO NETO

DO MINHO AO MANDOVI

UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO COLONIAL DE NORTON DE MATOS

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

2016 • COIMBRA

Página deixada propositadamente em branco

Sumário

Siglas 7

Introdução 9

I – Liberalismo e Colonialismo: Do Brasil à Contracosta

As bandeiras de Sá 27

Direitos históricos e ocupação efetiva 54

Arqueologia do racismo e antropologia do determinismo 66

II – O Jovem Norton de Matos

Os primeiros anos 85

De Lisboa a Coimbra e de Coimbra a Lisboa 94

No regimento de Mouzinho 106

III – O Agrimensor: Na Roma do Oriente

Velhas e Novas Conquistas 115

Funções e Comissões 132

"O Passado e o Presente de uma Colónia Portuguesa" 142

IV – O Agrimensor: Do Minho a Macau

Uma questão de Limites? 153

Uma missão, várias tentativas, nenhum resultado 164

"Cavaquearemos hoje sobre *Macau*" e a China 171

V – A Obra da República

A obra feita e a obra por fazer 179

Política, jornalismo e docência 188

O Duelo de Ambaca 204

VI – O Governador-Geral

Angola: catorze vezes a extensão da metrópole 219

Ordem e Progresso 230

Das outras transformações de Angola 245

VII – O Alto-Comissário

Mutações da República 261

Procônsul ou Imperador? 281

Luanda, Lisboa, Londres 298

VIII – "Mística Imperial" Versus "Nação Una"

Um ato colonial 321

Os jornais e(m) revista(s) 339

O Mundo Português – ética e estética 351

IX – Os (Pen)Últimos Anos do Império Português

Raízes do Mundo que o Português criou 363

Impérios do mundo e conceções histórico-coloniais 379

Guerra, eleições e testamento 394

Conclusões 407

Fontes e Bibliografia 419

Siglas

ABNM – Arquivo-Biblioteca Norton de Matos

AGC – Agência-Geral das Colónias

AGU – Agência geral do Ultramar

AHD/MNE – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AR – Assembleia da República

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ICSUL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

SNI – Secretariado Nacional de Informação

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

Página deixada propositadamente em branco

INTRODUÇÃO

A notoriamente longa vida do general Norton de Matos, iniciada em março de 1867 e terminada em janeiro de 1955, levou Yves Léonard a mediá-la entre a Conferência de Berlim de 1884/1885 – momento em que Norton despertou para a questão ultramarina – e a Conferência de Bandung de 1955. Certamente que o historiador francês escrevia à luz de um entendimento mais lato da questão colonial, pois situava Norton de Matos entre o encontro que definira as regras da ocupação do continente africano, prelúdio a um imperialismo europeu cada vez mais agressivo, e a reunião que ditara o irreversível fim do colonialismo, mas que não deixava de espelhar, de modo antagónico, a Conferência de Berlim. No entanto, caso se leve em consideração somente o panorama nacional, é possível afirmar que a vida de Norton, nos seus extremos, foi contemporânea da viragem definitiva de Portugal para África, patenteada, por exemplo, na primeira viagem de Serpa Pinto ao *hinterland* africano, em 1869, e pela perda, em 1954, às mãos da vaga anticolonialista sucedendo a Segunda Guerra Mundial, do primeiro bastião do Ultramar: os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, na Índia Portuguesa.

Este último acontecimento assume particular importância, porquanto Norton fizera, de certa forma, papel de "fundador" do Terceiro Império Português, ao ajudar a "criar" a Índia, quando aí dirigira os Serviços de Agrimensura, no decénio de 1898-1908, e procedera ao levantamento do seu cadastro predial. De igual modo, em Macau, em 1909, integrado na missão diplomática para a delimitação das

fronteiras desse território com a China, procurara fazer valer os direitos portugueses.

Com efeito, para o nacionalismo e para o colonialismo contemporâneo, a medição e o consequente mapeamento territorial, obtidos a partir do concurso de diversas ciências, representavam a plena apropriação do espaço, depois divulgada nos inúmeros mapas que orlavam as paredes das escolas primárias e dos quartéis, assim como nas páginas da imprensa. Veja-se como, ainda hoje, no imaginário português, mais do que o simples enunciar de "o território entre Angola e Moçambique", a expressão "mapa cor-de-rosa", substância e cor, resume toda uma contenda, da qual o Ultimato Inglês seria um epílogo apontando para a resolução republicana.

De facto, numa época em que o imperialismo europeu alcançava os seus limites territoriais máximos, o contributo científico, mais do que nunca, impunha estratégias e delimitava linhas de orientação. À Antropologia e às suas taxionomias rácicas, que, em osmose com o racismo de índole popular, propagavam teses de inferioridade e até de degenerescência dos povos não europeus, vinha o espírito missionário, na roupagem fraterna das revoluções liberais, oferecer um agasalho civilizacional paternalista. Ao "fardo do homem branco", quer na visão tuteladora do "indígena", quer na premissa da exploração dos amplos recursos – "a ubérrima África" – acrescia o "modo português". Tal ideário, vertido na fórmula "a cruz e a espada", legitimado por "cinco séculos" ou, como escrevia Norton, "somos já muito velhos para receber lições", vinha defendendo que, apesar das "campanhas de pacificação" contra o "gentio", a "espada" dera lugar à "palavra", porquanto uma aura de benevolência envolveria a colonização portuguesa. Na verdade, a violência dessas campanhas militares e as acusações internacionais acerca da manutenção de escravatura encapotada atestavam que a suposta peculiaridade colonial lusa, para além da "espada", não dispensava o "chicote", versão extremada da "palmatória" deste paternalismo musculado.

A ideologia filial, não raras vezes, era acompanhada por outros entendimentos oriundos da mitologia greco-latina e da escatologia cristã. Alguns autores, como o cabo-verdiano Manuel Lopes, a propósito do processo de mestiçagem ocorrido no seu arquipélago natal, tenderam a reinterpretar a dicotomia "apolíneo"/"dionisíaco", tomada de empréstimo de *A Origem da Tragédia*, do filósofo Friedrich Nietzsche. Assim, pretendeu-se ver, na obra colonizadora, uma co(a)lisão entre elementos contrários: o "apolíneo" europeu — industrioso, harmonioso, equilibrado e, naturalmente, civilizador; e o "dionisíaco" africano – emotivo, desregrado, exaltado e, fatalmente, primitivo. Esta categorização foi de par com a crença numa Natureza, ora benigna, ora hostil, capaz de nutrir os "indígenas", sem grande esforço da parte destes, mas, também, apta a condenar ao fracasso os empreendimentos dos impérios europeus. Daí que, num dos mais interessantes artigos de Norton de Matos[1], o mito prometeico, significativamente alcandorado a símbolo da colonização, mais não seja do que a assunção de que a moderna alegoria do "fardo do homem branco" constituiria uma reatualização da lenda do titã rebelado contra Zeus. Que Norton haja, também, citado os "Trabalhos de Hércules" para ilustrar essa "tarefa ingente", preterindo o mito de Sísifo, não deve estranhar, uma vez que o ritual colonizador deveria ser consequente e não tanto uma mera repetição de gestos inúteis, que levava muitos portugueses, desencantados, a abandonar o Ultramar.

Em todo o caso, a ideia do fogo como conhecimento foi correlata da necessidade de conquistar e de redimir "corpos" e "almas", por via da "luz" derramada pelo colonizador, que o mesmo é dizer através do trabalho e da instrução. Segundo esta escatologia ultramarina, o "indígena" teria a possibilidade de ser elevado do purgatório no qual se encontraria imerso, uma vez desfeitas as trevas que o cercariam. De outro modo, o seu meio natural, longe do conceito iluminista do

---

[1] Cf. José Norton de Matos, "Prometeu", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 2/11/1933, p. 1.

"Bom Selvagem" enquadrado por uma Natureza edénica, assemelhar-se-ia mais às regiões infernais, percorridas pela doença, pela miséria e pela morte. A missão europeia, delegada pela entidade superior da fraternidade universal, propiciaria esta caminhada das trevas para a luz, espécie de revelação nos moldes da Alegoria da Caverna. Porém, ao invés do episódio d'*A República*, a tomada de consciência seria um ritual assistido e não tanto um quebrar de grilhetas unívoco. Porque, em última análise, a "libertação" ou "iniciação" seria dirigida pelo colonizador, com o fito de ocultar a natureza compulsória e alienante do processo civilizador e educacional ministrado pelo europeu.

O imperialismo oitocentista e novecentista exibido pelas potências do "Velho Continente" não foi tão subtil ao explanar as suas metáforas. Se, "pensamento", "palavra" e "agir" nem sempre convergiram, o certo é que os objetivos se fundaram na exploração económica. Portugal não foi diferente, apesar de algumas teses historiográficas[2] encararem a sua longevidade colonial sob os auspícios de um "imperialismo não económico", sustentado numa superestrutura quase totalizante, capaz de absorver todos os outros princípios no feixe ideológico. Norton de Matos, que terminou uma das suas obras mais importantes aludindo à fortaleza de S. Baptista de Ajudá – enclave luso situado no Daomé, agora República do Benim, o qual foi tomado em 1961 pelas forças militares daquele país recém-independente –, parecia dar razão a essas teses[3]. É que, ao seguir-se o curso dos dois parágrafos que abordam esse minúsculo território, percebe-se que acalentava o interesse de alargar a área em torno do forte, a fim de beneficiar, do ponto de vista médico, as "populações vizinhas". E o livro encerra com o desejo de "assimilar a nós mesmos os povos atrasados que encontrámos no nosso glorioso caminhar", um breviário do que acima foi dito.

---

[2] Cf. Richard Hammond, *Portugal and Africa (1815-1910)*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

[3] Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*. Lisboa: Paulino Ferreira, 1953.

Dirigindo a Repartição de Agrimensura na Índia, entre 1898 e 1908, integrou numerosas comissões e ocupou outros lugares da administração pública: secretário da Missão Diplomática para Delimitação do Território de Macau, em 1909; governador-geral de Angola entre 1912 e 1915; alto-comissário de Angola, entre 1921 e 1924; sem esquecer a sua passagem pelo Ministério das Colónias, em 1915, e outras funções – como ministro da Guerra, durante o primeiro conflito mundial – Norton produziria, sobretudo, após o fim da sua "carreira" colonial, ou seja, ao longo de mais de trinta anos, alguns livros e muitos artigos, para além de proferir comunicações e de manter uma coluna semana/quinzenal n'*O Primeiro de Janeiro*, entre 1931 e 1954, assim como de participar no amplo debate em torno da questão ultramarina suscitado pela candidatura à presidência da República, em 1949.

Pouco antes de, "no meio do caminho da vida", ter entrado na "selva escura", que seriam as jornadas parlamentares de fevereiro de 1924, durante as quais o deputado Francisco Cunha Leal criticou, asperamente, a sua obra à frente do alto-comissariado de Angola, Norton disse o discurso *A Missão Colonizadora de Portugal*, que, a todos os títulos, sumariou o seu pensamento, em virtude do que continha de tradicional e de inovador, daquilo que sintetizava o espírito da época, ao mesmo tempo que anunciava futuros conceitos, como o de "nação una"[4]. Empregando vocábulos do espetro religioso ("apóstolo", "missão", "formidável fé", "povo eleito"), entretecia nacionalismo e imperialismo ("finalidade histórica", "alma da raça", e "adormecimento" histórico), a fim de vincar o papel dos portugueses, "povo criador de nações", como o seriam os ingleses. A dicotomia colonização latina/anglo-saxónica, que iria prosperar nos seus artigos dos anos trinta, assim como percorreria os escritos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, divisava dois paradigmas: Portugal e

[4] Idem, *A Missão Colonizadora de Portugal*. Lisboa: Pap. e Tip. Fernandes & C.ª L.ª, 1923.

Angola *versus* Inglaterra e África do Sul. Considerando que a África repetia o que sucedera na América, embora não desenvolvesse o tema da independência, projetava que, "dentro de um ou dois séculos", aquele continente fosse "uma das grandes civilizações mundiais".

A oração de Norton recuperava, ainda, os pontos cardeais de uma ideologia que, remontando à Monarquia Constitucional, atravessaria a Primeira República, mantendo-se na ordem do dia até ao estertor do Estado Novo: a natureza "de forma alguma guerreira ou agressiva" do colonialismo português, não obstante a defesa intransigente desse património territorial perante as "afirmações tendenciosas do nosso desinteresse pelos assuntos coloniais"; a ausência de "preconceitos de cor", que brotaria dos "sentimentos humanitários" (cristãos) e dos seculares contactos com o Outro; e os "nossos processos administrativos".

Comparando os "obreiros" de hoje aos "navegadores" de ontem, na usual evocação do expansionismo quatrocentista e quinhentista, Norton enunciava, depois, as "virtudes cívicas" adstritas à obra da República: os "princípios morais e sociais", o "dever patriótico" e uma "política indígena" acentuadamente "modelar". Fazia o elogio das missões e das escolas laicas criadas pelo regime republicano, que "levantar[iam] cada vez mais das trevas das civilizações primitivas os povos que temos sob a nossa humanitária e dignificadora tutela". Profetizava, não sem razão, que "a minha geração passou", pelo que estendia a "saudação aos novos", premissa desenvolvida em obras posteriores, quando principiou a sistematizar, em género aforístico, a "orientação que fixei à minha vida".

Havendo permanecido quase dezasseis anos no Ultramar, o percurso colonial de Norton não encontrou, quer da parte dos contemporâneos, quer da parte de estudiosos, opiniões consensuais. Nem assim deveria suceder, posto que as suas decisões beneficiaram e lesaram milhares de pessoas: na Índia, onde os periódicos favoráveis aos proprietários rurais lhe moveram uma violenta campanha, devido ao

facto de os cadastros prediais, levantados pela Repartição de Agrimensura que dirigia, implicarem o aumento de impostos; em Angola, investido das funções de governador-geral, onde os colonos censuraram o interdito que lançou ao comércio de armas e de álcool e as regulamentações que impôs à contratação laboral de nativos. Manteve, aliás, com a imprensa, relações de manifesta tensão: tanto enfrentou campanhas jornalísticas de uma rara violência, quanto, em Angola, mandou encerrar órgãos periodísticos nativistas. Por outro lado, muitos dos seus artigos, ao tempo do Estado Novo, conheceram a censura. Teve, por isso, inimigos declarados e chegou a tomar parte num duelo à espada. Foi exilado e preso político. Foi alvo de várias catilinárias: desde *Calígula em Angola*, de Cunha Leal, e os dois livros de Venâncio Guimarães, subintitulados *Para a História do Reinado de Norton* – redigidos no calor dos acontecimentos referidos de 1923/1924 –, até a *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*, de Costa Brochado, lançado pouco antes da eleição presidencial de 1949.

Se, Jaime Cortesão escreveu que, "arrebatado, excede-se nas virtudes até aos seus defeitos. E sendo por demais agreste para aliciar simpatias, inevitavelmente fere e irrita na sua passagem", Raul Brandão notou "a figura de Norton de Matos, o maior ministro da Guerra contemporâneo, organizador dum trabalho de ferro, que só os técnicos serão capazes de avaliar em toda a extensão". Eis, em suma, duas descrições que se completam, em virtude de em si conterem as palavras que mais vezes lhe foram endereçadas: "impetuoso" e "organizador". Teríamos, portanto, segundo estes autores, um esboço de perfil em torno de um organizador com laivos de voluntarismo, capaz de levar, até às últimas consequências, as suas ideias. Outros exemplos permitem sustentar esta hipótese. A *Revista Colonial*, publicada entre 1913 e 1922, nas diversas vezes em que mencionou Norton, sublinhou, precisamente, essas duas dimensões: "o seu aspeto era desagradável, orgulhoso e nada comunicativo"; e "devotado patriota a cuja energia e atividade cabe a guarda da província de Angola". O próprio Cunha Leal, no

primeiro volume das suas *Memórias dos Tempos Idos*, redigidas entre 1952 e 1953, à distância de mais de três décadas, traçaria um retrato não muito diferente destes. Se anotava que "este homem público que durante anos, andara mais ou menos enredado na endémica conspiração monárquica", com "propensão para atribuir à má vontade dos homens os óbices que dela tantas vezes não derivavam", através de um "ingénito autoritarismo", teria, em todo o caso, revelado, no governo-geral de Angola:

> Notáveis qualidades de dinamismo. Não era criatura para se deter em face de pequenos ou grandes obstáculos, sempre que se lhe antolhassem aconselháveis as finalidades a atingir. A sua atuação no sentido de nos aproximarmos do ideal da liberdade de trabalho dos indígenas foi, sem dúvida, meritória. Foi ele, por outro lado, o grande impulsionador da atividade dos chefes de circunscrição para fazer surgir na Colónia uma extensa rede de estradas[5].

Visto como um homem pragmático, que expunha em poucas linhas, nas entrevistas que concedia, os seus planos, Norton foi, outrossim, um teorizador. Este assinante assíduo de jornais ingleses compulsou imensos estudos, produzindo uma obra assinalável, apesar de ter sido referido, por Mário Soares, entre outros, de "não ter o dom da escrita". Decerto que a opção consciente de "insistir na mesma ideia, de a repisar, para que mais facilmente possa ser apreendida, compreendida e aceite[6]", pesou nesta apreciação. Docente desde 1911, no Instituto Superior Técnico, embora tivesse já prestado funções de docente, aquando da estadia na Índia, onde redigiu, a favor dos funcionários da

---

[5] Francisco Cunha Leal, *As Minhas Memórias*. Lisboa: Edição do Autor, 1966, vol. I, pp. 306-307.

[6] "Discurso do Prof. Barbosa Magalhães", in José Norton de Matos, *A Nação Una*. Lisboa: Paulino Ferreira, 1953, p. XI.

repartição que dirigia, um *Manual de Agrimensura*, Norton adquiriu um estilo literário doutrinador e, em certas ocasiões, de acentos panfletários. A elaboração de leis e os preâmbulos justificativos das mesmas ajudam, igualmente, a explicar as "repetições" do governador-geral e alto-comissário, mas não impediram certo brilho literário em alguns trechos, como o supracitado Prometeu, a evocação de Diu ou as impressões africanas.

No momento da morte de Norton de Matos, a 2 de janeiro de 1955, os jornais, sobretudo *O Primeiro de Janeiro*, onde colaborara, e *A República*, periódico oposicionista que defendera a sua candidatura de 1949, teceram, como seria de esperar, as maiores homenagens. Resumos biográficos baseados nas suas *Memórias* e pondo em destaque a governação de Angola, a preparação do Corpo Expedicionário Português (CEP) e a candidatura à presidência da República, ocuparam muitas páginas desses jornais nos dias subsequentes à sua morte, quando do funeral e após este. Numerosos testemunhos foram recolhidos, incluindo textos de vultos republicanos já desaparecidos, como uma alocução de Bernardino Machado.

No segundo semestre de 1955, a revista *Seara Nova*, também ligada aos meios oposicionistas, fez publicar um número de "homenagem a Norton de Matos", constituindo este, sem dúvida, uma ponte para a posterior bibliografia sobre a vida e obra do general nascido em Ponte de Lima. O número *in memoriam* foi organizado por Augusto Casimiro, militar e escritor, "amigo e colaborador de Norton de Matos, durante quarenta anos", tendo este assinado diversas rubricas. Vasto painel de combate contra o Estado Novo, devido ao tributo prestado a um dos mais importantes oposicionistas, esta edição de *Seara Nova* confrontava o "testemunho de um discípulo" e a "visão de um adversário político", acolhia "recordações" e elucubrações e sínteses do pensamento e das realizações de Norton. As páginas finais de *Seara Nova*, confirmando que a velha oposição republicana continuava a subscrever uma posição colonial, apesar do crescente anticolonialismo,

inseriam uma reflexão de Norton acerca da "mútua colaboração das duas raças, pela fusão política dos nativos com o povo colonizador"; uma iniciativa da Câmara Municipal de Nova Lisboa (Huambo) para erigir uma estátua comemorativa; e um texto conclusivo de Câmara Reis, que então dirigia a revista, enfatizando os combates do general na campanha presidencial, ao longo de 1948 e 1949.

A primeira obra académica versando, exclusivamente, Norton de Matos, pertenceu a Renato Mascarenhas, que, em 1970, apresentou, ao Instituto Superior das Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, no âmbito da cadeira de "História da Colonização Moderna", a Dissertação de Licenciatura "Norton de Matos Alto Comissário e Governador de Angola[7]", sob a orientação de Silva Rego. O estudo pretendia passar em revista "a ação governativa de Norton de Matos, de 1921 a 1924", ressalvando, apesar da admiração por "um dos maiores doutrinadores coloniais e dos melhores representantes da missão histórica de Portugal no Mundo", e de acordo com a ideologia estadonovista vigente, que "o presente trabalho é de natureza descritiva e interpretativa [...] facilmente se poderá compreender que não podia subscrever, sobre a matéria, certas opiniões que, embora pouco objetivas, por refletirem paixões políticas e pessoais, tiveram todavia certa expansão e aceitação".

A obra, contendo cerca de 350 páginas, é uma longa síntese dos dois períodos em que Norton de Matos presidiu aos destinos de Angola, não obstante o título e a introdução parecerem circunscrever o lapso de 1921-1924. A metodologia assenta num processo comparativo entre os antecessores e os sucessores de Norton, fixando-se na figura de Paiva Couceiro, considerada mentora. As realizações e as ideias para Angola são apresentadas numa multiplicidade de alíneas,

---

[7] Renato Francisco Antunes Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto Comissário e Governador-Geral de Angola*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa, 1970 (policopiada).

que o reputam como "responsável por uma obra grandiosa", que lhe reconhecem méritos nos campos da saúde e do povoamento europeu, e julgam prematura a sua saída, em 1924, do alto-comissariado de Angola.

Se, em 1976, o advogado António Augusto Durães dava à estampa uma obra fazendo a defesa do alto-comissariado[8], e o jornalista José Augusto Seabra, em 1998, uma monografia sobre *O Primeiro de Janeiro*, a verdade é que estes estudos não chegaram a esgotar as temáticas em epígrafe. O livro de Durães acumulou argumentos contra os opositores de Norton, sem delimitar as causas do diferendo, enquanto Seabra, mais do que elaborar um excurso problematizante sobre as centenas de artigos que aquele escreveu para o jornal portuense, traçou, antes, o ambiente político-social dos anos trinta e quarenta.

Em 1980, sob o impulso de A. H. de Oliveira Marques – autor dos mais importantes estudos históricos sobre a maçonaria portuguesa, que incluíram o verbete relativo a Norton, no *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, e um amplo destaque ao grão-mestre do Grande Oriente Lusitano que assistiu à ilegalização dessa sociedade[9] –, foi organizada, no 25.º aniversário da sua morte, uma exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa, promovida pelo Grémio Lusitano, de onde resultou um livro com uma excelente cronologia do percurso biográfico do general[10]. Esta homenagem, de cunho comemorativo, mas pleno de integridade historiográfica, deve ser distinguida dos preitos de 1962 e 1967, levados a cabo por Nova Lisboa[11] e Ponte de Lima[12]. Em 1967, o *Boletim Cultural do Huambo* consagrou mesmo

---

[8] António Augusto Durães, *Angola e o General Norton de Matos*. Melgaço: Edição do Autor, 1976.

[9] A. H. de Oliveira, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983, 2.ª edição.

[10] *Norton de Matos (1867-1955)*. Lisboa, Grémio Lusitano, 1980.

[11] *Boletim Cultural do Huambo*. Nova Lisboa: setembro de 1962, N.º 15.

[12] Alcides Pereira, "Homenagem da Câmara Municipal de Ponte de Lima no Centenário do Nascimento de Norton de Matos". Ponte de Lima: 1967.

a edição do prémio literário desse ano a Norton de Matos, fundador da cidade.

Em 2009, decorridas seis décadas após esse escrutínio de 1949, as historiadoras Heloísa Paulo e Helena Pinto Janeiro – esta realizou em 2015 as provas públicas de doutoramento, com uma tese versando *Norton de Matos, o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar* – organizaram um colóquio, que contou, igualmente, com a participação de Fernando Rosas, Luís Reis Torgal, João Madeira, Armando Malheiro da Silva e Mário Soares, do qual resultou um livro. De resto, alguns destes estudiosos têm vindo a analisar as diversas facetas de Norton. Heloísa Paulo e Malheiro da Silva abordaram as suas ligações ao Brasil, nos anos trinta, a partir da revista *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*, extrapolando as leituras que Norton fez dos intelectuais Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Malheiro da Silva, aliás, para além de ter redigido três outros artigos "a duas mãos", com José Lima Garcia, Luís Reis Torgal e José Norton, tem consagrado parte da sua investigação àquela figura, havendo, para além da produção escrita, procedido à organização sistemática do Arquivo-Biblioteca de Ponte de Lima e à reedição das *Memórias*, que incluem tomos inéditos.

José Norton, que participou no trabalho de reedição das *Memórias*, escreveu, por seu turno, uma biografia[13]. Bem documentada, de leitura atraente e original, a obra ilumina áreas pouco conhecidas, nomeadamente, a Índia e a vida partidária, ao mesmo tempo que articula vida privada e pública, conferindo realismo e até dramatismo a um vulto histórico quase sempre analisado a partir dos ângulos da governação de Angola, da participação portuguesa na Grande Guerra e da candidatura à presidência da República. Idêntica filosofia seguiu João de Araújo Pimenta, compondo um quadro histórico

[13] José Norton, *Norton de Matos*. Venda-Nova: Bertrand, 2002.

do duelo à espada que opôs Norton de Matos a Egas Moniz, em 1912, a propósito da "Questão de Ambaca".

De pendor analítico é a dissertação de mestrado de Maria Alexandre Dáskalos, dada à estampa em 2008. A autora aborda a primeira passagem de Norton por Angola, desenvolvendo algumas das temáticas aportadas pelo pioneiro estudo de Renato Mascarenhas. Apesar de sublinhar o impacto das medidas de 1912-1915 na Angola contemporânea, Dáskalos, no último capítulo, põe a tónica no binómio colonialismo/nativismo e nas medidas tendentes a imobilizar a *intelligentsia* crioula, algumas das quais da lavra de Norton.

Datado de 2000, o artigo de Yves Léonard sobre Norton de Matos integra o volume XXXIX dos *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, inteiramente consagrado a biografias de vultos portugueses. O historiador francês destacou as concretizações do general português num capítulo da *História da Expansão Portuguesa*[14]. Do mesmo modo que a *Nova História da Expansão Portuguesa* ou o *Portugal Contemporâneo* divisaram, no vulto da Primeira República, o representante mais paradigmático e consequente da política ultramarina desse regime. O mesmo escreveu Maria Cândida Proença, ao realizar um levantamento dos debates parlamentares mais significativos do período de 1910-1926, surgindo Norton em quase todos os capítulos, os quais versam: "administração colonial", "economia, fomento e finanças", "Primeira Guerra Mundial", "projetos de colonização", "mão de obra indígena", "saúde pública" e "relações internacionais".

Enquanto estes autores, de um modo geral, apreciaram positivamente o seu papel, outros puseram a descoberto, quer as contradições e as ambiguidades do seu pensamento colonial, quer a falência de algumas realizações. O estudioso britânico Gervase Clarence-Smith

[14] Yves Léonard, "A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)", in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 4, pp. 536-550.

frisou "a incompetência financeira dos altos-comissários, nomeadamente de Norton de Matos em Angola", acrescentando não compreender o aplauso concedido pela historiografia às suas realizações. Mais recentemente, Luís Farinha, que elaborou o percurso político (parlamentar, sobretudo) de Cunha Leal, apontava os "objetivos irrealizáveis" e o "estilo autoritário"[15], que teriam comprometido os seus planos reformistas de Angola. Por seu lado, René Pélissier e Douglas Wheeler, na reedição da sua *História de Angola*, tenderam a relativizar o alcance das medidas visando regulamentar o trabalho "indígena" e quiseram ver, em Norton, um precursor das medidas discriminatórias do Estado Novo, que procuraram reduzir os jornais e os movimentos nativistas ao silêncio. De resto, no fundamentado estudo que empreendeu das campanhas militares oitocentistas e novecentistas portuguesas em Angola, Pélissier apodou de "boas intenções" e de "crença pueril na magia de um plano-milagre, no poder total do verbo e da legislação perante as realizações de uma mentalidade colonial mergulhada na intriga, na esclerose e na rapina dos fracos", o plano gizado por Norton, indivíduo que sofreria, além disso, de "excesso de personalidade"[16].

Diferentemente ajuizaram os verbetes de dicionários historiográficos[17], que valorizaram o papel de democrata e oposicionista ao Estado Novo. Uma das obras mais esclarecedoras do panorama nacional, de Adelino Torres[18], e os indispensáveis trabalhos de Valentim Alexandre, recolocaram o acento tónico na economia, descrevendo a crise colonial dos anos vinte como um confronto entre os paradigmas mercantilista e

---

[15] Luís Farinha, *Cunha Leal*. Lisboa: Assembleia da República. Divisão de Edições, 2009, p. 173.

[16] René Pélissier, *Histórias das Campanhas de Angola*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, vol. I, pp. 237-239.

[17] Fernando Pereira Marques, "Norton de Matos, José Mendes Ribeiro", in José Costa Pereira (coord.), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, vol. 2, p. 45.

[18] Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

capitalista, havendo Norton, em defesa do segundo, enfrentado duras críticas, que precipitaram a sua queda do cargo de alto-comissário. O debate centralização/descentralização, que atravessou a segunda década do século XX, foi, entre outros, sistematizado numa série de artigos presentes no *blog* de Nuno Sotto Mayor Ferrão. De igual modo os *blogs* "Escavar em Ruínas" e "Abril Novo", de Jofre Alves, que têm vindo a homenagear resistentes da luta contra o Estado Novo e algumas figuras da Primeira República, possuem uma cronologia e uma bibliografia assaz completas.

Consciente destes contributos e da imensa produção historiográfica consagrada à questão ultramarina e à Primeira República, duas temáticas cada vez mais abordadas, as quais, na realidade, convergem no vértice da figura de Norton de Matos, o presente estudo visa acompanhar, criticamente, o longo percurso evolutivo do seu pensamento colonial. Neste sentido, a primeira parte do trabalho constitui uma extensa introdução às origens do Terceiro Império Português: uma digressão programática pelo ideário dos seus protagonistas e uma viagem comparativa pelos diferentes colonialismos concorrentes dos finais do século XIX. Privilegiando o elemento ideológico, através de uma construção assente em bibliografia e algumas fontes, serão examinadas as expectativas e as dificuldades portuguesas de implantar um império em África, após a independência do Brasil.

A parte seguinte, firmada em sete capítulos, pretende explorar os anos que vão do nascimento de Norton até ao seu afastamento do cargo de embaixador de Londres, em 1926, pelo governo da Ditadura Militar. "O Jovem", sem pretensões demasiado biográficas, mas convencido da imperiosidade científica de relacionar vida e obra, quer explorando as raízes "britânicas" e liberais de Norton, por este sempre assumidas, quer problematizando o seu percurso escolar e académico, sem esquecer a carreira militar e as impressões do Ultimato Inglês e do 31 de Janeiro de 1891, tentará descortinar as suas leituras e aprendizagens e, acima de tudo, os anos que mediaram a sua jornada na Índia.

A partida para a Goa, em 1898, os dez anos de "iniciação" que aí passou, e a missão diplomática de Macau, em 1909, enformam o Capítulo II e III - "O Agrimensor". Com efeito, os diversos cargos e as múltiplas comissões desempenhadas entre as margens do Mandovi e a fortaleza de Diu abarcaram quase todas as esferas da administração pública. O contacto próximo com a Índia Inglesa e o convívio com o general José Joaquim Machado, como ele, um militar em funções civis, definem, em boa verdade, todo o futuro percurso. Os livros que consultou, alguns dos quais ainda existentes na sua biblioteca, com a inscrição do dia e do mês da leitura – esta última, muitas vezes empreendida no comboio, a caminho de Bombaim – permitem aferir do seu interesse em preparar-se para as diferentes funções que lhe foram atribuídas. Cumpre assinalar que a lista dos livros do general, assim como as referências manuscritas presentes em alguns, foram organizadas por Maria Emília Calheiros, descendente de Norton, que produziu um ficheiro que tive oportunidade de consultar e que agradeço.

Regressado a Portugal, em 1910, Norton aderiu, em 1911, ao Partido Democrático de Afonso Costa, havendo, entretanto, adquirido um discurso fortemente anticlerical, mas que não destoava do distanciamento a que vinha votando a religião tradicional e que se atenuaria com os anos. Através de artigos, do seu entusiasmo e capacidade de trabalho, e da participação na comissão da "Questão de Ambaca", foi nomeado, em meados de 1912, governador-geral de Angola, temática tratada pelo Capítulo VI - "O Governador-Geral". Esclareça-se que, neste particular, o presente estudo, mais do que compulsar as obras posteriores de Norton, analisou as entrevistas da época, alguns documentos manuscritos e a legislação produzida. E, na verdade, estas fontes confirmam a marcada influência inglesa e as leituras dos companheiros de Mouzinho.

Postos estes considerandos apriorísticos, as realizações em Angola, não destituídas de sucessos, impasses e contrariedades, são passíveis de serem equacionadas à luz das "transformações" que Norton

formulou nas *Memórias* e noutros trabalhos. Percebe-se, então, que o primeiro consulado de Angola não terá sido um prelúdio ao segundo (1921-1924) mas, como calculou Maria Dáskalos, o plano de um "keynesiano *avant la lettre*, ou então um fontista do século XX em África". Esta, de resto, uma das questões mais significativas: terá sido um colonizador de que século? Nutrido pela ideologia oitocentista, mas operando nos condicionalismos novecentistas, antes e depois da Grande Guerra, Norton esteve atento à bibliografia atinente às questões ultramarinas, sem, contudo, chegar a dispensar a atenção que outros colonialistas mais novos deram à obra de Gilberto Freyre.

Em todo o caso, ministro das Colónias durante um curto período, Norton seria convidado para o cargo de alto-comissário de Angola, tema do VII Capítulo. As polémicas em que se viu envolvido foram determinantes para o debate em torno da questão ultramarina, no qual a Ditadura Militar e o Estado Novo teriam a última palavra. Porque, doravante arredado do poder, após o 28 de Maio de 1926, o general fez do empenho cívico, da vida jornalística e da resistência, as suas principais linhas condutoras.

Por isso, a terceira parte visa abordar as suas relações com o Estado Novo. Primeiramente, pelo contraste entre os postulados republicanos e as linhas de força do novo regime, que, a nível legislativo, ficou marcado pelo *Ato Colonial*. Depois, pelo dinamismo propagandístico salazarista, ao qual Norton reconheceu méritos, tendo com este colaborado, uma vez que a diversidade de visões não escondia um comum e enorme apreço pela causa ultramarina. A Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra, as eleições de 1949, a elaboração das derradeiras obras, verdadeiros testamentos, e a colaboração com *O Primeiro de Janeiro*, encerrarão o último ponto, contrastando as suas últimas sínteses com o recrudescer do anticolonialismo e as primeiras independências.

Este trabalho, que resulta da consulta de vários arquivos e bibliotecas, procura articular fontes impressas e manuscritas de diversa ordem.

Os principais arquivos consultados foram: o Arquivo da Universidade de Coimbra, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo Histórico-Ultramarino e o Arquivo Histórico Militar. A pesquisa foi complementada nos acervos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Municipal de Coimbra, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Pública Municipal do Porto. A todas estas instituições, um bem-haja.

Renovo, de igual modo, o agradecimento a Maria Emília Calheiros, pelo acesso ao Arquivo-Biblioteca de Norton de Matos, em Ponte de Lima.

Como não poderia deixar de suceder, o trabalho que se segue é, também, o resultado do contributo amigo de diversas pessoas. A todas elas expresso o meu reconhecimento. Em primeiro lugar, aos meus orientadores, Maria Manuela Tavares Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, pela generosidade e pelo rigor científico que procuraram conferir à elaboração deste trabalho. Uma palavra de apreço a Luís Reis Torgal, pela sugestão do tema.

Aos meus pais e ao meu irmão David, por tudo.

À Clara, minha esposa, pelo incentivo incessante, pelas ideias trocadas, pelas conversas havidas. Eis o resultado.

I
Liberalismo e Colonialismo: Do Brasil à Contracosta

As Bandeiras de Sá

Extintos os "fumos da Índia", ainda no século XVI, com a crescente decadência daquilo que se convencionou chamar de Primeiro Império Português ou de Império da Ásia, o olhar luso voltou-se para a outra margem do Atlântico, fixando-se no Brasil. Persistiu vários séculos este segundo ciclo colonizador. Mas, o designado Segundo Império Português ou Luso-Brasileiro, também se esgotou. A independência do Brasil, em 1822, e o reconhecimento formal da potência colonizadora, a 29 de agosto de 1825, com o Tratado do Rio de Janeiro, vieram pôr termo a qualquer veleidade em conservar aquele imenso território, ainda que os fluxos migratórios não cessassem de o nutrir até ao século XX[19].

O terceiro e último ciclo imperial português, ou Império Africano, nasceria dos escombros do seu antecessor. Com efeito, as elites ultramarinas, convencidas dos méritos da colonização operada em terras brasileiras, forjariam um ideal fundado no território que acabavam de perder. Eram chegados os tempos dos "novos Brasis" em África.

---

[19] Cf. Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, pp. 35-64.

Um mito que persistiria para além do liberalismo oitocentista, renovando-se a cada geração. Por exemplo, Norton de Matos, durante a vigência da Primeira República, filiava "a prosperidade do Brasil" na "colonização portuguesa", enaltecendo "as sublimes qualidades[20]" daquela jovem nação. Nos anos cinquenta, numa tentativa de acautelar a vaga anticolonialista, seria o Estado Novo a apadrinhar a teoria do sociólogo Gilberto Freyre, que exaltava a "formação da família brasileira"[21], enquanto paradigma do singular povoamento multicultural e multirracial levado a cabo pelos portugueses, e que, segundo o regime de Salazar, deveria prosseguir em Angola, Moçambique e demais colónias.

Em virtude da "instabilidade política vivida na metrópole"[22], a ideia de um "novo Brasil" em África não germinou de imediato. As lutas entre liberais e absolutistas impediam o lançamento de planos significativos. Para além disso, o sistema colonial em muito assentava nas privilegiadas relações económicas entre o Brasil e a costa africana (Guiné e Angola), através do escoamento de milhares de escravos, via Atlântico, rumo às plantações e minas sul-americanas. Assim, não é de estranhar que, desfeito o vínculo brasileiro, existissem dificuldades em reanimar o comércio com a metrópole portuguesa, tanto mais que o tráfico esclavagista ocupava grande parte dos negócios realizados e se encontravam nas mãos de negociantes brasileiros ou radicados no Brasil. Sucede que, um pouco mais tarde, em 1826, era assinado o tratado anglo-brasileiro para a abolição da escravatura, pelo que os comerciantes portugueses deste tráfico se acharam duplamente ameaçados.

---

[20] José Norton de Matos, *A Missão Colonizadora de Portugal*, p. 6.

[21] Cf. Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

[22] Valentim Alexandre, *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2008, vol. 1 (1821-1910), p. 107.

De qualquer modo, no triénio de 1826-28, diversos deputados às Cortes sugeriram uma série de medidas a implantar em África, que abarcavam domínios como a administração, a distribuição de terrenos, a abolição do comércio de escravos e o envio de naturalistas e de missionários, no intuito de desbravar, catalogar e converter os espaços, os animais e os homens, que continuavam, de certa forma, ocultos sob uma bruma de mistério. Numa intervenção parlamentar muito citada pelos historiadores, com data de 11 de dezembro de 1826, o deputado José António Ferreira Braklami, após discorrer acerca dos diversos problemas que afligiam a nação, apontava o ressurgimento ultramarino como resposta:

> A nossa Agricultura acha-se em grande abatimento relativamente à que já tivemos, e à que poderíamos obter; o Comércio, ou quase extinto, ou reduzido ao caráter de passivo, isto é, com o princípio de morte inerente à sua existência; a Indústria concentrada no consumo do País, e por isso incapaz de conseguir preferência, e produzir riqueza; a Navegação muito aquém da que em outros tempos fez a nossa prosperidade, e a nossa glória: remediar estes males é de absoluta necessidade; mas sem capitães que faremos? E aonde os iremos procurar, e adquirir? Eis as perguntas, que provavelmente me farão os homens probos, sinceros, e possuídos de verdadeiro Patriotismo, aos quais eu responderei afoitamente: Aonde! Na África. Sim, Senhores, em os nossos Estabelecimentos Africanos poderemos achar os meios, e os recursos adequados aos fins, que pretendemos conseguir[23].

Feito este preâmbulo, o deputado apresentava um projeto de lei composto por dezanove artigos. As disposições aí enunciadas

[23] Intervenção de José António Ferreira Braklami, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11/12/1826, p. 155.

mostravam-se favoráveis, através da isenção de taxas e impostos, ao surgimento e diversificação de atividades económicas; promoviam a fixação de colonos "degredados"; estimulavam o desenvolvimento complementar da marinha mercante; enfim, previam uma ação concertada "dos meios de Civilização na Costa d'África", através do concurso de professores, missionários, cientistas e exploradores.

No entanto, em 1832, sobreveio a guerra civil entre absolutistas e liberais. Resolvido o conflito a favor dos últimos, em 1834, logo os seus ramos políticos – partidários da Constituição de 1822 (vintistas) e adeptos da Carta Constitucional de 1826 (cartistas) – começaram a enfrentar-se. Temporariamente unidos contra o inimigo comum do Miguelismo, os rivais mergulhavam as suas raízes nas aspirações dos dois grandes setores em que se cindia a burguesia nacional[24]. Por um lado, a pequena e média burguesia concentrada nos maiores centros urbanos, mais radical e identificando-se com as ruturas da revolução vintista, mas que dela não retirara tantos proventos quanto a sua congénere. Por outro, a alta burguesia comercial e fundiária, mais moderada e grande vencedora da guerra civil.

Tendo em muito beneficiado com a compra em hasta pública dos bens expropriados às ordens religiosas, este setor mais moderado iria procurar nobilitar-se, com a aquisição de títulos aristocráticos. Adquirindo, assim, algumas características da nobreza, e revelando-se interessada no *status quo* pós-guerra civil, era natural a sua identificação com a Carta Constitucional, na medida que este documento assegurava ao rei um poder adicional (o moderador) e reservava à aristocracia uma participação mais interventiva nos negócios do país, através da sua presença na Câmara dos Pares[25].

---

[24] Cf. Fernando Pimenta, *Portugal e o Século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 2010, pp. 14-15.

[25] Cf. António Martins da Silva, "A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 96-100.

Ao contrário da futura Constituição (republicana) de 1911, que dedicava o seu "Título V" à "Administração das Províncias Ultramarinas", os textos constitucionais de 1822 e 1826 não lhe consagravam tão grande destaque[26]. Os tempos eram outros e a "sacralização do império[27]" em torno do "facto(r) africano" ainda não tinha emergido como um dos esteios do nacionalismo português. Seja como for, ambos os documentos inscreviam as parcelas ultramarinas no todo nacional, afirmando a Constituição de 1822, no Artigo 20.º do "Título II – Da Nação Portuguesa, e seu Território, Religião, Governo, e Dinastia", que "a Nação Portuguesa é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios". Depois, enumerava os territórios que, salvo o Brasil em breve tornado independente, se conservariam portugueses:

> Na África ocidental, Bissau e Cacheu; na Costa de Mina, o forte de S. João Baptista de Ajudá, Angola, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo, as Ilhas de Cabo Verde, e as de S. Tomé e Príncipe e suas dependências; na Costa oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane, e as Ilhas de Cabo Delgado; na Ásia, Salsete, Bardez, Goa, Damão, Diu, e os estabelecimentos de Macau e das Ilhas de Solor e Timor.

Para além desta descrição, fazia-se a advertência de que "a nação não renuncia o direito, que tenha a qualquer porção de território não compreendido no presente artigo".

A Carta Constitucional, no Artigo 2.º do "Título I – Do Reino de Portugal, seu Território, Governo, Dinastia e Religião", delimitava os mesmos territórios, salvaguardando também que "a Nação não

---

[26] Cf. Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas: de 1822 ao texto atual da Constituição*. Lisboa: Petrony, 1992, 3.ª edição.

[27] Maria de Fátima Bonifácio, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Alfragide: Texto Editores, 2010, p. 118.

renuncia o direito, que tenha a qualquer porção de Território nestas três partes do Mundo [Europa, África e Ásia]".

Ou seja, se bem que as duas constituições, no que respeita ao império colonial, se mostrassem mais realistas do que a infindável sequência de títulos que há muito vinham ornando o nome dos monarcas como "rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, etc.", tanto uma quanto a outra não prescindiam da eventualidade de um engrandecimento. Afinal, com a perda do Brasil, a dispersão passara a ser a palavra de ordem. Sem ele, o além-mar não passava de um todo desconexo, ao qual nem a soma das partes vinha conferir envergadura. Por toda a parte avultavam, pois, fragmentos dos anteriores impérios, ilhas desabitadas ou quase, entrepostos de escravos. Um litoral, aqui e ali, enxameado de comerciantes e de aventureiros. Um interior pouco percorrido, onde um punhado de sertanejos demandava a sua sorte. Eis as feições crepusculares do que restava do Segundo Império Português.

Neste sentido, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, primeiro Marquês de Sá da Bandeira, mercê das suas realizações e do seu multifacetado perfil de militar, político, colonialista e escritor, granjeou um lugar não negligenciável, quer na historiografia, quer no panteão da memória cívica nacional. A tenaz defesa do Porto, quando do cerco das tropas miguelistas, durante a guerra civil, e a abolição da escravatura, seu grande cavalo de batalha, contam-se entre os acontecimentos que mais contribuíram para mitificar o seu nome[28]. Neste sentido, decerto que nenhum outro estadista da contemporaneidade portuguesa logrou distinguir-se tanto nas lides da guerra, quanto nas obras da paz.

Inevitável é a comparação com Norton de Matos: ambos militares, conhecedores do exílio por razões políticas e, ao seu tempo,

---

[28] João Pedro Marques, *Sá da Bandeira e o fim da escravidão*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008.

considerados especialistas em questões coloniais. Assaz significativo: Sá da Bandeira e Norton encabeçaram a luta contra a escravatura e as suas reminiscências e ressurgências encapotadas. Por outro lado, ambos deixaram o seu nome ligado à fundação de cidades nas colónias[29], prova de que, apesar de mais de 45 anos separarem a morte do primeiro da chegada do segundo a Angola, o espaço ultramarino contemporâneo português ainda não se encontrava totalmente "criado".

Natural de Santarém, Bernardo de Sá Nogueira (1795-1876) ingressou aos 15 anos no exército, tendo o seu batismo de fogo ocorrido durante a Batalha da Redinha (1811), no contexto da última invasão a Portugal por parte das tropas napoleónicas. Promovido no ano seguinte, continuou a lutar contra os franceses, em Espanha e em França. Concluída a guerra, frequentou vários cursos militares e ingressou na Universidade de Coimbra. Apoiante da causa liberal, abandonou o país em 1828. Desde 1829, na Terceira, desembarcou no Mindelo, em 1832, participando na defesa do Porto contra as tropas absolutistas, onde perdeu o braço direito na defesa do Alto da Bandeira (Gaia), e daí o nome escolhido e posterior título nobiliárquico (barão, visconde e depois marquês). Sobraçou várias pastas nos anos seguintes, tendo ascendido a chefe do executivo durante o período dominado pelos setembristas. Seria, porém, enquanto ministro da Marinha e Ultramar e como presidente do Conselho Ultramarino, que mais se notabilizaria.

Movendo-se no tabuleiro de xadrez político pós-triunfo liberal de 1834 e tendo sempre como pano de fundo a perda do Brasil, a ação de Sá da Bandeira principiou por visar a abolição da escravatura[30]. A questão, ao tempo, não era nova, nem tão-pouco pode ser julgada unívoca e de simples entendimento, uma vez que entroncava na

---

[29] Mindelo, em S. Vicente (Cabo Verde); e Huambo/Nova Lisboa (Angola), respetivamente.

[30] Cf. Adelino Torres, "Escravatura e economia colonial. O fracasso do Liberalismo", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996, vol. 1, pp. 495-506.

emergência de correntes filantrópicas na sociedade britânica dos finais do século XVIII. "Alimentadas tanto pelo pensamento iluminista como pela renovação do pietismo religioso"[31], caso dos *quakers*, estas correntes começaram a advogar o fim da escravatura com um vigor cada vez maior, tanto mais que as suas posições abolicionistas coincidiam, por motivos bem diversos, é certo, com as defendidas pela recente Revolução Industrial.

De facto, possuindo um império em vias de atingir uma escala planetária, com presença em quase todos os mares e continentes, a Inglaterra industrializada cedo entendeu que a expansão dos seus frutos maquinofaturados teria de passar pela construção de sociedades de consumidores, capazes de absorver esses produtos, algo que um escravo, despojado de tudo, jamais poderia ser. Humanitarismo e utilitarismo davam, pois, as mãos. Ou, como discorreu para o caso português, em 1895, o general Joaquim José Machado, um dos mentores de Norton de Matos:

> Não é só por considerações humanitárias que vale a pena trabalhar para melhorar a condição dos indígenas. Eles podem transformar-se em produtores e consumidores, e por consequência contribuem de modo eficacíssimo, não só para o desenvolvimento do comércio, mas para o da agricultura e demais indústrias. De facto o preto é indispensável para a civilização da África e tanto, que se ele não existisse, seria necessário inventá-lo[32].

Apesar de o Marquês de Pombal ter decretado, em 1773, a libertação dos escravos residentes na metrópole[33] ou os revolucionários franceses

---

[31] Valentim Alexandre, "Portugal e a abolição do tráfico de escravos", in *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991, vol. XXVI (111), p. 293.

[32] Joaquim José Machado, *O Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Moderna, 1895, p. 47.

[33] Cf. Charles Boxer, *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1981, pp. 256-257.

da Convenção a terem abolido em 1794, o certo é que aquela não desapareceu em todas as colónias tuteladas pelo Terreiro do Paço, e Napoleão Bonaparte, pressionado pelos terratenentes das Caraíbas, se viu obrigado a reintroduzi-la em 1802. Em Inglaterra, uma vez tomada a decisão de pôr um ponto final no comércio esclavagista, com o *Slave Trade Act* (1807), não houve retrocessos ou tergiversações de maior. Em 1833 fechava-se mesmo o círculo, com a promulgação do *Slavery Abolition Act*, ordenando o fim da escravatura na metrópole britânica e em (quase) todas as suas colónias. Porém, no período que mediou essas duas datas, o governo de Londres começou a pressionar os outros países no sentido de porem termo ao ancestral e infame comércio. Portugal não constituiu exceção e sucessivos tratados entre os dois países, em 1810, 1815 e 1817, buscaram restringir a cooptação de escravos a certas zonas de África, e depois a norte do Equador, culminando no direito da *Royal Navy* inspecionar navios portugueses suspeitos de traficarem escravos oriundos das áreas interditas[34].

A conjuntura dos anos vinte e trinta, com a independência do Brasil e a subsequente instabilidade política lusa, colocou problemas adicionais às pretensões inglesas. Em primeiro lugar, porque a celebração de um tratado anglo-brasileiro, em novembro de 1826, ensaiando estancar, no destino, as caudalosas remessas de escravos da África Portuguesa para o novo país da América do Sul, não alcançou os resultados esperados. Com efeitos práticos a terem somente lugar a partir de 1830, o documento, ao invés do almejado, estimulou a atividade dos negreiros, que, operando a partir dos portos brasileiros, procuraram traficar o máximo possível nos três anos que lhes restavam de legalidade. Com a entrada em vigor do tratado, os negreiros recorreram a outros expedientes que lhes permitissem manter o fluxo: através de "cumplicidades no território brasileiro" e do recurso à "importação de braços africanos sob o

[34] Valentim Alexandre, "Portugal e a abolição do tráfico de escravos", p. 294.

pavilhão lusitano"[35], o chamado "embandeiramento", que impedia a marinha de guerra britânica de efetuar operações de inspeção aos navios julgados suspeitos. Foram, de qualquer maneira, estas formas astuciosas de contornar a letra e o espírito do tratado, assim como a normalização relativa e temporária da situação política portuguesa, após a vitória liberal de 1834, que precipitaram o endurecimento do executivo londrino.

Em março de 1836, o então secretário de Estado da Marinha Sá da Bandeira levaria à Câmara dos Pares um "Projeto de Lei para a abolição da Escravatura nos Domínios Portugueses", desta feita, "ao norte, ou ao sul do Equador". Compreendendo vinte e um artigos, o documento, ainda que previsse a "importação deles [escravos] por terra" e aceitasse a sua transferência entre colónias, tornava compulsivo o registo dos existentes e determinava a liberdade por via do nascimento, condenando, deste modo, a médio prazo, o tráfico à extinção[36]. No entanto, a iniciativa do secretário de Estado da Marinha não chegaria a tornar-se lei. Seria preciso esperar por dezembro, já após a Revolução Setembrista de 1836, para que Sá da Bandeira, deixando cair, é verdade, o carácter obrigatório do registo dos escravos e a liberdade ditada pelo nascimento, conseguisse levar avante os seus propósitos abolicionistas[37].

Não obstante tais diligências, que se podem inscrever no humanismo de Sá da Bandeira, mas, sobretudo, no lote de condições prévias ao levantamento de um novo império em terras de África e, mais ainda, na tentativa de evitar eventuais ingerências dos ingleses, a verdade é que uma resposta por parte destes não tardou. Na recusa dos governadores de Angola e Moçambique, sob forte pressão dos meios esclavagistas, em

---

35 Idem, ibidem, p. 297.

36 Cf. Bernardo Sá da Bandeira, "Projeto de Lei para a abolição da Escravatura nos Dominios Portuguezes", in *Actas das Câmaras dos Pares do Reino*, sessão de 26/03/1836, pp. 441-442.

37 Cf. Valentim Alexandre, "Portugal e a abolição do tráfico de escravos", pp. 305-306.

seguir os novos trâmites legais emanados da metrópole, viram os ingleses ineficácia do governo central, iniciando uma troca de acusações com o governo de Lisboa. Por seu lado, os setembristas cerraram fileiras, imaginando apoio britânico aos setores favoráveis à Carta Constitucional, agora arredados do poder, e que se tinham sublevado, sem sucesso, entre julho e setembro de 1837, na chamada Revolta dos Marechais.

Embora tivesse chamado a si a responsabilidade de solucionar o incumprimento da lei, Sá da Bandeira encetou conversações com o governo britânico, com vista a um tratado abolicionista. Na visão do governo português, o novel documento deveria conter uma cláusula que garantisse o pronto auxílio da *Royal Navy*, caso os países que mais beneficiavam do comércio esclavagista proveniente da África Portuguesa (Brasil e Espanha) julgassem por bem defender os seus interesses e ocupassem Angola e/ou Moçambique. As negociações arrastaram-se num ritmo tenso, acabando por culminar no *bill* aprovado pelo parlamento inglês, a 24 de agosto de 1839, que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Lord Henry Palmerston, remeteu ao governo português e que autorizava "certos navios britânicos a capturar, em todos os mares, as embarcações, que, com bandeira portuguesa, se empreguem ou sejam suspeitas de empregar-se no Tráfico da Escravatura". Verdadeiro ultimato, como o classificou o historiador Valentim Alexandre, o *bill* de Palmerston suscitou a crítica da imprensa lisboeta e portuense e os brios nacionalistas de alguns governantes, que encararam todo o episódio como uma "nódoa", na medida em que estampava no rosto de Portugal o ferrete da pirataria[38].

Reagiu Sá da Bandeira através de um opúsculo, no qual, para além de historiar o litígio entre os dois países, acusava a Inglaterra de "envenenar milhões de pessoas" com o "monopólio do ópio", o

[38] Cf. Leonel Tavares, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 20/02/1840, pp. 238-241.

que deitaria por terra a sua máscara "moral" e de "humanidade"[39]. Continuava, asseverando que a vitória sobre "os interesses do exportador e do importador de escravos" implicava a "total abolição da escravidão na América e nos mais países, onde ela existe, e se importam escravos". E, considerando que a marinha inglesa, por mais numerosa que fosse, dificilmente lograria intercetar todos os navios negreiros, apontava o exemplo do mencionado decreto de 1773, do Marquês de Pombal: "legislando de sorte que os mesmos escravos vão gradualmente recebendo a liberdade". Tratava-se, pois, de reconhecer o pioneirismo luso no combate ao tráfico, de modo a rebater "as gratuitas e gravíssimas acusações feitas no parlamento britânico", corporizadas num *bill*, "o qual em si mesmo é uma desnecessária infração do direito das gentes"[40].

Apenas em 1842, os dois países desavindos conseguiram chegar a um acordo definitivo quanto à candente questão que vinha desgastando as suas relações diplomáticas. Tal deveu-se à cedência portuguesa, com a intervenção de outros atores políticos, que não Palmerston e Sá da Bandeira, ambos afastados na sequência de mudanças de governo. Nos anos seguintes, com os termos do tratado a estenderem para o hemisfério sul a interdição, mas a salvaguardar os navios portugueses de serem abordados pela *Royal Navy* em águas territoriais, o comércio esclavagista poderia ter recebido um rude golpe. Mas, fosse por falta de vontade e/ou força dos governadores de Angola e Moçambique, perante os ardis dos negreiros na imensidão das regiões em que operavam, o tráfico continuou a ressurgir e a renovar-se ao longo de toda a década, somente declinando (sem desaparecer) quando o Brasil aboliu a escravatura, em 1850.

---

[39] Sá da Bandeira, *O Trafico da Escravatura e o Bill de Lord Palmerston*. Lisboa: Typ. de José Batista Morando, 1840, p. 6.

[40] Idem, ibidem, pp. 80-82.

Paralelamente à luta empreendida contra a escravatura, Sá da Bandeira contribuiu decisivamente para lançar os alicerces desse novo império, em breve apelidado de "novos brasis". Contudo, longe de ter vislumbrado o que viria a ser o "novo Brasil" na sua forma mais acabada, ou seja, o território "de Angola à contracosta", plasmado no famoso "mapa cor-de-rosa", Sá da Bandeira percebeu, sim, a necessidade de começar pela colonização de certas zonas costeiras. Apesar de tais projetos somente terem ganho expressão na década de cinquenta, tanto a Constituição de 1838, quanto o Ato Adicional de 1852, já deixavam anunciar a crescente importância do património colonial no pensamento do Liberalismo Português.

Nascido no seguimento da Revolução de Setembro de 1836, em que Sá da Bandeira, entre outros, veio a pontificar, o documento constitucional de 1838 ensaiou conciliar as duas famílias liberais (vintistas e cartistas), reservando o "Título X" às "Províncias Ultramarinas". Por seu turno, o Ato Adicional de 1852, que selou o possível entendimento entre aqueles ramos liberais, após os anos conturbados dos governos de Costa Cabral e da guerra civil da Patuleia, veio acrescentar à triunfante Carta Constitucional, já em contexto da Regeneração, algumas disposições relativas às províncias ultramarinas, com o alargamento do seu Artigo 132.º.

No Terreiro e no terreno, o impulso colonial foi, a princípio, frouxo. As tímidas tentativas de povoamento, experimentadas nas décadas de trinta e quarenta, sob a direção e/ou sugestão de Sá da Bandeira, fracassaram, porquanto o continente africano continuava a ser encarado como um repositório de degradados. De igual modo, o processo expansionista, que teria de se basear em sólidas linhas de penetração do *hinterland*, a partir dos bastiões litorais, sofreu com a escassez de meios e de homens. No que respeita à ocupação militar dessas paragens, sobretudo o interior de Angola e Moçambique, e, à semelhança do que sucedeu com outras potências europeias, também a tarefa não se revelou simples. Conforme demonstram as

documentadas obras de René Pélissier, foram numerosas as investidas organizadas pelo exército português, o qual se deparou com uma resistência, por vezes férrea, das populações autóctones. No lapso temporal de 1848-1926, Angola registou cerca de cento e noventa campanhas e ações de menor envergadura. Por outro lado, os condicionalismos que, desde os primórdios dos primeiros contactos, haviam refreado o avanço europeu, caso das doenças tropicais, continuavam a fazer valer toda a sua força.

A chegada de Sá da Bandeira à presidência do recém-refundado Conselho Ultramarino, em 1851, assim como a sua ascensão a chefe de governo, entre 1856 e 1859, imprimiram uma determinação renovada à causa colonial. Um ato decisivo passou pelo Decreto de 29 de abril de 1858, que extinguia definitivamente a escravatura, embora retardasse os seus efeitos legais por um prazo de vinte anos. A ocupação da costa norte de Angola, em especial do Porto de Ambriz, em 1855, de forma a salvaguardar um mais efetivo controlo das rotas comerciais que provinham e desaguavam no *hinterland*, foi outra iniciativa que muito deveu aos planos esboçados por Sá da Bandeira. Em todo o caso, os protestos ingleses a esta expansão receberam da sua parte nova resposta. Invocando direitos históricos, argumento que, com maior ou menor êxito, Portugal continuou a brandir até a Conferência de Berlim o tornar inócuo, o estadista e militar fez notar que, nos tratados celebrados, "nunca a Inglaterra, até ao dia de hoje, tem reclamado direito algum de soberania sobre o dito território"[41].

Nos anos subsequentes, diversas operações de cunho militar, com sucessos desiguais, penetraram no *hinterland* angolano e moçambicano, arrastando a soberania portuguesa para regiões onde se supunha existirem minérios, numa espécie de reatualização do mito

[41] Sá da Bandeira, *Factos e Considerações relativas aos Direitos de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 45.

do *Eldorado*. Ao mesmo tempo, intentava-se reconverter a mão de obra escrava em mão de obra assalariada, através do seu emprego na agricultura, a fim de criar uma economia de cariz capitalista. Se, no geral, estas iniciativas não colheram os frutos desejados, em virtude de os governos da Regeneração terem investido, na metrópole, o essencial dos empréstimos conseguidos na praça financeira de Londres, tal não obsta a que o fator colonial tivesse ressurgido entre as elites políticas e em certa burguesia mercantil. Mas, sem dúvida, que a crescente resistência ao avanço português por parte das populações africanas, a prevalência do comércio tradicional na figura do sertanejo e o relativo desinteresse da opinião pública, concorreram para o não surgimento dos "novos Brasis".

Afastado da presidência do Conselho Ultramarino em 1859, mas permanecendo nos corredores do poder, embora sobraçando outras pastas, Sá da Bandeira editou, catorze anos volvidos, *O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial*, súmula do seu pensamento. A obra, que o historiador Adelino Torres classificou como "de referência", ombreia com os grandes clássicos da literatura colonial de Andrade Corvo, António Enes, Paiva Couceiro e Norton de Matos, entre outros. Composto por doze capítulos, que abordam a escravatura, o trabalho forçado, a administração, a economia, a instrução, a missionação e cada uma das colónias – o livro começa por colocar em diálogo as convicções liberais e emancipatórias do autor com as permanentes resistências ao fim do tráfico negreiro. Lamentava, assim, que certas autoridades coloniais continuassem a pensar que "a abolição do estado da escravidão [...] havia de trazer para Angola ruína maior do que a que trouxera a invasão dos bárbaros na Europa". Opinião quase idêntica era expendida pela Associação Comercial de Luanda, recorrendo também à Antiguidade Clássica. Segundo esta ótica, "o cativeiro atual era suave", pelo que "a escravatura não era agora como fora entre os romanos". Outras razões oscilavam entre o consabido paternalismo colonial e o falso humanitarismo: a escravatura "era excelente para fazer adquirir

ao preto o gosto pelo trabalho" e ainda mais "conveniente para os livrar da morte, o que sucederia se os sobas não tivessem quem os comprar"[42].

Não seriam estas opiniões que estariam na origem da crença de "alguns escritores [que] têm querido atribuir a Portugal a introdução entre os europeus do comércio de escravos negros"? Também aqui, Sá da Bandeira remontava ao passado, para concluir que "todos, sem exceção, espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses, consideraram o trabalho dos indígenas como propriedade sua", sendo que a prática já seria comum na Idade Média. E, convinha ressalvar: desde sempre, alguns nacionais esclarecidos, como António Vieira e o Marquês de Pombal, haviam criticado e limitado o seu alcance.

Meditando acerca do trabalho dos "indígenas" – libertados por força do decreto que antecipava em alguns anos a abolição da escravatura –, o autor detinha-se no caso de S. Tomé e Príncipe. Este arquipélago que, desde a década de vinte, com a introdução da agricultura do café e do cacau, vinha multiplicando a sua produção agrícola via-se, agora, a braços com uma grave crise de mão de obra. Era o mote para passar em revista cada uma das colónias. Empregando a palavra "decadência", que estaria muita em moda na Europa finissecular, Sá da Bandeira nem por isso se mostrava apologista do abandono ou venda das três colónias do Oriente a favor do reforço do novo Brasil angolano-moçambicano e dos lucros das roças são-tomenses. Recomendava, pois, a separação da Guiné e Cabo Verde e a transferência da capital deste arquipélago para a cidade do Mindelo, em S. Vicente. As suas reflexões contemplavam, além do mais, o melhor aproveitamento das possibilidades agrícolas da Guiné e alvitravam o reatamento de relações comerciais entre Moçambique, Goa e Timor, criando um novo triângulo oceânico,

---

[42] Sá da Bandeira, *O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, pp. 27-28.

estimulado pela emigração de colonos escolarizados oriundos do Estado Português da Índia[43].

Depois, tecendo considerações acerca do papel do colonizador perante o colonizado, advogava: "[Portugal] tem o dever de promover a civilização dos seus habitantes; e para o conseguir é necessário educá-los e instrui-los. Várias medidas se têm tomado para esse fim nos últimos trinta anos; mas falta muito a fazer". Iam estas palavras ao encontro da nascente ideologia colonialista de meados e finais de Oitocentos, a qual delegava às potências europeias a obrigação de zelar pela elevação civilizacional dos seus súbditos de além-mar. Este "fardo do homem branco" asseguraria ao colonizado o domínio das competências mínimas: "ler, escrever e contar e conhecimento do sistema métrico, é instrução bastante para os mestres indígenas" a dispor no terreno. Espécie de estratégia preventiva, tal minimalismo educativo buscaria impedir a formação de elites letradas locais, propensas a tomadas de posição nativistas contra o colonizador.

No mesmo sentido, Sá da Bandeira não se coibia de aplaudir a política britânica de possuir colónias com parlamento e sem ele. É que, enquanto os territórios do primeiro lote (Canadá, Austrália e o que viria a constituir a África do Sul) haviam brotado do "corpo de um povo transportado da sua pátria para um país remoto", já as demais possessões não passavam de "países conquistados, e habitados por povos de raças e linguagens diversas das europeias". Neste sentido, dotar a Índia com um parlamento semelhante, seria colocar "um instrumento nas mãos dos indígenas que eles haviam de empregar [...] como meio de excitarem as paixões a favor da independência do seu país"[44].

A argumentação prosseguia com notas acerca do tipo de emigração a encaminhar para as colónias. Afinal, se o êxito destas últimas

---

[43] Idem, ibidem, pp. 108-112.

[44] Idem, ibidem, p. 116.

"depende, em grande parte, do aumento da sua população de origem europeia"[45], era preciso levar em linha de conta os três contingentes humanos diretamente despachados pelo Estado: degradados, pessoal administrativo e militares. Em relação aos primeiros, a solução passaria por condicionar o seu envio para Macau e para a Índia, onde as fugas eram frequentes e os custos de transporte elevados. Importava, também, delimitar o seu raio de ação, pois o desterro concedia alguma liberdade espacial e de deslocação. Ora, a ilha de Santa Luzia, em Cabo Verde, seria uma alternativa consistente com tais preocupações: "a poucos dias de viagem" da metrópole, o que acautelava o capítulo da despesa; encontrava-se deserta, pelo que poderia ser explorada em moldes de colónia penal. Outra vantagem adviria da proximidade do Ilhéu Branco, também ermo, que poderia funcionar como "solitária" para os presos de "má conduta".

Resolvido este premente problema – o projeto ultramarino português (como outros) recebeu e continuaria a receber críticas, que censuravam o emprego das remessas de presos enquanto matéria-prima da colonização –, Sá da Bandeira recomendava a melhoria do pessoal militar e administrativo. Se oficiais e praças deveriam pautar pela disciplina e nunca permanecer por mais de dois anos em comissão, com o fito de "diminuir a repugnância que existe contra o serviço ultramarino", os funcionários deveriam ter habilitações, saber línguas e frequentar, à semelhança da Holanda, estabelecimentos de ensino específicos. Seria o princípio de uma ampla reforma.

A concluir, Sá da Bandeira fazia incidir a sua análise sobre a vertente económica, em especial, o seu impacto no "progresso futuro de Angola". Mostrava-se defensor da prospeção mineira do território, do cultivo de novas espécies e da exploração de matérias-primas para a indústria metropolitana. Em suma: era notório o seu desejo de valorizar o espaço ultramarino numa lógica capitalista,

---

[45] Idem, ibidem, p. 145.

que conciliasse as diferentes burguesias (metropolitana e colonial), na senda de uma colonização mais assertiva e em rutura com o passado esclavagista[46]. Uma colonização que renovasse as estruturas socioeconómicas implantadas, através da instrução (de colonos e de colonizados), do fomento económico e da revitalização das atividades produtivas.

Se, nos anos sessenta do século XIX, em virtude de alguns revezes militares e do facto de as colónias não gerarem os lucros almejados, o projeto ultramarino suscitou numerosas dúvidas, ainda mais adensadas pela crença de que o fim do trabalho escravo tornaria o desenvolvimento das colónias impraticável, a verdade é que as duas décadas subsequentes primaram pela euforia. Diversos elementos testemunham este novo estado de coisas: a descoberta de veios auríferos e de pedras preciosas; um certo desafogo financeiro, proporcionando o investimento nos territórios africanos – ou o reinvestimento do capital gerado nessas mesmas colónias; e uma crescente apreensão em face do cada vez mais notório interesse de outras nações europeias por "um lugar ao Sol". Mas não foi consensual esta visão. Sobreveio o debate, no parlamento e na imprensa, entre aqueles que se propunham alienar (parcialmente) o património ultramarino e aqueles que defendiam um reforço das posições portuguesas em Angola e S. Tomé e Príncipe. Entre aqueles que se apegavam à secular história expansionista e aqueles que se diziam pelo abandono dos enclaves e das ilhas.

Coube a Oliveira Martins, através da obra *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, vinda a lume em 1880, apresentar a mais incisiva refutação da opinião subscrita pelos primeiros, colocando-se num plano ainda mais radical, porquanto revisionista da "gesta" marítima. Com efeito, após traçar um bosquejo dos alvores do império e da evolução do Brasil, passava em revista cada uma das colónias, num capítulo sintomaticamente intitulado de "A África Portuguesa".

---

[46] Cf. Alfredo Margarido, "Prefácio", in Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, pp. 11-12.

Era assim que, abordando em escassas páginas os domínios da Índia, Macau e Timor, referia: "dadas pois estas explicações necessárias, despedimo-nos do Oriente". Afinal, Goa (e Damão e Diu) mais não seria do que um "densamente povoado" e "breve território encravado no Império Britânico", incapaz, por isso mesmo, de ser "destino de uma emigração" ou "oferece[r] perspetivas de um futuro brilhante"[47]. Recorde-se que outros vultos da "Geração de Setenta" alimentavam as mesmas ideias. Por exemplo, Eça de Queirós, em setembro de 1871, longe ainda do relativo entusiasmo colonial, que caracterizaria *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), começava uma das suas *farpas* dizendo que "andávamos inteiramente esquecidos da Índia", não fosse "um telegrama do sr. Visconde de S. Januário", governador à época, e que se debatia com mais um levantamento dos locais. A crónica de Eça é interessante, pois, à semelhança de Oliveira Martins, julgava com severidade as colónias do Oriente: "a Índia não nos serve senão para nos dar desgostos. É um pedaço de terra tão pequeno que se anda a cavalo num dia [...], ocorre-nos outra coisa a respeito da Índia – dá-la", até porque, no que concerne às glórias do passado, "D. João de Castro, hoje, não serve senão para os rapazes de latinidade fazerem temas de província"[48]. E, para Antero de Quental, em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, "a conquista da Índia pelos ingleses é justificada porque é civilizadora. A conquista da Índia pelos portugueses, da América pelos espanhóis, foi injusta, porque não civilizou".

Segundo Oliveira Martins, quanto a Macau, idênticas razões presidiriam aos seus reduzidos méritos económicos, ainda mais agravados pela proibição de aí embarcar trabalhadores chineses (*coolies*) e pela recente concorrência de outras cidades no negócio do jogo.

---

[47] J. P. Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores, 1978, pp. 164-166.

[48] Cf. Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, *As Farpas*. Cascais: Princípia, 2004, pp. 186-197

Em relação a Timor, um único parágrafo resumido na ideia de que "*Timor* é coisa nenhuma; e melhor fora abandonar por uma vez, a troco de qualquer preço, este pedaço de ilha a que se não ligam tradições nem interesses"[49]. Quer isto significar que, na sua perspetiva, a "África chama-nos, e reclama de nós uma opinião mais demorada", embora sustentasse que "o abandono do Cabo da Boa Esperança repeliu para sempre os portugueses do interior da África", em virtude de o clima mais ingrato do sertão mediando Angola e Moçambique colocar poderosos entraves à sua colonização. Estas reservas estendiam-se a Cabo Verde, que se encontraria em "transição da condição de colónia para a de província metropolitana", e até ao mais promissor arquipélago de S. Tomé e Príncipe, ao qual a abolição da escravatura viera trazer grandes constrangimentos, no que se refere à mão de obra essencial às roças. Mostrava-se, também, contrário ao deslocamento dos caudais migratórios do Brasil para África, pois as remessas de dinheiro enviadas pelos portugueses aí residentes seriam sempre superiores aos custos necessários para fazer de Angola e Moçambique territórios rentáveis.

Posto isto, recentrando o problema, Oliveira Martins inventariava os diferentes tipos de colónias:

1 – As feitorias, ou colónias comerciais;
2 – As fazendas ou colónias de produção agrícola, destinadas à exportação (plantações);
3 – As *colónias*, propriamente ditas, ou estabelecimentos de população fixa, dada à cultura de produtos de consumo local[50].

Enquanto, no primeiro tipo, enquadrava Angola e Moçambique, por se tratar de meros "escritórios de comércio marítimo" obsoletos,

---

[49] J. P. Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, p. 164.
[50] Idem, ibidem, p. 180.

já no segundo havia de ter em conta S. Tomé e Príncipe. "Colónias, propriamente ditas": apenas a Madeira, os Açores e o Brasil de outros tempos. No fundo, esta linha de argumentação que adiante sujeitava as gentes africanas a uma severa leitura à luz do Darwinismo Social, pretendia distanciar-se das usuais parangonas épicas lançadas acerca dos Descobrimentos – "o alimento mais aprazível ao paladar português". Para, ao mesmo tempo, recomendar que, caso não se fizesse "de Angola uma *boa* fazenda à holandesa", era preferível desistir, "não vale, sinceramente, a pena".

Representante de um grupo minoritário na sociedade portuguesa, Oliveira Martins em breve se viu ultrapassado pela corrente defensora de uma efetiva colonização dos territórios africanos e da manutenção das colónias orientais. Doravante recoberto por mitos de grandeza histórica, numa retórica nacionalista que perdurou até 1975, o Ultramar tornou-se um espaço sagrado, espécie de herança legada em primeira mão pelos navegadores de Quatrocentos e Quinhentos. Nesta conjuntura, de onde viria a nascer o ambicioso "mapa cor-de-rosa", João de Andrade Corvo foi decisivo. Ao contrário de Oliveira Martins, que apenas chegou ao governo nos anos noventa, pouco antes da sua morte, como ministro da Fazenda, Andrade Corvo estaria à frente, ainda nos anos sessenta, do ministério das Obras Públicas. A partir de 1871, durante vários consulados de Fontes Pereira de Melo, viria a sobraçar as pastas dos Negócios Estrangeiros e a da Marinha e Ultramar. Voltaria, em data posterior, até 1879, a integrar novo executivo regenerador, como ministro dos Negócios Estrangeiros. Contam-se, entre as suas realizações, a criação de ligações regulares de vapores entre a metrópole e a Índia Portuguesa e Moçambique, como que atualizando, numa outra feição, a velha carreira das Índias; o envidar de esforços no combate à escravatura e ao embarque de *coolies* no porto de Macau; a compra de um couraçado e a criação de uma legião do Ultramar; e um tratado com Inglaterra sobre os limites da Índia, prelúdio à construção do caminho de ferro ligando

o Porto de Mormugão a Bombaim (hoje Mumbai), numa linha quase paralela à costa[51].

À semelhança de Sá da Bandeira, a sua passagem pelo ministério da Marinha e Ultramar seria seguida de um *Estudo sobre as Provincias Ultramarinas*, saído em 1883, em quatro volumes. Nele, recuperando a tradicional expressão "província ultramarina", por oposição à mais atual, mas desprendida e distante, "colónia", do título do livro de Oliveira Martins acima mencionado, Andrade Corvo sistematizou o seu pensamento após a experiência entretanto adquirida. Possuidor de amplos conhecimentos – frequentara a Escola Politécnica, tendo depois concluído, na Escola do Exército, o curso de engenharia, e o da Escola Médica, para além de ter lecionado Botânica –, Andrade Corvo canalizou-os para a sua ação política e literária. Prova cabal desta asserção reside na panóplia de temáticas analisadas e na rigorosa organização que preside a *Um Estudo sobre as Provincias Ultramarinas*.

A obra começava com uma divisão ternária dos tempos do "nosso domínio colonial", em muito semelhante à usual periodização dos "Três Impérios" já vista. Prosseguia com referências à terceira época, sua contemporânea, denunciando que o seu início tinha sido retardado cerca de quarenta anos, por força da persistência do tráfico e das práticas esclavagistas. Neste ponto, como noutros, chamava à colação a "sina portuguesa", responsável por "não levar por diante qualquer ideia útil, que saia dos estreitos limites da rotina"[52]. Não restam dúvidas de que Andrade Corvo tinha também em mente a "falta de [um] plano regular" de obras a empreender nas colónias, o qual, na presença de "muito exíguos" capitais portugueses, tinha de

---

[51] Cf. Carlos de Brito Leal, "O Porto e o caminho de ferro de Mormugão", in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*. Lisboa: 16/04/1961, N.º 1760, pp. 51-52.

[52] João Andrade Corvo, *Estudos sobre as Provincias Ultramarinas*. Lisboa: Academia Real das Sciências, 1883, 1.º vol., p. 76.

financiar-se nas praças europeias, à imagem da política levada a cabo por Fontes Pereira de Melo na metrópole[53].

Por isso, invocava "a nossa aliança com a Grã-Bretanha", a qual deveria ser expurgada das questiúnculas recentes (escravatura, ocupação de Ambriz e do norte de Angola), de forma a restaurar a "cooperação de ambas, com o fim de civilizar África". Recorde-se que esta procura de boa vizinhança já era percetível na construção do caminho de ferro de Mormugão. E que a própria queda de Andrade Corvo se ficou a dever ao malogro das negociações em torno da delimitação da Bacia do Zaire (ou Congo), assim como do Tratado de Lourenço Marques (1879) – não ratificado pelo parlamento português –, o qual pressupunha a construção de uma linha de caminho de ferro desde aquela cidade até ao Transval e a consequente isenção aduaneira dos bens ingleses que transitavam no seu porto.

Não se escusando de verberar em todos aqueles que tinham por "desperdício e um erro" o desenvolvimento de "obras públicas em tão dilatadas regiões"[54], Andrade Corvo apresentava o potencial de cada uma das colónias. Certamente que não escapava ao espírito do tempo, quando atestava a "indolência da população [cabo-verdiana]" ou consagrava o terceiro dos quatro volumes a "reflexões económicas e administrativas" e etnográficas, a propósito da "civilização africana". Partindo da teoria de Darwin, sem, no entanto, aceitar todas as suas implicações, admitia que, através da "propagação do Cristianismo", a par da "instrução das populações, racional e prática", os africanos lograriam abalançar-se a alguns sucessos "civilizacionais". Porém, o facto de "o espírito dos negros não recebe[r] doutrinas complexas, nem pode[r] conceber ideias abstratas", a que se vinha juntar apetência pelos "vícios" do europeu, que cultivaria numa escala ainda mais

---

[53] Alexandre Valentim, *Velho Brasil, Novas Áfricas*, p. 150.

[54] João de Andrade Corvo, *Estudos sobre as Provincias Ultramarinas*, 1.º vol., pp. 36-39.

desmesurada – como o "uso imoderado da aguardente" –, não abonava a seu favor[55].

Escorado nestes estereótipos, dos quais sobressaía o da indolência, Andrade Corvo, ciente da imperiosidade de envolver o elemento africano na valorização dos territórios ultramarinos, preconizava um cuidadoso olhar acerca do que tinha sido feito no passado. E do que outros povos colonizadores, como ingleses, holandeses e franceses vinham fazendo. Porque, em última análise, a "nossa aliança com os chefes indígenas é a força principal do nosso domínio". A tradição ganhando foros de regra: "pois não é pela força que podemos nem temos interesse em firmar o nosso domínio". Havia, pois, que assegurar a colaboração dos *sobas*, mantendo mais ou menos intacto o seu poder, e garantir que os usos e costumes "indígenas", desde que não colidissem com "os princípios essenciais da civilização", fossem mantidos.

Com estas palavras, que parecem ser ecoadas, à distância de mais de cinquenta anos, pelo Artigo 22.º do *Ato Colonial* de 1930 – prova da relativa constância da política colonial portuguesa –, Andrade Corvo tentava demonstrar, num registo paternalista, que o ensino e a liberdade seriam os melhores garantes e defensores dos direitos dos africanos. Uma longa aprendizagem como caminho e não tanto "fazer eleitores de homens, que não sabiam ser cidadãos", que o mesmo é dizer que caberia à metrópole tutelar as colónias, devido à suposta incapacidade e menoridade dos autóctones. Daí que a sua análise das diferentes colónias se ressinta de todos estas premissas. Ao invés do radicalismo pregado por Oliveira Martins, negava-se a excluir qualquer colónia da órbita metropolitana, inclusive Timor, que, apesar dos seus custos, tinha na "cultura do café [uma] grande riqueza [que] tem prodigiosamente crescido"[56]. Apostado numa ocupação paciente de África, que atraísse os capitais estrangeiros que escasseavam, Andrade Corvo deu

---

[55] Idem, ibidem, 3.º vol., pp. 84-89.

[56] Idem, ibidem, 4.º vol., p. 178.

o seu apoio à criação da Sociedade de Geografia de Lisboa[57], em 1875, "momento de tomada de consciência no seio da sociedade portuguesa para os problemas ultramarinos"[58].

Sob a égide de Luciano Cordeiro, historiador e geógrafo, este secular organismo enquadrou uma vasta e diversificada plêiade de estudiosos e cientistas, os quais proporcionaram, no terreno e na sala de conferências, uma visão mais alargada das problemáticas da "imensidade do território, que possuímos ou a que temos direitos reconhecidos". Dispondo-se a recuperar um longo atraso em relação a instituições homólogas de outros países, a Sociedade de Geografia coordenou viagens de reconhecimento, ditas "científicas", ao *hinterland*, as quais foram aumentando em número e objetivos. Umas vezes com propósitos científicos de perceção dos espaços, mais comummente com intuitos de "conhecer para dominar", quase sempre fiéis ao pioneirismo aventureiro de que se revestiu a expansão dos meados e finais do século XIX. Ciente do cada vez maior apetite territorial das outras potências europeias por áreas de antemão julgadas nossas.

Na peugada de David Livingstone, obcecado com a descoberta das nascentes do Nilo, ou na esteira de sertanejos portugueses, como António Francisco da Silva Porto, explorador e comerciante que se internou no planalto angolano do Bié, um conjunto de viajantes ensaiou a sua sorte. Foram os casos de Alexandre de Serpa Pinto, autor de *Como eu atravessei a África*, sem esquecer, entre outros, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. Mas, onde Silva Porto corporizava o exemplo mais acabado de um sertanejo, isto é, de um comerciante explorador mais ou menos integrado e benquisto entre as populações locais (aí se casou e teve filhos), ou o caçador Diocleciano das Neves encarnava o viajante audacioso em busca de "meios de

---

[57] Cf. Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

[58] Maria Manuela Lucas, "A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)", in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14, p. 299.

passar a vida independentemente" no regresso "à minha tão desejada pátria" – os outros tendiam a materializar o espírito do tempo, em que ciência, aventureirismo e expansionismo imperialista caminhavam de mãos dadas rumo ao interior de África. Era, assim, que Serpa Pinto e Capelo e Ivens iam efetuando pesquisas de natureza geográfica e hidrográfica e teciam considerações de ordem etnográfica e linguística a respeito das populações encontradas.

Os interesses temáticos da Sociedade de Geografia, divulgados no seu boletim, estenderam-se à quase totalidade dos domínios científicos, propagando-se, ainda, à arena política e diplomática. Num período em que a "corrida colonial" ou *scramble for Africa*, na expressão inglesa, se acentuava, Luciano Cordeiro enfatizou a necessidade de jogar a carta da antecipação contra "a[s] políticas estranhas que começam a ameaçar gravemente o nosso prestígio e a nossa soberania naquele continente". Tratava-se de enviar "sucessivas expedições de estudo [...] fixando relações com os potentados selvagens", ou seja, os portugueses chamarem de novo a si o papel de "guardas avançados à ciência e à civilização do velho mundo"[59], através da instalação de estações ou bases avançadas, um pouco à maneira de padrões.

Com a França a cobiçar a Guiné e a Inglaterra a disputar os territórios do *hinterland* da África Austral, os direitos históricos portugueses enfrentavam um ataque sem precedentes. Percebendo, finalmente, que imperava outra lei que não a da prioridade temporal, o pensamento ultramarino luso gravitou entre duas tendências: observar o que os outros faziam e tentar fazer melhor; aceitar a fraqueza e insistir na tese da precedência histórica.

---

[59] Luciano Cordeiro, *Questões Coloniais*. Lisboa: Editorial Vega, 1981, pp. 43-44.

Direitos históricos e ocupação efetiva

A famosa conferência de Berlim (1884-5), que criou e/ou legitimou regras para a ocupação de África, revelou-se uma ameaça adicional para as grandes expectativas portuguesas[60]. Todavia, a bem dizer, já em 1876, data da Conferência Geográfica de Bruxelas, se discernia o perigo. O encontro, convocado pelo monarca belga Leopoldo II, reuniu exploradores, geógrafos e filantropos, no decurso do qual emergiu a *Association International Africaine*, que chamava a si intenções humanitárias e civilizadoras. Recobrindo-se destes ideais, a associação serviu, sobretudo, as ambições imperialistas do rei belga, que, perante a aparente indiferença dos seus súbditos pela aventura ultramarina, se incumbiu de construir um império em seu próprio nome. Neste particular, Leopoldo II conseguiu mobilizar os serviços do jornalista e explorador galês Henry Morton Stanley, que se celebrizara por descobrir o paradeiro de David Livingstone na atual Tanzânia, assim como por outras viagens ao interior de África.

Em breve, apoiando-se em diversos organismos, com destaque para a *Association International du Congo*, o dito monarca definiu, como futura área de influência, vastas regiões nas embocaduras do rio Congo e que se estendiam para o interior. Note-se que o caudaloso rio constituía uma privilegiada via de penetração, para além de via de comunicação comercial. Por seu lado, a França enviou o oficial da marinha Pierre Brazza ao Congo, tendo o mesmo fundado a cidade a que deu o seu nome e a partir da qual reclamou a soberania sobre amplos territórios. De resto, Leopoldo II congraçara-se com o governo gaulês no sentido de fazer reverter o Congo para a França, caso não conseguisse levar os seus intentos a bom porto. Outros atores, como as recém-reunificadas Itália e Alemanha, faziam a sua aparição

[60] Cf. Eric Axelson, *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

na cena colonial, adensando ainda mais o problema da repartição de África, espécie de "continente devoluto", nas palavras de Maria Alexandre Dáskalos.

Era assim que a Inglaterra propunha o estabelecimento de um eixo que ia das margens do Mediterrâneo até ao extremo sul de África, "do Cabo ao Cairo", dominando os caminhos para a "joia da coroa" indiana através do Estreito de Gibraltar e do recente Canal de Suez. Quiçá o único império a uma escala verdadeiramente planetária. Que a França, a partir da Argélia, se ia assenhorando de boa parte do Magrebe, expandindo-se para Sul e para Leste, a partir da Senegâmbia (Senegal e Guiné). Ou, como os ingleses bem referiam, em tom jocoso, as "terras leves" do deserto saariano, por oposição às mais férteis terras da África Negra em sua posse. Enquanto o Ultramar holandês se baseava na posse do sudeste asiático (atual Indonésia), a Espanha continuava a guardar para si Cuba e as Filipinas e, em África, Marrocos e a Guiné Equatorial. Por seu lado, a Itália, na senda de restaurar o poderio mediterrânico do Império Romano, lançava-se, sem sucesso, à conquista da Etiópia, mas assenhoreava-se da Eritreia, anexando, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, a Tripolitânia (Líbia). Quanto à Alemanha, para além de se apossar de alguns arquipélagos no Oceano Pacífico, reteve, no continente africano, o Sudoeste Africano Alemão e o Sudeste Africano Alemão, colónias essas que confrontavam, a sul e a norte, respetivamente, com Angola e Moçambique, e que constituíram grande inquietação para o governo de Lisboa até aos anos quarenta do século XX.

De facto, alarmado com este cenário, o governo português, após todas as indefinições dos tempos de Andrade Corvo, assinou com a Inglaterra um tratado sobre a Bacia do Congo, a 26 de fevereiro de 1884. Este sobrepunha-se a zonas reivindicadas por outros, tendo concitado os mais variados protestos e a movimentação dos meios diplomáticos europeus. Coube ao chanceler alemão Otto von Bismark quebrar o impasse, com a convocatória para uma conferência a realizar

em Berlim nesse mesmo ano, atendendo a um pedido de Portugal, devidamente secundado pela aliada Grã-Bretanha, receosa da intervenção francesa.

Iniciados a 19 de novembro, os trabalhos arrastar-se-iam até 26 de fevereiro do ano seguinte. Catorze Estados foram chamados a estar presentes, tendo-se lavrado uma ata final com trinta e oito artigos que vinham responder às questões julgadas essenciais. Eram elas: a liberdade de comércio na Bacia do Congo (e do rio Níger) e regiões adjacentes; o reforço da proibição do tráfico de escravos nessas embocaduras e uma declaração de neutralidade desses territórios; mas, sobretudo, a confirmação do Estado Livre do Congo enquanto propriedade da associação dirigida por Leopoldo II e a "declaração relativa às condições a serem observadas, para que novas ocupações nas costas do continente africana sejam consideradas efetivas"[61].

Este último ponto dispunha que as potências colonizadoras deveriam precaver futuras confrontações entre si, quando do surgimento de conflitos de interesses. O mecanismo preventivo assentava na notificação das potências signatárias da ata, as quais se pronunciariam a favor ou contra. Na prática, tal dispositivo seria muitas vezes acompanhado por compensações territoriais às partes prejudicadas, através de um processo muito semelhante ao que Bismark, para as anexações em território europeu, denominava de "política das gorjetas"[62].

Se, a vitória do rei belga, muito colhera dos frutos da campanha por si lançada junto da opinião pública internacional, promovendo a ideia de um Portugal esclavagista e incapaz de explorar convenientemente as suas colónias, o certo é que o país despertara tarde para os novos rumos do imperialismo europeu. Também a tese gizada em torno dos direitos históricos que, no caso do Congo, remontavam ao navegador

---

[61] Artigo 34.º.

[62] Cf. Pierre Milza, *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 57.

Diogo Cão, pouco sucesso teve. Boa parte das potências signatárias não possuía qualquer tradição em terras de África, pelo que apoiavam uma política de "mãos livres", através da qual a força dos dinamismos nacionais marcasse a diferença. Largamente predatória, esta conduta ignorava os interesses dos autóctones africanos, vistos como súbditos prontos a tolerar a governação estrangeira, mão de obra barata a recrutar e recetáculo dos produtos industriais gerados nas metrópoles[63].

Refira-se que esta corrida a África reproduzia e ampliava, outras vezes aliviava, os embates nacionalistas havidos no solo europeu. Decerto assim pensou Bismark, quando encorajou a França vencida e amputada das províncias da Alsácia-Lorena, após o conflito de 1870-71, a procurar outra sorte em terras de além-mar. Também não deixa de ser verdade que a mesma Alemanha, a despeito das reticências de Bismark acerca da expansão ultramarina, viria a abraçar esta via, chegando quase, em 1911, a propósito de Marrocos, a entrar em guerra com o vizinho francês[64]. Ou que a Grã-Bretanha e a França, divididas pela crise de Fachoda (1898), no Sudão, acabassem por fazer desta disputa diplomática, e apesar de todas as recriminações, uma base de entendimento contra a política imperialista alemã, doravante dirigida pelo imperador Guilherme II, que nestas questões se revelava menos contemporizador e mais entusiasta do que Bismark.

Esta vitalidade, tão característica dos finais do século, ao fazer tábua rasa da tese dos direitos históricos, instilou, nos meios coloniais portugueses, novos e velhos receios. Houve, desde logo, um recentrar de prioridades, com o eixo expansionista a deslocar-se da agora interdita região a norte de Angola para o *hinterland*. As expedições lançadas, quer de Angola, quer de Moçambique, vieram comprovar esta mudança de orientação. Os debates mantidos pelo parlamento e

---

[63] Cf. Miguel Bandeira Jerónimo, *Livros Brancos, Almas Negras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 63-68.

[64] Cf. Marc Nouschi, *O Século xx*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, pp. 69-70.

pela imprensa tendiam a abafar as dúvidas daqueles que partilhavam do ceticismo de Oliveira Martins. Acrescia a atitude a um tempo calculista e pragmática da Inglaterra, que se escusara a apoiar Portugal na Conferência de Berlim, não obstante o tratado pouco antes assinado. Esta potência, além do mais, exibia um indisfarçável interesse pelo território agora na mira portuguesa, particularmente rico devido à presença de jazidas de diamantes: justamente aquele que unia Angola e Moçambique[65].

Os dois tratados firmados com a França e a Alemanha, em 1886, com o objetivo de delimitar fronteiras, pareciam refletir o espírito da Conferência de Berlim do ano anterior: não apenas assinalavam um afastamento de uma diplomacia bilateral (com a Inglaterra) para uma diplomacia multilateral, assim como deixavam entrever o alvo das expectativas coloniais portuguesas. Se o acordo com a França, de 13 de março reconhecia o domínio desta sobre a bacia do rio Casamansa, na Guiné, em troca da pretensão lusa sobre o território mediando Angola e Moçambique, com um primeiro esboço do "mapa cor-de-rosa", o tratado com a Alemanha, assinado a 30 de dezembro, delimitava as fronteiras a sul de Angola e a norte de Moçambique, com algumas cedências territoriais a favor desta potência, contra o reconhecimento do "mapa cor-de-rosa", documento que seguia anexo a estes protocolos[66].

As negociações encetadas pelo ministro dos Estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage e continuadas por Henrique de Barros Gomes, regenerador e progressista, respetivamente, continuaram nos anos seguintes, entre 1887 e 1889, com uma tentativa de aproximação à Inglaterra. Em simultâneo, prosseguiam as viagens exploratórias

---

[65] Cf. Armando Malheiro da Silva e José Lima Garcia, "Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar", in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1995, vol. 17, p. 356.

[66] Cf. António José Telo, "Um sonho cor-de-rosa?", in João Medina (dir.), *História de Portugal*, p. 210.

de Serpa Pinto, entre outros, com a assinatura de muitos tratados de vassalagem com chefes locais, numa tentativa de antecipar os intentos ingleses. Era, agora, cada vez mais inevitável a colisão do eixo que ia de "Angola à Contracosta" com o ainda mais ambicioso britânico plano de unir "o Cabo ao Cairo".

Cecil Rhodes, homem de negócios e estadista sul-africano, era o rosto mais visível dessa política imperialista, que "anexaria os planetas, se pudesse", conforme escreveu a sua biógrafa Sarah Gertrude Millin[67]. Magnata dos diamantes, dotado de visão e imbuído de certezas, Rhodes entrou na política sem sair do mundo dos negócios[68]. Foi, com habilidade, que jogou com os sentimentos nacionalistas da Inglaterra Vitoriana, garantindo o seu auxílio em defesa das pretensões territoriais da colónia sul-africana, contra adversários reais ou potenciais. As desinteligências com as repúblicas bóeres e com Portugal em muito decorreram de uma opinião pública sensível à propaganda colonial acalentada pela imprensa e por políticos e poetas, que faziam figura de "chantres" da "Albion" ou da "Rainha dos Mares"[69].

Como quer que seja, sob os auspícios da *British South African Company* de Rhodes, as relações entre Londres e Lisboa foram esfriando, com o processo negocial a evoluir para uma escalada de posições que, em breve, raiava o extremismo. Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros, apostado em conduzir a questão para uma nova conferência internacional, onde pudesse concitar o apoio de Paris e Berlim; o primeiro-ministro inglês Lord Salisbury, sob uma cada vez maior pressão da opinião pública, constrangido a resolver a questão a duas vozes. Por isso, após uma intensa e infrutífera troca de garantias, réplicas e contrarréplicas, Salisbury remeteu

---

67 Sarah Gertrude Millin, *Cecil Rhodes*. London: Chatto & Windus, 1933, p. 138.

68 Cf. Marc Ferro, *Histoire des Colonisations*, pp. 128-131.

69 Cf. Henri Wesseling, *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*. Paris: Gallimard, 2009, pp. 252-254.

ao governo português, a 11 de janeiro de 1890, uma nota diplomática que passaria à História como o "Ultimato Inglês". De resto, todos os historiadores têm vindo a vincar o impacto deste acontecimento aos mais diversos níveis. Os contemporâneos não foram menos assertivos. Quando o político e diplomata João Chagas, numa passagem muito citada, referia que "começou-se por gritar, abaixo a Inglaterra; acabou-se por gritar, viva a República"[70], apenas dava conta de que, em poucos meses, dissipada a ameaça externa inglesa e mais ou menos serenada a indignação popular antibritânica, alguns setores da sociedade nacional tinham capitalizado o descontentamento generalizado, canalizando-o contra a figura do rei, contra os partidos monárquicos e contra o regime – foi o caso do Partido Republicano.

Nascido em meados dos anos setenta, este conhecera uma primeira fase pautada pela paciente propaganda e doutrinação dos seus ideais, ao reconhecer, perante o exemplo dado pelas nações europeias mais industrializadas, o atraso económico, o carácter desadequado do ensino universitário, a chaga insanável do analfabetismo, bem como os novos problemas trazidos pelo ambicioso (mas tímido) processo de modernização da segunda metade do século XIX. Estas críticas, delineadas em primeira instância pela "Geração de Setenta" – composta por monárquicos e republicanos –, estendiam-se à sociedade, amiúde considerada pobre de espírito e repetidamente enganada pelos políticos regeneradores e progressistas (caciques, "chapeladas", etc.)[71].

As Comemorações do Tricentenário de Camões (1880), que culminaram com um grande cortejo cívico pelas ruas da capital, e as celebrações do Centenário Pombalino (1883) – já então recobertas do cunho anticlerical futuramente patenteado pelo regime nascido

---

[70] Amadeu Carvalho Homem e Alexandre Ramires, *Memorial Republicano*. Coimbra: CMC, 2012, p. 103.

[71] Idem, *A Propaganda Republicana. 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

a 5 de Outubro –, tinham impulsionado o partido para atitudes mais aguerridas, com uma nova geração de republicanos a reivindicar mudanças em todos os quadrantes[72]. No entanto, no imediato, o Ultimato Inglês ditou a queda do governo progressista e do seu ministro Barros Gomes, com violentas explosões de ódio popular à "pérfida Albion", que impusera, a partir de um documento seco e lacónico, condições particularmente humilhantes ao velho aliado português. Ao iminente corte de relações diplomáticas – "Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação", caso "todas e quaisquer forças militares portuguesas, atualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas, [não] se retirem"[73] – acrescia o facto de duas frotas inglesas, em Zanzibar e em Gibraltar, ameaçarem tanto Moçambique, quanto Lisboa. Era o suficiente: abandonado pelos seus aliados de véspera, Portugal viu-se obrigado a ceder e a sentar-se à mesa das negociações com a Grã-Bretanha. O Tratado Anglo-Luso, de junho de 1891, consagrou a posição britânica no terreno e até o direito de preferência, caso o governo de Lisboa decidisse alienar o seu património ultramarino, sem esquecer a entrada de capitais do velho aliado no nosso espaço colonial.

No terreno e, em face da agitação doméstica, mercê da malograda revolta republicana do Porto, a 31 de janeiro de 1891, e dos indicadores económico-financeiros, que anunciavam a bancarrota de 1892, houve um esforço de impor a soberania lá onde ela escapava, a fim de corresponder aos ditames estabelecidos pela Conferência de Berlim. Sucederam-se, por conseguinte, as "campanhas de pacificação" em África e as costumadas operações policiais e/ou militares nos territórios julgados mais instáveis: "um massacre tolerado ou sistemático –

---

[72] Cf. Maria Isabel João, *Memória e Império*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 51-55.

[73] Cf. Amadeu Carvalho Homem e Alexandre Ramires, *Memorial Republicano*, p. 96.

perpetrado com o auxílio dos supletivos locais – assegura[ndo] o futuro de uma colonização calma"[74]. Enquanto Timor, entre 1894 e 1908, sob o impulso de José Celestino da Silva, governador particularmente dinâmico e longevo, era objeto de uma ocupação e submissão sem precedentes, o Estado Português da Índia enfrentava, após diversas sublevações ao longo de todo o século XIX, a chamada Revolta de Satari (1895). Esta rebelião contra as autoridades deflagrou uma vez mais nos territórios de mais recente incorporação no domínio português – as Novas Conquistas –, acabando por ser sufocada com o concurso de um corpo expedicionário. Manuel de Oliveira Gomes da Costa, o qual, por diversas vezes, se cruzaria com Norton de Matos, teve um papel importante nesse enfrentamento[75]. De resto, como adiante se verá, o próprio Norton, nos finais de 1901, então diretor da Repartição de Agrimensura da Índia, seria nomeado comandante militar de Satari, cabendo-lhe debelar nova revolta entretanto surgida.

Seja como for, Moçambique, Angola e a Guiné foram palcos bélicos de maior intensidade. As campanhas lançadas contra os guerreiros Vátuas de Gungunhana, em Moçambique, nos anos noventa, ganharam um estatuto mítico, que se prolongou por largas décadas. Sob o comando nominal de António Enes, comissário régio, uma série de oficiais estancou os ataques lançados contra Lourenço Marques, passando à contraofensiva, num ciclo de batalhas vitoriosas, como Marracuene, Magul e Coolela – todas travadas em 1895. Finalmente, em finais de dezembro, na ação militar mais celebrada pela propaganda colonial, o major Joaquim Mouzinho de Albuquerque entrou com alguns soldados em Chaimite, aprisionando Gungunhana. O facto de se tratar da capital espiritual dos guerreiros Vátuas – berço

---

[74] René Pélissier, *Timor em Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 2007, pp. 23-24.

[75] Cf. Manuel de Oliveira Gomes da Costa, *A revolta de Goa e a campanha de 1895-1896*. Lisboa: Livraria Popular-Sociedade Industrial da Tipografia, 1939.

do seu império e túmulo do fundador do mesmo – não deixou de pesar simbolicamente sobre os revoltosos, já vencidos do ponto de vista tático e estratégico, e que assim não esboçaram qualquer movimento para proteger o seu chefe, acossado e aprisionado pelos reduzidos efetivos portugueses. Derrotado este inimigo, a resistência prosseguiu noutros pontos da colónia, com permanentes campanhas, que se estenderam até quase 1920, com novos ressurgimentos, quando da Primeira Guerra Mundial.

Em Angola, verificaram-se idênticas dificuldades na pacificação do território, de modo que, ao tempo da primeira passagem de Norton de Matos pelo seu governo-geral, entre 1912 e 1915, ainda conviviam, no mapa administrativo, circunscrições civis e militares. E, apesar de todas as incursões, que reduziriam Angola à condição de colónia mais ou menos controlada, um último levantamento, em 1940/41, por parte dos Hereros, obrigaria as autoridades coloniais a encetar uma derradeira e já anacrónica "campanha de pacificação", a menos de vinte anos do arranque da Guerra Colonial/de Independência.

O caso não seria isolado e também a Guiné conheceria um último grande embate em 1936/37, com as operações a decorrerem no arquipélago de Bijagós. Porém, ao invés das colónias de Angola e de Moçambique, mais ou menos submetidas durante a Primeira República, com um ou outro foco de insurgência, as ações militares em terras da Guiné prolongaram-se, quase sem interrupção, até aos anos trinta, apesar das violentas campanhas de João Teixeira Pinto, lançadas entre 1912 e 1915. No caso particular da Guiné, talvez ainda mais do que nos anteriores, o elemento local, o"indígena", foi amplamente empregue nas fileiras do exército colonial. Jogando com os antagonismos latentes entre a profusão de etnias e de sociedades existentes num tão exíguo espaço, os portugueses lançaram umas contra as outras, na tentativa de minorar circunstâncias adversas, como as condições peculiares do terreno, sulcado por rios caudalosos e envolto numa vegetação cerrada e luxuriante.

Na verdade, a este território, mais do que a Angola ou Moçambique, podia-se aplicar o epíteto de feitoria, pois o tráfico esclavagista, apoiado em alguns pontos da costa, sempre se tinha sobreposto a qualquer outra atividade. A exploração do amendoim, a partir do terceiro quartel do século XIX, e depois do coconote e da borracha, não lograram mudar em muito a fisionomia de uma sociedade assente na diversidade étnica e cultural. Nas cidades, porém, comerciantes estrangeiros, degradados metropolitanos e emigrantes cabo-verdianos tendiam a dominar o comércio das oleaginosas, imprimindo algum dinamismo ao território.

Nunca chegando a ser uma colónia de povoamento, a Guiné ajudou a cristalizar, entre alguns historiadores, caso de Richard Hammond[76], a hipótese de o colonialismo português, nos séculos XIX e XX, mais do que ostentar uma faceta económica, primar por uma postura de contemplação nostálgica do passado – "herdeiro glorioso e rival triunfante das hegemonias comerciais do árabe e do veneziano"[77] –, apegando-se às parcelas ultramarinas pelo que estas haviam sido nos tempos de Afonso de Albuquerque. A esta luz, o sobressalto patriótico do Ultimato Inglês apenas teria servido para inflamar o nacionalismo imperialista português, mais do que ser ponto de partida para um projeto económico de fundo. A violência e a prontidão das campanhas de Mouzinho e de outros responderiam, pois, a desígnios de ordem simbólica, em que Portugal, país periférico e subdesenvolvido, pouco teria a dizer em matéria de exportação de capitais, bens maquinofaturados e pessoas para o além-mar. Objeto de uma revolução industrial incipiente e incompleta, incapaz de transformar em colonos os emigrantes que

---

[76] Richard Hammond, *Portugal and Africa (1815-1910)*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1966.

[77] Carneiro de Moura, "Soluções da política colonial portuguesa", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: 1899, N.º 18, vol. III, p. 1.154.

rumavam ao Brasil, o país não passaria de um peão da política externa inglesa[78].

Subintitulado de *A Study in uneconomic Imperialism*, a obra/tese de Hammond tem suscitado, de há uns anos a esta parte, um debate a várias vozes, que ainda hoje ecoa. *O Terceiro Império Português*, obra já citada do historiador Gervase Clarence-Smith, parece responder-lhe no subtítulo: *A Study in Economic Imperialism*. A linha de raciocínio aí desenvolvida vai no sentido de demonstrar que, mau grado o peso ideológico do ideário imperial, a vertente económica foi o esteio maior, mesmo quando o saldo não resultava positivo. É certo que os parcos investimentos em infraestruturas, por manifesta míngua de capitais metropolitanos, colocavam a eterna questão da "desnacionalização" das colónias, caso estas fossem abertas às divisas estrangeiras. Todavia, nesse argumento, tanto é lícito admitir preocupações de natureza patriótica, quanto de feição económica.

Quando, em jeito de análise contrafactual, Clarence-Smith conjetura um século XX português sem colónias e, em seu lugar, imagina a integração do país numa "Federação Ibérica", apenas reatualiza um velho princípio da geopolítica nacional, para concluir que teria havido "um tudo-nada mais" no capítulo económico. Trata-se de uma visão, por assim dizer, salomónica do problema, em que o historiador britânico equaciona um difícil equilíbrio entre os dois vetores em confronto: "o divórcio entre a retórica colonialista e as realidades coloniais, sempre presente na história do terceiro império, assumiu proporções absurdas"[79]. Quer isto significar que as diferentes conjunturas que mediaram a constituição e o ocaso do último ciclo colonial português não alteraram, na essênciaS, a dicotomia tantas vezes denunciada por publicistas e escritores contemporâneos,

---

[78] Cf. Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, p. 142.

[79] Cf. Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português*, pp. 24-28.

quando chamavam a terreiro o dinamismo do passado, com o intuito de criticar a inércia do presente.

Em especial, a persistência de um modelo mercantilista, com o reforço do Pacto Colonial, através de duradouras pautas aduaneiras, inviabilizava o concurso de capitais estrangeiros e mantinha uma "fraca implantação da moeda". Por seu lado, a "obsoleta" legislação do trabalho, ancorada na exploração do "indígena", foi outro dos aspetos que também não escapou à análise do estudioso do colonialismo, Adelino Torres. Para este autor, "o fosso entre o imaginário e o real, entre o discurso e a sua prática, é mais profundo do que alguns pretendem"[80]. Deste modo, a sua análise da longa duração desvenda a permanência de um "modelo proto-capitalista", visível no trabalho dos braços africanos, tão depressa mobilizados de Moçambique para as minas sul-africanas, como de Angola para as roças são-tomenses, ou, no interior de Angola, num processo meandroso de "semiescravatura", que empregava linguagem administrativa suavizada, mas métodos brutais. Na realidade, não sendo assalariados, os trabalhadores africanos não podiam absorver as exportações da metrópole, pelo que a legislação emancipatória de Norton de Matos, promulgada em Angola, é apontada, por Adelino Torres, como tendencialmente criadora de um impulso capitalista. O malogro da mesma, sobretudo pelas resistências surgidas, não deixou de pesar nas opções do Estado Novo, que, de acordo com a sua ideologia conservadora, manteve, "até ao início dos anos 60, os restos de um mercantilismo em agonia".

Arqueologia do racismo e antropologia do determinismo

O cânone setecentista e oitocentista não logrou escapar às tipologias mentais construídas em torno de estereótipos dos povos coloniais,

---

[80] Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, p. 41.

mesmo quando os autores professavam ideologias de cunho liberal ou se diziam apóstolos dos avanços científicos e tecnológicos ou ainda profundos observadores do meio envolvente. Se *A Vida e Estranhas Aventuras de Robinson Crusoé* (1719), de Daniel Defoe, definiu a imagem por excelência do "bom selvagem", na figura de *Sexta-Feira*, por oposição ao "mau selvagem", canibal e violento – os livros de Jules Verne propagaram ainda mais essa visão dualista, acentuando, em *Os Filhos do Capitão Grant* (1868), o conflito entre aqueles inaptamente fadados pela natureza para o bem e para o mal. Crítico da colonização inglesa, numa época marcada pela intensa disputa imperialista europeia, Verne verteu, no conjunto da sua obra, longas tiradas contra as violências britânicas na Austrália e na Índia[81]. De resto, o atormentado *Capitão Nemo*, uma das suas personagens mais famosas, protagonista dos romances *Vinte mil léguas submarinas* (1870) e *A Ilha Misteriosa* (1874), confessaria, no leito de morte, após esconder a sua identidade durante muitos anos, tratar-se de um príncipe indiano fugido à repressão inglesa sucedendo a Rebelião de 1857 havida no subcontinente. *Nemo*, numa passagem muito citada, não se furta a enaltecer a ação colonial (francesa), admitindo que "le droit cette fois était tombé devant la force, mais la civilisation ne recule jamais et il semble qu'elle emprunte tous ses droits à la nécessité[82]". Ou seja, que, de acordo com o credo darwinista social em voga, muitos povos não europeus estariam condenados a desaparecer perante a magnitude dos meios tecnológicos dessa mesma civilização.

Rudyard Kipling e Rider Haggard contaram-se entre os escritores britânicos que melhor interpretaram o "espírito do tempo". O primeiro, que nasceu na Índia, buscou expor a visão imperial da Inglaterra da rainha Vitória e de Eduardo VII, tornando-se um dos chantres coloniais

---

81 Cf. Marc Ferro, *Histoire des Colonisations*, p. 244.

82 Cf. Marc Angenot, "Jules Verne, the last happy utopianist", in Patrick Parrinder (dir.), *Science Fiction: a critical guide*. London & New York: Longman, 1979, pp. 18-33.

mais autorizados desse período. As suas obras entretecem filosofia orientalizante, simbolismo maçónico e, sobretudo, a capacidade em singrar no além-mar. Desde o romance *Kim* (1901), que revela a perícia de um (rapaz) britânico em ultrapassar situações complexas – filho órfão de pais irlandeses, o jovem "sentia-se com direito de montar no canhão porque [...] embora tivesse a pele morena como a dos indianos, falasse de preferência a língua do país e convivesse em perfeito pé de igualdade com os rapazes do bazar, Kim era branco[83]" – sendo, segundo Henri Wesseling, a versão romanceada de *O Fardo do Homem Branco*[84], até a *O Homem que queria ser Rei* (1888). Este último escrito versa um oficial que, graças a felizes circunstâncias e ao seu sentido de oportunidade, se alcandora a soberano de um remoto país no coração da Ásia Central, comprovando que mesmo um simples súbdito da *Union Jack* conseguiria realizar, ainda que não em nome da rainha, os intentos coloniais de dominação.

Quanto a Haggard, que deve ao romance *As Minas do Rei Salomão* (1885) o essencial da sua reputação, ofereceu um quadro imaginativo, no qual são afloradas as habituais impressões acerca da suposta barbárie africana, embora matizadas num discurso que nem sempre procura homogeneizar as diferentes culturas sob um rótulo único e exótico. Eça de Queirós, que deu desta obra uma tradução (adaptação?) famosa, e foi crítico da colonização portuguesa, nem por isso, no final da vida, nos derradeiros romances, deixou de adotar uma visão do mundo mais nacionalista e de apego ao torrão pátrio, n'*A Cidade e as Serras* (1901), e n'*A Ilustre Casa de Ramires* (1900). Aliás, neste último livro, a personagem principal *Gonçalo Ramires*, o fidalgo que procura a sorte no Ultramar, acabou por não dar o mote para obras literárias similares em Portugal.

---

83 Rudyard Kipling, *Kim*. Lisboa: Livros do Brasil, 1988, p. 7.

84 Cf. Henri Wesseling, *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*, p. 137.

Mais conciliatórios e menos percorridos por estereótipos se mostraram os livros do prolífero escritor italiano Emílio Salgari. Destinados, sobremaneira, a um público juvenil e, por isso, também passíveis de influenciar o eventual processo de formação para a vida debaixo do sol tropical, como então era comum, as suas obras agrupam-se em ciclos temáticos, compreendendo quase todas as regiões do mundo, incluindo as regiões polares, num registo que combina aventura, história, costumes e ciência. A despeito de os antagonistas se defrontarem através de um esquema tipificado: homens *versus* natureza; europeus *versus* não europeus; europeus e não europeus *versus* não europeus; e não europeus *versus* não europeus – raramente é permitida a vitória do Outro por si só perante o "homem branco". Por exemplo, no ciclo de *Os Piratas da Malásia* (1900-1913), o protagonista malaio *Sandokan* é auxiliado pelo português *Yanez de Gomera* contra o poder colonial de ingleses e holandeses.

De qualquer modo, o número de personagens principais de origem não europeia resulta vasto. E mesmo que *Moko*, de *O Corsário Negro* (1898), encarne o usual "bom selvagem"; que personagens portuguesas e brasileiras sejam de pronto associados ao tráfico humano (*Os Dramas da Escravatura*, 1896); ou que *Antão*, um explorador luso em terras do Daomé, em meados do século XIX, acabe, fatalmente, por desposar uma "ex-guerreira [...] transformada há anos em senhora Urada de Carvalho[85]" (*A Costa do Marfim*; *As Guerreiras do Daomé*, 1898), parecendo atestar a consabida propensão nacional para estes enlaces – a verdade é que Salgari conseguiu esquivar-se a muitos bordões do eurocentrismo reinante.

Os olhares críticos foram mais raros e nenhum outro alcançou o sucesso de *Coração das Trevas* (1899), do escritor polaco radicado em Inglaterra, Joseph Conrad. De certa forma autobiográfico, o livro lida com vários binómios: luz/trevas; civilização/selvajaria e idealismo/

---

[85] Emílio Salgari, *A Costa do Marfim*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.ª, s. d., p. 158.

pessimismo – narrando a viagem, física e espiritual de *Charles Marlow*, capitão de um vapor, através do rio Congo, ocorrência que lhe faculta o ensejo de julgar a colonização belga e, por extensão, todas as obras colonizadoras. A subida do rio, em sucessivas "estações", vai desvelando cenários caóticos, distantes dos sonhos de organização civilizacional do imperialismo europeu. A ação culmina no encontro com *Kurtz*, um comerciante de marfim que, isolado nos recônditos da selva, se começou a fazer adorar pelos naturais, num complexo habitacional flanqueado por cabeças empaladas em varas. "O horror, o horror", são as últimas palavras de *Kurtz* ao expirar, como que selando, simbolicamente, com a sua loucura, o fracasso do projeto colonial. Era a constatação de que o "fardo do homem branco" poderia tornar-se demasiado pesado, sobretudo, quando, longe da civilização, não conseguia fugir ao império dos instintos, cuja prevalência nos povos por si tutelados tanto estigmatizava[86].

No entanto, no geral, não houve grandes *nuances* no entusiástico tom discursivo de políticos, teorizadores, "chantres" e coloniais. As diferenças brotaram do ponto de vista de cada potência, das suas possibilidades e expectativas. Por exemplo, o império alemão encontrou em Friedrich Fabri e Wilhelm Hübbe-Schleiden dois precursores na defesa do expansionismo germânico para além do espaço europeu. O primeiro, missionário e teólogo luterano, em *A Alemanha precisa de Colónias* (1879), defendeu a canalização dos fluxos migratórios para a África e para o Pacífico, em lugar do tradicional destino da América do Norte, assim como a aplicação de capitais e bens nas potenciais colónias a implantar[87]. Quanto a Hübbe-Schleiden, autor de *A Colonização Alemã* (1881), pôs a tónica na vertente económica e nacional, capaz de conferir ao seu país um estatuto de

---

[86] Cf. Joseph Conrad, *Coração das Trevas*. Lisboa: Nova Vega, 2008.

[87] Cf. Paolo Giordani, *The German Colonial Empire its beginning and ending*. London: G. Bell and Sons, 1916, pp. 9-12.

potência mundial e não somente europeia. Carl Peters foi o mais autorizado agente dos movimentos pela colonização, que acabariam por concretizar estes ensaios mais ou menos teóricos, ajudando a fundar a África Oriental Alemã, correspondente à atual Tanzânia. Os seus métodos violentos, a par das posteriores ligações políticas à extrema direita *völkisch* e à defesa intransigente do Darwinismo Social, granjearam-lhe uma reabilitação póstuma por parte do Nacional-Socialismo.

Em Inglaterra, os discursos inflamados dos primeiros-ministros Benjamin Disraeli e Joseph Chamberlain encontraram eco nas alocuções do homólogo francês Jules Ferry. Onde Chamberlain proclamava a grandeza dos impérios, em detrimento das pequenas nações, Ferry proclamava, no parlamento, em 1885, que "les races supérieures ont un droit vis-à-vis des races inférieures", num debate famoso havido com o então deputado Georges Clemenceau. Este último contestou este conceito, alegando a antiguidade das culturas chinesa e hindu em face da ocidental e o facto de os alemães, quando da vitória prussiana, em 1871, por isso terem julgado os franceses inferiores do ponto de vista civilizacional.

Economistas como John Hobson, no livro *Imperialismo* (1901), ou Leroy-Beaulieu, em diversos ensaios nos finais do século XIX, afirmando que "a maior nação no mundo é aquela que mais coloniza", sustentaram os elos entre capital e expansão ultramarina, estabelecendo vínculos entre a produção industrial e a procura de novas matérias-primas e mercados. De uma maneira ou de outra, estas linhas de pensamento cruzaram-se com obras enfáticas, como o *Despertar da Nação* (1896), de Spencer Wilkinson, ou *A Expansão da Inglaterra* (1883), de John Robert Seeley, que viam no império a suprema finalidade nacional. Absorvendo as conclusões do Darwinismo Social e uma ou outra referência do modelo da Antiga Grécia e Roma, estas linhas acabaram por ditar as políticas e práticas coloniais que haveriam de vingar nas décadas seguintes.

Se era recusada a escravatura e o seu sucedâneo, o trabalho forçado, em nome do esforço colonizador britânico ou dos ideais revolucionários subscritos pela República Francesa, importava, igualmente, coordenar procedimentos administrativos com vista a enquadrar as elites locais e a lidar com as peculiaridades de cada cultura, de modo a operacionalizar a exploração económica do território. Neste capítulo, os ingleses, através da constituição da *Commonwealth*, na sequência de uma série de conferências (1887, 1907 e 1926), tenderam a alargar o grau de autonomia de cada uma das suas possessões. Desde as colónias aos protetorados, culminando nos domínios – Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Terra Nova, África do Sul (e Irlanda) –, nos quais a preponderância dos colonos brancos convidava a uma progressiva descentralização e a uma eventual independência.

Neste contexto, dispondo de uma maior liberdade de ação e de alguma experiência colonial prévia, os altos funcionários ingleses, usualmente recrutados entre a *gentry* – pequena nobreza – ou entre aqueles que haviam sobressaído nos colégios e nos meios universitários, apartavam-se dos seus pares franceses. Estes últimos eram, por norma, burocratas pouco conhecedores do terreno, dificuldade que procurou ser combatida com a criação de estabelecimentos de ensino vocacionados para o efeito. A preparação dos funcionários holandeses obedecia, desde o século XIX, a uma cuidadosa instrução, que foi transitando para instituições cada vez mais importantes. Os belgas frequentavam, desde 1893, uma escola colonial sediada em Bruxelas, a qual, após o Congo, colónia privada de Leopoldo II, ter revertido para o Estado Belga, conheceu uma reorganização fundada na lecionação de matérias jurídicas e administrativas. Também a Alemanha, a Itália e Portugal, com a Escola Colonial (1906), antecessora remota do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, buscaram dar passos nessa direção.

Os territórios ultramarinos detidos pelos europeus, governados a partir de ministérios das colónias, adstritos a outros órgãos

governativos ou sendo repartidos entre as pastas dos diversos ministros, consoante os países e os tempos, pautaram por procedimentos que oscilaram entre a assimilação e a associação, reproduzindo ou não o esquema administrativo metropolitano. A assimilação, ou seja, a gradual inculcação da cultura e dos modos europeus nos "indígenas", com vista a reproduzir as sociedades europeias, foi, de resto, uma possível chave para o problema de colonizar. Por exemplo, a Argélia, ocupada pelos franceses nos anos trinta do século XIX, foi dividida em departamentos, cujos prefeitos respondiam perante o ministro do Interior[88].

Segundo Raymond Betts, os esforços assimilacionistas franceses inspiraram-se nas bem-sucedidas tentativas dos revolucionários de 1789 em unificar o território nacional sob uma bandeira, uma língua e uma lei, embora, em última análise, o conceito remontasse aos antigos romanos[89]. Os filósofos das luzes, como D'Alembert, pregando a "iluminação universal", ou Condorcet, anunciando a progressiva perfetibilização do Homem, ajudaram a divulgar a ideia de que a igualdade do género humano implicava a elevação daqueles ainda tolhidos pelas trevas da barbárie ou jazendo sob as grilhetas das superstições e da miséria, empregando um vocabulário que seria caro a Norton de Matos.

Rejeitada por Bonaparte, a assimilação voltaria a estar na ordem do dia no seguimento da Revolução de 1848, com as parcelas ultramarinas a fazerem-se representar no parlamento nacional. A inclusão, em finais de Oitocentos, de mais colónias na órbita francesa e a impossibilidade real de assimilar tão distantes territórios que, ao contrário da Guadalupe e da Martinica, primavam pela extensão e pelos avultados números populacionais, conduziu à política alternativa da

---

88 Cf. Henri Wesseling, *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*, p. 90.

89 Cf. Raymond Betts, *Assimilation and Association in French Colonial Theory*. University of Nebraska Press, 2005, pp. 14-16.

associação. Esta, explanada na obra *Domínio e Colonização* (1910), de Jules Harmand, consistiu na crítica a "l'erreur de l'*assimilation* et de l'uniformité"[90], não se escusando a propor o regime do protetorado, "fondé sur l'indépendance fonctionnelle du pays", a qual seria "pour nous, peut-être, la meilleure des écoles". Ou seja, que a autonomia e um sistema de administração indireta, assegurando o respeito pelos usos e costumes "indígenas" e implicando as autoridades locais na governação do território, ainda que privadas das decisões mais imperiosas, lograriam reduzir a tensão e os custos económicos de um funcionalismo público demasiado numeroso.

Sem dúvida que, baseado no subcontinente indiano e em África, o império britânico, ao aplicar a *indirect rule*, que previa a delegação de algumas responsabilidades governativas aos colonizados[91], foi o paradigma pedido de empréstimo pelo teórico Harmand. Coube ao pragmático militar Hubert Lyautey, na senda de Joseph Gallieni, ensaiar em Marrocos (1912-1925) um regime por vezes apelidado de "proconsular". Privilegiando as relações com o sultão e apostando no uso controlado da força, mais vigilante do que atuante, Lyautey calculou que o binómio de (relativa) prosperidade/felicidade conseguiria prevenir, à nascença, esboços de revolta contra o poder francês. O desenvolvimento do ensino, desprovido de matérias questionadoras dos processos de dominação, a medicina e as obras públicas, foram outros tantos rostos de uma política descentralizadora tão admirada em Portugal, ao ponto de, no decorrer da Primeira República, qualquer obra colonial tida por meritória merecer para o seu autor uma alusão à musa de Lyautey.

Os estudiosos destas temáticas têm vindo a contrariar a existência de um tão acentuado dualismo entre os dois processos, como se a

---

[90] Cf. Jules Harmand, *Domination et Colonisation*. Paris: Ernest Flammarion, 1910, pp. 4-13.

[91] Cf. Lakshmi Iyer, "Direct versus indirect colonial rule in India: long-term consequences", in *The Review of Economics and Statistics*. November 2010, vol. XII, N. º 4, pp. 693-713.

assimilação e a associação se tratassem de sistemas antagónicos ou de "tipos puros", para empregar a linguagem do sociólogo alemão Max Weber. Não se filiando, ademais, numa qualquer essência inscrita no código genético das idiossincrasias nacionais, os dois modos conviveram e influenciaram-se, adequando-se a cada contexto específico, mas sendo líquido que as atitudes racistas, ou pelo menos eurocêntricas, presidiriam e permearam todo o registo da convivência colonizador/colonizado.

Confiando nos seus métodos tradicionais de entendimento com o Outro, que, em alguns casos, vinha assentando na ascensão social de algumas elites crioulas litorâneas enriquecidas, a ideologia colonial portuguesa conheceu algumas *nuances* na derradeira década do século XIX. Não foi alheia a esta mudança as leituras do Darwinismo Social, que ajudaram a cristalizar um racismo de tonalidades cada vez mais radicais. Por exemplo, Aires de Ornelas ponderava "as causas que nos fazem preferir o monogenismo da espécie humana ao poligenismo da sua família[92]" ou a "capacidade craniana compreendida entre 1.195 e 1.288 c[entímetros] c[úbicos]" dos bosquímanos. A geração africanista, também conhecida por "geração de Mouzinho", "Escola de António Enes" ou "centuriões", segundo a expressiva designação de René Pélissier, encarnou esse espírito de transição. Constituída, na sua maioria, por militares, a apelidada "ínclita geração" dos tempos modernos, foi, no decorrer do Estado Novo, largamente glorificada e sobre a mesma se escreveram numerosos livros e artigos. A coleção *Pelo Império*, que atingiu 131 números, consagrou a maior parte dos seus títulos aos pioneiros quatrocentistas e quinhentistas e aos membros desta geração.

Nascida no contexto da pacificação de Moçambique, território convulsionado pela agitação dos guerreiros Vátuas, a metrópole despachara, em 1894, uma série de oficiais enquadrando meios

---

[92] Aires de Ornelas, *Raças e Línguas Indígenas em Moçambique*. Lisboa: A Liberal, 1901, p. 63

militares de monta. António Enes, o rosto civil, que se distinguira enquanto político e escritor, assumiu o cargo de comissário régio. Filiado no Partido Histórico, Enes havia trabalhado na Biblioteca Nacional e chegara a sobraçar a pasta da Marinha e Ultramar. Ministro na legação de Portugal no Brasil, em 1896, escrevera, como tantos outros vultos portugueses da época, peças de teatro, vindo a falecer no início do século. Assinou alguns relatórios que, pelas suas características, atingiram a envergadura de tratados coloniais.

Mouzinho de Albuquerque foi, sem dúvida, a mais emblemática figura desta geração, alcandorado, com o correr dos anos, a um estatuto lendário apenas comparável ao Infante D. Henrique, a Vasco da Gama ou a Afonso de Albuquerque. Proveniente da arma da cavalaria, Mouzinho ocupara, na Índia, em 1886, um lugar na fiscalização do caminho de ferro de Mormugão, daí passando, dois anos volvidos, a secretário-geral do governo do Estado da Índia. Governador do distrito de Lourenço Marques até 1892, regressara a Moçambique, em 1895, participara em vários recontros, assestando, no final do ano, o golpe de misericórdia aos guerreiros Vátuas, ao aprisionar o seu chefe Gungunhana, em Chaimite. Governador-geral e, depois, comissário régio de Moçambique, Mouzinho retornara a Portugal, em 1897, concedendo-lhe o rei D. Carlos, no ano seguinte, o cargo de aio do príncipe D. Luís Filipe. Mouzinho viria a suicidar-se a 8 de janeiro de 1901.

Figura de imediato associada a D. Manuel II, por ter sido seu lugar-tenente, quando o monarca, já afastado do trono, residia em Inglaterra, Aires de Ornelas, após a campanha de 1895, voltara a servir, em 1897, sob as ordens de Mouzinho, nas duas campanhas contra os Namarrais. Literariamente prolífero, participou no I Congresso Colonial, promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1901, apresentando diversas teses. Também Eduardo Costa, militar e capitão do Estado Maior, à época em que seguira, em 1894, com António Enes para Moçambique, participara em diversos combates.

A partir de 1896, às ordens de Mouzinho, governara o distrito de Moçambique. Como Aires de Ornelas, tomaria lugar no I Congresso Colonial. Entre 1906 e 1907 desempenharia as funções de governador de Angola.

Quanto a Henrique Mitchell de Paiva Couceiro – se se excluir Eduardo Galhardo e Caldas Xavier, igualmente militares, mas que não teorizaram –, iniciara a sua ação no além-mar com a ocupação de território angolano, em 1890, e tornara-se ajudante de campo de António Enes, em 1894, o que não o impediu de se envolver em várias refregas. Em 1907, sucedia a Eduardo Costa, como governador de Angola, contando-se entre os poucos defensores da monarquia, no decorrer das jornadas de outubro de 1910. Perpetrador de várias incursões contra o novo regime, incluindo a proclamação da Monarquia do Norte, Couceiro regressaria do exílio, nos anos trinta, incompatibilizando-se com o regime de Salazar. A carta que lhe dirigiu, em outubro de 1937, incitando o chefe de governo a vir "para o ar livre" e denunciando a "polícia e o lápis azul da censura", custar-lhe-ia novo exílio.

Em relatórios, conferências e artigos dados ao *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, e em obras de fundo, esta geração defendeu algumas ideias chave, que transitariam para a Primeira República e, posteriormente, para o Estado Novo. Não falando da "sacralização do império", pode-se afirmar que a questão "indígena" foi determinante. No relatório que António Enes apresentou ao "governo de sua majestade", em 1893, podia ler-se:

> Já escrevi [...] e com sincera convicção, que os indígenas de Moçambique não são refratários ao trabalho, e quem nessa província quiser trabalhadores há de sempre encontrá-los, se os tratar e lhes pagar bem. Todavia, também é certo que na generalidade esses indígenas são indolentes por natureza, que não se pode confiar na sua cooperação sem os sujeitar a um regime de vigilância. [...]

> Abolidos os crimes e horrores da escravidão, os interesses económicos recomendavam ao legislador que diligenciasse aproveitar e conservar os hábitos de trabalho que ela impunha aos negros. [...] Converter um escravo em homem livre era um benefício para ele e para a sociedade, mas deixar transformar um trabalhador num vadio depreciava esse benefício. O que se fez porém? Por medo de que as práticas do regímen abolido lhe sobrevivessem, elaboraram-se leis e regulamentos encimados por uma espécie de declaração dos direitos dos negros, que lhes dizia textualmente: *de ora avante ninguém tem obrigação de trabalhar*[93].

Esta eloquente passagem, repleta de estereótipos raciais e da postura defensiva da política portuguesa pós-Ultimato Inglês, definia todo um programa de ação, em torno da necessidade de compelir o "indígena" a trabalhar, justificando, deste modo, *urbi et orbi*, a presença portuguesa. Aliás, segundo Enes, o colonizado teria a "obrigação social de procurar adquirir pelo trabalho os recursos, que lhes faltem, para viver como homens civilizados", pelo que "a autoridade pública impor-lhes-á o seu cumprimento".

Nessa linha de pensamento, Eduardo Costa sustentava uma posição eivada de paternalismo, quando enunciava que "nunca vi um preto revoltar-se contra um castigo corporal, não sendo este injusto nem revestido de escusada brutalidade"[94]. No entanto, segundo Enes, essa "índole em geral sossegada e indolente", não passaria de uma "aparência [que] não deixa de esconder as mais selvagens paixões. Mouzinho, sublinhando que "um dos problemas mais difíceis" é, sem dúvida, o que "resulta da necessidade de aproveitar o trabalho do indígena e da dificuldade que lhe antepõem os hábitos de indolência

---

[93] António Enes, *Moçambique. Relatório apresentado ao governo de sua majestade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, p. 45.

[94] Eduardo da Costa, *Administração Civil das nossas Possessões Africanas. Memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, p. 165.

comuns a todos os selvagens"[95], como Enes, colocava a questão de fundo: se o problema se resolvera, nos séculos anteriores, com a prática esclavagista, agora, as "crescentes exigências resultantes do rápido desenvolvimento da província [de Moçambique]" exigiam a elaboração de um regulamento que enquadrasse os naturais no mundo laboral (agrícola) pretendido por Lisboa.

O decreto de 9 de novembro de 1899, o *Regulamento do Trabalho Indígena*, depois complementado por algumas outras disposições, para a colónia angolana, em 1902[96], veio responder legalmente a estes anseios, preambulando numa linguagem reminiscente dos escritos de Enes e Mouzinho:

> Sendo desde muito tempo reconhecida a necessidade de regular devidamente, no interesse da civilização e do progresso das províncias ultramarinas, as condições do trabalho dos indígenas, de modo a assegurar-lhes, com eficaz proteção e tutela, um proporcional e gradual desenvolvimento moral e intelectual, que os torne cooperadores úteis de uma exploração mais ampla e intensa da terra, de que essencialmente depende o aumento da nossa riqueza colonial;
>
> Considerando que o regulamento das condições do trabalho dos indígenas, que deveria ter acompanhado as providências altamente humanitárias e generosas que tiveram por intuito banir das possessões ultramarinas portuguesas todos os preceitos legais que autorizavam o tráfego da escravatura e o estado de escravidão, se torna cada vez mais urgente à proporção que aumentam as tentativas e se alargam os empreendimentos para o aproveitamento e exploração agrícola dos terrenos das ditas possessões.

---

[95] Mouzinho de Albuquerque, *Livro das Campanhas*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1935, vol. I, p. 143.

[96] Cf. *Regulamento Provisório do Trabalho Indigena e Fomento Agricola na Provincia de Angola: aprovado por Decreto de 16 de julho de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

Em linhas gerais, o regulamento sujeitava "todos os indígenas das províncias ultramarinas [...] à obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem de subsistir e melhorar a própria condição social", num decalque das palavras de Enes, mas, também, de cumprir o desiderato "ao menos um certo número de meses em cada ano", isentando mulheres, crianças, idosos e enfermos e inválidos. O decreto interditava os castigos corporais e outros maus tratos, que um curador deveria vigiar, apesar de compelir os serviçais foragidos, eufemismo dos "escravos fujões", a compensar junto do patrão, o trabalho em falta. E, no entanto, apesar de aparentar conceder alguma proteção ao serviçal, a lei consagrava a sua prisão, o trabalho correcional em caso de delito judicial, e permitia "corrigir moderadamente as faltas que eles cometerem". Porém, a vastidão territorial das colónias, as antigas práticas enraizadas da escravatura, o racismo de cariz popular ou popularmente robustecido pelos ditames da ciência antropológica e a escassez de meios humanos para assegurar a vigilância dos contratos, não iriam impedir que o trabalho deixasse de ser forçado e regido pela violência.

Por seu turno, Paiva Couceiro, escrevendo à distância de uma década e tendo presente o *Regulamento Provisório do Trabalho Indigena para a Província de Angola*, não escondia que todas as leis seriam ineficazes. Adotando um ponto de vista pedagógico, de um paternalismo mais brando, asseverava que, em primeiro lugar, importava "levá-los a compreender o trabalho como lei social necessária [...] como razão de vida, e como higiene de espírito e de corpo"[97], através de um processo de ensino-aprendizagem. De contrário, o "trabalho correcional" e o "trabalho compelido" não poderiam dar lugar ao "trabalho promovido" e ao "trabalho voluntário".

---

[97] Cf. Henrique de Paiva, *Angola (Dois Anos de Governo 1907-1909)*. Lisboa: Edições Gama, 1948, pp. 225-227.

Inaugurado a 2 de dezembro de 1901, por D. Carlos, sob o patrocínio da Sociedade de Geografia de Lisboa, aquele que viria a ser o primeiro Congresso Colonial Nacional, reuniu representantes, entre outros, da Academia Real das Ciências, do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Ciências Médicas, da Associação dos Advogados e dos Engenheiros Civis, da Associação de Arquitetos e da Arqueologia, da Liga Naval Portuguesa, da Associação dos Jornalistas, de numerosas associações comerciais e industriais e de companhias metropolitanas e coloniais. As sessões plenárias, a apresentação de teses, a discussão e as conclusões abarcaram uma miríade de temáticas atinentes, envolvendo a maior parte dos interlocutores do escol colonial português.

Eduardo Costa e Aires de Ornelas estiveram presentes, dissertando acerca da administração ultramarina. O primeiro, que apresentou a tese "Descentralização da ação administrativa nas colónias", começou por inventariar e depois desvalorizar os inconvenientes da "autonomia local", cingindo-os a dois: a separação e a independência[98]. Apontando como objetivo final o *self-government* britânico, esclareceu que havia que subtrair a legislação colonial à ação do parlamento, promulgar um "código do indigenato", uma lei própria para cada colónia e um regímen civil, "que virá a seu tempo". Decerto que as experiências dos comissários régios, com o seu mais amplo poder de ação, e as leituras feitas das colónias inglesas, fertilizaram o pensamento "descentralizador" desta geração: Paiva Couceiro, em 1909, escrevia acerca da "letra morta que tem sido em Angola toda a sucessiva legislação de fomento ultramarino promulgada em Lisboa"[99]. Outros não deixavam de apontar como "um exemplo da falta de critério com que ali se aplica a legislação da metrópole às colónias, até vigorara ali [Angola] a lei eleitoral! Pois se o

---

[98] Cf. Eduardo da Costa, *Administração Civil das nossas Possessões Africanas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, pp. 8-9.

[99] Henrique de Paiva Couceiro, *Angola (Dois Anos de Governo 1907-1909)*, p. 227.

indígena se imagina um cidadão![100]" Por conseguinte os votos VII e XVI do I Congresso Colonial Nacional, muito significativamente, expressavam:

> O congresso emite o voto de que se mantenham as instituições indígenas atuais do ultramar em tudo o que não contrarie a moral e a justiça, procurando o seu desenvolvimento evolutivo em conformidade com as aspirações da civilização e com os interesses coloniais.
>
> O Congresso emite o voto de que, para o desenvolvimento rápido e seguro das nossas possessões ultramarinas, se torna necessário conceder a autonomia administrativa e financeira aos respetivos governos, adaptando a forma dessa autonomia às condições especiais de cada colónia.

Ainda assim, o programa de Eduardo da Costa ia mais longe do que estas conclusões de recorte generalista, porquanto estabelecia que aos governos coloniais competirá "o exercício quase completo do poder executivo" e a "elaboração de todas as leis de carácter local"[101], faculdades que pertenciam, respetivamente, ao ministro e ao parlamento. O governo da colónia seria auxiliado por "um conselho, onde estejam representadas todas as forças vivas", de nomeação régia, pois o "estado social" não admitiria o exercício de sufrágio. Recomendava, ainda, a preparação do orçamento pelo governo da colónia e a instrução "profissional" de colonos e "indígenas".

Estas ideias, que seriam, no geral, aplicadas por Norton de Matos, em Angola, concediam à Agrimensura um lugar destacado, em virtude

---

[100] Carvalho Pessoa, *A Nossa Legislação Ultramarina.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p. 14.

[101] Cf. Eduardo da Costa, "Tese XXV – Descentralização da acção administrativa das nossas colónias", in *Congresso Colonial Nacional. Actas das Sessões.* Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902-1903, vol. I, p. 86.

de o autor reputar de "indispensável" um "regímen fácil e seguro de aquisição e transmissão de propriedade". Por último, igualmente à semelhança do que Norton depois escreveria nos artigos que mediaram o regresso de Macau e a partida para Angola, Eduardo da Costa propugnava "uma boa escolha de funcionários" e a "conservação dos bons empregados pela larga remuneração pecuniária [...] afastar os maus, os incapazes ou negligentes[102].

Por seu lado, Cristóvão Pinto, que apresentou uma memória ao congresso, levantou outra problemática que interessava a esse núcleo geracional, sendo a mesma repudiada em nome das teorias raciais da época: "a assimilação dos povos indígenas por meio de cruzamento das raças com elementos portugueses"[103]. Evocando uma famosa lei de Afonso de Albuquerque, que, no intuito de aumentar a população de Goa, visara estimular os casamentos entre portugueses e indianas, o conferencista salvaguardava que "o cruzamento do europeu e do indiano não é em geral como o do europeu com o preto africano ou o do selvagem americano", uma vez que os habitantes do subcontinente partilhariam a origem comum ariana. Depois, atestava que, não sendo "um princípio absoluto que o cruzamento das raças produza maus efeitos", a verdade é que:

> Um dos primeiros e mais seguros meios de um país colonial manter força e prestígio efetivos nos seus domínios do ultramar é realizar a emigração e a fixação da sua raça, embora sem cruzamentos, mas com caráter de permanência, com interesses de família ligados à sua pátria adotiva, e constituindo uma das partes do seu corpo social.

---

102 Idem, ibidem, p. 90.

103 Cristóvão Pinto, *Leis Modernas de Governo Colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903, p. 51.

Página deixada propositadamente em branco

II
O Jovem Norton de Matos

Os primeiros anos

José Mendes Ribeiro Norton de Matos nasceu a 23 de março de 1867, em Santa Maria dos Anjos, freguesia da vila de Ponte de Lima. Rita Mendes Norton de Matos, sua irmã, que traçou, em livro datado de 1953, o "aspeto político e social" dessa "família portuguesa", fez remontá-la a quatro troncos principais ligados ao comércio, à terra-tenência e ao exército (sem esquecer os bacharéis):

> a) A de meu avô paterno, Mendes Ribeiro;
> b) A de minha avó paterna, Norton Tavares de Rezende;
> c) A de meu avô materno, Mattos Prego;
> d) A de minha avó materna, Corrêa, Martins de Carvalho e Reis[104].

Escrita a poucos meses da morte do Norton de Matos analisado neste trabalho, o esforço genealógico da irmã parecia uma tentativa de corresponder ao desígnio do poeta, quando este escrevia acerca "daqueles que da lei da morte se vão libertando". Tal iniciativa era, em todo o caso, continuada num livro de sonetos elegíacos[105] surgido

---

[104] Rita Mendes Norton de Matos, *A Família Norton de Mattos*. Ponte do Lima: 1953, p. 20.

[105] Idem, *Terra e Céu, Flores e Saudades*. Lisboa: 1954.

logo no ano seguinte, com uma secção sugestivamente intitulada de "Os Meus Mortos". Nesses poemas que, segundo Augusto Casimiro, "exalam uma íntima e doce ternura", Rita Norton de Matos procurava homenagear uma série de familiares, entre os quais a neta e a esposa do seu irmão, desaparecidas em 1940 e 1941.

Seja como for, no que concerne à genealogia da família, Rita Norton de Matos começava por salientar as fortes ligações às Guerras Liberais e ao Liberalismo oitocentista. Com efeito, se o seu bisavô paterno Domingos Mendes Ribeiro, nascido em 1771, detentor de uma casa comercial em Viana do Castelo, combatera durante as Invasões Francesas, vindo a conhecer o exílio em Londres ao tempo de D. Miguel, para regressar com os liberais e desembarcar no Mindelo, também José Mendes Ribeiro (1802-1887), filho deste último, chegara da Terceira com o "Rei-Soldado", para participar ativamente na defesa do Porto contra os exércitos absolutistas. Ferido num recontro que teve lugar em Valongo, a 22 de julho de 1832, a ação política de José Mendes Ribeiro, com o fim da guerra, desenvolver-se-ia em simultâneo com a atividade comercial. Cônsul de Inglaterra em Viana do Castelo, José Mendes Ribeiro seria, ainda, secretário do distrito, contador da Fazenda, secretário-geral do distrito, entre 1870 e 1879, e um dos mentores do jornal *O Vianense* (1858-1869).

Por seu lado, o outro tronco familiar paterno mergulhava as suas raízes no sul de Inglaterra, na cidade portuária de Dartmouth, situada na embocadura do rio Dart – como o próprio nome sugere –, sendo o seu ramo mais antigo André Norton, comerciante que se viera radicar em Viana do Castelo. Também o seu filho, Tomás Norton (1804-1860), bacharel de Leis e Direito, pela Universidade de Coimbra, lutara ao lado das forças liberais, tendo acompanhado os Mendes Ribeiro (cunhado e sogro) no seu exílio e posterior regresso. Após o triunfo de D. Pedro IV tornar-se-ia vogal da Relação do Porto.

Se, a respeito dos ramos maternos, Rita Norton de Matos veiculava menos informações, asseverou, todavia, que alguns Matos Prego "foram

miguelistas ferrenhos"[106], como que contradizendo "as ideias e os princípios liberais" da restante família. Salientava, de qualquer forma, a figura do avô, Manuel de Matos Prego e Sousa (1805-1860), formado em Leis, pela Universidade de Coimbra, o qual exerceu as funções de administrador do concelho de Ponte de Lima, nos "perturbados tempos" da Maria da Fonte e da Patuleia, vindo a ser, mais tarde, vítima de uma emboscada que lhe custou a vida. E ressalvava, igualmente, o facto de o Prémio Nobel da Medicina, Egas Moniz, cujo caminho se cruzaria em algumas ocasiões com o do seu irmão, futuro governador-geral de Angola, provir do tronco comum dos Tavares de Rezende, originários de Estarreja.

O pai de José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Tomás Mendes Norton (1839-1920), nasceu em Viana do Castelo, tendo estudado Matemática em Coimbra, que acabou por não concluir, em virtude do casamento, em 1862, com Emília da Conceição de Matos Prego e Sousa (1847-1933), "herdeira, como filha única, duma das maiores fortunas rurais daquela região"[107]. O casal, que se estabeleceu em Ponte de Lima, teve onze filhos (cinco rapazes e seis raparigas), dos quais cinco atingiriam a idade adulta. José foi o quarto desses filhos a nascer, sendo o segundo mais velho, por morte de Zulmira e Eusébio. Sobreviveriam, pois, para além de José, os irmãos: Arnaldo Mendes Norton de Matos (1863-1923), Tomás Mendes Norton de Matos Prego (1871-1943), Rita Mendes Norton de Matos e Maria Emília Mendes Norton de Matos.

Senhores de um património considerável, que abarcava a Casa da Vila, em Ponte de Lima, a Casa do Baganheiro, a Casa do Bárrio e o Convento de Refoios do Lima, Tomás e Emília proporcionaram a José "tudo o que um menino podia ter de melhor naquele tempo"[108],

---

[106] Idem, *A Família Norton de Mattos*, p. 72.

[107] Idem, ibidem, p. 86.

[108] José Norton, *Norton de Matos*, p. 16.

crescendo e formando-se este num "círculo familiar estável, monárquico-liberal, culto e socialmente elevado"[109]. Na companhia dos irmãos passou a primeira infância entre a casa de Ponte de Lima e a aldeia de Refoios do Lima, com visitas regulares a Viana do Castelo, onde tomou contacto com a extensa biblioteca do seu avô, José Mendes Ribeiro. Contudo, antes de o conhecimento livresco se constituir como referência importante, seriam as palavras e as histórias escutadas aos familiares que teriam ajudado a formar a sua visão do mundo, conforme se parece depreender das *Memórias*, vindas a lume muitos anos mais tarde. Trata-se, porém, de uma ideia sedutora, que não resiste a uma análise mais atenta. Começado a escrever durante a Segunda Guerra Mundial, o primeiro tomo destas memórias espelhava as angústias do tempo presente e as impressões de uma longa vida, em que as relações das diferentes potências no xadrez geoestratégico eram muitas vezes medidas através da bitola colonial.

Segundo Armando Malheiro da Silva e José Norton, que organizaram a reedição das *Memórias* de Norton de Matos, "as [suas] lembranças são escolhas tecidas em estreita cumplicidade com o esquecimento deliberado", pelo que "recorda-se e esquece-se o que se quer", encontrando-se o relato mais próximo de "uma espécie de autoapresentação eivada de estilo autobiográfico"[110]. O próprio Norton de Matos confessava que, tendo começado a "escrever o meu diário desde longa data", iria "recortar" deste, para as *Memórias*, "apenas o que poderá servir para indicar e explicar a formação das minhas conceções políticas e nacionais". Nas suas esclarecedoras palavras: "memorar é, sem dúvida, a função deste volume e dos mais

---

[109] Armando Malheiro da Silva e Luís Reis Torgal, "Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial. Impressões de um diário", in *Actas do IV Encontro Luso-Alemão – Portugal, Alemanha, África. Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, p. 100.

[110] Armando Malheiro da Silva e José Norton, "O General Norton de Matos e o seu tempo, 1867-1955", in José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005, vol. I, p. 36.

que se lhe vão seguir… Recordar é o trabalho que a mim próprio impus para não meditar demasiadamente" [111].

Assim, quando Norton escolhia, como primeira reminiscência das *Memórias*, a figura do pai a "comentar notícias de uma grande guerra" – a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871 –, seria para reconciliar as nefastas recordações da família sobre as Invasões Napoleónicas com as suas próprias lembranças da Primeira Guerra Mundial. Ora, no decorrer desse conflito, o país de Danton e Clemenceau passara a fazer papel de aliado de Portugal, do mesmo modo que, ao tempo do início da redação das *Memórias*, se tornara vítima da ocupação nazi. Daí que se possa intuir que, num capítulo intitulado de "Nas brumas de um passado longínquo", Norton também evocasse, à luz dos diversos passados, mais e menos distantes, um presente bem nítido. Nomeadamente quando, ainda em relação à França, comparava a "impressão" de que o seu pai "não gostava de franceses" com a sua própria admiração pelo país ligado à "humanidade, ao "progresso", à "liberdade" e à "dignidade do homem".

De igual modo, entre as suas "mais remotas lembranças", guardava a imagem da prima Ana Ferreira Norton contando, a si e aos irmãos, histórias "[d]os soldados franceses, sem Deus e sem religião, roubando, saqueando, destruindo, nada respeitando". Ana Ferreira também narrava episódios mais recentes, como "os esbirros miguelistas", o "desassossego do cartismo" e a Patuleia, acontecimento, como se sabe, muito caro à memória minhota. De qualquer modo, tanto Norton de Matos, quanto a sua irmã Rita, que o transcreveu em livro já citado, não se escusaram de trazer a terreiro factos que entrelaçavam a Revolta da Maria da Fonte na história da família. Por um lado, ambos aludiam ao avô, José Mendes Ribeiro, o qual, na sua qualidade de cônsul de Inglaterra em Viana do Castelo, acolhera à sombra da "protetora bandeira inglesa", muitas pessoas "que tremiam perante […] os cabralistas".

---

[111] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 61.

Por outro, referiam-se à avó Rita Norton Tavares de Rezende que, na hora do triunfo dos patuleias em Viana, salvara do linchamento a guarnição cabralista cercada no castelo, formando um improvisado préstito religioso, cujos cânticos implorantes de "perdão e misericórdia" tiveram o dom de serenar a turba.

Terminando a exposição destes factos com as palavras: "bem se pode avaliar quanto este episódio teria influído, por mil facetas, no meu juvenil espírito [...] que mundo multiforme ele me não revelou"[112] – Norton de Matos aparentava neles querer ancorar o seu pensamento liberal e, sem dúvida, chamar à colação a importância da família nesses tempos idos, assim como sublinhar os elos que o prendiam, ainda antes de nascer, à Inglaterra. Isto é, levados à letra, os primeiros capítulos das *Memórias*, correspondentes aos "verdes anos", pareciam conter grande parte do ideário "nortoniano" em embrião, exceção feita ao republicanismo e ao colonialismo. Tanto mais que, a dada altura, Norton começava a elencar os seus "princípios guiadores", de inegável raiz liberal, mas também derivados da "doutrina de Cristo", os quais adquirira através dos "livros escritos em inglês e francês, publicados no decorrer do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, que avidamente li nas livrarias de meu avô Mendes Ribeiro e de meu pai" [113].

Obviamente que esses princípios, em número de doze, eram o breviário de um homem amadurecido e não tanto o de um jovem leitor em demanda de linhas de rumo para a vida adulta. Até porque, um deles, em concreto, implicava uma conceção da questão colonial que Norton apenas viria a formular muitos anos depois, quando teve a oportunidade de contactar diretamente com os territórios ultramarinos. Ora, os princípios compreendiam a não exploração do homem pelo homem; o direito à alimentação, vestuário, higiene, conforto e à

---

[112] Idem, ibidem, p. 86.

[113] Cf. idem, ibidem, pp. 74-77.

instrução; que, "em caso algum os interesses da comunidade" possam "prejudicar os interesses do indivíduo"; a família como "elemento essencial das comunidades humanas", de onde derivava a "dignificação da mulher"; a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa; o dever de uma comunidade "levantar do chão [...] países atrasados em civilização", que se encontrem sob a sua tutela, ou seja, colonizar; a "morigeração dos costumes"; enfim, a vida como valor primacial.

Pelas razões que têm vindo a ser apontadas, as *Memórias* de Norton de Matos são relativamente parcas em pormenores acerca da sua infância e juventude. Após ter aprendido os rudimentos da escrita em Ponte de Lima (Correlhã), onde "o meu primeiro mestre, que já tinha sido mestre da minha mãe [foi] o bom velhinho José do Sixto", rumou a Viana do Castelo, com a idade de nove anos, onde frequentou a "soturna aula primária do *Palmeador*, que nunca me deu palmatoadas"[114]. Passando a residir na casa do avô Mendes Ribeiro, aí teve acesso à supracitada livraria, a qual, segundo confidenciou à irmã Rita, incluía a famosa e pioneira *Enciclopédie*, organizada por Denis Diderot e Jean-Baptiste d'Alembert, "alguns volumes da Enciclopédia Britânica", dois livros de John Locke, "alguns volumes de Voltaire", David Hume, Adam Smith, "um volume de [Jeremy] Bentham com muitas anotações em português de meu Bisavô" e "livros que tanto mostravam a profundeza e o valor do movimento liberal em Portugal, nos fins do século XVIII e princípios do século XIX", entre seguramente muitos outros[115].

Decerto que a menção, em particular, destes autores, não era obra do acaso, uma vez que, com a morte do seu avô, em 1887, a biblioteca se perderia, o que impossibilitava aferir do restante acervo. E daí resulta, uma vez mais, que Norton de Matos atribuísse à família as origens do seu pensamento, o qual, caso se atenda aos livros por si referenciados, fundar-se-ia em autores britânicos ligados ao Liberalismo

---

114 José Norton, *Norton de Matos*, p. 17.

115 Cf. Rita Mendes Norton de Matos, *A Família Norton de Mattos*, pp. 55-56.

e ao Utilitarismo, sem esquecer o contributo de alguns dos iluministas franceses mais radicais e críticos do Absolutismo e do fanatismo religioso. Pois não chegara a crer sua prima Ana Ferreira Norton, "olhando os progressos do país sob a Constituição Liberal", que o "absolutismo nunca mais voltaria"[116]?

De Viana do Castelo, Norton de Matos passou, em 1878, para o Colégio do Espírito Santo, em Braga, onde permaneceu dois anos letivos e meio. Porém, nessa instituição, como era timbre dos métodos de ensino da época, baseados na memorização, na violência física e na falta de imaginação, acabaria por receber as proverbiais palmatoadas a que se furtara em Ponte de Lima. Vale a pena, a este propósito, atentar na carta que escreveu, em jeito de queixa, ao irmão Arnaldo, precedida pela famosa descrição que o escritor Raul Brandão, seu exato contemporâneo (nascido em 1867), deu desses tempos:

> Sala enorme, cheia de petizes dominados pelo mesmo sentimento de terror. – 8 x 7? – 8 x 7? – Entre as bancadas passeia um homem atarracado e grosso, de cabelo encarapinhado de mulato, botas de montar e a palmatória metida no cano das botas [...]. O mestre, o Aragão, não era mau – era estúpido. [...] Punha-nos então todos em fila e os bolos estalavam nas mãos dos rapazes, que se torciam e choravam, ou que bufavam na pele inchada e dorida. Levavam todos – levava também o que acertara por acaso, e a quem ele dizia com malícia: – Tu, tu também apanhas – para não te esqueceres! – Era um método. [...] Era verdadeiramente horrível, brutal e grosseiro[117].

Recordava, então, Norton, pedindo ao irmão que "não me respondas a falar nisto porque senão levo o dobro":

---

116 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 76.

117 Raul Brandão, *Memórias*. Paris/Lisboa: Aillaud/Bertrand, 1925, vol. II., pp. 103-104.

> É verdade que quando via dar bolos a meus companheiros não estava muito contente e uma vez pronunciei algumas palavras de desaprovação bastante alto, sem reparar que diante de mim estavam dois dos tais que foram com o recado ao Padre Superior. Depois disse que eu me distraía na mesa [...] que eu desobedeci. [...] Então desceu para baixo e agarrou numa palmatória ou antes num cepo de buxo e começou a bater com quanta força tinha. [...] Outro dia também me deram dois bolos por eu, na capela, depois da minha doença (doía-me a cabeça), me assentar num banco[118].

Se é certo que o jovem José Norton de Matos revelava um carácter que, nas palavras do seu biógrafo José Norton, pautava pelo "génio especial" e algum "orgulho e rebeldia", não resulta menos verdade que o ensino ministrado buscava ser rigidamente disciplinador. Com um aproveitamento escolar considerado normal, o jovem aluno de Ponte de Lima "estudava Matemática, Francês e Latim", demonstrando estar atento às comemorações em torno do Tricentenário de Camões, em 1880, em Lisboa, e dos dividendos políticos conseguidos pelos republicanos. E para a capital viria estudar no ano seguinte, por certo pelos métodos do Colégio do Espírito Santo, ou não tivesse, também na carta dirigida ao irmão Arnaldo, sublinhado que "o Papá disse-me, quando eu vim de férias, que assim que me fizessem alguma coisa, escrevesse".

Em Lisboa, com treze anos, ingressou na Escola Académica, na qual permaneceu até 1884, em regime de internato. Foi nesse ambiente, segundo Maria Alexandra Dáskalos, que "se familiarizou com as tertúlias, a leitura de jornais e os grupos políticos da juventude republicana e monárquica", despertando e "entrando no mundo", como o próprio viria a afirmar. No primeiro ano letivo teve a companhia do seu irmão Arnaldo, então a concluir os estudos. Aos fins de semana frequentava

---

118 José Norton, *Norton de Matos*, p. 21.

a casa de seu tio Rodrigo Mendes Norton, oficial de engenharia que chegou à patente de major, tendo convivido com o primo José Alpoim Mendes Norton, alguns anos mais velho. Era, portanto, um ambiente pleno de relações familiares, com pontuais idas nas férias ao Minho. Embora o seu irmão Arnaldo tenha partido para Coimbra em 1882, a fim de ingressar na Universidade, e o seu tio Rodrigo se tenha movido de Lisboa em 1883, passou, em breve, a gozar da companhia do irmão Tomás, também ele matriculado na Escola Académica.

No que respeita às apetências escolares, mostrou inclinação para a Matemática, para a Geografia e para o Desenho – seria mesmo premiado nesta disciplina. Como que deixando antever, pela conjugação dessas áreas, o futuro caminho na área da agrimensura e no exército – não devem, outrossim, ser esquecidas as quase idênticas valências do seu tio Rodrigo, que podem ter constituído um exemplo. E, de facto, no derradeiro ano letivo de 1883/1884 preparou cuidadosamente a sua entrada na Universidade de Coimbra, onde veio a cursar Matemática, "para [depois] poder seguir carreira militar em qualquer das armas ou serviços que então se chamavam superiores – artilharia, engenharia ou Estado-Maior"[119], ingressando na Escola do Exército.

De Lisboa a Coimbra e de Coimbra a Lisboa

Admitido à matrícula, em 1884/1885, Norton de Matos veio habitar o N.º 28 da Rua dos Militares, havendo, nos anos seguintes, alterado a residência. O curso de Matemática incluía algumas disciplinas de Filosofia, tendo a duração de cinco anos. No caso dos alunos que pretendiam frequentar a Escola do Exército, o curso prolongava-se por apenas quatro anos. Tratava-se do "Curso Preparatório das Armas Especiais", o qual concedia o grau de Bacharel em Matemática.

[119] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 87.

No derradeiro ano letivo de 1887/1888, Norton viria a assentar praça como o soldado N.º 34 da 1.ª Companhia do 1.º Batalhão do Regimento de Infantaria N.º 23, de Coimbra, tendo sido elevado a aspirante a oficial[120].

Se a Coimbra dos tempos de estudante de Eça de Queirós, "onde cada manhã trazia a sua revelação [...] torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos [...] descendo da França e da Alemanha", continuava a ser, à época de Norton, lugar de diletantismo e ecleticismo intelectual, "com leituras aturadas e com discussões intermináveis nos cafés e nas 'repúblicas'"[121], o certo é que algumas mudanças se haviam produzido. Com efeito, tinham-se acentuado os desentendimentos entre a "minoria fidalga" e os "rapazes de condição modesta", categoria na qual Norton se fazia incluir. O anterior fascínio dos jovens que frequentavam os "Paços de Celas" (onde teria vivido a personagem *Carlos da Maia*) pelos "fidalgotes", dera lugar, em poucos anos, e apesar do "mesmo vestuário preto de [...] notável uniformidade" – que apartava estudantes e "futricas" – a grandes clivagens no seio da Universidade. Conquanto "a minoria fidalga" estivesse "então convencida que tinha levado a maioria da Academia a submeter-se-lhe"[122], subsistia, entre os mais ricos (os *polainas* ou *polainudos* – devido ao uso desta peça de indumentária) e os mais pobres (os *briosos* e adeptos do nivelamento social – a "niveleida"), uma rivalidade alimentada de ditos, provocações, poemas satíricos e jornais e cartazes repassados de ironia.

Contudo, em última instância, o facto de Norton recortar esta memória acerca das pretensões niveladoras desses "diluídos dias", justificava-se à luz da tentativa de entrever os "princípios guiadores" já inscritos nos seus "verdes anos". Tanto assim que, no que às aulas

---

120 Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, N.º 27, 26/11/1887, pp. 709-710.

121 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 90.

122 Idem, ibidem, p. 90.

concerne, evocava uma lição de Economia Política, na qual teria dado uma precursora "conferência marxista", para negar ao Comunismo a possibilidade de nele "apoiar qualquer sistema social". Estribado nas leituras do economista liberal John Stuart Mill, "da livraria de meu pai", nos escritos de Proudhon e num resumo de *O Capital*, de Marx, adquirido em Coimbra, o então estudante de Matemática pediu licença para discordar do lente, quando este, a partir de Stuart Mill, postulava que "era indispensável para produzir riqueza haver capital". O jovem Norton de Matos, pelo contrário, alegava que teria havido alguma altura na história em que se produzira riqueza sem capital prévio e, para apoiar o seu raciocínio, exemplificava com o "homem primitivo do tempo da pedra lascada" e aqueloutro que "descobre a utilidade do que se chama sementeira". Na sua ótica, que parecia seguir os ditames da cartilha marxista acerca da passagem da fase do comunismo primitivo para a fase de produção esclavagista da Antiguidade, a "exploração do homem pelo homem" somente teria surgido quando uma minoria se apropriara das terras, "mediante violência".

Não escondendo o seu entusiasmo pelo autor de *O que é a Propriedade*, na medida em que, "de tudo o que li no meu tempo de estudante de Coimbra e da Escola do Exército nada teve tanta influência sobre mim como os livros de Proudhon", e até por Marx, "que grandes verdades disse ao mundo", um Norton mais maduro temperava estes ímpetos juvenis com a certeza de que "o aturado estudo que tenho feito desta doutrinas talvez me levassem a modos de dizer diferentes dos de então". Para depois acrescentar, agora num registo menos nostálgico, que "o *regime capitalista* em que vivemos é um grande mal, mas também não sou *comunista*"[123]. Ou seja, com estas palavras, que tanto separavam águas, quanto serviam de aviso, formulava uma sugestiva equação. Por um lado, partia de uma perspetiva marxista, que já não era (alguma vez teria sido?)

[123] Cf. idem, ibidem, pp. 90-93. O sublinhado é do autor.

a sua, para atacar uma conceção demasiado liberal da economia. Por outro, chamava a si o ónus do pioneirismo em matérias socioeconómicas sob os auspícios de Marx e Proudhon, para frisar o quanto se afastara dessas doutrinas, enquanto outros as continuavam a subscrever.

No entanto, a preleção de Norton não terá sido tão inovadora como o próprio referia. É que o programa da aula de Economia Política e Estatística desse ano letivo, da autoria do lente José Francisco Laranjo, previa várias aulas versando as teses socialistas. Após uma lição inaugural versando a concetualização e a metodologia da disciplina, uma segunda lição abordava a "Escola dos Fisiocratas" e as teses de Adam Smith. A terceira dava conta da "doutrinas económicas da Revolução Francesa" e de Proudhon, o qual era integrado na Escola Individualista, a par de Thomas Malthus e David Ricardo. Na quarta lição era a vez dos "socialistas utópicos" (Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon) serem passados em revista, assim como a Revolução de 1848. A quinta lição era inteiramente dedicada a Marx, Ferdinand Lassale e à Internacional. As lições seguintes, em jeito de síntese, discutiam as características fundamentais e a coexistência dos modelos individualistas e socialistas, abrindo caminho à análise das grandes linhas de fundo da economia: "Produção", "Circulação", "Distribuição", "Consumo" e "População, Emigração e Colonização" [124].

Posto isto, é discutível que Norton de Matos se recordasse das matérias dessa disciplina, tanto mais que foram lecionadas as atividades económicas na origem da "riqueza das nações", com particular destaque para os caminhos de ferro (três lições) e a "Colonização" (onze lições), duas temáticas que seriam caras ao futuro Norton administrador e sobre as quais não se pronunciava nas *Memórias*. Ao mesmo tempo é preciso não perder de vista que Laranjo, alguns anos antes, em 1877,

---

[124] Cf. José Frederico Laranjo, *Programma para a Cadeira de Economia Politica e Estatística da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1887, pp. 6-12

concorrera a um lugar de substituto na Faculdade de Direito, com uma Dissertação intitulada *Princípios Elementares de Colonização*, tornando-se, em 1891, vogal do Conselho Central da Sociedade de Geografia de Lisboa[125]. Ora, sobre os ensinamentos desta obra, por certo incorporados no *Programma para a Cadeira de Economia Politica e Estatística* – "no programa do ano pretérito, desenvolvemos as quatro primeiras partes da ciência: neste resumimo-las, ocupando-nos mais detidamente de população, emigração e colonização"[126] – também Norton nada dizia.

De qualquer modo, com exceção do coautor do *Manifesto do Partido Comunista*, os outros pensadores que confessou ter lido já circulavam na Coimbra universitária dos tempos de Eça de Queirós e de Antero de Quental. Era, assim, que dizia andar "com a mania de estudar, nas minhas horas vagas, as teorias de Darwin", mas também Comte: "li várias vezes os volumes de Filosofia Política"[127]. Ainda em 1890, prometia escrever um texto denunciando a "influência nefasta do modo de ser atual do capital em todas as nações e em todas as indústrias", ou que redigisse mesmo, nas páginas de *A Pátria*, um artigo sobre anarquismo. Sobre Spencer afirmou, alguns anos mais tarde, tratar-se do "maior pensador deste século".

Igualmente aluno de José Falcão, destacado republicano e defensor da Comuna de Paris – acontecimento sobre o qual publicara um opúsculo em jeito de defesa –, Norton de Matos não permaneceu estanque a todas estas influências. A sua visão do mundo ressentir-se-ia, não apenas dos autores ingleses ligados ao Liberalismo, mas dos contributos mais recentes de Comte e Spencer, aos quais, de resto, a maior parte da sua geração não logrou escapar. Era, assim, que, no momento da tomada de posse de governador-geral de Angola, em

---

125 Idem, *Princípios Elementares de Colonização*. Coimbra: Imprensa Literária, 1877.

126 Idem, *Programma para a Cadeira de Economia Politica e Estatística da Faculdade de Direito de Coimbra*, p. 5.

127 José Norton, *Norton de Matos*, p. 46.

1912, Norton de Matos colocava o seu programa sob o signo da divisa comtiana: "ordem e progresso".

Por certo que o Positivismo, na sua crítica à crença, convidava a um exercício introspetivo das convicções religiosas, algo que Norton fez, distanciando-se da fé tradicional e passando a falar em "Festa da Família", em lugar de "Natal". A consulta, em particular, da *Filosofia Política*, de Comte, aproximá-lo-ia de outros vultos das Gerações de Setenta e de Noventa, sobretudo, quando sustentava uma abordagem em torno de uma apropriação do sagrado[128]. É que, pertencente à derradeira fase da produção criativa do pensador francês – cujas conclusões foram muitas vezes tidas por discutíveis, mesmo para quem se dizia positivista –, a *Filosofia Política* punha a tónica em certos elementos que já haviam norteado a Primeira República Francesa, sob a égide dos jacobinos[129].

Resultaram, pois, estes postulados na progressiva criação de uma religiosidade cívica e patriótica, que tornava a história nacional numa missão (provação) de um "povo escolhido" e cujo momento fundador e principais lances seriam periodicamente relembrados, um tanto na linha do mito do eterno retorno das sociedades arcaicas[130]. Entenda-se que os feriados nacionais, enquanto suspensão do tempo "profano" (quotidiano), disso constituiriam acabado exemplo, assim como os desfiles cívicos realizados nesses dias, os quais não deixariam de evocar, ainda que num registo que se pretendia expressão de laicismo, os préstitos religiosos e as procissões populares em honra dos santos – recorde-se o famoso cortejo do Tricentenário de Camões e as críticas nesse sentido de que foi alvo. Por fim, retenha-se que o "último" Comte propugnava, ainda, a oferta, aos vultos históricos, do equivalente

---

128 Cf. Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares*. Coimbra: Almedina, 2010.

129 Cf. Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire* (1789-1799). Paris: Gallimard, 1989.

130 Cf. Mircea Eliade, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

secularizado da eternidade, ou seja, a memória cívica (estátuas, nomes de ruas, sepultura no panteão)[131].

O pensamento da geração que proclamaria a Primeira República acabou por ser, inegavelmente, inspirado por este ideário. Esta geração, ademais, descortinou, no rescaldo da Grande Guerra de 1914-1918, com o seu culto aos "altares da Pátria" e ao "Túmulo do Soldado Desconhecido", razões suplementares de comemoração da vida e da morte, passando a entretecer cerimónias a um tempo cívicas e religiosas, fúnebres e triunfais[132]. Se é certo que as certezas da ciência positiva e dos valores humanistas se haviam esboroado nas trincheiras de Verdum e do Somme, cumpre ressalvar o quanto o pós-guerra celebrou o culto cívico do "grande homem", que Comte trouxe de empréstimo da religião. Aliás, este género de apropriação conheceu outros desenvolvimentos, como o Natal, em breve tornado "Festa da Família", e até despido do conteúdo cristão, pela insistência nos elementos comunitários e de índole pagã (panteísta)[133].

Todos estes avatares, em última análise, vieram a integrar o quadro mental e ideológico de Norton de Matos. O mencionado afastamento da fé tradicional, patenteado pela admiração da figura "demasiadamente humana" de Cristo, entroncaria no espírito de um tempo marcado pelos "historiadores críticos de Jesus", caso de Ernest Renan, e por aqueles que, como Nietzsche, verberaram contra uma religião sem milagres e doravante reduzida à dimensão moral. Por sua vez, a crescente censura ao clero, que remontava aos alvores do Liberalismo, fundou-se nestes contributos mais recentes, não deixando de nutrir o setor oposicionista republicano e encontrar o seu lugar no pensamento

---

131 Cf. Pierre Nora (dir.), *La Nation*. Paris: Éditions Gallimard, 1986, vol. II – "Les Lieux de Mémoire".

132 Cf. Jay Winter, *Sites of Memory, Sites of Mourning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

133 Cf. Luís Andrade e Luís Rei Torgal, *Feriados em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

de Norton – já influenciado, como se viu, por alguns iluministas críticos da religião –, sobretudo, nos primeiros anos do regime implantado a 5 de Outubro.

Na mesma direção teriam apontado Darwin e a leitura que dele fez Spencer – o qual operacionalizou para as ciências sociais conceitos da biologia e até sintetizou, numa aceção valorativa, o que o primeiro não (sub)escreveu, nem tão-pouco equacionou – acerca da "sobrevivência do mais apto"[134]. Certamente que Norton, apesar de ter compulsado *The Man versus the State*, com o seu entendimento utilitarista, individualista e liberal da sociedade, não poderia ignorar o Darwinismo Social associado ao autor inglês. Como adiante se constatará, pautou por uma atitude moderada, reconhecendo o primado do homem europeu e das suas apetências colonizadoras, mas vislumbrando no colonizado, ainda que num futuro mais ou menos distante, um potencial igual.

Em meados de 1888, então com vinte e um anos e com o curso praticamente concluído, foi colocado como aspirante a oficial no Regimento de Cavalaria N.º 10, em Aveiro, de onde passou a Lisboa, ingressando, em finais de outubro, na Escola do Exército, no curso do Estado-Maior, com a duração de dois anos. Nesta segunda passagem pela capital não teve a companhia dos irmãos. Arnaldo, uma vez concluído o curso em Direito e após dois anos de trabalho na comarca de Viana do Castelo, rumara a Moçambique, onde exerceu o cargo de delegado do Procurador no Tete, havendo-se cruzado, em circunstâncias dramáticas, porque acometido pelo paludismo, com o explorador Serpa Pinto.

Enfrentando algumas dificuldades de cariz económico, que o levaram a dar explicações de Matemática ao longo desses anos, Norton julgou severamente o rei D. Luís e os líderes dos partidos monárquicos, exibindo "algum alheamento em relação aos republicanos"[135]. Não quer

---

[134] Cf. Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2001, pp. 46-50.

[135] José Norton, *Norton de Matos*, p. 65.

isto significar, como adiante se atestará, que nutrisse sentimentos antimonárquicos, pensando aderir, num futuro mais ou menos próximo, aos ideais da República. Sabe-se, em todo o caso, que a sua família se encontrava próxima do Partido Regenerador, pelo que estas reflexões tinham antes valor de crítica ao rotativismo e aos monarcas seus contemporâneos, e não tanto à instituição monárquica. De modo que, quando, em 1890, em carta ao pai, elogiou o "espírito superior" daquele rei, que "traduziu Shakespeare, tocou violoncelo", era para melhor o responsabilizar pela "política desmoralizadora e dissolvente", pois, conscientemente, descurava "o mal que faziam ao país" os sucessivos governos[136].

De igual modo, as *Memórias* reservavam comentários pouco abonatórios para D. Carlos, verberando na "influência funesta no exército" que teria tido a sua corte. O mesmo era dizer que, perante as convulsões políticas da derradeira década do século XIX, se pretendera "fazer do exército um instrumento de defesa da coroa". Até então, segundo a visão demasiadamente idílica de Norton de Matos, os militares, independentemente da sua orientação monárquica ou republicana, desejavam "uma boa administração das coisas públicas e o engrandecimento da nação", pelo que "todos vivíamos irmãmente".

Por tudo isso, essa época teve sobre si as mais marcantes repercussões, não sendo por acaso que definiu esses tempos como aqueles em que fora "entrando no mundo", em que "o meu pensamento de homem público, os primeiros elementos, indecisos e pouco definidos, da 'linha de ação' [...] surgiram no meu espírito"[137]. É que, não somente estava prestes a terminar o seu curso na Escola do Exército, passando à vida ativa, como os tumultos resultantes do Ultimato Inglês produziram uma impressão assaz duradoura. Para tal, basta atentar que se encontrava em Lisboa, gozando de um acesso imediato às notícias chegadas

---

136 Idem, ibidem, p. 56.

137 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 95.

do Terreiro do Paço, assim como à aguerrida imprensa escrita, que afinou o seu diapasão pela nota do aviltamento nacional, sem esquecer, evidentemente, a natural maturidade. Contava vinte e dois anos à data e, de acordo com Oliveira Marques, no seu estudo sobre Afonso Costa, "homens como António José de Almeida, Norton de Matos, Alexandre Braga, Carmona, Sidónio Pais, António Maria da Silva" ficariam marcados para a vida pelos acontecimentos do biénio de 1890/1891, passando a constituir a "geração do *Ultimatum*[138].

Ora, a partir da nota diplomática britânica e das manifestações que se lhe seguiram, teve Norton de Matos o ensejo de voltar a descrever ao pai, através do canal epistolar, "a indiferença, a desgraçada política, a incúria dos governos, a nulidade dos parlamentos, o reinado do Sr. D. Luís", que haviam posto o país à mercê da "Rainha dos Mares"[139]. As recriminações não isentavam os "Srs. Republicanos", os quais, na sua opinião, "querem empolgar o movimento, mas não têm conseguido nada". Depois, avaliava a força da reação popular portuguesa, através das reuniões, dos desfiles e dos ataques aos bens e símbolos ingleses, augurando o seu carácter espúrio. No que respeita à subscrição pública levantada para adquirir uma armada capaz de defrontar a *Royal Navy*, chamou à colação os efetivos navais de países "pequenos como o nosso" (Holanda, Grécia, Dinamarca, Suécia), para concluir da irrelevância da frota portuguesa e da impossibilidade de remediar tal situação. Relativamente às palavras de ordem contra os bens ingleses, que advogavam um boicote e até um corte de relações comerciais, "com um patriotismo que eu estava longe de esperar", acalentava algumas esperanças de "oxalá que vá por diante"[140]. Neste particular, dominado pela comoção do momento histórico, esboçou um retrato amargo do modo como os ingleses, em Portugal ou em qualquer outra das suas

---

138 Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1975, 2.ª ed., p. 20.

139 José Norton, *Norton de Matos*, p. 61.

140 Idem, ibidem, p. 59.

colónias, "passam entre nós explorando-nos e considerando-nos inferiores a eles".

Não obstante tais remoques, Norton continuaria a nutrir grande estima pelo aliado britânico. Aliás, a sua formação, assente em valores e escritores anglo-saxónicos, depois complementada com ensinamentos colhidos nos métodos da colonização levada a cabo pelos ingleses, e a participação na Grande Guerra ao lado dos aliados, tê-lo-ia até convencido da "inocência" britânica no episódio. A seu ver, o *flirt* diplomático de Portugal à Alemanha (pois isentava a França), no período do pós-Conferência de Berlim e o consequente afastamento da secular aliança, teriam sido as causas maiores do Ultimato.

> A intriga alemã manobrou habilmente para conduzir a nossa aliança com a Inglaterra à sua maior crise, que foi a do ultimato inglês. Foi a "quinta coluna" alemã (como se diria hoje) que levou Barros Gomes e a maior parte dos políticos portugueses de então a depositarem cega confiança na Alemanha e a afastarem-nos da Inglaterra. O "mapa cor-de-rosa" foi uma manobra essencialmente alemã. Basta dizer que a Inglaterra teve conhecimento desse mapa não por nós, seus aliados, mas pelo seu embaixador em Berlim, que conseguiu uma cópia dele na capital[141].

Uma vez terminado o Curso do Estado-Maior da Escola do Exército, em dezembro de 1890, Norton foi promovido a alferes, tendo integrado, a escassas semanas da Revolta do 31 de Janeiro, o Regimento N.º 4 de Cavalaria, o qual, não sem ironia, dadas as futuras desinteligências, possuía o nome de "Imperador da Alemanha Guilherme II". Aí passaria os sete anos seguintes, antes de partir para a Índia, tendo privado com

[141] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. III, p. 118.

Mouzinho de Albuquerque, o qual considerou ser "um dos maiores capitães da história [...] a minha admiração não tem limites"[142].

O levantamento do 31 de Janeiro de 1891 encontrou da sua parte as maiores reservas, sendo que o Regimento n.º 4 de Cavalaria esteve prestes a seguir viagem para o Porto, com o fito de dominar a revolta. Ao que parece, não foi tanto a feição republicana da insurreição, mas antes o *timing* inoportuno e a preponderância dos sargentos, uma "sargentada", naquilo que pode ser visto como a reação de um oficial recém-promovido, que levou Norton a censurar o movimento. Mais tarde, todavia, em artigo "inspirado pelo espírito gentil que tão cedo deixou este mundo", a sua neta, não teria pejo em exaltar "a manifestação de descontentamento do povo português contra os seus governantes [...] por não terem sabido salvaguardar os altos interesses da nação"[143]. Até porque, e aqui contradizia "alguns historiadores" (mas sem explicar porquê), as "invasões dos franceses, as lutas entre liberais e absolutistas, a necessidade de consolidar o novo regime", não podiam servir de atenuantes ao desinteresse ultramarino. Fazendo uso de um estilo didático intencional, traçava as origens das disputas anglo-lusas-germânicas em África, aplaudindo o papel de Capelo e Ivens, Serpa Pinto e Andrade Corvo, por haver tentado, embora sem sucesso, "realizar em meia dúzia de anos a obra de ocupação e civilização que tão facilmente podíamos ter erguido de 1850 a 1875". Se a Conferência de Berlim fora um primeiro aviso, o Ultimato surgira como o desfecho lógico desse "longo sono colonial", acabando a revolta do Porto por trazer à luz do dia todo o "descontentamento nacional". E o artigo dedicado à neta concluía, numa toada otimista, com duas ideias: que Portugal, a despeito das "omissões", das "negligências" e dos "erros imperdoáveis", conseguira, afinal, reunir "esforço" e "energias" para valorizar "a faixa de terreno que era

---

142 Idem, ibidem, vol. I, pp. 103 e 104.

143 Idem, ibidem, p. 127.

nossa", Angola e Moçambique; e que o "fogo latente" da revolta vencida em 1891 "havia de transformar-se na revolução vitoriosa que proclamou a República em Portugal"[144].

Esta "segunda" visão do 31 de Janeiro, que expressava um ponto de vista distanciado dos factos, fora enriquecida pelo entendimento colonial que havia norteado boa parte da sua vida. Comungando de algum finalismo histórico, através do qual a marcha dos republicanos para o poder parecia inevitável, exprimia, outrossim, a crença inabalável nas virtudes da colonização portuguesa, remetendo para os "dirigentes da Nação" (dos partidos monárquicos) os "erros do passado". Sobretudo, tratava-se de saudar a chegada da Primeira República, enaltecendo, por defeito, a sua própria obra (colonial) ao serviço deste regime. E de destacar alguns vultos julgados seus precursores na administração ultramarina, espécie de valores resgatáveis dos tempos da Monarquia Constitucional. Era, no fundo, a "geração de Mouzinho" ou a "Escola de António Enes", da qual também o Estado Novo saberia tirar partido.

No regimento de Mouzinho

Os anos que mediaram os acontecimentos do biénio 1890/1891 e a partida de Norton de Matos para a Índia, em meados de 1898, "tão cheios de dúvidas, de incertezas", foram por si descritos como "os piores da minha vida". Parecendo glosar o famoso verso de Camões, "erros meus, má fortuna, amor ardente", lamentava-se de "hesitações [...] algumas loucuras de mocidade, desfalecimentos de vontade", para logo asseverar que "um grande sentimento de dignidade, de lealdade, de ausência completa de inveja ou maldade" o tinha guiado nessa "planície estéril, sem qualquer relevo e sem horizontes"[145]. Para além

[144] Idem, ibidem, pp. 129-130.

[145] Idem, ibidem, pp. 96-97.

da lenta (mas normal) progressão no exército, que dele fez tenente de cavalaria, em 1893, enfrentou dificuldades económicas que muito tiveram que ver com o Mosteiro de Refoios, de há muito em posse da família, mas penhorado e depois alienado.

Desempenhou, então, diversas funções: ajudante de campo do General Comandante da 1.ª Brigada de Infantaria, em Lisboa, entre março de 1895 e dezembro do ano seguinte, funções que retomou a partir de janeiro de 1897; ajudante de campo do general João Eduardo Sotomaior de Lencastre e Meneses, o qual fora encarregado de chefiar uma comissão de inspeção militar no arquipélago da Madeira; e, entre abril e agosto de 1897, foi incumbido de proceder ao levantamento da carta topográfica dos arredores de Lisboa[146]. Entretanto, houvera sido colocado no quadro do Corpo do Estado-Maior e, no capítulo pessoal, não falando de uma tentativa de noivado frustrado, quando da sua estadia na Madeira, é de assinalar o nascimento da sua única filha, Rita Norton de Matos, fruto de uma relação com Ester Newton Pereira, com quem casaria, por procuração, em 1905.

O desalento que perpassava as *Memórias*, correspondente a essa "nebulosa época [...] negrume pesado como chumbo", foi, de igual modo, uma consequência da "vida nacional metropolitana", a qual se revelava pródiga em oportunidades capazes de contrariar a rotina militar[147]. Como tantos outros, começou a encarar o Ultramar enquanto uma possível saída. Não faltavam, de resto, antecedentes e exemplos. O seu irmão Arnaldo, que desempenhara as funções de delegado no Tete, em Moçambique, seguira para a Índia, passando a agir como Procurador da Coroa e Fazenda junto da Relação de Goa.

O próprio Norton de Matos, que tentou embarcar para S. Tomé e Príncipe, a fim de realizar levantamentos topográficos, recordava que Mouzinho de Albuquerque "me deu a grande honra e a grande prova

146 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, p.107.

147 Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 96.

de me convidar para seguir com ele para Moçambique". Declinaria, no entanto, alegando, pelo menos nas *Memórias*, que "sonhava outra ação colonial". Ora, justamente intitulado "A nossa sorte em África", o capítulo onde esta afirmação é proferida, encerra a primeira parte das *Memórias*, abrindo caminho ao período em que Norton começou a desempenhar um papel mais notório na vida pública portuguesa. Mas, ao mesmo tempo, pela evocação de uma série de personalidades ligadas ao colonialismo, algumas de séculos passados e outras pertencentes à contemporaneidade, Norton estabelecia um vínculo entre os conquistadores de outrora, os militares e os administradores do seu tempo e aquela "outra ação colonial" que para si próprio desejava, decerto mais distante do esforço militar de ocupação e mais próxima da governação civil dos territórios ultramarinos.

Neste sentido, confrontando António Enes e Mouzinho de Albuquerque, lamentava o fim prematuro (colonial) de ambos. O primeiro, porque, apesar de investido dos poderes de alto-comissário e rodeado por uma "brilhante plêiade de oficiais", estancara a ameaça vátua e logo regressara a Portugal, pensando "que o seu brilhante papel em Moçambique lhe serviria de pedestal para uma situação política de grande magnitude na metrópole". Assim, admirando "a sua inteligência, o seu brilho militar", assim como as virtudes de "chefe e administrador", Norton não divisava em Enes "arcaboiço para se deixar empolgar, dominar, pela grande obra colonial". Espécie de paixão, quase obsessão, tal vocação teria norteado, pelo contrário, Mouzinho, sobre o qual "a minha admiração não tinha limites". Porque, se o primeiro se teria revelado um administrador de primeira plana, independentemente do lugar onde operasse, o segundo conjugara "visão sublime" no comando militar, quando da "cartada da prisão do Gungunhana", e um "admirável governo de Moçambique"[148].

[148] Idem, ibidem, pp. 103-104.

Acrescente-se, em jeito de contra-argumento, que o itinerário de vida de Norton, a poder ser objeto de comparação com o percurso destes dois antecessores, se teria aproximado mais do de Enes, porquanto ambos (quase) não tivessem tido experiência militar direta nas "campanhas de pacificação", emergindo, antes, a figura do administrador. Daí decorre que o modelo ou exemplo de Norton não se esgotasse nestes nomes, abarcando outros colonialistas que, por uma razão ou por outra, exibissem qualidades "para organizar, para fomentar, para criar".

Elencava, então, dois conjuntos: o primeiro, composto por "[Afonso de] Albuquerque, [Joseph François] Dupleix, [Robert] Clive, Warren Hastings, [Joseph] Gallieni, [Hubert] Lyautey"; o segundo, formado por Caldas Xavier, Eduardo Galhardo, António Enes, Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque.

No que se refere ao primeiro grupo, apelidado de "homens" de "estofo", Norton tendia a valorizar os criadores de impérios coloniais, todos hábeis militares e distinguidos administradores, capazes de converter, em poucos anos, uma situação de conquista numa situação de domínio. Começava pelos vultos ligados à Índia, onde, pela precocidade do império luso no cômputo do expansionismo europeu, pontificava Afonso de Albuquerque, uma das figuras mais gratas da "gesta" de Quatrocentos e Quinhentos e "o maior arquiteto da Índia Portuguesa"[149]. No plano militar, a conquista de Goa, Malaca e Ormuz, que consubstanciou, do ponto de vista territorial, os fundamentos do Estado Português da Índia, corresponderiam, sob o prisma civil, as providências administrativas tomadas. A tentativa de encetar relações diplomáticas com as potências circundantes do jovem império luso e a promoção do povoamento dos novos territórios, medidas expressas nas numerosas cartas por

[149] Cf. Charles Boxer, *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 71.

si enviadas ao monarca D. Manuel I[150], foram os rostos dessa política de compromisso. E, ainda que Norton pudesse divergir da "lei Albuquerque" – para empregar a terminologia de Gilberto Freyre –, através da qual aquele administrador quinhentista pretendia estimular os casamentos entre portugueses e indianas, com o fito de aumentar a população, a verdade é que não rejeitava o seu legado[151].

O mesmo seja dito quanto a Dupleix, Clive[152] e Warren Hastings, vultos coloniais mais recentes do século XVIII, também eles ligados à Índia. Se os dois primeiros, sob o signo da velha rivalidade franco-inglesa, na qualidade de representantes das respetivas Companhias das Índias Orientais e depois enquanto governadores, haviam disputado a supremacia no subcontinente, com o triunfo do segundo, Warren Hastings prosseguiria a obra de Clive, impondo a soberania inglesa e consagrando o corpo de leis local e a estrutura social hindu das castas, como meio de dominar a imensa população a seu cargo. A escolha de Dupleix manifestava uma intenção salomónica da parte de Norton – ingleses *versus* franceses –, uma vez que o governador sediado em Pondicheri não conseguira obstar ao crescimento do poderio britânico e à sua subsequente hegemonia.

Por sua vez, a menção de Lyautey e Gallieni, colonialistas da geração anterior à sua, deve ser enquadrado na tentativa de exaltar os impérios estabelecidos no continente africano. Se ignorava Thomas Bugeaud e Louis Faidherbe, responsáveis pela viragem para África do colonialismo francês (ocupação da Argélia e do Senegal), talvez pelo prevalecimento do vetor militarista, já o esquecimento do alemão Carl Peters, grande figura do Ultramar alemão, e de Cecil Rhodes, denotava a antipatia pelo expansionismo germânico – "faltou à colonização

---

150 Cf. Afonso de Albuquerque, *Cartas para D. Manuel I.* Lisboa: Sá da Costa.

151 Cf. José Norton de Matos, *A Província de Angola*, p. 231.

152 Cf. Robert Harvey, "Robert Clive", in Andrew Roberts (ed.), *The Art of War. Great Commanders of the Modern World*. Quercus, 2009, pp. 100-107.

alemã a humanidade portuguesa[153]" – e pelo "Napoleão do Cabo", naturais adversários da presença portuguesa em Angola e Moçambique.

Sem dúvida que Lyautey e Gallieni adequar-se-iam mais à sua visão do militar administrador e organizador, que compreendia a necessidade de integrar os colonizados numa nova ordem, através do provimento de algumas das suas necessidades. Conhecida por "tache d'huile"[154], esta estratégia depois mimetizada nas guerras coloniais da segunda metade do século XX, como o próprio nome indica, implicava o alastramento gradual das zonas pacificadas, as quais deveriam beneficiar de melhorias económicas e sociais trazidas pelos novos senhores. O objetivo, como se percebe, assentava na prevenção de revoltas, anunciando a futura estratégia da contrainsurgência de António de Spínola na Guiné. Como adiante se comprovará, muitas vezes comparado a Lyautey, no decorrer da sua longa carreira no além-mar, Norton de Matos terá contactado mais tardiamente com a obra deste importante colonialista francês, possuindo, na sua biblioteca, vários dos seus livros com profusas anotações. Nestas podia-se ler, por exemplo, em relação ao período em que Lyautey dirigiu o Marrocos francês, entre 1912 e 1925, que o "chefe prestigioso [...] tem um lugar na História da Humanidade".

Quanto ao segundo conjunto de colonialistas, composto apenas por portugueses, Norton voltava a acentuar que "a grandeza nacional estava absolutamente ligada ao desenvolvimento e progresso das colónias", como que justificando uma vez mais o seu papel de administrador de Angola. Por conseguinte, fazia repousar sobre a "geração de Mouzinho" o ónus das grandes ações (no teatro de operações de Moçambique), pelo suposto equilíbrio entre dispositivo militar e estratégia concertada de ocupação/desenvolvimento. Nestes termos,

---

153 José Norton de Matos, "O valor das colónias", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 16/04/1937, p. 1.

154 Cf. Marc Ferro, *Histoire des Colonisations*, p. 136.

dizia "venerar Caldas Xavier, como o herói máximo" e Eduardo Galhardo "como o tipo perfeito do oficial superior". Note-se que, apesar de o segundo ter desempenhado, por duas ocasiões, em Macau (1897-1900) e na Índia (1900-1905), a função de governador, as *Memórias* ressalvavam, unicamente, a sua competência militar. Os escritos de Norton contemporâneos desse período revelaram-se, ao invés, mais críticos de Galhardo.

Paiva Couceiro, "cujas brilhantes qualidades permitiram transformar o soldado em grande administrador", um dos últimos governadores de Angola do período da Monarquia Constitucional, sobre cuja "vida e ação" naquele território Norton escreveu um ensaio[155], representou um modelo, talvez só comparável a Joaquim José Machado, que conheceu na Índia. Do relatório do primeiro, "a melhor obra da literatura colonial que eu conheço", que documentou dois anos de consulado, Norton terá colhido valiosos ensinamentos, como a necessidade de prover à ocupação integral do território de Angola e à promoção do desenvolvimento económico, quer através da fixação de colonos, quer através do recurso ao investimento nas vias de penetração e comunicação, quer, ainda, com uma descentralização progressiva das relações metrópole/colónia[156]. Saliente-se que, segundo o historiador francês René Pélissier, Paiva Couceiro teria "alcançado a nomeada de um Gallieni, de um Lyautey ou de um Lugard se tivesse vivido num país diferente do Portugal do final da Monarquia", sendo, em todo o caso, "o herói de Norton de Matos"[157].

Nesta análise, restava, pois, Mouzinho, o qual novamente Norton de Matos elogiou. Desta feita, "mais como procônsul do que como

---

[155] José Norton de Matos, *Angola. Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de governo.* Lisboa: Edições Gama, 1948.

[156] Cf. Vasco Pulido Valente, "Henrique Paiva Couceiro — um colonialista e um Conservador", in *Análise Social.* Lisboa: ICSUL, 2001, vol. XXXVI (160), pp. 790 e ss.

[157] René Pélissier, *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas (1845-1941)*, vol. II, p. 221.

herói", ressalvando o seu patriotismo, "baseado na certeza de que nós, em matéria de colonização, podemos fazer mais e melhor do que as outras nações", e destacando a "altivez com que repelia as ferroadas dos ineptos e dos inferiores que na metrópole queriam absorver a ação colonial"[158]. Porém, todos estes argumentos que Norton de Matos desenvolvia nas *Memórias*, embora pretendessem ilustrar os anos que mediaram a sua partida para a Índia, pareciam antes constituir referências (in)conscientes ao seu próprio passado colonial mais recente. Como não reconhecer, no "procônsul" Mouzinho ou na descentralização ensaiada por Couceiro, os imensos poderes dos quais foi investido, quando alto-comissário em Angola, nos inícios dos anos vinte? Ou como não percecionar, no patriotismo do vencedor de Chaimite e nas críticas a que foi sujeito, na colónia e na metrópole, um reflexo das inquietações "nortonianas", após os violentos insultos e ataques de que foi alvo no rescaldo da segunda passagem por Angola?

A enumeração destes vultos precursores levanta, finalmente, duas outras questões. Em primeiro lugar, Norton, descrevendo tão-só os companheiros de Enes e Mouzinho, nada afirmava sobre Joaquim José Machado. Em segundo, são omissos os passos que o conduziram à chefia da Repartição de Agrimensura do Estado Português da Índia ou os estudos que dedicou ao conhecimento destas questões. O seu biógrafo José Norton, ao avaliar a década que precedeu a partida para o Ultramar, regista um grande empenho na consecução deste objetivo, inclusive junto do infante D. Afonso, visando "em breve partir para África"[159]. E aponta as diligências do seu irmão Arnaldo, junto do governador-geral da Índia, Joaquim José Machado, para a requisição "para serviço dependente do Ministério da Marinha

[158] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 102.

[159] Cf. José Norton, *Norton de Matos*, pp. 101 e 105.

e Ultramar" [160], datada de 28 de junho de 1898, que levaria "o tenente do Corpo do Estado-Maior, José Mendes Ribeiro Norton de Matos" a exercer as funções de diretor dos Serviços de Agrimensura do Governo do Estado da Índia até 1908.

[160] Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 13, 30/06/1898, p. 186.

III
O Agrimensor: na Roma do Oriente

Velhas e Novas Conquistas

O geógrafo Orlando Ribeiro efetuou, a partir dos anos cinquenta do século passado, algumas missões científicas ao Ultramar. No arquipélago de Cabo Verde, onde aportou em 1951, com o fito de observar, *in loco*, as erupções do vulcão da ilha do Fogo; à India, em 1956. Todas estas viagens proporcionaram-lhe um conhecimento aprofundado da tarefa que pusera a ombros a partir do seu incontornável estudo geográfico, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*: apreender a realidade portuguesa, metropolitana e ultramarina, procurar as linhas de força e a unidade na diversidade.

A jornada indiana de Orlando Ribeiro teve, na origem, um repto do governo de Lisboa, apostado em brandir, contra a União Indiana e a comunidade internacional, um relatório capaz de enfrentar o crescente anticolonialismo dos anos cinquenta, ao confirmar, a partir da ótica lusotropicalista do autor, as supostamente invulgares capacidades portuguesas de colonização e integração do Outro e a quase ausência de racismo. Os resultados do relatório revelaram-se, porém, contrários aos objetivos governamentais, tendo o mesmo permanecido inédito e desconhecido. A realidade indiana veio surpreender tanto o geógrafo quanto as instâncias oficiais, sobretudo quanto aos "sentimentos dos

goeses em relação a Portugal". Neste sentido, apresentava Goa como um caso de mestiçagem de "ordem espiritual", acusando a rígida sociedade de castas pela sua não concretização ao nível étnico.

Por outro lado, admirava-se da "pouca difusão" da língua portuguesa entre os naturais, mas contrapunha o entendimento e a tolerância entre cristãos, hindus e muçulmanos. Coexistiriam, pois, "dois mundos físicos e humanos, justapostos mas interpenetrados": o primeiro marcado pela influência portuguesa, com uma assinalável percentagem de cristãos; e o segundo, de origem mais recente, menos permeável à cultura ocidental[161]. Numa palavra, alguma coerência geográfica não era sinónimo de congruência cultural.

Neste particular, referia-se Orlando Ribeiro à situação que também Norton de Matos, cerca de meio século antes, viria a encontrar em Goa, e que se mantinha quase inalterável: as Velhas e Novas Conquistas. Assim, no território que se formara em redor da velha cidade tomada por Afonso de Albuquerque, em 1510, havia que distinguir duas zonas: o núcleo inicial da ocupação lusitana ou Velhas Conquistas, formado pelas províncias das Ilhas, Salcete e Bardez, compreendendo os concelhos das Ilhas, Mormugão, Salcete e Bardez; e uma zona envolvente, a das Novas Conquistas, nascida na sequência do expansionismo dos séculos XVII e XVIII e composta pelas províncias de Perném, Bicholim, Satari, Pondá, Canácona, Embarbacém, Astagrar, Bali, Chondravadi e Cacorá, correspondendo aos concelhos de Perném, Sanquelim, Pondá, Sanguém, Quepém, Canácona e a Intendência Militar de Satari, num total absoluto de 3.086 Km^2 e 475.513 habitantes, segundo o Recenseamento de 1900.

Três sistemas orográficos ladeavam e percorriam Goa, constituindo o rebordo dos Gates, a fronteira do território português e o seu limite natural" ou, nas palavas de Norton de Matos: "Goa fica entalada entre

---

[161] Cf. Orlando Ribeiro, *Goa em 1956*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 39-47.

a cordilheira dos Gates e o Mar [da Arábia]". O distrito era sulcado por vários rios, entre os quais o Mandovi e o Zuari, e flanqueado por diversas ilhas. Existiam somente dois portos capazes de acolher navios de alto bordo: o de Goa, na foz do Mandovi, e o de Mormugão, mais abrigado das correntes e dos temporais, onde desaguava o Zuari. Margão, Vasco da Gama e Pangim ou Nova Goa eram os principais aglomerados populacionais, enquadrando algumas dezenas de aldeias. Por seu lado, "as estações podem reduzir-se a duas: o verão, seco, de outubro a março, e o inverno, ou tempo das chuvas, de abril a fins de setembro"[162].

Mais a norte, na costa do Golfo de Cambaia, situava-se o distrito sediado em Damão, composto pelos concelhos de Damão, Dadrá e Nagar-Aveli, sendo estes últimos enclaves no território da Índia Inglesa. Mais plano do que Goa, com 384 Km^2 e 41 671 habitantes, atravessado por um único rio, ainda que navegável, este território possuía um porto para navios de alto bordo.

Na Península de Guzerate, na bifurcação entre o Golfo de Cambaia e o Golfo da Pérsia, localizava-se Diu, também sede de distrito e concelho, constituído pela Ilha de Diu e os pequenos territórios de Gogolá e Simbor. De natureza vulcânica, o espaço era cruzado por dois rios, contando apenas 37 Km^2 de área e 14 614 almas, ainda segundo o Recenseamento de 1900.

Na primeira metade do século XIX, a ausência de ameaças externas permitira um abrandamento da coesão social, estimulando diversos conflitos entre as principais comunidades de Goa: os nativos cristãos (canarins), portugueses, luso-descendentes e nativos hindus. Por seu lado, a Revolução Liberal viera pôr termo a alguns privilégios tradicionais e, na década de quarenta, um processo tendente à centralização despojara a Índia Portuguesa das suas prerrogativas: o título de

---

[162] António Bernardo de Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1940, vol. I, pp. 9-17.

"vice-rei" foi abolido, os poderes dos governadores-gerais foram esvaziados, Goa perdeu a jurisdição de Timor e Solor e o Conselho de Estado tornou-se o Conselho do Governo[163]. Estas mudanças, cujo eco de revolta foi amplificado pela instabilidade da metrópole, durante os governos de Costa Cabral, chegaram até a suscitar do padre e deputado por Goa durante dez anos, Jeremias Mascarenhas, o desejo de independência, expresso num debate parlamentar datado de 1852, ainda que, nos anos seguintes, julgasse preferível manter o vínculo português a ser integrado na órbita inglesa[164].

A segunda metade do século XIX, do ponto de vista da estabilidade governativa, acompanhou de próximo a rotatividade dos partidos monárquicos, mas não impediu o dealbar de movimentos nativistas, que exigiam a maior presença dos naturais nos órgãos do poder e o abandono, por parte das elites canarins, da indumentária europeia, a favor das tradicionais vestes. Em 1895, a deserção e sublevação de tropas indianas maratas destinadas a servir em Moçambique, às ordens portuguesas, gerou grandes receios em Goa, tanto mais que aquelas se aliaram à poderosa família dos Ranes de Satari, "com um longo historial de revoltas contra os portugueses"[165], atacando e roubando algumas aldeias das Velhas e Novas Conquistas. Para além de uma expedição comandada pelo Infante D. Afonso, o governo português desmembrou a elite goesa, encerrou jornais e deportou personalidades julgadas influentes e próximas das aspirações nativistas.

As décadas de oitenta e noventa assinalaram, igualmente, um período de crise, caracterizado pela concorrência dos tecidos da Índia Inglesa, os quais, através de um acordo económico, se impuseram

---

163 Cf. Ernestina Carreira, "Índia", in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 666-667.

164 Cf. Maria Adelaide Marques, "Mascarenhas, Estêvão Jeremias", in Maria Filomena Mónica, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: ICSUL e AR, 2005, vol. II, p. 786.

165 Célia Reis, "Índia", in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. XI, p. 607.

ao território português, ditando a falência dos teares de Damão e Diu. O mesmo se verificou quanto à produção salina e à atividade piscatória, que dependia desta última, pelo que se multiplicou a emigração que, não raro, buscou o território inglês contíguo. Na agricultura, principal atividade, as comunidades (*gancarias*) continuavam a ser a forma de organização mais característica, estando sob a alçada de juntas governativas dependentes do governador. O arroz contava-se entre as culturas mais importantes. A pesca, que recuperava, nas primeiras décadas do novo século, da quase ruína, e a exploração florestal das ricas madeiras exóticas constituíam outras atividades de vulto, a par de alguma indústria têxtil e de moagem e destilação de óleos.

As condições climáticas e humanas, apesar das preocupações higiénicas recomendadas pelo Hinduísmo, davam origem a epidemias, como a cólera e a peste bubónica, que a monção agravava, com o enfraquecimento dos organismos resultante de afeções gastrintestinais. O paludismo e a varíola grassavam. Por isso, o governo de Joaquim José Machado, entre 1897 e 1900, caracterizou-se pela atenta vigilância a potenciais novos focos de revolta e a medidas nos domínios das comunicações e da profilaxia, tanto mais que, à data da demissão, se encontrava em conflito com as autoridades eclesiásticas, em virtude da sua determinação de cremar os cadáveres pestiferados[166]. Metódico e organizado, este oficial, ao invés dos vindouros, conforme se pode testemunhar a partir do *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, impunha, aos administradores dos concelhos, relatórios mensais acerca da administração destes, do estado sanitário e da saúde pública, das subsistências e dos trabalhos públicos. Segundo Norton de Matos, o ministro da Marinha e Colónias Dias Costa, em 1898, teria comentado acerca da criação da Repartição de Agrimensura, que o mesmo Norton organizaria: "lá continua o Machado com a mania de fazer coisas novas, que só

166 Cf. idem, ibidem, p. 611.

servem para aumentar as despesas. Pois se existem os serviços de obras públicas"[167].

Foram quatro os governadores-gerais que Norton serviu na Índia. As suas relações: de amizade com o primeiro; de cordialidade com o segundo; e de alguma tensão com os dois últimos, em face da crescente crítica à Repartição de Agrimensura que dirigia, determinaram, em última análise, a permanência e posterior abandono de Goa, deixando os trabalhos de levantamento do cadastro incompletos.

Nascido em 1847, José Joaquim Machado frequentara a Escola Politécnica e a Escola do Exército, ingressando na arma de engenharia. Chefiara a direção das Obras Públicas ao tempo de Andrade Corvo e organizara diversos serviços. Efetuara o estudo do caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transval, do qual fora diretor. De igual modo, dirigira e fiscalizara o caminho de ferro de Ambaca e preparara o estudo do de Moçâmedes. Durante a Monarquia Constitucional e a Primeira República desempenharia as funções de governador-geral de Moçambique[168].

Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo sucedeu a Machado, entre 1900 e 1905. Militar aureolado pela vitória sobre as forças de Gungunhana, na Batalha de Coolela, a 7 de novembro de 1895, Galhardo morreu três anos após deixar a Índia[169]. O seu governo ficaria marcado por nova revolta dos Ranes em 1901-1902, na qual Norton de Matos desempenharia um papel crucial. Em novembro de 1901, o assassinato do tenente Bastos Silva, secretário do Comando Militar e comandante da Companhia de 2.ª Linha, que a imprensa metropolitana vivamente condenou, por deixar oito filhos órfãos[170],

---

167 "Anúncio – Índia", in ABNM, Pasta "Livro sobre a Índia e Textos de Macau, 1919", pp. 2-3

168 Cf. "Processo de Joaquim José Machado", in Arquivo Militar, Caixa N.º 1.549.

169 Cf. "Processo de Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo", in Arquivo Militar, Caixa N.º 1.151.

170 Cf. "O que se passa na Índia", in *O Século*. Lisboa: 7 de outubro de 1901, N.º 7.153, p. 1.

acendeu nova revolta dos Ranes. As garantias constitucionais das Novas Conquistas foram suspensas, em virtude de os revoltosos "andarem sobressaltando a população das Novas Conquistas e incitando parte dos seus habitantes a rebelarem-se contra os poderes constituídos"[171].

Comandante militar de Satari, entre dezembro de 1901 e fevereiro de 1902, e comandante militar e administrador do concelho interino de Sanguém[172], entre fevereiro e maio de 1902, Norton sufocou as convulsões e repôs a ordem, tendo agido mais como um administrador do que como chefe militar, uma vez que encarou o episódio como uma operação policial de larga escala. Foi, de resto, a seu pedido, que foi exonerado de comandante militar e administrador do concelho interino de Sanguém, aparentando privilegiar, como, mais tarde em Angola, uma governação civil da província, assente num domínio a um tempo firme e benevolente.

O coronel Arnaldo de Novais Guedes Rebelo foi governador da Índia entre 1905 e 1907. Havia desempenhado idênticas funções em Cabo Verde e em Macau entre 1901 e 1902 e entre 1902 e 1903, respetivamente.

José Maria de Sousa Horta e Costa, governador entre 1907 e 1910, teve um percurso semelhante ao de Norton, cursando Matemática em Coimbra, com a obtenção do bacharelato, findo o qual chegou a alcançar a patente de major do Estado-Maior.

Durante os anos em que permaneceu na Índia, Norton de Matos seria promovido a tenente e agraciado em duas ocasiões: com a Real Ordem Militar de São Bento de Avis, destinada a premiar altos cometimentos militares, primeiro como cavaleiro, em 1901, depois como oficial, em 1906. Exerceu diversas funções e integrou algumas comissões de estudo. Visitou a Índia Inglesa, familiarizando-se com

---

171 Cf. *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, N.º 13, 14/02/1902.

172 Cf. ibidem, N.º 16, 25 de fevereiro de 1902, p. 193.

os seus processos administrativos de colonização. Conviveu com colonialistas experimentados, como Joaquim José Machado. Adquiriu livros de temática ultramarina e efetuou leituras enriquecedoras nesse âmbito. Teve a convicção de que "a minha formação de português muito deve àqueles dez anos de contacto, com a nossa grandeza passada"[173]. Produziu bibliografia assinalável, entre a qual é de reter o seu *Manual do Agrimensor*, em dois volumes; dois relatórios sobre os serviços da Repartição de Agrimensura que chefiou; o *Cadastro da Índia Portuguesa*; a *Carta Agrícola do Concelho das Ilhas de Goa*; e deixou esboços para um livro, do qual somente publicou, em 1910, um prospeto publicitário contendo a introdução e o índice. Escreveu muitos anos mais tarde a este respeito: "que admirável manancial de colaboradores nós ali temos para nos ajudarem a transformar em realidade o sonho do Império"[174] – como que imaginando, à semelhança do seu trajeto de vida, que "a mais antiga colónia" pudesse ser alfobre de homens a empregar nas mais recentes e maiores províncias ultramarinas.

Se bem que, na introdução às *Memórias*, Norton anotasse que "muito tenho que dizer desta época da minha vida", poucas são aí as referências à Índia (e a Macau), apenas ocorrendo em contexto de comparação com as decisões tomadas em Angola. Entre as centenas de artigos dados a *O Primeiro de Janeiro*, somente quatro abordam diretamente aquele território, quer analisando o impacto da agricultura nas comunidades de Goa, quer debatendo a eventual independência da Índia Inglesa. A experiência no Oriente, decisiva a todos os títulos, seria, com o correr do tempo, obnubilada pela de Angola e, por isso, mais tarde descrita como "uma iniciação". Mas nunca esteve ausente, como comprovam uma conferência realizada a 7 de maio de 1942, em Algés, intitulada "A Índia do meu Tempo",

---

[173] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, p. 54.

[174] Idem, ibidem, vol. II, p. 213.

e os recortes de jornal e apontamentos que coligiu durante o último verão da sua vida, em 1954, altura em que Portugal perdeu os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli[175]. Pois, nas palavras de Norton, "muito aprendi na Índia durante os dez anos seguidos, sem a interrupção de uma licença, que por lá andei"[176].

Chegado a Goa, em inícios de agosto de 1898, após quase um mês de viagem, Norton de Matos foi oficialmente nomeado diretor da Repartição de Agrimensura, para "proceder aos trabalhos de levantamento da carta corográfica e agrícola do Estado da Índia Portuguesa"[177]. Os motivos invocados para a criação deste organismo prendiam-se com os imensos benefícios trazidos à administração do território, na medida em que se desconhecia a extensão das propriedades do Estado, assim como abundavam os diferendos entre comunidades, confrarias e particulares, os quais "sustentam demandas prolongadas, devido a frequentes usurpações de terrenos"[178]. Impunha-se, deste modo, o referido levantamento, com vista a organizar o cadastro geral da província, tarefa intrincada e morosa, propensa a polémicas, tanto mais que poderia implicar uma revisão das contribuições prediais e os inevitáveis acertos de confrontações das propriedades.

As dificuldades fixavam-se, para além disso, nos trâmites legais inerentes à criação de raiz de uma repartição, incluindo a necessidade de formar os funcionários através de uma cadeira de Agrimensura, na qual seriam lecionados conhecimentos muito específicos, seguindo-se a submissão a exame dos candidatos. Outros constrangimentos reportavam-se à falta de mapas atualizados, sem esquecer que a época das chuvas obrigava a períodos de paragem mais ou menos longos, transitando o trabalho de campo das tendas de campanha para o

---

175 Cf. Pasta "Memórias e Diário – 1948-53 – Índia". ABNM.

176 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 213.

177 Cf. *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, N.º 60, 9/08/1898, p. 882.

178 "Portaria Provincial N.º 569", in ibidem, N.º 60, 9/08/1898, p. 882.

trabalho de gabinete, na relativa comodidade da sede da repartição, em Pangim.

Em outubro de 1898 anunciavam-se as primeiras vagas para o lugar de agrimensor e, em abril do ano seguinte, eram abertas nove novas vagas. As notas de serviço do diretor da repartição, datadas desse mês, que marcava o início da estação das chuvas e remetia as tarefas para o escritório, assinalavam a impossibilidade de ter alargado os trabalhos de Perném a outras províncias, uma vez que "atravessando todos os empregados da repartição o período de aprendizagem, me convém tê-los sob a minha constante e quase imediata fiscalização". Razões também convocadas a terreiro para chamar a si a responsabilidade "da elaboração de uns e outros [relatórios e mapas] para a época dos serviços de gabinete"[179].

No ano seguinte, aumentado o número de efetivos do serviço, o labor prosseguiu na província de Perném, estendendo-se à de Embarbacém e ao concelho de Salcete, com a deteção de cerca de meia centena de usurpações por parte dos proprietários. Norton de Matos anotava, em finais de junho, que as condições atmosféricas e as fadigas de "seis meses seguidos de trabalho de campo obrigaram a suspender os trabalhos de triangulação no mês de maio"[180].

Na proposta de reorganização dos serviços, redigida no final da sua estadia na Índia, Norton de Matos mencionava que o regulamento previa a "fixação de um pequeno quadro de pessoal, que apenas permitisse a execução dos serviços mais urgentes", ou seja, um alfobre humano que, em 1901, ao abarcar "1 diretor, 6 agrimensores, 1 desenhador, 1 amanuense e um servente", lograsse reorganizar as predominantes áreas rurais do distrito de Goa. Posteriormente, a inclusão de "pessoal eventual", contratado em "número variável", permitiria

---

[179] Cf. "Notas de Serviço do Diretor da Repartição de Agrimensura", in ibidem, 14/04/1899, N.º 28, p. 469.

[180] Cf. "Notas de Serviço do Diretor da Repartição de Agrimensura", in ibidem, 30/06/1900, N.º 50, p. 469.

corresponder aos fins últimos que haviam presidido ao nascimento da repartição, que o mesmo era dizer a "elaboração da carta topográfica-agrícola, da carta agrícola-mineral e da estatística agrícola [...] a execução das plantas cadastrais [...] trabalhos de geodesia, corografia e hidrografia" [181]. Porque, em última instância, nas suas palavras, "um cadastro deve constituir uma obra verdadeiramente nacional, um monumento público, em que se baseie, sem receio de erro, a administração do país, na conceção dos seus planos, no projeto das suas obras"[182].

De forma a ultrapassar a escassez de meios e de funcionários habilitados para levar a bom porto o inegavelmente ambicioso objetivo do cadastro geral, houve a necessidade de adquirir materiais na Índia Inglesa, como a importante obra de estudos, recomendações e trabalhos topográficos e trigonométricos, compilada por Henry Thuillier e Brough Smith, ou o volume de Jules Breton, versando a reorganização cadastral em França, e ainda hoje existentes na biblioteca de Norton de Matos. Do mesmo modo, em regime de "uma aula teórica de manhã e de algumas horas da tarde de prática de trabalhos de campo", começaram-se a ministrar "vários cursos teórico-práticos, regidos por agrimensores sob a minha direção".

O perfil e a formação dos funcionários constituíram, nos primeiros anos da repartição, problemas prementes, posto que era esperado que "a maioria dos candidatos a agrimensor, fornecidos pelo último concurso, fosse de algum auxílio nos trabalhos de campo". Auferindo de "uma rúpia diária de ajuda de custo", os referidos aspirantes, "por não quererem ou não poderem", dificilmente cumpriam as ordens e careciam de supervisão constante, pelo que "nada compensa o

---

[181] José Norton de Matos, *Informação a respeito dos Serviços de Agrimensura na Índia Portuguesa (Proposta para uma Reorganização)*, in ABNM, Pasta "Governo-Geral da Índia – Serviços de Agrimensura", pp. 1-2.

[182] Idem, *O Cadastro da Índia Portuguesa*. Nova Goa: Empresa Typ. Colonial Bragança e Cia., 1907, p. 7.

Estado das despesas que ele faz"[183]. Nos documentos através dos quais avaliava os seus subordinados, Norton aludia, com regularidade, à "indolência", pelo que os critérios para as novas admissões passaram a restringir a faixa etária (dos dezanove aos vinte e três anos) e a requerer, da Junta de Saúde, garantias de robustez e aptidão física[184].

Em 1904, as instruções para "contratar praticantes para a execução de levantamento parcelar e outros trabalhos de campo" começaram a delimitar um intervalo de idades mais alargado (dos dezoito aos trinta anos), mantinham a exigência de robustez física (e uma "boa vista") e sublinhavam a necessidade de "falar bem o Português" (devido à contratação de naturais do território) e possuir uma caligrafia cuidada, para além da aprovação nos exames de Aritmética Prática e Geometria, "com certidões do Liceu Nacional, Seminário ou na Índia Inglesa"[185].

Foram, aliás, a falta de bases, manifestada pelos candidatos, e a inexistência de qualquer material de apoio ao estudo de natureza didática, que levaram Norton de Matos a escrever e publicar, nesse mesmo ano, um *Manual do Agrimensor* em dois volumes, de modo a que se "habilitasse [localmente] o pessoal indispensável", sem recorrer a "mandá-lo vir do reino". Dedicado a José Joaquim Machado, "a quem se deve a criação da Repartição [...] como testemunho de muita consideração e de grande admiração pelos seus trabalhos", aí se assegurava não se ter a "pretensão de fazer nada de novo", mas efetuar "quase sempre um trabalho de compilação", no intuito de "reunir as noções teóricas e práticas necessárias para o desempenho

---

183 Idem, "Notas do Diretor da Repartição de Agrimensura sobre os trabalhos de campo executados durante o mês de fevereiro último", in *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, N.º 22, 20/03/1901, pp. 245-246.

184 "Portaria Provincial N.º 105 de 15 de maio", in ibidem, N.º 39, 17/05/1901, p. 384.

185 Cf. "Aviso da Repartição de Agrimensura", in ibidem, N.º 90, 11/11/1904, p. 844.

cabal de todos os serviços de que os agrimensores podem ser encarregados, nesta e noutras colónias"[186].

Feita esta introdução e traçadas algumas considerações sobre os destinatários, "indivíduos de diversas proveniências escolares, com maior ou menor desenvolvimento intelectual, e com mais ou menos habilitações", seguiam-se vários capítulos que iam, no primeiro volume, desde as noções mais simples de Aritmética (operações e suas propriedades, números positivos e negativos, sistemas de pesos e medidas, etc.) até à Geometria (ângulos, sólidos geométricos, etc.), à Trigonometria e à Cosmografia, com elementos matemáticos da Terra, do Sistema Solar e das constelações. Alguns exercícios práticos, chamando à colação a natureza pedagógica do livro, e uma tábua de algoritmos fechavam o primeiro volume, versando o segundo a teoria e a prática da Agrimensura, com uma minuciosa descrição (e ilustração) dos instrumentos. Os problemas, enunciados em forma de exercício: "128. Problema 8.º – Determinar a largura de um rio (Fig. 62)", e o "chamar a cuidadosa atenção dos agrimensores, – pois que todos os erros de medição diminuem com o maior cuidado empregado nos processos de medição" [187], mantinham a toada pedagógica, por certo a pensar nas críticas de que os funcionários a seu cargo eram alvo. Basta atentar no perfil de agrimensor por si desejado: "aptidão para o serviço técnico, valor e vigor como empregados, honestidade profissional e moral", sendo que preteria "aqueles que, ainda que admitidos com bons diplomas, não mostrarem durante o seu tirocínio possuir os requisitos, que se devem exigir em profissões desta natureza"[188].

Apesar das sucessivas comissões que veio a integrar e o desempenho de outros cargos, entre 1902 e 1904, como os "valiosos serviços

---

[186] José Norton de Matos, *Manual do Agrimensor*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1904, vol. I, p. VIII.

[187] Idem, ibidem, vol. II, p. 64.

[188] Idem, ibidem, vol. I, p. VIII.

prestados ao Governo deste Estado no cargo de administrador e comandante militar de Sanguém, que exerceu em circunstâncias especialmente difíceis com muita energia e reconhecido zelo, distinção e absoluta lealdade", reconhecidos por Portaria Provincial de 22 de maio de 1902, Norton retomou, a partir de 1904, uma mais atenta supervisão dos Serviços de Agrimensura que dirigia. Desta maneira, a demarcação dos prédios urbanos ganhou novo dinamismo, não sendo de estranhar que o *Heraldo*, um dos mais importantes periódicos do território, reacendesse a polémica em torno do cadastro. Defendendo os interesses dos proprietários, que julgaram a atividade de demarcação atentatória dos seus direitos, por implicar uma natural revisão das contribuições prediais, o periódico lançou uma campanha feroz, no intuito de descredibilizar a repartição, os seus funcionários e o diretor. Por exemplo, numa metáfora destinada a atrair, também, os pequenos agricultores, tantas vezes a braços com pragas de insetos, referia-se aos agrimensores como "as brigadas de gafanhotos, nas velhas e novas conquistas [que] roem a matéria coletável"[189] e que vão "semeando pleitos por toda a parte"[190].

Por vezes, Norton era elogiado sem ironia – "um oficial à altura das exigências dos serviços" –, enquanto os seus subordinados eram sempre vistos como "pequenos déspotas [...] que mal sabem juntar dois algarismos ou traçar duas linhas [...] e vão por aí fora [...] dispor da propriedade particular a seu talante como se fora num país conquistado e sem dono[191]", daí que seja "necessário que haja ordem [...] escrúpulo na seleção do pessoal"[192]. Estas notórias dificuldades de aprendizagem dos novos agrimensores tenderam, de facto, a transpirar das salas da repartição para o meio social

---

189 G. Pira, "Gafanhotos", in *Heraldo*. Nova Goa: 7/12/1905, N.º 1.723, p. 1.

190 Idem, "A Agrimensura e a Hidraulica", in *Heraldo*. Nova Goa: 4/05/1906, N.º 1.839, p. 1.

191 "O Cadastro", in *Heraldo*. Nova Goa: 24/05/1906, N.º 1.856, p. 1.

192 "A Repartição de Agrimensura", in ibidem. Nova Goa: 12/09/1906, N.º 1.944, p. 1.

goês, suscitando dúvidas e interrogações acerca da validade dos trabalhos efetuados. Em março de 1907, o governador recomendava mesmo que, em face dos protestos, o cadastro fosse o mais perfeito possível.

Mais raramente a discussão do que realmente estava em causa se fez ouvir, ou seja, o confronto entre o sistema tradicional de cobrar de imposto uma percentagem sobre o rendimento agrícola (dízimo) – que não estimulava tanto a produção – e a novidade de coletar um valor fixo sobre a posse da terra, penalizando os detentores de latifúndios e abrindo caminho à divisão das propriedades:

> Dir-se-á que o dízimo recai sobre o produto bruto ao passo que o cadastro calcula o produto líquido e sobre ele faz incidir a coleta [...] ruína dos haveres acarretam a ruína das pessoas [...] esta terra não comporta nenhum sistema de tributação que não seja os dízimos. [...] Na nossa opinião franca e sincera [...] de desfalque em desfalque até às execuções fiscais forçadas"[193].

Como precisou Norton de Matos, numa conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, alguns anos mais tarde, importava promulgar "leis agrárias, que fossem conduzindo à necessária transformação do trabalhador rural em pequeno proprietário"; libertá-lo das "condições atentatórias da liberdade humana", tanto mais que, em muitos casos, se encontrava "minado pelo álcool"; propiciar o "aforamento das terras não aproveitadas pelas comunidades agrícolas", estimulando o cooperativismo das comunidades, confrarias e pagodes locais, que defenderiam o individuo da "opressão do *rendeiro*"; conceder crédito agrícola; e incentivar o

[193] "A Repartição de Agrimensura II", in ibidem. Nova Goa: 13/09/1906, N.º 1.945, p. 1.

ensino e a instrução nesta área[194]. E, de facto, nestas propostas é lícito percecionar algumas das futuras medidas implantadas em Angola. Em especial, o combate ao álcool e às formas de "escravatura encapotada", em benefício do surgimento de pequenos produtores rurais, mais ou menos escolarizados nos saberes do seu ofício e capazes de absorver os produtos da colónia, das outras colónias e da metrópole, de forma a fazer funcionar a economia numa ótica capitalista e gerar uma sociedade baseada na terra, a um tempo produtora e consumidora.

No entanto, no imediato, as críticas aos que "estão organizando o cadastro sem *ciência* nem *consciência*" prosseguiram, raiando o insulto. Acusava-se o "farto banquete da agrimensura" de gastar "rios de dinheiro" e de conceder "gratificações puramente arbitrárias" aos funcionários, não havendo "até hoje, que nos conste, uma única aldeia cadastrada[195]" e até que, em certo momento, o diretor da Agrimensura, exasperado, em resposta aos apoiantes do jornal, teria mandado "os *heraldinos* ao *heraldo*"[196].

Em carta destinada ao pai, Norton explicitou as três diligências adotadas para responder à crescente contestação que, em breve, se estendeu aos pequenos proprietários, também eles afetados pelo aumento dos impostos, ainda que desprovidos de um órgão de informação comparável ao *Heraldo*. Em primeiro lugar, pela intensificação dos trabalhos, reiniciados simultaneamente, após a estação das chuvas de 1904, em três concelhos, a fim de desmentir quaisquer rumores acerca de uma suposta suspensão dos trabalhos pelo governo da província ou da metrópole. Em segundo, pelo aliciamento de outros periódicos às suas razões, explorando velhas rivalidades jornalísticas

---

194 Cf. José Norton de Matos, "Estado da Índia. Conferência realizada na Sociedade de Geografia sobre a India", in *O Colonial*. Lisboa: 12/12/1910, IV Ano, N.º 62, p. 3.

195 "O Assunto do Dia", in *Heraldo*. Nova Goa: 18/05/1906, N.º 1.851, p. 1.

196 "A Repartição de Agrimensura III", in *Heraldo*. Nova Goa: 19/09/1906, N.º 1.950, p. 1.

e tentando não se comprometer em demasia. Por último, procurando serenar os proprietários[197], Norton passou a recorrer a uma mais explícita publicitação, no boletim oficial da colónia, da necessidade das pessoas demarcarem previamente as suas propriedades, com "muros, sebes vivas e mortas, valados, vales, pilares, renques, etc.", antes da visita dos agrimensores, e a "assistirem ao exame dos seus prédios"[198].

O ano de 1904 conheceu, assim, um recrudescer dos levantamentos cadastrais de prédios rurais e urbanos em Salcete, Pondá e no concelho das Ilhas, ao passo que, em 1905, os trabalhos se estenderam ao concelho de Sanguém, a Sanquelim e ao distrito de Diu; enquanto, em 1906, era vez do distrito de Satari e Embarbacém. Porém, todos estes expedientes não evitaram que o governador, Arnaldo de Novais Guedes Rebelo, pressionado pela imprensa e pelas reivindicações dos proprietários em comícios, colocasse a Repartição de Agrimensura na dependência das Obras Públicas, doravante denominada "Secção de Agrimensura", ditando, em meados de 1907, o afastamento de Norton.

Colocado no Quartel-General da Índia, entre maio desse ano e fevereiro de 1908, Norton retomou o seu cargo, facto logo descrito pelo órgão representativo dos grandes proprietários como a "ressurreição da agrimensura [...] palavra anódina em todo o mundo", mas um "papão para os povos da Índia Portuguesa"[199]. O regresso aos trabalhos foi, contudo, efémero, tendo Norton de Matos alegado cansaço e regressado à metrópole no verão do ano seguinte, uma vez que "dez anos seguidos por lá andei, sem vir a Portugal"[200]. Responsável por montar e dirigir os serviços de agrimensura na Índia

---

197 Cf. José Norton, *Norton de Matos,* pp. 143-145.

198 "Aviso da Repartição de Agrimensura – Serviço de Cadastro", in *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, N.º 91, 14/11/1904.

199 "Ressurreição da Agrimensura", in *Heraldo*. Nova Goa: 27/12/1907, N.º 2.325, p. 1.

200 José Norton de Matos, "A minha conceção do Império Português", in *Acção Colonial*. Lisboa: 1934, Número Comemorativo da Exposição Colonial do Porto", p. 22.

Portuguesa, Norton cumpriu, efetivamente, essa incumbência, mas apenas logrou cadastrar alguns concelhos do distrito de Goa (Ilhas, Pondá e Sanquelim) e o distrito de Diu[201]. Sem dúvida que a vastidão da tarefa, a oposição de alguns setores e, sobretudo, o avultado número de tarefas e comissões que Norton integrou, obstaram a esse objetivo. Emergiu, em todo o caso, o qualificativo de pronto mais associado ao seu nome, o de organizador.

Funções e Comissões

Não se cingindo a atividade de Norton de Matos ao levantamento do cadastro do Estado Português da Índia, importa enumerar as outras atribuições pelas quais foi responsável e analisar o papel que desempenharam no desenvolvimento do seu pensamento colonial, primeiro como gestor e depois enquanto incansável ideólogo ao longo das últimas décadas da sua vida. Neste capítulo, em 1900, começou por fazer parte da "comissão encarregada de codificar as leis das comunidades[202]" e por ser nomeado vogal da comissão para o estudo das condições especiais de cada uma das circunscrições, sobre as concessões de terrenos no Ultramar[203].

Em março de 1903, Norton de Matos era "nomeado para exercer interinamente o cargo de administrador das matas"[204]. Na verdade, "a madeira era uma das riquezas tradicionais da Índia Portuguesa [e] constara ao governador que aquela administração estava muito irregular"[205]. Esta indigitação, na realidade, não surgia do acaso,

---

201 Cf. Idem, "Topografia e Geologia do concelho das Ilhas de Gôa", in *A Terra. Revista Portuguesa de Geofísica*. Lisboa: 1934, N.º 14, p.74.

202 Cf. *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, N.º 54, 15/09/1901, p. 513.

203 Cf. ibidem, N.º 73, 18/09/1900, p. 840.

204 Cf. ibidem, N.º 26, 31/03/1903, p. 253.

205 José Norton, *Norton de Matos*, p. 136.

porquanto, já no primeiro ano da sua estadia em Goa, fizera parte de uma comissão de avaliação dos terrenos dos palmares, na qualidade de vogal. As deambulações pelo território das Velhas e Novas Conquistas e as consequentes medições efetuadas habilitá-lo-iam a preencher a vaga, tanto mais que, por essa altura, já tinha procedido à demarcação da mata de Mopa, no concelho de Perném, distrito de Goa.

Exonerado em abril do ano seguinte, "a seu pedido", talvez pelas muitas tarefas pelas quais se encontrava responsável e "louvado pelo zelo e inteligência com que desempenhou o cargo", Norton teria assento, a partir de junho de 1907, numa comissão para "propor a remodelação dos serviços florestais deste Estado" ou, mais sucintamente, promover a "regeneração das matas"[206]. A maior parte dos objetivos visados pela supracitada comissão – "caminhos e acessos, demarcação"; "rever legislação vigente"; "regímen florestal"; "regular povoamento, exploração e aproveitamento" – fazia, agora, parte dos seus conhecimentos.

Seja como for, as principais deliberações e portarias, enquanto administrador das matas, entre março de 1903 e maio de 1904, versaram a necessidade das "limpeza[s] a realizar nas matas", a demarcação das mesmas, a regulação da compra, venda e circulação de lenha. Por outro lado, no decorrer desses meses, Norton procurou conjugar este cargo com o de diretor dos Serviços de Agrimensura, aproveitando para demarcar as matas do concelho de Pondá, nas Novas Conquistas, ao mesmo tempo que continuava a realizar o levantamento do cadastro desse concelho e do concelho de Perném.

Em maio de 1903, Norton de Matos integrou a reconstituída Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa, em virtude de se considerar imprescindível o concurso de quem lidava de próximo com medições topográficas e percorria diariamente o terreno, chegando a acampar. Da mesma faziam parte: Pedro de Ataíde e Melo (inspetor de Fazenda),

---

[206] *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, N.º 46, 11/06/1907, p. 578.

Alberto Osório de Castro (procurador da Coroa e Fazenda), José Augusto Alves Roçadas (capitão do serviço do Estado-Maior), Jerónimo Osório de Castro (administrador do concelho das Ilhas de Goa), José António Ismael Gracias (professor do Liceu Nacional de Goa) e José Maria do Carmo Nazaré (1.º escriturário da Repartição Superior de Fazenda).

As bases da comissão foram publicadas em agosto[207]. A base a) ditava o "estudo e classificação dos monumentos da Índia Portuguesa sob os aspetos arqueológico, histórico, arquitetónico e respetiva fiscalização". As bases seguintes – b), c), d), e), f) h) e i) – procuraram delimitar o campo de ação da comissão, doravante responsável por localizar, fiscalizar e avaliar o estado dos monumentos e sobre os mesmos "redigir memórias e monografias". A base j) propunha que se elaborasse "um estudo especial sobre a velha cidade de Goa", abarcando os aspetos arquitetónicos, sociais e culturais das comunidades portuguesa, hindu e muçulmana aí residentes.

Por sua vez, a base l) anunciava a publicação de uma revista mensal intitulada *O Oriente Portuguez*, tendo Norton de Matos, membro da comissão de redação a partir de 1905, assinado a introdução do primeiro número, vindo a lume em janeiro de 1904. O periódico tornou-se publicação oficial do Ministério das Colónias em 1916, mantendo-se ativo até 1920. Retomado em 1931, *O Oriente Portuguez* terminou a sua vida editorial onze anos mais tarde. Nele colaboraram diversas personalidades como o escritor e depois diretor da Fazenda Provincial João Baptista Amâncio Gracias, o militar, historiador e arqueólogo João António Ismael Gracias, António Bernardo de Bragança Pereira e o geógrafo Ernesto de Vasconcelos. O primeiro número, incluindo a legislação na origem da comissão, dava o mote do que viriam a ser os temas dominantes da revista, com artigos versando os avanços dos trabalhos arqueológicos encetados, com estudos sociológicos,

[207] Cf. *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, 11/08/1903, p. 544.

etimológicos e outros da área da filatelia e esboços biográficos de governadores e diversos vultos da "gesta" portuguesa. Norton, cujo nome permaneceu inscrito na comissão de redação até 1910, não voltaria a participar enquanto autor.

A introdução, por si escrita, em 1904, "motivada pela falta de tempo com que lutavam outros com merecimentos, que não tenho", era, naturalmente, programática e descritiva, prometendo apresentar "estudos e trabalhos sobre o *passado* português no Oriente". Seguia-se, pois, uma simples enumeração dos edifícios e das estruturas suscetíveis de um olhar mais atento por parte dos articulistas e dos seus leitores, intercalados com uma copiosa adjetivação acerca da "gesta" portuguesa e do seu modo de ser colonizador, "único em toda a história moderna":

> As fortalezas, com tudo o que de heroico a elas anda ligado; as extensas linhas de muralhas, correndo em ruínas por essa costa do Oceano Índico, revelando esforço e a tenacidade da raça; os templos; as igrejas, as ermidas, "tão caracterizadamente portuguesas"; essa Goa desparecida, mas tão viva no coração de todos nós [...] transportando para longes terras a pátria distante, impondo as suas leis, a sua língua, as suas crenças, as suas habitações, o vestuário, a alimentação, as mais pequenas particularidades do seu viver, com uma pertinácia e uma dificuldade de se amoldar a hábitos diferentes dos seus [...] numa luta constante com raças que tão diferentes são da sua[208].

Este excerto, panegírico e revelador dos sentimentos de Norton à época em que fazia o levantamento do cadastro dos concelhos de Goa, por ser datado de 17 de dezembro de 1903, comporta algumas

[208] José Norton de Matos, "Introducção", in *O Oriente Portuguez*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 01/1904, vol. 1, N.º 1, pp. I-II.

linhas de fundo do seu futuro pensamento, embora não distantes do que se dizia e escrevia ao tempo. Notoriamente, a peculiaridade da colonização portuguesa, assente na dilatação dos costumes lusitanos e, em sentido contrário, na pouca permeabilidade dos portugueses em adotarem os hábitos do Outro, naquilo que, em tom jocoso e até depreciativo, se designava por "cafrealização". O sentido de "missão" bem presente e o "espírito de sacrifício" – por esta altura, Norton encontrava-se há quase sete anos no Ultramar – eram outros tantos princípios que, para sempre, presidiriam ao seu corpo de ideias. De igual modo, o aviso de que "nós e as nossas colónias cá vamos *durando*, que pese a muitos, com alguns achaques, mas *rijos* e *feros* como velhos portugueses", deve ser lido à luz dos receios da cobiça internacional pelas nossas parcelas ultramarinas, outro alicerce do edifício ideológico "nortoniano".

A concluir, em nome "[d]esse passado tão intensivo", o autor solicitava a colaboração "dos filhos de Goa", dos "que descendem de portugueses" e dos "europeus; porque não é necessário estar muitos anos em Goa para tudo os atrair e prender". Somente assim a revista lograria proporcionar "a visão de muitos aspetos da história do Oriente, tão pouco conhecida" ou colmatar a falta "do homem de génio que a fixe numa obra monumental[209]", como que prenunciando o eventual fôlego do seu "livro que não chegou a ser", versando o "passado e o presente de uma colónia portuguesa".

Este deslumbramento, quase de epifania, pelos feitos portugueses na Índia e, por extensão, no restante Ultramar, manter-se-ia quase inalterável trinta anos volvidos, por ocasião da exposição de 1934, realizada no Porto. Vale a pena cotejar o texto que então fez publicar na revista *Acção Colonial*, em número especial consagrado ao certame, no qual também Paiva Couceiro ofereceu um contributo:

---

209 Idem, ibidem.

> Foi diante dos muros da fortaleza de Diu – como isto vai longe! – que pela primeira vez se ergueu perante mim, em traços nítidos e fortes, reduzindo a um instante único o passado, o presente e o futuro, – o grandioso desígnio, a suprema expressão da vontade de um povo, a conceção, a ideia, quási a forma real e tangível do *Império Português*. Até então não tinha compreendido bem. A grandeza do passado não se harmonizava com a decadência do presente. [...] A minha vida na Índia foi uma iniciação. [...] Topando a cada canto com fortalezas, com formidáveis linhas defensivas, com templos, com ruínas, – sombras colossais de uma tenacidade quási sem exemplo na história[210].

A evocação prosseguia com uma referência ao facto de ter aprendido a ler pela *História do segundo cerco de Diu*, pelo que "tinha desde a mais tenra infância Diu na memória e no coração". A sua chegada ao alvorecer, numa canhoeira, a esse território, provavelmente em dezembro de 1905, foi descrito na tonalidade literária que caracterizaria alguns dos seus artigos dos anos trinta:

> De repente o barco guinou para estibordo e apareceu-nos a formidável fortaleza. Batia-lhe em cheio o sol nascente e as suas pedras douradas pelo tempo, brilhavam com esplendor. A grandiosa construção, erguida na aridez e na desolação da costa, dava no seu conjunto, em que a arte sóbria das linhas harmónicas se misturava a força indestrutível das muralhas e dos baluartes, a sensação empolgante de uma sublime espiritualidade aliada a um grande poder! Como devia ter sido de efeitos fulminantes nas civilizações da Índia daqueles tempos esta obra de uma civilização diversa, dominadora e avassaladora e ao mesmo tempo indicadora de um colossal poder espiritual.

---

210 Idem, "A minha conceção do Império Português", in *Acção Colonial*. Lisboa: 1934, p. 22.

> [...] Algumas semanas vivi na Ilha de Diu[...]. Julgo ter descortinado nessas solitárias e longas meditações o sentimento dominante do povo português, o sentido e a significação do seu esforço, as linhas fundamentais das suas missões históricas no passado e no futuro, os princípios basilares da sua organização, e com este conhecimento e com esta conceção me abalancei às modestas e humildes realizações da minha vida[211].

Não obstante estas palavras servirem de preâmbulo à sistematização em torno da "unidade nacional", através da unidade "territorial", "económica" e "de ação", amplamente propalada em obras mais tardias, o vínculo entre a "visão" de Diu, os anos em Angola e os escritos posteriores deve ser salvaguardado. Sendo discutível que Norton tivesse divisado o simbolismo da "espiritual" colonização lusa na velha fortaleza, tanto mais que o edifício inspirador era de natureza militar, cumpre ressalvar a persistência e a "mística" – termo que o Estado Novo vulgarizaria enquanto expressão consagrada do seu próprio ideário ultramarino. De resto, também a sua irmã Rita, no livro sobre a família Norton de Matos ia ao encontro dessa antecipação da "ideia de Nação Una", quando, "nessa dezena de anos passados na Índia", teria compreendido "a conceção gigantesca e perfeita de Albuquerque"[212].

De qualquer modo, em julho de 1903 era constituída uma comissão para remodelar o ensino primário formada pelo inspetor escolar, o reitor do liceu e alguns professores desse nível escolar. Em face de "a população escolar do país acusa[r] uma distribuição muito desigual", tornava-se "necessário uma mais conveniente escolha das sedes escolares", com vista a "tornar a instrução primária de fácil acesso", com o consequente "aperfeiçoamento dos processos e

---

211 Idem, ibidem.

212 Rita Mendes Norton de Matos, *A Família Norton de Mattos*, p. 109

métodos de ensino"[213]. Tratava-se, em boa verdade, de uma reivindicação omnipresente nas páginas dos periódicos da colónia. Impunha-se, por isso, uma reorganização da rede escolar, uma vez que iam "rareando sensivelmente em pontos populosos" os estabelecimentos, fazendo vaguear as crianças pelo território e comprometendo a alfabetização, apesar de a Índia e Cabo Verde serem os territórios de além-mar com maior número de pessoas que sabiam ler e escrever. E, embora Norton de Matos não desejasse desenvolver muito pormenorizadamente a problemática educativa, quer no índice do seu livro deixado em esboço, quer na conferência proferida em 1942, a verdade é que foi agregado, a partir de agosto de 1903, à mencionada comissão. Do mesmo modo que, em fevereiro de 1905, integraria, na qualidade de vogal, uma comissão encarregada de proceder "à organização do ensino técnico e profissional", com a criação de cursos coloniais.

Decerto que, tendo criado de raiz os Serviços de Agrimensura do Governo do Estado da Índia, com a consequente experiência advinda dos exames elaborados (e corrigidos) para os candidatos a agrimensor, tal o disporia a fazer parte desta comissão, sem negligenciar os necessários conhecimentos pedagógicos (com adultos, é certo). Por outro lado, na qualidade de diretor dos Serviços de Agrimensura, teve oportunidade de lecionar diferentes matérias aos seus subordinados, através de um documento onde anotava, para além das informações pessoais: "1.º Se desempenha bem o seu emprego?; 2.º Se tem alguns estudos, quais, em que escolas, e se foi aprovado ou premiado?; 3.º Se fala línguas estrangeiras e quais?; 4.º Se tem cometido algumas faltas contra o decreto [...] que proíbe o tráfico da escravatura?" O documento possuía, ainda, uma rubrica intitulada "informação particular do chefe". E, através dos comentários apensos por Norton de Matos nesta última secção, entende-se que o seu julgamento do pessoal se revestia de um carácter pedagógico, através do emprego

[213] Cf. *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, 17/07/1903, N.º 56, p. 485.

de uma linguagem reminiscente do ensino. Podia, por exemplo, ler-se acerca do "agrimensor de 1.ª Classe do quadro da Direção da Agrimensura do Estado da Índia", Esvonta Sinai Mulgãocar, na apreciação de 1901: "este empregado é inteligente e sobretudo muito estudioso e aplicado. Um conhecimento imperfeito da língua portuguesa prejudica-o"[214].

Norton retomaria esta censura à não aprendizagem da cultura do colonizador nas páginas de *O Primeiro de Janeiro*, muitos anos mais tarde, referindo-se a um episódio de finais de 1901, inícios de 1902, na Índia, quando era comandante militar "de uma região militar, onde mais uma vez se praticavam graves atentados contra a autoridade portuguesa". A visita a uma escola primária, na qual um aluno, desconhecedor da Língua Portuguesa, mas dotado de uma extraordinária memória, "lera", com a maior correção, um trecho em Português, sob o olhar impassível do professor, parecera-lhe sintomático de que as rebeliões das Novas Conquistas teriam na origem a existência de um fosso cultural entre portugueses e colonizados, que o desconhecimento da língua do colonizador continuaria a agravar[215].

Em meados de setembro de 1905, Norton recebeu uma nova incumbência, desta feita, a direção das Obras Públicas, por ter sido exonerado a seu pedido o anterior detentor do cargo. Nomeado interinamente, considerou que "a direção estava um caos, e tenho muito pouco pessoal, não sabendo onde ir buscar mais"[216]. Uma série de medidas veio, então, a lume, predominando a reparação de estradas, como a abertura de uma sessão pública com o fito de receber "propostas de empreitada para a reparação de ½ lanço da Estrada Real de Damão Pequeno a Vapi". A reconstrução de

---

214 "Processo de Esvonta Sinai Mulgãocar", in *Obras Públicas e Agrimensura, Processos Individuais*. Letras A-H. AHU.

215 Cf. José Norton de Matos, "A instrução primária nas províncias de além-mar", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 23/02/1954, Ano 86.º, N.º 53, p. 1.

216 José Norton, *Norton de Matos*, p. 154.

pontões, as reparações "no quartel da 2.ª Companhia Indígena de Infantaria estacionada em Bicholim" e os "melhoramentos na alfândega de Mormugão" foram algumas das obras empreendidas ou começadas a realizar durante os cerca de sete meses em que exerceu estas funções. Tendo estas coincidido com a mudança de governador – Eduardo Galhardo dava lugar a Arnaldo Novais Guedes Rebelo –, Norton enfrentou, ainda, pela via do saneamento, um surto de peste bubónica que sobreveio em Mapuçá, nos inícios de 1906[217]. Perante as cíclicas e fulminantes vagas desta doença, as suas ordens foram no sentido de mandar reabrir os prédios desabitados e fechados, por estes poderem "constituir focos de infeção"[218]. Exonerado ao primeiro dia do mês de maio de 1906, foi louvado, na típica linguagem oficial, pelo "muito zelo e inteligência".

Por fim, cabe mencionar que, em dezembro de 1907, se tornou provedor da Santa Casa da Misericórdia de Goa[219], tendo assistido, em agosto do ano seguinte, poucos dias antes do seu regresso à metrópole, ao lançamento da "primeira pedra para o Recolhimento da Nossa Senhora da Serra que a Santa Casa da Misericórdia de Goa vai construir"[220]. Num raro artigo favorável do *Heraldo*, talvez pela iminência da partida "desse minotauro sedento", contava-se que a "pequena audiência seleta, não numerosa, devido ao estado do tempo", oferecera uma colher de prata, que fixara a primeira pedra, "à pequena Rita Norton de Matos, filhinha do Provedor". Na verdade, mais do que uma cerimónia de lançamento de uma obra, tratou-se de uma homenagem a Norton, elogiando o governador "a iniciativa dos órfãos", mas, sobretudo, reclamando o "regresso do fundador do novo edifício", por ter conseguido a "transformação do recolhimento,

---

217 Cf. *Heraldo*. Nova Goa: 9/04/1906, N.º 1817.

218 Cf. *Boletim Official do Governo do Estado da Índia*, 27/04/1906, N.º 33, pp. 363-364.

219 Cf. José Frederico Ferreira Martins, *Os Provedores da Misericórdia de Goa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1914.

220 "Notícia", in *Heraldo*. Nova Goa: 1/09/1908, N.º 2.519, p. 3.

de um sítio eminentemente doentio e cercado de terrenos pantanosos, para uma altitude lavada pelos ventos e pela luz"[221].

"O Passado e o Presente de uma Colónia Portuguesa"

Havendo orientado a Repartição de Agrimensura, que lhe permitiu, pela primeira vez, dirigir pessoal civil, Norton de Matos alcançou uma considerável experiência na montagem de um serviço, na produção legislativa e na orientação de bens, de recursos e de pessoas. O mesmo é possível dizer acerca da governação militar de dois distritos, preenchida com tarefas de repressão de uma revolta, assim como a direção das Obras Públicas e da Administração das Matas de Goa, a que acresce a plena participação em comissões encarregues de restruturar os vários níveis do ensino, de avaliar e potenciar o património histórico local, de remodelar os serviços florestais, enfim, de codificar as leis das comunidades e de estudar as concessões de terrenos no Ultramar. Lidara de próximo com um surto de peste e tomara medidas profiláticas. Elaborara e avaliara exames, lecionara para o efeito.

Numa palavra, teve a oportunidade de travar conhecimento com a realidade do funcionalismo público e de grande parte dos serviços por este prestado (no cenário ultramarino), sem esquecer o hábito de viajar pelo território e de encetar contactos próximos com a população e de apreciar os esforços coloniais dos outros europeus. Não apenas realizou diversas deslocações à Índia Inglesa, como se relacionou com militares britânicos, que procediam a missões do outro lado da fronteira, ou foi oficial às ordens de Lord Horatio Kitchener, comandante-chefe das forças inglesas na Índia, quando da visita deste a Goa, em 1904. De resto, a sua ascendência britânica, ainda percetível no

[221] Ibidem, p. 3.

apelido, e o entusiasmo que demonstrou perante algumas realizações anglo-saxónicas terão permitido ultrapassar o supostamente proverbial distanciamento fleumático inglês. Por exemplo, no dia 24 de março de 1905, o cônsul português de Bombaim noticiava que oferecera um jantar, no anterior dia 20, ao "almirante inglês Atkinson-Willes e às autoridades dessa cidade", havendo o "2.º tenente da Armada Vaz Guimarães governador de Damão e [...] o capitão de Estado Maior Norton de Mattos" representado Portugal[222].

Tendo desembarcado em Bombaim, antes de rumar a Goa, em 1898, Norton regressaria ao território inglês em diversas ocasiões: em 1900, conforme atestam as notas que inscreveu nos livros que leu "no comboio para Bombaim", com data de julho; em 1903 assistiu, em Delhi, a expensas próprias, ao *Durbar*[223] da coroação do novo monarca inglês Eduardo VII, cerimónia pontuada pela grandiosidade do "cortejo dos elefantes, [d]a revista das tropas inglesas e indianas, comandadas por Lord Kitchewer(sic) [...] e [d]a cerimónia de receção dos príncipes indianos"[224]; em 1905, quando integrava a comissão encarregue de estudar o ensino técnico e profissional, buscando inspiração no modelo britânico, e foi esperar a mulher e a filha, recém-chegadas da Europa; em 1907, em licença; em 1910, quando regressava da missão diplomática em Macau.

Precisamente em Bombaim, Norton teve o ensejo de adquirir livros e material de estudo. Estes destinaram-se, como acima se constatou, não apenas aos Serviços de Agrimensura, mas visaram fornecer lastro teórico aos sucessivos cargos e comissões para os quais foi indigitado. A título ilustrativo, quando estudava, em 1907, a remodelação dos

---

222 Cf. *Carta do cônsul português de Bombaim ao ministro dos Negócios Estrangeiros*, de 24 de março de 1905, in AHD/MNE.

223 Cf. José Norton de Matos, "Um Cortejo em Delhi", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26/06/1934, p. 1.

224 Cf. José Norton de Matos, "A Índia do meu Tempo". Conferência realizada em 7/V/42 no Sport Algés-Dafundo, in ABNM, p. 24.

serviços florestais, fez-se munir da *Review of Forest Administration in British India: the year 1903-1904 with a quinquennial summary*, ou revia o livro de Thomas Alexandre, *Manual Training for Indian Schools*, ou o *Report of the Public Instruction in the Bombay Presidency for the Year 1903-1904*, no intuito de melhor dar o seu contributo às reformas no ensino técnico. Por sua vez, os livros do juiz e conservador de florestas Baden Henri Baden-Powell, acerca das comunidades da Índia e a ocupação e gestão das propriedades agrícolas, serviram de inestimável referência. Possuindo quatro livros deste autor, Norton reteve a ênfase posta na história do subcontinente e na multiplicidade de teorias que explicavam o comunitarismo ou coletivismo da exploração agrícola em certas zonas da Índia. Mais relevante ainda, pelo marcado contraste existente, inferiu "da carência absoluta de ensino, de iniciativa particular e de ação governativa" na Índia Portuguesa.

Outras leituras de bibliografia inglesa, menos técnica e mais doutrinária específica, abrangiam John Robert Seeley, autor de *A Expansão da Inglaterra*, e defensor da natureza imperial do nacionalismo britânico, o que, transposto para as aspirações lusas, não enjeitava o que as gerações que haviam vivenciado o Ultimato Inglês vinham sustentando acerca da sacralização do património colonial. Norton de Matos citaria, muitos anos mais tarde, este "notável escritor inglês" e o seu "notável livro", quando este vincava que, "para a Grã-Bretanha, a perda da Índia representaria um penoso prejuízo nacional, mas, de forma alguma, um cataclismo"[225], ainda que fosse de evitar tal solução, por prejudicial para ambas as partes.

Atento aos futuros desenvolvimentos da situação política no subcontinente – possuía um livro de Gandhi, adquirido em 1924, e comprou dois volumes em Bombaim, quando do regresso da missão diplomática de Macau, em 1910, versando a conjuntura indiana

[225] Cf. José Norton de Matos, "A Índia", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 2/07/1945, p. 1.

da época – Norton não descurou, na altura, a consulta de outro doutrinador dos "métodos de administração colonial", o norte-americano Paul Reinsch. Este professava que os processos educativos se deveriam adequar ao meio circundante, envolvendo o "indígena" no nacionalismo do colonizador, é certo, mas também estimularem "the mastery over economic forces and the improvement of economic situations"[226]. Norton de Matos, no seu exemplar, assinalou as páginas subintituladas "Civilization of the Negro Race in Africa", passagem que contrariava a crença de que os africanos, após passada a infância, eram incapazes de aprender e, consequentemente, de acompanhar a maturação do europeu, esse criador de nações, tecnologias e artefactos artísticos de carácter universalizante.

Mais ou menos permeável aos estereótipos culturais foi o já referido livro que planeou escrever acerca da experiência mediada pelos anos de 1898-1908. Norton narrava, na introdução à vida e obra de Paiva Couceiro que escreveu nos meados dos anos quarenta, que encontrara este colonialista, em fins de 1910, no "escritório de um editor". O episódio apresentava ambos "a tratar da publicação" dos seus livros: Couceiro publicaria, efetivamente, *Angola: Dois Anos de governo – junho de 1907 a junho 1909. História e Comentários*, "a melhor obra de literatura colonial que conheço"; enquanto Norton, como atrás foi indicado, deixaria incompleto e em esboço um volume intitulado *Índia. O Passado e o Presente de uma Colónia Portugueza (Dez annos de residencia em Goa, Damão e Diu)*[227], do qual apenas foi dado à estampa o "prospeto publicitário", contendo a introdução, datada de julho de 1910, e o índice, que contaria com duas partes cindidas em catorze capítulos.

---

[226] Cf. Paul Reinsch, *Colonial Administration*. New York: The Macmillan Company, 1905, p. 40

[227] José Norton de Matos, "Prospeto Publicitário" *Índia. O Passado e o Presente de uma Colónia Portugueza (Dez annos de residencia em Goa, Damão e Diu)*. Lisboa: Editora A Nacional, 1910.

A primeira parte, de seu nome "Aspeto político", consagraria um capítulo ao país, com uma descrição da paisagem de "infinita tristeza", com "ruínas de fortalezas" e "ruínas de igrejas", sem esquecer algumas notas acerca do clima. O capítulo seguinte, "Os habitantes", confrontaria a "colonização europeia" e as "características intelectuais e morais" dos indianos, através dos referenciais da organização de castas e da "instrução e da educação públicas", aspetos para os quais oferecera o seu concurso. Se o capítulo III, "Vestígios de uma civilização morta", deveria analisar as religiões e superstições da Índia, parecendo, à partida, carrear a ideia de que os habitantes goeses não passavam de descendentes de uma civilização antiga e notável, porém decadente e estacionária, já o capítulo IV, "Restos de uma civilização *in articulo mortis*", versando a "epopeia no Oriente reduzida a 100 km de costa", não deixava de recordar as mordazes palavras de Eça de Queirós acerca da "exiguidade territorial do presente". Os capítulos V e VI, por seu lado, criticavam o "Maquinismo governativo", o qual "bate como uma pêndula, majestoso, inconsciente e isócrono", e a forma como "se cozinha o orçamento", pelo que, em face da Índia Inglesa, havia, por força, de promover reformas administrativas".

A segunda parte, "Aspeto económico – os recursos da colónia e os meios de desenvolver", apresentaria um vasto programa de reorganização das atividades económicas e os meios de desenvolvimento, com base na experiência adquirida nas múltiplas funções desempenhadas na Índia. Em relação à "Agricultura", elementos como o "ensino", a "iniciativa particular" e a "ação governativa", de par com a adoção das mais modernas técnicas de irrigação e cultivo, seriam determinantes. No que respeitava ao "Cadastro predial" e aos "serviços de agrimensura" que dirigira, Norton anotava "duas palavras de indignação", pela impossibilidade de "não se pode[r] administrar cabalmente [a Índia] sem o auxílio de um cadastro geral". O capítulo IX, "As matas da Índia", à semelhança de anteriores, cotejaria os "efeitos de miragem" lusos com o "exemplo da administração florestal da

Índia Inglesa", enquanto a rubrica "Indústria" se fixaria nas minas, no sal, na pesca e nos derivados agrícolas. No que concerne a "O comércio", preconizaria uma revisão das pautas, de modo a renovar as "relações comerciais" da metrópole com as "colónias portuguesas", naquilo que deve ser percecionado como um projeto para todo o Ultramar e não apenas a Índia. Os capítulos XII e XII sustentariam a apologia dos "Meios de comunicação", graças à melhoria dos transportes, dos telégrafos e da navegação costeira, mas com uma advertência para os "perigos de desnacionalização" advindos da entrada de capital estrangeiro nas obras públicas. A concluir: o capítulo XIV, "O futuro da Índia", com a interrogação *quo vadis*?

As "duas palavras de introdução" do "prospeto publicitário" apresentavam a dicotomia fascínio/rejeição patenteada em muitas leituras do Oriente pelo Ocidente. Norton fundava esta dualidade noutro bem conhecido lugar-comum: a "infiltração intelectual", em que o "critério asiático sobrepõe-se insensivelmente à visão clara do ocidente", gerando o "amolecimento" das instituições europeias. A este "pensamento tão diverso do nosso", invariavelmente alcunhado de "enigmático", apenas dois vultos da envergadura de Afonso de Albuquerque e Warren Hastings haviam resistido. É que, numa espécie de revalidação irónica do mito hindu de Maya, Albuquerque e Hastings, logrando descerrar o véu do "exotismo da paisagem" e da "diversidade dos traços fisionómicos", teriam divisado as "linhas do sistema" da civilização indiana, razão por que haviam criado impérios sólidos. O livro de Norton, consciente das dificuldades em possuir um "conhecimento cabal e completo" do Outro e das instituições locais, procuraria, assim, firmar algumas ideias para o futuro, tendo sempre em vista o passado, pois a "administração portuguesa [que aqui] se veio enxertar, resultando vegetação estranha, produz por vezes os melhores frutos, mas com muita rama nociva a pedir poda radical"[228].

---

[228] Idem, ibidem.

Na verdade, ainda que incompletos, apenas os primeiros cinco capítulos seriam redigidos, havendo coligido Norton, entre apontamentos e recortes de jornal, material para as restantes páginas. À detalhada descrição física do distrito de Goa, seguia-se o "balanço de quatro séculos de administração" e um bosquejo pela educação no território, com sugestões de cursos técnicos a implantar e a firme crença nas valias da Escola Médica de Goa, criada em 1842. As suas impressões acerca dos habitantes, segundo as teorias reinantes, retinham o "instinto migratório" da "raça ariana", o qual se haveria obliterado na Índia, perante a visão dos vales férteis do subcontinente, e explicitavam o sistema agrícola comunitarista enraizado na vida das aldeias como resultado do enquistamento estacionário dessa civilização[229].

A temática, reavivada numa conferência proferida em Algés, em maio de 1942, intitulada "A Índia do meu Tempo", juntamente com a redação das *Memórias*, nas quais Norton de Matos (quase não) abordava a sua passagem nesse território, talvez tenha desencadeado um novo fôlego para concluir o trabalho abandonado em 1910. Seria "mais um livro de 'memórias' este que vou escrever"[230], declarava no "anúncio", datado de 15 de agosto de 1947 – uma curta introdução versando a instalação da Repartição de Agrimensura em Goa. Também esta nova tentativa não resultaria no protelado livro.

No que respeita à conferência de Algés, que entrava "no âmbito das cousas de que me lembro ainda", Norton retomava o bordão orientalizante dos "enigmas que, ai de mim, nunca consegui decifrar inteiramente"[231]. Deste modo, fazia contrastar a "densa impenetrabilidade daqueles povos" com a "simplicidade", "bondade" e "luz

---

229 Cf. José Norton de Matos, "Manuscrito" de *Índia. O Passado e o Presente de uma Colónia Portugueza*, in ABNM, Pasta "Livro sobre a índia e Textos de Macau, 1919", pp. 7-10.

230 Cf. José Norton de Matos, "Anúncio – Índia", in ABNM.

231 José Norton de Matos, "A Índia do meu Tempo". Conferência realizada em 7/V/42 no Sport Algés-Dafundo, in ABNM, p. 1.

espiritual" dos bantos, essa "outra civilização [que] encontrei no meu caminhar pelo mundo", sem "o brilho das outras" e sem "o orgulho da nossa". Ou seja, opunha a grandiosidade das civilizações milenares do subcontinente (e da China), menos permeáveis à aculturação ocidental, com os supostamente mais maleáveis povos africanos, sendo sobre estes "bons selvagens" que o colonizador teria hipóteses de melhor inculcar os seus costumes.

A "complexa entidade a que se dá o nome de Índia" merecia-lhe mais observações, sobretudo, quanto aos seus habitantes, "idólatras", cujos "dogmas e filosofia religiosa, só um número limitadíssimo de letrados indianos sabe o que isso é, em grande parte, devido a estudos feitos por sábios do Ocidente". Ainda assim, era invocando o preceito religioso do *karma*, com que, por vezes, os seus subordinados da Repartição de Agrimensura justificavam a pretensa indolência, quando respondiam aos seus incentivos para levar uma vida mais ativa: "não estamos nós demasiado agarrados à roda das nossas ações"[232]?

Depois, apreciando a defesa dos "intocáveis" por parte de Gandhi, dissertava acerca das castas – "o pior dos três males que existem na Índia: castas, condições das viúvas e superstições religiosas" –, citando versos de Camões, colhidos no Canto VII d'*Os Lusíadas*, e vaticinava o seu ocaso, em consequência da administração inglesa[233]. Para si, esta última, a muitos títulos notável, até por se tratar das "poucas cousas [que] estudei com tanta paixão e perseverança", dividir-se-ia em dois períodos: antes e depois da Rebelião de 1857, altura em que a Índia, uma vez extintas as sangrentas convulsões, passou para a governação direta da coroa britânica, quando antes era administrada pela Companhia das Índias Orientais. Neste capítulo, Norton evocava, outrossim, os antigos romanos, pacificadores, construtores de estradas e educadores, cotejando os seus esforços com a ação inglesa empreendida

---

[232] Cf. idem, ibidem, pp. 7-10.

[233] Cf. idem, ibidem, pp. 12-15.

na Índia. E não restam dúvidas de que os tradicionais métodos colonizadores portugueses, de par com a *Pax Romana* e a *Pax Britanica*, foram os seus modelos.

Todavia, destinava aos ingleses uma palavra crítica, devido ao seu distanciamento dos naturais, como que formando, eles próprios, a mais impenetrável das castas. Por isso, para "a nossa Índia", onde "o nosso passado foi de tal forma glorioso [...] tirados momentos infelizes de decadente desorientação", foi possível, "sem preconceito de cor, lá deixar muita descendência: há muito sangue lusitano na nossa colónia e isso facilita consideravelmente a resolução de muitos problemas"[234]. Esta aparente concessão à mestiçagem, quase sempre depreciada por Norton, encerrava um propósito diferente do que à primeira vista poderia aparentar. Destinava-se a valorizar a Índia Portuguesa perante a Índia Inglesa, a qual primava pela menor presença de cidadãos britânicos oriundos da metrópole, ao contrário da Austrália, do Canadá e da África do Sul, territórios paradigmáticos, para Norton de Matos, da colonização inglesa, exemplares pelo *self-government*.

Também José Joaquim Machado partilhava da admiração pela obra daquele país. De qualquer modo, tratava-se de um entusiasmo temperado, posto que, para si, Portugal tinha dado (e continuaria a dar) o exemplo: "nós que governamos os indígenas de África pelas leis mais liberais do mundo; nós que os tratamos com humanidade e benevolência, bem diversa da rudeza que tenho visto empregar por indivíduos de outras nações"[235].

No entanto, em face da ideia da colonização benevolente, Machado pretendia reformar as estruturas coloniais (de Moçambique) através do reequilíbrio do orçamento, da organização de empresas nacionais, da promoção de trabalhos de "utilidade pública para o gentio", da

---

[234] Cf. idem, ibidem, pp. 20-28.

[235] José Joaquim Machado, *De Lourenço Marques a Pretória*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 75.

redução do dispositivo militar (o qual consome um terço das despesas), do desenvolvimento do comércio nacional – "porque não havemos, por exemplo, de incitar o preto a beber vinho em vez de beber aguardente"? ou tornar "francos os portos" –, enfim, da necessidade de empregar geógrafos, geólogos e botânicos. Supunha conseguir "facilmente fazer sair os indígenas daquele território do estado bárbaro e miserável em que vivem e transformá-los em homens úteis [...] atendendo aos seus usos e costumes que urge codificar"[236]. Para Norton de Matos, seria "levantar do chão onde ainda rastejam"[237].

Sem dúvida que a cedência do fator militar perante o elemento civil, uma vez terminada a pacificação, a restrição das bebidas alcoólicas não nacionais e a suposta elevação do "indígena", encontrariam o seu lugar no ideário "nortoniano". A influência de Machado foi, pois, de monta. Basta atentar que Norton, no momento de rumar, pela primeira vez a Angola, com ele manteve uma regular correspondência, onde trocou ideias e não enjeitou conselhos acerca de administração ultramarina, de transportes e linhas férreas e o "engrandecimento e a regeneração de Portugal pelas colónias"[238], crença que, há muito, alimentava. A colaboração e as conversas havidas no contexto da missão diplomática de Macau, em 1909, robusteceram este relacionamento, que aproximou o pensamento de dois militares interessados em conduzir as colónias mais agitadas, de um cenário bélico para a implantação de uma malha administrativa vazada em moldes civis, suscetível de comportar uma sociedade pacificada, estabilizada e apta a produzir e valorizar as vastas regiões (des)habitadas.

E, se Norton sempre dedicou a Paiva Couceiro os maiores encómios, fazendo da Índia a sua "iniciação" e, do encontro com o "paladino",

---

236 Cf. idem, *O Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Moderna, 1895, p. 45.

237 José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 201.

238 José Joaquim Machado, *Questões Africanas*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1889, p. 3.

na sede da editora *A Nacional*, um momento decisivo, pois a leitura do relatório sobre Angola, refletindo a ação de Couceiro e o pensamento de Eduardo da Costa, o teriam inspirado, o certo é que "o grande português Joaquim Machado[239]", o "grande governador de colónias[240]", marcou o seu futuro colonial.

---

[239] José Norton de Matos, *África Nossa*, p. 12.

[240] Idem, "Independência da Índia", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26/04/1946, p. 4.

IV
O Agrimensor: Do Minho a Macau

Uma questão de limites?

Regressado da Índia, Norton de Matos apresentou-se no Ministério da Marinha e do Ultramar, tendo sido requisitado, em fevereiro de 1909, desta feita pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, para servir na qualidade de secretário da Missão Diplomática para Delimitação do Território de Macau. O seu nome fora indicado pelo general Joaquim José Machado, o qual chefiaria a delegação, da mesma fazendo parte Demétrio Cinatti, capitão de mar e guerra, antigo comandante da polícia do Porto de Macau e cônsul experiente, que desempenhara funções em Cantão e Zanzibar, encontrando-se, atualmente, no consulado do Havre. Segundo o general, que deixou um pormenorizado e deveras interessante diário dos acontecimentos, dado à estampa em 1999 – exatamente um século após a sua redação –, "ao ser publicada nos jornais a notícia da minha nomeação, diferentes pessoas se têm oferecido para me acompanhar"[241].

A delegação acumulava uma sólida experiência nas lides diplomático-territoriais, havendo o general desempenhado idênticas funções de comissário em Moçambique, quando da delimitação das fronteiras com

[241] Joaquim José Machado, *Missão na China*. Macau: Fundação de Macau, 1999, p. 88.

o Transval. Cinatti, profundo conhecedor da "Questão de Macau", era cônsul em Cantão à data do Tratado de Amizade e Comércio, celebrado com a China, em dezembro de 1887, e ratificado no ano seguinte, tratado esse, como se verá, decisivo nas negociações de 1909[242]. Quanto a Norton de Matos, que, no dizer de Joaquim Machado, "tem todas as condições referidas para constituir um excelente auxiliar"[243], para além da confiança deste velho oficial conhecido na Índia, possuía, agora, no seu currículo, dez anos de trabalho de medições, delimitações e levantamentos de cadastros de propriedades no Ultramar[244].

Designado para a missão, Norton começou a estudar os documentos do anterior Tratado de 1887 (entre outros: o texto do Protocolo Preliminar de Lisboa, de 1887; o texto do tratado; a troca de notas e os livros brancos) e a reunir mapas. Ter-se-á, então, apercebido das dificuldades de um diferendo que, quase até à data da devolução de Macau à China, em 1999, a despeito de várias tentativas, nunca foi, na verdade, resolvido, persistindo o *status quo*. O próprio Joaquim José Machado, concordando com "todos [aqueles] que conhecem a China", chamava-lhe, ainda antes de rumar ao Extremo Oriente, um "problema insolúvel".

Estabelecidos, desde o século XVI, na China, na Península de Macau[245], os portugueses foram negociando sucessivos "pactos" com as autoridades de Pequim, através dos quais ambas as partes souberam retirar vantagens comerciais. No que respeita a terceiros, em especial a pirataria, e uma vez que Macau possui uma ímpar posição estratégica na margem oeste do delta do Rio das Pérolas, bordejada pelo Mar do Sul da China – na margem oposta, situa-se Hong-Kong –, houve a

---

242 Cf. António Vasconcelos de Saldanha, *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX*. Lisboa: Instituto do Oriente, 2010, pp. 237 e ss.

243 Joaquim José Machado, *Missão na China*, p. 90.

244 Idem, *Delimitação de Macau e suas dependências*. Lisboa: Imprensa Nacional: 1914, edição reservada, p. 4, in AHD/MNE, Caixa 5, Limites de Macau.

245 Cf. Yin Guagren e Zhang Rulin, *Breve Monografia de Macau*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Autónoma de Macau, 2009.

necessidade de compatibilizar interesses de defesa (não necessariamente mútua), com Portugal a criticar a aparente passividade do seu parceiro, nos inícios do século XIX[246]. A cidade, localizada numa península, na parte meridional de Hian Shan, estava separada do território chinês por um istmo, sendo este confinado pela Porta do Cerco, construída para lá das primitivas muralhas do século XVII. O istmo tinha as funções de área comum aos dois Estados – o "campo neutro" –, vindo a residir o pomo da discórdia em torno da delimitação das dependências, numa série de ilhas situadas nas imediações: Verde, Taipa, Coloane, D. João, Montanha e Lapa[247].

Separado administrativamente da Índia, em 1844, e agregado a Solor e Timor, o território foi objeto, ao longo de toda a centúria, de um amplo debate, aí e na metrópole, que teve dois temas fulcrais, um imbricando-se no outro: a "determinação e reconhecimento do título da presença dos Portugueses em Macau pela China"[248], garantido pelo Tratado de 1887; e a delimitação das fronteiras, águas territoriais e dependências, contencioso que se manteve daí em diante.

A partir dos anos quarenta, a situação agravara-se, com o progressivo estabelecimento de outras potências coloniais, ciosas de abrir os mercados chineses às exportações: fora o caso de Hong-Kong, território cedido à Grã-Bretanha, no seguimento da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) – primeira vez que "uma nação europeia, além de Portugal" conseguira "administrar um palmo de terra chinesa"[249]. Ora, tal implicava que Pequim passasse a encarar Macau de outro modo, em virtude de a "Cidade do Santo Nome de Deus" ter deixado

---

[246] Cf. António Vasconcelos de Saldanha, *O Tratado Impossível*. Lisboa: MNE, 2006, pp. 23-25.

[247] Idem, *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX*, pp. 19-23.

[248] Idem, ibidem, p. 12.

[249] José Norton de Matos, "Colónias Portuguezas II", in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15/08/1910, N.º 11, p. 88.

de ser caso único de presença territorial europeia na China. Veja-se que, a este propósito, Norton ponderava que o legado humanitário da "boa" colonização lusa, de acordo com a ideologia já reinante na época, ter-se-ia perdido nos últimos decénios, pois a "entrada em cena de outros povos ocidentais [...] mais violentos, mais brutais, menos conhecedores do carácter chinês", conduzira os naturais "a ver em nós os iniciadores das violações do território pátrio"[250]. Referia-se, em concreto, às "concessões" arrendadas ou cedidas às potências europeias (e não só), como Weinhaiwei (inglês), Kiauchau (alemão), Port Arthur (russo e depois japonês), Cantão (francês/inglês), Shangai (vários países)[251] e, obviamente, Macau:

> No plano de revindicta, traçado pelos atuais reformadores do grande império asiático, Portugal figura à frente, como o primeiro a ser expulso do solo sagrado da pátria. – A nossa fraqueza e a animosidade que os erros administrativos e faltas de tato político das últimas décadas contra nós despertaram, são disto as principais causas[252].

Joaquim José Machado intuiu, ademais, que estas razões de Norton, assim como a "invasão comercial da China pela Europa" e a Guerra Russo-Japonesa de 1904/1905, "mostrando à China como um povo da mesma raça, mas que ela sempre considerou de qualidades inferiores à sua [...] pode vencer os exércitos e as armadas de uma das maiores potências europeias", haviam desencadeado o "despertar de um espírito nacional", caracterizado pela "hostilidade aos estrangeiros"[253].

---

250 Idem, "Colónias Portuguezas III", in ibidem. Lisboa: 15/09/1910, N.º 13, p. 104.

251 Idem, "Colónias Portuguezas VII", in ibidem. Lisboa: 20/01/1911, N.º 26, p. 15.

252 Idem, "Colónias Portuguezas II", in ibidem. Lisboa: 15/08/1910, N.º 11, p. 88.

253 *Delimitação de Macau e suas dependências. Relatório apresentado a S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Alto-Comissário Joaquim José Machado*, p. 11.

O governo de Lisboa avaliou os perigos deste novo estado de coisas, mostrando-se adepto de uma solução capaz de carrear os trilhos negociais da diplomacia bilateral, em lugar de um desfecho pela força. Tal não impediu que alguns vultos coloniais chegassem a propor, inclusive Joaquim José Machado, uma atitude mais decidida de Portugal, quando a China estava a braços com a Guerra dos Boxers de 1899-1901: "única ocasião" em que o problema da delimitação "poderia ter sido tratado com vantagem para nós"[254]. Porque, em última instância, o mencionado Tratado de 1887, ao colocar, no seu Artigo II, um ponto final acerca da "perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal", remetia, por defeito, para um futuro mais ou menos incerto, a problemática dos limites. António Vasconcelos de Saldanha, que estudou profunda e demoradamente todo o processo, considerou que:

> Para a China, a "questão dos limites" foi essencialmente uma disputa territorial em que um Estado procura eliminar um outro em relação ao domínio de uma determinada área territorial. Assim, durante décadas [...] o importante foi negar aos Portugueses a própria existência de determinadas áreas territoriais – águas, ilhas e parte da Península de Macau – onde se pudesse eventualmente lançar uma linha de demarcação de integridade territorial e de soberania[255].

Na verdade, a China vivia um dos seus períodos históricos mais conturbados. Tendo sucumbido, ao longo de toda uma centúria, a uma série de conflitos, depredações de natureza territorial e tratados desiguais – naquilo que foi designado como o "Século da Humilhação" –, não admira que os últimos anos da dinastia Qing, sacudidos por convulsões político-sociais resultantes da Guerra dos Boxers, tivessem

---

254 Idem, *Missão na China*, p. 96.

255 Idem, "Apresentação e Introdução", in Joaquim José Machado, *Missão na China*, p.18.

assistido, além disso, a um recrudescimento do nacionalismo, que tomou a forma de um amplo movimento de propaganda republicana, destinado a destronar, em 1912, o regime imperial. Esse nacionalismo, aliás, vinha sendo dirigido contra Macau, começando a ganhar a forma, conforme reportava o cônsul português em Cantão, Martinho Homem de Brederode, de uma vasta campanha jornalística e cívica, capitaneada por "sinistras sociedades secretas"[256] sediadas em Cantão, entre as quais pontificava a *Chi-chi-ui* ou *Self-Government Society* e "outros mandarinetes e argentários do distrito [vizinho] de Heong--Shan"[257] (atual Zhongshan), que, na opinião do general Machado, pretendiam fazer reverter a seu favor taxas e impostos alfandegários das áreas portuguesas. O poder central de Pequim, o poder regional do vice-rei de Cantão, e os poderes locais dos mandarins e das sociedades secretas, convergiam na tentativa de limitar a ação portuguesa e cingi-la à menor expressão possível, sob pena de esta ganhar raízes mais fundas.

O episódio do apresamento do navio japonês *Tatsu Maru*, a 7 de fevereiro de 1908, ao largo da ilha de Coloane, por suspeita de tráfico de armas, pelas autoridades chinesas, acabou por desencadear a questão dos limites e das dependências de Macau, uma vez que esta apreensão foi efetuada em águas que o governo de Lisboa tinha por territoriais. Se é certo que a ilha da Taipa possuía incontestável presença lusa desde meados do século XIX, a ilha de Coloane, por iniciativa dos seus habitantes, julgara por bem recolher-se à proteção dos fortes portugueses, contra a permanente ameaça da pirataria. Quanto às outras ilhas reivindicadas por Portugal – Verde, Montanha, D. João e Lapa – apesar de algumas ténues tentativas de ocupação, poucos resultados houve. Sobretudo a Ilha da Lapa, cuja proximidade

256 Cf. Idem, ibidem, p. 20.

257 Joaquim José Machado, *Delimitação de Macau e suas dependências*, p. 11.

de Macau salvaguardaria as montanhas e águas fronteiras ao porto interior, garantindo menores intromissões da marinha chinesa[258].

Uma vez decidida a missão, Norton de Matos foi admitido como sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa, no decorrer da sessão ordinária de 8 de março de 1909, enquanto preparava e estudava a documentação existente no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no da Marinha e Ultramar. Joaquim José Machado desdobrou-se em entrevistas, que tiveram lugar em Lisboa, Londres e Paris. Em Londres entabulou conversações com o marquês de Soveral, "nosso ministro naquela corte", com Edward Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros, com Robert Hart, inspetor das alfândegas imperiais chinesas, e com Li Ching Fong, representante da China, entre outros[259]. Se, Soveral, consciente da debilidade portuguesa, o aconselhou a pressionar a China com o subterfúgio de que esta "nada tinha a ganhar se enfraquecesse a nossa posição", até correndo o risco de que "se nós dali nos retirássemos" o território passar "para qualquer das grandes potências", Edward Grey, chefe da diplomacia da maior potência da época, preconizou, naturalmente, uma estratégia menos conciliatória: "devemos pedir o máximo para obter o mínimo"[260].

O parlamento e os jornais ecoaram a questão. Na abertura das cortes, em abril de 1909, D. Manuel II desejava que "as dificuldades com o Celeste Império [...] não se repitam e que este assunto seja definitivamente resolvido", com a "delimitação de Macau e suas dependências"[261]. De igual modo a Câmara dos Pares, na voz de José de Azevedo Castelo Branco não escondia a sua preocupação. Este antigo deputado regenerador, que, em 1902, a mando do governo português, ensaiara negociar a questão dos limites de Macau,

---

258 Cf. António Vasconcelos de Saldanha, *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX*, pp. 21-29.

259 Cf. Joaquim José Machado, *Delimitação de Macau e suas dependências*, p. 3.

260 Idem, *Missão na China*, pp. 101-103.

261 Intervenção de D. Manuel II, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 20/04/1909.

questionava se o "sr. Machado vai abrir negociações sobre a delimitação ou fundá-las em bases previamente estabelecidas"[262], vaticinando, na sessão parlamentar seguinte, que o general "acaba de ser condenado a um tremendo fracasso".

Por sua vez, *O Século*, consciente da dificuldade das negociações, reclamava o apoio britânico, para "engolir o marmelo cru que a China nos prepara"[263], alertando para o perigo da construção de um porto rival e fronteiro a Macau, em Heong-Shan, com o fito de lhe mover concorrência. Porque, "o lamentável estado do [nosso] porto, a facilidade do estabelecimento de um porto rival e a emigração provável dos chineses de Macau", reduzirão a colónia a um "empório da jogatina"[264]. Já a *Revista Colonial e Marítima*, pela pena do geógrafo e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, consagrava um artigo à "questão", situando o território e asseverando que, "em qualquer destas ilhas, a China, por largos anos, não teve autoridade". Não deixava, também, de fazer referência ao Tratado de 1887, "convenção" através da qual "ficou reconhecida a ocupação perpétua de Macau e suas dependências", embora estivesse confiante que, no respeitante às negociações, "não será isso um caso complicado"[265].

Foi, igualmente, sensível ao contencioso a imprensa de Macau. Sobretudo, o periódico *Vida Nova*, defensor dos interesses dos pequenos e médios comerciantes, cuja vida editorial acompanhou de próximo os acontecimentos relacionados com a questão dos limites de Macau. Fundado a 3 de janeiro de 1909, pouco antes da indigitação de Joaquim José Machado para chefiar a representação portuguesa, este jornal ensaiou, desde o início, contrariar as "falsas alegações chinesas", no

---

262 Intervenção de José de Azevedo Castelo Branco, in *Diário dos Pares do Reino*, sessão de 22/03/1909.

263 "O porto chinês concorrente", in *O Século*. Lisboa: 21/05/1909, N.º 9.851, p. 1.

264 "A Agonia de Macau", in ibidem. Lisboa: 10/06/1909, N.º 9.871, p. 1.

265 Ernesto de Vasconcelos, "Questão de Macau", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1908, N.º 14, vol. XVIII, p. 114 e p. 117.

que respeita às dependências portuguesas. O editorial do primeiro número, em tom esperançoso, diagnosticava que, apesar de Macau, "este pequenino torrão da Pátria Portuguesa", se encontrar "enfermo", não haveria de perecer "antes de queimarmos o último cartucho pela sua conservação e desenvolvimento", a fim de dignificar a "alta missão civilizadora" da "nacionalidade portuguesa"[266]. Como realizar "este nosso ideal patriótico", era, pois a pergunta à qual este e outros artigos do número inaugural buscavam dar resposta, convidando as autoridades a investir na educação[267] e a não lançar impostos tão altos; e as entidades financeiras a não restringir tanto o crédito aos pequenos e médios comerciantes sediados no território.

Os números seguintes de *Vida Nova*, quer entrando em disputa com os jornais de Cantão e da metrópole, quer noticiando grande desassossego por parte dos habitantes dos territórios limítrofes de Macau, em resultado do litígio esgrimido acerca dos seus limites, envolveram esta polémica numa campanha destinada a criticar os "usos e costumes" chineses, através de uma secção com curtos apontamentos irónicos[268].

No entanto, a maior parte dos artigos punha a tónica na busca dos responsáveis pela degradação das relações luso-chinesas, trocava críticas, logo seguidas de réplicas e contrarréplicas, e não escamoteava a necessidade de Portugal intervir, se possível, com o apoio diplomático das outras potências ocidentais. Por exemplo, acusava-se a metrópole de "centraliza[r] no Terreiro do Paço toda a administração ultramarina", de tal modo que nem o povo das colónias, "nem o governadores têm liberdade de dirigir e orientar as mesmas"[269]. Este dirigismo era ainda mais percetível na aplicação, noutras colónias,

---

266 "Boas Festas", in *Vida Nova*. Macau: 3/01/1909, N.º 1, p. 1.

267 Ver, por exemplo, "Instrucção Pública", in ibidem. Macau: 31/01/1909, N.º 5, pp. 1-2.

268 "Notícias da China", in ibidem. Macau: 10/01/1909, N.º 2, p. 3.

269 "Respondendo", in ibidem. Macau: Domingo, 24/01/1909, N.º 4, p. 3.

de "alguns milhões de patacas [que] foram arrancadas a Macau", pelo que o seu porto, necessitado de melhoramentos, dificilmente podia suportar a concorrência do empório rival de Heong-Shan. Rejeitando o separatismo, mas defendendo, em alternativa, uma "autonomia *administrativa* local", estas tomadas de posição iam ao encontro de iguais reivindicações subscritas por outras colónias, as quais, não raro, brandiam o pendão da independência, de forma a não se fazerem esquecer pela metrópole.

A partir de março, a "agitação chinesa contra Macau" dominou as páginas do periódico, cruzando-se com os diferendos em torno da construção do caminho de ferro ligando aquela cidade a Cantão. Contra os "patriotas chineses dizendo que todo o terreno que fica além daquela muralha [...] foi usurpado"[270] e um comício em Cantão, convocado pela sociedade *Chi-chi-ui*[271] – que constituem um "movimento de opinião" que "continua com insolência"[272] – respondeu o jornal com um "esboço histórico". Neste, que tinha em epígrafe versos de Camões[273], num evidente apelo aos brios patrióticos, traçava-se a história dos portugueses no Oriente, que remontava a Vasco da Gama e a Fernão Mendes Pinto.

Insistia-se no facto de "os navegadores e comerciantes que *fundaram* Macau" terem sido imitados neste desígnio por estrangeiros, que "quiseram também possuir territórios na China" e abri-la ao comércio internacional, minando "a primazia [de Macau] no campo mercantil". Urgia, portanto, reequilibrar as depauperadas finanças, atingidas pelo "luxo" e pelas "dissipações" das famílias mais abastadas e pela ruína do jogo e do ópio, voltando a ser apontados, como "meios de salvação",

---

270 "A agitação chinesa contra Macau", in ibidem. Macau: 28/03/1909, N.º 13, p. 3.

271 "Comício realizado em 31 de março – Do jornal chinês de Cantão Ionseng, de 1 de abril de 1909", in ibidem. Macau: 11/04/1909, N.º 15, p. 3.

272 "A agitação chinesa contra Macau II", in ibidem. Macau: 4/04/1909, N.º 14, p. 1.

273 *Vida Nova*. Macau: 18/04/1909, N.º 16, p. 1.

a concessão da autonomia, obras imediatas no porto e a edificação da linha de ferro até Cantão[274].

Estas ideias, que corresponderiam aos anseios locais, seriam reafirmadas num comício de resposta ao havido em Cantão, realizado nos Paços do Concelho do *Leal Senado*, a 1 de maio, tendo este sido convocado por Luís Nolasco, diretor do jornal. Entrementes, *Vida Nova* assumia, em definitivo, o seu subtítulo de "semanário político", passando a ter, sugestivamente, uma tradução em chinês do mesmo. Eleito, por unanimidade, presidente do comício, Luís Nolasco convidou os presentes a apresentar moções, tendo triunfado aquela que se encontrava mais próxima das posições de *Vida Nova* e, por extensão, dos pequenos e médios comerciantes. Foi a mesma sustentada por Pedro Nolasco da Silva, "influente macaense", que viria a servir de intérprete nas negociações dirigidas pelo general Joaquim José Machado. Requeria a moção a "vinda urgente do comissário da delimitação", que o mesmo é dizer alguém que pusesse fim ao antagonismo com a China e, em especial, com o crescente mal-estar com as gentes da cidade vizinha de Heong-Shan; a concessão de plenos poderes ao governador, "para remodelar a administração local", ou seja, o compromisso possível entre centralismo e autonomia; "ultimar as negociações do caminho de ferro de Macau a Cantão"; e iniciar as obras do porto[275] – medidas que "acabaria[m] por trazer ao território o desafogo económico de outras eras, libertando-o do estigma das receitas do jogo e da exploração do ópio"[276].

A moção, endereçada a Lisboa, recebeu, pelo menos, da parte do Ministério da Marinha e do Ultramar, a garantia de que os fundos destinados à compra de uma draga, que desse início aos trabalhos

---

274 Cf. "Portugal no Extremo Oriente", in ibidem. Macau: 18/04/1909, N.º 16, pp. 1-2.

275 Cf. "Resultado do Comício", in ibidem. Macau: 2/05/1909, N.º 18, p. 2; "Comício" in ibidem. Macau: 9/05/1909, N.º 19, pp. 3-4.

276 António Vasconcelos de Saldanha, "Apresentação e Introdução" in Joaquim José Machado, *Missão na China*, pp.189-20.

de remodelação do porto, iriam ser inscritos no orçamento. Assim, sempre convicto de que "a principal dificuldade que temos de vencer não está aqui na China, mas a milhares de léguas, longe de nós. Está no Terreiro do Paço"[277], foi com entusiasmo que *Vida Nova* noticiou, a 27 de junho, na sua primeira página:

> Ao chegar a esta colónia s. exa. o sr. general Joaquim José Machado, que vem investido dos especiais poderes de alto comissário para de harmonia com o representante chinês fixar os limites que traduzem o acordo de delimitação da esfera da nossa soberania de Macau e suas dependências, somos impulsionados a prestar a mais subida homenagem ao vulto distinto que [...] tem firmado um rasto luminoso em todas as colónias onde tem exteriorizado a sua ação e esforço. [...] Bem-vindos sejam também os dois ilustres oficiais seus adjuntos, o sr. Demétrio Cinatti [...] e o capitão d'Estado Maior, sr. Norton, o inteligente e incansável iniciador dos serviços de agrimensura na Índia Portuguesa. [...] Oxalá que [...] levam a cabo, sem amargas discussões, a espinhosa missão que vêm cumprir[278].

Uma missão, várias tentativas, nenhum resultado

As sete sessões, antecedidas, intercaladas e precedidas por conferências de carácter particular, entre o comissário régio Joaquim José Machado e o representante chinês, Gao Erqian, tiveram lugar entre 1 de julho e 13 de novembro de 1909, no território neutro de Hong Kong. Ao longo de todo o processo foi intensa a troca de correspondência diplomática, assim como sucessivos impasses entre

277 "União", in *Vida Nova*. Macau: 9/05/1909, N.º 19, p. 1.

278 "Saudando!", in ibidem. Macau: 27/06/1909, N.º 26, p. 1.

as duas delegações. De igual modo, a "agitação" na cidade vizinha de Heong-Shan, a atividade editorial dos periódicos metropolitanos, macaenses, chineses e ingleses de Hong-Kong e os debates parlamentares se multiplicaram. O deputado Brito Camacho, futuro líder partidário republicano, alarmado pelo secretismo da missão e pelo facto de Machado já se encontrar há um mês no Oriente, perguntava ao governo "se tenciona fechar negociações com a China acerca de Macau sem dar satisfação desse facto ao país"[279]. Respondia a esta interpelação o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roma du Bocage, alegando que "não posso dar-lhe informações sobre um assunto de natureza diplomática", mas que "tem o Governo Português procurado harmonizar as coisas pela melhor forma", apenas se tendo realizado "uma primeira conferência de trabalho"[280].

Esta primeira conferência, de pendor preparatório, cuja "entrada na sala [...] não é permitida ao público"[281], deu o tom para o que se seguiria. Os documentos, organizados por Norton de Matos, que redigiu, além do mais, os memorandos levados à discussão e os relatórios produzidos no decorrer das conferências, dão conta dessas intrincadas conversações. Baseavam-se, assim, os enviados portugueses, entre outros, numa série de documentos:

a) "Memória sobre a questão de Macau", 1901, de Marques Pereira, Chefe de Secção da Direção Geral do Ultramar, que, no essencial, inventariando a política expansionista das potências europeias na China, lembrava que "devíamos então ter feito ouvir a nossa voz", até porque Portugal mantivera uma atitude conciliatória,

---

[279] Intervenção de Brito Camacho, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 21/07/1909, p. 18.

[280] Intervenção de Roma Machado, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 21/07/1909, p. 20.

[281] "A Delimitação de Macau", in *O Século*. Lisboa: 15/07/1909, N.º 9.906, p. 1.

favorável à diplomacia bilateral e aos tratados, mesmo quando a China soçobrava perante as sucessivas agressões[282];

b) "Relatório do Governador de Macau", 1908, de Pedro de Azevedo Coutinho, no qual se aconselhava que a Península de Macau, a Ilha Verde, a Ilha da Taipa e a Ilha de Coloane deveriam ser reconhecidas como pertencentes a Portugal, assim como as "águas territoriais" e a Ilha de D. João, em troca do abandono das nossas reivindicações sobre a Ilha de Montanha. Fundamentavam-se as suas pretensões, no que respeita às ilhas, na presença lusa: por cobrança de impostos às populações (Taipa); por existência de forte militarizado e "hospício para lázaros" (Coloane); "da mais alta importância [...] para Macau", mas dificilmente reconhecidas, por esporádica ocupação (Lapa, D. João, Montanha)[283];

c) "Relatório do Conselheiro Arnaldo de Novais, antigo governador de Macau", 1908, documento conciso, que reafirmava a posse da Ilha Verde, há muito ligada a Macau por uma estrada; a Ilha da Lapa, lida novamente sob o signo da oportunidade perdida de a legitimar, quando das guerras entre a China e as potências industrializadas; a Ilha de D. João em litígio; "manter-se a posse da Taipa e Coloane como até hoje tem estado"[284];

---

[282] Marques Pereira, "Memória sobre a Questão de Macau", 1901, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

[283] Pedro de Azevedo Coutinho, "Relatório do Governador de Macau", 1908, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

[284] Arnaldo de Novais, "Relatório do Conselheiro Arnaldo de Novais, antigo governador de Macau", 1908, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

d) "Parecer da Comissão sobre Cartografia de Macau", 1908, declarando como dependências a totalidade das ilhas[285];

e) "Relatório do Conselheiro Horta e Costa, Governador de Macau, em 24 de setembro de 1900", confirmando a posse da Península de Macau e das ilhas de Taipa e Coloane, "conquanto algumas outras ilhas como a Lapa, D. João e Montanha tenham em tempos passados sido por nós ocupadas ou nelas estejam-se dando ainda hoje factos comprovativos ainda também dessa mesma jurisdição"[286].

Harmonizando estas linhas de pensamento, portadoras de alguns matizes, mas intransigentes quanto à existência de dependências, a delegação portuguesa apresentou à sua congénere chinesa os memorandos secretariados por Norton de Matos. Enquanto o primeiro destes documentos elencava os territórios em disputa, o segundo convocava a terreiro razões de ordem geoestratégica e histórica: em primeiro lugar, para a completa segurança dos portugueses de Macau, seria imperioso possuir águas territoriais e assegurar a defesa do espaço, contra piratas ou outros eventuais inimigos, a partir das ilhas circundantes; depois, porque as causas da presença lusa, remontando ao século XVI, assentavam no auxílio ao combate à pirataria, nunca havendo os portugueses reclamado a concessão de mais territórios, numa espécie de testa de ponte para a futura criação de um *hinterland*, mas "seulement à la région dont la péninsule était entourée et qu'avec elle formait l'ensemble stratégiquement uni que leur défense exigeait![287]"

---

285 "Parecer da Comissão sobre Cartografia de Macau", 1908, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

286 José Horta e Costa, "Relatório do Conselheiro Horta e Costa, Governador de Macau, em 24 de setembro de 1900", in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

287 "Documento N. 2. Comission de Délimitation de Macau et ses Dépendances – Memorandum". Hong Kong: 2 de julho de 1909, pp. 1-2, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

Foi a réplica chinesa, através do seu representante, Gao Erqian, categórica a diversos títulos. De facto, o comissário chinês, segundo Joaquim José Machado, chegara mesmo a ficar lívido e surpreendido com as reivindicações portuguesas, ao passo que, na 1.ª Sessão, de 2 de agosto, ter-se-ia colocado "em posição de completa intransigência". O enviado de Pequim realçou, recorrendo ao inevitável argumento histórico, que Macau era "terreno aforado e emprestado, e não ocupado", constituindo, portanto, de par com as ilhas, "Bens Nacionais da China há mais de mil anos"[288]. A este entendimento, as "dependências" inclusas no Tratado de 1887 seriam as aldeias e povoações situadas no exterior do "território aforado" e não as ilhas. Pois, de contrário, "porque não declarou ele [Tratado] que a China reconheceu a ocupação perpétua e governo de Macau e das ilhas por Portugal"? Para além disso, "também não tem nem uma letra designando o mar. É claro que Portugal não direito sobre o mar"[289].

Estabelecido o impasse em redor destas posições, sucederam-se as conferências, particulares e oficiais, pelo que o general em breve ficou convencido de ser tarefa "impossível chegar-se a uma solução aceitável". Constatava, agora, que "o Ministro dos Negócios Estrangeiros [inglês] e o Soveral é que não estavam bem ao facto de todos os elementos do problema"[290].

Considerando que a *Chi-chi-ui* ou *Self-Government Society* exercia grande pressão sobre Gao Erqian, tendo decidido pelo boicote comercial às firmas que empregassem portugueses[291], a delegação representativa do governo de Lisboa parecia esquecer a "campanha

---

288 "Documento N. 2. Tradução do Memorandum N.º 2 apresentado pelo Comissário Chinês Gao". Hong Kong: 7 de agosto de 1909, p. 1, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

289 Idem, p. 2.

290 Joaquim José Machado, *Missão na China*, pp. 170-171.

291 Cf. "Os Jornais de Hong Kong e a Chi-chi-ui de Cantão", in *Vida Nova*. Macau: 22/08/1909, N.º 34, p. 4.

vigorosíssima" contra aquela sociedade, movida pelos jornais ingleses de Hong Kong (*Daily Press*, *China Mail*, *Hong Kong Telegraph* e *South China*), lugar onde as negociações tinham lugar. Sabe-se que o general Machado terá autorizado "o Nolasco a entender-se com um dos jornais chineses de Hong Kong a fim de contradizer o que se publicar de mentiroso"[292]. Por outras palavras, ambas as partes extremavam os seus discursos, os quais se viam secundados por associações, grupos de cidadãos e imprensa, imprimindo ao contencioso um sabor de empenho cívico/*lobby* e não de mera disputa fronteiriça.

Na 2.ª Sessão, datada de 9 de agosto – embora se tratasse da 4.ª Sessão, pois havia de contar com a Conferência Preparatória e uma conferência particular –, Gao Erqian levantou dez questões ao seu homólogo, as quais se resumiam no seguinte princípio: se Portugal, efetivamente, dispõe do direito de soberania, por que razão procura o reconhecimento da China[293]? Em resposta, José Joaquim Machado reafirmava a singularidade das origens de Macau, desmentindo tratar-se de um aforamento, por inexistência de um título de contrato. De seguida, chamava à colação fontes chinesas dos séculos XVI, XVII e XVIII, que atestavam a existência de portugueses nas áreas reclamadas, mas não a de chineses[294].

Declarados estes novos desentendimentos, as conferências espaçaram-se: somente uma em setembro; duas em outubro; uma última em novembro – tendo-se multiplicado as de carácter particular, as quais, igualmente, se revelaram infrutíferas. Joaquim José Machado anotava que "Cinatti e Norton estão completamente desanimados [...] o segundo diz que se sente deprimido e que preferia ser amanuense

---

[292] Joaquim José Machado, *Missão na China*, p. 230.

[293] Cf. "Documento N.º 7. Tradução do Memorandum N.º 3 apresentado pelo Comissário Chinês na 4.ª Sessão". Hong Kong: 7 de agosto de 1909, p. 1, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

[294] Cf. "Documento N.º 10". Hong Kong: 21 de agosto de 1909, pp. 3-4, in *Delimitação de Macau*, in AHD/MNE, Caixa 5, "Limites de Macau".

duma repartição"[295] ou que, em certo momento, após a leitura de alguns jornais, "a exaltação do Norton excedeu em tanto as conveniências, que ele não deverá esquecer que sem a minha serenidade, ter-se-ia passado uma cena desagradável". Outros comentários menos abonatórios do comissário régio descortinavam-lhe "um temperamento demasiadamente nervoso e excitável que não pode dominar e que, por conseguinte, o torna impróprio para certa ordem de comissões"[296]. Para, no final, perante todos os obstáculos levantados, poder concluir: "que enorme fiasco eu faria nesta comissão sem os elementos de que me fiz acompanhar! De facto, nunca tive auxiliares tão inteligentes e trabalhadores"[297].

Decerto que o trabalho de preparação dos documentos e da redação dos memorandos, uma e outra vez confrontados, refutados e aperfeiçoados, afetou o estado de espírito da delegação portuguesa, que parecia ir perdendo a tranquilidade exigida às lides negociais. Note-se que Norton asseverava que a "tão falada e apregoada habilidade da diplomacia chinesa" a pouco mais se reduziria do que atribuir "significação completamente diversa aos tratados, acordos e negociações"[298] do passado. Daí que afinasse pelo mesmo diapasão da imprensa, que deplorava que apenas "a ameaça de uma intervenção armada" fosse capaz de levar "a desleal e manhosa diplomacia chinesa" a abandonar os "dédalos das costumadas tergiversações"[299]. Ou, nas palavras d'*O Século*, que, nunca olvidando o "apoio dos ingleses", questionava os silêncios do governo, quando a "China não reconhece os nossos direitos à posse das ilhas e quer restringir até a área de Macau"[300].

---

295 Joaquim José Machado, *Missão na China*, pp. 223-224.

296 Idem, ibidem, p. 188.

297 Joaquim José Machado, *Missão na China*, p. 294.

298 José Norton de Matos, "Colónias Portuguezas III", p. 104.

299 "A Delimitação de Macau", in *Vida Nova*. Macau: 21/11/1909, N.º 47, p. 1.

300 "Nós e a China – Macau está ameaçada", in *O Século*. Lisboa: 7/10/1909, N.º 9.990, p. 1.

Como foi mencionado, as conferências particulares pouco acrescentaram a este estado de coisas, pois, no dizer do general Machado, "o Gao está evidentemente coarto pelas ameaças das sociedades e receio de atos revolucionários"[301], apesar de lhe atribuir "qualidades muito apreciáveis, de superior trato, e não se encontraria deslocado em qualquer dos meios europeus"[302]. Norton e Cinatti, por seu lado, descriam da sinceridade do representante chinês, mantendo-se "indispostos" e alimentando um "grande pessimismo", com o segundo, desde o início, a condenar a missão ao malogro.

Por isso, quando, a 21 de novembro, o jornal *Vida Nova* comunicou que "fez o nosso comissário muito bem em pôr termo à farsa que se estava representando em Hong Kong", negando aos "portugueses o direito de viver por outra forma que não seja a de sardinhas em lata", era para prenunciar que o eventual recurso às instâncias internacionais, através do Tribunal de Haia, redundaria em novo fracasso, uma vez que "a China ainda não é um país civilizado para quem valham princípios de direito internacional e argumentos neles fundados"[303]. Os dez memorandos produzidos pela delegação portuguesa e os onze da lavra da sua homóloga chinesa como que se equivaleram na sua inoperância, com os argumentos, de um lado e do outro, a entrechocarem na inflexibilidade mútua, ditando o *statu quo*.

"Cavaquearemos hoje sobre *Macau*" e a China

Ainda que breve, a experiência macaense inspirou a Norton de Matos alguns artigos, os quais foram publicados na revista coimbrã

---

301 Joaquim José Machado, *Missão na China*, p. 262.

302 Idem, *Delimitação de Macau e suas dependências. Relatório apresentado a S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Alto-Comissário Joaquim José Machado*, p. 42.

303 "A *Delimitação de Macau*", in *Vida Nova*. Macau: 22/11/de 1909, N.º 47, p. 1.

(depois lisboeta) *A Instrucção Commercial em Casa* – depois *Revista Commercial e Industrial* e ainda *Revista Commercial e Industrial Portugueza e Brazileira*. O periódico começou a ser publicado a 19 de março de 1910, em Coimbra, tendo como administrador, editor e diretor Ernesto d'Albergaria Pereira, subsistindo até 1913. Vinda a lume entre julho de 1910 e fevereiro de 1911, esta série de oito escritos de Norton intercalou considerações a propósito da temática financeira, louvores à "obra da [Primeira] República" – regime ao qual, como um pouco mais à frente se verá, Norton aderiu –, assim como uma primeira síntese do "Império Colonial" português.

As páginas "nortonianas" versando a "Cidade do Santo Nome de Deus" foram acompanhadas por uma análise da sociedade chinesa, que buscou ser abrangente, ao ter abarcado temáticas como a caracterização/convivência dos grupos sociais, a economia, a educação, a higiene, a psicologia, a diplomacia e a filosofia, entre outras. Esta análise partiu de três vetores: as impressões prévias sobre o Oriente, baseadas na comissão prévia na Índia e em lugares-comuns acerca do Outro; a um nível intermédio, nas conversas que manteve com os seus companheiros de missão e com as autoridades locais; e, por via literária, nas leituras que efetuou antes, durante e após a estadia em Macau. Também as insolúveis negociações tiveram o seu papel na apreciação final da jornada no Extremo Oriente.

Neste, como noutros aspetos, vale a pena lembrar que as suas palavras não andaram longe do que alguns autores portugueses (quase) da mesma época escreveram. Nomeadamente, no que concerne ao enquadramento do Império do Meio no panorama mais alargado da política mundial, que o mesmo é dizer acerca das atividades de natureza comercial realizadas a partir das concessões europeias, mas, de igual modo, ao retrato das "feições particulares da psicologia chinesa". Omnipresentes nestes estudos, tais descrições idiossincráticas seguiam determinado padrão, com algumas ideias feitas, entre as quais preponderava a convicção de que somente o dinamismo e os meios europeus

poderiam vir a insuflar nova vida. O recurso à analogia orgânica era um indicador seguro desse processo de tutela em curso:

> Sob as camadas espessas da sua rudeza atual, tem, não obstante, latentes, os gérmenes duma civilização antiquíssima que passou, mas que foi, não obstante, assombrosa, e que o contacto efetivo e francamente admitido do atual processo europeu fará frutificar extraordinariamente, como semente lançada em um terreno por sua natureza feracíssimo, e convenientemente adubado, embora sobre ele se vejam despontar apenas cardos[304].

Havia, certamente, exceções a esta visão, com as quais Norton pode ter contactado. Numa rubrica de seu nome, "Cartas da China a um amigo do Ocidente", dadas a publicar entre 30 de maio e 5 de dezembro de 1909, no jornal *Vida Nova*, o padre José da Costa Nunes teceu uma longa reflexão a propósito da civilização local. Pontuado pelos usuais bordões do "conservantismo chinês", a série de artigos revelava-se original quando, num processo de descentramento europeísta, fazia uma leitura dos autores clássicos, gregos e romanos, a partir das conquistas da filosofia oriental. Nesta medida, confrontava a "sã moral" de Confúcio, Lao-Tsé e Mêncio com Zenão, "defendendo o suicídio", Aristóteles "coonestando a escravatura", o "austero Sócrates vendo no operário um ente inferior", e Séneca "louvando a prostituição"[305].

Por seu turno, Joaquim Heliodoro Calado Crespo, cônsul de Cantão, "homem hábil e culto que deixou algumas obras interessantes sobre a China do seu tempo" [306], ensaiava, no livro *Cousas da China*,

---

[304] Lobo d'Ávila, "A China e a questão do Oriente", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1898, N.º 14, vol. III, p. 884.

[305] Cf. José da Costa Nunes, "Cartas da China a um amigo do Ocidente II", in *Vida Nova*. Macau: 6/06/1909, N.º 23, pp. 1-2.

[306] António Vasconcelos de Saldanha, *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século XIX*, p. 93.

desmistificar a palavra "chinesice" – "admitida geralmente para designar um objeto extravagante ou uma ideia contrária ao bom senso" –, no intuito de remover um primeiro obstáculo que entravava a compreensão dos seus "costumes e crenças"[307]. Fundamentando-se "no estudo que temos feito do que lemos e observado e colhido", o autor abordava quase todas as temáticas, que iam da religião e das cosmogonias à instituição familiar (casamento, divórcio e adultério), passando pelas artes, pela culinária, pelas festas e pelos jogos, sem esquecer a filosofia e o sistema monetário, numa espécie de tratado etnográfico.

Ora, os ditos artigos de Norton de Matos, inseridos num periódico que tinha o subtítulo de *revista quinzenal encyclopedica de instrucção commercial e interesses do commercio*, começavam por ressalvar que se dirigiam aos comerciantes e aos colonos, "estes dois pioneiros de todo o progresso e desenvolvimento colonial"[308]. Declarando-se, "por temperamento e educação", avesso "a gastar tempo em assuntos de não reconhecida utilidade prática", Norton dava o mote para o estilo conciso e informativo, por vezes axiomático, que orientaria tanto este quanto outros trabalhos. Neste sentido, à maneira de uma entrada de enciclopédia, iniciava o primeiro artigo com uma descrição geográfica e populacional, através da qual comparava Macau a Lisboa, não se olvidando de sublinhar a sua própria ligação ao território, quando avisava que, no tocante às dependências, continuavam "pendentes as negociações diplomáticas a tal respeito".

A higiene era outro capítulo de não menos importância. Censurando a falta dela nas cidades por si visitadas, aproveitava a oportunidade para elaborar uma lista de recomendações em jeito de "manual do colono", tipo de publicação muito comum ao tempo. Preconizava, nesta medida, um estilo de vida próximo daquele praticado pelos ingleses nas suas

---

[307] Joaquim Heliodoro Calado, *Cousas da China. Costumes e Crenças*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pp. 7-8.

[308] José Norton de Matos, "Colónias Portuguezas I", in *A Instrucção Commercial em Casa*, p. 69.

colónias, onde "os exercícios físicos diários" e a fuga ao "confinamento na casa de habitação" deveriam constituir os pilares estruturantes[309].

Por seu lado, uma criteriosa escolha do vestuário ("usar sempre uma camisola de lã fina") e da alimentação ("abundante e variada, mas simples e com poucos temperos"), assim como o conselho de "evitar as bebidas alcoólicas, mas beber às refeições bom vinho português"[310], pareciam refletir conhecimentos colhidos no terreno. O que ainda se torna mais inteligível na exortação de que, "no fim de cinco anos é conveniente vir viver meio ano na Europa. Para mulheres e crianças é absolutamente necessário este regresso a Portugal"[311], naquilo que constitui uma descrição quase textual da sua própria experiência da Índia, onde, por diversas e infrutíferas vezes, procurara gozar uma licença de alguns meses na metrópole. Ou, como se dizia na linguagem da época, vir "tratar-se em ares pátrios".

O último destes alvitres, introduzido à laia de "todos ganharão com isso", intimava os soldados e os colonos casados a "levar a mulher e os filhos consigo para a China", e os solteiros, "a exemplo do que fazem os ingleses na Índia [...] através de distrações e conforto", a absterem-se dos "bairros do prazer". Tal conselho visava dois objetivos: o primeiro assumido e o segundo apenas insinuado. Por um lado, prevenir a disseminação de doenças venéreas, que viriam "depauperar ainda mais a nossa já tão depauperada raça". Por outro, acautelar um recrudescimento da mestiçagem – no que se mostrava seguidor de Joaquim José Machado e, por extensão da ideologia colonial da época, que deplorava os "cruzamentos com Índios, Malaios e Chinos", que "tiraram aos descendentes portugueses todas as características da raça; escuros, raquíticos, feios"[312].

---

309 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, p. 120.

310 José Norton de Matos, "Colónias Portuguezas V", in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15/11/1910, N.º 17, p. 134.

311 Idem, ibidem, p. 134.

312 Joaquim José Machado, *Missão na China*, p. 264.

Os panegíricos à colonização inglesa não impediram Norton de Matos de ver o "esforço heroico, a rara pertinácia, a sábia e habilidosa política" enquanto atributos que haviam permitido a Portugal, antes de qualquer outra nação, o estabelecimento na China. Aspetos ainda mais significativos teriam sido a "faculdade" de "conhecer o carácter das raças" e a "bondosa e respeitosa admiração" dispensadas, no que pode ser entendido como a visão que a ideologia tinha e continuou a ter de si própria ao longo do século XX[313].

Seguia-se a enumeração de alguns traços psicológicos dos naturais, altura em que Norton de Matos dava largas a um eurocentrismo plasmado em estereótipos imemoriais e em outros mais recentes. Assim, nas passagens mais críticas dos hábitos e dos costumes locais, empregava a expressão "celestes" em itálico, para designar os chineses, como que privilegiando o período clássico da sua cultura e à luz da qual aqueles não passariam de pobres descendentes[314]. Veja-se, depois, como fazia uso de uma metáfora alimentar para definir a "inanidade dos estudos chineses", pois que "os *celestes* mastigam essa sublimada palhada com extraordinária perseverança", quando, em Portugal, em matéria de "coisas áridas" – e exemplificava com "latins, retóricas e filosofias" – os alunos praticavam o "ingerir sem digerir"[315]. E prosseguia com referências aos "homens de avançada idade" que decidiam abraçar os estudos, no que deve ser compreendido como uma reminiscência do cliché do "velho sábio chinês", ou não tivesse Norton elaborado estas categorias mentais com a ajuda do livro *Chinese Characteristics*, do missionário norte-americano Arthur Smith, o qual pretendia ser um manual explicativo da China.

---

313 Cf. Cláudia Castelo, «O modo português de estar no mundo».

314 Cf. Edward Said, *Orientalismo*. Lisboa: Edições Cotovia, 2004, pp. 58-60.

315 José Norton de Matos, "Colónias Portuguezas II", in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15/08/1910, N.º 11, p. 88.

De seguida, recuperava o lugar-comum das civilizações estacionárias, quando aplaudia o facto de o ensino local começar a adaptar-se "aos moldes do ocidente", através de um "programa de estudo verdadeiramente científico". É que, ao elogiar a "surpreendente vitalidade das faculdades mentais" chinesas, não escamoteava que somente o esclarecimento dos métodos europeus lograria despertar e potenciar o "gigante adormecido". Porque, afinal – no que aparenta ser uma reformulação do velho princípio colonialista de "conhecer para dominar" –, ao invés da indolência apontada a outros não europeus, o "chinês também é essencialmente trabalhador e industrioso", pelo que conhecer "o feitio deste povo nos deve, como dissemos, interessar hoje talvez mais do que nunca"[316].

Por conseguinte, elencava as classes sociais em quatro grupos: "os *sábios*, os *agricultores*, os *artífices* e os *comerciantes*". A cada uma atribuía predicados típicos da visão europeísta do natural da China, ainda que Norton de Matos garantisse ser contra aqueles para quem "o chinês pouco mais [é] do que um boneco de louça, vestido de sedas vistosas, abanando em rítmica cadência uma cabeça com rabicho"[317]. Deste modo, ao "esforço e "constância" do agricultor corresponderiam a "paciência, a perseverança, a tenacidade e a perícia" do artíficie e a "minuciosa escrita" dos comerciantes. Mas, em última análise, a sua tentativa de encontrar o "homem exótico, mas real", confirmava, por si mesma, determinada perceção do problema.

No que concerne à filosofia de raiz budista e confucionista, observava que esta, apesar de pregar "admiráveis ensinamentos sobre o amor ao próximo", se revelara incapaz de inscrever os "princípios humanitários" na "moral chinesa", predominando, em seu lugar, o "culto pela família". Se, no Ocidente, o Iluminismo havia ajudado a generalizar os "ditames introduzidos pelo cristianismo" – os quais constituiriam "o principal guia das relações sociais dos povos europeus

---

316 Idem, "Colónias Portuguezas III", p. 104.

317 Idem, "Colónias Portuguezas II", p. 90.

ou de civilização europeia" –, ao invés, na China, os séculos XVII e XVIII tinham sublinhado a longa distância que ia da ética quotidiana aos ensinamentos legados por Confúcio e Mêncio. A seu ver, tal seria uma consequência direta da "corrupta organização do mandarinato", da miséria do "povo china" e das calamidades que o assaltavam, sem esquecer a indiferença pelo próximo, fruto da enorme densidade populacional[318]. Daí derivaria, igualmente, uma pretensa falta de "compaixão", de "benevolência" e até de "sinceridade" em relação aos ocidentais, não entendendo Norton que tal reação poderia ser uma forma de resistência ao imperialismo do "Velho Continente". Para, fundamentado em tudo isto, poder concluir que a cultura europeia, "se alguma coisa tem de aprender da chinesa, muito mais lhe pode ensinar".

Após este preâmbulo sóciocultural, Norton dirigia-se, de modo mais explícito, aos comerciantes portugueses leitores da revista, prevenindo-os das "necessárias vistas muito mais largas" que deveriam adquirir, a fim de encetarem relações frutíferas com os naturais e com os representantes das demais nações concorrentes estabelecidas na China. Muito menos sugestiva e mais estatística, esta segunda série de artigos acabou por destoar da primeira, na medida em que o olhar do autor começou a deslocar-se de uma colónia concreta para uma perspetiva mais alargada do Ultramar. Por outro lado, a implantação da Primeira República, como no capítulo seguinte se dará conta, assinalou um crescente envolvimento na imprensa e na política, começando Norton de Matos a interessar-se pelos temas mais candentes da atualidade colonial. Era, pois, notório que, no seu pensamento, o impasse da delimitação de Macau desse lugar à "Questão (do caminho de ferro) de Ambaca" e, por extensão, a Angola, operando, simbólica e realmente, uma passagem do Primeiro para o Terceiro Império Português.

---

318 Idem, "Colónias Portuguezas IV", pp. 117-118.

V
A Obra da República

A obra feita e a obra por fazer

Indelevelmente marcada pelo Ultimato Inglês e pelas "campanhas de pacificação", a geração republicana que fez o 5 de Outubro alimentou as suas próprias conceções coloniais. Desde logo, como se viu, na Constituição de 1911, que consagrava o seu "Título V" à "Administração das Províncias Ultramarinas", composto pelo Artigo 67.º, e que dava o tom para uma premissa nuclear do ideário republicano: "predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas ao estado da civilização de cada uma delas [províncias ultramarinas]", ainda que a geração africanista ou de Mouzinho, nos seus escritos, já se tivesse pronunciado favorável a tal opção. Seguindo o modelo inglês já admirado por Sá da Bandeira, que distinguia entre "colónias da Coroa" e "colónias autónomas ou de *self-government*"[319], os republicanos, quase sem exceção e onde se incluía naturalmente Norton, visaram adequar a descentralização ao caso português, relacionando-a com o respeito pelos "usos e costumes" dos "indígenas", os quais, de modo progressivo, iriam sendo assimilados aos padrões civilizacionais europeus[320].

---

[319] Cf. José Norton de Matos, "Política Colonial", in *Revista Colonial*. Lisboa: 15/04/1912, N.º 1, p. 6.

[320] Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 224.

Se, alguns articulistas da época, numa leitura extrema do Darwinismo Social, chegaram a afiançar que o processo de assimilação dos povos africanos seria demorado, se não impossível, vaticinando até que "as espécies inferiores, no mundo vegetal e animal, tendem a desaparecer para dar lugar a outras superiores, selecionadas pela natureza providente"[321], a maioria aceitou teses mais protecionistas e tutelares, numa sorte de paternalismo levado às últimas consequências. Nunca escondendo que "antropologicamente o preto é de uma inferioridade manifesta" ou que as diferentes "raças" não dispunham "da mesma aptidão para evolucionarem"[322], como, aliás, já se vinha afirmando nos últimos decénios da Monarquia, os republicanos, fazendo eco dos ideais de liberdade inscritos no texto constitucional, proclamaram a necessidade de elaborar, para cada uma das colónias, leis orgânicas adequadas à especificidade salvaguardada pelo mencionado Artigo 67.º da Constituição de 1911[323]. Era, sem margem para dúvidas, uma concessão ao Darwinismo Social, enquadrado na perspetiva benevolente que o colonialismo luso sempre para si reclamara. Na prática, todavia, persistiam as usuais visões racistas.

A nova situação política inaugurada pela Primeira República não desmentiu esse pensamento concertado acerca das colónias, apesar das divisões que, em breve, tomaram conta do campo partidário. De facto, o triunfante Partido Republicano Português, "com uma longa tradição de chefia coletiva", não conseguiu "superar rivalidades e querelas pessoais"[324]. A eleição de Manuel de Arriaga para a Presidência da República, em agosto de 1911, acentuou o divisionismo, opondo

---

[321] António Farinha, "A mentalidade do preto V", in *Revista Colonial*. Lisboa, 06/1917, N.º 54, p. 132.

[322] José de Macedo, "A Educação do Negro", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: 1901, p. 289.

[323] Cf. Maria Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. II, p. 13.

[324] A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d., p. 130.

o "bloco" de António José de Almeida e Manuel Brito Camacho ao grupo de Afonso Costa, que suportava Bernardino Machado para aquele lugar. No mês seguinte, a rutura acentuou-se, quando Afonso Costa constituiu o Grupo Parlamentar Democrático: apresentando um novo programa político, fundando, em várias cidades, Centros Republicanos Democráticos, e assumindo, em última análise, as estruturas do velho Partido Republicano Português.

A convergência parlamentar dos grupos de António José de Almeida e Brito Camacho, responsável pela eleição de Arriaga, foi de efémera duração, falhando o objetivo de criar um bloco conservador, capaz de se opor aos democráticos de Afonso Costa. Por conseguinte, a 24 de fevereiro de 1912 surgia o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida, a 26 do mesmo mês nascia a União Republicana de Brito Camacho[325]. Outras formações políticas de menor envergadura, como o Partido Socialista ou o Partido Reformista, de Machado Santos, pontuaram a política desta primeira fase da Primeira República, que precedeu a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Seja como for, os programas do "campo partidário republicano português", estudados por Ernesto Castro Leal, apresentam, relativamente ao Ultramar, grandes afinidades em torno de alguns princípios fundamentais. A começar pela atribuição de um lugar destacado à rubrica "colonial", à semelhança da constituição vigente. Dir-se-ia que, a par do fomento, da educação e das atividades económicas, o desenvolvimento das "províncias ultramarinas" teria de seguir um novo caminho. Por exemplo, na introdução "dos programas primários e secundários [d]o ensino colonial"[326], numa tentativa de, em complemento à obra da propaganda, despertar os mais jovens para as possibilidades do império, assim como da imperiosidade da sua defesa. Sem olvidar, de igual modo, a "reforma da Escola Colonial, de onde

---

[325] Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas*, pp. 50-57.

[326] Idem, ibidem, p. 157 e p. 209.

o funcionário privativo das colónias deve sair, constituindo quadro da carreira"[327].

A preocupação de escolarizar as populações estender-se-ia, em todo o caso, aos colonizados. Os partidos mais proeminentes da primeira fase da Primeira República – democráticos, unionistas, evolucionistas – anuíam no princípio da lecionação de "artes e ofícios", não deixando de ter presente que a disseminação do estudo das Humanidades poderia desencadear sobressaltos nativistas, por gerar elites letradas, capazes de se interpor entre colonizado e colonizador.

Um segundo ponto de contacto, talvez ainda mais importante, incidia, então, na descentralização administrativa. Também aqui o programa político de democráticos, unionistas e evolucionistas recomendava uma progressiva transferência de incumbências do Terreiro do Paço para os palácios coloniais. Os democráticos, não obstante defenderem "visitas periódicas do Ministro das Colónias ao ultramar", propunham-se "reorganizar a administração colonial em bases descentralizadoras segundo as concessões de cada possessão", pelo que a legislação deveria ser objeto de extensa revisão. Por sua vez, os unionistas pretendiam "promover a descentralização gradual e progressiva da administração colonial com o desenvolvimento de cada colónia", processo resumido nas seguintes palavras: "a União Republicana [...] reconhece às colónias o direito de colaborarem na obra da sua autonomia, que a metrópole tem o dever de preparar". Os evolucionistas prescreviam "um regime de completa descentralização", atribuindo à ação do parlamento somente "aquelas leis que respeitam à soberania da Nação e aos princípios fundamentais da constituição política e civil das colónias". Ou seja, proceder a uma reforma que conferisse ao órgão legislativo funções de fiscalização das leis elaboradas localmente, uma "limitada superintendência administrativa" e a imprescindível "orientação política".

---

[327] Idem, ibidem.

Do ponto de vista financeiro e económico, coube aos evolucionistas fornecer as linhas de rumo mais assertivas ou não se intitulasse "Problema Colonial" a secção do seu programa tratando esta temática. Por outro lado, ao contrário dos outros líderes partidários – Afonso Costa, sem qualquer experiência, *in loco*, em matérias coloniais, e Brito Camacho que, somente em 1921, quando da nomeação para alto comissário de Moçambique, se deslocaria ao além-mar –, António José de Almeida, entre 1896 e 1903, exercera medicina em S. Tomé[328].

Declarando-se favoráveis, como os seus congéneres, ao estímulo da economia, por via da entrada de capitais metropolitanos e estrangeiros e do investimento e na "remodelação das pautas alfandegárias", os correligionários de António José de Almeida subscreviam a "fiscalização dos negócios e serviços coloniais por delegados do Governo e Parlamento e modificações do regime bancário, com as instituições de crédito a financiarem os pequenos e médios agricultores e comerciantes. Assim se compreendia o chamamento à "colonização por colonos", que periódicos, como a *Revista Colonial*, não se cansavam de fazer nas suas páginas, acerca do "vasto, fértil e rico território"[329]. Assim se entende, também, que a visão de Norton para Angola entroncasse no pensamento colonial da época, aproximando-se mais dos ditames do Partido Evolucionista, em virtude de este agrupamento político possuir o programa mais estruturado da obra a realizar.

No entanto, o convite ao investimento dos pequenos e médios produtores não excluía processos tendentes a "facilitar a formação de companhias que se destinem à exploração agrícola e industrial", à contínua aposta nos "caminhos de ferro coloniais de penetração" e à construção e apetrechamento de portos marítimos para escoamento

---

[328] Cf. Luís Reis Torgal, *António José de Almeida e a República*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

[329] "Província de Moçambique", in *Revista Colonial*. Lisboa: 26/10/1913, N.º 25.

dos produtos das províncias ultramarinas. A questão do trabalho "indígena" assumiria, neste quadro, uma importância preponderante, tendo a sociedade portuguesa ainda bem presente o relatório Cadbury[330] e as suas consequências ao nível da opinião pública mundial, naturalmente atreita a revisitar o lugar-comum da incapacidade lusa em colonizar e o seu passado esclavagista. Com efeito, William Cadbury, chocolateiro inglês, tendo visitado, em nome de outros industriais ingleses do mesmo ramo, Angola e S. Tomé e Príncipe, no outono de 1908, redigira um relatório, vertido para português por Alfredo da Silva, e dado à estampa, em Portugal, em 1910[331], no qual denunciava os severos contratos de trabalho impostos aos trabalhadores, sugerindo a sobrevivência da escravatura.

Acrescente-se que, já desde 1901, as firmas e a opinião pública inglesa vinham pressionando o governo português para que alterasse "as condições pouco satisfatórias da mão de obra das plantações de cacau das colónias portuguesas da África por alguns rumores vagos". Deste modo, no prefácio à edição vinda a lume em Portugal, Cadbury confessava "confiar que a gloriosa nação portuguesa há de acabar por varrer das suas colónias tudo o que não esteja de harmonia com os modernos padrões de liberdade humana". A sua apreciação, que se pretendia isenta, começava por se deter na enumeração dos elementos humanos presentes nas ilhas, julgando os mulatos de S. Tomé, de acordo com os quadros mentais da época, uma "raça decadente", "insolente" e "preguiçosa", por se recusar trabalhar nas roças, que reputava de ofício de escravos. Seguia-se uma análise da origem geográfica dos serviçais – Cabo Verde, Cabinda, Angola e Moçambique – e da reduzida alfabetização dos capatazes portugueses, a maior parte dos quais, agricultores

---

330 Cf. "A questão dos serviçais. Origem da campanha contra a pseudo-escravatura nas nossas colónias", in *A Pátria*. Lisboa: 27/06/1912, N.º 171, pp. 1-2.

331 William Cadbury, *Os Serviçais de S. Tomé*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1910.

de vinhedos e olivais. Considerando boas e salubres as habitações, assim como a assistência prestada às grávidas e às crianças, censurava os castigos corporais, que a proibição por lei não inviabilizara de todo a sua prática. É que, no modelo do contrato firmado com o patrão, figurava a seguinte passagem: "o serviçal… compromete-se… a indemnizá-lo (o amo) por perdas ou danos que lhe cause por maldade, por erro ou descuido"[332]. Ora, Cadbury, avaliando o baixo salário auferido pelo serviçal, deduzia da eventual reparação pelo castigo físico, devido à impossibilidade monetária, questionando-se acerca das causas da elevada mortalidade, cerca de cem trabalhadores em mil, no lapso de um ano. Em relação ao trabalho, ainda que, teoricamente, se cumprissem as nove horas e meia prescritas, a contínua falta de braços motivava sempre "uma desculpa para fazer trabalhar o pessoal até aos limites da sua força". Estabelecendo paralelos com a Trinidad e a Jamaica, ilhas, também elas, produtoras de cacau, denunciava a ausência de cuidados sanitários, principal responsável pelo proliferar de doenças, como a anemia, a disenteria, a pneumonia, as febres, e o tétano – isto, apesar dos grandes hospitais entrevistos, mas, qualquer um deles, somente "meio ocupado". Além do mais, as circunstâncias da contratação dos serviçais, decerto forçada, bem como a fadiga física e mental, penosa, sobretudo, nos primeiros meses de trabalho, e a exposição ao clima equatorial, concorriam, no seu entender, para tão assustadora taxa de mortalidade.

Os efeitos deste relatório, que haviam sido devastadores para a imagem de Portugal na opinião pública britânica e nos meios ultramarinos europeus, suscitaram, da parte dos colonialistas portugueses, a resposta de que as preocupações humanitárias inglesas encobriam reais motivos de concorrência comercial[333]. Quer "assegurando que as autoridades exerciam uma fiscalização judiciosa dos contratos

---

[332] Idem, ibidem, p. 38.

[333] Cf. Francisco Mantero, *A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.

estabelecidos com os serviçais", quer negando que os serviçais fossem engajados à força, "para que a calúnia não continue a campear livremente"[334]. Neste capítulo, enquanto o programa político democrático se resumia a algumas vagas impressões e o unionista revelava ainda menos conteúdo, coube ao projeto evolucionista traçar um esboço mais concreto, ainda que breve, preconizando leis mais práticas, capazes de prover, de modo célere, à deslocação de braços de uma colónia para outra.

De resto, o tom generalista do programa do Partido Democrático não constituiu entrave a que a imprensa a ele afeta muito tivesse especulado sobre o "fator colonial". Foi o caso do jornal *A Pátria*, que dedicou a Cabo Verde artigos sobre a sua administração, enalteceu o império e julgou os africanos, como era voz comum ao tempo, suscetíveis de aprendizagem escolar, ainda que "depois da puberdade" não se verificasse "mais nenhum progresso intelectual", espécie de assunção da eterna menoridade do negro, necessitada, por isso, do apoio civilizacional europeu. Um artigo intitulado "A condição dos indígenas" aceitava o facto de estes, pretensamente, "pertenceram a uma civilização mais ou menos atrasada", para reafirmar o credo paternalista e protecionista – "dever de tutela" –, patenteado num enquadramento jurídico "apropriado à sua condição". O vaticínio de que o "desenvolvimento do trabalho e a introdução de novos processos técnicos", geradores de "civilização" e capazes de fazer "surgir, com as novas forças económicas, o senso moral e o intelecto dos indígenas"[335], não deixava de corresponder às coordenadas dos ideólogos coloniais, quando estes postulavam o combate sem tréguas à indolência entrevista no "indígena".

---

[334] Cf. Carvalho de Almeida, "A mão de obra em S. Tomé e Príncipe", in *Revista Colonial*. Lisboa: 25/03/1914, N.º 15, pp. 82-84.

[335] "A condição dos indígenas", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 23/04/1912, N.º 136, p.1.

De facto, Norton de Matos, nas *Memórias*, redigidas nos anos quarenta, continuava a falar na "preguiça dos pretos"[336]. Em 1957, o médico Almerindo Lessa promovia uma "mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano", com a participação de vultos da intelectualidade local, em que a questão da indolência não deixara de ser tema de discussão[337]. Na década seguinte, alguns colonialistas continuavam a relacionar a renitência dos são-tomenses em trabalhar nas roças com inércia, parecendo ignorar que esta atitude configurava uma forma de resistência ao colonialismo[338].

Dois vultos fizeram a ligação dos contributos teóricos da geração africanista ou de Mouzinho com os ditames da República. Em primeiro lugar, João Lopes Carneiro de Moura, escritor, professor de História, advogado e jornalista, que colaborou no *Diário Ilustrado*. Autor de estudos versando a temática histórica e educacional, Carneiro de Moura, com o advento da Primeira República, começou a publicar trabalhos sobre administração colonial. Colaborou com Norton de Matos na elaboração da *Revista Colonial*. Em segundo lugar, Lopo de Vaz Sampaio e Melo, ministro, deputado e par do reino, que, havendo desaparecido em 1892, teve o seu livro, *Política Indígena*, publicado em 1910.

Enquanto o primeiro sustentou a necessidade de, progressivamente, se "caminhar para as vantagens do *self-government*"[339], agregando concelhos e depois distritos à "civilização", Sampaio e Melo começava por, num registo darwinista, avaliar "as possibilidades de civilização da raça negra", assentes em "educar, instruir, moralizar e enriquecer, eis o fim da política indígena"[340]. Mostrando-se favorável à obra das

---

336 Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, pp. 439-432.

337 Cf. Almerindo Lessa, *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde: mesa redonda sobre o Homem Cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1957.

338 Henrique Galvão, Outras Terras, *Outras Gentes – Viagens em África*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, 1944, vol. I, pp. 73-74.

339 Cf. João Carneiro de Moura, *A Administração Colonial Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1910, p. 323.

340 Lopo de Vaz Sampaio e Melo, *Política Indígena*. Porto: Magalhães e Moniz, 1910, p. 25.

missões e a uma instrução limitada, inferia que "copie-se da colonização inglesa tudo o que ela tem de grande, de hábil e de profícuo". Advogava um ensino adequado a cada colónia, empregando um discurso tingido de matizes racistas fundadas nos teóricos oitocentistas. O ensino profissional seria mesmo "uma das mais sólidas bases em que deve assentar a futura estrutura sociológica das populações indígenas"[341].

Como outros, Sampaio e Melo pregava o respeito pelos usos e costumes consuetudinários dos indígenas, a despeito de uma gradual aprendizagem dos "ditames civilizacionais" europeus, e atinha-se ao estereótipo de "os negros [serem] geralmente indolentes, e apenas propensos ao trabalho indispensável à satisfação das suas necessidades imediatas"[342]. Por isso, de modo a ultrapassar a estratégia do trabalho "compelido" ou "correcional", apresentava "métodos indiretos" para suscitar o interesse pelas tarefas laborais: pela educação profissional; pelo "desenvolvimento das necessidades" imediatas, criando o desejo pelo consumo, o qual implicaria capitais advindos do trabalho; pela "elevação do imposto"; pela "expropriação de terras"; pela "repressão da vadiagem"; e pela regulamentação do trabalho, através de contratos coletivos de trabalho negociados com os líderes tribais, aqui encarados como instituições sindicais. A concluir, Sampaio e Melo reconhecia o predomínio do método educativo sobre o repressivo e, com o correr do tempo, a assimilação do Outro, plasmada na "participação dos indígenas na administração geral".

Política, jornalismo e docência

Uma vez findas as negociações sobre a "Questão de Macau" com a delegação chefiada por Gao Erqian, Norton de Matos e Joaquim

[341] Idem, ibidem, p. 245.

[342] Idem, ibidem, p. 125.

José Machado regressaram à metrópole, tendo-se demorado ainda em Pequim, para, sob a égide dos ingleses, se ensaiar uma derradeira e fracassada tentativa de descobrir uma solução para os limites e dependências da "Cidade do Santo Nome de Deus". Após uma "escala de alguns dias em Goa onde estava ainda o irmão Arnaldo"[343], Norton desembarcou em Lisboa, a 17 de março de 1910, permanecendo ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros até junho. Por decreto de 25 de outubro de 1910, "o capitão do serviço do Estado-Maior" que, de regresso do "Ministério da Marinha e Colónias, se apresentou em 15 do corrente mês", passou à disponibilidade, tendo sido colocado como adjunto da Direção geral do Serviço do Estado-Maior[344]. "Por resolução de 20 de dezembro de 1910 [...] por determinação do Governo Provisório da República", seria nomeado "chefe da repartição de recrutamento e reservas" do Quartel-General da 2.ª Divisão Militar em Viseu[345], lugar onde se manteria até maio. Passaria a ocupar, por resolução de 26 do mesmo mês, o cargo de chefe do Estado-Maior interino da 5.ª Divisão Militar em Coimbra, ficando exonerado, a seu pedido, de chefe de Estado-Maior da 5.ª divisão, havendo-se apresentado no Serviço do Estado Maior de Lisboa nos inícios de novembro. Fora promovido, também no mesmo ano, a major supranumerário do Corpo Estado-Maior.

Como foi referido por Malheiro da Silva, estes anos "seriam vividos na caserna", não obstante a participação na vida política e a colaboração em jornais e revistas, assim como, em 1911, a nomeação, após concurso público, para lecionar no Instituto Superior Técnico, no qual regeu as cadeiras de Geometria Analítica e Geodesia e Topografia, "donde será compulsivamente afastado, a 16 de maio

---

343 José Norton, *Norton de Matos*, p. 172.

344 *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 5, 26/10/1910, p. 61.

345 *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 12, 28/12/1910, p. 274.

de 1935, por motivos políticos"[346], sendo já professor catedrático desde 1927.

Recém-implantada e em processo de consolidação, por via do debate e consequente promulgação do texto constitucional de 1911, a República teria de operar mudanças no exército, a fim de o converter "numa instituição verdadeiramente patriótica e útil", que se "identifique [...] com as legítimas aspirações da alma nacional" – leia-se o regime republicano[347]. Foi neste contexto que Norton de Matos aderiu à República. As *Memórias* são, como seria de esperar, omissas no que a esta temática respeita. Por sua vez, os autores dos estudos mais significativos acerca da sua vida e obra mostraram-se, neste capítulo em especial, contrários à ideia de que se teria tratado de (mais) um caso de "adesivagem", designação amiúde atribuída aos monárquicos que haviam abraçado, ato contínuo, o novo regime, e que pareciam esquecer, quer as suas convicções ideológicas de ontem, quer o seu papel na vida política gravitando em torno do rei.

Enquanto Renato Mascarenhas, tolhido, quiçá, pelo facto de ter redigido a sua tese em tempos de Estado Novo, ou melhor, de Estado Social, se escusou a dedicar qualquer palavra a acontecimentos envolvendo considerações de natureza política, tanto José Norton quanto Maria Alexandra Dáskalos pronunciaram-se pela não "adesivagem". José Norton, alegando que o futuro governador-geral de Angola "nunca fizera a apologia do regime anterior", não obstante ter chegado a sondar, nas vésperas da Implantação da República, um familiar pertencente ao Partido Regenerador[348]. Dáskalos, no mesmo sentido e quase com as mesmas palavras, quando argumenta que, apesar de "não se ter manifestado com ideias republicanas", também "não fez

---

346 Armando Malheiro da Silva, "General Norton de Matos (1867-1955). Aspetos maiores de um perfil histórico-biográfico", in *Revista Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto: Centro de Estudos Africanos, 2003, N.º 6, p. 176.

347 *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 2, 1910, p. 3.

348 José Norton, *Norton de Matos*, pp. 172-174.

a apologia do regime anterior"[349]. Por seu lado, Yves Léonard, filiando Norton no quadro mais vasto do colonialismo português, nada acrescentou à problemática, ao passo que Malheiro da Silva, nos seus artigos, sem muito especular acerca da questão, destacou, numa longa citação, o elogio do jornalista monárquico Francisco da Rocha Martins, na obra *História das Colónias Portuguesas*, versando as medidas administrativas de Norton em Angola:

> José Mendes Ribeiro Norton de Matos tinha ideias largas e no contacto com a província ultramarina mais as desenvolvera, cabendo-lhe, no começo, a autoria de portarias de pouca monta, em comparação com o desenvolvimento e a importância das que se lhe seguiriam. Proibira os castigos corporais; iniciou um sistema aperfeiçoado de contratos de trabalho indígena, a fim de evitar abusos; fez aplicação rápida das leis da mão de obra livre e impôs aos funcionários que não recebessem emolumentos pela aquisição dos serviçais, cujo recrutamento se faria de uma forma reta, em defesa dos negros. Eram leis moralizadoras[350].

Compreenda-se que Rocha Martins, apesar de opositor ao regime de Salazar e diretor do jornal *A República* à data das eleições presidenciais de 1949 – tendo, por isso, apoiado o candidato da oposição –, havia produzido, apenas algumas décadas antes, a propósito de Norton, impressões mais desfavoráveis, sobretudo, no que concerne à sua suposta "adesivagem". Na época da candidatura à presidência da República estas também seriam retomadas, quase palavra por palavra, no volume *O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura*, de Idalino da Costa Brochado, um dos mais proeminentes "intelectuais orgânicos"

---

349 Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, p. 40.

350 Francisco da Rocha Martins, *História das Colónias Portuguesas*. Lisboa: Tip. Nacional de Publicidade, 1933, p. 521.

do Estado Novo. Seja como for, escreveu Rocha Martins acerca do percurso do seu "correligionário de 1949", durante os primeiros anos da Primeira República:

> O major José Mendes Ribeiro Norton de Matos governava Angola desde que aderira ao partido democrático. Deixara Viseu, após uma conspiração com monárquicos, que Cévola descortinara, escapara-se pelas malhas e levara a sua fé na república logo no dia seguinte, ao chefe daquela fação. Recebido admiravelmente, e sendo inteligente, organizador, alcançara esplêndida situação na colónia onde concitara cólera e fanatismos[351].

No periódico *Fantoches* a denúncia prosseguiria, embora num tom mais moderado – "afirma-se que conspirou"[352] –, datando de 1924, o livro *Sem Rei, nem Roque*, de Armando Boaventura, que imaginava o regresso da monarquia, em novembro de 1926, após um ano de República "radical extremista" e um ano de "ditadura do proletariado". Combinando personagens autênticas da vida política portuguesa e factos imaginados, a fantasia procurava espelhar, à distância de dezasseis anos, o ambiente dos inícios do regime nascido a 5 de Outubro, através da maciça "readesivagem" dos antigos monárquicos convertidos à bandeira verde e rubra e a "adesivagem" de alguns republicanos históricos. Ora, nesse espécie de ensaio contrafactual era concedido a Norton de Matos o cargo de alto-comissário de Portugal, responsável máximo do país até ao regresso do rei, não se coibindo o autor de recordar o seu passado monárquico, patenteado no reencontro virtual com Paiva Couceiro e o jornalista (por três vezes diretor do *Diário de Notícias*) e antigo parlamentar progressista convertido à República,

---

351 Francisco da Rocha Martins, *Pimenta de Castro*. Lisboa: Edição do Autor, 1920, p. 113.

352 Idem, "O Parlamento e sua matéria prima no Ano XIII da República Portuguesa", in *Fantoches*. Lisboa: 6/10/1923, Ano I, N.º 40, p. 15.

Augusto de Castro – "momento chocante aquele em que os três grandes portugueses… se chocaram, abraçando-se, chorando de emoção"[353].

De qualquer modo, havendo integrado o Centro Democrático Republicano, segundo a relação dos novos sócios efetuada pelo jornal afeto *O Mundo*, de 19 de novembro de 1911[354], Norton começaria, desde logo, a distinguir-se, no seio do partido de Afonso Costa, como um especialista em questões de natureza colonial. Amigo de Bernardino Machado, que presidia à Sociedade de Geografia de Lisboa, o então major seria encarregue, pelo partido, logo em janeiro do ano seguinte para integrar a comissão arbitral sobre a "Questão de Ambaca".

A 19 de agosto de 1911, Ernesto d'Albergaria Pereira, administrador, editor e diretor da *Revista Commercial e Industrial*, convidou Norton, a propósito do primeiro aniversário do novo regime, a redigir "um artigo que ocupasse, pouco mais ou menos seis páginas ou sete da revista, no qual se faça o resumo da revolução que teve o seu epílogo na madrugada de 5 de Outubro"[355]. A peça, que seria traduzida em francês e "ilustrada com retratos dos principais caudilhos da República", não chegou a ser escrita, pelo que a edição do aniversário contou com a rubrica "Episódios da Revolução Portugueza em outubro de 1910, segundo o relatório de Machado Santos", acompanhada de imagens de Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, Teófilo Braga, João Chagas, Afonso Costa, Magalhães Lima, Alfredo de Magalhães, Bernardino Machado e de António José de Almeida.

No entanto, foi um artigo vindo a lume alguns meses antes, em maio de 1911, nessa mesma revista, a escassos meses da adesão ao Partido Republicano Português, que teria selado a ligação de Norton

---

[353] Cf. Armando Boaventura, *Sem Rei, nem Roque*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes Livraria Editora, 1924, p. 22.

[354] Cf. "Mais 338 sócios do Centro Republicano Democrático", in *O Mundo*. Porto: 19/11/1911, Ano XII, N.º 4.022, p. 3.

[355] *Carta de Ernesto d'Albergaria Pereira a Norton de Matos*, de 18/08/1911, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 69 – ABNM.

ao novo regime. A tónica foi posta na crítica ao clero e sua ligação à Monarquia – temáticas que voltaria a explorar no "diário republicano democrático da noite", *A Pátria*, a partir do final desse ano, a propósito da questão do Padroado do Oriente. Em ambos os casos prometeu, respetivamente, embora sem cumprir, que "ce travail remplirait un livre [...] et dans lequel cet article ne serait guère qu'un court prologue"[356], e que este escrito integrará "o livro que estamos preparando sobre a Índia Portuguesa"[357], o que atesta o seu crescente grau de envolvimento na política metropolitana e colonial e a consequente falta de tempo para projetos literários de maior envergadura: "trabalho 14 horas por dia e estou metido de cabeça na política republicana"[358].

Ora, no artigo consagrado à obra da República, principiando por saudar a implantação do regime, Norton testemunhava a facilidade e o entusiasmo "avec lequel les institutions républicaines ont été accueillies", dando conta de "la vigueur et l'énergie de la race des temps passés". No fundo, que a nação portuguesa se encaminhava para o ocaso, se não tivessem ocorrido os acontecimentos de Outubro de 1910. A este quadro de decadência vinha Norton contrastar as cores redentoras da República, parecendo querer substituir os ministros do divino, veementemente apodados neste texto, pela "œuvre monumental des nouvelles institutions". Assim, denunciava Romae a Companhia de Jesus, enquanto "aile noire d'un cléricalisme" que, nas últimas décadas, teria pretendido emular a opressão religiosa da Espanha do século XVII, havendo-se congraçado, neste intuito, com o monarca, com o fito de criar um regime absoluto[359].

Tal anticlericalismo acabava por não destoar do ambiente geral vivido, até porque surgia em artigo publicado escassas semanas após

---

356 José Norton de Matos, "L' Œuvre de la République", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 05/1911, N.º 28, p. 97.

357 Idem, "O Padroado do Oriente I", in *A Pátria*. Lisboa: 13/12/1911, N.º 11, p. 1.

358 José Norton, Norton de Matos, p. 176.

359 José Norton de Matos, "L' Œuvre de la République", pp. 97-98.

a promulgação da famosa *Lei de Separação do Estado das Igrejas*. Decerto que o seu autor, ao generalizar a intromissão dos sacerdotes na vida doméstica (e pública) – um dos lugares-comuns da propaganda republicana –, e ao chamar à colação os séculos anteriores de "intolerância religiosa", era para melhor descrever o quanto a situação sociopolítica teria seguido um caminho contrário aos princípios liberais vencedores em 1834. A seu ver, a nobreza recuperara parte do antigo esplendor, oprimindo o povo a partir da corte, onde pontificava uma rainha demasiadamente protetora das ordens religiosas.

Por conseguinte, como expressou noutros artigos contemporâneos deste último, em especial aqueles acerca do Padroado do Oriente, urgia pôr cobro aos gastos com a religião, uma vez que, "depois da tropa, é com o clero que mais se gasta na Índia"[360]. Recorde-se que esta instituição assegurou ao país, entre os séculos XVI e XVII, o monopólio religioso católico do além-mar, tendo a coroa portuguesa detido o privilégio de nomeação dos bispos e de outros clérigos e do qual resultaram importantes regalias no campo da evangelização e no domínio efetivo desses territórios. Algumas dessas prerrogativas mantiveram-se, mesmo após alguns espaços terem passado a gravitar na órbita de outras potências colonizadoras. Se os séculos seguintes assinalaram uma mudança de paradigma, com a perda de influência e poder, a verdade é que a Primeira República julgou por bem, na *Lei de Separação*[361], no Artigo 190º, não alterar as disposições que pressupunha a nomeação desses clérigos pelo Estado. Perante tal cenário, Norton advogava que o credo republicano teria por força de esquecer o "ressurgimento da nossa epopeia do Oriente, por entre as mitras de quatro bispos"[362], ou seja, através da manutenção dos

---

360 Idem, "O Padroado do Oriente II", in *A Pátria*, 21/12/1911, N.º 18, p.1.

361 Cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *A guerra religiosa na I República*. Cruz Quebrada: Notícias, 2004.

362 José Norton de Matos, "O Padroado do Oriente I", p. 1.

eclesiásticos que compunham o padroado, devendo antes os espaços coloniais serem pensados de uma outra forma. Pois, se o padroado dignificara o país ao tempo dos "grandes políticos da 2.ª dinastia", agora não passava de "mero efeito retórico", sendo o "nosso predomínio naquelas paragens atualmente nulo"[363].

Nunca diminuindo a sua costumada admiração pela figura histórica e humana de Cristo, elogiava, no entanto, a obra da República, então com pouco mais de seis meses de vida, destacando o capítulo social (supressão completa das congregações religiosas; a regularização dos feriados; as leis sobre o divórcio, sobre a família e sobre o estado civil); a educação ("détruire, par l'enseignement laïque, l'influence du clergé [pour] remédier sans retard à une ignorance qui nous fait honte"); a reorganização dos serviços públicos, exército e marinha; enfim, conferir à questão ultramarina acrescida importância, em particular, no que toca à sua administração[364]. Em suma, o seu discurso, tingido pelo anticlericalismo já mencionado, lançava algumas linhas ténues de um programa colonial, que viria a desenvolver em artigos seguintes, como "Administração Colonial" e "Um Império Colonial".

No primeiro destes escritos, tendo "os ingleses no Egito" como pano de fundo, ensaiava demonstrar o quanto a prevalência do trabalho forçado interferiria na obtenção de riqueza. Elogiava, por isso, "desde o início da ocupação inglesa, por uma lei radical e sóbria", o banimento do "*courbash*", espécie de chicote empregue "por tudo e a propósito de tudo", mas, sobretudo, "para se obter prova testemunhal, pelos fiscais dos impostos para obrigarem ao seu pagamento" ou como forma de arregimentação de "trabalho gratuito". Imputando estas práticas à anterior ocupação otomana, registava o quanto os novos "tribunais nativos", sob a alçada do colonizador britânico, tinham em vista a "proteção do fraco contra o forte", permitindo ao "intelecto egípcio uma

363 Idem, "O Padroado do Oriente III", in *A Pátria*, 31/12/1911, N.º 26, p. 1.

364 Idem, "L'Œuvre de la République", p. 98.

série inteiramente nova de ideias e pensamentos"[365]. Para além da inegável reverência aos métodos ingleses, com os quais tomara conhecimento quando da estadia na Índia, Norton, como já antes Joaquim José Machado afiançara, sustentava uma relação de causa/efeito entre trabalho livre e assalariado, sem peias servis de qualquer espécie, e produtividade. Estribado "na prática do respeito pelo nosso semelhante, seja qual for a sua cor", entendera que, para lá das considerações de ordem altruísta, que a si lhe eram caras, haveria que lutar pelo estabelecimento de uma "administração humanitária, honesta e inteligente". Esta, privada de meios coercivos mais imediatistas – o tribunal pelo chicote –, teria de saber suportar uma diminuição inicial do volume de impostos recebidos, o qual seria depois compensado e até excedido, logo que uma classe média rural autóctone tomasse a terra nas suas mãos e começasse a produzir com os "princípios da agricultura científica". A nova classe, gozando de liberdade no trabalho quotidiano, sentiria menos o domínio europeu, expresso no paternalismo mal disfarçado do chicote, para, menos alienada no desempenho das tarefas, valorizar e aumentar a sua própria riqueza e a dos seus senhores coloniais.

Sem dúvida que um esboço de programa é percetível, tanto mais que afirmava ser esta "uma verdade que eu desejava ser compreendida e seguida por todos os nossos coloniais". O apelo à atualização dos conhecimentos destes e a um novo entendimento da questão prosseguia num outro texto, no qual os convidava a deixar "em paz o passado e os mortos heroicos, que só devemos relembrar para os festejar":

> Proceda-se ao balanço do império colonial português, fixem-se os princípios salutares que devem presidir à sua administração geral, analise-se cuidadosamente cada uma das suas partes, para

[365] Idem, "Administração Colonial. Os ingleses no Egito", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 20/04/1911, N.º 32, pp. 85-86.

> a cada uma se aplicar o mais adequado regímen, coloquem-se à frente das nossas colónias os homens [...] capazes de uma boa administração ultramarina, – homens de elite, cuidadosamente selecionados pelo seu valor intelectual e moral, pelas suas qualidade de caráter, ativos, enérgicos, convencidos da grandeza da missão de que a Pátria os encarregou: – são estes os quatro pontos e estudar e a executar para a fixação das bases da nossa política de além-mar[366].

Como não reconhecer, na descrição do "bom colonial", a ideia que Norton de Matos fazia de si próprio e das virtudes que os outros em si viram, em particular, o patriotismo e o dinamismo administrativo? Ou que desejaria personificar, aos olhos dos seus colegas do Partido Democrático, um desses "homens de elite"[367], aptos a cumprir a "grandeza da missão" e cujo melhor exemplo era dado pelos ingleses na Índia? Veja-se como empregava, por duas vezes, o advérbio "cuidadosamente".

A meticulosa planificação da obra a empreender nos "vastíssimos territórios do continente africano" e nos "retalhos do nosso domínio na Índia, Macau e Timor" teria, pois, de obedecer a imperativos diversos daqueles levados a cabo pela Monarquia Constitucional. Uma vez mais fustigando o regime político anterior, tido por responsável pela perda do "nosso domínio nas duas costas de África, e nos *hinterland* respetivos", quando do Ultimato Inglês, o autor destas palavras aconselhava a Primeira República a não seguir o exemplo do triunfante Liberalismo de 1834. Ou seja, não esgotar as suas

---

366 Idem, "Um Império Colonial", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 5/10/1911, N.ºs 39-48, p. 230.

367 Pouco antes da sua partida para Angola, reafirmava, em entrevista, quase textualmente, a imperiosidade de enviar "homens de elite" para as funções públicas nas colónias. Cf. Oldemiro César, "Interesses Coloniais", in *O Mundo*. Porto: 31/05/1912, N.º 4.212, p. 1.

energias na perseguição do "absolutismo e do fanatismo", relegando "para secundaríssimo plano as questões coloniais"[368].

Publicado a 5 de Outubro de 1911, exatamente um ano após o triunfo republicano, este artigo de Norton entrava em diálogo com aqueloutro texto redigido em francês, saído somente seis meses antes na mesma revista. Norton percecionava que, desde então, algum esmorecimento se vinha impondo ao entusiasmo inicial que animara a causa ultramarina, por demais visível no "esvaziamento de publicações coloniais", na propaganda (conferências e organização de comissões de estudo) e no ensino. Pretendendo evitar uma repetição do passado, até porque, no que às colónias portuguesas dizia respeito, "as vistas cobiçosas que sobre elas lançam três potências, as partilhas secretas que se fizeram [...] obrigam-nos a lançar o grito de alarme"[369], dirigia-se, certamente, aos seus correligionários democráticos, firmando um ponto de vista que se queria tanto mais pessoal e renovador, quanto era baseado no modelo inglês e nos seus anos de experiência na Índia. Se as alusões à eventual partilha do património colonial português denunciavam uma preocupação com a qual, mais tarde, haveria de lidar na primeira pessoa, quer como governador-geral de Angola, quer como ministro da pasta da Guerra, durante o conflito de 1914-1918, também o receio do desencanto colonial se constituiria como um esteio de todos os seus escritos maiores.

Contudo, esta inquietude era temperada pela esperança num "ressurgimento colonial" apregoado por si e por outros contemporâneos, quando recomendavam o investimento em Angola e Moçambique. Tal projeto concitaria o capital estrangeiro, ainda que devidamente domesticado, para não "desnacionalizar" as colónias, como ao tempo se dizia. A abertura de um "caminho de ferro de penetração que, partindo dos nossos portos", estabelecesse ligação com o "coração

---

368 José Norton de Matos, "Um Império Colonial", p. 229.

369 Idem, ibidem, p. 229.

da África", representaria o primeiro passo para o progressivo lançamento de uma malha administrativa em territórios ainda à margem do poder sediado em Luanda ou Lourenço Marques. Depois, "à medida que a linha avance", haveria que construir "estradas perpendiculares", num traçado hipodâmico ou ortogonal, a fim de ligar os centros populacionais entretanto criados ou refundados, erigindo-se, de seguida, postos militares e civis e "escolas, granjas agrícolas e missões laicas, que aliem a um fim industrial, comercial ou agrícola a civilização e a educação da raça negra".

Plano destinado a ocupar o território, como uma malha tecida em torno dos corpos e dos espíritos dos colonizados, com promessas de trabalho e de ensino, a visão de Norton indiciava a necessidade de um talento organizativo superior, capaz de pensar cada província ultramarina como um somatório de partes a criar, muitas vezes *ex nihilo*. Espécie de fronteira – na sua aceção inglesa de *frontier* e não de *border* –, este novo espaço emergiria, gradualmente, com o concurso, "se soubermos forçar", da "imigração portuguesa"[370].

Eis, pois, em traços largos e a cerca de ano e meio da sua partida para Angola, onde seria governador-geral até 1915, grande parte do ideário "nortoniano" já devidamente formulado: um maior protecionismo à condição do "indígena", de onde resultaria uma melhor rentabilização do trabalho rural e até industrial; a construção de vias de comunicação que desbravassem e aproximassem as terras mais distantes das principais cidades; a colonização com colonos, que deveriam ser aliciados e desviados da tradicional rota atlântica de emigração rumo ao Brasil; o papel a desempenhar pelas missões laicas; a defesa intransigente do além-mar, doravante equiparado à metrópole, através de uma linguagem patriótica repassada de vocabulário proveniente da esfera do sagrado.

---

[370] Idem, "Um Império Colonial", p. 230.

O lugar da propaganda e da publicitação da causa colonial era outro pilar do pensamento de Norton, perante um novo regime que, nas suas palavras, ia perdendo o entusiasmo. Também desse facto se apercebeu o jornal *Pátria*, quando explicava "como se exerce no estrangeiro e como entre nós se pratica [a] propaganda colonial", título de um artigo vindo a terreiro em abril de 1912. Aí se inventariavam organismos e associações inglesas, francesas, alemãs, holandesas e belgas, responsáveis pelo patrocínio de expedições, "fazendo o estudo económico das colónias [...] organizando e auxiliando cursos e conferências"[371]. Em Portugal, o panorama apresentava-se "insuficiente e um tanto incoerente", não sendo presidido por "um plano sistemático e progressivo", pelo que "associações que se dedicassem exclusivamente à propaganda colonial" somente conseguiriam medrar se "escudadas pelo Estado". E apontava as exceções da Sociedade de Geografia de Lisboa, a qual "tem prestado alguns bons serviços à causa colonial"; da Liga Naval Portuguesa, enaltecida por "promover os interesses marítimos das colónias"; do Centro Colonial (de Lisboa), cujo raio de ação tocava as "associações comerciais e industriais"; e, finalmente, da União Colonial Portuguesa, "que propôs dedicar-se à propaganda colonial, mas que infelizmente pouco ou nada tem feito"[372].

Seja dito que, tanto a Liga Naval Portuguesa quanto o Centro Colonial de Lisboa eram possuidores de um boletim, tendo ambas as associações nascido nos finais da Monarquia Constitucional e sobrevivido à mudança de regime. O mesmo já não sucedera, por razões óbvias, com a *Revista Portugueza Colonial e Marítima*, começada a publicar em 1897, "sob a alta proteção de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos", e que se extinguira em 1910, havendo

---

371 "Propaganda colonial: como se exerce no estrangeiro e como entre nós se pratica", in *A Pátria*. Lisboa: 3/04/1912, N.º 102, p. 1.

372 Ibidem.

agrupado importantes vultos ligados aos meios coloniais, casos de Augusto de Castilho, Ernesto de Vasconcelos e Ernesto Vilhena de Jardim. Se o Centro Colonial de Lisboa fora fundado, em 1899, por "agricultores, proprietários, negociantes e industriais da Africa Ocidental", tendo-se empenhado na defesa dos "interesses ligados à exploração agrícola, comercial e industrial das colonias portuguesas"[373], sobressaindo a apologia das roças são-tomenses contra o relatório do chocolateiro inglês William Cadbury, que acusara os portugueses de promoverem trabalho escravo nesse arquipélago, já a Liga Naval Portuguesa, como seria de esperar, concedeu maior destaque à marinha do que às colónias. O enfoque foi posto numa perspetiva de comparação com as outras marinhas europeias, incidindo grande parte das problemáticas na capacidade (ou não) da armada portuguesa em assegurar a defesa e ligação às parcelas ultramarinas.

Por sua vez, a União Colonial ensaiou, a partir dos inícios de 1911, uma "patriótica tentativa" de ir "preenchendo uma lacuna"[374] acerca da "colonização dos tempos modernos". Evidenciando-se Norton de Matos, na qualidade de vice-presidente, a União Colonial teve pouca expressão, não indo a sua revista além dos seis números, entre abril e julho de 1912. Coincidiu esta última data com o momento da partida de Norton para Angola, facto que, por certo, terá privado, porventura, tanto a revista quanto a organização, do seu colaborador mais entusiasta, ainda que a atividade da União Colonial não tivesse cessado. Por outro lado, no derradeiro número da revista, como a própria comissão admitiu, "conquanto tenha tido uma lisonjeira aceitação nos meios coloniais, não corresponde ainda por completo aos fins" inicialmente propostos"[375].

---

[373] João de África, "O Boletim do Centro Colonial", in *Boletim do Centro Colonial de Lisboa*. Lisboa: 15/04/1909, N.º 1, p. 3.

[374] José Norton de Matos, "Uma lacuna a preencher", in *Revista Colonial*. Lisboa: 15/04/1912, N.º 1, p. 1.

[375] "Declaração", in *Revista Colonial*. Lisboa: 1/07/1912, N.º 6, p. 1.

Que fins eram esses? "O que deverá ser essa revista"? Integrando a comissão, o próprio Norton, como já acontecera na revista *Oriente Português* e viria a suceder noutras publicações congéneres, deu o mote e o programa, os quais responderiam às suas interrogações acerca do modo mais eficaz de dar a conhecer "a extensão territorial dos nossos domínios de além-mar". Buscava, então, trilhar esse caminho, "martelando sempre por mil formas diversas na mesma ideia" – naquilo que era uma definição concisa de propaganda. No geral, os argumentos adiantados não fugiam ao que já antes escrevera a este respeito, com a ênfase posta na "fé" e na "confiança nos destinos da nação", predestinada a desempenhar "uma grande missão" na "história contemporânea". Mais original era a defesa da "constituição de um grande império, formado pelos elementos dispersos, tão mal ligados, tão pouco nacionais ainda", ideia que, nos anos vindouros, iria desenvolver e cristalizar no conceito de "nação una". Fechava o texto uma metáfora oriunda da arquitetura, comparando o império a um edifício, cujos alicerces seriam erguidos por "obscuros e sacrificados obreiros", para maior fruição "das gerações futuras"[376].

A *Revista Colonial* ecoou a atividade da União Colonial, na sua obra de propaganda e informação, quer reproduzindo artigos que analisavam a situação económica e financeira de cada parcela ultramarina e pugnavam pela "integridade colonial de Portugal"[377], quer dinamizando palestras e simpósios, quer ainda estimulando a reflexão sobre projetos a promover no além-mar. Constituem exemplo da primeira atividade, a comunicação "Questão de Ambaca" [378], proferida por Norton, a 15 de fevereiro de 1912, e um congresso colonial, que reuniria uma série de personalidades, e a participação da Liga Naval

---

[376] José Norton de Matos, "Uma lacuna a preencher", in *Revista Colonial*, p. 1.

[377] João Carneiro de Moura, "A integridade colonial de Portugal", in *Revista Colonial*, 1/06/1912, N.º 4, pp. 1-2.

[378] Cf. "Questão de Ambaca. O sr. Norton de Matos realiza na União Colonial uma interessante conferência", in *A Pátria*. 16/02/1912, N.º 63, pp. 1-2.

Portuguesa, avultando os nomes de Carneiro de Moura, Lourenço Caiola e Massano de Amorim[379]. No que respeita aos projetos, são de reter aqueles versando a "organização administrativa da província de Cabo Verde"[380] ou o que visou as bases de "um regímen bancário ultramarino"[381]. Em ambos os casos, de acordo com a ideologia republicana, defendeu-se a descentralização, começando a entrever-se a figura do "Comissário da República", figura dotada de amplos poderes.

O Duelo de Ambaca

A "Questão de Ambaca", à semelhança da "Questão de Macau", na qual também Norton de Matos envidou esforços, haveria de revelar-se de difícil deliberação, permanecendo por largos anos um problema insolúvel[382]. O envolvimento do então major deu-se por força da nomeação para uma comissão arbitral às ordens do Ministério das Colónias. A necessidade de criar vias ferroviárias de penetração que ligassem as cidades litorâneas e os portos ao "sertão" angolano e moçambicano vinha-se convertendo, desde finais do século XIX, num obstáculo ao desenvolvimento, coartando as hipóteses de Portugal se afirmar do ponto de vista económico e conseguir amortizar os enormes gastos das "campanhas de pacificação"[383]. Neste sentido, começando a chegar a regiões cada vez mais remotas, o comboio viabilizaria um domínio mais constante e permanente do território, quer desencorajando, pela sua presença, a eclosão de revoltas dos naturais, quer permitindo,

---

379 Cf. "Congresso Colonial", *Revista Colonial*. Lisboa: 15/02/1912, N.º 1, p. 11.

380 Cf. "Projeto de organização administrativa da província de Cabo Verde", in *Revista Colonial*, 1/05/1912, N.º 2, pp. 9-10; 1/06/1912, N.º 4, pp. 5-7; 1/07/1912, N.º 6, p. 10.

381 Cf. "Bases de um projeto de regímen bancário ultramarino apresentado em 22 de dezembro pelo sócio sr. Manuel José Martins Contreras", in *Revista Colonial*, 15/06/1912, N.º 5, pp. 9-10; e 1/071912, N.º 6, pp. 8-10.

382 Cf. Maria Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. II, p. 31.

383 Cf. René Pélissier, *Histórias das Campanhas de Angola*, vol. I, pp. 17-19.

pela ramificação das suas linhas, uma resposta mais imediata a qualquer ameaça surgida (militar, sanitária, alimentar). Por outro lado, é preciso não perder de vista o papel do transporte ferroviário como símbolo do expansionismo colonial, lugar de atração de gentes, negócios e serviços, tendendo muitos povoados a nascer à sua sombra.

Datava de 1885 a adjudicação da construção do caminho de ferro que ligava Luanda a Ambaca, detendo a Real Companhia dos Caminhos de Ferro através de África ou Companhia (do Caminho de Ferro) de Ambaca o exclusivo da obra[384]. Localizada a leste da capital, a aproximadamente 500 quilómetros, Ambaca era quase paralela a Malanje, região situada a sudeste de Luanda, onde entroncava outro ramal ferroviário, cabendo a sua administração à referida companhia e ao Estado. Ou, nas palavras de Norton:

> Do porto marítimo de Luanda parte em demanda das regiões ubérrimas do interior da província de Angola, uma linha férrea, que com o percurso de 364 quilómetros vai até Lucala. Essa linha é propriedade da Companhia de Ambaca, e é por essa companhia explorada. De Lucala estende-se para leste, até Malanje, um outro troço de linha férrea, com um desenvolvimento de 140 quilómetros, constituindo propriedade do Estado, e sendo a sua exploração feita pelo próprio Estado[385].

Os trabalhos, que deveriam durar quatro anos e justificar o primitivo nome da companhia, arrastaram-se no tempo, não chegando sequer a atingir a fronteira com a Rodésia, uma vez toldado o sonho da junção de "Angola à Contracosta". A falta de capital e a "situação caricata em que os investidores ganhavam tanto mais quanto mais

---

384 Cf. Maria Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. II, p. 27.

385 José Norton de Matos, "Conferência proferida no dia 23 de fevereiro de 1912, no Centro Republicano Democrático", in *Questão de Ambaca*. Lisboa: 1912, p. 14.

lentamente fizessem a construção"[386], assim como uma "complicada teia de empréstimos e adiantamentos que nunca foram completamente esclarecidos[387]" ditaram que o Estado reclamasse para si a posse dos ramais ferroviários, a fim de imprimir um ritmo mais acelerado às obras. Esta situação de descalabro não era caso único, embora se tivesse agudizado, em virtude de quase todas as companhias concessionárias da construção e exploração de caminhos de ferro se defrontarem, mais cedo ou mais tarde, com um dilema. É que, financiando-se e procedendo à montagem de alguns troços de linha, as mencionadas empresas, devido à falta de passageiros e de mercadorias, não conseguiam obter lucros – por vezes, nem recuperar o investimento para o qual se tinham endividado –, pelo que as ligações entre os diversos ramais ficavam incompletas, acabando por converter-se num todo desconexo e incoerente.

Coube ao ministro da pasta das Colónias José de Freitas Ribeiro, perante o complexo cenário de trocas de acusações entre a Companhia de Ambaca e o Estado acerca das dívidas pendentes, indigitar um "tribunal arbitral responsável para o "ajuste de contas com a companhia [...] com o intuito de ultrapassar a morosidade e dificuldades impostas pelo parlamento"[388]. Governo e Companhia de Ambaca indigitariam dois delegados cada. A escolha do ministro recaiu no diretor-geral da Fazenda das Colónias Eusébio da Fonseca e no major Norton de Matos.

No entanto, o processo pareceu inquinado desde o princípio, uma vez que Freitas Ribeiro agiu sem dar prévio conhecimento aos colegas de governo, fazendo publicar as respetivas portarias no período de férias do parlamento, precipitando a sua própria queda. Acresce que os dois membros da comissão arbitral em breve se

---

386 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, p. 176.

387 Cf. Maria Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. II, p. 28.

388 Idem, ibidem, p. 28.

encontraram numa posição um tanto frágil: Eusébio da Fonseca, por estar a braços com uma sindicância devido a suspeitas de corrupção; e Norton, pelo facto de pertencer ao partido na origem dos atropelos ao parlamento. Na verdade, os debates havidos na Câmara dos Deputados e no Senado da República, assim como as demandas do tribunal arbitral mandado constituir por Freitas Ribeiro, enredando-se nas polémicas parlamentares que opunham o bloco democrático aos evolucionistas e unionistas, prolongaram-se até maio, apenas se resolvendo o contencioso em 1918, "durante o consulado sidonista, pelo resgate da linha pelo Governo"[389].

No que respeita à comissão nomeada por aquele ministro, Norton de Matos deu a conhecer as suas conclusões em entrevistas e conferências. A 25 de janeiro de 1912, questionado pelo jornal *O Mundo* acerca da sessão parlamentar desse dia, na qual o deputado evolucionista Egas Moniz tinha atacado a condução política dos acontecimentos, Norton, naturalmente descrito pelo jornal afeto ao seu partido como "um dos nossos coloniais mais distintos", lamentava o desconhecimento da câmara acerca da "Questão de Ambaca" e ainda mais o facto de o ministro das Finanças, Sidónio Pais, discordar das ações do colega de governo Freitas Ribeiro. Na segunda parte da entrevista justificava o seu trabalho na comissão, com a "consciência de dever cumprido", confiando no "futuro de Angola"[390].

Regressaria à temática nos dias 15 e 23 de fevereiro, com duas conferências que complementavam o aceso debate que ia fazendo correr muita tinta em S. Bento. A primeira dessas comunicações foi pronunciada na sede da União Colonial[391], enquanto a segunda foi proferida no Centro Republicano Democrático e pouco depois

---

389 Idem, ibidem, pp. 28-30.

390 Cf. "A Questão Ambaca – Da palestra com o sr. Major Norton de Matos, um distintíssimo colonial!", in *O Mundo*. Porto: 26/01/1912, Ano XII, pp. 1-2.

391 Cf. "Questão de Ambaca. O Sr. Norton de Matos realiza na União Colonial uma interessante conferência", in *A Pátria*. Lisboa: 16/02/1912, N.º 63, pp.1-2.

dada à estampa. Num caso como no outro, Norton discursou em espaços familiares e até eivados de um certo simbolismo, porquanto lhe poderiam granjear um eventual apoio a um lugar na administração ultramarina. Os artigos por si publicados na *Revista Colonial* e na *Revista Commercial e Industrial*, nos quais dava a conhecer as suas ideias de "política colonial" e que se começavam a centrar cada vez mais nas problemáticas angolanas, atestam essa pretensão.

No que à "Questão de Ambaca" concerne, Norton suportou a posição do ministro cessante, Freitas Ribeiro, tendo a derradeira intervenção no parlamento deste e a comunicação no Centro Republicano Democrático daquele surgido juntas numa publicação. Freitas Ribeiro advogava "o prolongamento da linha férrea de Ambaca até à fronteira leste" como sendo de "suma importância para o futuro de Angola". Fazendo um exercício de *mea culpa* em relação à "precipitação" demonstrada, pois "o único desastrado sou eu", Freitas Ribeiro não abdicava da sua linha de pensamento que, no essencial, reclamava para o Estado a posse dos troços ferroviários de Ambaca e de Malanje, sob o argumento de que o desenvolvimento da província estaria comprometido e de que ascendiam a muitos contos a dívida da companhia ao erário público[392].

Por seu turno, Norton, a partir dos "nove contratos que se celebraram de 1885 para cá, e das dezenas de relatórios, de memórias, e o montão de correspondência", traçava a história do contencioso, concluindo que as disposições iniciais teriam conhecido alterações tão profundas, que "muitas vezes brigam entre si". Considerando a questão uma "herança da monarquia", esta proporcionou-lhe o ensejo de especular acerca da "crise política e económica de Angola"[393], movendo-se de um tema particular para a problemática geral da

---

[392] José Freitas Ribeiro, "Discurso proferido pelo sr. Freitas Ribeiro na Câmara dos Deputados na sessão de 14 de fevereiro de 1912", in *Questão de Ambaca*. Lisboa: 1912, pp. 3-4 e 8-10.

[393] José Norton de Matos, "Conferência proferida no dia 23 de fevereiro de 1912, no Centro Republicano Democrático", in ibidem, p. 16.

província. Por momentos, o seu discurso abandonava o jargão técnico e o carácter conciso das lides financeiras, aqui e além perpassadas por uma tirada patriótica e um ataque às opções dos governos monárquicos, para assumir um tom visionário e planificador da obra a fazer. Era, assim, que rotulava de "política" e "internacional" a crise afligindo Angola, a qual vinha exacerbar o "aspeto comercial e agrícola" dessa província.

Porque, em última análise, havia que atender às movimentações francesas e alemãs e "às recentes publicações da imprensa mundial a respeito das nossas colónias", as quais poderiam constituir "indicadores, pelo menos muito prováveis", de que se busca "cercear o nosso domínio colonial". Tais receios fundavam-se nos rumores, depois confirmados, de um tratado anglo-alemão para a divisão das colónias portuguesas[394], enquanto instrumento de apaziguamento das nuvens de guerra que principiavam a toldar o horizonte das potências europeias.

Durante o ano de 1913, Sidónio Pais, ministro português na Legação de Berlim, remeteu, ao titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, telegramas e cartas, informando que a imprensa alemã continuava a garantir que:

> Está projetado o estabelecimento de esferas de interesse naqueles grandes territórios equatoriais e subequatoriais da África, que, por constituírem o domínio colonial dum pequeno Estado financeiramente fraco e ocupado com transformações internas, não podem alcançar um próspero desenvolvimento. [...] Essas esferas de interesse importam por enquanto apenas a demarcação do território com o fim da penetração económica, sem que a isso indispensavelmente e desde já se ligue uma formal mudança de posse[395].

---

394 Cf. "O 'Bluff' Alemão", in *A Pátria*. Lisboa: 9/01/1912, p. 1.

395 "Do Jornal Vossiche Zeitung, de 24 de outubro de 1913, edição da tarde – A Caminho dum Acordo Colonial Germano-Inglês", in AHD/MNE.

Sidónio Pais reunira por diversas vezes com o subsecretário de Estado germânico Arthur Zimmermann, assegurando-lhe este que, nos encontros diplomáticos entre Inglaterra e a Alemanha, "era natural que se conversasse sobre os interesses coloniais das duas nações, mas nada se tratava que pudesse ferir os nossos interesses"[396]. A 24 de outubro de 1913, novo artigo de jornal, intitulado "O capital alemão em Angola", dava conta que o Ministério do Interior de Berlim produzira um documento baseado, uma vez mais, na "desordem progressiva das finanças portuguesas provenientes das perturbações internas", avaliando as possibilidades económicas do território à luz do interesse colonizador alemão.

As profusas alusões às possibilidades económicas de Angola viriam a permear outra conferência de Norton, realizada, desta feita, na Associação dos Lojistas, a 9 de abril – somente oito dias antes da nomeação para o governo-geral daquela província –, a convite do Diretório do Partido Republicano na presença de Afonso Costa. Aí, declarando dirigir-se "à grande maioria dos cidadãos portugueses", ou seja, "àqueles que nunca foram procurar fortuna, correr aventuras em terras da África ou da Ásia", explicitava as linhas de fundo do seu projeto, que dizia passarem "pelos deveres da metrópole para com as colónias". Assim, ao invés de alguns que, numa leitura ortodoxa do Pacto Colonial, as tomavam por meros depósitos de matérias-primas e "mercados para os produtos nacionais", ou daqueles que as encaravam como "próprias para receberem o excesso de população" metropolitana, Norton defendeu uma visão que, à primeira vista, parecia refutar o seu futuro conceito de nação una:

> Considerar as colónias como um prolongamento do território da metrópole, como uma extensão da metrópole, formando ou devendo

[396] *Carta de Sidónio Pais a António Macieira*, ministro dos Negócios Estrangeiros, de 11 de novembro de 1913, in AHD/MNE.

> formar um todo harmónico, uma nação única", não passaria de uma utopia de sonhadores, e é por isso mesmo mais prejudicial, a meu ver, do que as conceções utilitárias[397].

No seu entendimento, todas estas valências – económica, demográfica e nacionalizadora – teriam de ser unificadas, uma vez que as colónias "eram organismos diversos do nosso", apenas passíveis de transformação "por gradações sucessivas", através dos "princípios sociais", da "língua", dos "sacrifícios feitos" e da "luta profilática contra a doença e a barbaria". Numa palavra, tomando a Inglaterra como paradigma de administração colonial e Angola como espaço a modelar segundo esse exemplo, propunha uma "ampla e rasgada descentralização administrativa". Ao governador seriam dispensadas "largas atribuições", ainda que respondendo ao ministro das Colónias e estando sob o olhar atento de "um conselho executivo de funcionários nomeados pelo governo central" e de um "conselho legislativo" de habitantes locais, composto por membros nomeados (pelo governador) e eleitos. A manutenção de um orçamento equilibrado, a fim de prevenir a "mesquinha fiscalização" do "sistema colonial espanhol", seria outra medida a implantar.

Assegurados, pois, estes poderes ao governador, o qual disporia de um raio de ação considerável, Norton recomendava, para Angola, uma resolução célere do problema fronteiriço, como que recordando e antecipando o seu próprio envolvimento em questões motivadas por situações de ambiguidade: os seus trabalhos na delimitação de Macau e as desinteligências com as colónias alemãs, respetivamente. Insistindo no combate à proliferação de armas de fogo, por estas propiciarem o multiplicar de rebeliões indígenas, indicava que "não há maneira de civilizar uma civilização", se não for com o recurso a

---

397 José Norton de Matos, "Política Colonial. Conferência do Sr. Norton de Matos na Associação Comercial dos Lojistas", p. 6.

"famílias sadias que das nossas aldeias" emigrem para Angola, pois o habitual expediente de enviar "degradados" continuava a resultar em "maus exemplos" para os naturais. Neste sentido, "o aumento da população branca na província", estabelecida "nas suas regiões mais salubres", ajudaria a criar "centros de vida rural onde o preto aprenda a trabalhar e produzir", numa base de "confiança mútua" e "estima recíproca". Além do mais, as restrições impostas à circulação de armas e o aumento de colonos metropolitanos abririam caminho a uma "administração [não] excessivamente militar", como depois procurou realizar[398].

No capítulo económico, ponderava a conclusão das linhas de Ambaca, de Benguela e de Moçâmedes e "ir pensando nos ramais perpendiculares a estas três linhas de penetração" e "chamar à província os capitais nacionais e o estrangeiro"[399]. A concessão de terrenos e a criação de indústrias em Angola completavam este esboço de programa de governação, onde Norton enunciava a maior parte das medidas a passar da conferência à prática e que, por certo, terão impressionado Afonso Costa, entre outros, influindo na sua indigitação.

Alguns dias mais tarde, a 19 de abril, tinha lugar um duelo à espada entre o médico e deputado evolucionista Egas Moniz e Norton de Matos. O primeiro, que tinha assumido um papel determinante nas interpelações parlamentares à "Questão de Ambaca", fazendo eco da polémica presente nos jornais *A Luta* e *A República* – próximos dos partidos unionista e evolucionista, respetivamente –, inquirira o executivo de Augusto de Vasconcelos, a 14 de fevereiro, para "saber da solução que o Governo pretende dar ao conflito". O discurso do deputado evolucionista deteve-se nas razões da Companhia de Ambaca e insinuou suspeitas sobre a idoneidade da comissão arbitral nomeada por Freitas Ribeiro: por um lado, devido à sindicância que

398 Idem, ibidem, p. 7.

399 Cf. idem, ibidem, p. 8.

pendia sobre Eusébio da Fonseca; por outro, devido a "eventuais combinações prévias entre os delegados do Estado e os delegados da Companhia sobre a sentença a pronunciar"[400].

Se, em fevereiro, através das suas conferências, retorquira às razões invocadas por Egas Moniz, agora que a comissão encerrava os seus trabalhos, Norton julgou por bem exigir explicações do deputado evolucionista, o qual estranhou o atraso, "quando o disposto nos códigos de duelo [...] preceituava vinte e quatro ou quarenta e oito horas de prazo"[401]. A réplica a este argumento, sustentada pelos enviados da parte ofendida, quando da entrevista com os representantes do futuro Prémio Nobel, assentou numa espécie de reserva moral, por considerar Norton que um pedido de explicações teria sido então interpretado "pela opinião pública e até pelo próprio Sr. Dr. Egas Moniz como uma tentativa de coação"[402] aos trabalhos parlamentares.

Muito embora o duelo entre Norton de Matos e Egas Moniz não figure no livro de Eduardo Nobre[403], que descreve alguns destes acontecimentos travados nos finais do século XIX e alvores do século XX, o recontro foi objeto de um livro de João de Araújo Pimenta[404]. Calendarizada, então, para o dia 19 de abril de 1912, "pouco depois das 13.00"[405], na Estrada Militar da Ameixoeira, a pendência seria resolvida "à espada francesa", estando previstos três minutos para o primeiro assalto e dois minutos para os seguintes, devendo "terminar quando um dos combatentes fique em estado de manifesta inferioridade". Foi breve o embate, com um primeiro ferimento superficial

---

400 Intervenção de Egas Moniz, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14/02/1912, pp. 8-13.

401 "O Duelo de Ontem", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 20/04/1912, N.º 16.680, p. 2.

402 Ibidem, p. 2.

403 Cf. Eduardo Nobre, *Duelos e Atentados*. Lisboa: Quimera, 2004.

404 João de Araújo Pimenta, *Norton de Matos Versus Egas Moniz. Um Duelo Histórico*. Ponte de Lima: Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima, 2005.

405 "A Questão de Ambaca. O Duelo de Ontem", in *O Século*. Lisboa: 20/04/1912, N.º 10.903, p. 1.

infligido a Egas Moniz, que obrigou a uma interrupção momentânea. A segunda fase do assalto, mais demorada, terminou com dois golpes mais profundos, assestados mutuamente: Egas Moniz "ficava ferido entre o polegar e o indicador da mão direita", enquanto Norton de Matos havia recebido um golpe "sobre o olho esquerdo, pois que a espada penetrou no ângulo externo do globo ocular", razão para que "o duelo não podia prosseguir, por inferioridade deste para com o combate". Havendo noticiado *O Século* que a "Questão de Ambaca" poderia vir a suscitar novas pendências "de outras personagens", o *Diário de Notícias* fazia publicar as atas e os documentos relativos à lide, "com honra para ambas as partes. Não houve reconciliação"[406].

Curiosamente, no dia anterior, Norton de Matos fora nomeado governador-geral de Angola, por proposta do ministro das Colónias, Joaquim Basílio Cerveira e Sousa Albuquerque e Castro, na sessão de 17 de abril, do Senado da República, após ter sido votado por unanimidade em Conselho de Ministros. Uma vez aprovada a indigitação, o senador Peres Rodrigues não escamoteou o seu desagrado, rotulando-a de "extemporânea", devido ao facto de as conclusões da comissão arbitral de Ambaca ainda não serem do domínio público[407], pelo que o ministro das Colónias e o ministro da Justiça António Macieira se sentiram obrigados a reiterar a confiança em Norton nos seguintes termos: "trata-se dum nome imaculado, dum nome digníssimo, duma alta capacidade, duma das raras pessoas que conhecem a fundo as questões coloniais"[408].

A imprensa afeta aos democráticos, caso de *A Pátria*, não se escusou, logo a 18 de abril, de "aplaudir a acertada resolução do Senado", prova de que a "ignóbil campanha com que há pouco

---

[406] José Norton, *Norton de Matos*, p. 178.

[407] Cf. Intervenção do senador Peres Rodrigues, in *Diário do Senado da República*, sessão de 18/04/1912.

[408] Intervenção do ministro da Justiça António Macieira, in *Diário do Senado da República*, sessão de 18/04/1912.

quiseram conspurcar o seu honrado nome", no que concerne à "Questão de Ambaca", não o "alcançou, nem poderia jamais alcançar". Assaz significativamente foram recordados "os serviços prestados na Índia", para melhor os compaginar "com o que de melhor há no género nas colónias inglesas", e os relevantes serviços prestados à República enquanto militar, para responder à imprensa dos outros partidos, ainda descontente com a resolução do caso de Ambaca e propensa a brandir o remoque de "adesivagem"[409]. Quanto a *O Mundo*, no dia seguinte, achou por bem salientar, em tom laudatório, que o major Norton de Matos "é inteligente, é estudioso, é honesto, é prudente e tem ao mesmo tempo uma forma de trato cativante". Destacava, ademais, a propensão para, a um tempo, travar discussões teóricas e empreender realizações concretas, tratando-se, assim, de "um homem que estuda e é ao mesmo tempo um homem do mundo, com quem se pode conviver"[410]. Por seu lado, o Centro Republicano Democrático sublinhava a designação de um seu correligionário para um tão importante cargo, organizando um jantar de homenagem[411].

Como se disse, a nomeação para o cargo foi precedida e sucedida por uma série de conferências e artigos, nos quais Norton começou a expor a sua visão para Angola. E um dos principais objetivos passaria por "abolir efetivamente a escravatura", conforme se comprometeu quando da iniciação na maçonaria, a 17 de maio[412]. Note-se que a entrada nestes círculos, a escassos meses da partida para Luanda, parecia refletir o início da sua ligação à Sociedade de Geografia de Lisboa, também acontecida poucos meses antes da ida para Macau[413].

---

409 "Governo-Geral de Angola. Norton de Matos", in *A Pátria*. Lisboa: 18/04/1912, p. 1.

410 "Norton de Matos", in *O Mundo*. Porto: 19/04/1912, XI.º Ano, N.º 4.170, p. 1.

411 Cf. "Norton de Matos", in *A Pátria*. Lisboa: 15/05/1912, p. 1.

412 Cf. Armando Malheiro da Silva e José Norton, "O General Norton de Matos e o seu tempo", p. 20.

413 Cf. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983, 2.ª ed., p. 54.

Iniciado na Loja *Pátria e Liberdade*, n.º 332, de Lisboa, subordinada ao Rito Escocês Antigo e Aceite, escolheu o nome simbólico de *Danton*[414]. Sem dúvida que "a escolha destes nomes simbólicos implicava não apenas simpatia, mas alguma identificação ou desejo de seguir o exemplo de vida, obra, ação do nomeado ou escolhido"[415]. E o revolucionário francês, no qual o biógrafo José Norton descortinou "semelhança fisionómica, nos traços severos, no olhar frio" [416], abordaria, em muitos dos seus discursos, temáticas também centrais do pensamento "nortoniano".

Não podendo igualar-se a Georges Danton na eloquência, por nunca ter sido um tribuno excecional, como reconheceu Jaime Cortesão – "homem para agir, é-lhe penoso falar. Mas, quando fala, na própria rudeza da fala, excluindo todo o artifício, palpa-se a sinceridade"[417] –, Norton de Matos, como o líder francês, fez a apologia dos "deveres do homem público" e pregou as virtudes da "instrução pública"[418]. De igual modo, não se deve perder de vista que um dos últimos discursos de Danton, intitulado "Sobre a Abolição da Escravatura", proclamava "que as gerações futuras conhecerão a sua glória" na "liberdade universal", carreando os mesmos princípios iluministas com os quais Norton tinha tomado contacto na adolescência. Afinal, como não reconhecer, no tema da "Pátria em Perigo", um dos discursos mais famosos de Danton, pronunciado quando da derrota das forças francesas, em 1792, o apelo de Norton à defesa

---

[414] Cunha Leal, nos inícios dos anos trinta, escrevia a propósito de Salazar (e Norton?): "entre os malefícios ocasionados por um Danton, homem com as paixões naturais dos homens, ou por um Robespierre, incorruptível e puritano, não há comparação: a virtude foi mais monstruosa, menos humana do que o vício".

[415] Armando Malheiro da Silva e José Norton, "O General Norton de Matos e o seu tempo", p. 20.

[416] José Norton, *Norton de Matos*, p. 178.

[417] Jaime Cortesão, "Mestre Norton de Matos", in *Seara Nova*. Lisboa: julho a dezembro de 1955, Ano XXXIV, Número de Homenagem a Norton de Matos, p. 70.

[418] Cf. "Instrução Pública", in *A Pátria*. Lisboa: 14/05/1913, N.º 367, pp. 1-2.

da República e das colónias perante os exércitos alemães do imperador Guilherme II? Ou, como não entrever, nas convicções republicanas de Danton, que abraçara o novo regime da Convenção e por ele seria sacrificado, o desejo de Norton em servir as novas instituições do ciclo político inaugurado a 5 de Outubro de 1910, integrando o partido que, pela sua obra, mais se teria aproximado do Clube dos Jacobinos?

Ascendendo ao grau de companheiro, por deliberação de 27 de janeiro de 1913, tornar-se-ia mestre, a 18 de abril de 1914. Nesse ano, em outubro, verificou-se uma cisão no seio da maçonaria, desligando-se a Loja *Pátria e Liberdade* da obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e adotando o Rito Francês. Invocando questões rituais, apesar de as motivações reais assentarem em divisionismos políticos, na medida em que o novo *Grémio Luso-Escocês* se passou a opor ao radicalismo dos democráticos identificados com o Grande Oriente, as duas formações maçónicas voltariam a unir os seus destinos em março de 1926, perante a significativa diminuição dos seus efetivos e o "ressurgimento da reação"[419]. Norton de Matos, em 1916, transitou para a Loja *Acácia*, também situada em Lisboa, sujeita ao Rito Francês, sendo em setembro elevado ao Grau 4 (Eleito). Dois anos volvidos, em fevereiro, passaria ao Grau 5 (Escocês) e, em outubro, ao Grau 6 (Cavaleiro do Oriente ou da Espada). Finalmente, a 3 de julho de 1919, seria elevado ao Grau 7 e último (Rosa Cruz).

Proposto, pela primeira vez, em 1928, pela Loja *Acácia*, para o cargo de gão-mestre-adjunto do Grande Oriente Lusitano, Norton ocuparia esse lugar entre 1930 e 1935, antes da ilegalização da maçonaria pelo Estado Novo e o seu afastamento voluntário. No âmbito da luta contra a Ditadura Militar e o regime de Salazar, ficariam famosos os seus textos: *Mensagem ao Povo Maçónico* (1930); *Mensagem à Grande Dieta* (1931); e a *Carta a José Alberto Reis*, presidente

[419] Cf. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, pp. 56-57.

da Assembleia Nacional e autor do projeto-lei que, denunciando "os malefícios das associações secretas em quase todo o mundo e desde há séculos", pôs fim à maçonaria em Portugal até à revolução de 25 de Abril de 1974.

VI
O Governador-Geral

Angola: Catorze vezes a extensão da metrópole

No momento em que Norton de Matos rumou a Angola, o território vinha sendo governado por Manuel Maria Coelho (1911-1912), oficial e membro da maçonaria que participara na Revolta do 31 de Janeiro do Porto, tendo ainda ligado o seu nome à chefia do breve ministério (19 de outubro a 5 de novembro de 1921) que sucedera a *Noite Sangrenta* e, no decurso da qual, foram assassinados uma série de políticos republicanos. Conhecedor da realidade angolana, por aí ter vivido várias décadas, Manuel Maria Coelho procurara combater, sem sucesso, o trabalho forçado ainda largamente presente na província[420]. Desmoralizado, regressara à metrópole, tendo um encarregado do governo, e depois um governador interino, assegurado a condução dos destinos de Angola até à nomeação do sucessor, Norton de Matos.

Situado na África Central, voltado para o Atlântico, o território angolano enquadra três regiões principais, com uma grande profusão de climas, vegetação e sistemas orográficos. A uma primeira zona costeira árida, pouco se elevando acima do nível médio das águas do mar, com cerca de 150 metros no seu ponto mais largo, segue-se

---

[420] Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*. Lisboa: *Tinta* da China, 2009, p. 172.

uma faixa estreita de subplanalto, com a altitude a atingir, por vezes, os 1.000 metros. O interior é um espaço planáltico, que oscila entre os 1.200 e os 2.100 metros de altura, compreendendo quase dois terços do país. A Sul, o deserto do Namibe e a zona envolvente do deserto do Kalahari definem lugares, inevitavelmente, pouco habitados. Em todo o caso, Angola, segundo os censos efetuados ao longo do século XX, antes e após a independência, sempre apresentou um dos índices mais baixos de densidade populacional no contexto do continente africano[421]. Irregularmente distribuída no imenso território de 1.246.700 Km^2 e vivendo, na sua maior parte, no seio de sociedades tradicionais, a população, quase toda rural e desconhecedora das primeiras letras, acomodava-se aos poucos nos ditames da nova ordem colonial, com revoltas pontuais que, não raro, podiam assumir dimensões preocupantes para o poder sediado em Luanda, sob a tutela do Terreiro do Paço. Algumas entidades políticas africanas, que faziam da agricultura e do transporte de mercadorias para o litoral o seu destino, possuíam vontade de resistência, alternando a "conflitualidade e a colaboração"[422].

À conquista portuguesa do reino do Bié, no planalto central, nos anos noventa, sucedeu a submissão do Sul, nos primeiros anos do século XX, e na década seguinte, o antigo reino do Congo e os Dembos. A máquina fiscal seguia de próximo a máquina militar, impondo a tributação aos novos súbditos do poder colonial. A construção de fortes na "fronteira" destinava-se a vigiar as regiões recém-pacificadas ou insubmissas.

Oito etnias numericamente mais significativas de raiz etnolinguística (Bacongos, Ambundos, Umbundos, Lunda-Quiocos, Ganguelas, Nhaneca-Humbes, Ambós e Hereros) devem ser consideradas. A sua

---

421 Cf. Fernando Pimenta, *Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2005, pp. 31-32.

422 Aida Faria Freudental, "Angola", in Oliveira Marques (coord.), O Império Africano 1825-1890, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. XI, p. 272.

distribuição no território, consequência de guerras, migrações, alianças e de outros condicionalismos, ditava, ao colonizador, estratégias diferenciadas de imposição e de implantação territorial, no sentido de obedecer aos princípios delineados na Conferência de Berlim, quanto ao estabelecimento de uma firme malha administrativa. Os três principais portos marítimos das cidades de Luanda (Norte), Lobito (Centro) – segundo o *Jornal da Europa*, "o porto de maior futuro económico e turístico da África Ocidental Portuguesa[423]" – e Namibe, antiga Moçâmedes (Sul), onde se tinham iniciado outras tantas linhas de penetração para o interior planáltico, buscavam escoar a produção da colónia, com o concurso recente dos caminhos de ferro[424].

A sociedade era encabeçada pela burguesia, europeia ou de ascendência europeia, sendo a sua origem diversa. Descendentes de famílias de comerciantes e de militares brasileiros, pequenos comerciantes do interior, a "burguesia de sertão", colonos portugueses enriquecidos pelo tráfico da borracha e pequenos e grandes proprietários de terras, ajudavam a conferir uma imagem heteróclita de classe, mas inegavelmente branca. Os assalariados resultavam da conversão da escravatura em trabalho (mal) remunerado, assegurando os ofícios artesanais e integrando a reduzida indústria, embrião do operariado. Quanto aos serviçais, era sobre estes que recaíam as acusações de "escravatura encapotada", pois trabalhavam a terra, operavam nas minas, transportavam mercadorias e eram empregados nas obras públicas, a troco de reduzidos salários e de precárias condições de vida. Apesar da legislação, os maus tratos resultantes de castigos corporais persistiriam até ao fim do regime colonial[425].

Apenas um pequeno número de assimilados, habitando os maiores centros populacionais, desempenhava outros ofícios, começando, a

---

423 *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 8/03/1928, p. 1.

424 Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, pp. 28-29; e pp. 111-113.

425 Cf. Aida Faria Freudental, "Angola", 372-284.

breve trecho, a publicar jornais reivindicativos, que os colonos não tardaram a alcunhar de "nativistas" ou de "independentistas". As vilas e cidades espelhavam essa segregação de índole racial, quer na ocupação do espaço urbano, cindido em bairros destinados a colonizadores e colonizados, quer pelo facto de a população europeia tender, cada vez mais, a firmar-se em espaços citadinos.

A borracha, o café e o algodão, nos inícios do século XX, contavam-se entre os bens mais exportados, ainda que o comércio da primeira já se encontrasse em notório processo de decadência. A produção algodoeira foi estimulada nos tempos da Primeira República, de par com bens alimentícios, como o feijão, o milho e o trigo, os quais abasteceriam a metrópole. O álcool e a cana-sacarina impuseram-se nos meios da agricultura industrial, com algumas companhias a produzir açúcar, depois convertido ou não em aguardente. Muito rentável, esta bebida, a breve trecho, atraiu a atenção da "burguesia de sertão", que muito investiu num produto de fácil escoamento e de lucro garantido. Conforme se constatará, Norton de Matos viria a interditar a produção desta última. Seja como for, a permuta de bens, refletindo o comércio sertanejo, foi dando lugar a uma economia de cariz monetário. O setor industrial, não obstante o Pacto Colonial, compreendeu a destilação de aguardente de cana, a salga de peixe, a cerâmica, o tabaco e a tecelagem[426].

A malária, endémica e mortífera, e a doença do sono, atingiam as regiões mais densamente habitadas, sendo que muitas aldeias se despovoaram e foram abandonadas. Outros males, como a tuberculose, comum na Europa, afetavam, sobretudo, as regiões litorais, seguindo de próximo a instalação dos emigrantes vindos da metrópole. A colonização das mais sadias e temperadas regiões planálticas corporizara-se, desde meados do século XIX, em várias tentativas, que iam desde empreendimentos germânicos e bóeres e algumas colónias

[426] Cf. idem, ibidem, pp. 354-355.

penais até projetos mais consistentes de iniciativa ministerial ou gizados no palácio do governador, em Luanda[427].

Neste âmbito, nos derradeiros anos da Monarquia Constitucional, os planos de Teixeira de Sousa, ministro da Marinha e Ultramar (1900-1903) e de Eduardo Costa/Paiva Couceiro, governadores de Angola, entre 1906-1907 e 1907-1909, respetivamente, ensaiando trazer, para Caconda e para o planalto de Benguela[428], famílias portuguesas, contaram-se entre os mais significativos[429]. "Eixo principal do sistema", para Couceiro, a colonização portuguesa processar-se-ia "a pouco e pouco", com "um posto experimental de culturas" a acolher, "sob as suas asas protetoras", as primeiras levas de "correntes migratórias", atraídas por um "folheto de propaganda, largamente espalhado [...] pelos Distritos do Reino e Ilhas dos Açores"[430].

No entanto, à imagem de projetos anteriores, todas as diligências ficaram-se pelo intento, pelo que Norton de Matos, neste campo, mais do que um inovador, foi um concretizador parcial, é certo, de uma aspiração anterior, que visava, sob os auspícios de uma espécie de *pax lusitana* sucedendo as "campanhas de pacificação" de Alves Roçadas e de Paiva Couceiro (regiões do Cuamato e dos Dembos), imprimir um renovado dinamismo à colónia.

Sem dúvida que o projeto mais consistente, apesar de não logrado, mas largamente discutido no biénio de 1912/1913, envolveu a colonização do planalto de Benguela por judeus[431], através de proposta

---

427 Cf. Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, pp. 58-63.

428 Cf. "Estudos sobre a colonização agrícola do Planalto de Benguela", in *Revista Colonial*. Lisboa: 25/03/1913, N.º 3, pp. 14-18.

429 Cf. Maria Alexandre, *A Política de Norton de Matos para Angola*, p. 62.

430 Cf. Henrique de Paiva Couceiro, *Angola. (Dois Anos de Governo junho 1907-Junho* de 1909), p. 152.

431 Cf. Maria Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. II, pp. 61-64.

apresentada ao parlamento a 8 de fevereiro de 1912, pelo deputado Manuel Bravo[432], eleito "pela Covilhã, terra de cripto-judeus"[433]:

Após ponderarem a possibilidade de Moçambique e do Uganda, pelos obstáculos levantados ao regresso à Palestina, Alfredo Bensaúde, fundador e primeiro diretor do Instituto Superior Técnico, e W. Terló, emigrante russo, haviam concitado o apoio de algumas personalidades da comunidade judaica de Lisboa, proprietários em Angola, e depois submetido a membros do governo e publicitado em jornais, como *O Século* e *A Pátria*[434], o intento de colonizar o planalto angolano. Por um lado, o impasse do parlamento e a pouca recetividade de Norton, temendo a "desnacionalização" da província, e, por outro, o desinteresse da Organização Territorial Judaica, que capitaneava o projeto, devido à instabilidade da região, precipitaram o fim das negociações e o ocaso do projeto[435].

Na véspera da partida rumo a Angola, Norton de Matos concedeu, então, diversas entrevistas aos jornais afetos aos democráticos, nas quais explicitou e precisou o seu desígnio para Angola. A 24 de abril, *A Pátria* começava por anotar que o "distinto colonial", ainda a braços com a "malfadada questão de Ambaca", reiterava a importância de uma "ampla e rasgada descentralização administrativa", vertida a partir de uma carta orgânica, ideia chave aliás, da conferência proferida na Associação dos Lojistas. O projeto de colonização, de seguida apresentado, seria realizado em torno de duas premissas já enunciadas em textos anteriores: por um lado, a firme crença de que "para ocupar é necessário policiar", pelo que a presença militar era insuficiente e "será sempre precária", enquanto "não conseguirmos uma rede de viação de malhas apertadas", que contemple caminhos

---

432 Intervenção de Manuel Bravo, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 8/03/1912, pp. 4-6.

433 Jorge Martins, *A República e os Judeus*. Lisboa: Nova Vega, 2010, p. 46.

434 Cf. "Colonização do Planalto de Benguela", in *A Pátria*. Lisboa: 15/06/1912, p. 1.

435 Cf. Jorge Martins, *A República e os Judeus*, pp. 56-57.

de ferro, estradas e o telégrafo – "construir o mais rapidamente possível os caminhos de ferro de Malanje [Luanda], Moçâmedes e Benguela"; por outro, "sendo o preto a base de toda a riqueza da colónia", havia a necessidade de "respeitar os costumes nativos, procurando que eles vão evolucionando", através da educação, "nos trabalhos manuais, quer na indústria, quer na agricultura". Ou, dito por outras palavras: "devem ser, por enquanto, as oficinas, com as obras públicas a iniciar na província, as suas principais escolas primárias", pois, "pretos vadios a lerem jornais seriam pragas pior que a da tsé-tsé", razão por que "a leitura e a escrita virá depois a seu tempo". Ou seja:

> Uma obra verdadeiramente económica, apoiada em gastos produtivos e no corte implacável de todas as despesas inúteis. A ocupação da província, tendo por base uma rede de viação; a instrução e a civilização dos nativos, a possibilidade de uma mão de obra abundante, partindo de um ensino manual e agrícola, das obras públicas, pagos em dia e a dinheiro; o fomento agrícola, comercial e industrial [...] e, sobretudo uma obra nacional, uma obra patriótica[436].

Esta obra a realizar, para além das premissas educativas e comunicacionais, teria por força de gravitar em torno de outros aspetos, que Norton enunciou em jeito de lista programática:

a) "Criação de um quadro de funcionários, que se distinga pela sua alta competência";
b) "Tomar a peito a civilização dos indígenas", através da supressão do tráfico de armas e pólvora;
c) "Acabar com a exportação de degradados";

---

436 "O Governo da Província de Angola. Altos Funcionários da República", in *A Pátria*. Lisboa: 24/04/1912, p. 2.

d) "Chamar para Angola, por meio de emigração, da concessão de terrenos e da proteção a uma indústria colonial os capitais nacionais e estrangeiros";
e) Delimitar, cabalmente, as fronteiras;
f) "Averiguar da existência e do funcionamento das missões religiosas estrangeiras";
g) Traçar o cadastro etnológico, geológico, florestal e mineralógico da província;
h) Não descurar a questão sanitária, prestando especial atenção à doença do sono[437].

Um seu apontamento datilografado e não datado, mas pertencente a este período, e igualmente em forma de lista ainda mais extensa e concreta, dispunha que "os governadores – escolhidos independentemente de classes ou partidos, nomeados por cinco anos, não podendo ser demitidos se não por erro de ofício"; impunha cláusulas iguais na concessão de terrenos a colonos portugueses e não portugueses, do mesmo modo que admitia a entrada de capital estrangeiro, devidamente vigiado, e sopesava a revisão das pautas alfandegárias, as quais deveriam ser aligeiradas, a fim de promover o consumo. Outras medidas a implantar, fixavam-se na expansão das comunicações (ferroviárias) no interior da colónia e desta para a metrópole, na reforma da organização militar, "tornando-a mais eficaz e económica". Enfim, promover "o desenvolvimento da agricultura e colonização nos planaltos de Angola incitando, por meio de postos agrícola-pecuários e de prémios, a produção de algodão, cereais, gados, borracha, açúcar e tabaco"[438], naquilo que deve ser encarado como um incentivo ao estabelecimento de pequenos agricultores e de latifundiários.

---

[437] Ibidem, p. 1.

[438] Cf. José Norton de Matos, *Questão Colonial*, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 69 – ABNM, p. 1.

A fim de cumprir esta "missão sagrada da República" de "sacrifício para mim e para a minha família[439]", Norton afirmava tencionar, como explicitava o documento anterior, demorar-se cinco anos, sob o signo de uma "vontade firme de acertar e de vencer"[440], determinação que mantinha na entrevista seguinte, datada de 20 de maio. Aí, após o entrevistador preambular acerca do "pouco ou nenhum interesse" dos monárquicos pelo "património colonial", numa passagem apostada em destrinçar os dois regimes políticos – o Estado Novo dirá o mesmo acerca da Primeira República –, o então major ressalvava que tivera a intenção de "apresentar um projeto que se aproximasse o mais possível do sistema adotado pelos ingleses nas colónias chamadas de coroa". Retomando os argumentos empregues na conferência da Associação dos Lojistas, Norton advogava que o governador-geral, personagem gozando da absoluta confiança do Terreiro do Paço, seria assistido por um Conselho Executivo (integrando chefes de serviço, funcionários de categoria, escolhidos pelo ministro das Colónias, e os representantes da forças vivas da província: o presidente da Câmara Municipal de Luanda e os presidentes das associações comercial, agrícola e industrial da capital), e por uma Junta Legislativa, que "representaria o elemento colonial", composta por uma maioria de cidadãos eleitos. Ao primeiro órgão caberiam funções consultivas, com o governador a mandar aplicar as leis elaboradas pela Junta Legislativa, inclusive, o orçamento da colónia. Por seu lado, o Terreiro do Paço, não legislando, limitar-se-ia a uma "rigorosa e continuada fiscalização dos atos do governador-geral"[441].

Porém, vários obstáculos se interpunham entre o modelo inglês almejado e a realidade. Em primeiro lugar, pela escassez de população europeia e "o número insignificante de indígenas civilizados", em

---

439 Oldemiro César, "Interesses Coloniais", in *O Mundo*. Porto: 31/05/1912, N.º 4.212, p. 1.

440 "O Governo da Província de Angola. Altos Funcionários da República", p. 2.

441 "A Província de Angola. O Ressurgimento Colonial", in *A Pátria*. Lisboa: 20/05/1912, p. 1.

face dos "milhões de negros [...] incapazes da mais elementar noção de governo ou nacionalidade, não permitem pensar, por enquanto, em *autonomia* ou *self-government*". Em segundo, pelo facto de a Constituição de 1911 não delegar assim tantos poderes ao governador-geral, apesar da descentralização pretendida pelos republicanos. A solução passaria, acrescentava Norton, por manter os dois órgãos, legislativo e executivo, ativos na elaboração de propostas de lei, o que "habituaria a colónia à existência de um corpo legislativo e à intervenção direta nos negócios públicos pela discussão do orçamento e das leis", preparando-se "para mais latas atribuições que por certo lhe serão conferidas na futura revisão da Constituição"[442]. Daí a uns meses, em carta datada de 28 de setembro, José Joaquim Machado, com quem Norton se correspondeu durante os meses em que esteve à frente de Angola, recomendava-lhe mesmo, num lapidar *post-scriptum*: "quanto mais cousas fizer da sua iniciativa sem consulta ao Governo Central, melhor"[443].

Na hora da partida, a 1 de junho, a bordo do paquete *Beira*, acompanhado pela esposa e pela filha, algumas figuras da cúpula governativa, amigos políticos e pessoais, "foram apresentar as suas despedidas", contando-se, entre outros, Cerveira de Albuquerque, ministro das Colónias, Freire de Andrade, diretor geral das colónias e Afonso Costa[444]. O ministro da Justiça, António Macieira, que não chegou a tempo das despedidas da praxe, comprometeu-se a enviar um telegrama para o Funchal, onde o *Beira* iria acostar daí a uns dias. E, de igual modo, a partir do Funchal, Norton remeteu uma carta ao ministro das Colónias, em que, a propósito dos projetos de colonização em negociação, se pronunciava contra as "grandes

---

[442] Idem, ibidem, p. 2.

[443] *Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos*, de 28/09/1912, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 69 – ABNM.

[444] Cf. "Norton de Matos", in *O Mundo*. Porto: 2/06/1912, N.º 4.214, p. 1.

concessões, as que abrangem um distrito inteiro", pedindo "encarecidamente a V. exa. é que não façam aí nada sem me avisar". Chamando a si o papel de organizador, a bem da desejada descentralização, Norton asseverava ir "propor medidas dentro de pouco tempo" favoráveis "à concessão [somente] de terrenos individuais e em pequenos lotes, a estrangeiros"[445].

Uma vez chegado à ilha de S. Tomé, tomou conhecimento que uma "ostensiva frieza" e possíveis "manifestações de hostilidade" o aguardavam em Luanda, onde "a propaganda contra mim estava sendo muito grande", sobretudo no exército, em resultado da sua filiação no "partido democrático, o mais temido dos adeptos da Monarquia e considerado como inimigo da religião católica"[446]. As suas *Memórias* retinham, ademais, que um comerciante residente em Angola, viajando no paquete *Beira*, telegrafara "em código", a amigos de Luanda, "com palavras de elogio e simpatia para mim", garantindo que o novo governador, sendo "um homem às direitas", era, contudo, "duro de roer[447]. Justificando futuras dificuldades, através desta história com laivos de quase "conspiração" – era este, com efeito, o título do Capítulo II de um seu livro, aludindo e desenvolvendo este episódio[448] –, Norton iniciou a redação de um breve discurso, de aproximadamente dez minutos, o qual iria ler, daí a uns dias, no palácio do governo, em Luanda, uma vez empossado.

---

445 *Carta de Norton de Matos a Cerveira de Albuquerque* (não datada, possivelmente de junho de 1912), in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 69 – ABNM.

446 Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 117.

447 Cf. idem, ibidem, vol. II, p. 117

448 Cf. idem, *Nação Una*, pp. 26-28.

Ordem e Progresso

O discurso inaugural de 17 de junho, fazendo apelo à conhecida máxima de Comte cara aos republicanos, "ordem e progresso" – sugerindo, talvez, "novos Brasis em África" –, colocado sob o signo do "esforço coletivo", cuja saudação o novo governador estendia a todos os grupos socioprofissionais de Angola, e dizendo-se, por duas vezes, desligado de "políticas partidárias" – apesar da filiação "democrática" –, deu o tom, mas não o conteúdo, do programa a desenvolver. Segundo Norton, o facto de ter envergado "sobrecasaca e chapéu alto"[449], em lugar da farda de major, teria sido um sinal da sua intenção de proceder à "passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil", do mesmo modo que, anos mais tarde, Sidónio Pais não mais deixara de vestir o uniforme militar, para se distinguir dos anteriores presidentes da República[450]. Num artigo dado a *O Primeiro de Janeiro*, em 1934, Norton recordava o *Durbar*, em Delhi, ao qual assistira em 1903, para documentar este ponto de vista, evocando "a guerra entre Curzon e Kitchener", vice-rei e comandante-em-chefe da Índia. O afastamento do primeiro, devido à pressão do segundo, deveria provar que o "*unrest*, o espírito de revolta que de dia para dia tanto se tem agravado", teria como causas a cedência do poder civil e reformista ao elemento militar[451].

Como quer que seja, as *Memórias* do então major atestam que o também major Gomes da Costa, chefe do Estado-Maior de Angola, o abordara de imediato, um tanto extemporaneamente, a fim de pedir aprovação para uma vasta campanha militar no Sul, a mover contra os Cuanhamas. Acrescentam as *Memórias* que, remetendo para o dia

---

449 Cf. idem, ibidem, vol. II, p. 118.

450 Cf. Francisco da Rocha Martins, *Sidónio Pais*. Lisboa: Bonecos Rebeldes, 2008.

451 Cf. José Norton de Matos, "Um Cortejo em Delhi", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26/06/1934, p. 1.

seguinte, a entrevista com Gomes da Costa, de forma a marcar posição, Norton considerara que, a partir da nomeação daquele, em fevereiro último, a atividade militar recrudescera ainda mais, o que entrava em choque com as suas conceções coloniais, tendentes a valorizar, nos "indígenas", segundo a lição de Lyautey, o "trabalho livre", a "posse da terra", o exercício de ofícios e profissões" e a "plena confiança em nós, em que eles deviam ver mestres e guias e protetores dos seus direitos"[452].

Nesta linha de pensamento, "naquela minha primeira madrugada em África", após uma cuidadosa análise do "demasiado militarismo na administração desta colónia", inscrito no *Boletim Oficial da Província de Angola*, julgara por bem demitir Gomes da Costa, considerando que, longe da revolta em larga escala apregoada, eram os alemães, a partir do Sudoeste Africano, que instigavam os indígenas a pegarem em armas, com o fito de desestabilizar e descredibilizar as autoridades portuguesas. E, com a frase, "tenho de transformar tudo isto"[453], inscrita nas páginas do diário desse mesmo dia, lançava outra palavra de ordem, muitos anos mais tarde sistematizada na lista das sete ou oito[454] "grandes transformações de Angola", por si empreendidas, que os governos seguintes deveriam continuar:

I. Passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil. A posse civil do território.
II. O novo indígena: da condição de trabalhador recrutado para a de proprietário e cultivador rural.
III. As estradas.
IV. A proibição do comércio da "pólvora e armas", e do fabrico e venda das bebidas alcoólicas.

---

[452] Cf. Joaquim Ferreira, "Pela ocupação pacífica", in *Independente*. Luanda: 12/081912, N.º 25, p. 1.

[453] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 123.

[454] Cf. idem, *Nação Una*, pp. 333-334.

V. A assistência aos indígenas.
Higiene e melhoria das condições da vida indígena.
O congresso de medicina tropical.
VI. A educação e instrução.
VII. A vida de família e o conforto dos europeus.
Habitações, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas[455].

Na realidade, estas "transformações", embora correspondessem a um esquema apenas gizado nos anos quarenta (e cinquenta), não deixavam de ir ao encontro dos pontos essenciais dos artigos, das entrevistas e do apontamento datilografado e não datado dos meados de 1912, comprovando que a unidade entre ação e teorização subjazia ao seu pensamento colonial. De igual modo, aproximavam-se de algumas das questões desenvolvidas por Paiva Couceiro no seu relatório, nomeadamente a planificação alargada e a aposta na modernização.

Em todo o caso, para os mais importantes estudiosos da obra "nortoniana", esta sinopse, presente nas *Memórias* e em *Nação Una*, serviu como uma espécie de diretriz orientadora, no momento de elencar as diligências tomadas em 1912-1915 e 1921-1924, circunscrevendo-as entre o vultuoso acervo administrativo promulgado. Renato Mascarenhas, na primeira parte da sua dissertação de licenciatura, chamando à colação o precedente do governo de Paiva Couceiro, ressalva "o povoamento europeu" e "o trabalho indígena", para, quase repetindo textualmente o sumário de Norton, abordar "as bebidas alcoólicas", "as comunicações", "os serviços de saúde" e "os serviços de instrução"[456]. Por seu lado, Maria Dáskalos, que tão-só

---

455 Idem, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 115.

456 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, pp. 9-137.

analisou o período de 1912-1915, sublinha "a reforma administrativa", "povoamento e colonatos" e a "política de trabalho indígena", subcapítulo no qual insere os "caminhos de ferro"[457]. Outrossim Malheiro da Silva, ainda que de uma forma menos explícita, porquanto os seus resultados se achem divididos em diversos artigos, levou em linha de conta o enunciado descrito nas *Memórias* e em *Nação Una*.

Importa entender que a disputa com Gomes da Costa, elevada pelas *Memórias* a marco do início da obra a empreender em Angola, no tom dramático de "principiara o combate", encerrava em si mesma, à luz dos intentos reformistas, uma inequívoca vontade de justificar, pela sua parte e no que à História dizia respeito, as complexas relações com o futuro líder do golpe militar de 28 de Maio de 1926. Afiançando ter escutado, atentamente, nesse segundo dia em Angola, as razões de Gomes da Costa, Norton lamentava tê-lo erigido em "primeira vítima do meu plano de administração colonial", quando este exibira, na Índia e em Angola, ou em Moçambique, sob o olhar de Mouzinho, um comportamento exemplar. Por isso, relembrava a nomeação daquele militar para comandar a Primeira Divisão do Corpo Expedicionário Português, na Flandres, quando tutelava o Ministério da Guerra, e não esquecia, em retorno, a "curiosa" dedicatória inscrita, no volume *O Corpo do Exército Português na Grande Guerra* pelo "homem [que] foi dos que mais fez para me afastar da vida pública do meu país"[458], na sequência do golpe que poria fim à Primeira República: "ao Senhor General Norton de Matos [...] grande organizador do Corpo do Exército Português [...] ministro previdente e enérgico".

Se, Gomes da Costa, nas suas memórias, uma antologia de vários textos dispersos publicada postumamente, com um prefácio de Aires de Ornelas, não se referia a este episódio, como, de resto, nada mencionava acerca da sua experiência em Angola ou até da sua

---

457 Cf. Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, pp. 49-88.

458 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 131.

participação na Grande Guerra[459], já num artigo de imprensa de 1913 não escondia o seu descontentamento sobre a obra do novo governador-geral, afirmando andarem "confundidos estes poderes em Angola"[460]. Para Norton de Matos, Gomes da Costa, que continuaria a merecer a sua admiração enquanto oficial, não lograra, à semelhança de Paiva Couceiro, de Joaquim José Machado e do próprio Norton, compreender as virtudes de uma administração de natureza preponderantemente civil, talvez por apenas ter desempenhado comissões de inspeção a diferentes forças militares[461], ainda que o novo governador não ocultasse que tomara providências para "colocar nos principais cargos administrativos e militares de Luanda pessoas de confiança, que comigo tinha levado de Lisboa"[462], originando acusações de favorecimento pessoal e de multiplicação da despesa pública.

Dividida em distritos e concelhos desde meados do século XIX, seguindo ditames assimilacionistas, Angola experienciara outras formas administrativas, quando os concelhos foram extintos e reorganizados em circunscrições civis, que conviviam com as capitanias-mores. Enquanto a primeira figura administrativa representava uma certa normalização do território governado, pela aplicação de justiça, cobrança de impostos e jurisdição civil, a segunda encarnava as características das regiões de "fronteira", pouco povoadas, sujeitas a agitações por parte dos "indígenas", pelo que supunham uma "qualidade militar no capitão, e um regime de polícia mais intenso na capitania"[463]. Ou, como expôs Norton:

---

459 Cf. Manuel de Oliveira Gomes da Costa, *Memórias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

460 Idem, "Colonização", in *Revista Colonial*. Lisboa: 25/05/1913, N.º 5, p. 21.

461 Cf. J. M. Tavares Castilho, *Manuel Gomes da Costa*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006, pp. 104-109.

462 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 128.

463 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 10.

> A organização administrativa da Província de Angola, apoiada na forte ação do Governador-Geral; a substituição da ocupação militar, caracterizada por núcleos isolados e em regra sem permanência, pela ocupação administrativa sistemática, contínua e consistente, formando um todo único, uma rede de malhas cada vez mais apertadas, lançada sobre todo o território de Angola[464].

Devido à falta de pessoal e de instruções claras, estas providências, lançadas ao tempo dos antecessores de Norton (Eduardo Costa, Paiva Couceiro e Manuel Maria Coelho), granjearam pouco sucesso, pelo que as circunscrições tiveram de ser redesenhadas a partir de 1912, com o ministro das Colónias Cerveira de Albuquerque, sob proposta do governador de Angola, a fazer publicar um diploma permitindo alterar o regime das circunscrições civis. Peça legislativa determinante nessa alteração foi a Portaria N.º 375, de 17 de abril de 1913[465], no dizer de Rita Norton de Matos, "diploma de regras e princípios hoje clássicos de política e administração coloniais"[466], elaborada por uma comissão presidida por Norton, a qual consignou 35 administrações civis, 25 capitanias, 11 concelhos e uma intendência, criando, como em tantos outros espaços ultramarinos, o esboço da futura divisão administrativa pós-colonial.

Ora, o documento visava a "harmonização das relações entre os europeus e os nativos"[467], até porque os problemas de ordem pública e os trâmites judiciais que estes deveriam seguir, não deixavam de recair sobre os militares, por manifesta má distribuição do pessoal com formação jurídica, enquadrada, para além disso, numa malha jurídica deficiente. Por conseguinte, os membros do exército, em

---

464 José Norton de Matos, *A Província de Angola*, p. 15.

465 Cf. idem, *África Nossa*, pp. 175-184.

466 Rita Mendes Norton de Matos, *A Família Norton de Mattos*, p. 112.

467 Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, p. 56.

lugar de se concentrarem nos lugares de mais difícil implantação da presença portuguesa, achavam-se dispersos em gabinetes, secretarias e outras repartições de cunho civil.

De resto, a mencionada Portaria N.º 375 procurou lidar com a questão do trabalho dos naturais de Angola, que Norton sempre considerou o problema mais premente, em virtude da sua formação de cariz liberal e das acusações que pendiam sobre Portugal, verberando na manutenção da escravatura. Certamente que o 13.º do Artigo 15.º previa a "expulsão de qualquer indígena, cuja permanência, comprovada em auto, seja prejudicial à obra pública", mas usava de um vocabulário paternalista, quando, sem "abandonar a firmeza e a persistência que são necessárias", instituía "tratá-los com bons modos e boas palavras [...] aceitando os seus costumes, desde que não ofendam os direitos de soberania ou não vão de encontro aos princípios da humanidade". Caucionando o que a geração africanista, ou de Mouzinho, já entendera aplicar, esta legislação, pelo menos teoricamente, mantinha os postulados sempre defendidos pela ideologia ultramarina portuguesa.

Outros diplomas estabeleceram o interdito dos castigos corporais, o pagamento em moeda aos trabalhadores, um salário mínimo, "fosse qual fosse o valor da alimentação ou do vestuário distribuídos", a garantia da renovação dos contratos, pausa diária e semanal e habitações separadas[468], afastando o espetro da sobrevivência das senzalas. Como já havia teorizado em artigo de jornal, as dificuldades postas à contratação dos naturais de Angola, que iam de par com a concessão de terrenos, impediriam as deslocações territoriais de população assalariada – que não deixavam de recordar o trato esclavagista – e fixariam à terra muitas famílias camponesas, engendrando comunidades rurais aptas a fruírem de infraestruturas educativas, que as habilitassem, também, a serem empregues em complexos

[468] José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 78.

industriais[469]. Daí que, em setembro de 1912, tivesse sido criada a Companhia dos Diamantes de Angola, a Diamang[470], ou se tivesse isentado de impostos a exportação do milho produzido na província.

Como sucedera com Manuel Maria Coelho, as críticas que estas tentativas de regularizar o trabalho "indígena" receberam, contribuíram para a demissão de Norton. Conforme reconhecia numa conferência realizada em maio de 1914: "tem sido por causa da minha ação administrativa em assuntos de mão de obra indígena que eu tenho sido mais atacado"[471]. Os periódicos da província, o *Jornal de Benguela* e o *Independente*[472], de Luanda, falando em nome dos interesses dos proprietários lesados, vinham, de há alguns anos a esta parte, sofismando o problema em termos de "auxílio ao agricultor, assegurando-lhe braços. Proteção ao preto, garantindo-lhe justiça":

> O ir, à força se preciso for, compelir o indígena à prestação do trabalho desenvolvedor de riqueza coletiva, de que ele mesmo, indígena, compartilhará, deixa de ser uma tirania para ser uma obra redentora – porque, ao passo que produz o fomento da Província, dignifica o homem arrancado à bestialidade da preguiça para o guindar à glória do cumprimento da mais natural, da mais humana, da mais igualitária de todas as Leis – O TRABALHO[473].

---

469 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 59.

470 Cf. *Diamang. Estudo do património cultural da ex-Companhia de Diamantes de Angola*. Coimbra: Museu Antropológico, Universidade de Coimbra, 1995.

471 José Norton de Matos, *A Situação Financeira e Económica da Província de Angola*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914, p. 25.

472 Cf. Carlos da Silva, "O novo regulamento dos serviçais é uma burla", in *Independente*. Luanda: 16/09/1912, N.º 30, p. 1.

473 Simão de Laboreiro, "Trabalhar", in *Independente*. Luanda: 1/04/1912, N.º 6, p. 1.

Visão oposta à de que "tudo no meu espírito andava e anda sempre em volta dos 'pretos proprietários', para a resolução dos grandes problemas da África tropical"[474], subscrita por Norton – que avançava o argumento de que a posse da terra aumentaria, no natural de Angola, a produtividade e a riqueza da província, por oposição a um regime de trabalho baseado em métodos coercivos e salários não geradores de poupança, que convidassem ao consumo. Nesta ótica não capitalista de trabalho compulsivo, apenas um número residual de colonos conseguiria vingar em Angola, uma vez que a população nativa a assalariar era reduzida, sendo parte dela embarcada para trabalhar nas roças de S. Tomé e Príncipe.

Aliás, Gomes da Costa, nas páginas de *O Independente*, escrevia, em abril de 1912, que "o indígena não abandona em regra a sua terra natal; sai temporariamente, e volta a ela logo que tem algum dinheiro", pelo que "abandona o serviço do patrão justamente quando atingiu os conhecimentos precisos para bem o desempenhar". E rematava, numa posição antiprogressista, que, "no dia em que os esquemas de irrigação e transportes estiverem realizados, será preciso diminuir a área das reservas para indígenas, sob pena de não se obter nem um trabalhador"[475].

Por seu lado, o *Jornal de Benguela*, dissertando acerca de "um dos autores da Ambacada", asseverava que o "indígena é que não se adstringe espontaneamente à prestação de trabalho"[476]. Este periódico, em todo o caso, ia inserindo artigos de José de Macedo, favoráveis à "autonomia da província", acumulando argumentos con-

---

474 José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 82.

475 Manuel Gomes da Costa, "Questões Indígenas – A questão do trabalho II", in *Independente*. Luanda: 29/04/1912, N.º 10, p. 2.

476 Nogueira de Lemos, "Trabalho Indígena", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 3/09/1912, N.º 10, p. 1.

tra a governação centralista de Lisboa[477]. Mas, indubitavelmente, a questão da mão de obra fazia correr muita tinta:

> Quem elaborou a lei, desconhece por completo a vida agrícola de Angola, ou então só procurou ferir uma numerosa classe que luta com inúmeras dificuldades, que trabalha com a maior honestidade para o engrandecimento da nossa Pátria, com a mira (quem sabe?) de o descontentamento se refletir na nossa querida Republica[478].

Lida como "orientação doentia do humanitarismo balofo", esta "concessão" do poder implicaria o regresso do "indígena" à "bestialidade primitiva" e à "vadiagem", *leitmotiven* deste tipo de discurso[479]. De certo modo, como sucedera na Índia, quando do possível aumento do imposto predial, em função do levantamento do cadastro, os jornais que representavam os terratenentes tentaram apelar aos estratos empobrecidos da sociedade, a fim de congregar um maior apoio, responsabilizando as medidas reformistas pela sua sorte[480]. Em breve, a "falta de braços" uniu contra o governador-geral amplos setores de colonos[481], a que se juntava o estigma do trabalho escravo.

O descontentamento, apesar de algumas opiniões em contrário[482], de igual modo versou o desarmamento da província. Nesta ótica, o "monopólio da violência", de acordo com o conceito mais tarde formulado por Max Weber, presidiu à decisão de recolher as dezenas

---

477 Cf. José de Macedo, "Autonomia da Província", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 27/11/1912, N.º 22, p. 1.

478 Francisco Cipriano Pio, "Mão de Obra", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 19/03/1913, N.º 12, p. 1.

479 Fonseca Santos, "Mau Caminho", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 28/05/1913, N.º 22, p. 1.

480 Cf. Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, p. 73.

481 Cf. "Falta de Braços", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 4/06/1913, N.º 23, p. 3.

482 Cf. M. de Mesquita, "Pólvora e Armas", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 24/09/1913, N.º 39, p. 1.

de milhar de espingardas que pululavam na província, assim como as toneladas de pólvora que alimentavam o deflagrar de revoltas. Apesar da legislação existente, "sábias leis do tempo da Monarquia", que, desde o final do século XIX, impunha, aos "indígenas", armas "inferiores, de pouca resistência, quase inofensivas" e a obrigatoriedade de licença de porte das mesmas, a situação permanecia inalterável[483]. Por outro lado, este armamento, adquirido a troco dos lucros do comércio de borracha, agora em franco declínio, ditava que o estado de quase permanente sedição, motivando a consequente presença de um contingente avultado de soldados portugueses, obstasse aos planos de Norton para reduzir o peso do fator militar na colónia.

Diversas medidas buscaram estancar a proliferação: proibiu-se a "importação de armas, pólvora e munições", com exceção das reservadas à caça, destinando-se estas, de qualquer maneira, a europeus "com prévia licença do Governo-Geral"; proibiu-se o comércio destes artigos, sendo os comerciantes intimados a entregar as armas às autoridades; por último, concederam-se prazos, aos naturais de Angola, para que abandonassem as "para cima de 250.000 espingardas [que depois] foram apodrecendo nos depósitos"[484].

Todavia, o desarmamento não foi completo, conforme comprovam os levantamentos de 1913 e os de 1914, animados pelas investidas alemãs ao Sul de Angola[485], e era assim que António Augusto de Figueiredo, agente de uma série de empresas, endereçava uma carta a Norton de Matos, quando este sobraçava a pasta das Colónias, informando-o do estado de espírito dos comerciantes deste ramo. O diagnóstico traçado dava conta de resultados duvidosos no que tocava

---

483 Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 43.

484 Idem, ibidem, p. 44.

485 Cf. René Pélissier, *Histórias das Campanhas de Angola*, vol. I, pp. 295-320; vol. II, pp. 227-239.

à apreensão de equipamento bélico – "a situação da província é igual ou pior" –, pelo que não se justificava a continuidade da proibição nos moldes decretados por Norton. Em alternativa, propunha uma solução de compromisso, espécie de indemnização aos comerciantes pelos prejuízos causados pelo interdito, que assentava em "o Estado comprar tais produtos e quando achar oportunidade, para permitir a sua venda, promovê-la"[486]. Decerto que o diagnóstico continha em si alguma verdade, quando afirmava que apenas as espingardas mais antigas e potentes haviam sido entregues pelos "indígenas", mas indicava uma solução onerosa para o Estado, sem dúvida inspirada pelo estado de guerra em Angola, gerador de incertezas nas instâncias oficiais.

René Pélissier argumenta que a recolha das armas andou de par com a abertura de estradas, devendo estas beneficiar "a economia e, ao mesmo tempo, os deslocamentos de tropas"[487]. Neste campo, Norton de Matos dispunha de um conhecimento ainda mais alargado do que relativamente às "transformações" anteriores. Em Goa, enquanto diretor das Obras Públicas, procedera à reparação de estradas. Em Macau, lidara de próximo com a construção de um caminho de ferro ligando aquela cidade a Cantão. Compulsara diversa bibliografia que o habilitasse a arbitrar em conformidade a "Questão de Ambaca", ela própria uma longa pendência acerca das negociações com uma companhia ligada ao transporte ferroviário. A correspondência mantida com José Joaquim Machado, grande conhecedor destas questões, entre 1912 e 1914, versou, muitas vezes, as comunicações, aconselhando-o aquele general, logo em agosto do primeiro ano de Norton em Angola, a "concluir em 2 anos o caminho de ferro de Benguela que deve ser considerado como a espinha dorsal de Angola"[488], intento já

---

[486] Cf. *Carta de António Augusto de Figueiredo ao ministro das Colónias*, Norton de Matos, de 6/07/1915, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 70 – ABNM.

[487] René Pélissier, *Histórias das Campanhas de Angola*, vol. II, p. 233.

[488] *Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos*, de 26/08/1912, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 69 – ABNM, p. 4

perfilhado pela outra referência colonial de Norton, Henrique de Paiva Couceiro.

Certamente que as estradas, com um custo inferior, complementariam e aprofundariam, na província, a desejada rede começada a tecer com os ramais ferroviários, "cujas malhas não fossem tão grandes que me impedissem de observar pormenores essenciais"[489]. A sua construção e o investimento nas obras públicas foram, decerto, a imagem mais duradoura e simbólica dos dois consulados de Norton de Matos à frente de Angola. Tanto assim que Armindo Monteiro, em visita a Luanda, escrevia ao ministro das Colónias, Oliveira Salazar, em 1930, contando-lhe que "quando se passa por uma avenida com boas casas, por um edifício bem lançado, por uma rua bem calcetada e se pergunta – quem mandou fazer isto? – a resposta inevitável: o Norton"[490].

Cerca de 15.000 quilómetros foram construídos entre 1912 e 1915, quando, desde este último ano até 1921, ou seja, até ao regresso de Norton, somente 2.000 quilómetros ficaram concluídos. Ainda que as perturbações da guerra tenham seriamente influído na retração deste projeto ou que a estabilidade governativa em pouco se diferenciasse da que vingava na metrópole (Angola conheceria, durante esse período, 9 governadores, alguns dos quais interinos) o certo é que revelou uma tendência de fundo e uma falta de vontade e de meios para ampliar e completar a rede viária. Norton de Matos anotava que esta "ideia fixa durante os meus primeiros meses de Angola" permitir-lhe-ia "conhecer rapidamente o interior", a fim de melhor "cumprir a missão de que me encarregaram"[491]. De facto, no decorrer da sua jornada angolana, efetuou muitas viagens: em julho de 1912, esteve

---

489 José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 37.

490 Fernando Rosas, Júlia Leitão Barros e Pedro Aires de Oliveira (org.) *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política (1926-1955)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 33.

491 José Norton de Matos, *A Nação Una*, pp. 37-38.

no distrito de Lunda; em setembro, no Bailundo e em Benguela[492]; em dezembro, no Cazengo; em junho de 1913, visitou Cabinda; em novembro/dezembro, foi a vez de Huambo, Bié[493] e Benguela; em setembro e outubro visitou o sul de Angola e a Serra de Libemba.

> Partira, mal despontava o dia, depois de ter obrigado o governador de Benguela a reduzir a uma as cinco malas que queria levar consigo, quando a minha bagagem era apenas constituída pela lona enrolada dos meus trabalhos de campo na Índia. Viagem tormentosa. A poucos quilómetros do ponto de partida o carro onde íamos desfez-se em pedaços, tão podre que estava e tão mau era o caminho. Montei um dos cavalos de tiro e segui a corta mato guiado por um preto. Cheguei ao Bailundo, ao bater da meia-noite. No ano seguinte percorri, em pouco mais de uma hora de automóvel, a distância entre as duas povoações, pela estrada que, entre muitas, me deitei a construir[494].

Através de um esquema de linhas de penetração paralelas, transversais e complementares às três linhas férreas, pretendia-se ligar os centros urbanos e até estimular as potencialidades da rede fluvial[495], engendrando novos percursos comerciais e facilitando o estabelecimento de colonos nos planaltos. Foi no contexto da sua primeira grande viagem ao interior de Angola que Norton fundou, por decreto, a cidade do Huambo, a 8 de agosto de 1912, sendo a mesma inaugurada, solenemente, a 21 de setembro. O lugar "era o sertão a perder de vista", possuindo os restos do forte Cabral Moncada e de uma antiga missão católica, tendo o caminho de ferro de Benguela somente aí chegado há

---

492 Cf. "Governador-Geral", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 18/09/1912, N.º 25, pp. 1-2.

493 Cf. "Governador-Geral. Mensagem da Associação Comercial do Bié", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 3/12/1912, N.º 49, p. 2.

494 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 204.

495 Cf. Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, p. 78.

umas semanas a essa parte[496]. Norton, de acordo com o que escrevera, na *Revista Commercial e Industrial*, em 1911, determinou a não construção de "edificações indígenas", mas os arruamentos em traçado ortogonal, pelo que destinava a cidade, antes de mais, a colonos metropolitanos, como que a "meter uma lança" no planalto, passe a expressão. Conferiu, simultaneamente, um carácter nacionalizador à fundação da cidade, uma vez que o Huambo vinha sendo conhecido como Pauling Town, em virtude de chegarem, de Inglaterra, cartas dirigidas a "Mr. Pauling, ou a sua firma, o empreiteiro da construção do caminho de ferro", pelo que deu ordem para que toda a correspondência com este nome fosse devolvida[497].

Se, por vezes, se tem argumentado que Norton procurara criar uma capital alternativa a Luanda, pelo menos, mais tarde, este mostrou-se contrário, quer à transferência, quer à mudança do nome de Huambo para Nova Lisboa – por iniciativa do alto-comissário Vicente Ferreira –, designação que manteve até ao fim do período colonial, retomando depois o primitivo batismo. O próprio manifestou o intento de aí "edificar o palácio do Conselho Legislativo, o futuro parlamento de Angola", a fim de reunir dois a três meses por ano, mas mantendo as funções executivas em Luanda, pelo que a residência oficial do governador, quando das sessões legislativas, se situaria "no planalto, a algumas dezenas de quilómetros do Huambo". Do mesmo modo, expressou desagrado contra a alteração de nome, pois "compreende-se que haja uma nova York, uma nova Orleães; mas já se não compreenderia que a uma cidade nascente, francesa ou inglesa se chamasse novo Paris ou nova Londres"[498]. Neste caso específico, embora por razões diversas, a História pós-colonial de Angola acabaria por lhe dar razão.

---

496 Cf. José Norton de Matos, "Cidade do Huambo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 22/09/1938, p. 1.

497 Idem, "A Cidade de Huambo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 21/09/1952, pp. 1-2.

498 Idem, ibidem, pp. 1-2.

Das outras transformações de Angola

Estabelecendo a ligação dos principais portos da colónia com o interior, em meados de 1912, as três linhas férreas – de Luanda, que terminava em Malanje, de Benguela, que não chegava a atingir o Huambo, e de Moçâmedes, nas imediações de Vila Arriaga –, não cumpriam o desiderato essencial para completar a ocupação da colónia. Neste capítulo e chegado a este ponto, talvez mais do que em qualquer outra parte da sua obra colonial, Norton chamou a terreiro os antigos romanos, identificando a administração civil (primeira transformação), pacificação e integração dos conquistados/colonizados (segunda transformação) e a construção de vias de comunicação (terceira transformação), com as inovadoras práticas deste povo, até porque "lembro-me de ter dito várias vezes, que devíamos ter seguido o exemplo dos romanos na península Ibérica, atirando estradas por montes e vales"[499].

Foi no decorrer das negociações anglo-alemãs para a partilha das colónias portuguesas em África, entre rumores e fugas de informação, que Norton de Matos assumiu o cargo de governador-geral de Angola. Tanto as *Memórias*, quanto os seus artigos e livros, quer documentos confidenciais, como a carta endereçada ao ministro das Colónias, António Vicente Ferreira, de 10 de dezembro de 1923, na qual, perante as recentes "pretensões da Bélgica e da Holanda sobre os territórios de Angola", Norton reafirmava que, "diante de mim, em 1913, as tremendas cobiças alemãs" haviam condicionado "claramente todas as minhas atitudes políticas"[500]. De qualquer modo, foi, decerto, nas *Memórias*, que este argumento foi por si

[499] Idem, *A Nação Una*, p. 38.

[500] *Carta Confidencial de Norton de Matos ao ministro das Colónias, António Vicente Ferreira*, de 10/12/1912, in Pasta "Subsistema Alto-Comissariado em Angola" – ABNM.

mais consistentemente brandido, procurando justificar a muita contestada participação na frente europeia da Grande Guerra.

Aí destacou diversos episódios sintomáticos da degradação das relações luso-germânicas e viu-se a si próprio como o primeiro a percecioná-las, mas a usar de grande moderação e trato diplomático, de maneira a impedir uma escalada de provocações e contrarrespostas eivadas de agressividade: "talvez ninguém tivesse sentido em Portugal a tremenda guerra que se aproximava, como eu a senti naquele alto posto de observação, que foi o governo-geral de Angola". Desconfiando dos navios alemães que fundeavam na colónia, que lhe chegaram a solicitar o desembarque de militares para "utilizarem a carreira de tiro da cidade", Norton relatava, nas *Memórias*, que, no decorrer do jantar com o comandante e os oficiais da canhoeira que lhe fizera aquele pedido, julgara ofendidos os brios nacionais, devido ao facto de o comandante germânico não haver correspondido a um brinde de Norton de Matos. É certo que o comandante da canhoeira *Panther*, "célebre pelo gesto audacioso e brutal de Agadir", aportara em Luanda, apresentando, em nome do imperador, as suas desculpas pelo comportamento do outro oficial, mas, no entendimento do governador-geral, "já eram visitas demasiadas"[501].

Por outro lado, acentuava-se a campanha, na imprensa germânica, acerca das férteis regiões de Angola e da má gestão das mesmas. O sublinhar da questão laboral nunca esteve ausente, assim como a aparente apatia perante as instâncias internacionais, que advertiam contra os efeitos dizimadores da aguardente nos naturais. O consumo extremo de bebidas alcoólicas, de imediato associado ao "indígena", num exercício estereotípico antigo e comum, possuía, de facto, fundamento capaz de levar os governadores de Angola a agir no sentido da proibição. Paiva Couceiro e Manuel Maria Coelho, antecessores de Norton, chamaram "problema de xadrez" ao "espetáculo deplorável"

---

[501] José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, pp. 139-142.

das destilarias em Angola, alimentadas pelas companhias de açúcar, que produziam bebidas fermentadas de baixa qualidade, e cujo consumo excessivo, por parte dos povos colonizados, já havia sido denunciado em diversas conferências internacionais. Elemento perturbador da economia, pelo facto de o açúcar ser canalizado para a produção de melaço, em vez de nutrir o comércio sacarino, ao mesmo tempo que a aguardente daí resultante prejudicava o escoamento[502] dos "vinhos nacionais [metropolitanos]"[503], este álcool, a bem "da raça indígena, contra alastramentos de intoxicação alcoólica", deveria ser objeto de apertada vigilância[504]. Norton de Matos registava mesmo, em tom paternalista, que "o preto por uma garrafa de álcool dá tudo o que tem", deixando até de adquirir vestuário e fomentando, quer o "nudismo", quer o enfraquecimento da produção de panos[505].

Por conseguinte, verificados tais efeitos nefastos, em virtude do consumo desmesurado de um produto de reduzida qualidade, o fornecimento de bebidas alcoólicas aos indígenas seria, nas palavras de Norton, "a mais torpe exploração que se tem inventado" ou até "mil vezes mais repugnante do que a escravatura dos tempos antigos"[506]. Para si, "a desordem na vida social dos indígenas" em muito se fundava na persistência de um comércio que "enriquece em pouco tempo" quem a ele se dedica. E, neste capítulo, as suas medidas inspiraram-se na Lei de 27 de maio de 1911, sobretudo a Portaria Provincial de 26 de março de 1913. Saliente-se que a esta questão regressaria à ordem do dia, quando da segunda passagem de Norton por Angola, nos inícios dos anos vinte, com o Decreto N.º 33, de 27 de julho de 1921, e o Decreto N.º 52, de 19 de agosto de 1921, entre outros.

---

502 Cf. Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, p. 276.

503 Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 62.

504 Henrique de Paiva Couceiro, *Angola (Dois Anos de Governo junho 1907-Junho de 1909)*, pp. 276-280.

505 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 194.

506 Idem, ibidem, vol. II, p. 194.

Em outubro de 1914, o *Jornal de Benguela*, em nome dos produtores lesados, denunciava o "sentimentalismo pelo preto" como origem das leis que vinham exterminando a "única indústria viável" da colónia. Não fazendo juízos de valor acerca do consumo excessivo de álcool, uma vez que "outras mixórdias há que o negro usa, que lhe são mais nocivas do que a nossa aguardente", o articulista exigia uma lei de remedeio, uma compensação para as perdas havidas[507].

Encarado como uma doença, o excessivo consumo alcoólico não chegou a ser integrado na "transformação de Angola" referente à saúde. Com efeito, a "assistência aos indígenas", no intuito de uma mais cuidadosa "higiene e melhoria das condições da vida", foi, desde sempre, uma das maiores bandeiras do colonialismo luso, pelo menos do ponto de vista da propaganda. Basta atentar nas amplas estruturas sanitárias montadas em torno das roças são-tomenses, as quais, procurando assegurar o pronto auxílio aos contratados, eram, também, internacionalmente divulgadas, a fim de contrariar as permanentes acusações de escravatura dirigidas aos portugueses. Ou considerar a precocidade do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, fundado em 1902, "cujos profissionais estiveram na linha da frente da investigação das grandes endemias tropicais"[508], sem omitir o famoso I Congresso Internacional de Medicina Tropical, realizado em 1923, sobre o qual Norton, grande anfitrião, tantos textos redigiu e pelo qual tantas acusações de despesismo recebeu, apesar de considerar que "foram dias felizes da minha vida os que esse congresso me proporcionou"[509].

---

507 Cf. Francisco Cipriano Pio, "Clamores do Sertão. Carta aberta ao ex.mo Governador Geral", in *Jornal de Benguela*. Benguela: 5/02/1913, N.º 6, p. 5.

508 http://www.ihmt.unl.pt/?page=ihmt&subpage=o-ihmt [consulta efetuada a 12 de abril de 2015].

509 José Norton de Matos "Congresso de medicina tropical", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 22/04/1952, Ano 84.º, N.º 111, p. 1.

Em Angola, em 1909, altura em que Paiva Couceiro era governador-geral, os serviços médicos dependiam, em grande medida, dos quadros clínicos do exército, profissionais particulares e algumas dezenas de enfermeiros distribuídos pelo hospital provincial, pelos cinco hospitais distritais e as treze enfermarias[510]. Para este antigo companheiro de Mouzinho de Albuquerque, a varíola, a doença do sono e o paludismo "aparecem-nos como as causas mais temerosas de despovoamentos", pelo que algumas secções de vacinação foram ativadas para prevenir o surgimento do primeiro daqueles flagelos, assim como se envidaram esforços para a criação de escolas de enfermeiros nativos. Outras ações concretas, como drenagens de pântanos e isolamento de indivíduos infetados pela doença do sono, não chegaram a concretizar-se, ainda segundo Paiva Couceiro, em virtude de demoras burocráticas[511].

Ao tempo de Norton de Matos, a situação em pouco se modificara, pelo que este, após auscultar a população, viria a concluir que os "indígenas", sem acesso a cuidados de saúde, "naturalmente lá vão vivendo". Dizimados pela alta taxa de mortalidade infantil, pela "falta de cuidado das parturientes" e pela "alimentação mal preparada e as cubatas sem condições higiénicas", segundo o governador-geral, outros fatores, como "os médicos indígenas, os feiticeiros, as drogas inebriantes, o álcool" e, decerto, alguma relutância dos médicos europeus em "anunciar horas de consulta para pretos", potenciavam as deficitárias condições sanitárias dos colonizados. Damas Mora, um médico citado por Norton nas *Memórias*, não escondia que os seus colegas de ofício em Angola, e "o mesmo sucedia em todas as colónias africanas", apenas assistiam tropas em campanha, estendendo esses cuidados

---

510 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 77.

511 Henrique de Paiva Couceiro, *Angola (Dois Anos de Governo junho 1907-Junho de 1909)*, pp. 290-292.

"aos funcionários e colonos europeus, mais ao seu pessoal doméstico", tendendo a ignorar os habitantes locais[512].

Se o N.º 25 do Artigo 15.º da famosa Portaria N.º 375, de 17 de abril de 1913, ditava aos administradores das circunscrições civis o "tomar de medidas que julgue indispensáveis à higiene pública e particular", a Portaria N.º 406, de 27 de março de 1914, totalmente consagrada à questão, foi o "diploma que melhor subscreveu o pensamento de Norton, sobre a matéria"[513], precisando ações muito concretas de inspeções periódicas às povoações, através da constituição de brigadas de saneamento local e de postos de assistência.

No que respeita à educação e instrução, também Norton adquirira alguma experiência na Índia, por ter integrado comissões para remodelar o ensino primário e o ensino profissional, assim como ter organizado e lecionado cursos de agrimensura, nos quais diversas disciplinas foram ministradas a alunos deveras heteróclitos. Porém, o caso de Angola em muito diferia do indiano, onde mais de 99% da população não possuía quaisquer rudimentos de leitura e escrita. O número de docentes primários, calculado em 14, era, obviamente, escasso. O orçamento destinado à província vinha de há muito seguindo esta tendência, pelo que, no geral, apenas os filhos dos funcionários portugueses de comerciantes e de alguns colonos tinham oportunidade de ingressar no ensino[514]. Tal não deve estranhar numa metrópole tão marcada pelo analfabetismo. Segundo Norton, que voltava a não ocultar a sua desconfiança acerca dos mestiços e das benesses de um sistema de ensino mais completo:

---

512 Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, pp. 204-207.

513 Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 78.

514 Cf. idem, ibidem, pp. 81-82.

> A grande massa dos pretos quase completamente fechados pelas trevas de civilizações primitivas; um número limitado de pretos e mestiços, com uma rudimentar instrução, que apenas servia para os tirar da sua civilização sem os introduzir na nossa, e para formar homens sem carácter; um grupo cada vez maior, também, de pretos e mestiços, dignos de toda a nossa consideração e elevando-se, graças quase exclusivamente ao seu esforço e vencendo mal entendidas oposições, ao nível da nossa civilização[515].

Havendo aumentado o orçamento, logrando septuplicar o efetivo de professores, Norton mostrou-se favorável à "aprendizagem da língua portuguesa e à substituição total por ela de todas as línguas indígenas"[516]. Também o Regulamento das Circunscrições Civis, de abril de 1913, segundo o N.º 26.º do Artigo 15.º, num convite à participação ativa dos administradores, consignava que estes deveriam "propor ao governador de distrito as medidas que julgue[m] necessárias para a instrução dos habitantes da sua circunscrição, tendo principalmente em vista a instrução profissional, agrícola e industrial dos indígenas"[517]. Fiel ao ideário colonial já expresso nos jornais de Lisboa, nos anos anteriores, o governador-geral mantinha a "oposição à abertura de qualquer ensino superior ou universitário na Província", advogando "a maior insistência no ensino profissional"[518]. Neste particular, não mudou de opinião até ao final da vida, insistindo na aprendizagem exclusiva da língua do colonizador[519] e na importância do ensino primário e técnico. Promoveu, contudo, de modo limitado,

---

515 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 220.

516 Idem, *A Nação Una*, p. 93.

517 Idem, *África Nossa*, p. 180.

518 Idem, *A Nação Una*, p. 91.

519 Cf. idem, "Assimilação pela instrução em Angola e Moçambique VIII", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: Porto, 29/07/1952, Ano 84.º, N.º 207, p. 1.

talvez mais por opção ideológica do que míngua de verba, o ensino secundário, o qual viria a ser ministrado na Escola Primária Superior da Huíla, após a aprovação do regulamento e do programa, em 1922.

A criação das *Escolas Rita Norton de Matos*, por diploma de 3 de outubro de 1912, destinadas ao sexo feminino, em todos os distritos, constituiu a medida mais visionária da primeira estada em Angola. Consciente do lugar da mulher no universo local, pois "nunca a influência do homem educado nas escolas profissionais, poderá na vida de família, na evolução social, que temos em vista, aproximar-se sequer da da mulher", as escolas batizadas com o nome da sua filha pretendiam reform(ul)ar a sociedade a partir de noções simples de trabalho doméstico, higiene, "de decência e de moralidade"[520]. Tarefa educativa resumida na fórmula, "ensino de trabalho de agulha e de economia doméstica", a atividade dessas escolas, funcionando em regime de semi-internato, seria assegurada pelas alunas, as quais procederiam a "todo o trabalho doméstico interno". Espécie de escola para a vida do quotidiano familiar, estas instituições ensinariam a falar, ler e escrever, as quatro operações aritméticas, as medidas e os pesos. Algumas noções da História de Portugal, no intuito de vincar os "benefícios da colonização portuguesa", completariam o currículo.

Em suma, demandando convencer as populações da legitimidade do colonizador, Norton reservava às crianças e raparigas, "transformadas em mulheres, de uma civilização e moralidade superior", o papel de agentes de mudança, em virtude de, quando do regresso ao lar, harmonizar os seus hábitos e rotinas com as "nossas leis, religião e costume", através de uma assimilação lenta, controlada e dirigida de raiz pelas autoridades[521]. No entanto, apenas uma destas escolas viu, efetivamente, a luz do dia, pelo que as medidas de maior alcance apenas surgiriam na segunda passagem de Norton por Angola, onde,

---

520 Cf. idem, *A Nação Una*, pp. 94-95.

521 Cf. idem, ibidem, p. 226.

a título de exemplo, apenas em 1922, fez publicar "29 diplomas com esse fim"[522]. Quer multiplicando o orçamento disponível, quer aumentando o pessoal docente, caso da *Escola Rita Norton de Matos*, quer fundando e subsidiando várias escolas primárias de carácter misto, um pouco por toda a província, quer começando a distinguir a instrução a ministrar a "assimilados" e a "indígenas". De forma a dinamizar o processo, o professorado seria recrutado entre os filhos dos "assimilados", que frequentariam cursos na metrópole, a fim de absorver a cultura europeia durante largos anos.

De efeitos mais duradouros veio a ser a iniciativa das *Escolas-Oficinas*, versão alargada a ambos os sexos das *Escolas Rita Norton de Matos*. Tratava-se, como em todos os casos, de um sistema de ensino não obrigatório, a despeito de a lei determinar a existência de uma escola deste tipo em cada uma das circunscrições. Ao invés das escolas mistas, destinavam-se a não europeus e não assimilados. Com o objetivo de "prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e carácter das populações indígenas, disseminando o ensino de profissões manuais, de educação moral e de língua portuguesa", enquanto etapas "na evolução para uma civilização mais perfeita", estes estabelecimentos de ensino previam uma modalidade de semi-internato ou, mais esporadicamente, de asilo, separando os dois sexos. Os programas, regra geral, continuavam a manter o dispositivo das *Escolas Rita Norton de Matos*, ministrando, a rapazes e raparigas, "instrução literária em grau primário elementar" e "educação moral e cultura física". A instrução literária consistiria na aprendizagem da leitura e da escrita, no conhecimento das operações aritméticas e do sistema métrico, algumas noções de desenho linear e geometria e de teoria profissional[523].

---

[522] Cf. idem, ibidem, p. 227. Cf. idem, *Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (janeiro a dezembro de 1922)*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1923, pp. 43-44.

[523] Cf. Idem, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, pp. 229-230.

Se as raparigas, como antes, deveriam ser instruídas nos "mesteres caseiros" e nos cuidados de higiene, tanto mais necessários quanto a taxa de mortalidade infantil era altíssima, os rapazes familiarizar-se-iam nas ferramentas e manuais elementares, "que revelem a sua vocação para uma profissão", na marcenaria, na carpintaria, na alfaiataria, na serralharia e na olaria[524]. Quanto às competências a desenvolver, em ambos os casos, privilegiar-se-iam a atenção, a paciência e o interesse e a estima pelo trabalho, a fim de suscitar a "abnegação e propensão para o altruísmo, sinceridade, ordem e disciplina", procurando-se "conservar-lhes as boas qualidades da sua raça"[525].

Nesta passagem, a qual Norton sublinhava com particular ênfase nas suas *Memórias*, percebe-se toda uma visão do mundo, plasmada na ideia de assimilação do colonizado à cultura europeia. Salvaguardando-se o melhor do Outro, segmentado num complexo de "raças" e qualidades inatas e distintas, haveria que o iniciar, passo a passo, na "civilização", imbuindo-o de "virtudes" tidas por portuguesas e ocidentais. Lícito é vislumbrar – na tentativa de desenvolver o altruísmo, a sinceridade, a honestidade, a ordem e a disciplina –, a crença de que o futuro "novo indígena" somente possuiria, em grau reduzido, cada um destes atributos. Esta educação do trabalho encaminharia, pois, as jovens para tarefas domésticas, começando estas a doutrinar as mulheres mais velhas e as próprias filhas, antes da sua entrada na escola. Os rapazes, instruídos em ofícios diversos, acompanhariam o desenvolvimento industrial da colónia, podendo integrar a futura mão de obra do território, pois, segundo Norton, "da agricultura sairia a indústria; o aumento da produção agrícola conduziria à produção industrial, aumentaria e fortaleceria

---

524 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 241.

525 Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 99.

o comércio"[526]. Ou, num princípio claro, expressado em 1926: "pondo a educação acima da instrução literária"[527].

Neste cenário, cumpre assinalar o papel civilizacional desempenhado pelas missões católicas, protestantes e laicas. E, neste capítulo, Norton, atenuado o seu anticlericalismo em face da complementaridade escolar e civilizacional dispensada pelas missões, julgou por bem mantê-las ativas, contrariando a opinião generalizada de alguns setores de Angola, que nele viam uma mera extensão do radicalismo religioso do Partido Democrático. Julgando essencial a sua presença no território, ao defender "a liberdade evangelizadora dos missionários cristãos", não obstante chamar ao Estado, "cuja alta administração me pertencia [em Angola]", o papel de fiscalizador da "atividade de todos os organismos da província", Norton não hostilizou em demasia as missões católicas, até porque estas, desde há largos anos, "civilizariam" ao mesmo tempo que cristianizavam, sem "desnacionalizar"[528].

Em relação às missões protestantes, por natureza estrangeiras, agiu com maior prudência, guardando a ideia de nelas, apesar das excelentes condições, não "me ter sido possível trocar quer com os mestres quer com os discípulos uma única palavra de português"[529]. Curiosamente, o derradeiro artigo que escreveu para *O Primeiro de Janeiro*, na primavera de 1954, a escassos oito meses da sua morte, voltava a pôr na ordem do dia a questão do ensino da língua nacional, mostrando-se intransigente quanto à aprendizagem das "línguas dos indígenas" ou da língua dos missionários[530]. À distância de muitas décadas, evocou os tempos de Angola "terra de ninguém", em que essas missões, não raras vezes, dissimulavam intentos

---

526 Idem, ibidem, p. 75.

527 Idem, *A Província de Angola*, p. 229.

528 Idem, *A Nação Una*, p. 101.

529 Idem, "Missões Estrangeiras", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29/08/1934, p. 1.

530 Idem, "O ensino no Ultramar e as missões cristãs não católicas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 4/05/1954, p. 1.

expansionistas de outras potências, agitavam revoltas locais ou, enquanto vozes independentes do governador-geral e do Terreiro do Paço, denunciavam situações de abuso cometidos sobre os "indígenas". Daí que o Decreto N.º 77, por si promulgado em 1921, advertisse quanto à possibilidade de uma missão religiosa poder tornar-se "nociva aos interesses da Soberania Nacional e à ordem e à segurança pública"[531], quando o Decreto N.º 85, relativo às missões laicas, fosse omisso neste particular. Como referia o deputado socialista Ladislau Batalha, pouco antes da partida de Norton para Angola, em março de 1921: "refiro-me às missões civilizadoras. É indispensável reconhecer que o missionismo é a melhor forma de poder a colónia nacionalizar-se e poder defender-se das cobiças alheias"[532].

Nos inícios da Primeira República, verificada a incapacidade de, no imediato, substituir as missões religiosas, pese embora a legislação que, em 1913, alargava, às colónias, a *Lei de Separação do Estado das Igrejas*, foi introduzido o conceito de Missões Civilizadoras ou Laicas, de inegável pendor secular. Na verdade, já a *Lei de Separação*, no seu Artigo 189.º, prescrevia que o governo empreendesse a reforma do Colégio das Missões Ultramarinas, situado em Cernache do Bom Jardim, de modo a que "a propaganda civilizadora nas colónias portuguesas, que haja de ser ainda feita por ministros da religião, se confie exclusivamente ao clero secular português, especialmente preparado para esse fim em institutos do Estado". Fundado pelo futuro rei de Portugal, D. João VI, em 10 de março de 1791, o Colégio das Missões Ultramarinas para formar clero para as igrejas do Priorado do Crato, operava na dependência do Ministério das Colónias, preparando pessoal missionário para os territórios ultramarinos do Padroado. O corte formal de relações diplomáticas com a Santa Sé,

---

531 José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 106.

532 Intervenção Ladislau Batalha, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15/03/1921, p. 19.

a 10 de julho de 1913, infletiu a relativa tolerância da Republica pelas missões, apesar de o impacto real ter sido mínimo[533]. Tão-só em 1917, o Instituto das Missões Civilizadoras Laicas, antigo Colégio das Missões Ultramarinas, começou a funcionar e, apenas em 1920, partiram de Lisboa, com destino a Luanda e a Lourenço Marques, as primeiras missões laicas, crismadas com nomes colhidos no martirológio republicano, como "Cândido dos Reis" e "Miguel Bombarda"[534].

Abílio Marçal, antigo correligionário da dissidência progressista, que aderira ao Partido Democrático, foi o grande animador da iniciativa[535]. O *Boletim das Missões Civilizadoras* que dirigiu, publicado entre 1920 e 1925, num total de 24 números, espelhou as ambiguidades do projeto. Por exemplo, no segundo número da publicação, a um artigo exaltador da obra de Afonso Costa seguiam-se rubricas elogiosas de clérigos missionários. Do mesmo modo que estas missões, imbuídas dos valores republicanos da filantropia e da fraternidade, não deixaram de decalcar o modelo das congéneres religiosas. O programa do boletim, ao declarar que "religiosas ou laicas, contemplativas ou trabalhadoras, todas elas se destinam à civilização das raças africanas", apontava o verdadeiro problema: "o perigo da desnacionalização das colónias"[536].

Norton de Matos, n'*O Primeiro de Janeiro*, recordando a sua experiência e os "ataques que vejo fazer às missões laicas", ilustrava a sua asserção com uma citação de um decreto da sua autoria: "nas áreas onde exista uma missão religiosa não serão criadas missões laicas"[537]. O decreto em questão, após legislação anterior reconhecer a existência e a "forma como devem estabelecer-se" – em 1922, criavam-se quatro

---

533 Cf. Pedro Marçal de Vaz Pereira, *As Missões Laicas em África na 1.ª República em Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 2013, 2 vols.

534 Cf. Teixeira Marcelino, *As Missões Laicas*. Porto: Imprensa Moderna, 1933.

535 Cf. "As missões civilizadoras – entrevista a Abílio Marçal", in *O Século*. Lisboa: 14/01/1921, p. 3.

536 Oliveira Gomes, "*Boletim das Missões Civilizadoras* – Apresentação. O seu Programa", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: 04/1920, p. 4.

537 José Norton de Matos, "Missões Laicas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 25/08/1934, p. 1.

núcleos –, determinava "tantas missões laicas quanto as suas circunscrições administrativas". Sugeria que os "agentes de civilização" tivessem família constituída e que, de preferência, se "fizessem acompanhar pelas esposas", numa evidente tentativa de prevenir situações de "mancebia com mulher de cor" e eventual descendência. Concedia-lhes a gestão das *Escolas-Oficinas*, a fim de "espalhar a civilização portuguesa, prestigiar a Pátria e assimilar as populações indígenas". Obrigava a prestar assistência médica aos "indígenas" da região e a incutir-lhes hábitos de "limpeza, higiene e decência", vulgarizando a língua portuguesa sob um lema camoniano – uma da missões comportava o nome do autor d'*Os Lusíadas* – de "Glória vã não pretende, nem dinheiro"[538].

Nas cartas remetidas à metrópole pelos "agentes de civilização" e regularmente publicadas no boletim, assim como nos artigos mais tardios de Abílio Marçal, falecido em 1925, época em que o declínio das missões laicas era por demais evidente, transpareciam alguns sinais dos "nossos exíguos recursos" – um professor para 91 alunos – e de que "estamos a gastar nas missões os nossos pobres ordenados [e] não nos dão dotação para a sucursal"[539].

Porque, em última instância, as missões laicas tinham começado a funcionar em contraciclo. Após a experiência traumática da Primeira Guerra Mundial, a mitificação em torno de Sidónio Pais e as ditas aparições de Fátima, o fator religioso havia subido de importância, com as relações com a Santa Sé a serem reatadas a 10 de julho de 1918. Minimizado o seu potencial de oposição à Igreja, com o correr dos anos, as dificuldades financeiras e a escassez de apoio estatal e local às missões laicas haviam-se agudizando, fazendo perigar a sua existência. Norton, que acreditara na iniciativa, reconhecia, em meados dos anos trinta, que

---

538 Cf. José Norton de Matos, *Nação Una*, pp. 99-100.

539 Ermelinda Teixeira de Oliveira, "Da Missão 'Pátria – Zavala, 27 de abril de 1923'", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: 01/1923, N.º 18, p. 29.

"sei que se tem pretendido ridicularizar esta originalidade em legislar", ou seja, dotar as missões laicas com a mencionada divisa camoniana, "mas deixem-me ir para a cova envolvido neste ridículo"[540]. Todavia, o desencanto foi recíproco, com o *Boletim das Missões Civilizadoras* a saudar a sua nomeação para a embaixada londrina, em 1924, com reservas:

> Mas as nossas felicitações não são incondicionais: vão um pouco veladas de mágoa – a de o ver deixar, porventura precipitada e inoportunamente, o Alto-Comissário de Angola. O sr. Norton de Matos estava realizando ali uma grande obra, que não devia ter solução de continuidade: esboçou um plano de larga transformação que só ele bem podia e devia realizar[541].

A última das "transformações" preconizadas assentaria na "vida de família e [n]o conforto dos europeus", através da melhoria da "habitações, transportes, comunicações, segurança e ordem públicas". Condição essencial para aumentar o fluxo de colonos chegados da metrópole, tais disposições contrariariam, por outro lado, certa tendência à "cafrealização", modo de vida assaz deplorado no discurso dos colonialistas do tempo. Em boa verdade, se as outras "transformações", mau grado as críticas e os obstáculos, lograram modificar a face da província, sem, contudo, alterar, de modo profundo e duradouro, a essência, já os projetos de colonização não alcançaram idêntica concretização. Talvez porque fosse necessário mais tempo e um financiamento maior.

Partindo para a metrópole, em abril de 1914, Norton buscou convencer os seus correligionários e o parlamento da necessidade do "capital estrangeiro", havendo que "recebê-lo de braços abertos, mas conservando sempre a nossa posição de donos da casa". Servia essa

---

540 José Norton de Matos, "Missões Laicas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 25/08/1934, p. 1.

541 "Norton de Matos", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: 05-08/1924, N.º 20, p. 15.

asserção para justificar o facto de, no decorrer do seu consulado, os capitais estrangeiros terem aumentado, pelo que importava estabelecer colonos portugueses que barrassem quaisquer veleidades "desnacionalizadoras", através da "ocupação militar e civil, uma polícia bem organizada" e de "correios, telégrafos, escolas e hospitais e os principais caminhos de ferro nas nossas mãos"[542]. Excluídas deste manancial, apenas algumas missões, já devidamente vigiadas e acauteladas pela administração local.

Começada a guerra na Europa, no verão de 1914, a metrópole despachou duas forças expedicionárias para Angola e Moçambique. A primeira era comandada por Alves Roçadas, enquanto a segunda respondia perante Massano de Amorim. Diversos incidentes fronteiriços, no Sul de Angola, culminaram no Massacre de Cuangar, perpetrado por um destacamento germânico a 30 de outubro, vindo do Sudoeste Alemão, e no Combate de Naulila[543], a 18 de dezembro, tendo Alves Roçadas, derrotado, retrocedido para Norte, com numerosas baixas, entre oficiais, soldados e "indígenas". Entrementes, descobrira-se que alguns colonos alemães radicados em Angola desempenhavam atividades de espionagem[544]. A população nativa da Huila, animada pela derrota portuguesa, rebelou-se contra o colonizador, suscitando o envio de outra força expedicionária, sob o comando do general Pereira de Eça, em março do ano seguinte. Em julho, o Sudoeste Alemão rendia-se ao general Botha, comandante-em-chefe do exército da União Sul Africana. Norton, que pedira a demissão de governador-geral, a 4 de fevereiro de 1915, alegando falta de confiança por parte do governo de Pimenta de Castro, que iria governar em ditadura, regressou a Portugal.

---

542 José Norton de Matos, *A Situação Financeira e Económica da Província de Angola*, p. 34.

543 Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, pp. 413-420.

544 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 25.

VII
O Alto-Comissário

Mutações da República

Na metrópole, a situação política vinha-se agudizando desde finais de 1913. Não obstante a contenção do défice orçamental e do equilíbrio das contas públicas, levada a cabo pelo primeiro governo de Afonso Costa (janeiro de 1913 a fevereiro de 1914), a contestação operária, duramente reprimida, sob o pano de fundo da oposição conservadora e dos setores católicos, vinham alienando as bases do poder dos democráticos. Os unionistas, que apoiavam o governo, retiraram-lhe o seu apoio, pelo que Afonso Costa apresentou a demissão. O presidente da República, Manuel de Arriaga, ainda atuou, sem êxito, no sentido de criar uma solução governativa conciliatória extrapartidária, após auscultar o chefe de governo. Emergiu, assim, novo governo democrático, liderado por Bernardino Machado, que, entre fevereiro e dezembro de 1914, procurou, também sem sucesso, a via da "acalmação" entre os setores desavindos da sociedade portuguesa[545].

O início da Grande Guerra, no verão de 1914, e as investidas alemãs às colónias portuguesas dividiram ainda mais os partidos e os cidadãos, com o país a manter-se neutral. A defesa do património ultramarino tornava-se premente, não apenas pela ofensiva germânica, mas porque,

[545] Cf. Fernando Pimenta, *Portugal e o Século xx*, pp. 37-38.

em face das anteriores tentativas de entendimento anglo-alemão à custa de Angola e Moçambique, estes territórios poderiam vir a servir de moeda de troca e apaziguamento. Acresciam razões de reconhecimento do regime e, da parte da geração que vivenciara o Ultimato Inglês, o desejo de afirmação e de autonomia perante o antigo aliado. Enquanto os democráticos anuíam, no geral, a uma intervenção a favor dos aliados, constituindo o "Partido da Guerra", os evolucionistas, não excluindo a guerra, mostravam-se mais cautelosos, pronunciando-se os unionistas por um reforço militar em África, único palco bélico para onde o país deveria canalizar esforços.

As tentativas de formar uma "União Sagrada" permearam a queda do governo de Bernardino Machado e o curto consulado de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho (dezembro de 1914 a janeiro de 1915) e, em breve, deram lugar a uma situação mais complexa, quando o denominado "Movimento das Espadas", um protesto de oficiais levado a cabo "entre 20 e 22 de janeiro, contra uma transferência de um seu camarada, alegadamente por motivos políticos"[546], conduziu Manuel de Arriaga a precipitar a queda do executivo. Após a apresentação do pedido de demissão do governo de Azevedo Coutinho, o chefe de Estado encarregou o general Joaquim Pereira Pimenta de Castro da formação de um novo ministério, o qual governou em ditadura, por impedir o funcionamento do Congresso da República e por imiscuir-se na atividade legislativa[547].

Embarcado a 9 de março, Norton de Matos participaria na conspiração democrática que derrubou o governo de Pimenta de Castro, a 14 de maio: "foi este papel de preparar o meio revolucionário que principalmente desempenhei durante o mês e meio que se seguiu ao meu regresso de Angola", falando "individualmente, em pequenos

---

[546] Cf. João B. Serra, "A evolução política (1910-1917)", in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009, p. 116.

[547] Bruno Navarro, *Governo de Pimenta de Castro*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.

grupos e em maiores reuniões à porta fechada [...] tanto em Lisboa, como em mais pontos do país" e contando-lhes da "tristeza do que se passara e estava passando em Angola e Moçambique"[548].

A revolta que estalou em Lisboa contra a "afrontosa ditadura"[549], apesar de retumbante, não deixou de revelar-se deveras violenta, saldando-se em centenas de mortos e feridos. A desproporção de forças ditou a demissão do executivo e a consequente resignação do presidente da República. A Junta Revolucionária, organizada dias antes do golpe e constituída quase exclusivamente por militares (Álvaro de Castro, Freitas Ribeiro, Sá Cardoso, Leote do Rego, Norton de Matos e o civil António Maria da Silva), impôs um novo ministério (interino), que acabaria por ser presidido por José de Castro, vice-grão-mestre da maçonaria, após João Chagas, vítima de um atentado, não ter chegado a tomar posse do cargo. A proclamação ao país justificava a revolta em nome do interesse nacional, por julgar indignas de um governo republicano as "facilidades dadas aos monárquicos[550]", e por reivindicar uma atuação mais consistente perante o conflito que deflagrara no ano transato.

A presença de Norton, ex-governador-geral de um território que, sem uma declaração formal de guerra, experienciava já operações militares de relativa envergadura, reforçou o bloco daqueles que apoiavam o envolvimento luso nas "trincheiras da Flandres". Nomeado chefe da Repartição do Gabinete do ministro da Guerra, a 18 de maio, seria exonerado um mês depois, tornando-se ministro das Colónias a 19 de junho de 1915, durante o segundo governo de José de Castro, formado após a vitória eleitoral dos democráticos, de 13 de junho. Afonso Costa manteve-se afastado e, após um grave acidente nos

---

548 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. III, p. 102.

549 Pimenta de Castro: *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*. Weimar: Imp. Wagner G. Humbold, 1915.

550 José Norton, *Norton de Matos*, p. 221.

alvores de julho, permaneceria em convalescença largos meses, antes de assumir a presidência do seu segundo governo, em novembro, apenas com ministros democráticos.

Norton de Matos apenas desempenharia as funções de titular da pasta das Colónias durante escassas semanas. Não imprimiu, por isso, qualquer marca pessoal na gestão dos negócios ultramarinos, ainda que, neste capítulo, nenhum titular da pasta, à semelhança da relativa efemeridade dos governos da Primeira República, tenha subsistido por muito, exceção feita a Alfredo Rodrigues Gaspar. De qualquer modo, mesmo este militar da armada, que chegou a desempenhar as funções de chefe de governo em 1924, ficou a dever os cerca de 36 meses enquanto ministro das Colónias a um total acumulado, e não continuado, repartido por seis gabinetes. Veja-se que após substituir Norton de Matos, em junho de 1915, transitando para o governo seguinte, de Afonso Costa, entre novembro desse ano e março de 1916, e regressando no governo de Sá Cardoso, entre junho de 1919 e janeiro de 1920, foi nos três governos de António Maria da Silva, entre fevereiro de 1922 e novembro de 1923, que Alfredo Rodrigues Gaspar deteve por mais tempo a titularidade da pasta das Colónias[551]. Entre 1920 e 1921, ano em que Norton de Matos assumiria o alto-comissariado de Angola, houve mesmo doze ministros[552].

Felicitado pela nomeação para a pasta das Colónias, devido às "distintas qualidades [...] da sua superior inteligência"[553], numa missiva de Adolfo Ramiro Sócrates Fernandes, "sincero admirador e antigo subordinado" dos tempos da Índia, Norton recebeu, também, de velhos conhecidos de Goa, um grupo de 12 empregados dos Correios da Índia, uma carta reivindicando um aumento salarial, por terem

---

551 Cf. Maria Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. II, pp. 83-87.

552 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 124.

553 *Carta de Adolfo Ramiro Sócrates Fernandes ao ministro das Colónias, Norton de Matos, (não datada, de maio/junho de 1912)*, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 70 – ABNM.

"sido beneficiados durante este período os empregados de vários outros quadros desta Província", quando as suas famílias "têm atualmente a única e triste perspetiva da miséria e da fome"[554]. Por seu turno, António Augusto de Figueiredo, agente de uma série de empresas, requeria, ao titular da "pasta de maior responsabilidade e de mais largo futuro para a pátria", a resolução de uma série de dificuldades, que versavam o comércio, a "ocupação efetiva" do território, os serviços aduaneiros e a mencionada questão da interdição da "pólvora e das armas"[555].

Como seria de esperar, a maior parte da correspondência chegou às mãos do ministro, quando este já não sobraçava a pasta das Colónias. Neste âmbito, somente algumas leis foram elaborados pelo seu gabinete. Por exemplo, o decreto modificando o regulamento do ensino primário do território sob a administração da Companhia de Moçambique[556] ou o decreto "autorizando a Companhia da Roça da Aliança a conservar por mais de dez anos as propriedades que possui na Ilha de S. Tomé"[557]. Em todo o caso, como que prenunciando o envolvimento de Portugal na Grande Guerra, para o qual Norton foi uma das vozes mais sonantes, um decreto e uma lei da sua autoria determinavam a abertura de um crédito extraordinário de 1.350.000$ para despesas com tropas expedicionárias à colónia de Angola".

A este propósito, ainda, na sessão parlamentar de 7 de julho, anunciava à câmara, "com o maior prazer", pois "sou eu que mais perto estava desses portugueses, quando se deu o deplorável combate de Naulila"[558], a libertação dos soldados feitos prisioneiros pelos alemães no rescaldo do combate. De resto, a maior parte das suas intervenções,

---

554 *Carta dos Empregados dos Correios da Índia ao ministro das Colónias, Norton de Matos*, 24/06/1915, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 70 – ABNM.

555 Cf. *Carta de António Augusto de Figueiredo ao ministro das Colónias, Norton de Matos*, de 6/07/1915, in Pasta "Correspondência 1911-1916", Caixa 70 – ABNM.

556 "Decreto N.º 1.719", de *Diário do Governo*. Lisboa: 7/07/1915, I.ª série, N.º 129, p. 603.

557 "Decreto N.º 1.761", *Diário do Governo*. Lisboa: 21/07/1915, I.ª série, N.º 141, pp. 645-646.

558 Intervenção do ministro das Colónias José Norton de Matos, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14/07/1915, p. 11.

tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado da República, acabaram por versar a cada vez maior tensão e o estado latente de guerra entre Portugal e Alemanha, em África. Na sessão de 14 de julho, respondendo a uma interpelação na Câmara dos Deputados, explicitava de que forma as medidas no território por si governado nos últimos anos teriam evitado males maiores. Começando por absolver os nativos das sublevações, porquanto "nós temos cometido em Angola muitos erros sob o ponto de vista da administração colonial", tendo a invasão alemã despertado "antigos antagonismos", "insubmissões" e "faltas de reconhecimento pela nossa soberania", Norton culpava a ausência de "proteção aos indígenas, à política indígena sob todos os aspetos"[559]. Justificando a sua obra, continuadora da de Manuel Maria Coelho, Norton pronunciava-se pela prossecução, em termos de desarmamento da província e de reformas profundas no trato com o "indígena":

> Na verdade, a ocupação da nossa província de Angola ainda não assentou até hoje em bases sólidas e racionais. [...] A submissão do gentio foi apenas aparente, porquanto não se fazendo pesar sobre ele uma administração bondosa sim, mas forte e intransigente em tudo o que dissesse respeito à nossa soberania, deixando-o continuar armado, inteiramente livre e sem qualquer sujeição às nossas leis e às nossas autoridades, tudo ficou, com pouca diferença, na mesma. Foi como se se tivesse concedido um armistício que o gentio se apressava a romper na primeira ocasião que julgasse favorável [...]. Partindo da orientação que sempre tenho seguido [...] já telegrafei ao Sr. general Pereira de Eça [...] recomendando a continuação da vigilância na fronteira e chamando a sua atenção para a absoluta necessidade que temos de castigar e submeter, de vez, o gentio rebelde, fazendo o desarmamento completo [para]

559 Idem, pp. 11-13.

> que a ocupação da província de Angola seja o mais possível radical e profícua, para nosso bem e para bem do gentio que temos por dever proteger e civilizar[560].

A breve trecho, transitando para a pasta da Guerra – "foi uma das grandes horas da minha vida"[561] –, na qual se manteve até 10 de dezembro de 1917, embora integrando quatro governos diferentes, o major Norton de Matos revelou-se um dos maiores entusiastas da participação portuguesa, não apenas no teatro de operações militares africano, mas também na frente ocidental.

Sem concitar o apoio de outras forças políticas para a guerra, o gabinete presidido por Afonso Costa, empossado em novembro, foi consultado, cerca de um mês depois, pelo *Foreign Office*, sobre a possibilidade de requisitar os navios mercantes alemães estacionados em portos nacionais (no continente, nos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores e no Ultramar), com o fito de estes, navegando com o pavilhão da *Union Jack*, poderem contrabalançar as perdas da marinha britânica, assaz lesada pelos ataques dos submarinos alemães. Após algumas renitências, o governo português acedeu e, a 23 de fevereiro, Afonso Costa ordenou o apresamento dos vapores alemães fundeados nos portos nacionais. A 9 de março, a Alemanha respondeu com uma declaração de guerra e, uma semana volvida, era formado o governo da "União Sagrada", constituído por democráticos e evolucionistas, sendo este presidido por António José de Almeida, enquanto Afonso Costa guardava para si a pasta das Finanças. Os unionistas de Brito Camacho permaneceram à margem, mantendo-se críticos quanto à participação de Portugal no conflito, pelo menos no palco militar europeu. De igual modo, os reformistas

---

560 Intervenção do ministro das Colónias José Norton de Matos, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 14/07/1915, pp. 12-15.

561 José Norton, *Norton de Matos*, p. 225.

de Machado Santos, os socialistas, os católicos e os monárquicos escusaram-se a participar[562].

A partir de então, Norton de Matos encetou a organização de um corpo expedicionário capaz de fazer a guerra na Europa. Sob a sua direção, os preparativos previam uma instrução preliminar nos quartéis das divisões de Tomar, Coimbra e Viseu[563], tendo daí convergido, para Tancos, os militares mobilizados, onde se fez a concentração e a instrução final antes do embarque para a frente – o chamado "Milagre de Tancos". O primeiro contingente para França partiu a 30 de janeiro de 1917. Nesse ano, agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de S. Miguel e S. Jorge e com o grau de Grande Oficial da Legião de Honra, o major do serviço do Estado-Maior Norton de Matos foi promovido a tenente-coronel.

Contudo, a preparação e o embarque do Corpo Expedicionário Português (CEP) para as trincheiras da Flandres foram realizados numa atmosfera adversa. A maior parte dos portugueses desconhecia os beligerantes do conflito, assim como as causas e as motivações da participação numa contenda que impunha o provável sacrifício de milhares de jovens "no altar de Marte". Até a defesa das colónias, sustentada pelos unionistas, parecia uma causa distante para uma população analfabeta e alheia à sorte do Ultramar. Em termos militares, houve mesmo resistências, não só por parte dos soldados (infrações à disciplina e deserções), mas dos próprios oficiais, que culminaram na revolta de 13 de dezembro de 1916, dirigida por Machado Santos.

Os custos dos anos de guerra foram extremamente elevados. Em breve, devido à crise das subsistências, houve fome, pobreza, greves e grandes manifestações. A instauração da censura prévia às

---

562 Cf. Filipe Ribeiro de Menezes, "A União Sagrada", in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*, p. 277.

563 Cf. José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. III, pp. 131-236.

publicações e à correspondência remetida para países estrangeiros e para as colónias, de par com a dissolução de organizações sindicais hostis à guerra, visaram conter o "derrotismo" e as críticas aos "guerristas". A criação da "sopa dos pobres", em Lisboa, o controlo da subida dos preços dos cereais e os assaltos a mercearias, armazéns e padarias, denunciavam um cenário cada vez mais desfavorável para o governo. De resto, as divergências políticas no seu seio tinham-se agudizado, resultando na queda do governo da "União Sagrada", a 20 de abril, e na formação de um executivo liderado por Afonso Costa e constituído na íntegra por democráticos. Este terceiro governo de Afonso Costa (abril a dezembro de 1917) "(res)suscitou todas as oposições"[564]: a do movimento operário e sindical, a das camadas populares urbanas, a dos terratenentes e dos partidos conservadores, a das províncias e a da Igreja. Na prática, estreitava-se a base social de apoio ao governo.

E, a 5 de dezembro de 1917, em Lisboa, estalou uma insurreição protagonizada por Sidónio Pais, antigo ministro das Finanças e ministro em Berlim. Não se encontrando no país, por participar, desde 19 de novembro de 1917, numa conferência dos governos aliados em Paris, Afonso Costa fora substituído, interinamente, por Norton, na presidência do Conselho de Ministros. Ocupada a rotunda, como em 1910, os revoltosos bateram-se contra as forças governamentais durante os dias seguintes, tendo Norton abandonado a luta na tarde de 7 de dezembro, demitindo-se da pasta da Guerra. No dia seguinte, escapando à fúria popular, responsável pela destruição da sua casa em Lisboa, recolheu-se à proteção de um navio de guerra inglês fundeado no Tejo, onde já se encontravam outros membros do governo. O *Woodnut* zarpou alguns dias mais tarde, deixando Norton em Gibraltar, seguindo depois este para Madrid, Paris e Londres, destino final, onde se tornou representante

564 Cf. João B. Serra, "A evolução política (1910-1917)", p. 121.

da Empresa de Construções Navais, que possuía estaleiros em Viana[565]. No final de dezembro desse ano foi "abatido ao efetivo do exército [...] por ter completado o tempo de ausência necessário para constituir deserção"[566].

O novo executivo, formado a 11 de dezembro, procurou, através da suas primeiras medidas, apaziguar a situação social e congregar apoios contra os democráticos, quer abolindo a censura e cancelando as ordens de exílio contra jornalistas, quer anulando os castigos impostos a bispos e libertando todos queles que ainda se encontravam presos na sequência da revolta de 13 de dezembro de 1916. As deliberações do novo regime pareceram oportunas e criaram, num país empobrecido e dividido pela guerra, grandes expectativas. Não obstante, a nova situação, a fim de se implantar, desde cedo, exibiu alguns sinais de índole ditatorial. Logo em dezembro, Sidónio Pais acumulava as funções de presidente do Ministério e de presidente da República, criando o embrião de uma polícia política e determinando a proibição do reaparecimento de jornais suspensos e a fundação de novos, sem a licença do ministro do Interior.

Em todo o caso, as consequências da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial tornavam-se cada vez mais insustentáveis, principiando a desgastar a popularidade carismática de Sidónio Pais. Alguns setores da vida nacional, nomeadamente a Igreja e os monárquicos, começaram a desligar-se do regime. O setor operário que o apoiara e os meios políticos ligados ao Partido Democrático não disfarçavam, também, o desejo de mudança, multiplicando-se as greves e manifestações contra a carestia de vida. A 5 de dezembro de 1918, durante as comemorações do golpe perpetrado por si, em 1917, Sidónio sofreu um atentado, mas saiu ileso. Poucos dias depois, a 14 de dezembro, um novo atentado revelou-se fatal.

---

565 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, pp. 254-256.

566 Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 19, 31/12/1917, p. 879.

O seu funeral, realizado a 21 desse mês, decorreu entre enormes manifestações de pesar.

O final da guerra, em novembro de 1918, e o fim do episódio sidonista, com o triunfo dos democráticos, nas eleições de maio de 1919, ditaram uma nova configuração da Primeira República, com a pulverização dos três partidos dominantes em novos agrupamentos políticos, ainda que os seguidores de Afonso Costa mantivessem a sua preponderância, assumindo a maioria dos governos. Ainda assim, os programas dos novos partidos pouco acrescentaram ao que já havia sido defendido, no que à questão colonial concerne. O Partido Centrista Republicano, de Egas Moniz, cisão do Partido Evolucionista, em 1917, apelava a uma maior cooperação com o além-mar, com o reforço do Pacto Colonial[567]. Por seu lado, o Partido Republicano Radical Português, também cisão do Partido Evolucionista, constituído nos finais de 1922, valorizando a instrução, pregava a "reforma da Escola Colonial" e a "educação do indígena", clamava contra a desnacionalização das colónias, devido à entrada de capitais estrangeiros, e sustentava a "administração baseada nos princípios de uma larga descentralização financeira e administrativa, segundo o grau de cultura de cada colónia, e de modo que cada uma procure viver segundo os seus princípios"[568]. Idênticas conceções descentralizadoras eram acalentadas pelo Partido Republicano Liberal, que resultara da coalizão de evolucionistas e unionistas, ou pelo Partido Nacional Republicano Presidencialista, que englobara vários agrupamentos conservadores e o Partido Nacional Republicano (sidonista).

Que o Partido Republicano Nacionalista, sucessor do Partido Republicano Nacionalista, fundado em 1924, advertisse que "o regime de autonomia administrativa concedida às províncias do Ultramar tem de ser modificado no sentido de tornar mais efetiva a fiscalização

---

567 Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas*, p. 233.

568 Cf. idem, ibidem, pp. 171-172.

exercida sobre os atos administrativos das autoridades locais"[569], ou que o Partido Radical pretendesse a "revisão do regime dos Altos--Comissários que a lição dos factos mostrou ser prejudicial", ou a União Liberal Republicana, de Cunha Leal, reclamasse "maior fiscalização efetiva do governo central para acabar com os desmandos e fantasias das administrações locais"[570], não deve estranhar. Por um lado, refletiam um debate iniciado em torno da prestação de Norton de Matos enquanto alto-comissário em Angola, por outro, convidavam a uma discussão mais alargada acerca da descentralização administrativa enquanto princípio norteador dos ideais republicanos para as colónias. É preciso não perder de vista que foram os partidos mais conservadores, animados por Cunha Leal, grande crítico de Norton, que, no essencial, alimentaram esta polémica que transitou para a Ditadura Militar e que quase se extinguiu com a consolidação do Estado Novo, sendo possível estabelecer o vínculo entre nacionalismo centralizador e posições do espetro ideológico de direita. Tanto assim que as cartas orgânicas de cada uma das diferentes colónias, datadas de 1917, mas cuja discussão remontava aos primeiros tempos da República, foram revogadas durante o consulado de Sidónio Pais, para serem repostas em maio de 1919. Foram, depois, alteradas no primeiro ano da Ditadura Militar. Em 1933, nos primórdios do Estado Novo, foi promulgada uma Carta Orgânica do Império Português.

Com efeito, a descentralização afirmada no Artigo 67.º da Constituição de 1911, através de "leis especiais adequadas ao estado da civilização de cada uma" das províncias, parecia ter encontrado nas cartas orgânicas uma cabal expressão do intento constitucional[571]. Deste modo, a *Carta Orgânica da Província de Angola*, de 28 de

---

569 Idem, ibidem, p. 305.

570 Idem, ibidem, p. 333.

571 Cf. Alfredo Héctor Wilenski, *Tendencias de la Legislación Ultramarina Portuguesa en Africa*. Braga: Editora Pax, 1968, pp. 54-61.

novembro de 1917, determinando que "a província de Angola constitui um organismo administrativo e financeiro autónomo", estabelecia, no seu Artigo 9.º, que a "metrópole exerce a função de superintendência e fiscalização no governo e administração da província", tendo a província a faculdade de legislar, "sempre que o Congresso da República julgue conveniente". As "disposições preliminares" da "administração financeira" definiam, também, que, embora a província tivesse a iniciativa de estabelecer, alterar ou suprimir impostos, já em matéria de empréstimos ou operações de crédito, teria de garantir a "aprovação expressa da metrópole", quando os "encargos de juros e amortização caibam nas disponibilidades orçamentais" e não "vão além dum período de cinco anos, e não excedam, em cada ano, sós ou juntos como os encargos de todos os empréstimos ou contratos anteriores, um décimo da receita da Colónia" (Artigo 47.º)[572].

Amplos poderes eram confiados ao governador-geral, "em comissão, que durará, em regra, cinco anos", precisando o diploma que, a bem de Angola, deverá "visitar os diferentes pontos da província" e "dirigir as relações políticas com os chefes indígenas" e manter, tanto quanto possível, "por meios pacíficos, a submissão deles e a sua integração na vida geral da província". Este representante do poder executivo, primeira autoridade civil e militar da província, colaboraria com um conselho constituído por vogais: secretário-geral, o chefe de estado-Maior, o diretor dos Serviços de Fazenda, os chefes dos Serviços de Marinha e Saúde, o diretor do Círculo Aduaneiro, o inspetor de Agricultura e o procurador da República; assim como por representantes dos distritos, representantes dos agricultores e dos comerciantes, após eleição. A divisão administrativa continuaria

572 Cf. *Carta Orgânica da Província de Angola – Decreto N.º 3.621, de 28/11/1917*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1918.

a manter os distritos, cindidos em concelhos, circunscrições ou capitanias-mores[573].

O fim da Primeira Guerra Mundial, com as negociações de Paz a decorrerem nos anos seguintes, imprimiu à questão ultramarina novo fulgor. Norton de Matos, "reintegrado no efetivo do exército [...] ficando nulo e de nenhum efeito o decreto de 31 de dezembro de 1917 que o abateu ao mesmo efetivo"[574], foi promovido a general pelo Congresso da República, não sem críticas, com as seguintes palavras a encimarem o parecer levado à Câmara de Deputados, as quais foram proferidas por António José de Almeida, eleito presidente da República, daí a uns meses, em outubro de 1919:

> Considerando que, sem a previdência inteligente e enérgica do coronel Norton de Matos, quando Ministro da Guerra, não teriam sido vencidas as dificuldades que surgiram contra a intervenção de Portugal na grande guerra; considerando que os defeitos que porventura se possam notar na organização das tropas que o coronel Norton de Matos fez marchar para o teatro das operações, foram consequência da necessidade impreterível de Portugal intervir, o mais depressa possível, no formidável pleito em que estavam interessados os maiores povos do mundo e, entre eles, a nossa velha aliada, a Inglaterra; considerando, finalmente, que o coronel Norton de Matos se manifestou, como Ministro da Nação e chefe do exército, um cidadão dotado de raras qualidades de patriotismo, e possuidor ao mesmo tempo de notáveis dotes de decisão, bravura e valentia, o que tudo provocou a perseguição canibalesca feita à sua pessoa, à sua família e ao seu lar pelos

573 Cf. ibidem.

574 Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 8, 28 de fevereiro de 1919, p. 152.

> inimigos da Pátria e das instituições – tenho a honra de apresentar à Câmara dos Deputados o seguinte projeto de lei:
>
> Artigo 1.° É promovido desde já ao posto de general o coronel do corpo de Estado-Maior: José Mendes Ribeiro Norton de Matos, devendo o referido oficial ocupar na escala do generalato, o lugar que lhe competir quando chegar à sua altura de promoção do corpo a que pertence[575].

Nesse mesmo ano foi agraciado com Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, tornou-se Grande Oficial da Ordem de Avis, para além de lhe ser conferida a Grã-Cruz da Ordem de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, pela constituição do CEP, "considerando que o esforço militar português desempenhou um papel nobilíssimo no desenrolar da tremenda guerra europeia, em que triunfaram os sagrados princípios da justiça e do direito [e] que tais resultados se devem tanto ao valor das nossas tropas como à forma como elas foram organizadas"[576]. Foi, ainda, nomeado membro de uma comissão para "documentar o maior esforço militar de Portugal" e a "preparação histórica do CEP", juntamente com outros militares, como Augusto Casimiro dos Santos[577]. Ainda a propósito da Primeira Guerra Mundial, em 1921, daria uma entrevista a *O Século* versando a chegada a Portugal do Soldado Desconhecido[578] e, em 1932, tornar-se-ia vogal da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, presidindo, à sua comissão central, entre 1932 e 1933[579].

---

575 Intervenção de António José de Almeida, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 07/08/1919, pp. 17-18.

576 Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 8, 28/02/1919, p. 141.

577 Cf. *Ordem do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2.ª série, N.º 17, 31/07/1919, p. 987.

578 Cf. "Chega hoje ao Tejo o cadáver do soldado anónimo", in *O Século*. Lisboa: 16/03/1921, p. 1.

579 Cf. José Norton de Matos, *"Introdução" a Padrões da Grande Guerra (1914-1918). Consagração do Esforço Militar de Portugal. Relatório Geral da Comissão (1921-1936)*. Lisboa: 1934, pp. 9-13.

Integrado na delegação portuguesa à Conferência de Paz, chefiada por Afonso Costa, Norton de Matos assistiu ao malogro de algumas pretensões trazidas a terreiro. Egas Moniz, em representação do governo de Sidónio Pais, tinha liderado uma primeira delegação. Havendo recuperado o triângulo do Quionga[580], localizado na fronteira do antigo território da África Oriental Alemã, com cerca de 3.000 Km^2, os enviados portugueses chegaram a reivindicar "pequenas modificações no Congo Belga" e outras compensações territoriais e estipendiárias.

Composta por Afonso Costa, Augusto Soares, Norton de Matos, Freire de Andrade, Batalha Reis, João Chagas, Vieira da Rocha e Botelho de Sousa, a equipa alcançou, neste particular, poucos sucessos. Certamente que a derrota de La Lys, assim como a incapacidade das forças portuguesas em defrontar as audaciosas manobras de guerrilha do general alemão Von Lettow-Vorbeck, em Moçambique, o qual, à frente de um punhado de homens, fixara, até 1918, amplos contingentes militares aliados em sua perseguição, acabaram por não abonar a favor da delegação chefiada por Afonso Costa.

Não obtendo qualquer mandato sobre as confiscadas colónias alemãs, contíguas aos territórios portugueses no continente africano, que transitaram para a administração britânica e da África do Sul[581], a Conferência de Paz revelou o interesse de Roma, Bruxelas e Pretória pelas possessões portuguesas da África Austral, com as habituais alegações acerca da "falta de meios materiais, organizativos e humanos[582]". Em entrevista dada ao *Diário de Notícias*, por Norton de Matos, nos inícios de 1921, as alegações de "meia dúzia de criaturas sem escrúpulos" acerca da "pretendida escravatura em Angola" e em

---

580 Cf. "Acta N.º 21, de Sessão de 8/02/ 1919", p. 31, in "Actas da Delegação Portuguesa à Conferência de Paz", in AHD/MNE, S.9, 1.ª, Sala Livros.

581 Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, "A União Sagrada", in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009, pp. 400-401.

582 José Norton, *Norton de Matos*, p. 270.

S. Tomé iam no mesmo sentido. Por outro lado, os princípios da novel Sociedade das Nações (SDN) convergiam no "duplo propósito de beneficiar os povos 'indígenas' e de desenvolver os territórios em prol da comunidade internacional no seu todo"[583]. E, embora tais ditames se aplicassem aos antigos territórios do Império Alemão e do Império Turco, agora submetidos a um sistema de mandatos tutelado pelas potências vencedoras da guerra, a verdade é que se "tendia a invocá-los em relação a todos os territórios dependentes"[584].

A resposta portuguesa, que assentou na reposição legal das cartas orgânicas, pressupôs, de igual modo, "novas entidades governativas para as colónias" de Angola e Moçambique: os altos-comissários. Investidos de ainda mais amplos poderes do que os governadores-gerais, os comissários permaneceriam somente impedidos de lidar com cessões dos direitos de soberania, de negociar tratados internacionais e empréstimos que exigissem garantias especiais e de alterar a disposição dos poderes[585].

Em boa verdade, a Monarquia Constitucional, havia, segundo o princípio de que a descentralização favorecia o desenvolvimento das colónias, nomeado, nos anos noventa do século XIX, comissários régios. Atendera-se a uma situação de emergência ditada pelas circunstâncias da revolta dos guerreiros Vátuas, mas também à distância que separava além-mar e metrópole, sem ignorar os deficientes e morosos meios de comunicação. Aventava-se que o Terreiro do Paço desconhecia a realidade local e, enquanto poder longínquo, apenas tardiamente daria solução, quer a problemas do quotidiano, quer a questões estruturais. Sabe-se que Manuel Maria Coelho, antecessor de Norton de Matos, chegara a solicitar que lhe atribuíssem

583 "O Alto Comissario em Angola fala a um redator do Diário de Notícias da campanha promovida pelos antiesclavagistas", in *Diário de Notícias*. Lisboa: 17/01/1921, N.º 17.800, p. 1.

584 Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas*, pp. 184-185.

585 Cf. Maria Cândida Proença, "A Questão Colonial", in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*, pp. 503-504.

"faculdades de comissário da República" e que Pimenta de Castro, perante o estado de guerra, pensara em investir o general Pereira de Eça com os cargos de comandante das Forças Expedicionárias e alto-comissário de Angola[586]. Em ambos os casos, era a conjuntura que ditava a delegação de poderes. Em 1921, a situação tornara-se ainda mais premente, pelas razões expostas e pelo facto de, em Angola (e nas outras províncias), os governadores se irem sucedendo, sem solução de continuidade, sem hipóteses de gizar e aplicar um programa estruturado e coerente. Veja-se que, entre 1915 e 1921, nove governadores se haviam sucedido em Luanda.

Convidado em abril de 1920, para o cargo de alto-comissário em Angola, pelo ministro das Colónias, Utra Machado, Norton de Matos apenas aceitou a incumbência em agosto, tomando posse tão-só em outubro. Este longo compasso temporal, no decorrer do qual se desdobrou em viagens, a Bruxelas e a Londres, em missão oficial, "preparando os trabalhos que vai realizar e desenvolver"[587] e conquistando "grandes vantagens morais e materiais"[588], terminou a 16 de abril do ano seguinte, quando assumiu funções em Luanda. A 24 de fevereiro partira Brito Camacho, que se tornaria o primeiro alto-comissário de Moçambique.

Em março, o parlamento, nas sessões de 15 e de 18, discutiu as condições dos empréstimos requeridos pelo alto-comissário de Angola, com vista à "nacionalização da colónia", que, segundo o deputado Lopes de Carvalho, "não se faz só à custa da colonização, promovendo e auxiliando a emigração com o fim de conseguir a fixação de fortes núcleos de colonização com elementos portugueses

---

586 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 119.

587 "O Alto Comissario em Angola fala a um redator do Diário de Notícias da campanha promovida pelos antiesclavagistas", in *Diário de Notícias*. Lisboa: 17/01/1921, N.º 17.800, p. 1.

588 Intervenção do ministro das Colónias Paiva Gomes, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15/03/1921, p. 31.

da metrópole". Para além "da verba destinada a portos e caminhos de ferro, as mais importantes são aquelas que se destinam à colonização, ao saneamento e assistência aos indígenas", pois, em seu entender, seria imperioso "fazer uma ampla obra de assistência, sob todos os pontos de vista, aos naturais da colónia, que portugueses são e que razões de ordem histórica colocaram sob a ação civilizadora da metrópole"[589]. Algumas críticas foram feitas acerca do elevado valor dos empréstimos e das reais possibilidades de a província os pagar a 50 anos, com o aumento do imposto sobre os naturais, o incremento do comércio interno e a exploração das jazidas de diamantes, "apelando-se só em último caso para capitais estrangeiros"[590].

Na sessão parlamentar de 18 de março, vários deputados, em jeito de tributo, saudaram a instituição dos altos-comissários, tendo o Partido Democrático, o Partido Liberal, o Partido da Reconstituição Nacional, o Partido Socialista, bem como o Partido Republicano Popular, desejado os maiores sucessos a Norton de Matos e Brito Camacho[591]. Certamente que o facto de os dois altos-comissários pertencerem a famílias políticas de orientação diferente terá motivado algum consenso entre os deputados.

Pouco antes de rumar a Angola, Norton abriu uma série de conferências dinamizadas pelo *Diário de Notícias*, no Salão Nobre da Academia de Ciências, com os seguintes tópicos:

> A mentalidade colonial do país; aspeto internacional da nossa política colonial; atitude a tomar em face deste aspeto internacional; aspeto das relações internas que apresenta a nossa política colonial; administração, fomento e colonização; teremos de organizar

---

589 Intervenção de Lopes de Carvalho, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15/03/1921, p. 31.

590 Cf. "Uma conferência Notável", in *O Século*. Lisboa: 20/03/1921, p. 2.

591 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18/03/1921, pp. 11 e ss.

> por forma modelar a administração de Angola; a obra de fomento; a colonização; degredados e vadios; para grande obra do seu desenvolvimento, Angola carece de homens e dinheiro. A metrópole vai fornecer-lhe os seus mais preclaros filhos, os seus mais enérgicos trabalhadores, e, em copiosa soma os seus capitais[592].

Presidida pelo chefe de Estado, António José de Almeida, o ministro das Colónias, António de Paiva Gomes, e o diretor do *Diário de Notícias*, Augusto de Castro, a conferência começou por traçar um esboço histórico da natureza colonial do país, o qual, "apertado entre o mar e a Espanha", fora pioneiro na "epopeia das expedições marítimas"[593]. A alusão aos ciclos de "grandeza e épocas de decadência", argumento caro aos ideólogos desde Oliveira Martins, abria caminho ao passado recente, emergindo Andrade Corvo como precursor do moderno pensamento colonial, pautado pelo investimento na educação e nas atividades agrícolas e comerciais. Depois, justificava o envolvimento na Grande Guerra e, obviamente, o seu papel, com base nas "ambições alemãs", e propunha um plano de oito anos para Angola, a fim de "modelar os serviços de administração da colónia" e "impulsionar o desenvolvimento e progresso", sendo "indispensável gastar enormes quantias"[594].

No que tocava à colonização, mostrava-se favorável, como em 1912, à redistribuição da população nativa pelas terras aráveis e ao incremento migratório de famílias metropolitanas, capazes de povoar as regiões planálticas, mais frescas e sadias. A reorganização dos serviços públicos era outra meta. Por seu lado, os transportes e comunicações

---

592 "As conferências do Diário de Notícias serão inauguradas nesta noite, na sala da Academia de Ciências pelo general snr. Norton de Matos", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 19/03/1921, N.º 17.817, p. 1.

593 Cf. "A Província de Angola", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 20/03/1921, N.º 17.818, p. 1.

594 Idem, ibidem, p. 1.

permitiriam estimular a atividade comercial e gerar a livre iniciativa[595]. Inicialmente apartadas e vigiadas pelo poder de Luanda, de forma a prevenir situações de servidão (e de mestiçagem), as duas sociedades, de colonos e colonizados, tornar-se-iam produtoras e consumidoras nas décadas seguintes, através de um plano inscrito na longa duração, suscetível de dotar a província de infraestruturas modernas e capitalistas.

Procônsul ou Imperador?

O discurso inaugural de Norton de Matos, dito na residência do governador-geral, em Luanda, a 16 de abril de 1921, à semelhança daquele proferido em 1912, foi breve e lapidar, sem referir, em concreto, as medidas a empreender. Fez o elogio dos antecessores nessa função, em termos de "obra patriótica", e dirigiu-se "aos habitantes da Província de Angola, sem distinção de raças e nacionalidades", embora nomeasse os funcionários públicos, os operários, os pescadores e os colonos nacionais enquanto agentes de "civilização e educação de raças não civilizadas e não educadas"[596]. Esta, a primeira parte do discurso, pontuada, ainda, por referências à "moral pública" e aos "processos modernos" da tradicional colonização portuguesa.

Na segunda parte, anunciava a possibilidade de contrair empréstimos para financiar o progresso da província, enumerando as "virtudes sociais" que deveriam presidir à responsabilidade de administrar e utilizar aqueles: "o civismo, a disciplina, as qualidades de trabalho, o espírito de sacrifício e de obrigação perante o bem da comunidade"[597].

---

595 Cf. Armando Malheiro da Silva, "General Norton de Matos (1867-1955)", p. 181.

596 *Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (abril a dezembro de 1921)*, pp. 5-7.

597 Ibidem, p. 7.

Estes valores mutualistas, inscritos na "dedicação e respeito pela República", palavras com as quais o discurso findava, remetiam, pois, para um cenário de largo financiamento das obras públicas e das atividades económicas, pelo que implicavam um compromisso entre o alto-comissário e os cidadãos. Compromisso esse que muitos sentiriam rompido, quando, em meados de 1923, a situação financeira de Angola começou a dar sinais de degradação. Daí que o primeiro decreto do seu consulado, "mandando pôr em vigor o Estatuto do Alto Comissariado da República em Angola", tivesse sido visto, *a posteriori*, como o ato fundador de um poder discricionário, sem peias, que conduziria o território ao descalabro.

O Decreto N.º 1, mandado pôr em vigor nesse mesmo dia, estabelecia, então, que o novo cargo "serve, em regra, durante cinco anos", gozando o alto-comissário "das honras que competem aos ministros da República". Esta "suprema autoridade militar" teria atribuições dos ministérios da Guerra, Marinha e Colónias, exercendo o poder executivo. Os decretos seguintes promulgavam a Carta Orgânica da Província de Angola, que apenas poderia "ser alterada pelo Poder Executivo, nos termos legais", enunciavam as funções do governador-geral, funções essas cumulativamente desempenhadas pelo alto-comissário, e preceituavam acerca do Conselho Executivo, do Conselho Legislativo e do Tribunal Administrativo[598]. Esta divisão de poderes, não obstante, concentrava largas atribuições na pessoa do alto-comissário, as quais Norton já defendera em artigos e em entrevistas dez anos antes, por considerar a melhor concretização do modelo descentralizador britânico.

Por seu lado, o Decreto N.º 3 de 30 de abril, "dissolvendo a Associação dos Funcionários Públicos da Província de Angola", sob a alegação de exercício de "ação altamente nociva à disciplina do funcionalismo e ao prestígio da Administração e Governo da República

[598] Ibidem, pp. 8-34.

na Província de Angola"[599], foi secundada por outras limitações, que atingiram as organizações e associações de assimilados[600].

Desde finais do século XIX que, sobretudo na Guiné, em Cabo Verde e em Angola, grupos de mestiços e de negros assimilados, quase todos escolarizados, vinham constituindo movimentos recreativos, cívicos e literários, tendendo a manifestar-se através de periódicos e de iniciativas de cunho beneficente e cultural. Embora a sua matriz proviesse de uma série de pensadores afro-americanos, como Alexander Crumnel, W. E. B. DuBois ou Edward Blyden, que pregavam a reabilitação do homem africano, a verdade é que, numa ambiguidade que o estudioso Mário Pinto de Andrade crismou de "proto-nacionalismo"[601], estes grupos tentavam harmonizar a condição de assimilado com o patriotismo português, reivindicando maiores liberdades, o fim da descriminação e igualdade de oportunidades, que a criação de liceus viria, obviamente, caucionar. Por vezes, como sucedeu com o opúsculo *Voz de Angola clamando no deserto*, a discussão subia de tom, invetivando-se o racismo dos colonos, atestando-se, no negro angolano, a "qualidade de homem como qualquer outro" e até esboçando-se posições autonomistas e independentistas[602].

A princípio, no período de 1912-1915, Norton de Matos havia mantido relações cordiais com a Liga Angolana e o Grémio Africano, que sustentavam as ideias republicanas, por as julgarem emancipadoras e liberais, tendo, inclusive, o então governador-geral assistido à aprovação dos estatutos da Liga Angolana, em julho de 1913. Sem dúvida que ambos alimentavam interesses comuns no que respeitava

---

599 Ibidem, p. 11.

600 Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, p. 185.

601 Cf. Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 75-79; Julião Soares Sousa, "Os movimentos unitários anticolonialistas (1954-1960). O contributo de Amílcar Cabral", in *Estudos do Século XX*. Coimbra: Quarteto, 2003, N.º 3, pp. 325-328.

602 Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, p. 163.

à erradicação do trabalho forçado[603]. Porém, faltara a esses grupos de assimilados ler os artigos/entrevistas do governador acerca da educação dos africanos, datados de 1911-1912, pelo que melhor perceberiam a rutura, ainda em 1913, agravada pelos processos levantados a membros da Liga Angolana, devido a suspeitas de nativismo e de separatismo. De maneira que, em 1922, o encerramento da Liga Angolana e do Grémio Africano, assim como uma série de jornais que expressavam opiniões favoráveis a estas associações, foi encarado como o ato final de um tipo de governação estribado no autoritarismo, contrária à ética republicana e, acima de tudo, agindo a partir de rumores de revolta, que se revelaram infundados. Assim, na opinião de Douglas Wheeler e René Pélissier, para os assimilados, que apenas esporadicamente voltariam a recuperar a voz, o consulado "nortoniano" teria consubstanciado e aberto caminho à privação das liberdades cívicas, de que o Estado Novo, no seu processo centralizador e cerceador de direitos, seria um justo herdeiro[604].

De resto, Norton, ainda que, mais tarde, tenha descrito o *Apartheid* como uma "evidente utopia" e uma "manifestação do germanismo que conduziu à última guerra: a superioridade do ariano, a pureza de sangue"[605], não se escusava a julgar excecional a promoção de casamentos dos portugueses com "as mulheres indígenas de boa casta", levada a cabo por Afonso de Albuquerque. Neste capítulo, manter-se-ia irredutível, mesmo após compulsar leituras em torno de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, como adiante se comprovará. A mestiçagem, a ocorrer, teria apenas lugar num futuro distante:

---

603 Cf. Maria Alexandre Dáskalos, *A Política de Norton de Matos para Angola*, pp. 143-144.

604 Cf. Douglas Wheeler e René Pélissier, *História de Angola*, pp. 187-192.

605 Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 193.

> A experiência de séculos mostrou-nos, porém, que os cruzamentos das raças branca e preta não podiam dar bons resultados e que, pelo menos, durante o largo período em que o povo português tem de levar a cabo na África a alta missão que lhe marca a sua finalidade histórica, esses cruzamentos têm de ser rigorosa e severamente contrariados, para que as qualidades indispensáveis àquela realização se não percam ou se não obliterem. [...] Viverão naquela grande região duas raças, a princípio, o mais possível distantes uma da outra; depois, pouco a pouco, à medida que a civilização da raça preta for aumentando e se for, portanto, aproximando da civilização que ali pretendemos implantar, essa distância diminuirá. [...]
>
> A fusão será então fatal? Tudo leva a crer que sim. Mas essa época está ainda muito longe e essa mistura levará séculos a realizar-se; e é legítimo perguntar que mal dessa lenta fusão virá ao mundo e a Portugal. Uma nova raça surgirá com mais vitalidade e mais força, mais adaptada às condições de vida do grande continente africano e capaz de aumentar enormemente a civilização humana[606].

No entretanto, havia que estimular a colonização metropolitana. Neste propósito, em 1921, criou-se a Agência de Angola; em 1922, foi instituído o Conselho Superior de Colonização; depois, em 1923, a Secretaria Provincial de Colonização – serviços efémeros e de escassos resultados na propaganda e captação de colonos[607]. Ainda assim, o projeto passaria pela atração de "elementos desejáveis", como funcionários públicos, que completariam a ocupação civil de Angola, através da concessão de "moradia condigna" e serviços de saúde e educativos que, fatalmente, seguiriam "esses aglomerados

606 Idem, *A Província de Angola*, p. 231.

607 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos*, pp. 164-165.

de famílias europeias"[608]. Operários, pescadores e trabalhadores diversos, conforme a sua proveniência geográfica e social, ocupariam as diferentes regiões de Angola, próximo do mar ou em áreas agrícolas planálticas, em colonatos desenhados em esquadria. A título de ilustração, baseado no exemplo da localidade de Porto Alexandre, colonizado por poveiros, sugeria que "a costa sul de Angola deve ser exclusivamente ocupada pela raça branca [...] somente devem poder viver nela os indígenas que, pela sua civilização, se possam considerar iguais a nós"[609].

Este apartamento de grupos humanos, em nome do combate à miscigenação, à "cafrealização" e à "exploração do homem [africano] pelo homem [europeu]", estipulava números precisos: o estabelecimento de aldeias com vinte famílias – cerca de 100 pessoas – num total de 600 aldeias, entre 1924 e 1927, ou seja, cerca de 60.000 novos habitantes. Cada aldeia seria sustentada pela metrópole e pela colónia, durante os primeiros cinco anos, ficando o povoado isento de impostos nos primeiros anos. O sucesso da iniciativa seria avaliado dez anos decorridos após o último esforço colonizador, decidindo-se da possível prossecução. Uma estrutura cooperativista presidiria a este comunitarismo de raiz socialista utópica, que disporia de "bens comuns, tais como alfaias, celeiros, silos"[610], seguindo um pensamento que atraíra Norton na juventude. Em cada circunscrição conviveriam aldeias de colonos e "conjuntos de comunidades nativas".

Estes projetos, à altura, sem solução de continuidade, pesariam em empreendimentos mais tardios, como o colonato de Cela e da Matala, datados dos alvores dos anos cinquenta, quando importava ocupar a fim de contrariar as vozes do anticolonialismo. No momento, pelas

---

608 José Norton de Matos, "Como pretendi povoar Angola", in *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: AGC, 1933, Ano IX, N.º 100, p. 91.

609 Idem, ibidem, p. 95.

610 Renato Mascarenhas, *Norton de Matos*, p. 173.

críticas que recebeu, quanto aos avultados custos que teriam rodeado a edificação das "sumptuosas" habitações dos pescadores de Porto Alexandre[611], "de carácter permanente e com as linhas da risonha arquitetura portuguesa", através de uma transposição cultural que contrariasse as expectáveis palhotas de cunho "cafrealizante", Norton reconhecia que:

> Para a fixação da raça portuguesa em Angola temos de estabelecer um tipo superior de civilização e ir procurar modelos e exemplos, não ao deplorável modo de viver da maioria dos operários portugueses e sobretudo dos nossos trabalhadores rurais, mas às civilizações mais perfeitas da Inglaterra, da África do Sul e principalmente da Austrália, do Canadá e dos Estados Unidos da América[612].

O I Congresso de Medicina Tropical [da África Ocidental], que se realizou, em Luanda, em julho de 1923, foi, sistematicamente, publicitado por Norton como uma das suas maiores realizações. Tanto assim que a este consagrou um capítulo nas *Memórias*, um outro em *A Nação Una*, para além de um artigo n' *O Primeiro de Janeiro*[613], assim como múltiplas referências dispersas. Foi, de igual modo, sua intenção, que o mencionado congresso representasse a sua ação neste domínio, no que respeita ao segundo consulado angolano. Se, de facto, fez publicar leis que retomavam e aprofundavam as portarias da década anterior, nomeadamente, através da reorganização dos Serviços de Saúde e Higiene e das Brigadas

---

611 José Norton de Matos, "Poveiros de Porto Alexandre", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29/07/1939, p.1.

612 Idem, *A Província de Angola*, p. 31.

613 Idem, "Congresso de medicina tropical", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 22/04/1952, N.º 111, p. 1.

Sanitárias[614], que funcionariam em regime fixo e itinerante, respetivamente, não restam dúvidas de que o congresso congregou um esforço de publicitar a capacidade organizativa que presidiu a um acontecimento de grande envergadura.

Com efeito, 79 congressistas estiveram presentes, em representação de Angola, do Congo Belga, da África Ocidental Francesa, da União Sul Africana, da Nigéria, dos Camarões, de Moçambique, de S. Tomé e Príncipe, da Índia Portuguesa, de Portugal, de França e de Inglaterra, entre médicos, veterinários, farmacêuticos, missionários católicos e protestantes, universidades, escolas, serviços militares de saúde, laboratórios e outros institutos[615]. Portugal fez-se representar, entre outros, pelo Diretor Geral da Saúde Pública, pelos chefes dos Serviços de Saúde de Moçambique e do Estado da Índia, pela Repartição de Saúde do Ministério da Guerra, pelos diretores de missões religiosas coloniais, pelas Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto, pela escola de Medicina Tropical de Lisboa e pela Faculdade de Ciências de Lisboa. Norton presidiu à comissão de honra, havendo Damas Mora, chefe dos Serviços de Saúde de Angola, e autor da iniciativa, presidido efetivamente aos trabalhos[616].

Para além das sessões, o alto-comissário alojou, a expensas do orçamento da província, congressistas e suas esposas, os quais, dada a escassez de quartos em Luanda, ficaram instalados, também, no palácio do Governo e nas residências dos principais funcionários da capital. Longas excursões foram efetuadas à região planáltica, a partir dos três caminhos de ferro de penetração. Nas palavras de Norton:

---

614 Cf. *Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (abril a dezembro de 1921)*, pp. 164 e 204.

615 Cf. José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 57.

616 Cf. idem, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. III, p. 536.

> A partir das linhas férreas deram-se longos passeios de automóvel que levaram os congressistas a conhecer as nossas estradas e os aspetos do interior de Angola. Realçaram estas excursões, pela sua natureza, pela sua variedade e pela maneira como tudo correu, a administração portuguesa e mostraram a ordem, a segurança e o conforto da nossa modesta e feliz vida em África e as nossas intenções de nos fixarmos bem e para sempre naquelas regiões.
>
> Nas minhas conversas com os congressistas, nos meus discursos e brindes, frisei sempre o nosso propósito de transformar os nossos territórios em África, nas suas possibilidades agrícolas e industriais e no modo de ser dos seus habitantes, em coisas inteiramente novas[617].

Na verdade, tanto estas visitas, quanto o seu discurso inaugural, resumindo e exaltando o pioneirismo luso dos Descobrimentos quatrocentistas e quinhentistas, com destaque para o "cimentar [d]o nosso agir nacional" em terras de Angola, constituíram uma operação de propaganda, reafirmando uma posição política de defesa intransigente do património colonial português da África Ocidental. Pois, Angola "representa para nós, portugueses, e para todo o mundo civilizado, um passado de tal grandeza que deve apagar aos vossos olhos o que lhe falta ainda para vos receber como um país de prósperas civilizações"[618]. Esta "tese" de Norton sublinhava, assim, quase como uma intimação aos visitantes estrangeiros, que "estamos a pisar terra sagrada". Num texto versando Angola, vertido em várias línguas e amplamente distribuído, traçava um "resumo histórico de 1482 a 1921", que ligava colónia e metrópole, num amplexo de quase cinco séculos, lamentando que aquela tivesse ficado "separada da colónia irmã de Moçambique, desfazendo-se assim o *mapa cor-de-rosa dos*

---

617 Idem, ibidem, vol. III, p. 59.

618 Idem, ibidem, vol. III, p. 548.

nossos direitos históricos"[619]. E, certamente, que o congresso permitiu colher conhecimentos acerca do que um "administrador colonial deve diligenciar saber, sob o aspeto de saúde e higiene públicas", assim como publicitar a ciência médica tropical portuguesa que, sobretudo, em S. Tomé e Príncipe, buscava dar uma imagem mais benigna do colonialismo dirigido a partir do Terreiro do Paço.

De igual modo, neste novo consulado à frente de Angola, a questão da divisão administrativa e a problemática do trabalho indígena voltaram a merecer a sua atenção. No primeiro caso, em virtude de a Grande Guerra haver imprimido nova faceta militar à governação das circunscrições, muitas das quais tinham enfrentando sublevações. Portanto, a fim de criar "instituições administrativas e municipais de carácter cada vez mais liberal", e uma vez que a pacificação de Angola entrava nos seus derradeiros estágios[620], legislou duplamente, tornando todas as capitanias-mores em circunscrições civis, ao mesmo tempo que reorganizava as forças armadas da província, aquartelando-as em três pontos da colónia (planaltos da Huíla, Benguela e Malanje, através do Decreto N.º 80, de 1922[621]). A medida veio complementar a criação das circunscrições de fronteira, confirmando, quer a delimitação do território, quer o carácter não militar do projeto[622].

No que concerne ao trabalho dos "indígenas", continuava a manter a posição de que, ao compeli-los a "trabalhar para as 'fazendas' dos colonos brancos, será quase certo perder-se [...] a quase totalidade dos valores por eles produzidos, em troca da acumulação nas mãos de um reduzido número de pessoas"[623]. Por isso, diligenciou no sentido de repor as leis "do trabalho contratual livre [...] para uma rigorosa

---

619 Idem, ibidem, vol. III, p. 562. O sublinhado pertence ao autor.

620 Cf. René Pélissier, *Histórias das Campanhas de Angola*, vol. II, pp. 132-137 e 267-278.

621 Cf. José Norton de Matos, *A Província de Angola*, pp. 84-85.

622 Cf. Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto-Comissário da República e Governador-Geral (abril a dezembro de 1921), pp. 255-256.

623 José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 157.

fiscalização do trabalho e do cumprimento dos contratos, para proteção ao indígena"[624], decretos esses que, entretanto, na sua ausência, haviam sido revogados, a favor dos colonos.

Seja como for, esta segunda governação de Angola conheceria, na construção de estradas, a sua pedra de toque, num total de 8.000 quilómetros edificados[625]. Adicionando este parcial aos 15.000 quilómetros do período de 1912-1915, elevava-se para 92% a rede viária angolana da sua responsabilidade. Os caminhos de ferro também progrediram rumo ao interior, em especial, o de Malanje, que deveria atingir o Congo Belga, ligando Luanda à fronteira. Os portos foram melhorados e as comunicações radiotelegráficas (estações de rádio e estações telegráficas) foram, gradualmente, entrando em funcionamento, num total de doze estações de rádio.

Enfim, o programa de fomento foi sintetizado por Renato Mascarenhas e Armando Malheiro da Silva, a partir do relatório de Norton, em objetivos principais:

> Construção de caminhos de ferro, de portos, de estradas e habitações para os funcionários, operários e colonos; secundários: edificação de hospitais e enfermarias; adoção de práticas higiénicas e de profilaxia; a urbanização; estabelecimento de linhas telegráficas, telefónicas e estações radiotelegráficas, navegação de cabotagem e fluvial, farolagem e criação de quartéis; científicos: organização de serviços geológicos, geográficos, astronómicos e meteorológicos[626]; construção de laboratórios médicos, veterinários e de diversa espécie e criação de institutos de investigação científica.

---

624 Idem, ibidem, vol. II, pp. 175-178.

625 Cf. Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, p. 220.

626 Criou, em Luanda, em março de 1923, um Gabinete de Protozoologia e Micologia, ao lado de outro de Antropologia.

O aumento de pessoal especializado, a compra de equipamentos e a construção de casas, estradas e edifícios públicos, exigiram do erário um grande esforço. A conjuntura da colónia e da metrópole mostravam-se contrárias a um investimento, cujo retorno poderia levar décadas a amortizar e a gerar lucros e prosperidade. O facto é que "os capitalistas portugueses estavam mais interessados em canalizar o seu dinheiro para Europa ou para a América"[627], do mesmo modo que os emigrantes lusos continuavam a preferir o tradicional destino brasileiro, em lugar dos sertões angolanos. De acordo com o princípio do alto-comissariado e da autonomia financeira da colónia, Norton procurou financiar-se através da Diamang e do Banco Nacional Ultramarino (BNU), sendo esta última instituição a única autorizada a emitir papel-moeda na província.

Assim, a 22 de maio de 1922, a bordo do vapor *África*, foi assinado um contrato entre o Alto-Comissariado e o BNU, estipulando que, "para o desenvolvimento económico da província, uma emissão privativa de cinquenta milhões de escudos" seria efetuada, "observando-se as bases aprovadas pela sua assembleia geral extraordinária de 12 de novembro de 1921"[628]. Ora, o banco, cuja função consistia em financiar o desenvolvimento da província, retirava grandes proveitos por elevar, em demasia, o convencional das transferências dos dinheiros que chegavam da metrópole. Maria Cândida Proença regista que aquele banco cobrava "como prémio de transferência entre 23 e 30 por cento"[629].

Nestas condições, todo o sistema iria desmoronar-se a prazo, em virtude da crescente dificuldade em financiar a economia e cumprir com os vencimentos da crescente burocracia administrativa. A inflação e as dificuldades em assegurar os pagamentos aos cada vez mais

---

627 Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, p. 136.

628 "Minuta do Contrato entre o Alto-Comissariado de Angola e o Banco Nacional Ultramarino", in Pasta "Sub-Sistema Alto-Comissariado em Angola" – ABNM.

629 Cf. Maria Cândida Proença, "A Questão Colonial", in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*, pp. 510-511.

numerosos funcionários públicos foram de par com o aumento da dívida, que os impostos não logravam estancar, e uma intensa agitação jornalística e popular[630], uma vez que a "escassez de numerário provocou fortes restrições ao crédito e a falta de divisas levou o banco a declarar a moeda angolana inconvertível, impedindo as transferências, enquanto o aumento da dívida externa obrigou o Governo português a conceder empréstimos a Angola"[631]. Porque, tendo afetado o setor produtor de bebidas alcoólicas, lesando os empregadores da mão de obra "indígena" e procurando atrair capital estrangeiro, visível em algumas grandes companhias, Norton concitou uma oposição que lhe imputava uma "ação antipatriótica[632]" e altamente lesiva dos interesses, que o historiador Adelino Torres classifica de atitude mercantilista, por pensar, não "em termos microeconómicos e microsocietais de pequeno capital, se assim se pode dizer, mas em termos de capitalismo, e mesmo de grande capitalismo moderno, dinâmico e atuante nos planos nacional e internacional"[633]. Idêntica opinião sustenta Aida Freudental, quando regista que "Norton não conseguiu expandir o mercado interno ao ritmo desejado, nem tornar o BNU um banco de investimento produtivo em vez de uma agência de especulação financeira"[634].

Logo em outubro de 1921, o luandense *Jornal do Comércio* condenava o regime dos altos-comissariados, "pelo seu carácter intermitente e pela confusão das leis que o rodeiam"[635]. Os sinais de descontentamento

---

630 Cf. Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, pp. 135-138; Renato Mascarenhas, *Norton de Matos. Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola*, pp. 270-274; Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, pp. 272-277.

631 Aida Freudental, "Angola", in Oliveira Marques (coord.), *O Império Africano 1825-1890*, pp. 288-289.

632 Venâncio Guimarães, *A Situação de Angola. Para a História do Reinado de Norton*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1923, p. 9.

633 Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, p. 276.

634 Cf. Aida Freudental, "Angola", p. 289.

635 "O Regimen dos Altos Comissarios", in *Jornal do Comércio*. Luanda: 15/19/1921, N.º 78, p. 1.

e de descalabro das contas públicas, começaram a grassar em meados de 1923: "fazendeiros descapitalizados, comerciantes com falta de crédito"[636]. A propósito da situação bancária em Angola, o relatório da Associação de Lojistas[637], alertando para a dificuldade de transferências, dificuldade de descontos e escassez da circulação fiduciária, propunha que o BNU aumentasse a circulação de moeda.

Venâncio Guimarães, em Angola, e Francisco Cunha Leal, na metrópole, tornaram-se os maiores expoentes da contestação. O primeiro, produtor de algodão e de gado; o segundo, um engenheiro, depois "notável rebelde" e deputado, apoiante de Sidónio Pais, havendo passado pelo Partido Popular, pelo Partido Nacionalista e pela União Liberal Republicana, assim como havia dirigido *O Século*. Em 1914, Cunha Leal participara numa manifestação contra o cônsul alemão em Luanda que, a propósito da derrota portuguesa em Naulila, se aprestara a comemorar em público a vitória das suas armas. Havendo Norton defendido o diplomata da turba, não o declarando de imediato *persona non grata*, Cunha Leal teria granjeado uma má impressão do então governador-geral[638].

Às desinteligências de natureza pessoal[639] acresciam opções políticas antagónicas e visões diferenciadas quanto à questão colonial, porquanto Cunha Leal propugnava uma fiscalização mais efetiva da metrópole. Deputado por Angola, entre 1919 e 1921, e próximo de um grupo importante de proprietários, o futuro líder da União Liberal Republicana, o então membro do Partido Republicano

---

636 Cf. Luís Farinha, *Cunha Leal*. Lisboa: Assembleia da República. Divisão de Edições, 2009, p. 170

637 "A situação bancária em Angola", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 17/01/1924, Ano 56.º, N.º 14, p. 1.

638 Cf. Luís Farinha, *Cunha Leal*. pp. 171-172; José Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, p. 425.

639 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, pp. 282-285.

Nacionalista, canalizou na sua pessoa esse descontentamento, principiando a reunir materiais e argumentos.

Foi o livro de Venâncio Guimarães, *A Situação de Angola. Para a História do Reinado de Norton*, escrito em Lisboa, que, em última análise desencadeou o imenso debate de muitos meses acerca da natureza dos altos-comissariados e do carácter e da obra do alto-comissário Norton de Matos. A argumentação, de cunho pejorativo, no essencial, dividia-se entre apodar Norton de incompetente e com "o prazer de mandar", e, por outro lado, classificá-lo enquanto "caso de patologia mental" ou de "moralmente não [ser] um português. No seu íntimo considera-se um súbdito de Sua Majestade Britânica"[640]. O "déspota de negros" teria, assim, usado o relatório de Cadbury como justificação para acusar os seus compatriotas de esclavagistas e colocar a colónia na órbita inglesa. Fazendo cair "uma chuva de portarias, circulares e instruções", pode-se dizer que "imolou os interesses de uma classe à qual vota o mais profundo desprezo – os agricultores da província [...] armado em paladino da liberdade do negro"[641].

Denunciando, pois, a classe a que ele mesmo pertencia e o real objeto da legislação de Norton, Venâncio Guimarães aduzia que o alto-comissário lhe movera uma perseguição pessoal, cancelando-lhe a licença de recrutamento de "indígenas" que possuía, através da empresa Sociedade de Recrutamento de Moçâmedes[642]. No parlamento, António Maria da Silva, presidente do Conselho de Ministros, em julho, secundara Norton, chamando-lhe negreiro: "esses cavalheiros já eram bem, conhecidos do País, como por exemplo o Sr. Venâncio Guimarães, dando assim razão a todos aqueles que nos caluniavam de esclavagistas".

---

640 Venâncio Guimarães, *A Situação de Angola. Para a História do Reinado de Norton*, p. 10.

641 Idem, ibidem, p. 9.

642 Idem, ibidem, p. 24.

Num registo anedótico, o relato prosseguia, apontando desmandos e incoerências, contradizendo as obras públicas, pois que as atribuía aos anteriores governadores. Quanto às circunscrições, Norton "limitou-se a dividir e subdividir", com o fito de "anichar funcionários, complicar os serviços, complicando a economia da colónia"[643].

Os "deploráveis dias de fevereiro de 1924"[644], no decorrer dos quais Norton de Matos enfrentou, na Câmara dos Deputados, um violento ataque à sua obra em Angola, enquadraram, pois, uma das mais marcantes discussões parlamentares da Primeira República. Ponto culminante de uma campanha jornalística e política começada, no essencial, no verão anterior – "em meados de agosto de 1923 já se estava a montar em Lisboa a máquina para me obrigarem a deixar o governo de Angola[645]" – a crítica a Norton ultrapassou a mera disputa pessoal, guindando-se ao julgamento da instituição dos altos-comissariados, da gestão descentralizadora propugnada pelo regime de 5 de Outubro para as colónias e, em última instância, da própria Primeira República, sem que disso, talvez, os intervenientes tivessem consciência. Porque, como acontecimentos lapidares, da envergadura da *Noite Sangrenta*, na qual, em 1921, vários políticos foram assassinados por marinheiros amotinados, o "processo" da gestão de Angola desgastou a imagem das instituições republicanas, dos seus representantes, em especial, do Partido Democrático, reforçando a convicção de que a instabilidade/incapacidade/espírito de fação seriam as suas marcas distintivas. Que, ao não salvaguardar devidamente o património ultramarino, pela anunciada falência que exigiria o concurso "desnacionalizador" de capital estrangeiro, o alto-comissário prestara um serviço de duvidosas consequências à República. Que se impunha uma vigilância mais

643 Idem, ibidem, p. 39.

644 José Norton de Matos, *A Nação Una*, p. 83.

645 Idem, ibidem, p. 202.

atenta do governo central e a subordinação da vida das colónias às diretivas gizadas nos gabinetes ministeriais da metrópole.

A discussão pode ser lida a vários níveis. Em primeiro lugar, a partir do conflito social que opunha os proprietários de Angola à legislação laboral promulgada por Norton, atentatória da exploração dos indígenas, pois, segundo Venâncio Guimarães:

> Se é difícil resolver o problema do trabalho indígena, que em essência consiste em levar os indígenas, sem conflitos permanentes, a transformar-se na proporção em *assalariados* dos brancos, para as explorações agrícolas principalmente, é impossível transformar Angola a não ser passados muitos séculos talvez naquela república de negros com que Norton aparentemente sonha. Para mais, desde que aquela fantasia se realizasse não se sabe bem o que os brancos lá ficariam a fazer, a não ser orientar o indígena na maneira como podiam chegar até à independência política, consequência lógica da independência económica perfeita e total[646].

Esta questão, que vinha atravessando a administração republicana de Angola desde Manuel Maria Coelho e a primeira governação de Norton, lesava seriamente os agricultores e implicava, a breve trecho, pelo aumento dos custos de contratação, a concorrência dos proprietários "indígenas" e/ou um emparcelamento de terras cada vez maior, a fim de rentabilizar as despesas tidas com o processo produtivo[647]. Iria, pois, diminuir de "muitos séculos" para meio século/um século, segundo os cálculos do alto-comissário, o surgimento de uma classe apegada à terra e, talvez, desejosa de independência. Sem considerar fatores externos e imprevistos, Norton, na sua conjetura, contava com a ministração de um ensino somente técnico e a implantação maciça

---

646 Venâncio Guimarães, *Uma administração ruinosa*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1923, p. 25.

647 Cf. Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, pp. 265-266.

de colonos portugueses, os quais deveriam conviver amistosamente com os naturais de Angola, para obstar a processos tendentes à "desnacionalização" ou independência da província.

Decerto que o estilo de governação de Norton, por vezes voluntarista e autoritário[648], se baseou em grandes investimentos, gerando ainda maiores inimizades nestes setores, já afetados ou destruídos por peças legislativas tendentes subtrair-lhes lucros. Ecoando, ademais, as disputas políticas da metrópole, entre os democráticos e os membros de outros partidos – veja-se, em jeito de contraprova, o elogio de Venâncio Guimarães a Brito Camacho, "figura eminente da nossa política e estruturalmente republicano[649] –, a situação de Angola refletia o desencanto de alguns colonos, os quais começavam a insistir cada vez mais numa autonomia alargada, uma vez que o processo descentralizador dos altos-comissariados parecia não corresponder às suas expectativas[650].

Luanda, Lisboa, Londres

Desembarcado em Lisboa, em outubro de 1923, no rescaldo da tomada de posse do novo presidente da República, Teixeira Gomes, e das comemorações da Implantação da República, Norton foi entrevistado por diversos jornais e homenageado em três banquetes: em Melgaço, onde se encontrava a usufruir das águas termais; em Ponte de Lima, contando com 75 convivas[651]; em Lisboa, a 22 de novembro, em jantar promovido pela revista *Contemporânea*, nos

---

648 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, p. 278.

649 Cf. Venâncio Guimarães, *Uma administração ruinosa*, p. 28.

650 Cf. José de Macedo, *Autonomia de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

651 "General Norton de Matos", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 1/11/1923, Ano 55.º, N.º 256, p. 1.

Paços do Concelho. Manteve, aparte as entrevistas e os discursos ditos nas ocasiões de homenagem, até à data da sua ida ao parlamento, em fevereiro do ano seguinte, e a despeito da acesa polémica, um "prudente silêncio"[652].

Após alguns artigos laudatórios do *Diário de Notícias* e "declarações que o seu enviado especial da Madeira recolheu da boca do general Norton de Matos"[653], assegurando a estabilidade financeira de Angola, o jornal entendeu publicar a entrevista havida no Funchal na sua totalidade. Agitando o fantasma do nativismo, o alto-comissário reclamava a "modificação da mentalidade da província, no sentido da consolidação do nosso domínio". E, nestas palavras, compreendia-se que à pacificação pela força das armas e da legislação, quando da sua primeira estadia em Angola, corresponderia, na segunda, a um nível superior, a jugulação dos intelectuais da Liga Angolana, "pois era necessário cerrar fileiras". Assegurado este desiderato, "tratei de mostrar aos indígenas que, de harmonia com as nossas tradições, nós nos distinguíamos das outras nações colonizadoras", pela "brandura de costumes", "espírito de igualdade e de assistência" e por um "desejo ardente de instruir, cristianizar e civilizar". Numa palavra, o "dever de tutela" teria de se sobrepor a quaisquer reivindicações que pusessem em causa a ordem colonial da "Nova Angola"[654]. O projeto de Norton continuaria a assentar na vinda de emigrantes para Angola, cerca de 100.000 a 150.000 nos próximos três anos, devendo-se evitar o desembarque de degradados, que propunha enviar para Cabo Verde ou a instalar em colónias penais situadas no Alentejo.

---

652 "O prudente silêncio do sr. Alto-Comissário", in *A Tarde*. Lisboa: 18/01/1924, Ano I, N.º 130, p. 1.

653 Cf. "Chega hoje a Lisboa o General Sr, Norton de Matos", in *Diário de Notícias*. Lisboa: 4/10/1922, N.º 20.731, p. 1.

654 "O Ressurgimento de Angola. O que foi a obra do sr. Norton de Matos, nos dois anos e meio da sua gerência", in ibidem. Lisboa: 7 de outubro de 1922, N.º 20.734, p. 1.

A *O Século*, que também documentou, em tom elogioso, o seu alto-comissariado, saudando-o efusivamente, "com a impressão que interpreta o sentir daqueles milhares de portugueses que, cada vez mais, sonham e querem e acreditam num Portugal honrado e agradecido"[655], declarou pretender criar condições para aumentar os fluxos migratórios para Angola, através da construção de infraestruturas habitacionais e de saneamento. Esclareceu que as nuvens que pairavam, acerca da falta de liquidez da colónia, seriam varridas com a criação de um Banco de Angola "mais privativo do Estado, mais nitidamente oficial", que pudesse financiar os investimentos ainda em curso e aqueles a empreender. Em todo o caso, considerou as críticas à sua governação como normais em política e reservou-se o direito de lhes dar resposta, caso necessário, no parlamento. Questionado acerca do "boato" sobre a ida "de v. Ex.ª para Londres como nosso ministro", o que viria, de facto, a suceder, confirmando-se o rumor de que Norton possuía uma alternativa política ao alto-comissariado de Angola, este último retorquiu que "ninguém me consultou ainda. Se me consultarem não aceitarei", acrescentando achar "mau esse sistema de trabalho que, constantemente, desloca indivíduos sem lhe permitir continuidade de ação no estudo e trabalhos iniciados"[656].

Na sessão parlamentar de 8 de janeiro de 1924, Cunha Leal, para que a "câmara saiba o que custa na imprensa o elogio aos homens públicos", exibia "recibos de pagamento" d'*O Século* e d'*O Mundo*, "conforme o documento passado pela Agência Colonial de Angola à Empresa de Publicidade", denunciando, assim, uma ação de propaganda jornalística do alto-comissariado, com o recurso a dinheiros públicos. Publicados na obra *Calígula em Angola*, apesar de veementemente contraditados por Norton, as cartas e os recibos incriminatórios não deixavam de atestar uma relação peculiar com a imprensa. Como atrás

655 "General Norton de Matos", in *O Século*. Lisboa: 3/10/1923, Ano 44º, N.º 14. 957, p. 1.

656 "O General Sr. Norton de Matos", in ibidem. Lisboa: 7/10/1923, Ano 44º, N.º 14. 960, p. 1.

se constatou, o general, já na Índia, procurara chamar a si os jornais que apoiassem a Repartição de Agrimensura e lograra fazer encerrar um dos mais críticos, do mesmo modo que, em Angola, a pretexto do separatismo e do nativismo, mandara fechar vários órgãos de imprensa escrita.

Seja como for, *O Primeiro de Janeiro*, transcrevendo uma entrevista publicada n'*O Mundo*, órgão do Partido Democrático que, a partir de 1922, passara a "defende[r] a política da esquerda democrática do Partido Republicano Português [Democrático]"[657], começava com a repetição da questão posta pelo jornalista a Norton: "a minha obra? Mas ela já se pode ver. [...] Suponho que três anos bastarão para que deixem de subsistir dúvidas sobre a minha ação governativa." Aos "que o acusa[va]m de ter gasto muito dinheiro com a sua administração", redarguiu:

> As linhas férreas, os portos de mar, todas as obras necessárias à drenagem dos produtos do interior não se podiam fazer apenas com palavras. Só com avultados capitais é possível conseguir benefícios representados na valorização das exportações. Estava tudo por fazer em Angola, desde as estradas às linhas férreas. [...] Eu não venho à metrópole pedir nem acréscimo de poderes, nem aumento de autorizações, quer pelo lado da autonomia administrativa, quer pelo que diz respeito à autonomia financeira [...] desejo todavia a proteção da metrópole"[658].

De qualquer maneira, a "proteção da metrópole" envolveria um auxílio financeiro de 60.000 contos ouro, a criação de um Banco de Angola com valências superiores ao BNU, para emitir papel-moeda,

---

657 Cf. Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006, p. 439.

658 "Uma Nova Angola – A obra do Sr. Norton de Matos", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 9/10/1923, Ano 55.º, N.º 236, p. 1.

e crédito agrícola, comercial e industrial, concluindo Norton, perante o aumento das exportações: "e dizem ainda que Angola está sendo um cancro para o país"[659].

O mesmo número de *O Primeiro de Janeiro* noticiava uma conferência dada pelo professor da cadeira de Parasitologia da Universidade de Paris, o belga Emile Brumpt, sobre o Congresso de Medicina Tropical, subintitulado de "justas palavras de homenagem ao sr. Norton de Matos"[660]. Este conferencista, referindo-se à questão da mão de obra indígena e do alcoolismo, "faz um largo elogio do alto comissário de Angola, que compara a Gallieni e a Lyautey". Brumpt entendera, "além da significação científica, a significação política" do acontecimento, o que não impediu Norton, muitos anos mais tarde, de agradecer o apoio, escrevendo que "ninguém como ele compreendeu a minha missão nacional e a fé sem limites que eu tinha"[661].

Numa segunda entrevista a esse jornal, ainda em outubro de 1923, Norton de Matos, lamentando a "falta de um regime bancário eficiente", reafirmou as palavras pronunciadas em Lisboa, na véspera da sua partida para aquela colónia, ou seja, carecer de sete anos para lançar os alicerces de uma Angola Nova[662]. Enfim, ao *Diário de Lisboa*, enfatizou que "Angola é a sua paixão", tencionando regressar em janeiro, enquanto, a 6 de outubro, enalteceu a sua obra, narrando que, quando ali chegara, em 1921, enfrentara a ameaça de desagregação da província, por via do nativismo, pelo que "a minha ação teve por fim distribuir mais equitativamente os dinheiros públicos[663]" e combater a regressão da legislação versando o trabalho indígena. "A união entre o branco

---

659 Ibidem, p. 1.

660 "Conferência pelo professor belga Emile Brumpt", in ibidem. Porto: 9/10/1923, Ano 55.º, N.º 236, p. 3.

661 Cf. José Norton de Matos, "Congresso de Medicina Tropical", in ibidem. Porto: 22/04/1952, Ano 84.º, N.º 111, p. 2.

662 "Angola – a pérola do Ultramar", in ibidem. Porto: 13/10/1923, Ano 55.º, N.º 244, p. 1.

663 Artur Portela, "Norton de Matos fala ao Diário de Lisboa sobre a sua ação como Alto-Comissário", in *Diário de Lisboa*. Lisboa: 6/10/1923, N.º 767, pp. 1 e 3.

e o preto está feita", na medida em que os indígenas oferecem-se para trabalhar, em lugar de serem compelidos. Voltou a sublinhar a intenção de atrair 100 a 150 mil colonos, acusando o BNU de tratar o governo da província "como se fosse credor insolvente".

Fundado a 1 de agosto de 1923, o periódico *A Tarde*, ainda que perguntando, para logo responder, no seu primeiro editorial, que "somos um jornal conservador e de direita? Somos, primeiro do que qualquer outra coisa, um órgão imparcial, liberto de compromissos"[664], não escondia, pela falsa questão retórica, essa tendência de oposição ao Partido Democrático. Na sua redação, para além de Cunha Leal, figuraram Filomeno da Câmara e João de Castro Osório, figuras da direita portuguesa de então. O "jornal foi muito crítico dos governos de António Maria da Silva", sendo, em 1926, adquirido por Artur Leitão, que o amarrou às causas da Esquerda Democrática. Extinguir-se-ia um ano mais tarde[665].

Foi a partir deste jornal, a 15 de agosto, que Cunha Leal, com o estribilho do despesismo e da prepotência, iniciou a crítica de Norton de Matos, logo secundado por outros colaboradores. Neste primeiro artigo, Cunha Leal negava a expansão dos caminhos de ferro e salientava que a construção de estradas apenas se destinaria aos "passeios domingueiros do alto-comissário"[666], para depois atacar a política do trabalho indígena, com o argumento de que a liberdade contratual prejudicava as grandes explorações agrícolas dos colonos, "verifica[ndo]--se que Angola só está em condições de poder caminhar se a metrópole a tutelar financeiramente"[667]. Colocando reservas à existência dos altos--comissários, pois "a legislação que estabeleceu o 'alto-comissariado

---

[664] Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século xx. Um Dicionário*, p. 582-583.

[665] Cf. idem, ibidem, p. 583.

[666] Francisco Cunha Leal, "A administração do sr. Norton de Matos", in *A Tarde*. Lisboa: 10/01/1923, Ano I, N.º 9, p. 1.

[667] Idem, "Sobre Angola", in *A Tarde*. Lisboa: 16 de agosto de 1923, Ano I, N.º 14, p.1.

da República' no Ultramar confere a um só homem, sem fiscalização real e sem sanção a valer, todas as atribuições do Poder Executivo", Cunha Leal dava o mote para outros fustigarem o "temperamento extremamente impulsivo, desconexo e apaixonado", que não "compreende cooperação que não seja subserviência", pois, "na sua incomensurável vaidade, a lei é dele", nesta "ditadura [que] não encontra, em Angola, limite", e é "administra[da] como roça sua"[668].

A campanha prosseguiu após o regresso de Norton a Lisboa, quer criticando as homenagens que lhe foram prestados em diversos banquetes: "hoje [...] vai ouvir palavras de saudação que são duma cruel e revoltante ironia para aqueles a quem toca a mágoa profunda da ruína de Angola e da funesta repercussão que ela tem na economia portuguesa"[669] e "até hoje, que o saibamos, a ação do alto-comissário de Angola na metrópole limitou-se ao tratamento nas Caldas de Melgaço"[670] – quer instando-o a reagir e a retorquir às acusações que lhe foram movidas muito regularmente nesses meses[671]: "desça sua Exa. do Olimpo"[672]. Remoques na mesma veia sobre a administração, o "regabofe de Angola"[673], reparos pessoais – "homens assim conseguem deslumbrar durante algum tempo as multidões ingénuas [n]um chorrilho

---

668 A. Videira, "Norton de Matos. Angola e regímen dos altos-comissários", in ibidem, 28/09/1923, N.º44, p.3.

669 "A propósito d'uma consagração. A administração Norton", in ibidem, 24/11/1923, N.º 92, p. 1.

670 "A administração Norton de Matos ", in ibidem. Lisboa: 16/11/1923, Ano I, N.º 85, p. 1.

671 Com efeito, *A Tarde* publicou artigos sobre Norton de Matos, o seu alto-comissariado e a situação de Angola em: 10, 15, 16, 17, 21 e 28 de agosto; 21 e 28 de setembro; 4, 6, 8, 13 e 26 de outubro; 2, 3, 6, 8, 16, 19, 23, 24, 26 e 27 de novembro; 3, 5, 8 e 29 de dezembro. *A Pátria*, que saiu em sua defesa, não foi menos aguerrida e assídua: 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 19 de agosto; 6, 18, 19, 20, 21, 22 e 26 de setembro; 3, 4, 7, 10, 12, 19, 23 e 29 de outubro; 1, 7, 10, 15, 16, 22, 24, 25, 26 e 29 de novembro; e 1 de dezembro. Cunha Leal alegou que a profusão de artigos laudatórios se devia ao facto de *A Pátria* se tratar dos poucos jornais lisboetas a publicar artigos gratuitamente.

672 "A campanha contra o sr. Norton de Matos", in *A Tarde*. Lisboa: 8/10/1923, Ano I, N.º 51, p.1.

673 "A administração Norton de Matos ", in ibidem, 6/11/1923, N.º 76, p. 1.

de superavits"[674] – e até num artigo versando o orçamento "despesista" de Macau ser encarado como "gastos à Norton"[675], não elevaram o nível do debate, tornando-se raros os artigos doutrinários.

A princípio, *O Radical*, periódico que, em setembro de 1923, passou a apoiar abertamente o partido homónimo, teve uma opinião favorável de Norton. A 29 de setembro desse ano elogiou a "obra gloriosa que é preciso divulgar para estímulo de todos os portugueses" sobre o alto-comissário de Angola, "homem de honestidade inconcussa, militar ilustre e de têmpera rija, a quem se deve a formação do exército expedicionário da Flandres". Neste âmbito, sempre em artigos não assinados, desejava a Victor Hugo de Azevedo Coutinho, novo alto-comissário de Moçambique, "uma boa obra, como aquela que em cerca de dois anos efetuou o sr. Norton de Matos em Angola"[676]. Porque, em geral, "no Terreiro do Paço conhecem muito mal as nossas colónias – ou não as conhecem", pelo que deve "merecer toda a plena confiança do governo o homem que [...] exerceu poderes quase discricionários – que assim o exigia a natureza da sua missão"[677].

E, se a 10 de outubro, ainda atestava que o alto-comissário "não é homem para parar em meio do caminho"[678], apenas uma semana mais tarde, na peça "Norton Imperator", asseverava que os "insistentes boatos têm fundamento", pois "Angola tornou-se, como a metrópole, um feudalismo de celerados", às ordens de um "imperador de Entrudo". Dava mesmo uma palavra de ordem: "fora com Norton de Matos. Salvemos Angola". E, verberando acerca da "sua revoltante presença" na metrópole, a fim de "fazer pressão sobre o parlamento para nova

674 "As despedidas, em Angola, feitas ao sr. Norton de Matos", in ibidem, 26/10/1923, N.º 67, p. 2.

675 "O orçamento geral da Província de Angola é uma burla", in ibidem, 2/11/1923, N.º 73, pp. 1-2.

676 "O Alto-Comissário em Angola", in *O Radical*. Lisboa: 29/10/1923, IV Ano, N.º 926, p. 1.

677 "Na chegada do sr. Norton de Matos", in *O Radical*, 3/10/1923, N.º 929, p. 1.

678 "Por Angola", in ibidem, 10/10/1923, N.º 933, p. 1.

sangria", recordava a famosa tirada de Afonso Costa, seu correligionário de partido, contra D. Carlos: "por menos crimes – está mesmo a saltar da pena – tombou no cadafalso a cabeça de Luís XVI, e era um autêntico rei"[679].

A ligação ao líder dos democráticos suscitou novos impropérios, logo no dia seguinte: "o generalíssimo do 14 de Maio é um falhado e um falido. Nunca deu nada. Foi uma das invenções estúpidas do Afonso Costa, que o fez gente [...] galucho bisonho" ou que "foi preciso que o Afonso o fosse arrancar – por conveniência – ao humilde anonimato em que vivia"[680]. De resto, as alusões às "imperiais despesas" e as referências à saudação "avé César" configuraram um vocabulário ricamente insultuoso, assente em paralelismos históricos de tirania, com particular destaque para o Império Romano – "tetrarca", "monarca da Idade Média", "negro Beresford de Angola", "caricatura grotesca de um Rei-Sol perdido nos sertões", "monarca impostor", "caserneiro bisonho" e "megalómano Norton de Matos[681]" –, e que parecem sugerir que Cunha Leal terá manobrado a súbita inflexão do jornal. Não apenas aquele político vinha empregando um léxico "imperial", de que a introdução do seu livro *Calígula em Angola*, seria o maior expoente, como *O Radical* justificava a mudança de atitude devido à leitura dos livros de Venâncio Guimarães. O certo é que o articulista autor dos escritos mais verrinosos confessava que "nós não afirmamos, nem negamos, a veracidade do facto (vice-reinado de Norton), apenas nos fazemos eco da opinião corrente"[682], mantendo o jornal, ainda, uma coluna de rumores, intitulada "Diz-se", onde o "grande e adiposo alto-comissário"[683] ora iria ser destituído

679 "Norton Imperator", in ibidem, 17/10/1923, N.º 939, p. 1.

680 "Norton quer mais dinheiro! Para quê?", in ibidem, 18/10/1923, N.º 940, p. 1.

681 "Lord Beresford na costa de áfrica", in ibidem, 19/10/1923, N.º 941, pp. 1-2.

682 "As nossas colónias", in ibidem, 23/10/1923, N.º 944, p. 1.

683 "Cenografia em Angola", in ibidem, 3/11/1923, N.º 939, p. 1.

pelo governo (15 de novembro), teria comprado o prédio da Agência Geral de Angola (5 de dezembro) ou até iria formar governo (14 de dezembro).

Os periódicos próximos do Partido Democrático procuraram responder ao jornal *A Tarde*. Por exemplo, *A Montanha* desferiu ataques pessoais a Cunha Leal: "tudo esclarecido [...] fala o sr. Cunha Leal, aparece a verdade na outra banda"[684]. Tendo sido "sidonista, reformista, popular, independente, liberal, nacionalista e que agora há de ser africanista"[685], este dirigente partidário era o tema do editorial de 25 de outubro: "Um ator. Cunha Leal não quer esta República"[686]. Também *O Rebate* não poupou impropérios.

A Pátria, mais do que insultar, procurou colher opiniões favoráveis e, se possível, isentas acerca da obra de Norton de Matos. Assim, o jornal transcrevia um artigo do *Times*, que, a despeito de algumas críticas, louvava a prestação do alto-comissário, com a usual comparação a um dos mais paradigmáticos colonialistas franceses:

> Norton de Matos mantém em absoluto a reputação de organizador que criou durante a guerra. Tendo conseguido reunir em volta de si um corpo de auxiliares competentes, poderá ele ser considerado o Lyautey português, uma vez que a sua permanência à frente de Angola se mantenha o tempo suficiente para se colherem os frutos do seu trabalho"[687].

---

684 "Tudo esclarecido", in *A Montanha*. Porto: 11/10/1923, 13.º Ano, N.º 3.999, p. 1.

685 "Factos & Comentários", in *A Montanha*. Porto: 17/10/1923, 13.º Ano, N.º 4.004, p. 1.

686 "Um ator. Cunha Leal não quer esta República", in *A Montanha*, 25/10/1923, N.º 4.012, p. 1.

687 "Portugal em África. O que diz o *Times* sobre o regime dos altos-comissários", in *A Pátria*, 4/09/1923, Ano IV, N.º 1.014, p. 1.

À direita, *A Ditadura*[688], "periódico do fascismo português", dirigido por Raul de Carvalho, também tomou posição. Admirador de Sidónio Pais, "iniciador em Portugal do Fascismo" e ferozmente crítico de Afonso Costa, "o famigerado chefe da demagogia", *A Ditadura* conseguiu reunir, na primeira página da edição de 23 de novembro de 1924, um largo apoio a Cunha Leal, "a Nação confia em V. Ex.ª [...] o maior português da geração moderna", e a figura do dia, justamente o democrático Norton de Matos. Na segunda página, referências ao banquete da *Contemporânea* eram acompanhadas por um excerto do *Jornal de Angola*, onde se anunciava o futuro combate do alto-comissário contra "ódios e malquerenças", numa "luta pessoal, luta política, luta financeira", na qual "tem sido atacado e caluniado"[689], entre outros, diga-se, por Cunha Leal.

No parlamento, o debate vinha-se desenrolando desde julho, com aquele deputado a contestar, a princípio, mais a instituição dos altos-comissariados, pois "a administração do Sr. Norton de Matos tem sido em geral boa, mas tem sido também um pouco personalista". Colocava, pois, uma interrogação acerca da natureza do poder:

> A província de Angola não tem a necessidade da circulação monetária que tem a metrópole. Em certa altura há de haver notas em excesso, e, lá como cá, as regras são as mesmas: quando houver notas a mais na província, o capitalista faz emigrar a nota, e como não tem facilidade de o fazer para o estrangeiro, fá-lo para o continente. A nota emigra para cá e temos a questão da transferência. O Banco Ultramarino, pouco a pouco, pelas dificuldades dos pagamentos em Portugal, fecha as suas agências da província. Estamos criando, pela própria força das circunstâncias, a gravidade

688 Cf. António Costa Pinto, "O Fascismo e a Crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923)", in *Penélope*. Lisboa: junho de 1989, N.º 3, pp. 44-62.

689 Cf. "General Norton de Matos", in *A Ditadura*. Lisboa: 27/11/1923, N.º 4, p. 2.

> do problema. O aumento da circulação fiduciária há de concorrer para criar uma situação que há de trazer a ideia do separatismo. Tudo isso se teria evitado se o contrato do Banco tivesse vindo ao Parlamento. Se o contrato tivesse vindo à Câmara, talvez ela tivesse repudiado o aumento da circulação fiduciária[690].

No início de agosto de 1923, Cunha Leal, numa intervenção mais contundente, afirmava que "eu ataco a autonomia de Angola, porque todos nós e a própria província estamos a sofrer os desmandos do Sr. Norton de Matos, e porque a metrópole tem o direito de fiscalizar os atos do Alto-Comissário"[691]. Esclarecia que a falta de moeda se agravava diariamente. A discussão prosseguiu nos periódicos, no decorrer dos meses seguintes, para retornar ao parlamento, acompanhando o regresso de Norton àquele órgão, na sua condição de deputado, a 19 de outubro. Após algumas palavras trocadas com Cunha Leal, com Fausto de Figueiredo, correligionário de Norton, antigo deputado franquista e futuro membro da Câmara Corporativa do Estado Novo, e com Cancela de Abreu, acerca dos "recibos de pagamentos", o debate decisivo realizou-se entre 20 e 29 de fevereiro de 1924.

Após um longo preâmbulo, as primeiras interpelações, feitas por Cunha Leal fixavam-se em três aspetos: o "excesso de personalidade" do alto-comissário, que castigava e expulsava as vozes críticas; a arregimentação de alguma imprensa à sua causa, através do recurso a fundos públicos; e o facto de distribuir "dinheiro aos montões como um fidalgo que nas suas mãos tivesse a cornucópia da abundância" com um "desprezo absoluto pelas regras da boa contabilidade", sendo que Cunha Leal sublinhava as suas dispendiosas deslocações

---

690 Intervenção de Francisco da Cunha Leal, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 04/07/1923, p. 19.

691 Intervenção de Francisco da Cunha Leal, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 03/08/1923, p. 27.

pela província, assim como o Congresso de Medicina Tropical, uma "parada de luxo que se compreenderia quando feita por um País próspero para mostrar a sua riqueza, mas não por uma província pobre, que está isolada da metrópole por virtude de diferença da sua balança económica"[692]. Numa palavra, segundo Luís Farinha, Cunha Leal condenava o "estilo autoritário de Norton de Matos e a sua vida tendencialmente faustosa", patenteada na dissolução da Liga Angolana, assim como a "corrupção", o "peculato" e o "esbanjamento[693]" do governo: "é todo este sudário o fomento de Angola: gastaram-se milhares de contos em instalações e automóveis. Não é isto um luxo demasiado neste tempo de miséria?[694]"

As palavras de Cunha Leal incidiram no deficiente cálculo orçamental, em erros na reorganização administrativa, razão por que, das novas circunscrições, "muitas são inúteis, e só servem para aumentar o número de funcionários", para além de impasses na construção de vias férreas. Quanto à resposta de Norton, prestada a 22 de fevereiro, esta começou num tom dramático: "é o deputado Norton de Matos que aqui está falando; e isto tem uma alta significação. Eu não me sujeito, senão perante os tribunais legalmente constituídos como devem ser, a ser considerado como réu"[695]. Nesta e nas alocuções subsequentes, o alto-comissário retorquiu que: "não digo que seja V. Exa., Sr. Cunha Leal, mas V. Exa. está a servir inconscientemente de instrumento a qualquer cousa que não quero classificar"[696], aludindo, implicitamente, àqueles que defendiam o trabalho forçado. Contestou as insinuações de luxo, apesar de admitir a existência de quatro residências oficiais, sendo que algumas não passariam de "casas desmontáveis".

---

692 Intervenção de Francisco da Cunha Leal, in ibidem, sessão de 20/02/1924, pp. 8-24.

693 Cf. Luís Farinha, *Cunha Leal*, pp. 172-173.

694 Intervenção de Francisco da Cunha Leal, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 26/02/1924, p. 17.

695 Intervenção de José Norton de Matos, in ibidem, sessão de 22/02/1924, p. 12.

696 Intervenção de José Norton de Matos, in ibidem, sessão de 25/02/1924, p. 14.

Outros deputados, como Cancela de Abreu e João Camoesas, tomaram a palavra e, "em vez de ser determinado um inquérito às contas de Angola, como Cunha Leal pretendia"[697], a câmara votou, a 10 de março, uma moção apresentada por Abílio Marçal, nos seguintes termos, que, mau grado o elogio da gestão de Norton, não a isentava de avultadas responsabilidades. Ainda segundo Cunha Leal, ter-se-ia tratado de uma "doentia apoteose".

> Realmente S. Exa.: não saiu diminuído, nem desprestigiado desta discussão. Cometeu porventura erros, porque não estão isentos disso os homens públicos, tanto mais que S. Exa. na sua ação não tinha métodos para copiar e tudo tirou da sua inteligência e experiência de colonial, mas a sua obra de Alto-Comissário é tão segura e grande, que pode à vontade suprir todas as faltas que tenha cometido porventura, pois que ainda assim fica uma grande obra [...] exercida com inteligência, honestidade e patriotismo [que] tem promovido a prosperidade daquela florescente colónia[698].

Ao invés do sucedido com Egas Moniz, que se reconciliou em 1949, quando das eleições presidenciais, Cunha Leal e Norton jamais se voltariam a aproximar, mesmo na altura de enfrentar o adversário político comum corporizado pelo Estado Novo. O periódico *O Radical* noticiava, a 19 de março de 1924, a intenção daquele parlamentar do Partido Republicano nacionalista escrever um livro sobre Norton de Matos[699]. Também João Ulrich, governador do BNU se dispôs a redigir acerca da situação bancária de Angola. Em fevereiro, ainda antes da arguição em S. Bento, Norton encomendara ao economista

---

697 José Norton, *Norton de Matos*, p. 296.

698 Intervenção de Abílio Marçal, in *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10/03/1924, p. 11.

699 "Diz-se que o Sr. Cunha Leal está fazendo um livro sobre a administração de Angola do sr. Norton de Matos" in "Diz-se", in *O Radical*, 19/03/1924, N.º 1.062, p. 1.

Avelino Quirino de Jesus, ligado aos círculos católicos conservadores, membro da administração do BNU e futuro conselheiro de Salazar em economia e matéria colonial, um relatório[700].

O volume de Cunha Leal, o famoso *Calígula em Angola*, reunia a documentação apresentada no debate havido no hemiciclo parlamentar, assim como a argumentação trocada, tudo precedido por um prefácio acintoso. A capa, da autoria de Almada Negreiros, com Norton em pose de imperador romano, não deixou de inspirar uma ilustração da já mencionada obra de Armando Boaventura, *Sem Rei, nem Roque*, em que o "alto-comissário de Portugal", "generalíssimo Norton de Matos" e "ex-tudo" encarnava "em rei", pois que "nem em Angola, em tempos idos, tivera tanto fausto"[701]. Seja como for, o retrato de Cunha Leal começava por vincar que:

> Homem de estatura meã, obeso, a face gordalhuda sem expressão, os olhos, por via de regra, semicerrados, deixando adivinhar, em rápidos lampejos, as qualidades fundamentais do seu carácter: a dissimulação, o orgulho, a crueldade e o medo – o Snr. Norton de Matos tem seus traços de semelhança, física e moral, com aqueles imperadores romanos, que ainda hoje causam o espanto e o horror da humanidade.

Note-se que estes traços descritivos eram quase a exata inversão de um outro retrato, da autoria de Chalux, pseudónimo do jornalista Roger de Chatelleux, a quem Norton, segundo Cunha Leal, teria encomendado uma apologia da obra do alto-comissariado. Daí decorreria, talvez, o emprego de vocabulário "imperial". Publicado no periódico

---

700 Cf. *A Moeda e o Crédito de Angola. Relatório apresentado pelo Dr. Quirino Avelino de Jesus, encarregado de estudar a situação da Província*, in Arquivo-Biblioteca Norton de Matos.

701 Cf. Armando Boaventura, *Sem Rei, nem Roque*, p. 16.

La Nation Belgue[702], o artigo de Chalux foi inserido no livro *Un An au Congo Belgue*:

> Cinquante-six ans; de taille moyenne; plutôt fort; une tête massive et volontaire, sur des épaules carrées; un front lourd et lumineux; un regard à la fois fin et dur; le cheveu plat; petite moustache drue, à la américaine; la voix nette; le geste sobre – ce qui est assez rare chez un Portugais, mais le Haut-Commissaire a des ascendants britanniques, comme le nom Norton l'indique d'ailleurs. Les facies d'un proconsul romain, avec quelque chose d'un monarque américain: roi des chemins de fer, du blé ou du pétrole[703].

A escolha de Calígula – inicialmente, pensou em Nero – denotava, pois, para além da aliteração, o intento de demonstrar que, à luz dos romanos, o procônsul de Angola se alcandorara a césar de Luanda, estabelecendo paralelos entre as expulsões que Norton ordenara e o "modo semelhante [como] procediam os imperadores romanos, quando, por um tribuno ou por um questor, mandavam abrir as veias aos cortesãos caídos em desgraça".

Alguns vultos do mundo dos negócios da província, como António de Sousa Lara e João de Sousa Machado, vieram em defesa da "obra que considero a mais prodigiosa da nossa história", até porque o "alto-comissário entende, e muito bem, ser necessário educar o preto, modificando-lhe os hábitos e criando-lhe necessidades"[704], mas, no geral, as impressões resultaram desfavoráveis. Sem possibilidade de negociar um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos ou em

---

702 "O problema de Angola", in *A Tarde*, 21/01/1924, N.º 133, p. 1.

703 Chalux, *Un An au Congo Belgue*. Bruxelles: Albert Dewit, 1925.

704 "A questão da mão de obra em Angola", in *A Pátria*, 3/10/1923, N.º 1.043, p. 1.

Londres, através da Diamang, com o parlamento a chamar a si responsabilidades que pertenceriam ao alto-comissário, Norton resignou[705].

Por conseguinte, confirmando os rumores e especulações que há muito circulavam na imprensa, foi nomeado, a 7 de junho desse ano, embaixador em Inglaterra. Ainda a 2 de junho, no parlamento, o deputado Carlos Pereira, após se congratular com o facto de a legação de Londres ter sido elevada a embaixada, ficava sem resposta, após questionar a ida do alto-comissário de Angola para esse posto. Em Luanda, o periódico *Preto no Branco*, evocando a quadra festiva dos Santos Populares, fazia publicar a peça jornalística "Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola": uma série de declarações de Norton, "cantigas ao desafio", que iam de 30 de agosto do ano findo ("abandonar Angola agora seria uma deserção") até 24 de abril de 1924 ("tudo estou preparando para a minha rápida partida para aí")[706]. Na realidade, o general iria substituir, em Londres, o jornalista Augusto de Castro, antigo diretor do *Diário de Notícias*, que somente aí permanecera em funções pouco mais de um mês – rumando à legação do Vaticano – o que comprova o carácter político da nomeação de Norton.

Na capital inglesa, o ex-alto-comissário logrou encontrar refúgio parcial contra os ataques da imprensa, as intervenções parlamentares e a agitação de Angola. João António de Bianchi, em telegrama confidencial dirigido ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira, a 16 de junho, informava que o ex-rei D. Manuel de Bragança se dirigira ao monarca inglês, questionando a "idoneidade e competência" de Norton de Matos, para o exercício das funções de embaixador, por não terem "sido completamente repudiados [...] ataques [à] sua administração", assim como insinuações de carácter pessoal. O encarregado de negócios interino desmentiu as alegações

705 Cf. Maria Cândida Proença, "A Questão Colonial", p. 511.

706 "Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola", in *Preto no Branco*. Luanda: 24/04/1924, N.º 7, p. 1.

do último rei português, remetendo documentos comprovativos das qualidades de Norton de Matos para o *Foreign Office*[707].

O pessoal da embaixada lusa era, então, constituído pelo encarregado de negócios interino, João António de Bianchi, que organizou e dirigiu a secretaria da delegação portuguesa à Conferência de Paz, em dezembro de 1918, tendo sido, depois, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Pequim em 1925, e embaixador em Washington, a partir de 1933[708], posto que ocupou até 1947; pelo segundo secretário Henrique Gabriel da Silva, segundo secretário no Rio de Janeiro (1915) e no Vaticano (1918), o qual chegara a Londres, em março de 1920, para rumar, no mesmo ano, a Madrid, regressando à capital inglesa em março de 1921[709]; António Rato Potier, adido extraordinário; e o conselheiro comercial Óscar George Potier, cônsul-geral em Xangai (1902-1909), depois em Nova Iorque (1911), Londres (1919), Tânger (1926) e Amesterdão (1929).

Em Londres, conforme testemunham os ofícios e os telegramas lavrados, Norton acompanhou a evolução financeira da Alemanha do pós-guerra[710] e a eleição de Hindenburg, "recebida aqui sem excessivas manifestações de nervosismo ou de receio"[711], a política parlamentar inglesa[712], ou a apreciação, por parte da imprensa britânica, do regime de Mussolini[713]. Também a questão ultramarina foi por si

---

707 *Telegrama N.º 80, de João António de Bianchi para o Ministério dos Negócios Estrangeiros*, de 16/06/1924, in AHD/MNE.

708 Cf. *Anuário Diplomático e Consular Português. Referente a 31 de dezembro de 1934*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional, 1935, p. 117-118.

709 Cf. ibidem, p. 177.

710 Ofício "Empréstimo Alemão", de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 de outubro de 1924, in AHD/MNE.

711 Ofício "Eleição de Hindenburg", de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29/04/1925, in AHD/MNE.

712 Ofício "Eleições em Inglaterra", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24/10/1924, in AHD/MNE.

713 Ofício "Apreciação da Política interna italiana pela imprensa inglesa", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26/10/1925, in AHD/MNE.

visada, em especial, a organização do "Colonial Office", em junho de 1925, segundo a qual, a "direção dos negócios com os domínios ficará a cargo de um novo ministério (*Secretaryship of State for Dominion Affairs*)", ao passo que o Ministério das Colónias "passava com esta reorganização dos serviços a poder-se dedicar exclusivamente aos problemas dos progressos das colónias"[714]. Norton subscrevia estas alterações, "do maior interesse para Portugal", pelo facto de "aplicar toda a energia da Nação ao desenvolvimento dos territórios coloniais"[715].

Nos inícios de 1926, diversos telegramas eram trocados acerca do *Relatório sobre o trabalho indígena na África Portuguesa*, do norte-americano Edward Alsworth Ross. Este texto, que havia sido apresentado à Sociedade das Nações, no ano transato, à semelhança das palavras de Cadbury, continuava a insistir na desumanidade do trato com os trabalhadores "indígenas", agravando, ainda mais, a imagem de Portugal no exterior[716]. Norton reportava que a imprensa inglesa não movera qualquer campanha contra este aspeto da colonização lusa, uma vez que os principais jornais se tinham abstido de publicar sobre o assunto. Tomava a liberdade de sugerir que "a minha ação aqui deve ser inteiramente combinada com a da nossa representação [na] Sociedade [das] Nações", tencionando conferenciar com o então representante português nessa instituição internacional, o correligionário Afonso Costa[717]. No contexto das suas funções protocolares, procedeu, também, à deposição "de uma coroa de flores

---

[714] Ofício "Organização do Colonial Office", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13 de junho de 1925, in AHD/MNE, 3.º P, A. 4, M. 2.

[715] Ibidem.

[716] Oliveira Santos, *Resposta às acusações que o americano professor Edward Alsworth Ross fez à administração dos portugueses em Angola num relatório que enviou à S. D. N. em 1925*. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1927.

[717] Cf. *Telegrama N.º 181, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros,* de 14/01/1926, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

no monumento aqui erigido aos soldados desconhecidos na guerra"[718], como, de resto, vinha efetuando em Portugal.

Seja como for, a sua estadia em Inglaterra ficou assinalada por ecos do alto-comissariado exercido. Não apenas coligiu os materiais que lhe permitiram redigir a obra *A Província de Angola*, na qual justificava o período de 1921-1924, como acompanhou a evolução daquela colónia e a cada vez mais instável conjuntura política portuguesa. Com efeito, o parlamento e a imprensa continuaram, ao longo de 1924, a julgar severamente a crise de Angola. A própria província, que recebeu a visita de Cunha Leal, se, "não lhe agradou a governação autocrática de Norton de Matos em muitos aspetos [...] temia aquilo que a discussão parlamentar deixava antever: o recuo da metrópole na concessão de um espaço de autonomia para a colónia"[719]. Sucedido por Rego Chaves, no cargo de alto-comissário, o embaixador em Londres assistiu à discussão acerca "do reforço da capacidade coordenadora do poder central metropolitano sobre a estrutura administrativa colonial e uma simplificação da máquina burocrática"[720], no fundo, a mudança do paradigma republicano. Por exemplo, Carneiro de Moura e Armando Cortesão, primeiro agente-geral das colónias, contestaram, no biénio de 1924-1925, a possibilidade de seguir o modelo britânico[721].

O saneamento financeiro conseguiu alguns êxitos, apesar do escândalo Alves dos Reis, em 1925. Este caso, que abalou profundamente a credibilidade do país, resultara de uma elaborada fraude de Artur Alves dos Reis que, dizendo agir em nome do Banco de Portugal, convencera a empresa britânica *Waterlow & Sons Limited*,

---

718 *Telegrama N.º 101, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros*, de 12 de julho de 1925, in AHD/MNE.

719 Luís Farinha, *Cunha Leal*, p. 174.

720 Nuno Sotto Mayor Ferrão, "A crise colonial em Angola e em Moçambique no debate político", in http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/32944.html [Consulta efetuada a 15 de abril de 2015].

721 Cf. idem, ibidem.

de Londres, a imprimir uma avultada soma de notas de 500$00. Este dinheiro permitir-lhe-ia financiar o seu Banco de Angola e Metrópole e lançar-se na compra de ações do Banco de Portugal, viabilizando o domínio desta instituição bancária e o desejado branqueamento dos crimes perpetrados[722]. Descoberto o caso, porque divulgado após uma investigação levada a cabo pel'*O Século*, Alves dos Reis fora julgado e condenado, escrevendo Norton, a partir da embaixada de Londres, a 4 de dezembro de 1925, que os jornais ingleses desmentiam afirmações do Banco de Angola e Metrópole sobre a origem dos seus capitais[723]. A 10 de dezembro, dispondo de mais informações, noticiava que as "notas [do] Banco de Portugal são fabricadas aqui. Essas notas não são falsificadas e foram fabricadas pela casa Waterlow"[724].

Em Portugal, os anos finais da Primeira República conheceram, pois, uma agitação crescente, no parlamento e nas ruas, que alertavam para a fratura latente entre as elites políticas e a generalidade da população. As fusões e as cisões do bloco nacionalista e conservador não lograram criar uma alternativa política aos governos democráticos, agora chefiados por António Maria da Silva. Verificou-se a instabilidade governativa dos sucessivos gabinetes ministeriais (democráticos) e o enfraquecimento deste partido, também devido a cisões e a falta de alternativas. Sucederam-se as tentativas golpistas e, quer a Guarda Nacional Republicana, quer o exército, continuavam a constituir uma ameaça para uma legalidade que, não raras vezes, se apoiava ilegalmente na força. Em breve, a ditadura passou a ser desejada: ora se evocava Sidónio, ora os mencionados Campos Monteiro e Armando

---

722 Cf. Artur Alves dos Reis, *Angola e Metrópole: dossier secreto. Fragmentos preciosos para a história da política, da finança e da magistratura portuguesa*. Lisboa: Edição do Autor, 1927; Murray Teigh Bloom, *The man who stole Portugal*. London: Secker and Warburg, 1967.

723 Cf. *Telegrama N.º 134, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 4/12/1925, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

724 Cf. *Telegrama N.º 142, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros*, de 10/12/1925, in AHD/MNE – Telegramas Enviados.

Boaventura escreviam romances contrafactuais de um futuro dominado por uma solução política autoritária. O jornal *A República*, apesar de garantir que "não queremos ditaduras! É ponto assente", via-se obrigado a reconhecer que "não é por dizê-lo que as ditaduras se evitam"[725].

Acabou por chegar. A 28 de maio de 1926. Quando Gomes da Costa e o comandante Mendes Cabeçadas, este último próximo da União Liberal Republicana de Cunha Leal, que já antes haviam conspirado, lideraram um golpe formado por forças de composição heteróclita, unidas contra os democráticos. Da luta, do compromisso e da dissidência entre estes grupos e a oposição republicana iria nascer o Estado Novo.

[725] "Não queremos ditaduras!" in *A República*. Lisboa: 6/02/1924, Ano XIV, N.º 4.029, p. 1.

Página deixada propositadamente em branco

VIII
Mística Imperial *Versus* Nação Una

Um ato colonial

Após o 28 de Maio, "depois da transformação política que se operou na política portuguesa, não era de esperar que se prolongasse a Comissão de Serviço na Embaixada de Londres"[726]. Tendo tomado conhecimento, pela agência Reuters, que "rebentaram duas insurreições em Portugal uma ao norte, outra ao sul"[727], Norton, em telegrama datado de 17 de junho, referia ter o *Times* publicado que "se espera em breve a nomeação do general Garcia Rosado, próximo de Gomes da Costa, para a Embaixada na Corte de Saint James", pelo que pedia uma aclaração dos intentos do secretário-geral, no que respeitava à representação diplomática em Londres[728]. O pedido de esclarecimento, "a bem dos interesses do país", uma vez que a embaixada "não está habilitada a desmentir", perante as autoridades britânicas, as notícias vindas a terreiro, destinava-se, de igual modo, a auscultar as intenções políticas do novo regime[729].

---

[726] Rodrigo Abreu, *A Vida Preciosa da D. Ester Norton de Matos*. Viana do Castelo: 1958, p. 218.

[727] *Telegrama N.º 241, de Norton de Matos para o MNE*, de 28/05/1926, in AHD/MNE.

[728] Cf. *Telegrama N.º 248, de Norton de Matos para o MNE*, de 16/06/1926, in AHD/MNE.

[729] Cf. José Norton, *Norton de Matos*, pp. 310-311.

Sem receber uma resposta concreta, o general remeteu novo telegrama, alguns dias mais tarde, no qual reiterou que a Reuters confirmava a nomeação de Garcia Rosado para o seu posto diplomático.

A 20 de junho, finalmente informado da sua substituição, Norton reportava que "estou desmanchando minha casa e tudo preparando para deixar rapidamente Inglaterra com a minha família", lamentando que "as circunstâncias que revestiram movimento Exército obriguem o chefe desse Exército na grande guerra a sair de um lugar que estava desempenhando com patriotismo e prestígio para a Nação"[730]. Naturalmente, que sendo um dos nomes cimeiros do Partido Democrático, contra o qual o golpe militar fora perpetrado, a sua saída de Londres, como sucedeu com a retirada de confiança a Afonso Costa, então responsável pela delegação portuguesa junto da SDN, era previsível.

Após viagem, Norton chegou a Portugal nos inícios de setembro, rumando a Ponte de Lima. Nos dois anos seguintes exerceu as funções de vogal do Conselho Superior de Promoções e de vogal do Conselho de Recursos do Exército. Reassumiu a docência no Instituto Superior Técnico, na qualidade de professor catedrático, e fixou residência em Algés.

Se a ditadura, nos primeiros meses, assistiu a um confronto entre "a vasta fronda social e política que apoiava a intervenção militar"[731], com o grupo de Cunha Leal e Mendes Cabeçadas, a União Liberal Republicana, a perder a iniciativa para a direita mais radical, que se apoiava no general Gomes da Costa, também esta família política seria afastada pelos verdadeiros senhores da situação: o republicanismo militar-conservador, chefiado pelos generais Sinel de Cordes, Óscar Carmona, Gama Ochoa e Passos e Sousa. Oliveira Salazar seria, por poucos dias, ministro da pasta das Finanças. As forças derrotadas, isto

---

730 *Telegrama N.º 251, de Norton de Matos para o MNE*, de 20/06/1926, in AHD/MNE.

731 Cf. Fernando Rosas, "Da ditadura militar ao Estado Novo: a 'longa marcha' de Salazar", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. VII, pp. 151-171.

é, os partidos republicanos, a breve trecho iriam constituir uma plataforma de combate à ditadura, o "reviralho"[732]. E um dos primeiros atos assentou na revolta de fevereiro de 1927, que compreendeu as cidades do Porto e de Lisboa, saldando-se na derrota dos "reviralhistas", com centenas de mortos e feridos, além de prisões e deportações.

Por seu lado, a direção do ministério das Colónias foi entregue ao comandante monárquico João Belo – que havia participado em "campanhas de pacificação" em Moçambique –, desde 6 de julho de 1926 até à data da sua morte, a 3 de janeiro de 1928. Esta estabilidade governativa permitiu a Belo conduzir uma política coerente em torno da centralização da ação governativa, aos níveis administrativo, económico e financeiro, anulando as principais medidas da Primeira República neste campo. A crise de Angola, espelhando as grandes dificuldades que afligiam as demais colónias, granjeou, da parte de Belo, as seguintes disposições: criação de um Conselho Superior das Colónias; criação do Banco de Angola, que substituía o BNU, no que respeitava à emissão de moeda e ao financiamento; novas *Bases Orgânicas da Administração Colonial*, através do decreto N.º 12.421, de 2 de outubro de 1926; novas cartas orgânicas para cada uma das colónias; o *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, Decreto N.º 12.533, de 30 de outubro de 1926; e a extinção das missões laicas. Em 1924 fora criada a Agência-Geral das Colónias, organismo que transitou para a Ditadura Militar e para o Estado Novo, e cuja atividade se inseria "no movimento pela divulgação das riquezas e dos valores tropicais e também como procuradora e intermediária dos interesses dos Governos de cada uma das possessões ultramarinas espalhadas pelos diversos continentes"[733]. Armando Zuzarte Cortesão, seu primeiro agente e diretor do *Boletim*

---

[732] Cf. Luís Farinha, *O Reviralho*. Lisboa: Estampa, 1998.

[733] José Luís Lima Garcia, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar* 1924-1974. Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUC. Coimbra: FLUC, 2011 (policopiada), p. 120.

da Agência-Geral das Colónias, no artigo inicial dessa publicação, referia: "Pouco se tem feito entre nós em matéria de propaganda colonial, mas entre esses poucos justo é destacar a obra de propaganda começada pelo Alto-Comissário, General Norton de Matos"[734].

De qualquer modo, as *Bases Orgânicas da Administração Colonial*, ecoando as experiências dos altos-comissariados, sem os abolirem, impunham uma mais eficaz vigilância da metrópole e uma clara definição das competências que cabiam ao Ministério das Colónias e aos governadores-gerais[735]. Mais importante, o decreto apontava para a modificação do regime dos altos-comissariados, fazendo depender a sua aplicação a circunstâncias excecionais, "que determinam em cada caso particular a necessidade de tal regime". Introduzindo, pela primeira vez, a expressão "Império Colonial Português", antecipando o *Ato Colonial*, de 1930, o decreto de João Belo destinava funções "deliberativas e consultivas" aos Conselhos do Governo das colónias, aumentava os poderes do respetivo ministério, devendo este superintender e fiscalizar a administração de cada colónia.

Por sua vez, o *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, segundo os princípios do Darwinismo Social, determinava a inferioridade do africano, mas propunha uma espécie de redenção civilizacional, através de um processo assimilativo não diferente daquele propugnado por outros colonialistas, quando enfatizava o respeito pelos "usos e costumes" e pela sua lei, desde que não ferisse os ditames humanitários defendidos pelos europeus. Em todo o caso, previa tribunais especiais para os "indígenas" e a manutenção de uma certa vivência tradicional, que tornaria a assimilação demorada, apesar de, em teoria, se garantirem os direitos constitucionais à "liberdade, segurança individual e propriedade,

---

[734] Armando Zuzarte Cortesão, "O Boletim da Agência-Geral das Colónias", in *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: AGC, 07/1925, Ano I, N.º 1, pp. 7-8.

[735] Cf. António Pedro de Bellegarde Belo, *João Belo e a Nação*. Lisboa: AGU, 1964, pp. 314-317.

singular ou coletiva, à assistência pública e liberdade do seu trabalho". Outras peças legislativas, como o *Código do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África* (Decreto N.º 16.199, de 16 de dezembro de 1928), o *Diploma Orgânico das Relações do Direito Privado entre Indígenas e não Indígenas* e o Decreto N.º 16.474, de 6 de fevereiro de 1929, vieram aprofundar a dependência do colonizado, procurando assegurar-lhe proteção jurídica na celebração de contratos. Retenha-se que o redobrar da pressão internacional para uma mais efetiva fiscalização do trabalho "indígena", no rescaldo do relatório Ross, ditou, da parte do Ministério das Colónias, um apreciável esforço para contraditar as instâncias e a imprensa internacional.

Das relações entre João Belo e Norton de Matos, uma pasta existente no seu arquivo, destinada às *Memórias*, contendo uma série de cartas provenientes do ministério tutelado pelo primeiro, é encimada pelas seguintes palavras: "João Belo era meu parente próximo e tinha por mim a maior consideração. Tive sempre por norma não ser grosseiro e principalmente para aqueles que são amáveis comigo". Daí que acrescentasse: "apenas pugnei pelos meus direitos"[736].

Em todo o caso, em finais de 1927, Norton de Matos, implicado nas revoltas de fevereiro, era preso e enviado para a ilha de S. Miguel, na qual lhe foi fixada residência. Regressou a Lisboa, em junho de 1929. Em novembro, a morte de António José de Almeida, grão-mestre da maçonaria, que pouco tempo antes substituíra Magalhães Lima, abriu caminho à sua eleição para os anos de 1930 e 1931, tendo tomado posse a 30 de abril de 1930[737]. Certamente que o seu vínculo à oposição, robustecido pela pertença ao Comité Político da Liga de Defesa da República, pesou na escolha, em virtude de a maçonaria se sentir ameaçada pelo regime.

---

736 "Documento para as minhas Memórias Políticas de Atração de João Belo", in Pasta "Documentos para as Minhas Memórias" – ABNM.

737 Cf. A. H. Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2.º vol., pp. 960-961.

É que, apesar de alguns membros da elite política da situação terem pertencido à obediência do Grande Oriente Lusitano, caso do chefe de Estado Óscar Carmona, a ditadura, à semelhança de outros regimes autoritários da Europa de então, julgou por bem combater a maçonaria, fazendo reviver os usuais mitos de dominação esotérica. Assaltado no ano anterior, por elementos da Guarda Nacional Republicana, o Palácio Maçónico encontrara-se fechado até pouco antes da tomada de posse de Norton. A sua *Mensagem ao Povo Maçónico*, evocando o período sidonista e as "mentalidades semelhantes às de 1580", pretendia "esboçar um programa de ação", em face de "as instituições liberais e democráticas quase de todo se apagarem em Portugal [...] facilitando a conquista do País pelas forças reacionárias". No entanto, este "programa de ação", porque "não somos homens de violência", fundava-se no desenvolvimento da instrução, uma das grandes bandeiras do regime republicano, e na questão colonial. A propósito desta última, cuja importância apenas se equiparava à primeira, esclarecia que ambas, cada uma a seu modo, realizavam uma obra de combate ao "obscurantismo", rumo ao "aperfeiçoamento humano" almejado pela instituição maçónica. Por isso, anunciava a sua concetualização de "nação una", ainda que sem referir tal expressão:

> É necessário acabar de vez com distinções entre colónias e metrópole. A Pátria é uma só; o território é só um, constituído pelo conjunto admirável de todos os territórios portugueses. A nossa política colonial não nos levou nunca para a instabilidade de uma comunidade de nações; conduziu-nos sempre para a criação de um Portugal Maior, e só nas épocas calamitosas da nossa história perdemos territórios. [...] A obra a realizar tem de ser de conjunto e não dispersa; una e simultânea, e não dividida e espaçada[738].

[738] José Norton de Matos, *Mensagem ao Povo Maçónico*. Lisboa: 1930, pp. 4-9.

Parecendo temperar o seu apreço pela descentralização no processo colonial, como que admitindo o relativo malogro do alto-comissariado de Angola, como alguns historiadores têm vindo a admitir, Norton teria principiado a erguer "um sistema colonial federalista que compatibilizasse uma moderada descentralização administrativa com a garantia da unidade de soberania nacional entre a metrópole e as colónias"[739]. Afinal, em 1931, Norton fazia a seguinte avaliação do seu alto-comissariado: "passados três escassos anos obrigaram-me a abandonar a administração do governo e plano e a assistir impotente ao espatifar da incompleta obra que consegui realizar"[740].

Este debate, que continuava então vivo no seio das elites ultramarinas, tivera, no *Ato Colonial*, um momento fulcral, altura em que Salazar sobraçava, interinamente, a pasta das Colónias. Elaborado por este ministro, por Avelino Quirino de Jesus e por Armindo Monteiro, o Decreto N.º 18.570, de 8 de julho de 1930, no seu preâmbulo, anunciava a intenção de, como sublinhara Norton de Matos, na *Mensagem ao Povo Maçónico*, não promover o retorno às fórmulas demoliberais da Constituição de 1911:

> A reforma da Constituição Política da República é uma necessidade reconhecida por todos, para ser satisfeita oportunamente. A parte dela relativa às colónias não oferece as dificuldades especiais que têm as outras, em que mais de perto influem as doutrinas políticas, económicas e sociais. [...] Nestas condições é possível adotarem-se as soluções indispensáveis para haver um

---

739 Cf. Nuno Sotto Mayor Ferrão, *A ideia federalista do general José Maria de Norton Matos no contexto da política colonial da década de 1930*, in http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/37715.html [Consulta efetuada em 14/05/2015].

740 José Norton de Matos, "A Questão Colonial II", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 13/06/1931, p. 1.

> Ato Colonial, que principie a vigorar imediatamente, em substituição de todo o título V da Constituição de 1911[741].

Por iniciativa de Cunha Leal, o *Ato Colonial* fora debatido no III Congresso Nacional Colonial, que decorrera na Sociedade de Geografia de Lisboa, entre 8 e 17 de maio. Se, a princípio, o antigo opositor ao alto-comissariado de Norton colaborara com a ditadura, enquanto governador do Banco de Angola, e até apoiara a ascensão de Salazar, em breve se distanciara do ministro das Finanças, atacando a sua "obra intangível", na medida em que a política financeira do "ditador" estrangulava Angola.

Por seu turno, na oposição, Bernardino Machado assinava o opúsculo *O Ato Colonial da Ditadura*, definindo o decreto como um "assalto à Constituição da República para o estabelecimento duma *outra ordem política*". Extinguindo os altos-comissariados, o *Ato Colonial*, segundo este republicano, concederia o exclusivo missionário aos religiosos e subordinaria as províncias ultramarinas "às fações tentaculares" dos banqueiros e exploradores. Isentando de liberdade as colónias, doravante "vassalas" da suserana "metrópole", e restaurada a "obsoleta doutrina da tirania do Pacto Colonial", tudo concorria para mergulhar o Ultramar na apatia económica, prescindindo-se do concurso de colonos em favor da exploração dos "indígenas"[742].

O *Ato Colonial*, definido pelo *Jornal da Europa*, como "notável instrumento jurídico de política nacionalista", estabelecia, nesta veia, que "os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português" (Artigo 3.º), sendo da "essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar

---

741 Decreto N.º 18.570, de 8 de julho de 1930 – "Ato Colonial", in *Diário do Governo*. Lisboa: 8/07/1930, I série, N.º 156, p. 1.307.

742 Bernardino Machado, *O Ato Colonial da Ditadura*. 08/1930, pp. 4-9, in Pasta "Correspondência 1937-1945" – ABNM.

as populações indígenas que neles se compreendam" (Artigo 2.º). Os artigos do Título II – "Dos Indígenas" mantinham o protecionismo paternalista da República, mas reservavam o direito de o Estado "compelir [...] ao trabalho em obras públicas de interesse geral da coletividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciárias de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais" (Artigo 20.º). Atender-se-ia ao "estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais [...] de contemporização com os seus usos e costumes [...] que não sejam incompatíveis com a moral e os ditames de humanidade" (Artigo 23.º). Não havia qualquer menção às missões laicas (Artigo 24.º).

E, embora o Artigo 26.º assegurasse "descentralização administrativa e a autonomia financeira", fazia dependê-las da metrópole, "num modelo tendente à subordinação completa das colónias à lógica económica" gizada em Lisboa. Do mesmo modo, "reiterava soberania do Estado Português em toda a extensão do espaço imperial: os contratos das companhias majestáticas não seriam prorrogados, as economias coloniais seriam submetidas a um processo de 'nacionalização'"[743]. Assim, a princípio, os bancos financiadores das colónias, a Caixa Nacional de Crédito, o BNU e o Banco de Angola seriam tutelados pelos ministérios das Finanças e das Colónias, que nomeariam os seus administradores, ainda que, com o correr do tempo, a privatização nunca exclua, pois "não pode nem deve cessar a fiscalização do Estado". Tal implicaria a impossibilidade de as colónias se financiarem no estrangeiro e a obrigação de orçamentos equilibrados, enquadrando estas diretrizes uma discreta censura às opções do alto-comissariado de Norton de Matos.

Tendo partido para Antuérpia, em meados de setembro de 1930, a fim de participar na Semana Portuguesa da *Exposition Internationale Coloniale, Maritime et d'Art Flamand*, que assinalaria o centenário

[743] Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro*. Venda-Nova: Bertrand Editora, 2000, p. 79.

da independência belga, e na Convenção Maçónica Internacional, na qualidade de grão-mestre, o general fora convidado pelo governo belga e designado pelo agente-geral das colónias, Armando Cortesão, para proferir uma conferência no pavilhão de Portugal, inaugurado a 18 de maio.

Ora, a comunicação de Norton, intitulada "La formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue coloniale", fora, no entender do ministro plenipotenciário na Bélgica, Augusto de Castro, um "notável trabalho sobre [a] evocação [do] espírito colonial português", havendo recebido "altas manifestações de simpatia", assim como "numerosos banquetes e receções"[744]. Começava por responder ao *Ato Colonial*:

> Ma thèse est que les régions que le Portugal a découvertes, conquises et occupées en Afrique, en Asie et en Amérique ont toujours été considérées par lui comme une augmentation, une prolongation du territoire portugais. On leur a donné les noms des «découvertes», des «conquêtes», mais jamais, dans les temps passés celui de «colonies». [...] Nous avons marché toujours et marchons encore vers l'unité territoriale et non vers la diversité territoriale, vers la stabilité d'une nation unique et non vers l'instabilité d'une communauté de nations[745].

Fazendo tábua rasa do vocábulo "colónia", em favor da tradicional "província" – ainda que, no decorrer da República, as duas terminologias tenham convivido, bastando, para tal, recordar a nomenclatura do seu ministério –, Norton de Matos, à semelhança de outros estudos, começava por enunciar que, desde os primórdios, a "étroite

---

[744] *Telegrama N.º 22, do ministro plenipotenciário da Bélgica Augusto de Castro para o MNE*, de 24/09/1930, in AHD/MNE.

[745] José Norton de Matos, "La formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue coloniale", in *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: AGC, 11/1930, Ano VI, N.º 64, pp. 3-4.

bande qui occupe presque tout l'occident de la péninsule ibérique" havia possuído uma singular unidade e coerência orográfica, que a apartaria do restante território, desempenhando a proximidade do mar e a extensão das praias um papel de não somenos importância. A seu ver, os habitantes primevos da península, apesar das invasões e das migrações de celtas, fenícios, gregos, cartagineses, romanos e árabes – se influenciados sob o prisma cultural, não haviam perdido o seu "fundo étnico", que "est resté toujours le même jusqu'à nos jours". Por isso, ignorando as lições de Alexandre Herculano, tendia a considerar que "le sentiment d'une conscience nationale apparaît dans le peuple lusitanien comme le résultat des luttes séculaires qui eurent lieu dans la Lusitanie contre les Romains envahisseurs"[746].

Este sentimento, ainda que dominado pela língua e pelos costumes latinos, não teria olvidado as premissas da coletividade: amor à independência e à liberdade e sentido de conservação do torrão pátrio. E, quando no decurso da "Reconquista" se formara uma unidade mais ou menos autónoma no seio do Reino de Leão, o Condado Portucalense, este território mais não seria do que uma sorte de atavismo histórico dos antigos lusitanos. Daí que, no decorrer do alargamento territorial para sul, o Condado Portucalense/Reino de Portugal não houvesse, supostamente, ultrapassado as ancestrais fronteiras do povo de Viriato, com (a grande) exceção do expansionismo marítimo, que Norton opunha ao poderio telúrico de Castela.

A conferência prosseguia com uma enumeração dos espaços colonizados por Portugal: "vouloir créer un empire au Maroc, un autre dans l'Inde, un troisième au Brésil et maintenir en même temps l'occupation dans l'Afrique et dans l'Extrême-Orient". A propósito de Marrocos, enfatizava a sua conquista como o natural prolongamento do Algarve, atestando que a governação das cidades do Norte de África obedecera a uma jurisdição decalcada daquela

---

[746] Idem, ibidem, p. 7.

em uso na metrópole, uma marca da colonização portuguesa. Referenciava as relações de relativa boa vizinhança, apesar das incursões militares empreendidas por ambos os contendores, portugueses e muçulmanos. Comparava a assimilação dos berberes vivendo nas praças lusas àquela ocorrida no Algarve, como se o processo histórico nacional se repetisse além-mar, sendo Marrocos um ensaio do que viria a acontecer na Índia e no Brasil, sob os auspícios das qualidades aculturativas herdadas dos lusitanos[747]. Tendo presente as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, de Antero de Quental, imputava à intolerância religiosa (Inquisição), depois política e económica (Absolutismo?), o desmembramento da nação, com o abandono das praças marroquinas, ao tempo de D. João III, e a perda da independência, em 1580. Ou seja, é certo que, para si, cidades como Ceuta, Tânger, Arzila e Alcácer--Ceguer teriam sido, durante um século, genuinamente nacionais.

Em relação à Índia, anotava que, apesar de alguns historiadores traçarem paralelos entre os fenícios e os portugueses, devido ao facto de ambos os povos terem erigido o comércio a atividade primacial, a verdade era outra, pois que os primeiros se limitavam a comprar e vender. Sem o mencionar, até porque em escritos anteriores e posteriores o faria, o seu paradigma colonizador da Antiguidade residia nos romanos, o que parecia entrar em contradição com a persistência étnica dos lusitanos. Como quer que seja, da Índia, Norton reteve a figura de Afonso de Albuquerque, o militar convertido em administrador e um dos seus modelos. Tanto assim que admitiu que "la raison de la disgrâce d'Albuquerque a été sa politique d'autonomie administrative ou de *self-government*", numa aparente referência à sua própria governação de Angola. No entanto, Norton justificava a ação de Albuquerque, garantindo que as medidas deste, como o emprego de nativos na administração ou a criação de um

[747] Cf. idem, ibidem, pp. 14-21.

senado goense, com prerrogativas idênticas ao de Lisboa, não continha "aucune arrière pensée et sans jamais avoir pensé à séparer de la métropole les domaines de l'Inde". Neste sentido, não concordava que a destituição do vice-rei fosse lida pelos historiadores coloniais como "le premier acte du gouvernement central contre les procédés d'administration qui pouvaient conduire à la destruction de l'unité et de l'agrandissement de la nation". Em suma, "des hommes ayant les qualités d'Afonso d'Albuquerque ne perdent jamais de vue les intérêts de leur patrie, dont ils incarnent les aspirations de grandeur", percebendo-se nesta, como nas passagens anteriores, que Norton evocava a sua própria situação enquanto alto-comissário[748].

Posto isto, cabe questionar até que ponto a ideia de "nação una" – que se foi cristalizando nos alvores da década de trinta –, tenha constituído, quer uma reação ao processo centralizador de Salazar/Armindo Monteiro, quer um recuo, no que concerne à experiência republicana, em geral, e ao alto-comissariado de Angola, em particular? Nas *Memórias*, Norton, rememorando a conferência de Antuérpia, escrevia que, a finalizar a comunicação, teria exposto a tríade "unidade nacional"/"unidade territorial"/"unidade económica" como o fermento do conceito de "nação una". Na realidade, esta concetualização apenas surgiria formulada, em 1931, nas páginas d'*O Primeiro de Janeiro*. Este lapso, propositado ou involuntário, resulta tanto mais curioso, quanto a sua conferência não lograra resolver um problema crucial: por que razão teria o Brasil, "la partie la plus importante de la nation portugaise, celle où l'effort de la colonisation a été le plus notable, a été précisément celle qui s'est séparée de la nation, qui a brisé l'unité nationale"[749]? A resposta por si avançada entroncaria em erros administrativos, fortalecimento das classes médias, devido à extração das riquezas naturais do sertão, e ao excessivo

[748] Cf. idem, ibidem, pp. 30-31.

[749] Idem, ibidem, p. 33.

poder das missões religiosas, "un État dans l'État", como que recordando a legislação vigilante que promulgara em Angola, com vista a cercear eventuais atos desnacionalizadores por parte dos missionários. Mas, em última instância, esta análise não esclarecia o porquê do nascimento de uma nação colonizada, abstraindo-se de levar em linha de conta os movimentos independentistas da América do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, ou o facto de as nações não serem eternas.

A concluir, traçava uma descrição do além-mar português, espécie de balanço, escusando-se, todavia, a tecer comentários sobre a "corrida colonial" do século XIX, talvez por se encontrar em território belga, a convite do seu governo, pelo que iria reavivar velhas disputas acerca de Angola e do Congo, que destoariam do carácter afirmativo da sua comunicação. Aliás, em nome do progresso de África, saudava "l'équilibre pacifique" entre essas duas colónias.

No ano seguinte, em *O Primeiro de Janeiro*, reagindo às primeiras medidas de Armindo Monteiro, que ascendera, a 31 de janeiro, à pasta das Colónias, impondo a prossecução do processo centralizador iniciado por João Belo e Oliveira Salazar, através de medidas de restrição financeira, Norton apresentou as linhas gerais da "nação una", que opôs à "mística imperial" daquele ministro. Ao longo de seis artigos sob o título genérico de "A Questão Colonial", entre 29 de maio e 6 de agosto de 1931, o antigo embaixador de Londres pregava uma solidariedade entre as diferentes partes do território nacional, através da remoção de barreiras alfandegárias no interior do espaço metropolitano/ultramarino, e da fiscalização orçamental de cada uma das colónias por um Alto Conselho Colonial, que "será o portador da vontade nacional, expresso pelo Parlamento da República", composto pelo respetivo ministro e os governadores de cada uma das parcelas ultramarinas[750]. É certo que, a partir de 1933, começaria

[750] Cf. Idem, "A Questão Colonial", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29/05/1931, p. 1.

a reunir-se a Conferência dos Governadores. Porém, tal como as Conferências Económicas do Império, este órgão não dispunha de poderes deliberativos, pelo que pouco possuía em comum com as Conferências Imperiais britânicas, "expressão do princípio descentralizador do *self-government*", nas quais o ministro das Colónias, "simples *primus inter pares*", coordenava, mais do que dirigia[751].

Partidário do modelo inglês, Norton aventava, então, uma unidade económica, territorial e económica, articulando o ministro das Colónias, o parlamento, os conselhos coloniais (provinciais) e os cidadãos, numa mecânica democrática, em que os diferentes órgãos se vigiassem, evitando tornar-se correias de transmissão de cunho burocrático ou decorativo[752]. A seu ver, demasiado distendido e disperso pelo globo, possuindo territórios longínquos, como Timor, ou deveras pobres, como Cabo Verde, o futuro de Portugal assentaria na harmonização económica das partes, capaz de viabilizar o desenvolvimento e o provimento das necessidades de todas. O esboço de federação, a ser conduzido a partir de Lisboa, não despojaria os poderes locais e, sobretudo, não imporia um mero Pacto Colonial, segundo o qual "a única maneira de atingir essa unidade sob o ponto de vista económico é levar os nossos territórios do Ultramar a comprarem tudo que carecem na metrópole ou em colónias portuguesas e a exportarem todos os seus produtos para a Metrópole e para outros territórios nacionais"[753]. Esta "opinião corrente", segundo Norton, deveria ser combatida, pois, de contrário, dificilmente se conseguiria uma "nação una".

Tal empenho doutrinário foi secundado por ações no campo cívico. A 21 de março de 1931, Norton dirigia uma *Mensagem à Grande Dieta*

---

751 Cf. Pedro Aires Oliveira, *Armindo Monteiro. Uma Biografia Política*, p. 102.

752 Cf. José Norton de Matos, "Conferência imperial de Londres I", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26/05/1937, p. 1.

753 Idem, "Angola e as suas relações comerciais com a metrópole", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 2/11/1934, p. 1.

(assembleia maçónica), que, sem conceder destaque às questões ultramarinas, como a mensagem do ano anterior, alertava, antes, para a necessidade de "travar o último combate" contra a ditadura, perante a "definitiva e completa vitória reacionária"[754]. Obstando ao regresso à "normalidade constitucional", a ditadura pretendia deixar de ser excecional e transitória, para se tornar uma situação de facto: "um Estado Corporativo Integralista, mais absoluto e mais oposto à liberdade, do que o Estado Corporativo Fascista, hoje em exercício em Itália"[755].

Reeleito grão-mestre em dezembro, Norton seria cofundador e presidente da Aliança Republicana e Socialista, em 1931, depois dissolvida e ilegalizada pelo Governo. Tratava-se da tentativa de vencer a ditadura pelas eleições, que a Revolta de 26 de julho desse ano inviabilizou, mas que anunciava, conforme as mensagens endereçadas à maçonaria, uma estratégia de luta nas urnas, mais tarde corporizada na sua candidatura à presidência da República. Tendo passado à situação de reserva, o general "supranumerário permanente", por ter atingido o limite de idade, em 1934, seria reformado no ano seguinte e demitido compulsivamente das funções de professor do Instituto Superior Técnico, em maio do ano seguinte. Nesse mês, demitiu-se do cargo de grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, após ter protestado, sem sucesso, junto do Presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, contra o projeto de lei que proibia as associações secretas e, na prática, consumava a estratégia de dissolução de todas as organizações não enquadradas no Estado Novo.

Este regime político, consagrado pela Constituição de 1933, que, no seu Artigo N.º 132, considerava o *Ato Colonial* "matéria constitucional, devendo o governo publicá-lo novamente", fez da propaganda um dos seus principais veículos. Organizou, assim, uma série de congressos e exposições de natureza colonial, a fim de ilustrar

---

754 A. H. de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, p. 193.

755 José Norton de Matos, *Mensagem à Grande Dieta*. Lisboa: 1931.

o interesse em divulgar, junto dos portugueses, a crença de um império uno "do Minho a Timor", um império colonial que seria o terceiro do mundo. Um dos pontos altos ocorreu em 1934, com a Exposição Colonial do Porto, certame que envolveu congressos, exposições, concertos e cortejos de nativos de todas as colónias e numerosas publicações, como a revista *Ultramar*, sendo seu diretor Henrique Galvão. Na verdade, coroando o que já foi apelidado de "jardins zoológicos humanos", isto é, a exibição de "indígenas" em pequenos espaços decalcados do seu meio físico natural, ou os desfiles enquadrando vultos dos Descobrimentos e as cenas etnográficas dos "súbditos do império" – a exposição portuense buscou conferir uma aura de cientificidade ao acontecimento. Seguiram-se o I Congresso de Agricultura Colonial, o Congresso de Intercâmbio Comercial para as Colónias, o I Congresso de Antropologia Colonial e o I Congresso Militar Colonial.

Enquanto o Congresso de Antropologia Colonial, dominado pelas figuras de Eusébio Tamagnini e António Mendes Correia, que dissertaram acerca da miscigenação, transmitiram a ideia generalizada de o mestiço ser um possível agente de perturbação, propício à revolta contra as duas sociedades nas quais não se reconhecia, já o Congresso Militar Colonial, "afastada por completo toda a política partidarista"[756], que o mesmo é dizer que algumas comunicações pertenciam a conhecidos oposicionistas, procurou debater e equacionar a relação de forças estacionadas nos teatros ultramarinos, as relações com o poder civil e a presença do "indígena" no exército.

Norton participou com a oração "A Ação Civilizadora e o Exército Português no Ultramar". Se, no título, evitou a expressão "império", mais conforme à mecânica jurídica e propagandística do Estado Novo, num artigo dado a *O Primeiro de Janeiro*, congratulando a iniciativa, assim como a exposição, não evitou expressar que "a funda impressão

[756] "O Congresso Militar", in *Ultramar*. Porto: 15/04/1934, Ano I, N.º 6, p. 1.

que ela me causou corresponde à grandeza do império". Entenda-se que o emprego deste vocábulo, tanto no artigo, quanto na comunicação proferida, somente ocorreu duas vezes: relacionando-se com o êxito da exposição, visitada por "centenas de portugueses humildes com que me acotovelava"[757]; e, por outro lado, no intuito de "não faz[er] sentido estarmos a falar tão amiúde no império e quási não termos na vastidão das nossas terras um soldado branco"[758] instruído e capaz de servir de modelo aos congéneres "indígenas". Na sua comunicação, Norton seguiu, em geral, o esquema histórico patenteado na Exposição Colonial de Antuérpia, ainda que omitisse os lusitanos e cumulasse os romanos com as qualidades das quais os portugueses seriam herdeiros: "sob as pesadas passadas das legiões surgiu uma nova forma de colonização, aquela que muitos séculos depois nós, os portugueses, havíamos de adotar e de sublimar com ideais mais levantados e mais espirituais do que os romanos", ou seja, o "elevar e dignificar os povos que o nosso esforço colocou sob a nossa paternal tutela", a fim de os "fazer evoluir, ainda que sem os arrancar rapidamente dos quadros das suas próprias civilizações, para uma civilização mais perfeita".

A esta passagem que, por certo, o Estado Novo subscreveria, seguiam-se algumas notas acerca do exército português que, no entender do congressista, adotaria uma postura defensiva ante as outras colónias. Mais importante, Norton recordava a sua ação em Angola e a forma como diversos militares se tinham convertido em administradores, acompanhando as modificações operadas no campo das capitanias e das circunscrições civis.

A sua tese final sustentava a integração "das forças indígenas [no] exército nacional" e a defesa em profundidade dos territórios, sendo que os naturais das colónias deveriam ser instruídos em

---

757 José Norton de Matos, "Sursum Corda", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15/08/1934, p. 1.

758 Idem, *A Ação Civilizadora o Exército Português no Ultramar*. Porto: Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 23.

"escolas-oficinas" e isentos de castigos corporais. Neste último aspeto, ou seja, as punições deverem ser convertidas "em trabalho penal forçado em obras públicas" ou no facto de as secções de metralhadoras deverem estar "a cargo exclusivo de oficiais, sargentos e praças de raça branca", Norton dava prova do seu paternalismo e do antigo receio de armar os "indígenas".

Os jornais e(m) revista(s)

Os finais dos anos vinte e os inícios da década seguinte, correspondendo aos últimos anos da Primeira República e ao período da Ditadura Militar, foram pautados pelo surgimento de toda uma série de periódicos de temática ultramarina. Mas, tirando o *Boletim (da Agência) Geral das Colónias/Ultramar*, que prosperou até ao início dos anos setenta, debaixo do agasalho oficial, a efemeridade foi a palavra de ordem. É francamente provável que o caráter específico da linha editorial destes jornais e revistas tenha condicionado a sua sobrevivência. Num país marcado pelo analfabetismo e pela distância física e "psicológica" das colónias, percebe-se que a falta de leitores entraria no lote das dificuldades principais. Assim, ou optavam por se dirigir a um público ligado a uma parcela ultramarina concreta – normalmente Angola e Moçambique –, e publicavam artigos nesta veia, ou a solução passava por dar ênfase a comemorações, mostras e feiras coloniais, ao mesmo tempo que incluíam fotografias, imagens e desenhos apelativos. Uma terceira hipótese consistiu em aliar estas duas linhas editoriais ou inserir artigos subordinados a outros temas[759].

Informativos e/ou combativos, esses jornais e revistas esforçaram-se por alargar o reduzido espaço que, por vezes, as notícias coloniais

[759] Cf. Leonor Martins Pires, *Um império de papel*. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 11-18.

ocupavam na imprensa. Como quer que seja, quase todos eles inovaram pouco na forma de transmitir os seus objetivos. Continuavam, de um modo geral, a dirigir-se a um público muito específico, que o mesmo é dizer tão-só aos círculos ultramarinos. Tentavam, também, recorrendo à publicação de tabelas e dados sobre a riqueza económica das parcelas ultramarinas, atrair o potencial colono, mas negligenciavam a eventual sedução suscitada através das vertentes cultural e literária.

Não foi essa a linha editorial seguida pelo *Jornal da Europa* (1927--1931). Apesar de os artigos versando a economia ocuparem um maior volume de páginas, temas como a cultura dos "indígenas", a beleza das paisagens, as impressões de viagem e as privações romanceadas do quotidiano dos colonos, tenderam a ocupar uma significativa fatia. Antecipando o que o Estado Novo iria promover nas suas publicações – caso de *O Mundo Português* – o *Jornal da Europa* combinou literatura e propaganda, numa tentativa de cativar os leitores. Com o recurso a belas fotografias e não menos sugestivas ilustrações, foi notório o seu esforço em apelar a uma dimensão visual próxima daquela encetada pelas exposições e pelas mostras culturais[760].

O *Jornal da Europa* dinamizou as suas páginas no sentido de obter uma perspetiva lata das problemáticas. Importava atrair um alargado leque de leitores, tanto mais que a própria redação o reputava de "jornal caro". Decerto que a qualidade do papel, a profusão de imagens e a quantidade/qualidade dos colaboradores explicam o encarecimento do custo. Mas, em última análise, ajudam a esclarecer o arrojo das iniciativas levadas a cabo.

Por exemplo, uma série de números especiais pretendeu divulgar cada uma das colónias africanas em todas as suas facetas. Moçambique foi o primeiro território passado em revista. As rubricas visaram, essencialmente, traçar o perfil das grandes companhias industriais e dos serviços de Lourenço Marques. Todavia, o artigo mais interessante

---

760 Cf. Maria Isabel Simão, *Memória e Império*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

pertencia a Julião Quintinha, redator do periódico, autor de uma obra sobre a Primeira Guerra Mundial e futuro redator de *A República* e de *Seara Nova*, que empreendeu uma viagem de dois anos ao continente africano, canalizando a experiência e os conhecimentos adquiridos. As suas crónicas foram publicadas em três volumes. Contudo, foi o seu primeiro volume de crónicas, *África Misteriosa*, verdadeiro *best-seller* e obra incontornável da literatura ultramarina portuguesa do século XX, que maior sucesso granjeou. Aí, Quintinha reunia alguns dos textos já publicados no *Jornal da Europa*. A introdução, sugestivamente intitulada "A Esfinge Negra", narrando a partida do Tejo do autor, não só evocava as viagens dos tempos da expansão marítima, como estabelecia o padrão do vocabulário: rebuscado, luxuriante, apto a descrever o exotismo "rubro-negro" e a "beleza bárbara" da "Africa lendária". Na segunda edição, Quintinha explicaria que, apesar de se tratar "de um simples livro de impressões", também havia pretendido chamar a atenção para o "sistema de trabalho" (indigenato), que reputava de "incompatível com as legítimas e humanitárias aspirações sociais"[761] defendidas pelos europeus.

E, muito embora Norton não tenha redigido qualquer artigo para o *Jornal da Europa*, vale a pena recordar que o periódico elogiou "as épocas áureas de 1922-24", sublinhando "esse plano modernista, racional, esplendente de critério e brilhantíssimo de construção civilizadora e higiénica"[762] de requalificação urbana de Luanda. Ou que recordasse a criação do Huambo, "terra planáltica que o general Norton de Matos projetou com certa grandeza". Ou, ainda, a propósito da conferência proferida em Antuérpia, em 1930, anotasse o "autêntico triunfo para Portugal, com a sua notável conferência colonial", tendo sido "o ilustre militar e colonialista [...] alvo das maiores deferências

[761] Julião Quintinha, *África Misteriosa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931, pp. 21-23.

[762] Eduardo Freitas "Carta de Angola – Os planos de urbanização de Luanda", in *Jornal da Europa*. Lisboa: 31/11/1930, N.º 30, p. 7.

por parte das mais altas individualidades belgas e a imprensa belga dirigiu-lhe unânimes elogios"[763].

Quanto a *Ação Colonial*, nasceu a 30 de junho 1930, no Porto. Conheceu quatro séries e foi adquirindo um grafismo cada vez mais atraente, que culminou no "número comemorativo da Exposição Colonial do Porto", onde fotografias de colonialistas, mapas das parcelas ultramarinas, assim como ilustrações sugestivas, pretenderam documentar "uma época de admirável renascimento ultramarino". Aí, Norton de Matos publicou um único artigo, mas famoso, já passado em revista, "A Minha Conceção do Império Colonial Português", no qual recordava as suas impressões da Índia e expunha as linhas de fundo do seu pensamento ultramarino, depois desenvolvidas em obras mais tardias. Este artigo refundia e ampliava um escrito homónimo, dado à estampa um ano antes no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Desde a firme convicção de que "fomos realizando, com passadas de gigantes, as nossas missões históricas, no norte de África, na Ásia e na América", faltando agora "concluir a *civilização de África*", até aos "vários aspetos da Unidade Nacional", que assentavam na denúncia do Pacto Colonial em favor de uma união territorial, económica e de ação, capaz de beneficiar todas as parcelas onde flutuava a bandeira portuguesa. Fornecendo alguns "aforismos orientadores", apelava a uma "renovação" do escol colonial, à "legião dos novos", avaliando que a "obra da República" não lograra "pôr acima de tudo o engrandecimento da nação". Longe de se tratar de qualquer incentivo ao Estado Novo, porquanto Norton remetia "ao povo português e só a ele" o papel de escolher "guias" e "chefes capazes", tratava-se uma crítica "ao arrastar de contrariedades constantes" e aos "desfalecimentos e hesitações" que, na sua ótica, enfrentara enquanto governador de Angola. Manifestando, em todo o caso, apreço pelas muitas iniciativas culturais encetadas pelo

763 "General Norton de Matos", in *Jornal da Europa*. Lisboa: 30/09/1930, N.º 29, p. 1.

regime, voltava a pregar, em palavras também caras à propaganda do mesmo regime, uma colonização "de forma alguma guerreira e agressiva", baseada "nos sentimentos mais humanitários, sem preconceitos de cor, mas altamente ciosa da nossa soberania"[764].

Outras rubricas desse periódico referiam-se, por vezes explicitamente, à sua passagem por Angola, e à decisão de colonizar os planaltos – sendo, por isso, um continuador de Paiva Couceiro –, ainda que de forma meramente burocrática, porque "limitando-se [...] a dar, em despacho, determinadas instruções para a sua execução"[765]. Outras críticas mais incisivas ainda procuravam estabelecer um vínculo entre o seu consulado e o estado das finanças de "Angola, a Mártir[766]" ou, como afirmava, em entrevista, o coronel Eduardo Ferreira Viana, governador daquela colónia entre 1933 e 1934, no que parecia uma resposta às ideias de Norton de Matos: "os planos de fomento executam-se à medida das possibilidades... Podemos ter em nós largas conceções, mas... se não houver ambiente propício à sua execução, acabamos por prejudicar os nossos melhores esforços e ideias". Afinal, rematava: "os tempos não vão para tentativas"[767].

Surgido em 1933, o *Album das Colonias Portuguesas* fez-se publicar pela Editorial Cosmos, sob a direção de João de Almeida Júnior. Contou, ao que tudo indica, com seis números, num total de 140 páginas, não chegando a ultrapassar um ano de existência. A capa da revista ostentava uma nau, em tons de vermelho e branco, no topo de uma gigantesca onda, planando duas gaivotas entre o azul e o branco do mar. Por sua vez, a contracapa dava o mote da publicação

---

764 Cf. José Norton de Matos, "A minha conceção do Império Português", in *Acção Colonial*. Lisboa: Número Comemorativo da Exposição Colonial do Porto, 1934, pp. 23-24.

765 Eduardo Ferreira da Silva, "Cadastro e Colonização de Angola", in ibidem. Porto: Ano IV, 3.ª série, N.º 1, 9/1933, p. 5.

766 "Angola, a Mártir", in ibidem. Porto: Ano I, N.º 1, junho de 1930, p. 4.

767 "Angola a maior parcela do Império – entrevista ao Coronel Eduardo Ferreira Viana", in ibidem. Porto: Ano V, 4.ª série, N.º 2, 1/1934, p. 5.

e apresentava a lista dos colaboradores. O jornal da Praia, *O Eco de Cabo Verde*, escrevendo a propósito do seu número cinco, anotava que "a sua leitura é, a todos os títulos, recomendável".

Em palavras decididas, o mote prometia a análise de "todos os variados aspetos" das colónias, a sua "história, possibilidades económicas e turísticas", assim como os "usos e costumes indígenas". Cerca de 4000 fotografias ilustrariam "os mais belos aspetos de cada cidade, de cada vila, de cada povoação", sem esquecer a temática "[d]os combates e expedições militares", de longe a mais abordada nas páginas do *Album das Colonias Portuguesas*. Também as "velhas fortalezas, inscrições históricas, edifícios notáveis" seriam passados em revista, de forma a estabelecer a necessária ponte entre o passado dos Descobrimentos e o presente mais ou menos próximo das "Campanhas de Pacificação" dos finais do século XIX e dos alvores do século XX.

No que respeita à lista dos colaboradores, avultavam, como resulta óbvio, nomes ligados à colonização, alguns no ativo, outros já retirados, casos de Artur d'Almeida d'Eça (Diretor dos Serviços de pecuária de Angola), o tenente Mário Costa (Diretor dos Serviços de Propaganda e Estatística da Companhia de Moçambique), Simeão Nunes Vitória (antigo diretor dos Serviços de Instrução Pública de Angola) e o coronel Carlos Roma Machado, conhecido de Norton de Matos, entre outros; alguns jornalistas e publicistas da causa ultramarina, como José Osório de Oliveira e Julião Quintinha; e o Padre Alves Correia, escritor e missionário.

Apesar de quase todas as colónias se encontrarem representadas por "especialistas" locais, preponderavam os colaboradores com ligação a Angola. Daí que, havendo a revista precocemente cessado ao sexto número, quase todas as rubricas acabariam por versar esta colónia, enfatizando, como atrás foi dito, as "Campanhas de Pacificação". Coube ao tenente-coronel Augusto César Pereira de Lemos assinar o essencial das páginas da revista, num longo artigo que traçava o processo de ocupação daquele território, "iniciado em 1575 por

Paulo Dias de Novais"[768]. Com a fase decisiva dos combates a ter lugar no princípio do século XX, destacavam-se "a pacificação do Congo" e a "submissão dos dembos", com numerosas fotografias de chefes militares, dos "indígenas" e dos seus povoados.

Por seu lado, o diretor da revista, João de Almeida Júnior, escrevia acerca dos séculos iniciais da colonização de Angola, compondo um arco histórico, cuja curva principiava em Diogo Cão, para findar em meados de Seiscentos. Celebrando os feitos militares de Paulo Dias de Novais e Salvador Correia de Sá e Benevides, entre outros, o texto não se furtava a enaltecer a sábia e honrada "política indígena", através da qual a "aliança feita era garantia certa, para o povo que a realizara"[769]. Com efeito, passados os anos mais turbulentos das "Campanhas de Pacificação", havia que insistir no outro vetor da propaganda colonial, que passava pelo suposto talento português na sua relação com o Outro, vazado num imperialismo não agressivo, porque consolidado em largos séculos de convivência civilizacional.

À laia de introdução da revista, o artigo de Norton de Matos revelava-se mais curto e incisivo, quase lapidar. Enquadrado por uma fotografia do general e duas ilustrações – um marinheiro numa gávea, olhando mais além; e uma caravela sob o escudo português –, intitulava-se "Algumas palavras de esperança na reconstituição do Império Português". Começando por referir o convite de "dois portugueses, cheios de mocidade e de ardente fé nos destinos da Pátria" (terão sido, eventualmente, o diretor João de Almeida Júnior e o redator Carlos Portugal Ribeiro), Norton explicitava que "escritos meus sobre colónias só podem ter dois cunhos: – ou terão de ser "memórias da minha vida colonial". Tratava-se da "confissão implícita" de que a minha "escusa em escrever a larga e meditada introdução

---

768 Augusto César Pereira de Lemos, "A ocupação efetiva de todo o território", in *Album das Colónias*. Lisboa: Editorial Cosmos, vários números, pp. 19-140.

769 Cf. João de Almeida Júnior, "Descoberta e Conquista", in ibidem, pp. 9-16.

[…] nas páginas do *Album Colonial*" se deveria ao receio de enfrentar críticas e novos "combates"[770].

Abstendo-se, pois, de comentar a atual política colonial em palavras "ásperas e veementes", mas comentando-a de facto, na medida em que se recusava a falar dela, Norton remetia os seus "sonhos de reconstituição do Império" para os "novos, aos que não têm passado político". Contido, mas franco, sublinhava as distâncias que o separavam do regime de Salazar, chamando a si os "novos". Constituía este "chamamento", quase religioso, um reflexo das famosas "exortações" aos mais jovens, que povoariam os seus livros mais tardios.

Ainda mais efémera foi a vida editorial de *Actualidade Colonial*. Somente três números, saídos entre janeiro e Março-Abril de 1935. Foi também seu diretor João de Almeida Júnior. A capa, fiel à ideia paternalista do agasalho civilizacional devido ao colonizado, exibia uma africana desnudada abraçando uma nau. O artigo inicial, da autoria do diretor, afinçava que as "ideias políticas que na metrópole se entrechocam deixam as Colónias quase indiferentes". Os próprios colonos, com o correr dos anos, recordariam "os episódios das lutas partidárias […] como se recordam as horas vividas junto de uma amante que morreu"[771]. O desenvolvimento deveria ser a palavra de ordem. Demarcando-se, pois, a bem da nação, de tiradas de natureza política, João Almeida Júnior procurava adotar uma linha editorial mais ou menos equidistante, de "engrandecimento do Império Colonial Português". Neste sentido, *Actualidade Colonial* tanto abriu o seu espaço à "expressão das possibilidades e grandeza do Império" veiculadas pela Exposição Colonial do Porto (1934), quanto a conhecidos opositores do Estado Novo em matéria ultramarina e não só, como Paiva Couceiro e Norton de Matos.

---

770 José Norton de Matos, "Algumas palavras de esperança na reconstituição do Império Português", in ibidem, p. 5.

771 João de Almeida Júnior, "Palavras necessárias", in *Actualidade Colonial*. Lisboa: 1/1935, N.º 1, p. 3.

Foi sob a forma de entrevista que o general nascido em Ponte de Lima colaborou com a revista aqui analisada. O jornalista responsável pela tarefa desfez-se em elogios ao velho colonialista: "sábia e autorizada voz"; "capacidade de organização"; "patriotismo que não desfalece"; "afabilidade serena"[772]. E a primeira pergunta foi exatamente ao encontro das preocupações de Norton: a colonização de Angola. Como noutras ocasiões, a resposta girou em torno da dualidade passado/presente, com o entrevistado a procurar demonstrar o valor e a atualidade da sua obra enquanto governador-geral e depois alto-comissário daquele território. Começando por referir que "o meu modo de ver, há tantos anos submetido à apreciação dos meus concidadãos", assim como "esclarecido quási de mês a mês por formas diversas" – leia-se nesta passagem, sobretudo, a sua regular colaboração n'*O Primeiro de Janeiro* –, Norton de Matos lamentava que os "ministros, governadores, capitalistas, proprietários de grandes terras em África" não estivessem em sintonia com as suas ideias. Tanto mais que "depois se procurou fazer colonização em moldes diversos dos meus, – e essas tentativas fracassaram".

Posto este preâmbulo, o entrevistado vincava "como pretendi", e como pretenderia, caso houvesse oportunidade, povoar Angola e, por extensão, as parcelas ultramarinas mais suscetíveis de acolher uma "*colonização intensiva*". Ou seja, defendia, como ponto de partida, a edificação de aldeias com vinte famílias, pois "estas coisas têm de ser feitas em grande, ou então é melhor não as fazer". Ademais, importava garantir aos colonos "habitações, conforto, assistência médica, higiene e meios de vida muito superiores ao deplorável e triste viver da maioria dos nossos trabalhadores", mas, ao mesmo tempo, legislar no sentido da "proibição intransigente do auxílio ou emprego de mão de obra indígenas". A seu ver, não acontecendo isto,

---

772 "O ilustre colonial sr. General Norton de Matos fala-nos do problema da colonização de Angola", in ibidem. Lisboa: 2/1935, N.º 2, p. 3.

"o trabalhador branco deixa de trabalhar, transforma-se em patrão ou capataz desde que tenha pretos ao seu serviço: – *baixa de produtor a parasita*, corrompe-se, desmoraliza-se e passa a ser o mais nocivo dos elementos demográficos de uma colónia".

A concluir, Norton lançava um desafio à posteridade, estabelecendo a necessária ligação entre o início e o fim da entrevista. Se, no princípio desta, deplorava o ostracismo parcial a que as suas ideias vinham sido votadas, terminava agora esperando que "após a minha morte se apreciem mais serenamente as minhas intenções"[773]. O que, em abono da verdade, se viria a concretizar ainda antes do seu desaparecimento, com a publicação das memórias e dos livros *Nação Una* e *África Nossa*.

Com o subtítulo de "Defesa e Propaganda do Ultramar Português", o jornal *Humanidade* surgiu em Lisboa, a 20 de outubro de 1935, para acabar em princípios de 1939. A sua linha editorial, elogiosa do regime, louvando o corporativismo enquanto sistema social de enquadramento laboral, não deixou de ser permeável a vultos do republicanismo, sobretudo aqueles com reconhecida atuação no meio colonial, como Brito Camacho e Norton de Matos, este último encarado como "O Reformador de Angola", num artigo panegírico que se fazia acompanhar por uma expressiva caricatura[774]. Foi seu primeiro diretor Viana de Almeida e foram duas as participações de Norton em *Humanidade*. Primeiro, a 30 de novembro de 1936, ocasião em que, conforme menciona o periódico, "o General Norton de Matos saúda *Humanidade*" pelo seu primeiro aniversário, reconhecendo o "quanto ele é útil ao nosso meio colonial e, portanto, à Nação inteira"[775]. Depois, em junho do ano seguinte, numa entrevista

---

773 Idem, ibidem, pp. 4-5.

774 "O Reformador de Angola", in *Humanidade*. Lisboa: 5/09/1937, N.º 30, p. 7.

775 José Norton de Matos, "O General Norton de Matos saúda Humanidade", in ibidem. Lisboa: 30/11/1936, N.º 16, p. 8.

realizada por Paulo Braga, na qual era apresentado como homem de ação, mas também "como escritor e como jornalista". Num tom altamente laudatório, o jornalista afirmava que "tudo quanto Angola possui se deve a Norton de Matos" e propunha até a existência da "chamada Geração Norton, geração de colonos e de coloniais que aprenderam na escola de alguns anos de ação governamental de Norton de Matos em Angola"[776].

Também o periódico *Vida Colonial* (1935-1936) fez publicar um artigo intitulado "Norton, o grande reformador". Jornal quinzenal, dirigido por Rogério Pereira Marques, foi seu intento contrariar, ainda que ingloriamente, a tendência dos "órgãos que ventilassem assuntos coloniais" em desaparecerem "pouco depois, ao fim de uma vida efémera, precária e cheia de dificuldades". Sustentando que "somos republicanos e neste jornal defendemos valores republicanos", os seus redatores não se escusaram a aplaudir, no segundo número, o Cruzeiro de Férias às Colónias dos Jovens, organizado pela revista *O Mundo Português*. Nem de, no N.º 4, reproduzir os novos brasões de cada uma das colónias publicados no *Diário do Governo*.

O corpo editorial, que passou a integrar, a partir do seu N.º 8, uma junta consultiva encabeçada por Norton de Matos, agora sob a direção de João Afonso Miranda, continuou a pretender "despertar energias" e a zelar pelo "bem-estar dos trabalhadores portugueses, sem distinção de raças", graças aos seus artigos versando todas as colónias e as temáticas financeira, económica, cultural e etnográfica. A fotografia de Norton, capa do N.º 10, fazia-se, então, seguir pelo artigo "A unidade do Império"[777], de Francisco Câncio, fortemente imbuído de vocabulário "nortoniano", e o já mencionado artigo "Norton, o grande reformador". Norton de Matos assinou somente dois artigos:

---

[776] Paulo Braga, "O grande colonialista General Norton de Matos fala a Humanidade", in ibidem. Lisboa: 22/06/1937, N.º 26, p. 10.

[777] Cf. Francisco Câncio, "A unidade do Império", in *Vida Colonial*. Lisboa: 26/03/1936, N.º 10, pp. 3 e 9.

"Aviação Colonial" e "Padrões". No primeiro, a propósito do desmantelamento dos serviços de aviação por si criados no Huambo, registava:

> Seriam os aviadores e as suas famílias um dos grandes elementos da *cidade* futura. Depois pensei em dar-lhe um carácter duplo, encarregando-a de missões civis do Huambo para Angola carreiras aéreas e para o Congo Belga [...]. Em Angola, estava na minha tradição, desde 1912, o partir do militar para o civil, e nunca me dei mal com este modo de proceder [...]. Voltei costas e tudo desapareceu. Foram mandados embarcar os aviadores; os aviões e mais material venderam-se a metrópole, a-rastos(sic) de barato, os hangares desmancharam-se e as casas de habitação nem sei que destino tiveram...[778]

Para concluir, melancolicamente, numa sorte de remoque à idiossincrasia nacional, sem dúvida tributário das teses acerca da decadência lusa dos finais do século XIX:

> Tenho andado, nos últimos tempos, muito embrenhado em estudos da história do *Ultramar Português*. As épocas históricas vão-me surgindo sempre as mesmas: – curtos períodos de ação e realização; rápidos períodos de destruição, pela falta de continuidade, pela repugnância em continuar ou manter obras anteriores; longos períodos de estagnação. Angola e Moçambique são hoje as únicas regiões importantes de África sem serviços de aviação.

O artigo "Padrões" pareceu uma continuação destas últimas conclusões desencantadas. O autor desenvolveu uma linha de pensamento acerca das "frágeis cruzes de madeira" dos "primeiros descobridores portugueses", logo substituídas por mapas demarcatórios e tratados

---

[778] José Norton de Matos, "Aviação Colonial", in ibidem. Lisboa: 23/04/1936, N.º 3, p. 3.

bilaterais de posse dos novos territórios e que, ainda assim, não tinham logrado manter na órbita portuguesa tão grande património colonial. Socorrendo-se da tese/antítese "épocas de prosperidade"/"apagada e vil tristeza", que teriam caracterizado o país até ao século XIX, altura em que "despertámos quando o dia já ia alto e quando as primeiras luzes da manhã tinham sido empregadas nas realizações estupendas dos outros povos" – leia-se a Conferência de Berlim e a metáfora de "um lugar ao sol" –, Norton dava o mote para os "novos padrões a levantar". Estes assentariam num plano de desenvolvimento que compreendesse as comunicações e os transportes, a instrução e a assistência médica, "colonizar incessantemente, se não quisermos perder o que tão nosso é"[779].

O Mundo Português – ética e estética

Começada a publicar em 1934, a revista *O Mundo Português* prolongou a sua atividade editorial até 1947. As muitas centenas de páginas vindas a lume durante esse lapso de tempo ajudaram a ilustrar a "mística imperial", um dos pontos cardeais do regime de Salazar no decorrer dos anos trinta e quarenta. Configuram, além do mais, a demonstração plena da "política do espírito" encetada pelo recém-criado Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), outro esteio do Estado Novo[780].

Expressão famosa, amiúde empregue pelos autores desta época, a "mística imperial" foi definida num livro homónimo, de Alves de Azevedo, como: "um apetite heroico de ação [...] que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu"[781].

---

779 Idem, "Padrões", in ibidem. Lisboa: 6/02/ 1936, N.º 8, p. 3.

780 Ver: Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

781 Fernando Alves de Azevedo, *Mística Imperial*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d., p. 4.

O conceito, agregando duas palavras portadoras de uma forte carga emotiva – uma oriunda do léxico religioso e a outra sugerindo uma hipotética supremacia política e territorial –, confirmava a mencionada nova atitude do poder instituído em face do património ultramarino.

Armindo Monteiro, ministro das Colónias à época do início da publicação d'*O Mundo Português*, garantia, no artigo inaugural desse periódico, que "no meu tempo das escolas só raramente os mestres nos falavam das colónias". No mesmo sentido, afiançava "destina[r]-se esta revista à gente jovem", pois era necessário recordar à "larga mocidade das nossas escolas de aquém e de além mar" o "glorioso passado" ultramarino, bem como anunciar um "próspero e prestigioso destino". Em última análise, o "verdadeiro Portugal" encontrar-se-ia nas "quatro partes do mundo", razão por que seria tarefa do Estado Novo retomar a "vocação colonial" de outrora, que o mesmo é dizer lutar contra as sucessivas "gerações de céticos, de desanimados, de descrentes"[782], numa quase antecipação do famoso discurso de Salazar de 1936, "As grandes certezas da Revolução Nacional", dirigido, entre outros, "às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século"[783].

Editado pelo SPN e pela AGC, a revista *O Mundo Português* teve uma periodicidade (bi-)mensal, organizando concursos de cruzeiros de férias às colónias para os alunos metropolitanos e viagens a Portugal para os estudantes oriundos do ultramar. Neste âmbito, as suas atividades aproximaram-se daqueloutras desenvolvidas por dois periódicos congéneres: o *Boletim da Agência-Geral das Colónias* (Concursos de Literatura) e o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Semanas das Colónias).

---

[782] Armindo Monteiro, "O Mundo Português", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1934, vol. I, p.5.

[783] António de Oliveira Salazar, "As grandes certezas da Revolução Nacional", in *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, vol. II, p. 128.

Porém, *O Mundo Português*, significativamente subintitulado de "cultura e propaganda/arte e literaturas coloniais", foi mais longe, consagrando a quase totalidade das suas páginas à (re)invenção de um exotismo literário que caracterizou toda uma época[784]. Ao invés do *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, mais apostado em aliciar o potencial colono com pautas comerciais, promissoras descrições económicas e convites explícitos ao estabelecimento em terras de África, *O Mundo Português* fez da sedução estética uma arma ao serviço da propaganda. Os seus intentos pedagógicos encontraram realmente tradução na panóplia de artigos doutrinários, contos e poemas "exemplares", fotografias de "indígenas" e paisagens "virgens", pequenos ensaios etnográficos e "retratos" idealizados de cada uma das colónias.

Nas entrevistas que concedeu ao jornalista António Ferro, em 1932, Salazar, para além de ter descoberto um futuro colaborador na figura do seu interlocutor, expôs demoradamente o seu pensamento político, social e económico. No que concerne à "questão colonial", foi mais parco em comentários, sustentando um "ressurgimento", uma vez que "as nossas Colónias deveriam ser as grandes escolas do nacionalismo português". Por estas passariam, então, os quadros do exército e "todos aqueles em que é preciso manter aceso o culto da Pátria e o orgulho da Raça"[785].

Ora, esta função "pedagógica" e "formativa" foi precisamente uma das linhas de fundo d' *O Mundo Português*, o qual se esforçou por disseminar e popularizar uma ideologia ultramarina simultaneamente tradicional e renovada. Daí resultou o constante apelo à necessidade da "defesa de uma educação imperial", sendo imperioso que "o conceito de império se enraíz[ass]e intimamente no espírito dos novos",

---

[784] Cf. Pedro Miguel Sousa, *O Colonialismo de Salazar*. S. l.: Via Occidentalis, 2008.

[785] António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

urgindo que "nos ocupemos da educação colonial das elites da nossa juventude"[786].

Um texto de Marcelo Caetano é particularmente eloquente neste capítulo. Intitulado "Carta a um jovem português sobre o serviço do Império", nele, o futuro Presidente do Conselho instigava um recém-diplomado a seguir o caminho das colónias, "colaborando na obra majestosa da cimentação da unidade de tantos povos". E esta unidade, longe de depender das armas, teria de se fundar na "submissão e no amor", criando-se novas pátrias, "sob o signo da nossa raça e na toada da nossa linguagem". Detentor de "uma bem orientada cultura física" e "vocação de chefe", *António*, o recém-diplomado, não deveria hesitar na hora da decisão perante a "imagem já envelhecida da burocracia ultramarina", e antes acalentar figurar entre "os construtores e mantenedores do Império". Pois, a verdadeira missão de *António*, "personificação da nossa soberania", mais do que velar pelos "brancos que nela [terra] mourejam", seria a de arvorar-se em "protetor e educador dos indígenas", conciliando os dois grupos e, alheio a obstáculos, convencer "os incrédulos, os inertes, os hostis [a] resistir às solicitações de abandono"[787]. Ou, numa palavra, perceber que, com vista a fazer corresponder a "unidade política" do momento presente à "unidade espiritual" do amanhã, haveria que usar de um certo pragmatismo na condução dos homens, harmonizando preceitos administrativos, ideologia colonial, postulados teóricos e qualidades de liderança.

Diverso no recorte e na conceção, ainda que em idêntica veia, se revelava o artigo de Norton de Matos, "Carreira Colonial", surgido n'*O Primeiro de Janeiro*, em abril de 1937, e depois inserido no primeiro volume das *Memórias*. Aí o general, como Caetano, respondia à carta

---

786 Fernando Alves de Azevedo, "Em defesa de uma educação imperial", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1934, vol. I, pp. 117-118.

787 Marcelo Caetano, "Carta a um jovem português sobre o serviço do Império", in *O Mundo Português*, 1934, vol. I, pp. 259-265.

de um jovem estudante do Porto, que desejava "civilizar Angola, torná-la grande". Este último, porém, ao invés de *António*, encontrava-se a "concluir o curso dos liceus", pretendendo ingressar no Instituto Industrial. Norton, num registo mais realista e despido de parangonas à imensidão do império, também punha a tónica numa adequada preparação teórica e prática dos quadros coloniais, mas ressalvava a importância dos técnicos, "esses corpos bem organizados de auxiliares", onde se incluíam eletricistas, agrimensores, farmacêuticos e engenheiros. Deste modo, os alvitres expendidos ao estudante estribavam-se na sua própria experiência, construída a partir do lugar intermédio de diretor da Repartição de Agrimensura na Índia e, só depois, de governador de uma colónia. Aconselhando alguém com um percurso académico por ora incompleto, o general reconhecia a valia de cursos técnicos orientados para o quotidiano ultramarino, capazes de contrariar "a depressiva situação de mendicante de uma colocação"[788]. No fundo, um sistema de ensino que evitasse impasses como os que o próprio Norton de Matos vivenciara antes de rumar a Goa, em 1898, empregando de imediato pessoal diplomado para, "com assiduidade, trabalho intenso, zelo, amor pela profissão que escolheu", exercer as suas funções.

Sem quaisquer referências à "nação una", por oposição à "unidade espiritual" almejada por Marcelo Caetano, Norton entroncava este seu artigo na série de escritos que vinha dando à estampa n'*O Primeiro de Janeiro*, nesse ano de 1937. Era o caso de "Chefes de Posto", no qual confessava as suas dúvidas acerca do perfil dos encarregados pelas circunscrições administrativas em Angola[789]. Dialogando com Gastão Sousa Dias, que, também para esse jornal, escrevera acerca da problemática do ensino e da formação, o general aceitava a ideia de criar escolas secundárias coloniais. Depois, apunha que "é mais

---

[788] José Norton de Matos, "Carreira Colonial", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 24/04/1937, p. 1.

[789] Idem, "Chefes de Posto", in ibidem, 26/02/1937, p. 1.

difícil desempenhar as funções de administrador colonial do que as de capitão de exército", parecendo aludir a uma das suas "transformações de Angola", com o reforço das circunscrições civis em detrimento das militares. Por isso, recomendava que os futuros coloniais adquirissem uma "sólida instrução" e efetuassem um percurso gradual através dos "vários escalões de promoção, até atingirem o posto de administrador".

Em "Universidade Colonial", novamente em resposta a um artigo, o qual se pronunciava a favor da criação de um estabelecimento de ensino superior consagrado aos estudos ultramarinos, Norton declarava abraçar "com entusiasmo esta ideia"[790]. A desejada instituição, "além dum curso próprio", proporcionaria um "curso de especialização para os indivíduos formados noutras universidades". As tradicionais faculdades dariam lugar a institutos autónomos de "medicina, farmácia, letras, belas-artes e administração colonial", devendo, ainda, agregar um "instituto superior de missões" e uma "escola de medicina tropical". Não se detendo no ensino das Humanidades, aspeto que desenvolveu na republicação do artigo nas *Memórias*, onde se referia ao "ensino prático-teórico e prático das línguas indígenas e o estudo profundo das civilizações nativas[791]", Norton subscrevia a tese de que as áreas da medicina e, ainda mais, do direito ultramarino – uma vez compilados os seus ensinamentos desde os tempos de Afonso de Albuquerque –, permitiriam alargar e reforçar a soberania portuguesa. O processo culminaria com o estabelecimento de colonos esclarecidos em natural contraponto à antiga figura do homiziado. Porém, ao localizar a sede da putativa universidade em Lisboa e ao indicar os "indígenas" como objeto de estudo, acabava por inscrever-se no espírito do tempo, pois não pretendia descentralizar e alargar o saber aos colonizados.

---

790 Idem, "Universidade Colonial", in ibidem, 18/03/1937, p. 1.

791 Idem, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. 1, p. 174.

Ainda nesse ano, igualmente no mesmo diário do Porto, Norton deu à estampa um escrito no qual relembrava os seus "esforços para espalhar a língua portuguesa em África"[792], temática à qual voltaria cerca de onze meses antes da sua morte, reafirmando que "conseguir que os nativos das províncias ultramarinas falem o português tem de ser a missão primordial"[793]. Ora, similar temática abordava n'*O Mundo Português*, em 1934, Hugo Rocha, poeta e colonialista afeto ao regime, quando se referia ao facto de, "no império Português", se ensinar a "falar a língua de Portugal". Este autor apresentava como contraprova um caso ocorrido no Congo Belga, em que um membro de uma delegação portuguesa não conseguira fazer entender-se, em francês, com o *chauffer* "indígena" da residência do Governador que o transportava. Hugo Rocha aproveitava, então, o ensejo para denunciar que, na "democrática" Bélgica, "unidade linguística é coisa que não existe", quando, para os seus compatriotas, a palavra de ordem seria elevar "até si os que consideram, também, cidadãos portugueses". Dominaria, pois, o colono luso, "uma ausência de preconceitos que, para o colono belga e o colono britânico, sobretudo, não existe"[794]. Ou seja, uma vez mais, a linguagem empregue pelo general, que, em última análise, ecoava os intentos coloniais da Primeira República, não deixava de perpassar o léxico dos propagandistas do Estado Novo.

Em sentido inverso, Norton de Matos apreciou positivamente algumas realizações do regime, caso das viagens presidenciais de 1939. E, ainda que, às páginas d'*O Mundo Português*, não tenha dedicado qualquer artigo, viu, em 1946, ser publicada uma fotografia dos tempos da estada na Índia – ilustrando um escrito sobre Alberto

---

[792] Idem, "Língua Portuguesa", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 8/05/1937, p. 1.

[793] Idem, "Ensinem-se a falar português os povos de além-mar", in ibidem, 16/02/1954, p. 1.

[794] Hugo Rocha, "No império Português ensina-se a falar a língua de Portugal", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1934, vol. I, pp. 181-185.

Osório de Castro –, onde figurava ao lado dos fundadores da revista *Oriente Portuguez*.

Sem dúvida que os cruzeiros de férias às colónias contaram-se entre as primeiras grandes ações lançadas pela revista com a finalidade de levar a "mocidade portuguesa" a conhecer e "apreciar devidamente Portugal em todos os seus recantos mais distantes". De facto, não chegava apenas fazer a apologia do império através de jornais, imagens e mostras culturais. Imperioso se tornava fazer dele uma verdadeira exposição viva, na qual os jovens estudantes, acompanhados por professores, artistas e escritores, tivessem a oportunidade de senti-lo seu. "Um espírito juvenil [...] é a melhor matéria-prima para trabalhar o futuro" seria, talvez, a frase mais apropriada para entender os verdadeiros objetivos da iniciativa: doutrinar potenciais futuros colonos e quadros ultramarinos; atrair e mobilizar, com a publicitação da viagem, outros jovens; enfim, dinamizar e criar entusiasmo nas escolas, tanto mais que, todos os anos, seriam abertos concursos premiando com uma viagem os "que mais se distingam em certas disciplinas e aqueles que melhores trabalhos apresentem sobre assuntos coloniais"[795].

Após numerosos artigos saudarem a iniciativa, o primeiro e único cruzeiro alguma vez realizado tocou, no ano seguinte, no verão, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. Como quer que seja, a revista publicou todos os discursos que as autoridades coloniais produziram quando do encontro com os visitantes, assim como pequenos textos escritos pelos estudantes, sob a forma de diário de viagem ou ensaio apologético, com o subtítulo de "o que eu vi nas colónias". Na prática, a ideologia pretendia efeitos reprodutores: os alvos de ontem tornavam-se os difusores de hoje. Por outro lado, a ideologia propagandeava-se a si mesma: uma curta notícia de

[795] Augusto Cunha, "Uma patriótica iniciativa de 'O Mundo Português'", in ibidem, 1934, vol. I, p. 30.

O Mundo Português poderia dar, à distância de um ou mais anos, conta dos (muitos) artigos publicados pela imprensa tendo por base a realização do dito cruzeiro.

Simultaneamente, *O Mundo Português* promoveu a iniciativa contrária: trazer à metrópole os estudantes das colónias, premiando "os alunos mais distintos dos liceus de Angola e Moçambique", portanto, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. O programa da visita foi atempadamente anunciado, incluindo todo o país, num total de 28 dias. Uma nota final desvendava o objetivo maior do evento: "apreciar as grandes realizações levadas a efeito pelo Estado Novo", onde havia que incluir, entre outras, a "magnífica rede de estradas" e a "cuidada e competente restauração dos monumentos do passado"[796].

Uma vez desembarcados, em maio de 1937, logo a revista se desdobrou em atividades, convidando-se alguns escritores a colaborarem. Mário Beirão, antigo poeta da revista *A Águia*, dedicava um soneto aos recém-chegados e a Francisco Machado, ministro das Colónias. Já a escritora Amália de Proença Norte dava as boas vindas, lembrando que o prémio criava "pesadas responsabilidades aos estudantes", na medida em que teriam que "propagandearem e robustecerem, entre as populações europeias e nativas dos nossos vastos domínios", o "santo amor pela Pátria-Mãe"[797]. Por seu lado, discursos de carácter oficial encheram muitas páginas dos números d'*O Mundo Português* saídos nos meses subsequentes à visita.

No ano seguinte, 1938, seria mesmo organizado um concurso literário e fotográfico para os jovens participantes no cruzeiro, com prémios monetários e a sua publicação nas páginas d' *O Mundo Português*. David Ferreira, vencedor do 1.º e do 2.º lugar na modalidade da fotografia, com imagens do Buçaco e do Claustro da Batalha,

---

[796] "Cruzeiros de estudantes das colónias à metrópole", in ibidem, 1937, vol. IV, p. 88.

[797] Amália de Proença Norte, "Aos estudantes do 'cruzeiro'", in ibidem, 1937, vol. IV, p. 151.

respetivamente, não teve a mesma sorte na vertente literária, conquanto o seu ensaio se intitulasse "Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar! E sempre Salazar!". É que a propaganda nem sempre privilegiava tão frontal e pouco subtil panegírico[798]. Deste modo, os textos vencedores foram aqueles que lograram radiografar Portugal como um todo: a paisagem, os monumentos e as peripécias da viagem até à metrópole. Foram, pois, preteridos textos contemplando somente uma cidade ou um monumento. Importava fornecer impressões de conjunto.

O terceiro tempo deste género de iniciativas consistiu em trazer à metrópole alguns "velhos colonos", num "cruzeiro de saudade". Enquanto a finalidade da viagem dos jovens assentou no ensejo de despertar "vocações coloniais", já no que concerne aos velhos colonos, pretendeu-se desferir novo ataque ao anterior regime republicano. É que na "África de há duas décadas, quási esquecida, quási abandonada", estes "pioneiros" teriam personificado uma contracorrente, opondo, na valorização dos espaços ultramarinos, o seu espírito de sacrifício ao pretenso desinteresse dos governos da República. A homenagem que lhes foi prestada, por ocasião da grande exposição de 1940, simbolizou, também, uma passagem de testemunho. O Estado Novo, assumindo a missão de retomar a grandeza do passado, agradeceria a esses "valiosos obreiros" terem suportado, sem qualquer apoio, o "grande edifício da colonização portuguesa"[799].

Concomitantemente, *O Mundo Português* estimulou a criação ou divulgou uma iconografia visualmente atrativa. Esta última deve aqui ser entendida em sentido lato, englobando não apenas as artes plásticas, mas também a própria literatura e certa etnografia. As suas coordenadas obedeciam, obviamente, aos ditames da "mística imperial".

---

[798] Cf. Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994, p. 133.

[799] Augusto Cunha, "Cruzeiro dos velhos colonos", in *O Mundo Português*, 1940, vol. VII, pp. 235-239.

Ensaiou-se recriar uma literatura duplamente paternalista. Por um lado, como não poderia deixar de suceder, a maior parte das narrativas destinavam-se aos jovens, pelo que evocavam feitos de "heróis" nacionais que pudessem servir de modelo. As "virtudes" exaltadas eram a abnegação, a humildade, a coragem, a determinação e o espírito de sacrifício. Tratava-se, pois, de "qualidades" necessárias, no presente, ao potencial colono que desejasse singrar nos territórios ultramarinos.

Por outro lado, um segundo tipo de narrativas versava o "indígena" e as suas idiossincrasias. Cumulado de estereótipos – indolência, brutalidade, infantilidade, deficiente conhecimento da língua do colonizador –, o "indígena" tendeu a ser encarado como uma criança grande. Esporadicamente, certos contos exploraram uma vertente menos depreciativa do colonizado, inserindo-o no seu ambiente natural, sem a presença do "branco". Uma certa conclusão moralista fechava estes textos, sendo como que uma versão literária daqueles ensaios que recuperavam o mito do "bom selvagem", alegando que a civilização corrompia as puras predisposições naturais do ser humano.

No entanto, em todas estas aproximações d'*O Mundo Português* prevaleceu um sentimento de exotismo, quer dizer, de uma distância cultural, verdadeira ou imaginada, que nem os cinco séculos de constantes contactos teriam logrado esbater. Continuava a persistir, na realidade, o desígnio da "missão". E evangelizar o Outro poderia configurar novas formas. "Civilizar" seria uma delas. Deste modo, *O Mundo Português* esforçou-se por publicitar os esforços desenvolvidos para "civilizar" os autóctones das colónias, ao mesmo que tempo que apresentava a arte e a etnografia "indígenas" a uma luz pouco diferente daquela que o etnocentrismo científico ocidental de há décadas a esta parte vinha irradiando. Entretanto, uma linha de pensamento periférica encarava a mestiçagem como a mais destacada característica da colonização portuguesa. Não deixava de ser um avatar da conhecida ideia do universalismo português.

Ainda assim, tardaria a impor-se como ideologia dominante, o que somente veio a suceder no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.

Com efeito, buscando distanciar-se de outros regimes, como a Alemanha nazi ou a Itália fascista, o Portugal de Salazar procedeu a uma necessária transfiguração, ou cosmética, substituindo e adaptando os seus organismos e a sua linguagem aos novos tempos. Era assim que, em 1944, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) se tornava o aparentemente mais inócuo Secretariado Nacional de Informação (SNI). Era assim que as "colónias", em 1951, regressavam à sua primitiva designação de "províncias ultramarinas", reafirmando a unidade do país multicontinental com uma vocação a cumprir. E, de certa forma, era ainda assim que a ideologia colonial amenizava o discurso paternalista, reconhecendo focos de "civilização" em alguns espaços, como Cabo Verde.

Neste contexto, *O Mundo Português* dificilmente sobreviveria. No biénio 1946/1947, iniciando-se a publicação de uma segunda série, a revista perdeu colaboradores importantes. Alguns passariam ao campo oposicionista, caso de Henrique Galvão. O regime enfrentava à altura a sua primeira grande crise, a qual teve como momento alto a candidatura à Presidência da República de uma conhecida figura do colonialismo republicano, justamente Norton de Matos. Importava, por isso, matizar o triunfalismo imperial e insistir, cada vez mais, numa atitude de confraternização étnica, pelo menos do ponto de vista teórico. Porque, num mundo em rápida mudança e cada vez menos disposto em tolerar os colonialismos do passado, a resistência teria que passar pela propaganda de valores (ainda mais) conciliatórios.

IX
Os (Pen)Últimos Anos do Império Português

Raízes do *Mundo que o Português Criou*

Ao invés da quase totalidade dos periódicos passados em revista, os quais, de um modo ou de outro, faziam a apologia da obra colonial do Estado Novo, mesmo quando integravam o testemunho ou acolhiam nas suas fileiras conhecidos oposicionistas ligados à causa ultramarina, a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, publicando um boletim homónimo, personificou uma rara terceira via, dirigindo uma voz crítica ao regime de Salazar.

Na verdade, segundo Armando Malheiro da Silva e Heloísa Paulo, esta sociedade, criada a 22 de maio de 1930, foi, também, a única associação brasileira a constituir um "núcleo de propaganda dos valores morais, sociais e históricos das províncias ultramarinas portuguesas e suas possibilidades económicas e turísticas". Daí que proclamasse a imperiosidade de uma "cruzada pan-lusitana", promovida por figuras da intelectualidade brasileira e portuguesa, ainda que "sem foguetes, sem bandeiras, nem retratos, nem adulações perigosas", que o mesmo é dizer longe da iniciativa oficial de ambos os lados do Atlântico.

> Apesar de se afirmar como uma associação "não-política", em obediência à legislação brasileira, e indo contra as ideias da "passividade" do emigrante português, a Sociedade Luso-Africana

> vai encabeçar diversas ações de protesto junto ao governo português, desafiando as autoridades de ambos os países. De sua iniciativa o envio de um protesto de solidariedade, juntamente com as outras associações republicanas, o Grémio Republicano Português e o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, ao General Norton de Matos, quando este, em outubro de 1932, apesar de ser notória a postura do Estado Novo contra a sua permanência em solo português, retoma ao pais[800].

O citado boletim semestral, dado à estampa entre maio de 1931 e dezembro de 1938, apesar de incluir artigos de vultos próximos da Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo – como o futuro diretor da Exposição Colonial do Porto Henrique Galvão, do colonialista Carlos Selvagem, do antigo sidonista Teófilo Duarte, do publicista da "mística imperial" Alves de Azevedo – e de incluir fotografias, frases destacadas e notícias acerca das realizações dos meios situacionistas, deu amplo destaque a figuras da oposição portuguesa, com realce para Norton de Matos. Exemplo desta ocorrência é percetível no segundo número do boletim, no qual uma citação do antigo governador-geral de Angola é sucedida, à distância de duas páginas, por um excerto do ministro das Colónias à época, Armindo Monteiro. Curiosamente, se as palavras de Norton, retiradas de "A Missão Colonizadora de Portugal em África", tingidas, portanto, pelo usual entusiasmo, pregavam a finalidade histórica orientadora da "gesta" lusa, enunciando princípios caros ao Estado Novo, os parágrafos da lavra de Armindo Monteiro pareciam responder à obra da República e de Norton, em particular, debatendo a questão da "autonomia administrativa e financeira das colónias". Aí, o ministro e futuro embaixador em Londres contrapunha a "concessão de autonomias tão latas que a integridade nacional seja

[800] Armando Malheiro da Silva e Heloísa Paulo, "Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso – A construção da colônia ideal e o ideal colonialista", p. 322.

apenas aparência" em face da "unidade" imperial estadonovista, capaz de salvaguardar "os interesses nacionais".

Desde o início, Norton de Matos granjeou um grande ascendente junto da sociedade. Era, com efeito, sócio honorário de par com Nuno Simões e, para além de ter assinado diversos artigos no boletim, viu muitas das suas frases inscritas nas páginas da publicação, assim como citações que, amiúde, fazia, caso do verso de Camões, "Glória vã não pretende, nem dinheiro" – "divisa que o Alto-Comissário da República entendeu dever" fixar no estatuto das escolas laicas e das missões de Angola –, que abria o volume número quatro. Era amigo de alguns sócios-correspondentes, como Gastão Sousa Dias, o qual representava a cidade de Sá da Bandeira, em Angola, ou de Rodrigo Abreu Lima, que respondia por Viana de Castelo. Três das cinco localidades metropolitanas com sócios-correspondentes (Lisboa, Aveiro, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez) pertenciam ao Minho, delimitando um inquestionável círculo de influências locais, dominado pelo general.

As várias homenagens que lhe foram preiteadas, explícitas ou implícitas, atestam o renovado interesse pelas suas teses, em confronto com aqueloutras emanadas do Terreiro do Paço. Por exemplo, o presidente da sociedade, Francisco das Dores Gonçalves, escrevendo o editorial do número de maio de 1932, ao referir o "anseio magnífico da reconstituição da nacionalidade", proporcionado pelo despertar, "de há vinte anos de um longo sono", de todas "as valiosas parcelas da Pátria Portuguesa", parecia, não apenas enaltecer a obra da Primeira República, como, de igual modo, saudar o velho general, porquanto este fora nomeado para governador de Angola quase exatamente duas décadas antes, em finais de abril de 1912. Ou que artigos a propósito da Restauração de Angola e de Francisco de Sousa Coutinho o evocassem: Fernanda de Bastos Casimiro lembrava que "toda a província é cortada por uma extensa rede de estradas. E essa obra é devida, em grande parte, a uma nobre figura colonial – Norton

de Matos[801]"; Gastão Sousa Dias dedicava-lhe dois artigos, também publicados em *Seara Nova*, versando "a administração pombalina em Angola". Tanto pelo minucioso panegírico do governador do século XVII, quanto pelas peculiares características que lhe imputava, Sousa Dias parecia descrever o próprio Norton de Matos:

> Ferindo fatalmente muitos interesses criados e cortando fundo em abusos que se haviam estabelecido como lei. [...] É que a par da energia, por vezes tocada de inflexível dureza, pressente-se na sua ação primeiramente um ideal superiormente humano conduzindo pensamentos e atos e depois aquela bondade dos fortes que tudo tempera e anima, amalgamando vontades dispersas e colaborações hesitantes, numa disciplinação espontânea, que só os verdadeiros condutores de homens sabem promover para realização dos seus planos e vivificação do seus sonhos[802].

Mais explícito ainda, transpondo o limiar da admiração, resultava o texto do conterrâneo Júlio Lemos, secretário do Instituto Histórico do Minho e correspondente da sociedade em Ponte de Lima, louvando "os trabalhos do eminente homem público", recordando, "perante os nossos compatriotas do Brasil, a grande, a formidável, a imorredoira obra político-administrativa e social de tão preclaro limiano". Elogiando o seu papel no milagre de Tancos", o secretário detinha-se "no sonho cheio de beleza", corporizado na "obra grandiosa, genuinamente lusíada" da "meia dúzia de anos" em que Norton de Matos pontificara em Angola. Socorrendo-se dos testemunhos laudatórios de alguns convidados do 1.º Congresso Internacional de Medicina Tropical e de citações de *A Província de Angola*, sem esquecer

---

801 Fernanda de Bastos Casimiro, "A Restauração de Angola", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 12/1932, N.º 3, p. 55.

802 Gastão Sousa Dias, "A administração pombalina em Angola. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho II", in ibidem, 04-05-06/1933, N.º 5, p. 45.

os "relevantes serviços" prestados na Índia, Júlio Lemos aproveitava para, através de duas alusões, sublinhar a oposição do general à ditadura. Em primeiro lugar, recordando a interrupção das funções diplomáticas de Norton em Londres, em 1926. Depois, escolhendo como exemplo, das suas "preciosas monografias", justamente aquela tratando "O Estado Corporativo"[803].

Começado a publicar nas vésperas de um período de grandes dificuldades para o movimento reviralhista, no ano de 1931, o *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro* deu guarida literária a opositores da Ditadura Militar, não necessariamente ligados aos setores promotores da revolta de 26 de agosto. Se Cunha Leal, sob o espetro de guerra, dissertava acerca das "perspetivas futuras da Europa[804]", convocando a terreiro o modelo imperial dos antigos romanos e o exemplo da constituição dos Estados Unidos da América, já Paiva Couceiro media a "expansão do Império Português" pela bitola do número de colonos[805]. Por sua vez, a escritora Maria Archer, que viveu parte da sua vida em África, tendo, em 1945, aderido ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), assinou algumas crónicas sugestivas, caso de "Singularidades de um País Distante. Caçadas em Angola" ou "Os homens dos bosques e civilização primitiva", entre outros.

Mais significativa e relevante foi a produção de Augusto Casimiro. Exilado ao tempo em Cabo Verde[806], na sequência da revolta de 1931, este velho conhecido de Norton de Matos redigiu variados artigos. Quer elogiando as linhas gerais da sua política, gizada em torno da "colonização, por elementos portugueses, brancos, das regiões mais propícias à sua fixação definitiva [...] alicerce indestrutível

---

803 Júlio Lemos, "General Norton de Matos, in ibidem, 05/1932, N.º 2, pp. 48-52.

804 Francisco Cunha Leal, "Perspetivas futuras da Europa, in ibidem, 12/1938, N.º 24, pp. 27-30.

805 Henrique de Paiva Couceiro, "Expansão do Império Português", ibidem, 05/1932, N.º 2, pp. 21-23.

806 Sérgio Neto, *Colónia Mártir*, Colónia Modelo. Coimbra: IUC, 2009, pp. 129-133.

da nossa soberania perante as ameaças de penetração estrangeira"[807], quer distinguindo aqueles que, "fiéis à Pátria" e, em nome do império, "quiseram bater-se na África ou na Flandres", em nome do "espírito da liberdade sem o qual não há obediência justa, disciplina útil, autoridade duradoura e progresso real"[808]. Tratava-se, sem dúvida, de uma crítica ao novo regime, desferida a partir do exílio da Brava, que procurava religar a obra colonizadora ao ideário demoliberal da Primeira República, robustecido e (ainda mais) sacralizado pela participação na Grande Guerra.

Os poemas de Casimiro, alguns do quais publicados no jornal *O Eco de Cabo Verde* (*Ilhas ao Luar*), encontraram, no *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*, um veículo de alcance mais alargado. Vincando que "aqui sou livre embora prisioneiro" – com efeito, até à criação colónia penal do Tarrafal, em 1936, os detidos políticos gozavam de alguma liberdade espacial, não se encontrando confinados a um cárcere[809] – este seu "cântico no desterro" lembrava "as dores de ontem e a justiça de amanhã". Por seu lado, *Colonos*, vindo a lume, em 1937, com o seu autor regressado a Portugal, retomava, em verso, o desejo de "amplidão, liberdade, alegria Criadora", presente no ato colonizador.

Não escapando ao tema da apoteose do colono, em cujo coração "pulsa um mundo", igualmente ensaiado pela revista *O Mundo Português*, Augusto Casimiro publicou, sob os auspícios da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, uma *Cartilha Colonial* dedicada aos "rapazes de Portugal". Note-se que também aqui, no que à propaganda ultramarina concerne, regime e oposição aproximavam-se. Ora, o livro de Casimiro, que começava com uma nota "aos pais e aos professores", após traçar um longo arco histórico, com início

807 Augusto Casimiro, "Um Programa Colonial", in ibidem, 07-08-09/1933, N.º 6, p. 31.

808 Idem, "Império", in ibidem, 09-10-11/1933, N.º 7, P. 7.

809 Cf. Víctor Barros, *Campos de concentração em Cabo Verde*. Coimbra: IUC, 2009.

na Batalha de Aljubarrota e na conquista de Ceuta, terminava, "depois dos séculos heroicos", com o "renovo" do regime implantado em 1910, o qual defendera, nos campos de batalha da Flandres e de África e no parlamento, através de "grandes reformas administrativas coloniais", o "erguer definitivamente do nosso grande Império". Por conseguinte, impunha-se a "defesa do Império", até porque "o nosso dever de [...] possuir colónias não é para viver delas simplesmente [...] é erguer até nós, melhorando as suas condições de vida, o nosso irmão mais novo que é o português, de outra raça embora"[810].

Os escritos de Norton de Matos, tendo inspirado Casimiro, que conhecia desde a primeira estada em Angola, não comungavam, em todo o caso, deste otimismo em relação ao colonizado, pelo menos no que respeita a uma tão declarada fraternidade. É lícito supor que o paternalismo arrogado pretendia ser o de um irmão mais velho, espécie de tutor temporário, configurando um elo de proximidade mais esbatido. Mas, em boa verdade, estas subtilezas de linguagem revelavam, antes de mais, que Norton reservava o quinhão maior do argumento paternalista para os jovens. Seria no *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*, em "A Minha Conceção do Império Português", que iria inserir os famosos aforismos "aos novos de Portugal"[811], encontrando-se os mesmos datados de maio de 1933. Reproduzidos em obras posteriores, como *Nação Una* e *África Nossa*[812], Norton deles diria que: "redigi estes nove artigos há muitos anos. [...] Creio ter traduzido a vontade do povo a que pertenço. Por isso os trago [novamente] para aqui".

Os princípios ou artigos, somatório do pensamento "nortoniano", espelhavam "o pouco que durante quási cinquenta anos consegui

---

[810] Idem, *Cartilha Colonial*. Rio de Janeiro: Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, 1936, p. 133.

[811] Cf. José Norton de Matos, "A Minha Conceção Colonial do Império Português", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*, 04-05-06/1933, N.º 5, pp. 4-14.

[812] Idem, *A Nação Una*, pp. 3-5; *África Nossa*, pp. 32-34

fazer com este intuito, para que continueis a minha modesta e humilde obra, sublimando-a" (Artigo 1.º). A esta primeira exortação seguiam-se diversas advertências: a de "não ceder, vender ou trocar, ou por outra qualquer forma alienar a menor parcela do território" (Artigo 2.º), quase textualmente repetido, em 1937, pelo Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, a propósito do suposto arrendamento de Angola à Alemanha: "alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias, com reserva ou sem ela de qualquer parcela de soberania nominal".

Os três princípios seguintes reforçavam e completavam a mensagem dos primeiros: quer convidando a "expulsar do convívio da Nação" quem "passar ao vosso lado e vos segredar palavras de desânimo" (Artigo 3.º); quer atentando nas tentativas dos "homens de outras nações" considerarem as colónias portuguesas "terras de ninguém", candidatas, por isso, a "ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações" (Artigos 4.º e 5.º). Mais subversivo demonstrava ser o Artigo 6.º, que não tinha pejo em recomendar, aos "novos", que não confiassem "cegamente nos cidadãos que escolherdes para guias e chefes". Numa época privada de eleições livres, argumentar que "os princípios basilares da formação do império têm de brotar da alma nacional, e ao povo [...] compete indicar aos que o governam as linhas gerais da sua vontade", não poderia deixar de constituir uma indesmentível referência à democracia almejada. Tanto mais, porque o Artigo 7.º, que fornecia a divisa "tudo para todos", firmava o conceito de Nação Una, em que metrópole e colónias deveriam constituir uma só entidade, "sem a qual nada conseguiremos, nada seremos", pelo que, ao falar-se no escrutínio de "guias e chefes" para dirigir o império, de igual modo se contemplava a metrópole. O Artigo 8.º, fiel ao "que já pensavam meus pais e meus avós" e às tentativas ensaiadas por Norton, no sentido de regularizar o trabalho "indígena", recordava que a "pessoa humana" era "o mais alto valor moral", cabendo aos "novos" assegurar a "redenção completa" dos "milhões de habitantes de cor, que vivem

nos nossos territórios". Para no "derradeiro" Artigo 9.º, em tom visionário e paternalista, como que discursando aos vindouros, asseverar que "conseguindo fazer tudo isto, meus filhos, sereis realizadores, – o maior triunfo material que um homem pode ambicionar; se virilmente tentardes realizar, sem o conseguir, sereis precursores, – o maior triunfo espiritual a que um homem pode almejar".

De resto, os artigos de Norton presentes nesta revista não escamoteavam as nove linhas orientadoras. A título de exemplo, "Memórias da minha Vida Colonial" evocava o episódio diplomático havido em meados de 1912, em Angola, em torno dos brindes (e da ausência deles) da armada germânica pela "prosperidade das colónias portuguesas". Acompanhava este escrito um curioso mapa, a fazer lembrar aquele outro, decerto mais conhecido, no qual a superfície das colónias portuguesas cobria boa parte da Europa: "Portugal não é um país pequeno". Assim, ao mapa de Angola, eram sobrepostas as representações de diversos países europeus: Bélgica, Holanda, Áustria, Suíça, Dinamarca, Estónia, Lituânia, Grécia, Turquia (Istambul), Jugoslávia, a própria metrópole, Luxemburgo e São Marino. Se é certo que as nações escolhidas pautavam pela sua pequena dimensão, a verdade é que tal imagem transmitia uma ideia forte a partir da imagem geográfica do território por si governado em duas ocasiões[813].

Em todo o caso, igualmente decisivo foi o facto de a relação com a Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro ter-lhe possibilitado entrar em contacto com as mais recentes obras do historiador Sérgio Buarque de Holanda e do sociólogo Gilberto Freyre, ambos brasileiros, os quais foram contemporâneos da geração modernista de escritores responsável por examinar e aprofundar a multiformidade poliédrica desse vasto país da América do Sul. Enquanto Buarque de Holanda, autor de *Raízes do Brasil*[814] (1936), interpretou o nascimento da nova nação

---

[813] Idem, "Memórias da minha Vida Colonial", in ibidem, 01-02-03/1933, N.º 4, pp. 13-14.

[814] Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.

à luz da especial natureza da colonização portuguesa, Gilberto Freyre foi mais longe, ao conceber conceitos e, por fim, toda uma doutrina, a teoria lusotropical, explicativa do encontro civilizacional entre colonos europeus, ameríndios e escravos africanos.

Por seu lado, os fundamentos da sistematização sociológica de Freyre, desenvolvidos ao longo de uma vasta obra, somente interrompida pela sua morte, em 1987, foram formulados nas páginas iniciais do seu livro mais famoso, *Casa Grande e Senzala* (1933), no qual se explicava a originalidade da formação social do Brasil. Aí se acentuava "a singular predisposição do português para a colonização [...] dos trópicos", sendo este "sucesso" imputado a três características idiossincráticas: a *mobilidade*, que lhe permitira, com escassos recursos humanos, espalhar-se por largas regiões do planeta; a *miscibilidade*, ou seja, a capacidade de se unir amorosamente, como nenhum outro europeu, a não europeus, criando sociedades plurirraciais; e a *aclimatabilidade*, espécie de resistência congénita aos solos e às temperaturas das regiões tropicais[815]. Por sua vez, estas características de "plasticidade" étnica e também cultural procediam da proximidade geográfica com o continente africano, da herança de tolerância e de cosmopolitismo legados pela multiplicidade de povos que tinham ocupado a Península Ibérica, sem esquecer as pretensões universalistas e fraternais do Catolicismo, o qual buscara converter o "gentio" durante a expansão, chamando-o a uma grande "família" cristã. O fim último de tal processo de convivência assentaria na formação de uma sociedade sincrética, partilhando traços portugueses e das civilizações colonizadas, mas talvez a parte mais inovadora da doutrina residisse numa reavaliação do papel do substrato cultural ameríndio e, sobretudo, africano – veja-se, no mesmo sentido, o contributo do estudioso Artur Ramos[816] –, na construção do Brasil

[815] Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil, 1957, pp. 18-29.

[816] Artur Ramos, *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

e na apologia da mestiçagem[817]. A doutrina de Freyre pregava, pois, um entendimento universalista e benévolo da colonização portuguesa, postulando que o racismo raramente teria entrado em linha de conta nas preocupações nacionais. Neste sentido, afastar-se-ia de idênticos processos holandeses e ingleses, os quais teriam assumido uma dimensão de sobranceria cultural eurocêntrica.

É provável que tenha sido sob o signo das polémicas dos finais do século XIX, versando o povoamento mestiço de Portugal e o florescimento dos movimentos pan-africanos dos inícios do século XX, que despontou a doutrina lusotropical de Freyre. A própria ideologia ultramarina, desde os tempos da Monarquia Constitucional, vinha sustentando que o país, graças a um peculiar talento nas relações com as diferentes culturas, supriria as suas exiguidades humanas e materiais. Para além disso, Freyre, um natural do Nordeste, reagia à crescente migração italiana e alemã para o Brasil, que estaria, a seu ver, a modificar a face do país, pelo que se impunha uma redescoberta das origens[818]. Freyre fora discípulo de Franz Boas, antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos. Este foi pioneiro na crítica ao conceito de "raça", promovendo a ideia segundo a qual nem sempre uma sociedade tecnologicamente avançada se encontra melhor adaptada ao seu meio ambiente do que uma outra possuidora de menos recursos. Prelúdio ao fim do etnocentrismo europeu, o pensamento de Boas ousou questionar os estereótipos em torno da inferioridade civilizacional africana e os mitos que ainda rodeavam a mestiçagem.

Nesta ótica, segundo Freyre, no Brasil ter-se-ia assistido ao desenrolar de um processo tendente a fazer evoluir a escravatura para uma servidão suavizada. O facto de os portugueses não terem pejo em relacionarem-se sexualmente com as naturais e as escravas africanas,

---

[817] Cf. Miguel Vale de Almeida, *Um mar da cor da terra*. Oeiras: Celta Editora, 2000, p. 173.

[818] Cf. Victor Villon, *O mundo português que Gilberto Freyre criou*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

perfilhando e libertando os filhos mestiços daí resultantes, mas, também, haverem conjugado, num complexo sincrético e novo, todas as experiências e saberes dos diferentes grupos em presença, faria do Brasil "a maior civilização moderna nos trópicos". Em contraste com o que antes se advogara, o mestiço, longe de estéril, seria um mediador entre as várias culturas, isto sem obstar a que Freyre conferisse ao português o papel de protagonista. Assim, as novas culturas mais não seriam do que a lusa revestida de um sabor tropical. Com as suas particulares qualidades de mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade, o colonizador limitara-se a reproduzir e continuar além-mar a sua própria história tão intimamente ligada à miscigenação. E, não obstante alguns livros do sociólogo, como *O Mundo que o Português criou*, terem feito a ponte entre a colonização brasileira e aquela que vinha a ser empreendida no Ultramar, o credo freyriano, somente a partir dos anos cinquenta vingou.

Objeto de alguma controvérsia, mas mais frequentemente de indiferença, quando das suas primeiras leituras em Portugal, nos anos trinta e quarenta, o corpo teórico freyriano seria oficialmente apadrinhado pelo Estado Novo, nos inícios da década seguinte[819]. Tentava-se, assim, prevenir a eventual "tentação" independentista das "províncias ultramarinas" e de contrariar o crescente anticolonialismo internacional, exibindo-se a imagem de uma prática colonial "diferente" das demais. Contudo, nos anos trinta e quarenta, o Darwinismo Social reinante dificilmente admitiria a apologia da mestiçagem. Os meios universitários ligados às escolas antropológicas de Coimbra e do Porto, nas figuras dos seus mais destacados representantes, António Mendes Correia e Eusébio Tamagnini, falavam em "confuso *melting pot*" de resultados "desastrosos". É certo que o pensamento de Mendes Correia iria evoluir nas décadas seguintes.

---

819 Cf. Cláudia Castelo, *«O modo português de estar no mundo»*, pp. 69-84.

No entanto, por agora, somente os habitantes de Cabo Verde recebiam da sua parte uma opinião favorável.

Houve, porém, alguns vultos da intelectualidade que acolheram as ideias presentes em *Casa Grande e Senzala*. Foram os casos de oposicionistas ao regime, como a romancista Maria Archer, António Sérgio, que assinou o prefácio de *O Mundo que o Português Criou*, no qual se intrigava com o facto de a "originalidade" da obra lusa em terras da América do Sul contrastar com a "modéstia do que fazemos na Europa", e o padre Alves Correia que, no órgão da Sociedade Luso--Africana do Rio de Janeiro, fazia uma recensão de *Casa Grande e Senzala*, sublinhando "a importância da obra"; homens da situação, como José Osório de Oliveira e o antigo integralista Manuel Múrias.

José Osório de Oliveira, escritor luso-brasileiro, amigo e discípulo de Gilberto Freyre, que desempenhou, entre 1935 e 1956, as funções de chefe de Divisão de Propaganda da Agência-Geral das Colónias/ Ultramar foi, talvez, o maior responsável pela valorização da mestiçagem. Tendo residido no arquipélago de Cabo Verde em meados dos anos vinte, cedo defendeu a concessão da adjacência a Cabo Verde e o reconhecimento da originalidade da literatura aí produzida, causas das quais iria seria paladino ao longo de toda a sua vida. Na revista *O Mundo Português*, Osório de Oliveira foi uma voz isolada. Em 1934 fazia publicar "A mestiçagem – esboço duma opinião favorável", artigo no qual sustentava que "todas as raças têm origem mestiça". Apresentando a colonização brasileira como um ideal de "comunhão das raças", fruto do "instinto sexual, mais inteligente" do homem português, o escritor garantia que a antiga colónia lusa constituía um raro exemplo ou mesmo um "milagre"[820]. Para, dois anos volvidos, traçar do povo cabo-verdiano o mais romântico dos retratos, imputando a sua "doçura" à ocorrência de um processo de mestiçagem

[820] José Osório de Oliveira, "A mestiçagem – esboço duma opinião favorável", in *O Mundo Português*, 1934, vol. I, p. 368.

em larga escala. A este último acontecimento voltava, aliás, a chamar "milagre", como que sugerindo que, para além do Brasil, mais espaços de colonização portuguesa se tinham tornado multirraciais e multiculturais. No ano seguinte, Osório publicava novo artigo na mesma veia: "A suposta inferioridade do mestiço"[821], citando o (então) pouco citado Gilberto Freyre e enunciava vultos portugueses de origem mestiça.

Nesta reabilitação da mestiçagem e, ainda mais de Cabo Verde, território quase sempre conotado com as estiagens e as fomes que, periodicamente, o assolavam, Osório de Oliveira[822] foi acompanhado por Augusto Casimiro e Julião Quintinha – o qual também escreveu para o *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de* Janeiro[823] –, produzindo uma apreciável bibliografia que em muito contribuiu para alterar a imagem do arquipélago, doravante medido a partir da riqueza cultural das suas elites literárias. Aliás, Gilberto Freyre, que visitou Portugal e as colónias portuguesas (Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Goa), em 1951, a convite do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, selando a ligação da sua obra ao regime estadonovista e atraindo sobre si a acusação de intelectual *engagé*, observava, a propósito de Osório de Oliveira, que "Cabo Verde é a menina dos seus olhos"[824].

Ora, no rescaldo dessa viagem "à procura das constantes portuguesas de caráter e ação", o sociólogo brasileiro publicou os resultados em dois livros e numerosos artigos. Em *Aventura e Rotina*, o escrito mais significativo da jornada, Freyre entrevistou Salazar, que julgou "virilmente bom", assim como membros da oposição, entre outros,

---

821 Idem, "A suposta inferioridade do mestiço", in *O Mundo Português*, 1939, vol. VI, pp. 57-60.

822 Idem, "As Ilhas Crioulas", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*, 12/1932, N.º 3, pp. 15-19.

823 Julião Quintinha, "Descobertas Sensacionais no Território de Manica e Sofala", in ibidem, 12/1932, N.º 3, pp. 15-19.

824 Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1954, p. 24.

António Sérgio, os escritores Aquilino Ribeiro e Adolfo Casais Monteiro, e Norton de Matos. Sobre este, quando da estadia em Angola, fazia ombrear o "africanologista lúcido experimentado" com "homens da energia, da honestidade e da visão de António Enes, de Paiva Couceiro". E, "através da longa viagem por estradas de rodagem, abertas em terras quase virgens de homens brancos", como antes de si, Armindo Monteiro, Freyre dizia começar "a tomar contacto com um dos aspetos mais interessantes" de Norton, pelo que a "sua presença continua viva em Angola. A Angola moderna começou com ele". Ou, ainda mais enfaticamente: "além de administrador, soube ser político e agir politicamente contra os imperialismos europeus" e animou "novas iniciativas e novos arrojos entre os portugueses"[825]. De resto, na homenagem feita pela revista *Seara Nova*, seis meses após a morte do general, o estudioso brasileiro voltava a destacar o "arrojo" da sua obra colonial, comparando-a, como outros, e daí o lugar--comum, à de Lyautey[826].

Norton de Matos, que possuía na sua biblioteca alguns livros de Gilberto Freyre, apesar de os citar e até admirar, de acordo com a ideologia vigente, nunca aceitou um dos seus ângulos mais preponderantes: a mestiçagem. Nos anos trinta, os seus artigos de *O Primeiro de Janeiro* repetiram, incansavelmente, essa ideia. Quer referenciando os colonos de Angola, que "souberam manter sem cruzamentos inconvenientes e prejudiciais a pureza da raça e hoje representam um importante núcleo de portugueses[827]", quer assinalando "o grave problema dos mestiços[828]" – pensamento expresso

825 Idem, ibidem, pp. 347-348.

826 Idem, "Duas Palavras", in *Seara Nova*. Lisboa: 07-12/1955, Ano XXXIV, Número de Homenagem a Norton de Matos, p. 96.

827 José Norton de Matos, "Concessões de terrenos em Angola", in *O Primeiro de Janeiro*, 3/09/1933, p. 1.

828 Idem, "O povoamento de Angola I", in ibidem, 8/12/1933, p. 1.

na máxima: "temos de evitar antes de mais e tanto quanto possível, inconvenientes cruzamentos"[829].

Apesar de Buarque de Holanda não ter publicado no *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro* e de nunca ter tido, em Portugal, o mesmo impacto de Freyre, Norton clarificava, em artigo d'*O Primeiro de Janeiro*, posteriormente inserido nas *Memórias*, que "acabo de ler um precioso livro do escritor brasileiro". Interessado pela questão agrária e a "transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical", logo se interrogava, ainda que julgando saber de antemão a resposta: "não é esta a obra de Angola"? Porque, os colonos portugueses no Brasil (e em Angola) teriam seguido a "ética da aventura", em lugar da "ética do trabalho", beneficiando de uma enorme plasticidade social, da qual estaria ausente "qualquer orgulho de raça"[830].

Depois, debatia a problemática da hipotética colonização holandesa do Brasil, aventando Norton que, "também, há tempos em Angola se falou muito neste assunto entre indígenas cultos". No entanto, se aceitava que os holandeses teriam conseguido fazer do Brasil uma colónia mais próspera do que os portugueses, negava-lhes o mérito de lograrem criar uma nação, até porque teriam empregado colonos que considerava desadequados a essa obra. De proveniência, sobremaneira, urbana, os povoadores holandeses teriam mantido uma férrea clivagem entre senhores e escravos – que Norton, implicitamente, divisava na sociedade bóer –, pelo que os portugueses, graças à mencionada plasticidade (mestiçagem?) teriam estabelecido as fundações de uma nação em que o racismo teria reduzida expressão, através da conversão da escravatura numa servidão atenuada.

Se Sérgio Buarque de Holanda ecoava Gilberto Freyre, as palavras de Norton pareciam inspiradoras do discurso estadonovista dos anos

---

829 Idem, "Colonização", in ibidem, 14/04/1938, p. 1.

830 Idem, "Raízes do Brasil I", in ibidem, 22/09/1938, pp. 1-3.

cinquenta, quando este apadrinhou a teoria lusotropical. Sobretudo, quando o general afirmava, contemplando o paradigma brasileiro, que "o mesmo está acontecendo a Angola, e assim vamos cumprindo a nossa missão histórica"[831]. Todavia, não obstante haver avaliado positivamente os argumentos dos dois estudiosos brasileiros, tal como os colonialistas Henrique Galvão e Carlos Selvagem[832], Norton nunca mudou de opinião no que respeita à mestiçagem, mantendo a crença de que esta, essencial no passado, pelo menos na Índia de Afonso de Albuquerque, e inevitável no futuro, uma vez findo o processo civilizador dos "indígenas", seria inoportuna no presente, em virtude de criar um terceiro elemento entre colonizador e colonizado, suscetível de perturbar a ação do primeiro.

Impérios do mundo e conceções histórico-coloniais

Datando de 1931 o início da colaboração de Norton de Matos com o jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*, através de uma série de seis artigos vindos a lume nesse ano, foi somente em 1933, que o general assumiu uma participação regular, tendo assinado centenas de rubricas, por vezes a um ritmo semanal e/ou quinzenal, até cerca de oito meses antes da sua morte, em janeiro de 1955. O triénio de 1935/1937 resultou extremamente prolífero, começando a produção jornalística a diminuir nas vésperas da Segunda Guerra Mundial e durante ela, altura em que Norton começou a redigir as *Memórias*. Atento ao conflito, sobre o mesmo escreveu, voltando, após as eleições presidenciais de 1949, a uma ativa génese periodística. Os últimos anos de vida seriam, de facto, deveras intensos, acompanhando e enriquecendo as

831 Idem, "Raízes do Brasil II", in ibidem, 12/11/1938, pp. 1-3.

832 Henrique Galvão e Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953, 1.º vol., p. 183.

grandes sínteses presentes nos livros *A Nação Una* e *África Nossa*. De resto, como sucedeu com trabalhos anteriores, muitos textos foram repetidos e aprofundados, constituindo os artigos d'*O Primeiro de Janeiro* um manancial de temas que alimentou aqueles livros.

Um dos mais reveladores artigos das aspirações de Norton, republicado nas *Memórias*, foi publicado a 2 de novembro de 1933, com o título de "Prometeo". Inspirado pela paisagem outonal de Algés e desejoso de esquecer as "barbaridades do regime hitleriano", assim como o rumo da questão ultramarina portuguesa, Norton começara a reler a famosa tragédia de Ésquilo e "poucos minutos depois estava a 2500 anos da Alemanha e da nossa política colonial". Na realidade, tal digressão escapista em torno do mito grego não logrou o seu objetivo, uma vez que Prometeu, "sublimação do homem", que enfrentara Zeus (Hitler, Salazar?) – "um tirano recente é sempre cruel" –, escutando as "misérias dos mortais e como das crianças que eles eram", julgara por bem desenvolver uma "ação civilizadora", que o mesmo é dizer colonizadora, pelo menos, para Norton. De modo paternalista, Prometeu apiedara-se daqueles que, "nas primeiras idades viam sem ver, escutavam sem ouvir e passavam a sua longa existência como um sonho desordenado e confuso", daqueles que "não conheciam as casas construídas com tijolos [e] não trabalhavam a madeira", enfim, daqueles que "viviam como formigas debaixo da terra ou em cavernas onde não entrava o sol". Citando uma versão francesa desta tragédia grega, Norton esclarecia o verdadeiro sentido da sua evocação: "o espírito desses versos vive inteiro em nós portugueses, que há tantos séculos lançámos mão à obra de transformar raças primitivas". E, ao recusar, sobranceiramente, o acordo de Zeus, por intercessão de Hermes, "pois que eu não trocaria a minha desgraça pela tua condição de serventuário", Prometeu condenara-se a permanecer acorrentado a um rochedo. Nas palavras finais de Norton:

> Prometeu foi além do que é legítimo na sua luta pelo bem dos homens. Perturbou a ordem social estabelecida. As forças conservadoras não o poderão matar, porque a ideia é imortal, mas conseguirão fazê-lo sofrer, inutilizá-lo por muitos anos, por muitos séculos talvez. Não é sempre assim?[833]

Metáfora de si próprio? Paralelismo da situação portuguesa e internacional? Metáfora da questão ultramarina?

Todas as hipóteses são de levar em linha de conta. Do mito grego que a filosofia ocidental associou ao progresso, à revolução e à integridade, Norton extraíra as passagens da tragédia de Ésquilo passíveis de descrever a sua situação de opositor ao regime, assim como as supostas negligências deste, no que respeita ao Ultramar. De igual modo, com base num escrito mais tardio, se percebe que, para si, a obra de colonização seria, também, libertação para todos aqueles que vão ser "proprietários de uma gleba, quando ao longo de inúmeras gerações foram sempre assalariados presos à terra"[834].

Os artigos que fez publicar no jornal portuense analisavam os orçamentos de Angola, cotejavam a política imperial inglesa (descentralizadora) com a portuguesa (centralizadora), sendo, por vezes, alvo de censura. A título de exemplo, a 3 de setembro de 1943, a redação informava o general que, "por motivos alheios à nossa vontade, não pode ser publicado o artigo 'Internacionalização dos Territórios Coloniais"[835]. Uma rubrica com um título idêntico surgiria em 1946.

Como por vezes veio a suceder, o Estado Novo e a censura, sua instituição, agiram de acordo a preservar o essencial, a fim de "saber durar"[836]. Um artigo que, em 1943, no auge da contenda mundial,

---

833 José Norton de Matos, *"Prometeo"*, in O Primeiro de Janeiro, 2/11/1933, p. 1.

834 Idem, "Povoamento", in ibidem, 17/11/1936, p. 1.

835 *Carta de Pinto Azevedo a Norton de Matos*, de 3/09/1943, in Pasta "Memórias e Diário I" – ABNM.

836 Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

e encontrando-se Timor sob o controlo japonês, se propunha refletir sobre as ameaças aos territórios portugueses, podendo levar alguns a duvidar da manutenção da neutralidade – com efeito, em 1946, findo o conflito, na primeira grande crise do regime estadonovista, com a Carta das Nações Unidas a chamar a atenção para os territórios coloniais, que Norton comparava aos mandatos do fim da Primeira Guerra Mundial –, tornava-se desejável. Porque, o general continuava a defender a presença lusa em África "sem termos de pedir o auxílio da finança internacional e do esforço e da energia de uma nação poderosa ou de um conjunto de nações". Estes, em suma, os elementos novos do artigo, em face da nova conjuntura global e dos mais recentes equilíbrios de forças que apelavam a um processo descolonizador. Reclamando a internacionalização do saber, o mencionado artigo conservava as passagens que, talvez, tivessem motivado a censura, a saber: a crítica à obra colonial do Estado Novo, posto que "a transformação de Angola, realizada a partir da ação de Couceiro até ao terminar do Governo Vicente Ferreira, não tem paralelo em qualquer outra região da África tropical"[837]. Ou seja, esse período áureo, começado em 1909, com Paiva Couceiro – reconhecido mentor de Norton – teria terminado em 1928, altura em que Salazar entrara para o governo.

No entanto, as questões de política internacional já percorriam os textos "nortonianos" dos anos trinta. O artigo "Os Cinco Impérios do Mundo", também republicado nas *Memórias*, e redigido após o assassinato do rei Alexandre da Sérvia, em Marselha, em outubro de 1934 – espécie de repetição histórica dos acontecimentos de Sarajevo, em 1914 –, apresentava uma visão geoestratégica pontuada pela "modalidade colonial". Os cinco impérios ("o dos latinos, o dos anglo-saxões, o dos germânicos, a Rússia e o dos amarelos") encontrar-se-iam

[837] José Norton de Matos, "Internacionalização dos territórios coloniais", in *O Primeiro de Janeiro*. 4/02/1946, p. 4.

em precário equilíbrio, mas "o espetáculo que a humanidade nos oferece é o da luta, que será por muitos séculos irredutível, entre estes cinco impérios", cada um dos quais buscando "o esforço de anexação de territórios estranhos, isto é, o desmembramento dos impérios rivais" [838]. Aliás, a própria Europa "tem a temer duas grandes invasões – a dos eslavos e a dos amarelos. Se a primeira vencer, a segunda seguirá dentro de um ou dois séculos"[839].

Ora, enquanto a Itália e a França, as maiores nações latinas, travariam uma "luta pela hegemonia" em África, os povos anglo-saxónicos, dispersos por vários continentes, confirmariam, outrossim, essa capacidade de criar e gerir colónias, enquanto "os germânicos e os russos nunca revelaram essa capacidade. Os amarelos começaram a dar sinais dela". Espelhando as inquietações do tempo, que observava o rearmamento alemão, a consolidação do comunismo na Rússia e o avanço nipónico na China, e recordando o binómio latinos/anglo-saxónicos da conferência "A Missão Colonizadora de Portugal em África, Norton julgava aqueles impérios estéreis e tendencialmente destrutivos:

> A missão histórica das duas nações em África [Portugal e Bélgica] é, em grande parte, a mesma: somos na Africa, com os franceses, os portadores e os representantes da civilização latina, que terá de erguer um dia, que chegará mais cedo do que se julga, não em atitude guerreira, mas como barreira destinada a impedir o domínio exclusivo de uma única civilização [anglo-saxónica] em África, como ação indispensável para o estabelecimento no continente negro de um justo equilíbrio entre as duas grandes civilização do mundo[840].

---

838 Idem, "Os Cinco Impérios do Mundo", in ibidem. 27/10/1934, p. 1.

839 Idem, "Clarificação", in ibidem. 18/11/1939, p. 1.

840 Idem, "Bélgica", in ibidem. Porto: 24/11/1936, p. 1.

Por conseguinte, sublinhava o papel de Portugal em África – não o fundo lusitano, mas o romano – "somos latinos e como tais temos no nosso sangue traços indeléveis de universalismo: somos criadores de nações". Haveria, pois, que continuar a dar "ao mundo o exemplo constante da nossa obra construtiva"[841]. Em 1953, imbuído de pessimismo, numa longa linha de pensamento cultural decadentista, assinaria "O Crepúsculo da Civilização Latina"[842].

Deste modo, a invasão da Abissínia (Etiópia) pelo exército italiano, em 1935-1936, suscitou, da sua parte, comentários contraditórios, oscilando entre a crítica ao fascismo e o elogio da colonização italiana. Os seus primeiros artigos, mais do que condenação ou contentamento, debateram o facto de Mussolini "armando legiões de nativos para auxiliarem as tropas italianas na Etiópia, colocando esses nativos na frente de batalha" em lugares de responsabilidade, estaria a criar entre "os indígenas africanos um sentimento de igualdade e até de superioridade que pode ter as mais funestas consequências"[843].

Alguns meses mais tarde, derrotados os abissínios e anexada a Etiópia, Norton explicava a sua cedência aos interesses italianos, quando citava o famoso discurso de Mussolini: "para a Inglaterra o Mediterrâneo é uma das muitas estradas que ligam as diversas partes do seu império, mas para nós esse mar é a vida"[844]. Significava que as pretensões italianas a Angola, declaradas no decorrer da Conferência de Paz de 1919 e reavivadas na década de trinta, quando canalizadas para o Mediterrâneo, apesar da invasão de um país membro da SDN, tornavam-se aceitáveis. Ademais, em "Campanhas Coloniais", afirmava:

---

841 Idem, "Os Cinco Impérios do Mundo", p. 1.

842 Idem, "O Crepúsculo da Civilização Latina", in ibidem. 9/09/1953, p. 1.

843 Idem, "Tropas Indígenas", in ibidem. 14/03/1936, p. 1.

844 Idem, "Mediterrâneo", in ibidem. 11/11/1936, p. 1.

> Seja qual for a nossa maneira de apreciar o ato militar, político e colonial que se está consumando não podemos negar a nossa admiração à maneira como a Itália organizou esta campanha. Essa organização revelou-nos a existência de uma nação cheia de poder e exuberante de vida: temos de ir buscar aos tempos da Roma antiga exemplos de campanha desta envergadura[845].

Descrevendo os meios logísticos empregues no campo de batalha etíope, Norton justificava a ação como o último ato de conquista europeia, "pois se a África é tão grande e a sua população tão diminuta". À semelhança de Norton, o conquistador deveria prover ao desarmamento do "indígena", tanto mais que "agora, passado o turbilhão da Grande Guerra e ocupada a Etiópia, volta-nos a esperança de se erguer em África durante séculos de paz, uma grande civilização sem carnificinas, sem injustiças, sem misérias"[846]. E, ainda mais contemporizador com o regime de Mussolini, anotava em julho: "a revolução fascista, caracterizada acima do mais por uma absoluta originalidade deve, a meu ver, considerar-se como sendo uma violenta destruição e uma brusca remoção de obstáculos que se opunham à ressurreição" da Itália, pelo que esta "hoje está erguendo em grandeza, uma obra digna dos romanos". Confrontando as revoltas dos etíopes às campanhas coloniais do seu tempo, defendia, novamente, o desarmamento do "indígena" e a substituição da ocupação militar por uma de natureza civil, congratulando-se por "está[r] a Itália fazendo na Abissínia obra idêntica"[847].

Em novembro desse ano, melhor documentado sobre a questão, como admitiu, e alarmado pelo curso da Guerra Civil de Espanha, continuou a ler a "nova colónia" italiana à luz da sua experiência

---

845 Idem, "Campanhas Coloniais", in ibidem. 25/01/1937, p. 1.

846 Idem, ibidem, p. 1.

847 Idem, "Uma Nova Colónia I", in ibidem. 17/07/1937, p. 1.

em Angola, expressando uma opinião contrária. Olvidadas as palavras sobre a grandeza imperial de Roma, aconselhava, agora, a Itália (e a Alemanha) a desistir de possuir colónias, pois a sua reduzida experiência neste campo implicaria gastar muito dinheiro e hipotecar o futuro. Afinal, "só os povos que forjaram a sua nacionalidade no todo ou em grande parte, na fornalha ardente das terras de além-mar, têm real vantagem em possuí-las"[848].

Tais alegações não o impediram de, em janeiro do ano seguinte, admirar os centros de colonização criados em Itália e a partida de famílias de agricultores transalpinos para a Abissínia, tal como desejava que o mesmo sucedesse em Angola. Retomou, portanto, o tom elogioso e histórico: "levantam-se perante nós os antigos legionários romanos, a quem Roma distribuía terras nas regiões conquistadas, para tomarem conta da sua defesa e para as latinizarem"[849]. Do mesmo modo que, com o início da Segunda Guerra Mundial, assinalava o envio de colonos italianos para a Líbia[850], já num artigo destinado a enaltecer a "luta de heróis por parte dos finlandeses", no decurso da Guerra de Inverno de 1939-1940, contra a União Soviética, voltava a fazer a defesa da conquista da Abissínia:

> Quando, em meados de 1935, se principiou a levantar no mundo uma grande celeuma em presença da revolução italiana de fazer na Etiópia Oriental o que nós lá tentámos fazer, a partir dos primeiros anos do século XVI, isto é, a ocupação de uma vastíssima região, e a vingar derrotas infligidas por tropas de cor, tal qual nós tantas vezes fizemos no decorrer da nossa história colonial, escrevi um artigo que neste jornal foi publicado, a justificar o meu modo de ver, contrário ao da Sociedade das Nações de 1935, e no qual disse

848 Idem, "Uma Nova Colónia II", in ibidem. 15/11/1937, p. 1.

849 Idem, "Colonização", in ibidem. 27/01/1938, p. 1.

850 Idem, "Colonização da Líbia". in ibidem, 3/11/1939, p. 1.

que "não me convenciam nem aqueciam as críticas que se estavam fazendo aos italianos"[851].

Lamentando o facto de a Finlândia, após alguns meses de luta, ter decidido negociar, em Moscovo, os termos da paz, em lugar de procurar auxílio junto dos "países amigos da Europa e da América", Norton notava que, quando da anexação alemã da Áustria[852], da ocupação da Checoslováquia e da invasão da Polónia, se tinha pronunciado nas páginas d'*O Primeiro de Janeiro*, razão por que não lhe podiam imputar a acusação de desinteresse pelas pequenas nações. A seu ver, o caso desses Estados europeus nada tinha que ver com o caso da Etiópia, não obstante esta ser membro de pleno direito na SDN. Assim, não deixava de divisar maior empenho daquela organização internacional em defender os direitos de um país africano, do que em sustentar a independência dos Estados anexados por Hitler ou a Finlândia agredida por Estaline, naquilo que, forçosamente, deve ser entendido como eurocentrismo. Ainda assim, em 1938, crente na reanimação da SDN, não se escusava a culpar a França, a Inglaterra e a Rússia, em virtude de estas potências, após a saída do Japão, da Alemanha e da Itália, terem regressado à negociação bilateral, em lugar de promoverem o concerto das nações mais e menos poderosas[853]. Sintomaticamente, nas *Memórias*, na secção que consagrou a "África e a Itália", escrita em 1944, Norton incluiria a passagem de Mussolini a respeito da importância do Mediterrâneo para os seus compatriotas e para os ingleses, mas omitiria o panegírico da colonização transalpina.

Idêntica atenção dedicou aos países que, à semelhança de Portugal, exíguos na Europa e extensos no Ultramar, procuravam manter e

---

851 Idem, "Finlândia", in ibidem. 23/03/1940, p. 1.

852 Idem, "Áustria", in ibidem. 19/03/1938, p. 1.

853 Idem, "Sociedade das Nações", in ibidem. 22/04/1938, p. 1.

desenvolver os seus territórios coloniais. Se o império colonial holandês, rotulado de "valiosíssimo", lhe mereceu um artigo, no qual reputava de essencial o auxílio britânico, no intuito de contrabalançar o expansionismo japonês[854] – um dos "impérios do mundo" –, o Congo Belga, parceiro comercial estratégico de Angola, inspirou-lhe um maior número de rubricas. Em 1934, referindo-se à criação de uma reserva de caça, o *Parc National Albert*, ligava a iniciativa à ocupação científica do Ultramar, da mesma forma que urgia elaborar cartas geodésicas, geofísicas, geológicas, etnográficas, demográficas, zoológicas, botânicas e climatéricas, expediente que a Bélgica vinha realizando.

Simultaneamente, num registo caro ao Darwinismo Social[855], explicitava que "até que melhor seria apressar o mais possível a extinção completa desses exemplares", pois, afinal, "entre eles um existe que mais do que qualquer outro me é soberanamente antipático. É o gorila. Há nesse antropoide aspetos, atitudes e gestos que diminuem a natureza humana, que quási nos humilham como ancestralidade repugnante". Por isso, acompanhava o texto uma fotografia na qual "estavam representados um gorila e um indígena civilizado do Congo Belga", para vincar "as tarefas mais altas e mais nobres – as que conduzem à transformação das tribos primitivas da África em homens como o que está sentado em atitude inteligente e serena ao lado do bestial antropoide". Ainda que imbuído de racismo, é lícito descortinar outros intentos neste artigo: que, à semelhança do livro *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, a colonização europeia arriscava fracassar, caso o empenho ou "fardo do homem branco" não fosse total, pois, "nos tempos que vão correndo a fera

854 Idem, "Império Colonial Holandês", in ibidem. 15/10/1937, p. 1.

855 Cf. Mário Mário, *O Indígena no Pensamento Colonial Português (1895-1961)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

humana está a regressar, sanguinária e feroz"[856], devendo tal passagem associar-se ao triunfo dos totalitarismos, hitleriano e estalinista.

Como quer que seja, países com fronteiras comuns em África, Portugal e a Bélgica, poderiam possuir ainda mais pontos de contacto. A seu ver, a colonização belga assemelhava-se àquela que ele próprio pretendera implantar em Angola, através da criteriosa escolha das regiões a serem povoadas e ao estímulo de programas de variada iniciativa (estatal, privada, individual, empresarial e baseada em núcleos regionais)[857]. Ponderando que a (manutenção da) independência das nações se conseguia à custa da "força económica" e "da ordem e do patriotismo dos seus habitantes", adicionava um terceiro elemento comum a Portugal e à Bélgica: o "desenvolvimento dos territórios que dela [nação] fazem parte", assim como a procura de alianças, pois a SDN "mostrou à saciedade que não podia proteger nações fracas"[858]. Nas *Memórias*, realçava que a queda da Bélgica, em 1940, não inviabilizaria, com o fim da guerra, o seu retorno pleno à colonização do Congo, em virtude de este país, como Portugal, "ocupa[r] na Europa uma grande posição", a da prosperidade baseada no além-mar[859]. Com efeito, enquanto certos países nunca haviam precisado de colónias para ser prósperos (Suécia), para outros estas seriam fator de perturbação (Alemanha), para outros, ainda, a razão de ser (Portugal)[860].

No que concerne à Alemanha, país que Norton havia combatido enquanto ministro da Guerra, durante o conflito de 1914-1918, o

---

856 José Norton de Matos, "As reservas de caça do Ultramar", in *O Primeiro de Janeiro*. 10/07/1934, p. 1.

857 Idem, "Povoamento", in ibidem. 17/11/1936, p. 1.

858 Idem, "Bélgica", in ibidem. 20/05/1937, p. 1.

859 Idem, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, pp. 359-362.

860 Idem, "Colónias", in *O Primeiro de Janeiro*. 20/06/1936, p. 1.

general não havia mudado de opinião[861]. A seu ver, em 1935, "parece-nos hoje uma nação ansiosa por uma revanche", firmada na "idolatria de uma raça de que se julgam os únicos representantes do mundo":

> Ai de nós, povo em que tantos sangues se misturaram desde os lusitanos até hoje, com as nossas ideias de assimilação dos habitantes de cor que vivem nos territórios portugueses, com o firme propósito de os elevar até nós, de os integrar na nossa civilização, com os nossos princípios cristãos e democráticos de igualdade, de liberdade e de fraternidade, reais e não fictícios [...] ai de nós se um dia os germânicos dominassem o mundo. Seriamos humilhados e desprezados, como o são hoje tantos alemães pelo simples facto de não poderem provar se são ou não arianos.
>
> O predomínio da classe militar. [...] A vida num país transformado em caserna seria para nós pior do que a morte. Então se a Alemanha se voltasse para África – uma vez que Rússia e Japão lhe barram a Ásia, na defesa das suas matérias-primas [...] seria para nós o fim de tudo. Um dos aspetos da revanche alemã é a constituição de um vasto domínio colonial[862].

Não abandonando o esquema dos "impérios do mundo", Norton não reconhecia à Alemanha quaisquer qualidades colonizadoras. Ao invés da Itália, outro país recente (histórica e colonialmente) – mas com um passado de romanização –, o ponto de partida do governo de Berlim remontava ao século XIX. Daí decorre que, ao ponderar que "nunca, em nenhuma época da história do mundo, teve o continente africano tanta importância como hoje", sendo "para a Europa uma questão de vida ou de morte", em função

---

861 Cf. Armando Malheiro da Silva e Luís Reis Torgal, "Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial, p. 108.

862 José Norton de Matos, "A atitude da Alemanha", in *O Primeiro de Janeiro*. 6/04/1935, p. 1.

das matérias-primas, a Alemanha poderia constituir um perigo, uma vez que se estabelecesse um império colonial iria adquirir uma "sólida hegemonia na Europa"[863]. Nesta ordem de ideias, concordava com aqueles que haviam aplaudido e ainda aplaudiam a decisão de amputar a Alemanha do seu património ultramarino, em 1919. A animosidade do general prosseguia num outro artigo de 1935, reagindo a uma missão de estudos germânica que seguira, havia pouco, com rumo a Angola: "não seria melhor dizer-lhes que aguardassem mais uma ou duas dezenas de anos que ainda estavam frescas em demasia as recordações que nos deixaram os seus colegas de 1914"[864].

Em 1937-1938, com a circulação de notícias acerca de uma eventual cessão de colónias à Alemanha, voltando os velhos rumores que envolviam Angola e Moçambique, com discursos de responsáveis britânicos e de Hitler[865], Norton endureceu o tom dos seus escritos para *O Primeiro de Janeiro*. Ademais, a ativação da *Reich Colonial League* (Liga Germânica Colonial), a partir de 1936, sob a chefia de Ritter von Epp, constituía uma possível ameaça para Portugal, tanto mais que os países que exerciam mandatos coloniais sobre as antigas possessões da Alemanha não se encontravam dispostos a devolvê-las[866] – Tanganica (Inglaterra); Sudoeste Africano (União Sul Africana); Togo (Inglaterra); Togo (França); Camarões (França); Ruanda e Urundi (Bélgica).

Neste âmbito, Norton visou demonstrar que as reivindicações de Berlim, longe de mera retórica nacionalista para distrair a opinião pública de outras manobras revisionistas – na Europa – tinham fundamento, pois "a Alemanha não foi uma boa administradora das suas colónias; mas é falso que estas lhe dessem prejuízo e pouco lucro".

---

863 Idem, "Africa", in *O Primeiro de Janeiro*. 16/04/1935, p. 1.

864 Idem, "Memorialismo", in ibidem. 6/08/1935, p. 1.

865 Idem, "A Questão Colonial", in ibidem. 12/02/1937, p. 1.

866 Idem, "A Questão Colonial", in ibidem. 5/03/1937, p. 1.

Na verdade, ainda que dotada de vastos meios materiais e humanos, "faltaria talvez alguma cousa a essa obra colonial, sem a qual nada de excelso se pode fazer em matéria de colonização: a humanidade, o respeito pelos nativos, a sincera vontade de os igualar a nós, qualidades que somente um pequeno número de raças eleitas tem mostrado possuir através da história". E, dissertando acerca dos povos que os alemães tinham tentado colonizar/submeter, afiançava que "os habitantes do Tanganica são Bantos, e destes se pode fazer o que se quiser" ou que os "Hereros são das raças piores que existem [...] só génio colonizador dos portugueses poderia rapidamente resolver"[867] o problema das suas revoltas. Aludia, certamente, ao facto de os Bantos, em Angola, terem sido submetidos ao poder colonial[868], assim como os Hereros, isto quando os alemães, em 1904, a pretexto de uma insurreição deste último povo, haviam conduzido uma violenta campanha militar que tem sido apelidada de genocida[869].

Confiado nessa "tarefa ingente" de "trazer o preto ao nosso convívio, para modelar o barro tosco da sua humanidade incoativa, fazendo surgir as linhas de divina espiritualidade, que indicam o homem na plenitude dos seus direitos e da sua dignidade"[870], mas desconfiando da segregação presente na Rodésia, "mais uma grande utopia"[871], registava esse outro "sopro de utopia que deu origem à fantasia dos Estados Unidos da Europa", ou seja, os acordos para internacionalizar as colónias e repartir recursos naturais[872]. Decerto que, conforme se constatou, a SDN lhe merecera, a partir dos anos trinta, as maiores reservas, o mesmo sucedendo com os projetos europeístas. No entanto,

---

867 Idem, "O Valor das colónias in ibidem. 16/04/1937, p. 1.

868 Idem, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, pp. 401 e ss.

869 Cf. Jeremy Sarkin-Hughes, *Colonial genocide and reparations claims in the 21st century*. Westport: Praeger Security International, 2009.

870 José Norton de Matos, "Tarefa Ingente II", in *O Primeiro de Janeiro*. 4/01/1935, p. 1.

871 Idem, "Tarefa Ingente I", in ibidem. 9/01/1935, p. 1.

872 Idem, "Colónias", in ibidem. 20/06/1936, p. 1.

reagindo à invasão da Checoslováquia, que Hitler prometera preservar, após os Acordos de Munique de 1938, e que tinham entregue à Alemanha a região fronteiriça dos Sudetas, Norton chamava à colação os seus modelos coloniais (romano e inglês). Para legitimar a antes criticada "Pan-Europa", a qual poderia ser um baluarte contra a anunciada eclosão da guerra, uma vez desmoronada a *Pax Britannica*, que, desde Napoleão, assegurava a "liberdade dos mares" e a "dignidade humana":

> A liberdade dos mares deve-se à Pax Britânica. Na história só outro símile se lhe encontra, a Pax Romana; mas, se o génio de Roma soube dar mais majestade à pacificação do mundo, o génio anglo-saxónico conseguiu imprimir-lhe mais valor humano. Quando a paz principia a ser alterada, os impérios entram fatalmente no período de decomposição, se lhes falta a força, a energia e o vigor imperial para vencerem uma civilização diferente da sua, que contra eles se ergue. Recordamos, com amargo sabor, a lenta agonia do Império Romano[873].

Dois meses antes da invasão da Polónia, no artigo "Pan-Europa", apontava que a Grã-Bretanha, sempre renitente a alianças e alienações de soberania, assim como a integrar federações europeias, possuía a experiência da *Commonwealth*. O binómio "Inglaterra, cabeça dum império mundial e a Inglaterra nação da Europa", espelhando, numa escala maior, o caso luso, teria de alinhar com a Europa e a América e "formar bloco contra as civilizações asiáticas da Rússia, da China e do Japão". E, contrariando o que antes escrevera acerca de uma hipotética federação do "Velho Continente", aduzia: "não devemos perder a esperança de ver a Europa unida politicamente e economicamente, e de sentir assegurada para sempre a civilização europeia,

[873] Idem, "Pax Britânica", in ibidem. 1/04/1939, p. 1.

a civilização da raça branca", ainda que confessasse a "ousadia [de] falar-se em união da Europa nos tempos que vão correndo"[874].

Talvez por isso, o primeiro artigo que deu à publicação n'*O Primeiro de Janeiro*, após o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, a 18 de novembro de 1939, dizendo respeito a política internacional, se intitulasse "Clarificação". Aí, Norton, num registo anticomunista, confessava que "sobre os germanos pesa a fatalidade histórica de abrir as portas à invasão eslava", quer devido ao Pacto Molotov-Ribbentrop, quer pelo facto de Marx e os seus discípulos (alemães) terem "facilitado a expansão dos princípios bolchevistas", razão por que "me alenta ainda a grande esperança de ver o grande povo alemão, a quem a humanidade tanto deve, erguer de novo o estandarte da civilização ocidental, depois de ter sacudido de si conceções que não traduzem essa civilização"[875]. De momento, confiado nas "potências ocidentais da Europa e da América, pelos seus meios próprios, que nada têm com marxismos, hitlerismos e bolchevismos", acalentava a expectativa de "o destino colonizador dos portugueses" sobreviver à guerra que oporia os "impérios do mundo"[876].

Guerra, eleições e testamento

Sabe-se que Norton acompanhou, atentamente, o desenrolar do conflito mundial. Não apenas fez publicar alguns artigos n'*O Primeiro de Janeiro*, como manteve um diário, no qual anotava os desenvolvimentos, avanços e retiradas, ofensivas e contraofensivas, relação de forças e material bélico, dos exércitos do Eixo e dos Aliados. Em janeiro 1941, escrevendo sobre a Grécia, então em guerra contra

874 Idem, "Pan-Europa", in ibidem. 7/07/1939, p. 1.

875 Idem, "Clarificação", in ibidem. 18/11/1939, p. 1.

876 Idem, "Destino colonizador dos portugueses", in ibidem. 20/07/1940, p. 1.

a Itália desde outubro, elogiava a organização militar helénica[877], que lhe permitira contra-atacar os italianos, conduzindo, em abril, à intervenção da Alemanha. Sem dúvida que temia o desafio colocado pelos "impérios do mundo" às pequenas nações, razão por que muito dissertou sobre os territórios ultramarinos portugueses durante este período. Desejando a vitória dos aliados, inclusive da União Soviética sobre a Alemanha Nazi – decisiva, para si, a Batalha de Estalinegrado –, continuou a alimentar receio de hipotéticas próximas invasões da Europa, por eslavos e "amarelos", a suceder no pós-guerra.

O artigo seguinte, recentrando-se na questão colonial, no Egito, um dos primeiros territórios ultramarinos a merecer a atenção de Norton, quando do regresso de Macau, quase três décadas antes, e nas páginas d'*O Primeiro de Janeiro*, em 1936, denotava o empenho inglês em defender aquele território (e o Canal de Suez), no que se assemelharia aos combates entre portugueses e turcos do século XVI, quando disputavam a supremacia naval no Índico. O escrito postulava que a Inglaterra, desde os tempos de Napoleão, apenas se envolvia em guerras coloniais. Alertava a opinião pública para que "a luta que se está travando na África, tem para nós portugueses altos significados"[878], uma vez que parecia antecipar o auxílio alemão do *Afrika Korps* ao exército italiano, que iria conduzir as forças do Eixo, comandadas por Erwin Rommel, até ao Egito, onde foram vencidas, em El-Alamein, em Outubro-Novembro de 1942, pelo VIII Exército do general inglês Bernard Montgomery[879].

Em janeiro de 1942, "segui[n]do com o maior interesse o atuar nacional e internacional que os territórios de além-mar, ligados mais ou menos intimamente às metrópoles europeias beligerantes têm manifestado no decorrer desta guerra", podia escrever que os *dominions*

---

877 Idem, "Grécia", in ibidem. 4/01/1941, p. 1.

878 Idem, "Egito in ibidem. 10/01/1941, p. 1.

879 Cf. Martin Gilbert, *A Segunda Guerra Mundial*. Alfragide: D. Quixote, 2009, pp. 492-493.

britânicos forneciam, como em 1914-1918, amplos contingentes de soldados, assim como a Índia mobilizara homens e mantinha ativa uma assinalável indústria bélica. Se a Bélgica e, sobretudo, a Holanda, ocupadas militarmente na Europa, envidavam esforços para lutar ao lado da Inglaterra noutros pontos do globo, ainda mais precária era "a dolorosa situação da França". Seja como for, dava aqui, mais do que nunca, provas de, por vezes, no seu pensamento, a questão colonial sobrepujar a política, pois julgava a França (de Vichy), quer nas colónias tropicais, quer nas colónias do Norte de África, capaz de continuar a "marcar uma preciosa garantia da civilização europeia através desta guerra"[880]. Não mencionava as colónias italianas, então palco de aguerridos combates.

Em finais de 1943, duvidando do final do conflito no ano que se avizinhava[881], apesar das derrotas alemãs em Estalinegrado e em Kursk, regressava ao tema do "perigo amarelo", reportando que, "das nações que entraram em guerra, têm sido as do extremo oriente, a China e o Japão, as que menos têm sido atingidas". Ignorando, decerto por falta de informação, que o primeiro desses países seria dos mais ceifados pela "espada de Marte", considerava que o Japão, ainda mais incólume do que a China, merecia um olhar atento, no pós-guerra, das potências vencedoras. Aliás, não se referindo à questão de Timor, desejava o rápido restabelecimento das "duas grandes nações vencidas, a França e a Itália", pois a sua "inconfundível espiritualidade" e os seus valores materiais e coloniais haviam constituído "manancial inesgotável, moldes e inspirações para os meus modestos trabalhos de administrador colonial". Por conseguinte, mostrava-se contra o desaparecimento ou aniquilação da Alemanha – "de resto, não julgo possível que povos de grande civilização possam

---

[880] José Norton de Matos, "As nações beligerantes e as suas colónias", in *O Primeiro de Janeiro*. 16/01/1942, p. 1.

[881] Cf. Armando Malheiro da Silva e Luís Reis Torgal, "Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial", p. 133.

desaparecer ou ser aniquilados" –, em virtude de o enfraquecimento dessa nação, da Itália e da França retirar "à Europa qualquer missão histórica"[882]. Missão histórica de colonização por parte dos dois países latinos, missão histórica de bastião anticomunista por parte da Alemanha.

Em 1944, abordou, finalmente, o caso de Timor, ainda que pensando já no pós-guerra e no papel deste território perante uma futura área de cooperação militar entre a Austrália e a Nova Zelândia[883]. Em janeiro de 1945, em "Preparações para a Paz", em face do anúncio da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), não evitava compará-la com a SDN, deplorando que "a nova Liga será, na essência, o Conselho de Segurança, ou se quiserem, as cinco grandes nações [Estados Unidos da América, União Soviética, Reino Unido, França e China e seis outros países periodicamente eleitos pela assembleia] que nela terão permanentemente assento". Nesta ótica, lamentava "ver desmoronar em idade avançada todas as aspirações da nossa mocidade", ou seja, a SDN, "assembleia de nações guiando o mundo por processos democráticos; uma paz desarmada a mostrar que a violência se afastaria para sempre de nós[884]". E, antevendo os enfrentamentos e os bloqueios do Conselho de Segurança, durante a Guerra Fria, expressava nostalgia em relação a um sistema internacional, cujo fracasso já havia reconhecido. Sobretudo, professava que, para Portugal, a "grande obra de progresso e de civilização que os nossos maiores nos legaram" estaria no "trabalho civilizador e união de todos os esforços portugueses"[885].

Neste sentido, antecipando, igualmente, como sucedera no final da Primeira Guerra Mundial, uma in/re(flexão) acerca da posse dos

---

882 José Norton de Matos, "As forças da paz", in *O Primeiro de Janeiro*. 11/12/1943, p. 1.

883 Idem, "O Acordo do Pacífico in ibidem. 15/02/1944, p. 1; "A Nossa Missão no Pacífico", in ibidem. 18/03/1944, p. 1.

884 Idem, "Preparações para a paz", in ibidem. 3/01/1945, p. 4.

885 Idem, "Paz portuguesa", in ibidem. 12/01/1945, p. 4.

territórios coloniais, acautelava que "se metermos a mão nas nossas consciências, de portugueses, belgas, ingleses, franceses e holandeses, teremos de confessar que essa bela obra não foi realizada tendo em vista acima de tudo o interesse dos indígenas"[886]. Por isso, em julho, reagindo a uma notícia de jornais ingleses acerca da *Carta das Nações Unidas*, cujos Capítulos XI, XII e XIII versavam a questão colonial, não vislumbrava qualquer ameaça oculta[887].

A independência da Índia, em todo o caso, mereceu a sua opinião, até porque "está a fazer meio século, e coincidiu isso com a minha partida para Goa"[888]. Fazendo a apologia da "política indígena" lusa, por contraste com a inglesa, de índole racista, e vaticinando que "talvez tivesse havido vantagens [de os britânicos] em conduzir as cousas de outra maneira", pois "custa muito aos impérios deixar de o ser para passarem à simples categoria de nações", não deixava de partilhar alguma preocupação, em virtude de propaganda independentista começar a circular em Goa. Era o conceito da *Commonwealth* que poderia estar em causa. Por outro lado, admitia efeito de contágio. E os seus artigos seguintes, espécie de requiem ao Império Britânico, enchiam-se de referências aos antigos romanos e à colonização portuguesa, parecendo a proverbial "decadência" de Roma prenunciar o fim do seu outro modelo colonizador. Quanto a Portugal, no decorrer dos anos seguintes, excetuando 1948, devido à candidatura presidencial, os seus artigos para *O Primeiro de Janeiro* não diminuíram em quantidade, nem esmoreceram em vontade de prosseguir a "gesta" africana. Seja como for, a temática angolana cedeu lugar a uma apreciação mais globalizante da "nação una" e da conjuntura internacional em torno das independências.

---

886 Idem, "A rapidez da transformação dos indígenas africanos", in ibidem. 4/05/1945, p. 4.

887 Idem, "A política colonial e as nações unidas", in ibidem. 28/07/1945, pp. 1 e 3.

888 Idem, "Independência da Índia", in ibidem. 26/04/1946, p. 1.

Fundador e presidente do Movimento Nacional Antifascista (MUNAF), criado em dezembro de 1943, que congregara setores oposicionistas ao Estado Novo, Norton seria presidente da Junta Consultiva do Movimento de Unidade Democrática (MUD), o qual, fundado em 1945, sem substituir o MUNAF, granjeara o seu lugar. A grande expectativa quanto à mudança de regime e a democratização da sociedade portuguesa, entrevista na derrota das potências do Eixo e no triunfo dos regimes democráticos (e, também, da União Soviética) concitou da parte desses setores oposicionistas, constituídos por velhos republicanos, socialistas, comunistas e desencantados do regime, como Carlos Selvagem, muitas manifestações e diversas reuniões. Chegou a aventar-se a queda do regime, com Salazar, de modo defensivo, a prometer "eleições tão livres como na livre Inglaterra".

Por conseguinte, o outono de 1945 abriu, até 1949, um "*ciclo essencialmente eleitoralista*", na expressão de Fernando Rosas, cindido em dois períodos. O primeiro, entre o ano da vitória dos Aliados e 1946, em que os meios oposicionistas gozaram de alguma liberdade, com o próprio Salazar, deprimido, a abandonar Lisboa. O ato eleitoral prometido teve lugar em novembro de 1945, saldando-se, em virtude da não idoneidade do mesmo, no boicote da oposição. No ano seguinte, gorada esta tentativa de derrube por via legal, e, sobretudo, em 1947, num cenário de Guerra Fria, com Washington e Londres a suportar um regime acentuadamente anticomunista, o Estado Novo começou a desmantelar os contendores que, pouco antes, lhe pareciam triunfantes. Do ponto de vista das carências económicas, o ministro dessa pasta, Daniel Barbosa, lograra, através de uma política tão ousada quanto criticada, um abaixamento dos preços, reduzindo em muito o volume da contestação que se fazia escutar.

Algumas desinteligências no campo oposicionista, a perda do impulso inicial e o "cerrar de fileiras" do exército determinaram que as eleições presidenciais de 1949 decorressem, ainda segundo Fernando Rosas, em contraciclo. O programa eleitoral, de forte cunho

colonialista, não impediu o Partido Comunista Português de sustentar a candidatura, ainda que, de acordo com João Madeira, este agrupamento político só após 1957 tenha tomado uma posição de inequívoco repúdio ao colonialismo enquanto sistema de exploração do homem pelo homem[889]. Ainda antes de anunciada a intenção de se candidatar à presidência, em julho de 1949, Norton deixara, em abril, de enviar artigos para *O Primeiro de Janeiro*, constando que aceitara, a 8 deste mês, representar a oposição no escrutínio que se anunciava[890]. Pouco antes completara 82 anos, sendo que o candidato escolhido pela situação, ainda e sempre o marechal Carmona, era pouco mais novo.

Publicou, então, dois livros, sendo que o primeiro deles, por não se ter sujeito à vigilância da censura, lhe valeu uma multa. As ações persecutórias fizeram-se sentir em todos os momentos da campanha, desde um cerco à sua casa por parte da polícia até às provocações verbais e intimidações diversas. Costa Brochado, "político funcional", em resposta a *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, redigiu um libelo acusatório de Norton e da Primeira República. Através da citação de alguns episódios tumultuosos da vida parlamentar do regime nascido a 5 de Outubro, através das críticas ao governo "nortoniano" de Angola e, sobretudo, enaltecendo as realizações do regime de Salazar, Costa Brochado convidava mesmo o general, a bem da nação, a desistir.

Como se afirmou, o programa eleitoral, "no setor da administração colonial", desenvolvia o conceito da "nação una", fazendo-a remontar aos monarcas da segunda dinastia. O tempo presente (e futuro) consumaria os sonhos desses reis, unificando nação, ação e território, de maneira que se falasse, doravante, em "política nacional" e não

---

889 Cf. João Madeira, "O PCP e a Questão Colonial", in *Estudos do Século XX*. Coimbra: Minerva, 2003, N. º 3, p. 209.

890 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, p. 386.

mais em "política colonial"[891]. Ademais, Norton rejeitava o *Ato Colonial*, por ser "contrário à política de Unidade" e, falando abertamente, postulava os princípios enformadores do colonialismo republicano: "as autonomias administrativas e financeiras de cada Província Ultramarina devem ser imediatamente restabelecidas". Porque, não se regressando à designação tradicional de "províncias" e sem a abolição das taxas aduaneiras, "os filhos ou netos dos povoadores passam agora a ser habitantes do Império e a esquecer a Mãe-Pátria; o povoamento leva hoje consigo o germe das separações"[892].

Os primeiros comícios, no norte do país, atraíram muitas pessoas. Se *A República* sustentou a causa da oposição, *O Primeiro de Janeiro* aparentou ser equidistante, publicando, na capa, notícias em colunas paralelas dos dois candidatos. Contudo, a 7 de fevereiro, numa dramática reunião, que teve lugar no Centro Republicano António José de Almeida, os delegados que suportavam a sua candidatura pronunciaram-se, na sua maioria, pela desistência, por não estarem reunidas condições de o ato eleitoral vir a ser idóneo. A suspeita de infiltração comunista também pesou na decisão de Norton a não se apresentar a urnas, sendo conhecido o episódio em que Mário Soares, secretário da campanha, se revelou ao general, a dada altura, como representante do PCP, tendo sido ignorado por este desde então[893].

Anunciada a desistência[894], Norton retornou à atividade jornalística e literária. Datam, deste período, *A Nação Una* e *África Nossa*. Se, nas *Memórias*, como atrás sobejamente se constatou, a questão colonial – de par com a Grande Guerra, em defesa dessas mesmas colónias – dominava quase todos os tomos, nas obras seguintes aprofundou os

---

891 Cf. José Norton de Matos, *Mais quatro meses da minha candidatura à Presidência da República*. Lisboa: Norton de Matos, 1948, pp. 162-164.

892 Idem, ibidem, pp. 167-168.

893 Cf. José Norton, *Norton de Matos*, pp. 393-394.

894 Cf. "Duas cartas trocadas entre o candidato da Oposição e o sr. presidente do Conselho", in *O Primeiro de Janeiro*. 12/02/1949, pp. 1 e 5.

conceitos que vinha propagando desde os anos trinta. Todos estes livros, de uma forma ou de outra, foram minimizados pelo regime estadonovista. As *Memórias*, conforme se percebe com base nas provas censuradas existentes no Arquivo Nacional Torre do Tombo, conheceram uma mutilação não despicienda[895]. Referências à natureza dúplice de Portugal nos alvores da Segunda Guerra Mundial, orbitando entre a Inglaterra e Alemanha; críticas ao exército, que "era eficiente na Monarquia e na República"; reparos ao "equilíbrio orçamental" e ao "aumento consequente da miséria pública"; "nações coloniais imperiais, como hoje estupidamente se diz" – contam-se entre as passagens cortadas.

Quanto ao livro *A Nação Una*, publicado em 1953, a súmula mais acabada do pensamento "nortoniano" para o Ultramar, concorreu à edição de 1952 do Prémio Abílio Lopes do Rego sobre administração colonial, da Academia das Ciências de Lisboa. Este prémio fora instituído por Abílio Lopes do Rego, que deixara em testamento uma assinalável quantia destinada a promover realizações no campo da cultura, assistência e caridade, cabendo o maior legado à Academia de Ciências. Assim, a 15 de junho de 1950, "manda[va] o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério das Colónias, que a obra anualmente distinguida pela Academia das Ciências de Lisboa com o prémio Abílio Lopes Rego possa ser editada pela Agência-Geral das Colónias"[896].

Após discussão, o júri composto por Egas Moniz, Barbosa de Magalhães, Mendes Correia, Gonçalves Pereira, Ferraz de Carvalho e Manuel Peres, "resolveu por maioria absoluta não conceder este ano aquele prémio", sendo que Egas Moniz afirmou que a "Academia não teve um dia feliz e julgo que também o não tiveram os que

---

895 "Censura de Memórias e Trabalhos da Minha Vida", maio de 1945, AOS/CO/PC-8D, in ANTT.

896 Cf. "Portaria N.º 13.195", de 15 de junho de 1950, in *Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, I série, N.º 112, p. 354.

condenaram a obra do sr. General Norton de Matos, um dos grandes vultos da nossa história colonial"[897]. Ao que parece, apenas Barbosa de Magalhães sustentou esta posição, fazendo publicar, como Egas Moniz, o discurso proferido no âmbito dos trabalhos do júri.

África Nossa foi o derradeiro livro de Norton. Aí esgrimiu velhos argumentos, inseriu velhas peças legislativas dos tempos de Angola e compilou artigos d'*O Primeiro de Janeiro*. Tomando posição contra o *Apartheid*, "segregações, concentrações de isolamento" ou "funestas utopias"[898], advertiu para as independências em África, pelo que se trata de um dos seus livros mais lúcidos neste capítulo. Recomendou, pois, baseado na experiência, a "tática política, social administrativa e económica a seguir", uma vez que "será muito mais difícil de vencer no caso puramente militar"[899]. Ou seja, continuava a prescrever "fomento, assistências de toda a espécie, povoamento com famílias brancas, ensino da nossa língua, escolas do Estado e cristianização", assim como o enquadramento da tropa "indígena" por "graduados europeus", com o fito de melhorar a qualidade de vida dos naturais e, também, retirar motivos que propiciassem revoltas e uma hipotética luta pela independência.

Nesta ordem de ideias, nos últimos anos da sua vida, expressou, em vários artigos, que contornaram a censura, o desejo do regresso ao parlamentarismo. A seu ver, Portugal, que aspirava à "nação única", perdia terreno para a "comunidade de nações" desejada pela "livre" Inglaterra, a qual se ia constituindo com as independências e apesar delas. Certamente que o desmoronar da Índia Inglesa justificava, agora, este afastamento do "modelo" britânico – voltava a falar na autonomia dos procônsules e dos municípios romanos –, porquanto não concebia

897 Egas Moniz, "Prólogo", in A Nação Una, pp. XII-XIII.

898 José Norton de Matos, África Nossa, pp. 42-43.

899 Idem, ibidem, pp. 49-50.

cisões no espaço ultramarino português[900]. Daí decorre que, em "As três regiões menores da Nação", haja sentido Macau, Índia e Timor em relativo perigo, devido à proximidade de Estados vizinhos poderosos, não se furtando, nos dois primeiros casos, a descrever o quanto os seus habitantes desejavam mais autonomia, através da acrescida participação na vida parlamentar da nação e na "administração municipal e comunal das suas terras"[901]. Pois, outras problemáticas, como "as futuras nacionalidades das raças africanas" e a necessidade da assimilação pela presença dos funcionários e pela instrução deviam ser acauteladas. Tanto assim que, no primeiro semestre de 1954 – findo o qual abandonou a vida jornalística –, dos quinze artigos que assinou, pelo menos nove abordavam o ensino.

Lembrando o Brasil, "filho adulto" que "deixa[ra] a casa paterna para constituir nova família", Norton, como nos artigos anteriores, inseria a problemática africana, com a tónica posta na assimilação. Vinham estas digressões ao encontro da progressiva emancipação da Costa do Ouro (Gana) sob a égide de Kwame Nkrumah. Sem ligar as três secções do texto: 1) independência do Brasil; 2) assimilação de Angola; 3) possível independência da Costa do Ouro – a conclusão resultava por demais evidente. Norton ainda acrescentou:

> Ainda haverá por alguns anos um governador inglês, mas esses altos funcionários irão pouco a pouco desaparecendo, só se conservando enquanto for necessária a sua experiência. A independência do território e dos seus habitantes será em breve uma realidade e a perda da colónia, a sua separação, um facto para a Inglaterra. Ganhará com isto a civilização da humanidade? Julgo que não; mas tenho de justificar esta afirmação em artigos seguintes[902].

---

900 Idem, "Parlamentarismo", in *O Primeiro de Janeiro*. 7/08/1950, pp. 1-2.

901 Idem, "As três regiões menores da Nação", in ibidem. 30/11/1950, pp. 1 e 5.

902 Idem, "As futuras nacionalidades das raças africanas", in ibidem. 19/02/1952, pp. 1 e 3.

E, de facto, o texto seguinte, ciente da "intranquilidade" da "situação atual de África", expressava que o "nosso dever é tudo fazer para que ela não atravesse as nossas fronteiras e para que não perturbe a nossa política de sempre"[903]. É que, reconhecendo "desvios" e falhas na conduta ultramarina estadonovista, a "nação una" estaria acima de quaisquer divisionismos.

No seu *Testamento Político*, escrito em 1943, "em face do meu estado de saúde", e revisto em maio de 1950, "vai correndo florido o meu maio", atingido o "limite máximo da minha espiritualidade", Norton asseverava não ir proceder a alterações, mas ponderar os factos recentes[904]. Redigido na segunda pessoa, portanto, aos "novos", o documento, com os olhos postos nas colónias, pregava a democratização da sociedade, pois "imaginou-se que poderíamos adquirir a prosperidade por meio de um arranjo de contas", mas ressalvando que "a perda da independência económica conduz à perda da independência nacional"[905]. Mas, considerando a "igualdade económica uma utopia [...] não sou socialista" – "ditadura mais ou menos mascarada" –, postulava que a democracia e as suas instituições, segundo o pensamento trabalhista de William Beveridge, assentes no *Welfare State*, produziriam resultados de não somenos importância. A instrução e a assistência médica, assim como a liberdade religiosa e o pacifismo, compunham o ideário. Esta última posição, sem dúvida, sugestionada pela Segunda Guerra Mundial. E, a propósito do trabalho, recordando a famosa cena fabril de *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, contrapunha ao lucro o limiar da desumanização.

As suas últimas palavras, incidindo nas "centelhas" do espírito humano, num credo procedente do pensamento democrático e da iniciação maçónica, concluíam com uma passagem esperançosa, que

---

903 Idem, "As novas nacionalidades africanas", in ibidem. 18/03/1952, pp. 1 e 5.

904 Idem, *Testamento Político (1950)*, p. I, in "Pasta Testamento Político" – ABNM.

905 Idem, ibidem, pp. XII-XIII.

tanto se aplicava à metrópole quanto às províncias ultramarinas, temática, afinal, da maior parte dos escritos de 1954: "à medida que o espírito humano for atingindo as mais altas culminações, que a instrução se for espalhando, que uma elevada média de cultura vá sendo o espírito de todos os seres humanos".

Norton de Matos morreu a 2 de janeiro de 1955.

Conclusões

Profundamente doutrinárias, as últimas obras de Norton de Matos buscaram justificar as suas opções e confrontá-las com a conjuntura dos anos quarenta e cinquenta, ainda que sem uma total clarividência perante um mundo em acelerada mudança, no qual, o anticolonialismo e as primeiras independências, na Ásia e em África, pareciam desafiar as suas convicções de muitas décadas. Nascido em meados do século XIX, foi um homem do seu tempo, comungando da maior parte dos estereótipos raciais que enxameavam a mentalidade de todos aqueles que, da metrópole, rumavam ao Ultramar. As suas raízes, parcialmente britânicas, predispuseram-no a julgar, na generalidade positivamente, a política (colonial) do Reino Unido, mesmo quando se entende que o Ultimato Inglês foi o acontecimento decisivo da sua geração. Daí que o sentimento de defesa intransigente do património ultramarino tenha perpassado o ideário republicano. É verdade que os monárquicos africanistas, como Mouzinho de Albuquerque e Paiva Couceiro, ou antes deles, Sá da Bandeira e Andrade Corvo, tinham já envidado esforços para assegurar a presença do pendão luso em Luanda e Lourenço Marques. Porém, continuavam a existir vozes críticas, como a de Eça de Queirós, em dado momento, e a de Oliveira Martins. As "campanhas de pacificação", no rescaldo do Ultimato Inglês, calaram essas vozes e sacralizaram, em definitivo, o além-mar, doravante revestido com as cores de um patriotismo ardente. Nesta ótica, os sucessivos regimes políticos portugueses

tenderam a acusar os antecessores de desinteresse pela sorte das colónias, agitando a ameaça virtual da "desnacionalização" ou o perigo dos sucessivos tratados anglo-alemães.

Conhecedor, desde cedo, dos filósofos ingleses e franceses, de certo modo ligados às respetivas revoluções, Norton abraçou os princípios do Liberalismo, que a consulta de Proudhon, de Marx, de Comte, de Darwin e de Spencer veio completar, pela sua rejeição ou não. Contactou com os teóricos ingleses da ciência económica e com os socialistas utópicos. Consultou vasta bibliografia de natureza colonial. Em Goa, especialmente, onde foi "iniciado", convenceu-se da sua "vocação", tando mais que desempenhou um conjunto amplo de incumbências, comissões e cargos, que o habilitariam a pretender intervir mais tarde, em Angola, em muitos domínios. As leituras que efetuou, por curiosidade, quer, sobretudo, por necessidade de aprender os rudimentos das novas tarefas a cumprir, não deixaram, de par com as deslocações à Índia Britânica, de convidar a um estudo comparado dos dois colonialismos. Até esse momento, a perceção acerca dos ingleses, para lá dos filósofos, dos economistas e do Ultimato, fundava-se em leituras avulsas e na memória familiar. Não seria isenta de críticas. No *Durbar*, símbolo do poder britânico sobre um vasto território, símbolo, também, da continuidade da era Vitoriana para a era Eduardina, Norton vislumbrou a distância oficial que ia do colonizador ao colonizado, mesmo quando os estudiosos ingleses haviam alcandorado a Índia a berço dos arianos.

Revivida em alguns escritos, a experiência indiana seria o seu ponto de partida, parecendo-lhe ecoar Albuquerque e Hastings, os construtores de impérios que, após as conquistas militares, se haviam convertido em ativos administradores. Apelidando de complexa e, naturalmente de exótica, a civilização do subcontinente, Norton propugnou, como outros, a imposição paulatina de processos administrativos decalcados das leis da metrópole, de modo a portugalizar um território tido por insubmisso, as Novas Conquistas, em que a

língua nacional não era falada. O contacto com estas realidades, ao longo de dez anos, e a figura do general José Joaquim Machado, um militar administrador, acabaram por definir o seu futuro perfil. Tanto Mouzinho de Albuquerque, quanto Eduardo Costa ou Paiva Couceiro, possuiriam características de soldados tornados governadores ou, se quisermos empregar a linguagem de René Pélissier, de centuriões tornados procônsules. Veja-se que Gomes da Costa, apesar de diversas comissões realizadas no Ultramar, exibiu características diferentes, permanecendo um militar em sentido estrito.

Pouco referida, a influência de José Joaquim Machado em Norton operou-se a um nível mais pragmático do que teórico. Ao contrário de Mouzinho ou Couceiro, Machado não chegou a redigir uma obra de fundo. O seu diário da missão a Macau, que se acha pejado de comentários judiciosos, e as comunicações proferidas na Sociedade de Geografia de Lisboa constituem somente um corpo assistemático de ideias, ainda que lúcidas e conscientes do lugar de Portugal no concerto das nações colonizadoras. Contudo, as cartas trocadas com Norton, entre 1911 e 1912, comprovam que aquele general conhecia bem os territórios ultramarinos ingleses e que, mau grado uma ou outra reserva, admirava as realizações infraestruturais e o funcionamento da malha administrativa. Como Norton, e quase todo o escol colonial luso, sentia que as acusações dos meios britânicos contra a "escravatura encapotada", em Angola e em S. Tomé, não dissimulavam processos e tratos discriminatórios, que o modo português, afirmando-se benevolente e estribado na moral católica, não podia admitir. Pense-se, a título de ilustração, nos "mitos fundadores" das relações com o Brasil, a Índia e a África, respetivamente: a Carta de Pero Vaz de Caminha, evocando a índole amistosa dos primeiros contactos com os ameríndios; o desejo de Afonso de Albuquerque, após a conquista de Goa, em que os seus soldados contraíssem matrimónio com indianas, fundindo deste modo as duas comunidades; o estatuto de paridade – irmãos de armas e não suserania –

estabelecido entre D. João II e seus sucessores com os soberanos do Congo.

Em todo o caso, o Oriente terá cristalizado os estereótipos culturais de Norton em torno das civilizações milenares da Índia e da China. Em especial, a crença no seu carácter estacionário e até decadente. A esta luz, escreveu que a educação tradicional pouco acrescentaria às crianças e aos jovens, razão por que o Ocidente teria algo de importante a lhes ensinar. Foi, assim, que a Repartição de Agrimensura formou o seu pessoal, ministrando-lhe ferramentas teórico-práticas ligadas às atividades de campo, ao desenho e ao cálculo. Norton, de resto, não constituiria exceção no que concerne ao ensino colonial, postulando que as aprendizagens técnicas deveriam sobrepor-se à lecionação de temáticas atinentes às Humanidades, uma vez que a questionação da sociedade poderia desencadear um rol de argumentos fundamentados contra a realidade colonial, fortalecendo o nativismo.

Regressado a Portugal, pouco antes da implantação da Primeira República, Norton começou a publicar artigos a propósito da estadia em Macau e na China. Chegou a preparar um livro versando a Índia, deixado em esboço. Em última análise, tendo-se envolvido na política, aderindo aos "democráticos" de Afonso Costa, no outono de 1911, procurou demonstrar as suas valências adquiridas no além-mar. Se, por algum tempo, militou na causa do anticlericalismo, chegando a atacar o Padroado do Oriente, o certo é que adotou uma linha de ação mais moderada. Leitor de Voltaire na juventude, mas, ainda assim, longe do cinismo religioso funcional do filósofo francês, não enjeitou o contributo das missões ultramarinas na tarefa "civilizadora" em África, até porque manteve um elevado respeito pela figura humana de Cristo, citando, inclusive, amiúde, S. Paulo. Ao mesmo tempo, como se veio a tornar comum em muitos autores, revestiu o seu discurso de metáforas e de vocabulário oriundos do campo do sagrado. A Grande Guerra, com o seu cultuar dos caídos em combate, limitar-se-ia a acentuar a tendência.

Em Angola, Norton desenvolveu um programa, cujos contornos foram descritos em entrevistas e artigos anteriores à sua partida. Se, mais tarde, sistematizou as suas medidas em "transformações", tal não obsta a que tivesse gizado um plano com objetivos claros. Governando entre meados de 1912 e inícios de 1915, dispôs, apesar de toda a contestação interna e da invasão alemã, de uma estabilidade inexistente nos executivos da metrópole. O exemplo seguido foi o de Paiva Couceiro. Também aqui, como no caso das missões religiosas, não escamoteou o contributo e os ensinamentos de alguém contrário à República, aliás, de uma das personalidades que mais lutou pelo derrube do regime simbolizado pelo pendão verde-rubro. E, se Couceiro, Eduardo Costa e Aires de Ornelas, assim como o ideário da República, haviam defendido uma ampla descentralização das províncias ultramarinas, baseados no paradigma do *self-government* e no exemplo dos comissários régios da década de noventa do século XIX, Norton de Matos empreendeu uma obra de alcance assinalável. A proibição do comércio de armas foi decisiva para a prevenção de revoltas contra o colonizador, permitindo diminuir o peso do elemento militar e recentrar a administração na sua vertente civil. Apenas esta "transformação" responderia às insinuações internacionais acerca da incapacidade portuguesa de alcançar a "ocupação efetiva" do território. Somente esta "transformação" viabilizaria a estabilidade social, quer promovendo e regularizando o trabalho "indígena", quer procedendo a deslocamentos de colonos metropolitanos, capazes de ocupar e rentabilizar as regiões planálticas.

Ao contrário da Monarquia Constitucional, onde se distinguiram Sá da Bandeira e Andrade Corvo, e do Estado Novo, onde sobressaíram Armindo Monteiro e Adriano Moreira, a Primeira República não possuiu qualquer ministro do Ultramar/Colónias relevante. O carácter efémero das suas pastas determinou, como noutros ministérios, a existência de um projeto consistente. Na verdade, também Norton não imprimiu, neste particular, qualquer cunho.

Apesar de, no fim da vida, afinar pelo diapasão do pacifismo e de, na Índia, logo que conseguiu, ter solicitado a exoneração de governador militar de distrito, em 1915, transitou da pasta das Colónias para a da Guerra, revelando-se um dos mais aguerridos apologistas da participação portuguesa no conflito mundial. Decerto que os movimentos alemães no sul de Angola, de par com as provocações dos oficiais dos navios dessa nacionalidade, que fundeavam em Luanda, robusteceram a sua posição belicista, que era, seja como for, partilhada pelos correligionários democráticos. Porque, a guerra legitimaria o regime, cingiria a frente interna, não obstante o êxito parcial da União Sagrada, e reservaria um lugar a Portugal na mesa das negociações de paz, acautelando o destino das colónias. Sabe-se como tudo terminou.

O pós-guerra, que poderia ter sido mais uma oportunidade para investir nas colónias, acabou por esbarrar nas dificuldades decorrentes da falta de financiamento, na crise política e social, que consumiu um governo após o outro, e no crescimentos dos setores tendentes a valorizar a experiência ditatorial de Sidónio Pais enquanto saída de um período e de um regime que, mais tarde, seria apodado de "balbúrdia sanguinolenta". Os altos-comissariados, gozando de poderes acrescidos, buscaram lançar-se nesse desenvolvimento célere de Angola e Moçambique, pondo na prática a apregoada descentralização alargada, que muitos, como Norton de Matos, já vinham reclamando de alguns anos a esta parte. Descentralização administrativa e autonomia financeira tornaram-se as palavras de ordem.

Comparado em inúmeras ocasiões a Lyautey, o colonialista francês, Norton não percecionou qualquer ironia nessas observações, posto que aquele marechal sustentou, em Marrocos, um estilo de vida colonial opulento, recriando as *Mil e Uma Noites*, quando o general português foi acusado de manter vários palácios na província. No entanto, como Lyautey, Norton ensaiou pôr em prática uma estratégia de melhoria das condições dos naturais, com o fito de

minimizar eventuais insubordinações. Tal preocupação ajuda a esclarecer o desmantelamento das associações e dos jornais julgados nativistas. Não apenas respondia a interesses reputados de nacionais, como carreava as conceções que o escol colonial português alimentava acerca das elites crioulas e dos "indígenas".

Considerado um subproduto da "gesta" portuguesa, a mestiçagem teria engendrado um terceiro grupo humano, capaz de se intrometer entre colonizador e colonizado, propiciando um estado de agitação latente, através dos seus meios jornalísticos e da sua implantação junto dos "indígenas". Para Norton, as concessões e os direitos, pelo menos nas colónias, deveriam partir "de cima" e não tanto a partir de reivindicações provindas "de baixo". Esta perceção da mestiçagem, fundada em lugares-comuns, alguns dos quais com séculos, e apesar da leitura, nos anos trinta, de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, manteve-se. Neste caso particular, não foi acompanhado pelos ideólogos coloniais do Estado Novo, como Mendes Correia, que, nos anos cinquenta, apadrinharam o luso-tropicalismo, erigiram-no em grande originalidade da presença portuguesa no além-mar, defendendo, graças a outros argumentos de natureza jurídica, a não cedência à descolonização.

Nos anos vinte, todavia, o grande debate esgrimiu-se entre o paradigma administrativo e económico a seguir. O certo é que a descentralização de Angola centralizou, na figura do alto-comissário, grandes poderes. O seu estilo de governação e a sua personalidade prestaram-se à crítica. Outrossim o facto de pretender implantar um modelo económico capitalista, baseado em grandes empresas, quando defendia a pequena propriedade rural "indígena". Com efeito, segundo o princípio que "da agricultura sairia a indústria; o aumento da produção agrícola conduziria à produção industrial, aumentaria e fortaleceria o comércio", Norton projetava contrariar aquilo que ainda se poderia chamar o Pacto Colonial, abolir as taxas aduaneiras e ocupar o território com colonos efetivamente produtores.

Neste sentido, importava reformular os fundamentos do trabalho "indígena", quer libertando-o do assalariamento e vinculando-o à produção/consumo, quer impedindo que os colonos, velhos e novos, vivessem da exploração dos naturais, fator na origem de muitas críticas internacionais.

A campanha de 1923-1924 em redor da crise de Angola, o afastamento de Norton de Matos e a Ditadura Militar propiciaram o retorno à centralização, com o fito de prevenir descalabros financeiros, na visão mais vasta do controlo das contas públicas empreendido por Salazar. O *Ato Colonial* coroou o triunfo desse entendimento. Principiando a redigir as suas obras principais e mantendo uma regular colaboração com *O Primeiro de Janeiro*, o general afirmou o conceito de "nação una", mas nunca destrinçou algumas ambiguidades do seu pensamento. Em primeiro lugar, que juízo fez do *Apartheid*? Condenou-o, não restam dúvidas, apelidou-o de utopia, é certo, mas planeou para Angola a existência de aldeias para colonos e de aldeias para "indígenas", adiando a inevitável mestiçagem para um futuro de séculos. Assimilação seria, pois, portugalizar, pelos hábitos e costumes, pela língua e pelo direito, os "irmãos" ultramarinos de Angola e Moçambique. Ainda assim, apesar da mestiçagem ocorrida, Norton, em acordo com alguns setores ultramarinos lusos, devido à sua proximidade geográfica e cultural e ao grau de instrução, preconizava a concessão da adjacência a Cabo Verde, nos moldes da Madeira e dos Açores. Um passo para a "nação una" almejada, que não se chegou a concretizar.

Do mesmo modo, importa refletir sobre os seus paradigmas coloniais. Saber se a "comunidade de nações" inglesa ecoara na "nação una" portuguesa. Também aqui a filiação é por demais evidente, ainda que Norton não apreciasse, de modo positivo, o caminho que conduziria às primeiras independências em África. A Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia, de predominante colonização branca, eram, pois, as suas referências, uma vez que se encontravam numa fase mais avançada

de autonomia. Em Angola e Moçambique, a estrita vigilância financeira e administrativa da metrópole estaria a impedir uma maturação mais célere das províncias.

Os antigos romanos foram o seu outro grande paradigma. Pelas estradas, pela língua, pelo direito unificador. Ademais, pelo facto de terem gerado vários povos que, ao tempo de Norton, reproduziriam parte dos seus trâmites colonizadores, enquadrando populações nativas e povoando com o concurso de metropolitanos. Em face da colonização anglo-saxónica, os filhos espirituais de Roma conduziriam, no continente africano, uma obra complementar, de processos diferenciados. Se a França e, sobretudo, a Bélgica, devido à proximidade do Congo da província de Angola, lhe mereceram as maiores atenções, a Itália, no momento decisivo da invasão da Etiópia, em 1935-1936, granjeou-lhe alguns comentários que pareciam, à primeira vista, destoar das posições antifascistas que sempre subscreveu. Justificou-se num artigo, enfatizando sempre a questão colonial. Raramente aludiu à colonização holandesa, quase nunca à espanhola.

O fim da Segunda Guerra Mundial e o recrudescimento da oposição ao Estado Novo implicaram uma relativa pausa nos seus trabalhos. A campanha presidencial incluiu, como não poderia deixar de ser, temas coloniais. Procurou acentuar as suas distâncias. Nos anos trinta, aplaudira as viagens de Carmona ao Ultramar e participara nas exposições e nas conferências de cunho oficial. Recusava a política, mas não enjeitava a propaganda. É que esta repercutia-se a nível internacional e, em última instância, fazia a apologia do património territorial português.

A independência da Índia, as movimentações em África e a Guerra Fria abriram um processo, cujo fim não chegou a testemunhar. Deixando de escrever para *O Primeiro de Janeiro* na primavera de 1954, por agravamento do estado físico, acompanhou a queda dos primeiros territórios portugueses, com a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, por um movimento de goenses. Diversos

documentos do espólio de Ponte de Lima atestam que, a seu ver, o *Ato Colonial*, atentando às liberdades cívicas e despojando o Ultramar de poderes decisórios, havia despoletado o surgimento de grupos de descontentes, entre os naturais. O mal estar de Portugal com a União Indiana era por demais evidente, motivando romagens e manifestações de apoio ao Estado Novo, em Lisboa. O corte de relações diplomáticas seria uma questão de tempo.

Se resulta ocioso, por entrar no campo do exercício contrafactual, supor a posição de Norton de Matos perante as guerras coloniais sustentadas por Portugal, nos anos sessenta e setenta, mais realista parece ser a avaliação da influência do seu pensamento naquelas décadas. O Estado Novo, entretanto, em 1951, sem alterar o essencial, adotara o lusotropicalismo e procedera à integração do *Ato Colonial* na Constituição, tornando as "colónias" em "províncias ultramarinas". Esta operação de cosmética, por assim dizer, apenas ganharia dimensão palpável com medidas concretas: a abolição do "Estatuto do Indigenato", em 1961, pelo ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Reagindo mais do que agindo, os anos finais do colonialismo português – não sucedera antes o mesmo? – assistiram a um alargado estabelecimento de colonos em Angola e Moçambique. Decerto que as velhas linhas programáticas "nortonianas" sobre as aldeias a implantar no sertão já haviam sido esquecidas, mas a necessidade do fomento e a "adequada liberdade de ação dos órgãos locais", escreve António de Spínola, em *Portugal e o Futuro*, não deixaram de continuar a permear o pensamento de alguns, como Cunha Leal, que morreu em 1970. A solução de pendor federalista para a Guerra Colonial apresentada por Spínola, nos alvores de 1974, postulava que a longa linha de defensores do "estatuir para o Ultramar regimes adaptados às suas realidades próprias", onde avultavam Sá da Bandeira e a geração africanista, terminara com o *Ato Colonial*. Se o grau de descentralização por si proposto suplantava aquele sustentado por Norton de Matos, a verdade é que ambos coincidiram, em épocas

e cenários diferenciados e por razões diversas, na manutenção dos territórios ultramarinos, por via da gradual satisfação das necessidades dos colonizados. Porém, paternalismos à parte, para Norton, em última análise, a "tarefa ingente" sempre consistiu em tornar a "África nossa" em "a nação una", na qual a "província de Angola" teria um lugar de destaque.

Página deixada propositadamente em branco

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Fontes Primárias

1.1.1. Arquivo da Universidade de Coimbra

Certidões de Idade. 1834-1900. LVIII. José Macedo – José Nunes. IV – 1.ª D – 5 – 2 – 68, fl. 301.

Matrículas da Universidade. Vol. 107. 1884 a 1885. IV – 1.ª D – 2 – 5 – 46, fl. 123.

Matrículas da Universidade. Vol. 108. 1885 a 1886. IV – 1.ª D – 2 – 5 – 46, fl. 139.

Matrículas da Universidade. Vol. 109. 1886 a 1887. IV – 1.ª D – 2 – 5 – 46, fl. 153, vv.

Matrículas da Universidade. Vol. 110. 1887 a 1888. IV – 1.ª D – 2 – 5 – 46, fl. 153, vv.

1.1.2. Arquivo Nacional Torre do Tombo

"Apontamentos sobre Norton de Matos" (11 páginas não datadas) PT/TT/EPJSI/SF/001--001/0016/0596E.

"Comemorações do Nascimento de Norton de Matos, 1967", in *Arquivo Salazar*, PC-76B, Caixa 650, pt. 28.

"Correspondência sobre: 'Comemorações do Centenário do nascimento do General Norton de Matos", Março de 1967, AOS/CO/PC-76B.

"Censura de *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*", Maio de 1945, AOS/CO/PC-8D.

"Processo do General Norton de Matos", PIDE/DGS, NT-4195 Proc. C 17B/31

"Processo de Augusto Casimiro dos Santos", PT/TT AC PIDE DGS SC SPS 1421.

"Resposta à carta do General Norton de Matos, onde este se defende da acusação de que durante o seu Governo faltariam os estudos necessários para obras em Angola", Fevereiro de 1930, AOS/UL-8G

1.1.3. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Anuários

Anuário Diplomático e Consular Português. Referente a 31 de Dezembro de 1934. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional, 1935.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos 3.º P, A-12, M-164

Carta de Sidónio Pais a António Macieira, ministro dos Negócios Estrangeiros, de 18 de Fevereiro de 1913.

"Do Jornal *Berliner Tageblatt*, de 24 de Outubro de 1913, edição da tarde – O capital alemão em Angola. O ministério do Interior sobre a capacidade de colonização de Angola".

"Do Jornal *Vossiche Zeitung*, de 24 de Outubro de 1913, edição da tarde – A Caminho dum Acordo Colonial Germano-Inglês".

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos 3.º P, A. 4, M-2

"Diploma de Funções Publicas, nomeando Norton de Matos Embaixador em Londres", Proc. 50 e 51. Informações Políticas de diversos Países. Londres, Bruxelas, Berne, Berlim, Buenos Aires, Paris, Roma, Pekin, Vaticano, Washington.

Ofício "Empréstimo Alemão", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17/11/1924.

Ofício "Eleições em Inglaterra", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24/11/1924.

Ofício "Eleição de Hindenburg", de Norton de Matos para ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29/04/1925.

Ofício "Organização do Colonial Office", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13/06/1925.

Ofício "Apreciação da Política interna italiana pela imprensa inglesa", de Norton de Matos para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26/11/1925.

Telegramas Enviados pelo Embaixador Norton de Matos

Telegrama N.º 101, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 12/07/1925.

Telegrama N.º 134, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 4/12/1925.

Telegrama N.º 142, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 10/12/1925.

Telegrama N.º 181, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 14/01/1926.

Telegrama N.º 241, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 28/05/1926.

Telegrama N.º 248, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 16/06/1926.

Telegrama N.º 250, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 18/06/1926.

Telegrama N.º 251, de Norton de Matos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 20/06/1926.

Telegramas Enviados pelo Ministro Plenipotenciário na Bélgica, Augusto de Castro

Telegrama N.º 22, do ministro Augusto de Castro para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 24 de Setembro, de 1931.

Telegrama N.º 73, do ministro Augusto de Castro para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 18 de Maio, de 1931.

Caixa 5, "Limites de Macau".

Costa, José Horta e, "Relatório do Conselheiro Horta e Costa, Governador de Macau, em 24 de Setembro de 1900", in *Delimitação de Macau*.

Coutinho, Pedro de Azevedo, "Relatório do Governador de Macau", 1908, in *Delimitação de Macau*.

"Documento N.º 2. Comission de Délimitation de Macau et ses Dépendances – Memorandum". Hong Kong: 2/07/1909, in *Delimitação de Macau*.

"Documento N.º 2. Tradução do Memorandum N.º 2 apresentado pelo Comissário Chinês Kao". Hong Kong: 7/08/ 1909, p. 1, in *Delimitação de Macau*.

"Documento N.º 7. Tradução do Memorandum N.º 3 apresentado pelo Comissário Chinês na 4.ª Sessão". Hong Kong: 7/08/1909, p. 1, in *Delimitação de Macau*.

"Documento N.º 10". Hong Kong: 21/08/1909, pp. 3-4, in *Delimitação de Macau*.

MACHADO, Joaquim José, *Delimitação de Macau e suas dependências. Relatório apresentado a S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo Alto Comissário Joaquim José Machado*. Lisboa: Imprensa Nacional: 1914, edição reservada.

NOVAIS, Arnaldo"Relatório do Conselheiro Arnaldo de Novais, antigo governador de Macau", 1908, in *Delimitação de Macau*.

"Parecer da Comissão sobre Cartografia de Macau", 1908, in *Delimitação de Macau*.

PEREIRA, F. Marques, "Memória sobre a Questão de Macau", in *Delimitação de Macau*.

"Direcção Política, 1905 – Consulado em Bombaim"

Carta do cônsul português de Bombaim ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 24/03/1905.

Sala Livros.

"Actas da Delegação Portuguesa à Conferência de Paz", S.9, 1ª.

1.1.4. Arquivo Histórico-Ultramarino

"Pasta 23 A, N.º 807, confidencial do Governador-Geral ao Ministro das Colónias".

"Processo de António Augusto dos Milagres da Piedade Lobo", in *Obras Públicas e Agrimensura, Processos Individuais. Letras A-H.* N.º 900, Cód. 1D, Fundo SEMU-MU, Secção DGAPC, UI Tipo Mç., Datas 1870-1930, IND.

"Processo de Esvonta Sinai Mulgãocar", in *Obras Públicas e Agrimensura, Processos Individuais. Letras A-H.* N.º 900, Cód. 1D, Fundo SEMU-MU, Secção DGAPC, UI Tipo Mç., Datas 1870-1930, IND.

"Relatório sobre a Situação Política, Administrativa, Económica e Financeira de Angola", in *Relatórios sobre a situação política e financeira apresentado pelo Alto Comissário Norton de Matos*. N.º 606, Cód. 1D, Fundo SEMU-MU, UI Tipo Mç., Datas 1924, ANG.

1.1.5. Arquivo Histórico Militar

Arquivo Particular Rodrigues Galhardo, 1863-1908 – Fundo 13

"Satary". Correspondência e relatórios sobre a situação nesta localidade da Índia 1901, Junho, 19 - 1902, Março. 13 / 4 / 283 / 77

"Correspondência telegráfica com o governo sobre os acontecimentos de Satary", tentativa de revolta na Índia.13 / 4 / 283 / 78

Caixa N.º 1.151

"Processo de Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo".

Caixa N.º 1.325

"Processo de José Mendes Ribeiro Norton de Matos".

Caixa N.º 1.482

"Processo de Arnaldo de Novais Guedes Rebelo".

Caixa N.º 1.549

"Processo de Joaquim José Machado".

Caixa 26, 2.ª Divisão, 2.ª Secção, Pasta N.º 6

"Relatório do Governador-Geral, Norton de Matos, para o Ministro das Colónias" 23 de Fevereiro de 1915.

"Processo Político do General José Mendes Ribeiro Norton de Matos", PT/AHM/FO/033/1/438/956.

1.1.6. Arquivo-Biblioteca Norton de Matos

Pasta "Correspondência 1911-1916"

Caixa 69

Carta de Ernesto d'Albergaria Pereira a Norton de Matos, de 18/08/1911.

Carta de Norton de Matos a Cerveira de Albuquerque, (não datada, possivelmente de Junho de 1912).

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 4/05/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 27/06/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 26/08/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 28/09/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 30/10/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 27/11/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 31/12/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 7/02/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 7/03/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 7/04/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 29/04/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 28/05/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 26/06/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 30/07/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 29/08/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 29/09/1912.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 29/11/1913.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 30/12/de 1913.

"Documento de Elevação de Norton de Matos ao Grau de Companheiro (27-I-1913)", de 4/04/1913.

Caixa 70

Carta de Adolfo Ramiro Sócrates Fernandes ao ministro das Colónias, Norton de Matos, (não datada, de Maio/Junho de 1912).

Carta de António Augusto de Figueiredo ao ministro das Colónias, Norton de Matos, de 6/07/1915.

Carta dos Empregados dos Correios da Índia ao ministro das Colónias Norton de Matos, de 24/06/1915.

Carta de Joaquim José Machado a Norton de Matos, de 30 de Janeiro de 1914.

Questão Colonial, 3 pp.

Pasta "Correspondência 1926-1936"

Carta de Tito Sousa Melo, 1.º Secretário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, de 31/01/1931.

Pasta "Correspondência 1937-1945"

Carta de João Almeida Júnior a Norton de Matos, de 15/11/1937.

"Índia (A) do meu Tempo". Conferência realizada em 7-V-42 no Sport Algés-Dafundo.

MACHADO, Bernardino, *O Acto Colonial da Ditadura*. Agosto de 1930.

"Programa do Concerto dado por Viana da Mota, a 22/09/1930, na Sala de Festas da Exposição".

Pasta "Governo-Geral da Índia – Serviços de Agrimensura"

Informação a respeito dos Serviços de Agrimensura na Índia Portuguesa (Proposta para uma Reorganização).

Pasta "Livro sobre a Índia e Textos de Macau, 1919"

"Anúncio – Índia".

"Manuscrito" *Índia. O Passado e o Presente de uma Colónia Portugueza (Dez annos de residencia em Goa, Damão e Diu).*

"Prospeto Publicitário" *Índia. O Passado e o Presente de uma Colónia Portugueza (Dez annos de residencia em Goa, Damão e Diu)*

Pasta "Subsistema Alto-Comissariado em Angola"

Carta Confidencial de Norton de Matos ao ministro das Colónias, António Vicente Ferreira, de 10/12/1912.

Moeda (A) e o Crédito de Angola. Relatório apresentado pelo Dr. Quirino Avelino de Jesus, encarregado de estudar a situação da Província.

"Minuta do Contrato entre o Alto-Comissariado de Angola e o Banco Nacional Ultramarino".

Pasta "Maçonaria e outros Dossiers"

Carta de Norton de Matos a José Alberto Reis, de 31/01/1935.

Pasta "Documentos para as Minhas Memórias"

"Documento para as minhas Memórias Políticas de Atracção de João Belo".

Pasta "Memórias e Diário I"

Carta de Pinto Azevedo a Norton de Matos, de 3/09/1943.

Pasta "Memórias e Diário – 1948-53 – Índia"

Recortes de jornais e apontamentos.

Pasta "Testamento Político"

Testamento Político (1942).
Testamento Político (1950).

1.2. Debates parlamentares

1.2.1. Monarquia Constitucional

Diário da Câmara dos Deputados

Sessão de 11/12/1826, pp. 155-158. (Intervenção de José António Ferreira Braklami).

Sessão de 20/02/1840, pp. 238-241 (Intervenção de Leonel Tavares).

Sessão de 20/04/1909, pp. 24-27 (Intervenção de D. Manuel II).

Sessão de 21/07/1909, p. 18 (Intervenção de Brito Camacho).

Sessão de 21/07/1909, p. 20 (Intervenção de Roma Machado).

Atas das Câmaras dos Pares do Reino

Sessão de 26/03/1836, pp. 441-442. (Intervenção de Sá da Bandeira, "Projeto de Lei para a abolição da Escravatura nos Domínios Portugueses").

Sessão de 26/03-1836, pp. 561-562. (Discussão do "Projeto de Lei para a abolição da Escravatura nos Domínios Portugueses").

Sessão de 22/03/1909, p. 25. (Intervenção de José de Azevedo Castelo Branco).

Sessão de 26/03/1909, pp. 6-7 (Intervenção de José de Azevedo Castelo Branco).

1.2.2. Primeira República

Diário da Câmara dos Deputados

Sessão de 27/11/1911, pp. 4-5. (Intervenção do ministro das Colónias José de Freitas Ribeiro).

Sessão de 25/01/1912, pp. 4-5. (Intervenção de Egas Moniz).

Sessão de 14/02/1912, pp. 8-16. (Intervenção de Egas Moniz).

Sessão de 8/03/1912, pp. 4-6. (Intervenção de Manuel Bravo).

Sessão de 30/04/1912, pp. 29-31 (Intervenção do ministro das Colónias Joaquim Basílio Cerveira se Sousa Albuquerque e Castro).

Sessão de 07/08/1919, pp. 17-18. (Intervenção de António José de Almeida).

Sessão de 15/03/1921, pp. 17-18. (Intervenção de Lopes de Carvalho).

Sessão de 15/03/1921, pp. 19-21. (Intervenção Ladislau Batalha).

Sessão de 15/03/1921, pp. 31-33. (Intervenção do ministro das Colónias Paiva Gomes).

Sessão de 18/03/1921, pp. 11 e ss. (Diversas intervenções).

Sessão de 04/07/1923, pp. 10-24. (Intervenção de Francisco da Cunha Leal).

Sessão de 03/08/1923, pp. 23-28. (Intervenção de Francisco da Cunha Leal).

Sessão de 08/01/1924, pp. 10-16. (Intervenção de Francisco da Cunha Leal).

Sessão de 20/02/1924, pp. 8-24. (Intervenção de Francisco da Cunha Leal).

Sessão de 26/02/1924, pp. 9-20. (Intervenção de Francisco da Cunha Leal).

Sessão de 29/02/1924, pp. 26-28). Intervenção de João Camoesas).

Sessão de 10/03/1924, p. 11. (Intervenção de Abílio Marçal).

Diário do Senado da República

Sessão de 17/04/1912, p. 3. (Intervenção do ministro das Colónias Joaquim Basílio Cerveira de Sousa Albuquerque e Castro).

Sessão de 18/04/1912, p. 3. (Intervenção do ministro da Justiça António Macieira).

Sessão de 18/04/1912, p. 3. (Intervenção do senador Peres Rodrigues).

1.3. Periódicos Consultados

Anuário da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade (1884/1885-1889-1890).

Boletim das Missões Civilizadoras. Cernache de Bom Jardim: Tip. do Instituto de Cernache do Bom Jardim (1920-1925.

Boletim Official do Governo do Estado da Índia (1898-1908).

Boletim Official do Governo da Província de Macau. Macau (1909-1910).

Boletim Oficial da Província de Angola (1912-1915 e 1920-1924).

Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (1932-1938).

Heraldo. Nova Goa (1905-1908).

Montanha (A). Diário republicano. Porto (1923-1924).

Mundo (O). Porto: (1911-1914 e 1921-1923).

Ordem do Exército. Lisboa: Imprensa Nacional (vários anos)

Primeiro (O), de Janeiro. Porto (1923-1924 e 1930-1955).

Radical (O). Diário Republicano Independente. Lisboa (1923-1924.

Revista Colonial. Órgão da União Colonial Portuguesa. Lisboa (1912).

Revista Colonial. Lisboa (1913-1922).

Tarde (A). Lisboa (1923-1924).

Ultramar. Órgão Oficial da Exposição Colonial. Porto (1934).

Vida Nova. Semanário Político e Noticioso. Macau (1909-1910).

1.4. Norton de Matos

1.4.1. Intervenções Parlamentares

Diário da Câmara dos Deputados

Sessão de 14/07/1915, pp. 11-15. (Intervenção do ministro das Colónias José Norton de Matos).

Sessão de 22/02/1924, p. 12 e ss. (Intervenção de José Norton de Matos).

Sessão de 25/02/1924, pp. 11-22. (Intervenção de José Norton de Matos).

1.4.2. Discursos/Conferências

Acção (A) Civilizadora o Exército Português no Ultramar. Porto: Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

Discurso proferido pelo general Norton de Matos, alto comissário da república e governador geral de Angola, em 18/7/1923, na sessão solene do 1º congresso de medicina tropical da Africa Ocidental com um resumo histórico sôbre Angola (1482-1921). Luanda: Imprensa Nacional, 1923.

"Estado da Índia. Conferência realizada na Sociedade de Geografia sobre a India Portugueza pelo capitão do serviço do Estado-Maior sr. J. Norton de Matos", in *O Colonial*. Lisboa: 12 de Dezembro de 1910, IV Ano, N.º 62, p. 3.

Formation (La) de la Nation Portgaise envisagée au point de vue colonial, in *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: AGC, Outubro de 1930, Ano VI, n.º 64, pp. 3-46.

Mensagem à Grande Dieta. Lisboa: 1931.

Mensagem ao Povo Maçónico. Lisboa: 1930.

Mentalidade (A) Colonizadora dos Portugueses. Lisboa: Papelaria e Tipografia Fernandes, 1924.

"Política Colonial. Conferência do Sr. Norton de Matos na Associação Comercial dos Lojistas", in *Revista Colonial*, 15/04/1912, N.º 1 pp. 6-10. "Conferência proferida no dia 23/02/1912, no Centro Republicano Democrático" in *Questão de Ambaca*. Lisboa: 1912, pp. 13-40.

*Missão (A) Colonizadora de Portugal. Discurso proferido pelo General Norton de Matos, Alto Comissário da República em Angola, no banquete oferecido pela Revista Literária "*A Contemporânea" *na Câmara Municipal de Lisboa, no dia 23 de Novembro de 1923*. Lisboa: Pap. e Tip. Fernandes & C.ª L.ª, 1923.

Nação (À). Lisboa: Serviços Centrais da Candidatura, 1949.

Situação (A) Financeira e Económica da Província de Angola. Conferência realizada em maio de 1914 no Centro Republicano Democrático pelo Major Norton de Matos, Governador-Geral de Angola. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914.

1.4.3. Entrevistas

"Angola será um grande empório. O que hoje ali se faz em matéria administrativa é consolador para o nosso orgulho de portugueses", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 27/11/1923, Ano 55.º, n.º 252, p. 1.

Carvalho, Ribeiro de, "General (O) Sr. Norton de Matos embarca amanhã para Bruxelas a convite do governo da Bélgica", in *A República*. Lisboa: 15/09/1930, II série, N.º 102, p. 1.

César, Oldemiro, "Interesses Coloniais", in *O Mundo*. Porto: 31/05/1912, N.º 4.212, p.1.

"Chega hoje ao Tejo o cadáver do soldado anónimo", in *O Século*. Lisboa: 16 de Março de 1921, p. 1.

"Governo (O) da Província de Angola. Altos Funcionários da República", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 24/04/1912, pp. 1-2.

"Nova (Uma) Angola – A obra do Sr. Norton de Matos", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 9/10/1923, Ano 55.º, N.º 236, p. 1.

Portela, Artur, "Norton de Matos diz ao *Diário de Lisboa* que tenciona regressar a Angola em Janeiro", in *Diário de Lisboa*. Lisboa: 3/10/1923, N.º 764, p. 5.

Portela, Artur, "Norton de Matos fala ao *Diário de Lisboa* sobre a sua acção como Alto-Comissário", in *Diário de Lisboa*. Lisboa: 6/10/1923, N.º 767, pp. 1 e 3.

"Província (A) de Angola. O Ressurgimento Colonial", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 20/05/1912, pp. 1-2.

"Questão (A) Ambaca – Da palestra com o sr. Major Norton de Matos, um distintíssimo colonial!", in *O Mundo*. Porto: 26/01/1912, Ano XII, pp. 1-2.

"Ressurgimento (O) de Angola. O que foi a obra do sr. Norton de Matos, nos dois anos e meio da sua gerência", in *Diário de Notícias*. Lisboa: 7/19/1922, N.º 20.734, pp. 1-2.

1.4.4. Coleções de Legislação

Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (Abril a Dezembro de 1921). Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1922.

Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (Janeiro a Dezembro de 1922). Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1923.

Providências Tomadas pelo General J. M. R. Norton de Matos, como Alto Comissário da República e Governador-Geral (Janeiro a Dezembro de 1923). Lisboa: Tipografia Fernandes, 1927.

1.4.5. Relatórios

"Introdução" a *Padrões da Grande Guerra (1914-1918). Consagração do Esforço Militar de Portugal. Relatório Geral da Comissão (1921-1936)*. Lisboa: 1934, pp. 9-13.

Relatorio sobre os serviços da Repartição de Agrimensura (1898-1899). Nova Goa: governo-geral do Estado da Índia, Imprensa Nacional, 1900.

Relatorio da Repartição de Agrimensura relativa à epocha de 1899-1900 (2.º Relatorio da Repartição). Nova Goa: Imprensa Nacional, 1901.

1.4.6. Monografias

África Nossa. O que queremos e não queremos nas nossas terras de África. Porto: Edições Marânus, 1953.

Angola. Ensaio sobre a vida e acção Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de governo. Lisboa: Edições Gama, 1948.

Cadastro (O) da Índia Portuguesa. Nova Goa: Empresa Typographica Colonial Bragança e Cia., 1907.

Carta Agrícola do Concelho das Ilhas de Goa (Estatística Agrícola) baseada no Cadastro Geral do Concelho. Nova Goa: Repartição d'Agrimensura do Estado da Índia Portuguesa, 1908.

Dois (Os) primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República. Lisboa: Norton de Matos, 1948.

Mais quatro meses da minha candidatura à Presidência da República. Lisboa: Norton de Matos, 1948.

Manual do Agrimensor. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1904, 2 vols.

Memórias e Trabalhos da minha Vida. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005, 3 vols.

Nação (A) Una. Organização Política e administrativa dos territórios do ultramar português. Com um prefácio do Prof. Egas Moniz. Lisboa: Paulino Ferreira, 1953.

Província (A) de Angola. Porto: Marânus, 1926.

1.4.7. Artigos

"Acordo (O) do Pacífico", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15 de Fevereiro de 1944, p. 1.

"Africa", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 16 de Abril de 1935, p. 1.

"Administração Colonial. Os ingleses no Egipto", in *Revista Comercial e Industrial*. Lisboa: 20 de Abril de 1911, N.º 32.

"Alimentação (A) das crianças", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 7 de Julho de 1938, p. 1.

"Alimentação", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 9 de Janeiro de 1950, pp. 1-2.

"Angola e as suas relações comerciais com a metrópole", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 2 de Novembro de 1934, p. 1.

"Assimilação pela instrução em Angola e Moçambique VIII", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: Porto, 29 de Julho de 1952, Ano 84.º, N.º 207, pp. 1 e 5.

"Assistência às crianças", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 15 de Julho de 1942, p. 1.

"Atitude (A) da Alemanha", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 6 de Abril de 1935, p. 1.

"Áustria", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 19 de Março de 1938, p. 1.

"Aviação Colonial", in *Vida Colonial*. Lisboa: 23 de Abril de 1936, N.º 3, p. 3.

"Bélgica", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 24 de Outubro de 1936, p. 1.

"Bélgica", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 20 de Maio de 1937, p. 1.

"Campanhas Coloniais", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 25 de Janeiro de 1937, p. 1.

"Carreira Colonial", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 24 de Abril de 1937, p. 1.

"Chefes de Posto", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26 de Fevereiro de 1937, p. 1.

"Cidade (A) de Huambo", in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*. Lisboa: 16 de Abril de 1944, N.º 1.352, pp. 181-182.

"Cidade do Huambo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 22 de Setembro de 1938, p. 1.

"Cidade (A) de Huambo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 21 de Setembro de 1952, pp. 1-2.

"Cinco (Os) Impérios do Mundo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 27 de Outubro de 1934, p. 1.

"Clarificação", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 18 de Novembro de 1939, p. 1.

"Colónias", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 20 de Junho de 1936, p. 1.

"Colónias Portuguesas I", in *A Instrucção Comercial em Casa*. Lisboa: 15 de Julho de 1910, N.º 9, pp. 69-71.

"Colónias Portuguezas II, in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15 de Agosto de 1910, N.º 11, pp. 88-90.

"Colónias Portuguezas III, in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15 de Setembro de 1910, N.º 13, pp. 103-105.

"Colónias Portuguezas IV", in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15 de Outubro de 1910, N.º 15, p. 117-119

"Colónias Portuguezas V, in *A Instrucção Commercial em Casa*. Lisboa: 15 de Novembro de 1910, N.º 17, pp. 133-135.

"Colónias Portuguezas VII", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 20 de Janeiro de 1911, N.º 26, pp. 15-17.

"Colónias Portuguesas VIII", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 20 de Fevereiro de 1911, N.º 28, pp. 37-39.

"Colonização", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 27 de Janeiro de 1938, p. 1.

"Colonização", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 14 de Abril de 1938, p. 1.

"Colonização da Líbia", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 3 de Novembro de 1939, p. 1.

"Como pretendi povoar Angola", in *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1933, Ano IX, N.º 100, pp. 90-99.

"Concessões de terrenos em Angola", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 3 de Setembro de 1933, p. 1.

"Conferência imperial de Londres I", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26 de Maio de 1937, p. 1.

"Congo (O) belga como mercado dos produtos portugueses", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15 de Novembro de 1933, p. 1.

"Congresso de medicina tropical", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 22 de Abril de 1952, Ano 84.º, N.º 111, pp. 1-2.

"Cortejo (Um) em Delhi", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26 de Junho de 1934, p. 1.

"Crepúsculo (O) da Civilização Latina", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 9 de Setembro de 1953, Ano 85.º, N.º 240, p. 1.

"Crianças", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 27 de Março de 1946, pp. 1 e 3.

"Crianças escolares", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 7 de Janeiro de 1939, pp. 1 e 3.

"Destino colonizador dos portugueses", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 20 de Julho de 1940, p. 1.

"Duas Cartas Célebres", in *Portucale*. Porto: Marânus, Janeiro-Junho de 1947, N.ºs 1-3.

"Egipto", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 10 de Janeiro de 1941, p. 1.

"Egito I", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 18 de Setembro de 1936, p. 1.

"Egito II", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 21 de Setembro de 1936, p. 1.

"Egito III", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29 de Setembro de 1936, p. 1.

"Ensinem-se a falar português os povos de além-mar", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 16 de Fevereiro de 1954, p. 1.

"Ensino (O) no Ultramar e as missões cristãs não católicas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 4 de Maio de 1954, p. 1.

"Finanças", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 5 de Janeiro de 1911, N.º 25, pp. 1-2.

"Finanças", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 5 de Março de 1911, N.º 29, pp. 49-51.

"Finanças", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 5 de Abril de 1911, N.º 31, pp. 73-75.

"Finlândia", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 23 de Março de 1940, p. 1.

"Forças (As) da paz", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 11 de Dezembro de 1943, p. 1.

"Futuras (As) nacionalidades das raças africanas" in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 19 de Fevereiro de 1952, pp. 1 e 3.

"Grande (A) Guerra e as Colónias Portuguesas", in Baião, António, Cidade, Hernani, Múrias, Manuel (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1937-1942, vol. III, pp. 423-430.

"Grécia", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 4 de Janeiro de 1941, p. 1.

"Império (Um) Colonial", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: 5 de Outubro de 1911, N.ºs 39-48, pp. 229-231.

"Império Colonial Holandês", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15 de Outubro de 1937, p. 1.

"Independência da Índia", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 26 de Abril de 1946, pp. 1 e 4.

"Instrução (A) primária nas províncias de além-mar", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto, 23 de Fevereiro de 1954, Ano 86.º, N.º 53, p. 1.

"Internacionalização dos territórios coloniais", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 4 de Fevereiro de 1946, pp. 1 e 4.

"Introducção", in *O Oriente Português. Revista da Commissão Archeologica da India Portugueza*. Nova Goa: Imprensa Nacional, Janeiro de 1904, vol. 1, N.º 1, pp. I-IV.

"Lacuna (Uma) a preencher", in *Revista Colonial. Órgão da União Colonial Portuguesa*. Lisboa: 15 de Abril de 1912, N.º 1, p. 1.

"Língua Portuguesa", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 8 de Maio de 1937, p. 1.

"Mediterrâneo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 11 de Novembro de 1936, p. 1.

"Memorialismo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 6 de Agosto de 1935, p. 1.

"Memórias da minha Vida Colonial", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Janeiro, Fevereiro, Março de 1933, n.º 4, pp. 13-14.

"Minha (A) Concepção Colonial do Império Português", in *Boletim da Sociedade Luso--africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Abril, Maio, Junho de 1933, n.º 5, pp. 4-14.

"Minha (A) Concepção do Império Português", in *Acção Colonial*. Lisboa: 1934, Número Comemorativo da Exposição Colonial do Porto", pp. 22-24.

"Missões Estrangeiras", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29 de Agosto de 1934, p. 1.

"Missões Laicas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 25 de Agosto de 1934, p. 1.

"Mortalidade infantil", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 20 de Outubro de 1943, p. 1.

"Nações (As) beligerantes e as suas colónias", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 16 de Janeiro de 1942, pp. 1 e 3.

"Nossa (A) Missão no Pacífico", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 18 de Março de 1944, p. 1.

"Nova (Uma) Colónia I", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 17 de Julho de 1937, p. 1.

"Nova (Uma) Colónia II", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15 de Novembro de 1937, p. 1.

"Novas (As) nacionalidades africanas" in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 18 de Março de 1952, pp. 1 e 5.

"Œuvre (L') de la République", in *Revista Commercial e Industrial*. Lisboa: Maio de 1911, N.º 28, pp. 97-98.

"Padroado (O) do Oriente I", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 13 de Dezembro de 1911, N.º 11, p. 1.

"Padroado (O) do Oriente II", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 21 de Dezembro de 1911, N.º 18, p. 1.

"Padroado (O) do Oriente III", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 31 de Dezembro de 1911, N.º 26, pp. 1-2.

"Padrões", in *Vida Colonial*. Lisboa: 6 de Fevereiro de 1936, N.º 8, p. 3.

"Pan-Europa", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 7 de Julho de 1939, p. 1.

"Parlamentarismo", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 7 de Agosto de 1950, pp. 1-2.

"Pax Britânica", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 1 de Abril de 1939, p. 1.

"Paz portuguesa", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 12 de Janeiro de 1945, p. 4.

"Política colonial e as nações unidas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 28 de Julho de 1945, pp. 1 e 3.

"Poveiros de Porto Alexandre", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29 de Julho de 1939, p. 1.

"Povoamento", *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 17 de Novembro de 1936, p. 1.

"Povoamento (O) de Angola I", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 8 de Dezembro de 1933, p. 1.

"Preparações para a paz", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 3 de Janeiro de 1945, pp. 1 e 4.

"Prometeo", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 2 de Novembro de 1933, p. 1.

"Orçamento de Angola", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15 de Abril de 1939, pp. 1 e 3.

"Orçamento de Angola para 1938", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 27 de Abril de 1938, p. 1.

"Orçamento (O) inglês", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 27 de Maio de 1938, p. 1.

"Questão (A) Colonial I", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 29 de Maio de 1931, p. 1.

"Questão (A) Colonial II", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 13 de Junho de 1931, p. 1.

"Questão (A) Colonial V", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 21 de Junho de 1931, p. 1.

"Questão (A) Colonial", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 12 de Fevereiro de 1937, p. 1.

"Questão (A) Colonial", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 5 de Março de 1937, p. 1.

"Raízes do Brasil I", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 22de Setembro de 1938, pp. 1 e 3.

"Raízes do Brasil II", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 12 de Novembro de 1938, p. 1.

Rapidez (A) da transformação dos indígenas africanos", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 4 de Maio de 1945, p. 4.

"Reservas (As) de caça do Ultramar", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 10 de Julho de 1934, p. 1.

"Sociedade das Nações", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 22 de Abril de 1938, p. 1.

"Subsídios de família", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 22 de Julho de 1942, p. 1.

"Sursum Corda", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 15 de Agosto de 1934, p. 1.

"Tarefa Ingente I", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 9 de Janeiro de 1935, p. 1.

"Tarefa Ingente II", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 4 de Janeiro de 1935, p. 1.

"Topografia e Geologia do concelho das Ilhas de Gôa", in *A Terra. Revista Portuguesa de Geofísica*. Lisboa: 1934, N.º 14, pp.74-82.

"Três (As) regiões menores da Nação" in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 30 de Novembro de 1950, pp. 1 e 5.

"Tropas Indígenas", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 14 de Março de 1936, p. 1.

"Universidade Colonial", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 18 de Março de 1937, p. 1.

"Valor (O) das colónias", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 16 de Abril de 1937, p. 1.

"Vida de miséria", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 22 de Junho de 1938, p. 1.

1.4.8. Prefácios e introduções a Livros de Outros Autores

"Prefácio", in Faria, Eduardo de, *Expedicionários*. Lisboa: 1931.

"Prefácio", in Frazão, Serra, *Associações Secretas entre os indígenas de Angola*. Lisboa: Marítimo-Colonial, 1946.

"Prefácio", in Marçal, Gil, *Angola – Ponto Fulcral da Nação Portuguesa. Viragem de Quadrante para uma Política Nova*. Porto: Edições AOV, 1947.

"Prefácio", in Marçal, Gil, *Novos Rumos*. Lisboa: 1946.

"Prefácio", in Simões, Landerset, *Babel Negra. Etnografia, Arte e Cultura dos Indígenas da Guiné*. Porto: 1935.

1.4.9. Outras fontes: Livros e Artigos Diversos

"I Congresso de Agricultura Colonial", in *Ultramar. Órgão Oficial da Exposição Colonial*. Porto: 15 de Abril de 1934, Ano I, N.º 6, p. 2.

"Acto (O) Colonial", in *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 30 de Abril de 1930, N.º 24, p. 3.

"Actor (Um). Cunha Leal não quer esta República", in *A Montanha. Diário republicano*. Porto: 25 de Outubro de 1923, 13.º Ano, N.º 4.012, p. 1.

"Administração (A) Norton de Matos ", in *A Tarde*. Lisboa: 6 de Novembro de 1923, Ano I, N.º 76, p. 1.

"Administração (A) Norton de Matos ", in *A Tarde*. Lisboa: 16 de Novembro de 1923,

Ano I, N.º 85, p. 1.

Ávrica, João de, "O Boletim do Centro Colonial", in *Boletim do Centro Colonial de Lisboa*. Lisboa: 15 de Abril de 1909, n.º 1, p. 3.

"Agitação (A) chinesa contra Macau", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 28 de Março de 1909, 1.º Ano – N.º 13, pp. 2-3.

"Agitação (A) chinesa contra Macau II", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 4 de Abril de 1909, 1.º Ano – N.º 14, p. 1.

"Agonia (A) de Macau", in *O Século*. Lisboa: 10 de Junho, N.º 9.871, p. 1.

Aires de Ornelas. Selecção e prefácio de Costa Garcez. Lisboa: Edições Panorama, 1960.

"Album das Colonias", in *O Eco de Cabo Verde. Em Defesa do Povo Caboverdeano*. Praia: Agosto de 1934, N.º 22, p. 5.

Albuquereque, Mouzinho de, *Livro das Campanhas*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1935, vol. I.

Alexandre, Thomas, *Manual Training for Indian Schools, with a graduated set of examples in wood and metal work*. Bombay: Government Central Book Depot, 1900.

Alguns aspectos da viagem presidencial às Colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola realizada nos meses de Julho e Agosto de 1938. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939, 2 vols.

Almeida, Carvalho de, "A mão-de-obra em S. Tomé e Príncipe", in *Revista Colonial* Lisboa: de 25 de Março de 1914, Nº 15, pp. 82-84.

"Alto (O) Comissario em Angola fala a um redactor do *Diário de Notícias da campanha promovida pelos anti-esclavagistas*", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 17 de Janeiro de 1921, N.º 17.800, p. 1.

"Alto (O) Comissário em Angola", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 29 de Setembro de 1923, IV Ano, N.º 926, p. 1.

Andrade, Mário de, "A superstição da cor preta" in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dezembro de 1938, série 52.ª, N.ºs 5 e 6, pp. 49-50.

"Angola a maior parcela do Império – entrevista ao Coronel Eduardo Ferreira Viana", in *Acção Colonial*. Porto: Ano V, 4.ª série, N.º 2, Janeiro de 1934, p. 5.

"Angola, a Mártir", in *Acção Colonial*. Porto: Ano I, N.º 1, Junho de 1930, p. 4.

"Angola – a pérola do Ultramar", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 13 de Outubro de 1923, Ano 55.º, n.º 244, p. 1.

"Angola. As ideias administrativas e Económicas do seu Governador", *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 27 de Outubro de 1913, N.º42, p. 1.

Archer, Maria, "Os homens dos bosques e civilização primitiva", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Janeiro a Junho de 1936, n.ºs 16-17, pp. 126-128.

Archer, Maria, "Singularidades de um País Distante. Caçadas em Angola", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maio de 1934, n.º 9, pp. 126-128.

"Assunto (O) do Dia", in *Heraldo*. Nova Goa: 18 de Maio de 1906, N.º 1.851, p. 1.

Avelanoso, Pires, "Questões Coloniais" in *A Tarde*. Lisboa: 5 de Dezembro de 1923, Ano I, N.º 100, p. 2.

Avila, Lobo d', "A China e a questão do Oriente", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1898, N.º 14, vol. III, pp. 881-888.

Azevedo, Fernando Alves de, "Em defesa de uma educação imperial", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1934, vol. I, pp. 117-118.

Azevedo, Fernando Alves de, "O Império e a Juventude", "A Província da Huíla", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Outubro a Dezembro 1932, terceira série, N.º 15, pp. 204-205.

Azevedo, Fernando Alves de, *Mística Imperial*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d.,

Baden-Powell, Baden Henri, *The Land Systems of British India: being a Manual of the Land-Tenures and of the Systems of Land-Revenue Administration Prevalent in the Several Provinces*. Oxford/London: Henry Frowde & Stevens and Sons, Limited, 1892, 3 vols.

Baden-Powell, Baden Henri, *Land Revenue and Tenure in British India. A Short Account of the Land Revenue and its Administration in British India; with a sketch of the Land Tenures*. Oxford, London: Henry Frowde, 1894.

Baden-Powell, Baden Henri, *The Indian Village Community*. London: Longmans, Green, and Co., 1896.

Baden-Powell, Baden Henri, *The Origin and Growth of Village Comunities in India*. London/New York: Swan Sonnenschein & Co., Charles Scribner's Sons, 1899.

Bandeira, Sá da, *O Trafico da Escravatura e o Bill de lord Palmerston*. Lisboa: Typ de José Baptista Morando, 1840.

Bandeira, Sá da, *Factos e Considerações relativas aos Direitos de Portugal sobre os Territorios de Molembo, Cabinda e Ambriz e mais logares da Costa Occidental d'Africa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

Bandeira, Sá da, *O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Bloom, Murray Teigh, *The man who stole Portugal*. London: Secker and Warburg, 1967.

"'Bluff' (O) Alemão", in *A Pátria Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 9 de Janeiro de 1912, p. 1.

Boas, Franz, *The mind of primitive man*. New York: The Macmillan Company, 1939.

"Boas Festas", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 3 de Janeiro de 1909, 1.º Ano – N.º 1, p. 1.

BOAVENTURA, Armando, *Sem Rei, nem Roque*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes Livraria Editora, 1924.

BRAGA, Paulo, "O grande colonialista General Norton de Matos fala a *Humanidade*", in *Humanidade*. Lisboa: 22 de Junho de 1937, N.º 26, p. 10.

BRAGA, Teófilo Braga, *Epopêas da Raça Mosárabe*. Porto: Imprensa Portuguesa – Editora, 1871.

BRANCO, Emílio Castelo, "O Batuque" in *O Mundo Português*. Lisboa: 1938, vol. V, pp. 461-463.

BRANDÃO, Raul, *Memórias*. Lisboa: Relógio d'Água, 1998.

BRASIO, António, *História e Missiologia. Inéditos e esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.

BROCHADO, Idalino da Costa, *Memórias de Costa Brochado*. Lisboa: Livraria Popular Francisco Franco, 1987.

"Cadastro" (O), in *Heraldo*. Nova Goa: 24 de Maio de 1906, N.º 1.856, p. 1.

CADBURY, William, *Os Serviçais de S. Tomé – relatório de uma visita às ilhas de S. Tomé e Príncipe e a Angola, feita em 1908, para observar as condições da mão-de-obra empregada nas roças de cacau da África Portuguesa*. Lisboa: Porto, Livraria Bertrand – Livraria Chardron, 1910.

CAETANO, Marcelo, "Carta a um jovem português sobre o serviço do Império", in *O Mundo Português*, 1934, vol. I, pp. 259-265.

CAETANO, Marcelo, *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua História*. Lisboa: Agência-Geral das Colónia, 1967.

CALADO, Joaquim Heliodoro, *Cousas da China. Costumes e Crenças*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

"Campanha (A) contra o sr. Norton de Matos", in *A Tarde*. Lisboa: 8 de Outubro de 1923, Ano I, N.º 51, p.1.

CÂNCIO, Francisco, "A unidade do Império", *Vida Colonial*. Lisboa: 26 de Março de 1936, N.º 10, pp. 3 e 9.

CAPELO, Hermenegildo, e IVENS, Roberto, *De Angola à Contracosta*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, 2 vols.

Carta Orgânica da Província de Angola – Decreto N.º 3.621, de 28 de Novembro de 1917. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1918.

CARVALHO, Mariano, "Colonização", in *Revista Colonial*. Lisboa: 25 de Maio de 1913, N.º 5, pp. 10-12.

CASAS, Bartolomé de las, *Brevíssima relação da destruição das Índias*. Lisboa: Edições Antígona, 1997.

CASIMIRO, Augusto, *Angola e o Futuro. Alguns Problemas Fundamentais*. Lisboa: Livrolândia Limitada, 1961.

CASIMIRO, Augusto, *Cântico no Desterro*, in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Número Especial Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto, 1934, pp. 78-79.

CASIMIRO, Augusto, *Cartilha Colonial*. Rio de Janeiro: Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro, 1936.

CASIMIRO, Augusto, *Colonos*, in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Janeiro a Junho de 1937, quinta série, N.ºs 20-21, p. 32.

CASIMIRO, Augusto, *Ilhas ao Luar*, in *O Eco de Cabo Verde. Em Defesa do Povo Caboverdeano*. Praia: Maio de 1933, N.º 1, p. 6.

CASIMIRO, Augusto, "Império", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Outubro, Novembro, Dezembro de 1933, n.º 7, p. 7.

CASIMIRO, Augusto, *Portugal Crioulo*. Lisboa: Editorial Cosmos, 1940

CASIMIRO, Augusto, "Um Programa Colonial", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Julho, Agosto, Setembro de 1933, n.º 6, pp. 29-31.

CASIMIRO, Fernanda de Bastos, "A Restauração de Angola", in *Boletim da Sociedade Luso--africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dezembro 1932, n.º 3, pp. 47-55.

CASTEL-BRANCO, João Bentes, *Guia do Colono para a Africa Portugueza*. Porto: Typ. da Empresa Lit. e Typ. 1891.

CASTRO, Joaquim Pereira Pimenta de, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*. Weimar: Imp. Wagner G. Humbold, 1915.

CAYOLLA, Lourenço, *Sá da Bandeira*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1969, 2.ª edição.

Celebração do 4.º centenário do descobrimento do caminho maritimo para a India por Vasco da Gama. Jornal Único. Macau: Comissão Executiva das Celebrações em Macau do IV *centenário do descobrimento do caminho maritimo para a India*, 1898.

"Cenografia em Angola", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 3 de Novembro de 1923, IV Ano, N.º 939, p. 1.

CHALUX, *Un An au Congo Belgue*. Bruxelles: Albert Dewit, 1925.

"Chega hoje a Lisboa o General Sr, Norton de Matos", in *Diário de Notícias*. Lisboa: 4 de Outubro de 1922, N.º 20.731, pp. 1-2.

"Civilização (A) da raça negra", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 13 de Maio de 1912, N.º 156, p.1.

COELHO, José Francisco Trindade, *In illo Tempore. Esudantes, lentes e futricas*. Lisboa: Livraria Portugália, 1941.

"Colonização do Planalto de Benguela", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 15 de Junho de 1912, p. 1.

"Comício" in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 9 de Maio de 1909, 1.º Ano – N.º 19, pp. 3-4.

"Comício realizado em 31 de Março – Do jornal chinês de Cantão *Ionseng*, de 1 de Abril de 1909", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 11 de Abril de 1909, 1.º Ano – N.º 15, p. 3.

"Concurso literário do 1.º Cruzeiro de Estudantes à Metrópole. Acta da reunião do júri", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1938, vol. V, pp. 341-344.

"Condição (A) dos indígenas", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 23 de Abril de 1912, N.º 136, p.1.

"Conferência (Uma) Notável", in *O Século*. Lisboa: 20 de Março de 1921, p. 2.

"Conferências (As) do *Diário de Notícias* serão inauguradas nesta noite, na sala da Academia de Ciências pelo general snr. Norton de Matos, Alto Comissario em Angola", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 19 de Março de 1921, N.º 17.817, p. 1.

Congresso Colonial Nacional. Actas das Sessões. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902-1903, 2 vols.

Congresso Colonial Nacional: de 6 a 10 de Maio de 1924. Teses e actas das sessões. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1924.

"Congresso (O) Militar", in *Ultramar. Órgão Oficial da Exposição Colonial*. Porto: 15 de Abril de 1934, Ano I, N.º 6, p. 1.

Conrad, Joseph, *Coração das Trevas*. Lisboa: Nova Vega, 2008.

Cordeiro, Luciano, *Questões Coloniais*. Lisboa: Editorial Vega, 1981, (edição organizada por Farinha de Carvalho).

Correia, Alves, "Gilberto Freyre – *Casa Grande e Senzala*", in in *Boletim da Sociedade Luso--africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Julho a Dezembro de 1937, quinta série, N.ºs 22-23, pp. 72-74.

Correia, António Mendes, *Os mestiços nas colónias Portuguesas*. Comunicação ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Porto: Edição da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.

Correia, António Mendes, *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora, 1943.

Cortesão, Armando Zuzarte, "O Boletim da Agência-Geral das Colónias", in *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: Julho de 1925, Ano I, n.º 1, pp. 3-9.

Corvo, João de Andrade, *Estudos sobre as Provincias Ultramarinas*. Lisboa: Academia Real das Sciências, 1883, 4 vols.

Corvo, João de Andrade, *Perigos. Portugal na Europa e no Mundo*. Porto: Fronteira do Caos, 2005.

Costa, Eduardo, "Tese XXV – Descentralização da acção administrativa das nossas colónias", in *Congresso Colonial Nacional. Actas das Sessões*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902-1903, vol. I, pp. 86-90.

Costa, Eduardo, *Administração Civil das nossas Possessões Africanas. Memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Costa, Manuel de Oliveira Gomes da, "Colonização", in *Revista Colonial*. Lisboa: 25 de Maio de 1913, N.º 5, pp. 21-22.

Costa, Manuel de Oliveira Gomes da, *O Corpo do Exercito Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys – 9 de Abril de 1918*. Porto: Renascença Portuguesa: 1920.

Costa, Manuel de Oliveira Gomes da, *Memórias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

Costa, Manuel de Oliveira Gomes da, "Questões Indígenas – A questão do trabalho II", in *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 29 de Abril de 1912, N.º 10, pp. 1-2.

Costa, Manuel de Oliveira Gomes da, *A Revolta de Goa e a Campanha de 1895-1896*. Lisboa: Livraria Popular-Sociedade Industrial da Tipografia, 1939.

Couceiro, Henrique de Paiva, *Angola: Dois Anos de governo Junho de 1907 a Junho 1909. História e Comentários*. Lisboa: Editora A Nacional, 1910.

Couceiro, Henrique de Paiva, *Angola. (Dois Anos de Governo Junho 1907-Junho de 1909). História e Comentários*. Lisboa: Edições Gama, 1948.

Couceiro, Henrique de Paiva, "Expansão do Império Português", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maio de 1932, n.º 2, pp. 21-23.

Crespo, Joaquim Heliodoro Calado, *Cousas da China. Costumes e Crenças*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

CUNHA, Augusto, "Cruzeiro dos velhos colonos", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1940, vol. VII, pp. 235-239.

CUNHA, Augusto, "Os cruzeiros do futuro", in *O Mundo Português*. Lisboa: SNI/AGC 1944, vol. XI, pp. 263-268.

CUNHA, Augusto, "Uma patriótica iniciativa de O Mundo Português - Os Cruzeiros de Férias às Colónias", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1939, vol. VII, pp. 305-309.

"Cruzeiros de estudantes das colónias à metrópole", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1937, vol. IV, pp. 85-88.

"Declaração", in *Revista Colonial. Órgão da União Colonial Portuguesa*. Lisboa: 1 de Julho de 1912, N.º 6, p. 1.

"Delimitação (A) de Macau", in *O Século*. Lisboa: 15 Julho de 1909, N.º 9.906, p. 1.

"Delimitação (A) de Macau", in *Vida Nova*. Domingo, 21 de Novembro de 1909, 1.º Ano – N.º 47, pp. 1-5.

"Despedidas (As) em Angola, feitas ao sr. Norton de Matos", in *A Tarde*. Lisboa: 26 de Outubro de 1923, Ano I, N.º 67, p.2.

Diamang. Estudo do património cultural da ex-Companhia de Diamantes de Angola. Coimbra: Museu Antropológico, Universidade de Coimbra, 1995.

DIAS, Gastão Sousa, "A administração pombalina em Angola. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Janeiro, Fevereiro e Março 1932, n.º 4, pp. 15-21.

DIAS, Gastão Sousa, "A administração pombalina em Angola. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho II", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Abril, Maio, Junho 1933, n.º 5, pp. 45-56.

DIAS, Gastão Sousa, *Ocupação de Angola. Exploração, conquista e povoamento*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944.

DIAS, Gastão Sousa, *Os Portugueses em Angola*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1959.

"Discurso Inaugural das Comemorações pelo tenente-coronel Leopoldo de Sousa Gentil", in *Boletim Cultural do Huambo*. Nova Lisboa: Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, N.º 15, 1962, p. 22.

DUARTE, Teófilo, "Portugal Colonizador", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Julho a Dezembro 1936, quarta série, N.ºs 18-19, pp. 204-205.

DUARTE, Teófilo, "Timor", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maio de 1932, N.º 2, pp. 35-36.

"Duas cartas trocadas entre o candidato da Oposição e o sr. presidente do Conselho", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 12 de Fevereiro de 1949, pp. 1 e 5.

"Duelo (O) de Ontem", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 20 de Abril de 1912, N.º 16.680, p. 2.

"Diz-se", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 19 de Março de 1924, IV Ano, N.º 1.062, p. 1.

"Ecos do Congresso de Intercâmbio Comercial para as Colónias", in *Ultramar. Órgão Oficial da Exposição Colonial*. Porto: 1 de Outubro de 1934, Ano I, N.º 6, pp. 1-2.

"Em volta da guerra", in Revista Colonial. Lisboa: 25 de Dezembro de 1914, 2.º Ano, N.º 24, pp. 391-394.

ENES, António, *Moçambique. Relatório apresentado ao governo de sua majestade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Decreto-lei Nº 39.666, de 20/05/1954. Lisboa: 1954.

"Estudos sobre a colonização agrícola do Planalto de Benguela", in *Revista Colonial*. Lisboa: 25 de Março de 1913, N.º 3, pp. 14-18.

"Evocação (A) dos Feitos e da Coragem do Soldado Português", in *Diário de Notícias*. Lisboa: 4 de Novembro de 1922, N.º 20.761, p. 1.

"Exposição (A) Colonial de Antuérpia", in *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: AGC, Agosto-Setembro de 1930, Ano VI, n.ºs 62/63, pp. 187-194.

"Factos & Comentários", in *A Montanha. Diário republicano*. Porto: 17 de Outubro de 1923, 13.º Ano, N.º 4.004, p. 1.

FALCÃO, José, *A Comuna de Paris e o Governo de Versalhes*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1871.

"Falta de Braços", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 4 de Junho de 1913, N.º 23, p. 3.

FARINHA, António, "A mentalidade do preto V", in *Revista Colonial*. Lisboa, Junho de 1917, n.º 54, pp. 134-135.

FERREIRA, Joaquim, "Pela ocupação pacífica", in *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 12 de Agosto de 1912, N.º 25, p. 1.

FERREIRA, Manuel, "Colá San Jon" in *O Mundo Português*. Lisboa: 1934, vol. IV, pp. 33-35.

FERRO, António, *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FILIPE, Frederico, "Exposições Ultramarinas", in *Acção Colonial*. Porto: Número Especial, extra-série, 1934, p. 4.

FREITAS, Eduardo, "Carta de Angola – Os planos de urbanização de Luanda", in *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Outubro de 1930, N.º 30, p. 7.

FREYRE, Gilberto, *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1954

FREYRE, Gilberto, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1954.

FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

FREYRE, Gilberto, "Duas Palavras", in *Seara Nova*. Lisboa: Julho a Dezembro de 1955, Ano XXXIV, Número de Homenagem a Norton de Matos, p. 96.

FREYRE, Gilberto, *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociaes e de cultura do Brasil com Portugal e as colonias portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

GALVÃO, Henrique, "A Missão do Império", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maio de 1932, n.º 2, pp. 59-60.

GALVÃO, Henrique, *Outras Terras, Outras Gentes – Viagens em África*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, 1944, vol. I.

GALVÃO, Henrique, e SELVAGEM, Carlos, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953, 1.º vol.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, *Portugal na Balança da Europa*. Londres: S. W. Sustenance, 1830.

"General Norton de Matos", in *O Século*. Lisboa: 3 de Outubro de 1923, Ano 44º, N.º 14. 957, p. 1.

"General Norton de Matos", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 1 de Novembro de 1923, Ano 55.º, n.º 256, p. 1.

"General Norton de Matos", in *A Ditadura. Periódico do Fascismo Português*. Lisboa: 27 de Novembro de 1923, N.º 4, p. 2.

"General Norton de Matos. O Banquete de Homenagem", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 25 de Novembro de 1923, Ano 55.º, n.º 277, pp. 1-2.

"General Norton de Matos", in *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 30 de Setembro de 1930, N.º 29, p. 1.

"General Norton de Matos. Na sua casa de Ponte de Lima faleceu ontem este eminente homem público e ilustre militar", in *O Primeiro de* Janeiro. Porto: 3 de Janeiro de 1955, pp. 1-5.

"General (O) Norton de Matos vulto eminente e prestigioso da República que prestou os mais altos serviços à Pátria e foi um dos maiores governadores ultramarinos, morreu, no seu solar de Ponte de Lima", in *A República*. Lisboa: 3 de Janeiro de 1955, Ano XLIV, N.º 8.637, pp. 1-2.

"General (O) Sr. Norton de Matos", in *O Século*. Lisboa: 7 de Outubro de 1923, Ano 44º, N.º 14. 960, p. 1.

GIORDANI, Paolo, *The German Colonial Empire its beginning and ending*. London: G. Bell and Sons, 1916.

GOBINEAU, Arthur de, *Essai sur l´inégalité des races humaines*. Paris: Firmin-Didot et Cª., 1940, Tome 1.

GOMES, Oliveira, "Boletim das Missões Civilizadoras – Apresentação. O seu Programa", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: Tip. do Instituto de Cernache do Bom Jardim, Abril de 1920, pp. 3-9.

GONÇALVES, Eduardo, "Uma visita de estudo a Angola III", in *Gazeta dos Caminhos-de--Ferro*. Lisboa: 16 de Maio de 1953, N.º 1.570, pp. 101-106.

GONÇALVES, Francisco das Dores, "Cumprindo o nosso programa", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maio de 1932, n.º 2, pp. 3-4.

"Governador-Geral", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 18 de Setembro de 1912, N.º 25, pp. 1-2.

"Governador-Geral. Mensagem da Associação Comercial do Bié", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 3 de Dezembro de 1912, N.º 49, p. 2.

"Governo-Geral de Angola. Norton de Matos", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 18 de Abril de 1912, p. 1.

GUIMARÃES, Venâncio, *Uma administração ruinosa. Para a História do Reinado de Norton*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1923.

GUIMARÃES, Venâncio, *A Situação de Angola. Para a História do Reinado de Norton*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1923.

"Há Quarenta Anos – Através d'África", in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*. Lisboa: 1 de Março de 1937, N.º 1.181, pp. 138-139.

HARMAND, Jules, *Domination et Colonisation*. Paris: Ernest Flammarion, 1910.

HERDER, Joahann Gottfried, *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*. Lisboa: Antígona, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.

"Instrução Pública", in *A Pátria Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 14 de Maio de 1913, N.º 367, pp. 1-2.

"Jornais (Os) de Hong Kong e a Chi-chi-ui de Cantão", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 22 de Agosto de 1909, 1.º Ano – N.º 34, pp. 3-4.

JÚNIOR, Júlio Monteiro, *Cabo Verde, ilhas adjacentes*. Praia: Minerva, 1942.

KHAYYÁM, Omar, *Odes ao Vinho*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, 3.ª ed.

KIPLING, Rudyard, *Kim*. Lisboa: Livros do Brasil, 1988.

LABOREIRO, Simão de, "Trabalhar", in *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 1 de Abril de 1912, N.º 6, p. 1.

LARANJO, José Frederico, *Princípios Elementares de Colonização*. Dissertação de concurso a um lugar de substituto na Faculdade de Direito. Coimbra: Imprensa Literária, 1877.

LARANJO, José Frederico, *Programma para a Cadeira de Economia Politica e Estatística da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1887.

LARANJO, José Frederico, *Princípios de Economia Política*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1895.

LEAL, Carlos de Brito, "O Porto e o Caminho-de-Ferro de Mormugão", in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*. Lisboa: 16 de Abril de 1961, N.º 1760, pp. 51-52.

LEAL, Francisco Cunha, "A administração do sr. Norton de Matos", in *A Tarde*. Lisboa: 10 de Agosto de 1923, Ano I, N.º 9, p.1.

LEAL, Francisco Cunha, *Calígula em Angola*. Lisboa: 1924.

LEAL, Francisco Cunha, *As Minhas Memórias. Coisas de Tempos Idos*. Lisboa: Edição do Autor, 1966, vol. I – "Romance duma época, duma família e duma vida de 1888 a 1917.

LEAL, Francisco Cunha, "O sr. Norton de Matos e a administração da Província de Angola", in *A Tarde*. Lisboa: 15 de Agosto de 1923, Ano I, N.º 13, pp.1-2.

LEAL, Francisco Cunha, *A obra intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa: Edição do Autor, 1930.

LEAL, Francisco Cunha, *Oliveira Salazar Filomeno da Câmara e o império colonial português*. Lisboa: Edição do Autor, 1930.

LEAL, Francisco Cunha, "Sobre Angola", in *A Tarde*. Lisboa: 16 de Agosto de 1923, Ano I, N.º 14, p.1.

LEAL, Francisco Cunha, "Perspectivas futuras da Europa, in *Boletim da Sociedade Luso--africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dezembro de 1938, n.º 24, pp. 27-30.

"Legislação Portuguesa sobre Missões – Alto Comissariado da República. Portaria Provincial N.º 53", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: Tip. do Instituto de Cernache do Bom Jardim, Janeiro-Julho de 1922, N.º 15, p. 45.

LEMOS, Júlio "General Norton de Matos, in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Maio de 1932, n.º 2, pp. 48-52.

LEMOS, Nogueira de, "Trabalho Indijena", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 3 de Setembro de 1912, N.º 10, p. 1.

LESSA, Almerindo, *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde: mesa redonda sobre o Homem Cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1957.

Livro de Ouro do 1.º Centenário da Escola Académica (1847-1947). S. l.: s. n., 1947.

LOPES, Alfredo Figueiredo, *Conferência realizada em 9 de Maio de 1913 na União Colonial Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Industrial Portuguesa, 1913.

"Lord Beresford na costa de áfrica", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 19 de Outubro de 1923, IV Ano, N.º 941, pp. 1-2.

MACEDO, José de, "A Educação do Negro", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: 1901, p. 287-297.

MACEDO, José de, "Autonomia da Província", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 27 de Novembro de 1912, N.º 22, p. 1.

MACEDO, José de, *Autonomia de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

MACHADO, Joaquim José, *Caminho-de-Ferro de Lourenço Marques à Fronteira do Transvaal. Conferência feita na Associação de Engenheiros Civis Portugueses em sessão ordinária de 6 de Julho de 1889*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

MACHADO, Joaquim José, *De Lourenço Marques a Pretória. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, acerca do Caminho-de-Ferro de Lourenço Marques, nas sessões de 9 e 16 de Novembro e de 2 e 14 de Dezembro de 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

MACHADO, Joaquim José, *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. (Apresentação e Introdução por António Vasconcelos de Saldanha e Leitura do Manuscrito e Introdução Literária de Carmen Radulet). Macau: Fundação de Macau, 1999.

MACHADO, Joaquim José, *Moçambique. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, nas sessões de 6, 13 e 22 de Dezembro de 1880*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

MACHADO, Joaquim José, *Questões Africanas. Maputo-Lourenço Marques-Mossamedes. Comunicação à à Sociedade de Geografia de Lisboa, sessão de 1 de Abril de 1889*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1889.

MACHADO, Joaquim José, *O Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique – comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, sessão de 4 de Março de 1895*. Lisboa: Imprensa Moderna, 1895.

MAGALHÃES, A. Leite de, *A Colonização e o desenvolvimento de Angola*. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 10 de Janeiro de 1925. Lisboa: Oficina Gráfica *Jornal da Europa*, 1925.

"Mais 338 sócios do Centro Republicano Democrático", in *O Mundo*. Porto: 19 de Novembro de 1911, Ano XII, N.º 4.022, p. 3.

MANTERO, Francisco, *A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.

MANUEL, Jerónimo da Câmara, "India. Descobrimento da Civilização Ária-Hindu", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1898, vol. I, pp. 547-553.

MARCELINO, A. Teixeira, *As Missões Laicas*. Porto: Imprensa Moderna, 1933.

MARQUES, Mimoso "O Caminho de Ferro de Lourenço Marques ao Transvaal", in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Lisboa: 1 de Agosto de 1944, N.º 1359, pp. 317-318.

MARTINS, J. P. Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores, 1978.

MARTINS, J. P. Oliveira, *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

MARTINS, José Frederico Ferreira, *O passado e o presente da mais antiga colónia*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d.

MARTINS, Francisco da Rocha, *História das Colónias Portuguesas*. Lisboa: Tip. Nacional de Publicidade, 1933.

MARTINS, Francisco da Rocha, *Pimenta de Castro*. Lisboa: Edição do Autor, 1920.

MARTINS, Francisco da Rocha, *Sidónio Pais. Ídolo e Mártir da República*. Lisboa: Bonecos Rebeldes, 2008.

MATOS, Armando de, "Homenagem a Sá da Bandeira", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro a Dezembro de 1938, 56.ª série, N.ºs 1-2, pp. 44-50.

MELO, José Brandão Pereira de "Anotações Folclóricas da Ilha do Príncipe", in *O Mundo Português*. Lisboa: 1944, vol. XI, pp. 55-91.

MELO, Lopo de Vaz Sampaio, *Política Indígena*. Porto: Magalhães e Moniz, 1910.

MELO, Martinho Nobre de, "A administração de Cabo Verde", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 8 de Março de 1912, N.º 80, p.1.

MENEZES, Filipe Ribeiro de, "A União Sagrada", in ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 277-286.

MESQUITA, M. de, "Criminosos", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 20 de Novembro de 1912, N.º 21, p. 1.

MESQUITA, M. de, "Pólvora e Armas", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 24 de Setembro de 1913, N.º 39, p. 1.

"Missões Civilizadoras de Angola", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: Tip. do Instituto de Cernache do Bom Jardeim, Maio de 1920, N.º 2, pp. 36-37.

"Missões (As) civilizadoras – entrevista a Abílio Marçal", in *O Século*. Lisboa: 14 de Janeiro de 1921, p. 3.

MONCADA, Luís de Cabral, *Memórias. Ao Longo de Uma Vida (Pessoas, factos, ideias). 1888-1974*. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.

MONTEIRO, Armindo, "O Mundo Português", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1934, vol. I, pp. 1-6.

MONTEIRO, Campos, *Saúde e Fraternidade. História dos acontecimentos políticos em Portugal desde Agosto de 1924 a Novembro de 1926*. Porto: Livraria Civilização, [192-?].

MORAIS, Venceslau de, "Portugal – Macau", in *Celebração do 4.º centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama*. Macau: N. T. Fernandes & Filhos, 1898, pp. 15-19.

MOURA, João Carneiro de, *A Administração Colonial Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1910.

MOURA, João Carneiro de, "Soluções da política colonial portuguesa", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1899, N.º 18, vol. III, pp. 1.154-1.162.

MOURA, João Carneiro de, "Destinos Históricos para a África do Sul II", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1899, N.º 25, vol. V, pp. 215-221.

MOURA, João Carneiro de, "A integridade colonial de Portugal", in *Revista Colonial. Órgão da União Colonial Portuguesa*. Lisboa: 1 de Junho de 1912, N.º 4, pp. 1-2.

"Movimento Social nos meses de janeiro a abril de 1909", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, Julho de 1909, 27.ª série, N.º 7, pp. 256-258.

"Na chegada do sr. Norton de Matos", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 3 de Outubro de 1923, IV Ano, N.º 929, p. 1.

"Não queremos ditaduras"! in *A República. Diário Independente*. Lisboa: 6 de Fevereiro de 1924, Anos XIV, N.º 4.029, p. 1.

NEUPARTH, Augusto, "A vida no mato", in *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1909, N.º 145, vol. XIX, pp. 18-33.

NEVES, Diocleciano Fernandes das, *Das terras do Império Vátua às praças da República Bóer*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

NORTE, Amália de Proença, "Aos estudantes do 'cruzeiro'", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1937, vol. IV, pp. 151-154.

"Norton quer mais dinheiro! Para quê?", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 18 de Outubro de 1923, IV Ano, N.º 940, p. 1.

"Norton Imperator", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 17 de Outubro de 1923, IV Ano, N.º 939, p. 1.

"Norton de Matos", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: Tip. do Instituto de Cernache do Bom Jardim, Maio-Agosto de 1924, N.º 20, p. 15.

"Norton de Matos", in *O Mundo. Diário republicano*. Porto: 19 de Abril de 1912, N.º 4.170, p. 1.

"Norton de Matos", in *O Mundo. Diário republicano*. Porto: 2 de Junho de 1912, N.º 4.214, p.1.

"Norton de Matos", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 15 de Maio de 1912, p. 1.

"Norton de Matos", in *A Pátria*. Lisboa: 4 de Outubro de 1923, Ano IV, N.º 1.044", p. 1.

"Norton de Matos chegou anteontem a Lisboa", in *A Pátria*. Lisboa: 7 de Outubro de 1923, Ano IV, N.º 1.046, p. 1.

"Norton de Matos", in *A Pátria*. Lisboa: 1 de Novembro de 1923, Ano IV, N.º 1.071, p. 1.

"Norton de Matos visto por Bernardino Machado", in *A República*. Lisboa: 8 de Janeiro de 1955, Ano XLIV, N.º 8.642, pp. 1-2.

"Nós e a China – Macau está ameaçada", in *O Século*. Lisboa: 7 Outubro de 1909, N.º 9.990, p. 1.

"Nossas (As) colónias", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 23 de Outubro de 1923, IV Ano, N.º 944, p. 1.

"Nosso (O) jornal", in *Vida Colonial*. Lisboa: 2 de Maio de 1935, N.º 1, p.3.

"Notícia", in *Heraldo*. Nova Goa: 1 de Setembro de 1908, N.º 2.519, p. 3.

NUNES, José da Costa, "Cartas da China a um amigo do Ocidente II", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 6 de Junho de 1909, 1.º Ano – N.º 23, pp. 1-2.

"Obras do Porto", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 20 de Junho de 1909, 1.º Ano – N.º 25, p. 1.

Oliveira, Ermelinda Teixeira de, "Da Missão 'Pátria' – Zavala, 27 de Abril de 1923", in *Boletim das Missões Civilizadoras*. Cernache de Bom Jardim: Tip. do Instituto de Cernache do Bom Jardim, Janeiro-Janeiro de 1923, N.º 18, pp. 28-30.

Oliveira, Guedes, "Tribuna Livre", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 21 de Outubro de 1923, Ano 55.º, n.º 247, p. 1.

Oliveira, José Osório de, "As Ilhas Crioulas", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dezembro de 1932, n.º 3, pp. 15-19.

Oliveira, José Osório de, "A mestiçagem – esboço duma opinião favorável", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1934, vol. I, pp. 367-369.

Oliveira, José Osório de, "Prova de 'Cretcheu'", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1936.

Oliveira, José Osório de, "A suposta inferioridade do mestiço", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1939, vol. VI.

"Orçamento (O) geral da Província de Angola é uma burla ", in *A Tarde*. Lisboa: 2 de Novembro de 1923, Ano I, N.º 73, pp. 1-2.

"Para Angola – Norton de Matos", in *O Mundo. Diário republicano*. Porto: 1 de Junho de 1912, N.º 4.213, p.1.

Parreira, Carlos, "África, ou a fascinação do diferente", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/SNI, 1934, vol. I, pp. 53-56.

"Passa (O que se) na Índia", in *O Século*. Lisboa: 7 de Outubro de 1901, N.º 7.153, p. 1.

Pereira, António Bernardo de Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa*. Bastorá: Tipografia Rangel, 1940, vol. I.

Pessoa, Carvalho, *A Nossa Legislação Ultramarina. Conferência realizada na SGL – Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

Pimentel, Alfredo de Leão, *Manual do Colono*. Porto: Typ. a vapor de Artur José de Sousa & Irmão, 1902, vol. I – "Noções de Higiene Colonial".

Pimentel, Alfredo de Leão, *Manual do Colono*. Porto: 1905, vol. V – "Zootechnia Colonial. Veterinária".

Pio, Francisco Cipriano, "Clamores do Sertão. Carta aberta ao ex.mo Governador Geral", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 5 de Fevereiro de 1913, N.º 6, p. 5.

Pio, Francisco Cipriano, "Mão de Obra", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 19 de Março de 1913, N.º 12, p. 1.

Pinto, Alexandre Serpa, *Como eu atravessei a África*. Londres: Sampson Low, 1881, 2 vols.

Pinto, Cristóvão, *Leis Modernas de Governo Colonial. Memória apresentada ao Congresso Colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Pira, G., "Gafanhotos", in *Heraldo*. Nova Goa: N.º 1723, de 7 de Dezembro de 1905, p. 1.

Pira, G., "A Agrimensura e a Hidraulica", in *Heraldo*. Nova Goa: 4 de Maio de 1906, N.º 1839, p. 1.

"Pobre Norton de Matos", in *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 30 de Junho de 1913, N.º 26, p. 1.

"Política Colonial", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 24 de Janeiro de 1912, N.º 46, p.1.

"Por Angola", in *O Radical. Diário Republicano Independente*. Lisboa: 10 de Outubro de 1923, IV Ano, N.º 933, p. 1.

"Porto (O) chinês concorrente", in *O Século*. Lisboa: 21 Maio de 1909, N.º 9.851, p. 1.

PORTO, António Silva, *Viagens e apontamentos de um portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986 (leitura com introdução e notas por Maria Emília Madeira Santos).

"Portugal em África. O que diz o 'Times sobre o regime dos altos-comissários", in *A Pátria*. Lisboa: 4 de Setembro de 1923, Ano IV, N.º 1.014, p. 1.

"Portugal no Extremo Oriente", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 18 de Abril de 1909, 1.º Ano – N.º 16, pp. 1-2.

"Problema (O) de Angola", in *A Tarde*. Lisboa: 21 de Janeiro de 1924, Ano I, N.º 133, p. 1.

"Problemas (O) vitais de Angola", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 28 de Outubro de 1923, Ano 55.º, n.º 253, p. 1.

"Programa das Comemorações", in *Boletim Cultural do Huambo*. Nova Lisboa: Serviços Culturais do Município de Nova Lisboa, N.º 15, 1962, pp. 11-17.

"Propaganda colonial: como se exerce no estrangeiro e como entre nós se pratica", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 3 de Abril de 1912, N.º 102, p.1.

"Propósito (A) d'uma consagração. A administração Norton", in *A Tarde*. Lisboa: 24 de Novembro de 1923, Ano I, N.º 92, p. 1.

"Província (A) de Angola", in *Diário de Notícias*. Lisboa, 20 de Março de 1921, N.º 17.818, p. 1.

"Província (A) d'Angola e a Metrópole", in *A Pátria Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 10 de Abril de 1912, p. 1.

"Prudente (O) silêncio do sr. Alto-Comissário", in *A Tarde*. Lisboa: 18 de Janeiro de 1924, Ano I, N.º 130, p. 1.

QUENTAL, Antero de, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Lisboa: Guimarães Editora, 2001.

"Queima de Alcachofras no Bailarico de Angola", in *Preto no Branco*. Luanda: 24 de Abril de 1924, N.º 7, p. 1.

QUEIRÓS, Eça de, "Um Génio que era um Santo", in *Notas Contemporâneas*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1970, pp. 251-288.

QUEIRÓS, Eça de, *Os Maias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

QUEIRÓS, Eça de, e ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas. Crónica mensal da política, das letras e dos costumes*. Cascais: Princípia, 2004 (Coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica).

"Questão de Ambaca. O Sr. Norton de Matos realiza na União Colonial uma interessante conferência", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 16 de Fevereiro de 1912, N.º 63, pp.1-2.

"Questão (A) de Ambaca – O Duelo de Ontem", in *O Século*. Lisboa: 20 de Abril de 1912, N.º 10.903, p. 1.

"Questão (A) da mão-de-obra em Angola", in *A Pátria*. Lisboa: 3 de Outubro de 1923, Ano IV, N.º 1.043, p. 1.

"Questão (A) dos serviçais. Origem da campanha contra a pseudo-escravatura nas nossas colónias", in *A Pátria. Diário Republicano Democrático da Noite*. Lisboa: 27 de Junho de 1912, N.º 171, pp.1-2.

QUINTINHA, Julião, *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931.

QUINTINHA, Julião, "Descobertas Sensacionais no Território de Manica e Sofala", in *ibidem*, Dezembro de 1933, n.º 24, pp. 43-44.

QUINTINHA, Julião, "Huambo", in *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 30 de Setembro de 1928, Número Especial, p. 40.

QUINTINHA, Julião, *No fim da Guerra. Um Sonho*. Lisboa: Ventura Abrantes, 1917.

QUINTINHA, Julião, *Oiro africano. Crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental portuguesa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1929.

QUINTINHA, Julião, *Terras do sol e da febre. Impressões do Congo Belga, Africa Equatorial Francesa,Transvaal, Nyasaland, Taganyka, Zanzibar, Mombaça, Adem e Egipto*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1932.

QUINTINHA, Julião, e TOSCANO, Francisco, *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1930, 2 vols.

RAMOS, Artur, *O negro brasileiro: ethnographia religiosa e psychanalyse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

RAPOSO, Hipólito, *Ana a Kalunga (Os filhos do mar)*. Lisboa: Ottosgráfica, 1926.

"Regimen (O) dos Altos Comissarios", in *Jornal do Comércio*. Luanda: 15 de Outubro de 1921, Ano II, N.º 78, p. 1.

"Resposta (Uma) esmagadora", *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 22 de Dezembro de 1913, N.º 50, p. 1.

"Resultado do Comício", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 2 de Maio de 1909, 1.º Ano – N.º 18, p. 2.

Regulamento Provisório do Trabalho Indigena e Fomento Agricola na Provincia de Angola: aprovado por Decreto de 16 de Julho de 1902. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

REINSCH, Paul, *Colonial Administration*. New York: The Macmillan Company, 1905.

REIS, Artur Alves dos, *Angola e Metrópole: dossier secreto. Fragmentos preciosos para a história da política, da finança e da magistratura portuguesa*. Lisboa: Edição do Autor, 1927.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*. Lisboa: Terra Livre, 1977, 2 vols.

"Repartição (A) de Agrimensura", in *Heraldo*. Nova Goa: 12 de Setembro de 1906, N.º 1.944, p. 1.

Repartição (A) de Agrimensura II", in *Heraldo*. Nova Goa: 13 de Setembro de 1906, N.º 1.945, p. 1.

"Repartição (A) de Agrimensura III", in *Heraldo*. Nova Goa: 19 de Setembro de 1906, N.º 1.950, p. 1.

Report of the Public Instruction in the Bombay Presidency for the Year 1903-1904. Bombay: Government Central Press, 1904.

"Ressurreição da Agrimensura", in *Heraldo*. Nova Goa: 27 de Dezembro de 1907, N.º 2.325, p. 1.

RIBEIRO, José Freitas, "Discurso proferido pelo sr. Freitas Ribeiro na Câmara dos Deputados na sessão de 14 de Fevereiro de 1912", in *Questão de Ambaca*. Lisboa: 1912, pp. 3-11.

ROCHA, Hugo, "No império Português ensina-se a falar a língua de Portugal (um episódio de viagem e os comentários que ele sugere)", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC,1934, vol. I, pp. 181-186.

SALAZAR, António de Oliveira, "As grandes certezas da Revolução Nacional". Discurso pronunciado em Braga, no 10º aniversário do 28 de Maio. *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, vol. II.

SALGARI, Emílio, *A Costa do Marfim*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.ª, s. d.

SANTOS, Carlos Afonso dos, "A Província da Huíla", in *Boletim da Sociedade Luso-africana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Outubro a Dezembro 1932, terceira série, N.º 15, p. 62.

SANTOS, Eduardo dos, *Terras gloriosas do Império. A viagem do Senhor Presidente da República a Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique, União Sul-Africana e Angola (Notas de Reportagem dum Jornalista da Comitiva Presidencial)*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1940.

SANTOS, Fonseca, "Mau Caminho", in *Jornal de Benguela. Semanário defensor dos interesses da rejião*. Benguela: 28 de Maio de 1913, N.º 22, p. 1.

"Saudando!", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 27 de Junho de 1909, 1.º Ano – N.º 26, p. 1.

SÉRGIO, António, "Prefácio", in FREYRE, Gilberto, *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940, pp. 9-27.

SILVA, Carlos da, "O novo regulamento dos serviçais é uma burla", in *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 16 de Setembro de 1912, N.º 30, p. 1.

SILVA, Eduardo Ferreira da, "Cadastro e Colonização de Angola", in *Acção Colonial*. Porto: Ano IV, 3.ª série, N.º 1, Setembro de 1933, p. 5.

SILVA, Marinho da, "Cruzeiro dos velhos colonos", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1940, vol. VII, pp. 235-239.

"Situação (A) bancária em Angola", in *O Primeiro de Janeiro*. Porto: 17 de Janeiro de 1924, Ano 56.º, n.º 14, p. 1.

"Sobre Angola", in *A Pátria*. Lisboa: 11 de Agosto de 1923, Ano IV, N.º 995, p. 1.

SOUSA, Marnoco e, *Administração Colonial. Prelecções feitas ao Curso do 4.º Ano Jurídico do Anno de 1905-1906*. Coimbra: Typographia França Amado, 1905.

"Sr. (O) Norton instituiu o 'Baixo' Comissariado de Angola", in *A Tarde*. Lisboa: 2 de Dezembro de 1923, Ano I, N.º 103, pp. 1-2.

"Sr. (O) Norton de Matos", in Revista Colonial. Lisboa: Novembro de 1921, série II, N.º 5, p. 145.

TAMAGNINI, Eusébio, *Os Problemas da Mestiçagem*. Comunicação ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Porto: Edição da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934

TAVARES, Silva, *Sá da Bandeira. O que sonhou o Império*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1938.

TAVARES, Silva, *Sá da Bandeira. O Soldado*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1938.

Tenreiro, Francisco, "Acerca do diálogo entre a Europa e a África Negra", in *Estudos*. Coimbra: 1959, Fascs. II-III, pp. 2-20.

Terry, Luís, "O Destino Histórico de Portugal", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC, 1935, vol. II, pp. 313-314.

Torres, Nuno de, "Cruzeiros de Férias", in *O Mundo Português*. Lisboa: SPN/AGC 1936, vol. III, pp. 227-230.

"Trabalho Indígena", in *Independente. Semanário Colonial, Literário e de Informação*. Luanda: 22 de Julho de 1912, N.º 22, p. 1.

"Tudo esclarecido", in *A Montanha. Diário republicano*. Porto: 11 de Outubro de 1923, 13.º Ano, N.º 3.999, p. 1.

"Turismo Colonial", in *Turismo. Revista de Hotéis, viagens e actualidades*. Lisboa: Dezembro de 1940, n.º 37.

"União", in *Vida Nova. Semanário Político e Noticioso*. Macau: Domingo, 9 de Maio de 1909, 1.º Ano – N.º 19, p. 1.

União colonial Portuguesa. Apelo aos habitantes das colónias para que com ela cooperem activamente. Lisboa: Tipografia Universal, 1914.

Vasconcelos, Ernesto de, "Questão de Macau", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, 1908, N.º 14, vol. XVIII, pp. 114-117.

Videira, A., "Norton de Matos. Angola e regímen dos altos-comissários", in *A Tarde*. Lisboa: 28 de Setembro de 1923, Ano I, N.º44, p.3.

2. Bibliografia

2.1. Sobre Norton de Matos

Abreu, Rodrigo, *A Vida Preciosa da D. Ester Norton de Matos*. Viana do Castelo: 1958.

Brochado, Idalino da Costa, *O Sr. Norton de Matos e a sua candidatura*. Lisboa: Portugália Editora, 1948.

Casimiro, Augusto, "Nota" in Matos, Rita Mendes Norton de, *Terra e Céu, Flores e Saudades*. Lisboa: 1954, p. 8.

Dáskalos, Maria Alexandre, *A Política de Norton de Matos para Angola*. Coimbra: Minerva-História, 2008.

Dáskalos, Maria Alexandre, "Política económica de Norton de Matos para Angola (1912-1915)" in *Ler História*. Lisboa: ISCTE, 2004, Nº 47.

Durães, António Augusto, *Angola e o General Norton de Matos. Subsídios para a História e para a Biografia*. Melgaço: Edição do Autor, 1976.

Léonard, Yves, "Le générale Norton de Matos (1867-1955). Une «certaine idée du Portugal»", in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Lisboa-Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2000, vol. XXXIX *Biographies*, pp. 191-208.

Luís, Alexandre António da Costa Luís, "As eleições presidenciais de 1949: dois "Portugais" em confronto. Coimbra: *Revista de História das Ideias*, 1994, vol. 16, pp. 283-322.

Marques, A. H. Oliveira, "MATOS (José Mendes Ribeiro Norton de)", in *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 1986, 2.º vol., pp. 960-961.

Matos, Rita Norton de, *Por Terras de Angola. Impressões de Viagem. Quanza-Norte, Malange, Lunda, Moxico e Benguela*. Lisboa: 1934

Matos, Rita Mendes Norton de, *A Família Norton de Mattos*. Ponte do Lima: 1953.

Matos, Rita Mendes Norton de, *Terra e Céu, Flores e Saudades*. Lisboa: 1954.

Mascarenhas, Renato Francisco Antunes, *Norton de Matos. Alto Comissário e Governador--Geral de Angola*. Dissertação de Licenciatura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade Técnica de Lisboa,1970 (policopiada).

Norton, José, *Norton de Matos*. Venda-Nova: Bertrand, 2002.

Norton de Matos (1867-1955). No 25º Aniversário da sua morte. Exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Grémio Lusitano, Junho de 1980.

Pereira, Alcides, "Homenagem da Câmara Municipal de Ponte de Lima no Centenário do Nascimento de Norton de Matos". Ponte de Lima: 1967.

Paulo, Heloísa, e Janeiro, Helena Pinto Janeiro, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949. 60 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

Pimenta, João de Araújo, *Norton de Matos Versus Egas Moniz. Um Duelo Histórico*. Ponte de Lima: Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima, 2005.

Seabra, José Augusto, *Norton de Matos e "O Primeiro de Janeiro"*. Porto: O Primeiro de Janeiro, 1998.

Silva, Armando Malheiro da, e Torgal, Luís Reis, "Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial. Impressões de um diário" in *Actas do IV Encontro Luso-Alemão – Portugal, Alemanha, África. Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, pp. 99-138.

Silva, Armando Malheiro da, e Garcia, José Lima, "Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar", in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1995, vol. 17, p. 349-404.

Silva, Armando Malheiro da, "Norton de Matos", in Oliveira, Eduardo Pires de (coord.), *Vale do Lima*. Braga: Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, 2001, p. 62.

Silva, Armando Malheiro da, e Paulo, Heloisa, "Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso – A construção da colônia ideal e o ideal colonialista", in Paulo, Heloisa, Ramos, Maria Bernardete, e Serpa, Élio, *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001, pp. 279-326.

Silva, Armando Malheiro da, "General Norton de Matos (1867-1955). Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico. O militar, o colonialista e o democrata", in *Revista Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto: Centro de Estudos Africanos, 2003, N.º 6, pp. 173-200.

Silva, Armando Malheiro da, e Norton, José, "O General Norton de Matos e o seu tempo, 1867-1955", in Matos, Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005 (org. de Silva, Armando Malheiro da, e Norton, José), vol. I, pp. 13-44.

Silva, Armando Malheiro da, "A intolerância antimacônica e a resistência (im)possível: Norton de Matos e Fernando Pessoa", in Carneiro, Maria Luiza Tucci, e Croci, Frederico (org.), *Tempos de Fascismos. Ideologia – Intolerância – Imaginário*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2010, pp. 161-179.

Soares, Mário, "Prefácio", in Matos, Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005 (org. de Silva, Armando Malheiro da, e Norton, José), vol. I, pp. 3-11.

2.2. Bibliografia Geral

AA. VV., *Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910)*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1996.

Agenot, Marc, "Jules Verne, the last happy utopianist", in Parrinder, Patrick (dir.) *Science Fiction: a critical guide*. London & New York: Longman, 1979, pp. 18-33.

Albuquerque, Afonso de, *Cartas para D. Manuel I*. Lisboa: Sá da Costa, 2010 (selecção, prefácio e notas de António Baião).

Alexandre,Valentim, "Portugal e a abolição do tráfico de escravos", in *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1991, vol. XXVI (111), pp. 293-333.

Alexandre,Valentim, *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

Alexandre,Valentim, e DIAS, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in Serrão, Joel, e Marques, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X.

Alexandre,Valentim, "A Questão Colonial no Portugal Oitocentista", in Alexandre, Valentim, e Dias, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in Serrão, Joel, e Marques, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 21-132.

Alexandre,Valentim, (coord.), *O Império Africano. Séculos xix-xx*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Alexandre,Valentim, "O Império Africano (séculos xix-xx). As linhas gerais", in ALEXANDRE,Valentim, (coord.), *O Império Africano. Séculos xix-xx*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, pp. 11-28.

Alexandre,Valentim, *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

Alexandre,Valentim, *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2008, vol. 1 (1821-1910).

Almeida, Miguel Vale de Almeida, *Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

Andrade, Luís, e Torgal, Luís Rei, *Feriados em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial Portuguesa (1911-1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ANTUNES, José Freire, *O Factor Africano (1890-1990)*. Venda-Nova: Bertrand, 1990.

ARRUDA, Virgílio, *Evocação de Sá da Bandeira*, in *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa:1982, II série, vol. 27, pp. 357-411.

AXELSON, Eric, *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

BARROS, Víctor, *Campos de concentração em cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

BÉDARIDA, François, *Churchill*. Lisboa: Editorial Verbo, 2006, p. 11.

BELLO, António Pedro de Bellegarde, *João Bello e a Nação*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

BENDER, Gerald J., *Angola sob o domínio Português. Mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

BETTS, Raymond, *Assimilation and Association in French Colonial Theory: 1890-1914*. University of Nebraska Press, 2005.

BIRMINGHAM, David, *Portugal e África*. Lisboa: Vega, 2003.

BIVAR, A. D. H. (compil.), *The Travels of Ibn Battuta*. London: Hakluyt Society, 2000.

BOISSEL, Jean, *Victor Courtet (1813-1867) premier théoricien de la hiérarchie des races*. Paris: PUF, 1972.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *História da Guerra Civil da Patuleia: 1846-1847*. Lisboa: Estampa, 1993.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral: 1847-1851*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Alfragide: Texto Editores, 2010.

BOXER, Charles, *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BOXER, Charles, *Relações raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

BROAHEAD, Susan H., *Historical Dictionary of Angola*. Metuchen: Scarecrow Press, 1992.

CABECINHAS, Rosa, e CUNHA, Luís, "Colonialismo, identidade nacional e representações do 'Negro'" in *Estudos do Século XX*. Coimbra: Quarteto, 2003, n.º 3, pp. 157-184.

CAPELA, José, *Escravatura: a empresa de saque. O abolicionismo (1810-1875)*. Porto: Edições Afrontamento, 1974, 3.ª edição.

CARREIRA, Ernestina, "Índia", in ALEXANDRE,Valentim, e DIAS, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 657-717.

CASTELO, Cláudia, *«O modo português de estar no mundo». O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTILHO, J. M. Tavares, *Manuel Gomes da Costa*. Lisboa: Museu da Presidência da república, 2006.

CATROGA, Fernando, "Positivistas e Republicanos", in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, Lisboa. Temas e Debates: 1998, pp. 101-134.

CATROGA, Fernando, "História e Ciências Sociais em Oliveira Martins", in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 156-157.

CATROGA, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil: uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2010.

CENTEIO, Ivone *As Ilhas de Cabo Verde (1820-1960): a problemática da mestiçagem e a defesa do estatuto de adjacência*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC, 2007 (policopiada).

CLARENCE-SMITH, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.

COOTER, Roger, *The cultural meaning of popular science. Phrenology and the organization of consent in nineteenth-century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

DAVEAU, Suzanne Daveau, "Apresentação", in RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre: 2011, pp. 7-13.

Depoimentos: campanha eleitoral da oposição. Lisboa: Serviços Centrais da Candidatura, 1949.

ELIADE, Mircea, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70.

ESTEVÃO, João, "Cabo Verde", in ALEXANDRE, Valentim, e DIAS, Jill (coord.), *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 167-210.

FANON, Frantz, *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulmeiro, s. d.

FARINHA, Luís, *Cunha Leal. Deputado e Ministro da Republica. Um Notável Rebelde*. Lisboa: Assembleia da República. Divisão de Edições, 2009.

FARINHA, Luís, *O Reviralho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Estampa, 1998.

FERRO, Marc, *História da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa, Edições 70, 1992.

FERRO, Marc, *Histoire des Colonisations. Des conquêtes aux indépendances XIIIe-XXe*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

FREUDENTAHL, Aida Faria, "Angola", in Oliveira Marques (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. XI, pp. 259-467.

GARCIA, José Luís Lima, "A ideia de Império na propaganda do Estado Novo", in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14 – "Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional", pp. 411-424.

GARCIA, José Luís Lima, *A História do* Boletim da Agência-Geral das Colónias/Boletim Geral do Ultramar *e a propaganda colonial. A acção do primeiro Director, Dr. Armando Cortesão (1924-1932)*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, 1997.

GARCIA, José Luís Lima, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*. Dissertação de Doutoramento

apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC, 2011 (policopiada),

Gil, José, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1995.

Gilbert, Martin, *A Segunda Guerra Mundial*. Alfragide: D. Quixote, 2009.

Guagren, Yin, e Rulin, Zhang, *Breve Monografia de Macau*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Autónoma de Macau, 2009.

Guimarães, Ângela, *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

Hammond, Richard, *Portugal and Africa (1815-1910). A study in uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

Harvey, Robert, "Robert Clive", in Roberts, Andrew (ed.), *The Art of War. Great Comanders of the Modern World*. Quercus, 2009, pp. 100-107.

Homem, Amadeu Carvalho, "Do 'Iluminismo' ao Positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua obra". Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.

Homem, Amadeu Carvalho, "Memória sobre as causas do Ultimato Inglês de 1890", in *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985, vol. LXI, pp. 453-471.

Homem, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana. 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

Homem, Amadeu Carvalho, "O Ultimatum Inglês de 1890 e a opinião pública", in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14 – "Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional", pp. 281-296.

Homem, Amadeu Carvalho, e Ramires, Alexandre, *Memorial Republicano*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2012.

Horta, José da Silva, "A imagem do Africano pelos portugueses antes dos contactos", in Ferronha, António Luís (coord.), *O Confronto do Olhar. O encontro dos povos na época das Navegações Portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

Iyer, Lakshmi, "Direct versus indirect colonial rule in India: long-term consequences", in *The Review of Economics and Statistics*. November 2010, Vol. XII, N.º 4, pp. 693-713.

Jerónimo, Miguel Bandeira, *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

João, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

Keegan John, *Uma História da Guerra*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

Ki-Zerbo, Joseph, *História da África Negra*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999, vol. I.

Leal, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

Lemos, Mário Matos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

Léonard, Yves"A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930)", in Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, vol. 4, pp. 536-550.

LÖWITH, Karl, *O Sentido da História*. Lisboa: Edições 70, 1991.

LUCAS, Maria Manuela, "A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)", in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 1992, vol. 14 – "Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional", pp. 297-324.

LUCAS, Maria Manuela, "Organização do Império", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 285-311.

MABILAT, Claire, *Orientalism and Representations of Music in the Ninetteeenth-Century British Popular Arts*. Aldershot: Ashgate, 2008.

MARGARIDO, Alfredo, "Prefácio" in TORRES, Adelino, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher, 1991, pp. 7-21.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1975, 2.ª ed.

MARQUES, A. H. de Oliveira, "Introdução", in MARQUES, A. H. de Oliveira, (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 19-94.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983, 2.ª ed.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa. Para uma visão estrutural*. Lisboa: Livros Horizonte, s. d.

MARQUES, João Pedro, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

MARQUES, João Pedro, *Sá da Bandeira e o fim da escravidão: vitória da moral, desforra do interesse*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008.

MARQUES, José Frederico Ferreira, *O passado e o presente da mais antiga colónia*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d.

MARQUES, Maria Adelaide, "Mascarenhas, Estêvão Jeremias", in MÓNICA, Maria Filomena, *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005, vol. II (D-M), pp. 785-786.

MARTINS, Rui Cunha, "Das Fronteiras da Europa às fronteiras da ideia de Europa (o argumento paradigmático e o argumento integrador)", in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Ideias de Europa. Que Fronteiras?* Coimbra: Quarteto, 2004, pp. 35-42.

MARTINS, Rui Cunha, *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo*. Coimbra: Almedina, 2008.

MATOS, Helena, *Salazar. A Construção do Mito (1928-1933)*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vols. V e VI.

MEDEIROS, Carlos Alberto, "Os exploradores africanos do último quartel do século XIX", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, vol. IX "A Monarquia Constitucional", pp. 189-198.

MIKKELI, Heikki, *Europa, Storia di un'ideia e di un'identitá*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2002.

MILLIN, Sarah Gertrude, *Cecil Rhodes*. London: Chatto & Windus, 1933.

MILZA, Pierre, *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Edições 70, 2007.

MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas: de 1822 ao texto actual da Constituição*. Lisboa: Petrony, 1992, 3.ª edição.

MOREIRA, Adriano, Prefácio", in CORVO, João Andrade Corvo, *Perigos. Portugal na Europa e no Mundo*. Porto: Fronteira do Caos, 2005, pp. 7-14.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A guerra religiosa na I República*. Cruz Quebrada: Notícias, 2004.

MOUTINHO, Mário, *O Indígena no Pensamento Colonial Português (1895-1961)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

NASCIMENTO, Augusto, "S. Tomé e Príncipe até meados d Oitocentos: o predomínio dos ilhéus", in ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 269-318.

NAVARRO, Bruno, *Governo de Pimenta de Castro. Um General no Labirinto Político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.

NETO, Sérgio, *Colónia Mártir, Colónia Modelo. Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

NETO, Sérgio, "Periódicos de temática ultramarina – cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)", in *Estudos do Século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade Coimbra, 2008, n.º 8, pp. 317-328.

NEWBY, Eric, *O Livro dos Viajantes*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.

NEWITT, Malyn, *Portugal in Africa. The Last Hundred years*. London: C. Hurst & Co., 1981.

NOBRE Eduardo, *Duelos e Atentados*. Lisboa: Quimera, 2004.

NORA, Pierre (dir.), *La Nation*. Paris: Éditions Gallimard, 1986, vol. II – "Les Lieux de Mémoire".

NOUSCHI, Marc, *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva-História, 2006.

Ó, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1949)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau, 2002.

OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro. Uma Biografia Política*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2000.

OLIVIER, Ihl, *La fête républicaine*. Paris: Gallimard, 1996.

OZOUF, Mona, *La fête révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Gallimard, 1989.

PAIXÃO, Braga, *Sá da Bandeira, na pasta da Marinha*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1976.

PAKENHAM, Thomas *The scramble for Africa: 1876-1912*. London: Weindenfeld and Nicolson, 1991.

PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva-História, 1994.

Pélissier, René, *Histórias das Campanhas de Angola*: *Resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, 2 vols.

Pélissier, René, *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987-1988, 2 vols.

Pélissier, René, *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936*). Lisboa: Editorial Estampa, 1989, 2 vols.

Pélissier, René, *Timor em Guerra. A Conquista Portuguesa (1847-1913)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.

Pereira, Ana Leonor, *Darwin em Portugal. Filosofia, História, Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001.

Pereira, Pedro Marçal de Vaz, *As Missões Laicas em África na 1ª República em Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 2013, 2 vols.

Picchio, Luciana Steganano, *Mar Aberto. Viagens dos Portugueses*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

Pimenta, Fernando, *Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: MinervaCoimbra 2005,

Pimenta, Fernando, *Portugal e o Século xx. Estado-Império de Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

Pinto, António Costa, "O Fascismo e a Crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923)", in *Penélope*. Lisboa: Junho de 1989, N.º 3, pp. 44-62.

Pires, Leonor Martins, *Um império de papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2012.

Poliakov, Léon, *O Mito Ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. S. Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

Poliakov, Léon, *The History of Anti-Semitism*. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 2004, 4 vols.

Portela, Artur, *Os Grandes Duelos de Portugal*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, s. d.

Proença, Maria Cândida, "A Questão Colonial", in Fernando Rosas, e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 503-521.

Proença, Maria Cândida, *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: D. Quixote, 2008, vol. II (1910-1926).

Proença, Maria Cândida, *A questão religiosa no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 2011, vol. II (1910-1926).

Reis, Célia, "Índia", in Marques, A. H. Oliveira (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in Serrão, Joel, e Marques, A. H. Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. XI, pp. 585-662.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares, *A Ideia de Europa, Uma perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto, 2003.

Ribeiro, Orlando, *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional--Casa da Moeda, 1981.

Ribeiro, Orlando, *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Ribeiro, Orlando, *Goa em 1956. Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre: 2011.

Rosa, António Augusto, A República *em duas eleições presidenciais: 1949 e 1951*. Trabalho de Seminário apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: 1998.

Rosas, Fernando, "Da ditadura militar ao Estado Novo: a 'longa marcha' de Salazar", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. VII, pp. 151-241.

Rosas, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.

Rosas, Fernando, Barros, Júlia Leitão, e Oliveira, Pedro (org.) *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política (1926-1955)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

Rosas, Fernando, e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Said, Edward, *Orientalismo*. Lisboa: Edições Cotovia, 2004.

Saldanha, António Vasconcelos de, *O Tratado Impossível. Um exercício de diplomacia luso--chinesa num contexto internacional em mudança (1842-1887)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

Saldanha, António Vasconcelos de, *Negociações e Acordos Luso-Chineses sobre os Limites de Macau no Século xix. Contribuição para a compreensão dos actuais limites da região administrativa especial de Macau da República Popular da China*. Lisboa: Instituto do Oriente – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Internacional de Macau, 2010.

Saldanha, António Vasconcelos de, "Apresentação e Introdução", in Joaquim José Machado, *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. (Apresentação e Introdução por António Vasconcelos de Saldanha e Leitura do Manuscrito e Introdução Literária de Carmen Radulet). Macau: Fundação de Macau, 1999, pp. 15-45.

Santos, Joaquim António Fernandes dos, *Do Império da Raça à «Raça do Império». Etnicidade e Colonialismo (1870-1914)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: (policopiada).

Sarkin-Hughes, Jeremy, *Colonial genocide and reparations claims in the 21st century: the socio-legal context of claims under international law by the Herero against Germany for genocide in Namibia (1904-1908)*. Westport: Praeger Security International, 2009.

Seabra, Jorge, "Imagens do Império: o caso Chaimite, de Jorge Brum do Canto", in Torgal, Luís Reis, (coord.), *O Cinema sob olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 235-273.

Serra, João B., "A evolução política (1910-1917)", in Rosas, Fernando, e Rollo, Maria Fernanda (coord.), *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009, pp. 93-128.

Silva, António Correia e, *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia-Mindelo: Centro Cultural Português, 1998.

Silva, António Correia e, *Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

SILVA, António Martins da, "A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo", in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 89-105.

SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Museu da Presidência da República, 2006, 2 vols.

SILVA, Helena Moreira, *Monarquia do Norte 1919*. Lisboa: Quidnovi, 2005.

SILVEIRA, Joel Frederico, "Guiné", in ALEXANDRE, Valentim, e DIAS, Jill (coord.) *O Império Africano 1825-1890*, in SERRÃO, Joel, e MARQUES, (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. X, pp. 211-267.

SOUSA, João Tiago de, *Costa Brochado: um intelectual orgânico do Regime Salazarista*. Coimbra: Mar da Palavra, 2004.

SOUSA, Pedro Miguel, *O Colonialismo de Salazar*. S. l.: Via Occidentalis, 2008.

STOICA, Alina, *Relatii diplomatice româno-portugheze (1919-1933). Martinho de Brederode – ambasador la Bucuresti*. Oradea: Editura Universitatii din Oradea, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês", in *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, vol. XXIII (98), p. 687-719.

TELO, António José "Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891)", in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*. Alfragide: Ediclube, 1998, vol. IX "A Monarquia Constitucional", pp. 199-218.

TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*. Coimbra: Minerva-História, 1989.

TORGAL, Luís Reis, (coord.), *O Cinema sob olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

TORGAL, Luís Reis, "'Muitas Raças, uma Nação' ou o mito do Portugal multirracial na 'Europa' do Estado Novo", in *Estudos do Século XX*. Coimbra: Quarteto, 2002, N.º 2, pp. 147-165.

TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

TORGAL, Luís Reis, "De l'Empire atlantique eurafricain au communauté des pays de langue portugaise. Réalité, mythe et utopie", in *Materiaux pour l'histoire de notre temps*. Nanterre: Janvier-Mars, 2005, N.º 77, pp. 61-67.

TORRES, Adelino, "As contradições do paradigma colonial" in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996, vol. 2, pp. 101-120.

TORRES, Adelino, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

TORRES, Adelino, "Escravatura e economia colonial. O fracasso do Liberalismo", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996, vol. 1, pp. 495-506.

VALENTE, Vasco Pulido, "Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um Conservador", in *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, vol. XXXVI (160), pp. 767-802.

VALENTE, Pulido, *Portugal. Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2009.

VENÂNCIO, José Carlos, *O Facto Africano. Elementos para uma Sociologia de África*. Lisboa: Vega, 2000.

VIEIRA, Amândio de Sousa (selecção de fotografias e recolha de textos), *Ponte de Lima. Outros tempos (1858-1949)*. Ponte de Lima: 1994.

VILLON, Victor, *O mundo português que Gilberto Freyre criou*. Rio de Janeiro : Usina de Letras, 2010.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

WESSELING, Henri, *Les empires coloniaux européens (1815-1919)*. Paris: Gallimard, 2009.

WILENSKY, Alfredo Héctor, *Tendencias de la Legislación Ultramarina Portuguesa en Africa*. Braga: Editora Pax, 1968.

2.3. Documentos em Formato Digital / Na Internet

ALVES, Jofre, "General Norton de Matos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII" http://abril-de-novo.blogspot.pt e http://escavar-em-ruinas.blogs.sapo.pt

ARAÚJO, Amadeu Gomes de, *Boletim das Missões Civilizadoras – Nota Histórica* http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1012&lang=1&artigoID=231

BATISTA, Elisabeth, "Entre o Índico e o Atlântico: Incursões literárias de Maria Archer", in *Revista Crioula. Revista electrónica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em estudos Comparados de Literaturas da Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo*

http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/01/Dossie/02.pdf

FERRÃO, Nuno Sotto Mayor, "A crise colonial em Angola e em Moçambique no debate político" http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/32944.html

FERRÃO, Nuno Sotto Mayor, *O debate político da autonomia colonial (1926-1930) no contexto da ditadura militar*, in http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/34036.html

FERRÃO, Nuno Sotto Mayor, *A ideia federalista do general José Maria de Norton Matos no contexto da política colonial da década de 1930*, http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/37715.html

MADEIRA, Luís Filipe, "Finanças públicas e política colonial: a estrutura oculta (1950-1974)", in ROQUE, Ana Cristina, SEIBERT, Gerhard e MENDES, Vítor Rosado (coord.), *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, 2012, pp. 217-232

TORRES, Adelino, "Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-30)", http://www.adelinotorres.com/trabalhos/AngolaConflitospoliticosesistemasocial_1928-1930.pdf

3. Sites

http://debates.parlamento.pt/
(Debates Parlamentares)

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/
(Hemeroteca Digital)

http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt/source/presentation/pag.php?pag=0
(Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar)

http://memoria-africa.ua.pt
(Memória de África da Fundação Portugal-África)

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIRECÇÃO: MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

«História Contemporânea» é, como todos sabem (sobretudo os historiadores), um conceito lato e ambíguo. É, sempre, no entanto, um «conceito que regressa» e que, por isso, se mantém firme no vocabulário historiográfico. Portanto, continuou-se a adoptá-lo nesta Colecção de carácter geral sobre a história do século XX, e também, por um lado, do século XIX, sempre presente no espírito dos historiadores contemporaneístas, e mesmo, por outro lado, do século XXI, que começa a assomar no horizonte de uma História que se deseja cada vez menos como um passado sem vida e cada vez mais como um processo de interpretação que inclui a reflexão sobre a actualidade. Mas, esta visão não supõe uma concepção «presentista» e ideológica, porque se deseja sobretudo que a História seja uma Ciência, mesmo que se admita – como Le Goff – que ela o é, mas «não é uma ciência como as outras».

A Colecção «História Contemporânea» – que se juntará a outras séries de publicações do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra – integrará, pois, estudos de variadas temáticas, concepções, objectivos e desenvolvimentos, sobre os últimos séculos da História.

Desta forma, pretende-se situar a História num espaço de «intervenção» (no sentido em que a Ciência é *intervenção*), e numa luta que, de algum modo, prolonga a temática do colóquio do décimo aniversário do CEIS20, «Outros Combates pela História», cujo título se inspirou numa obra clássica de Lucien Fèbvre.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

· U C ·

pombalina
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Do Minho ao Mandovi: um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos

Author(s: Neto, Sérgio

Published by: Imprensa da Universidade de Coimbra

Persistent URL: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/39869

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1173-0

Accessed : 6-Mar-2020 15:20:01

The browsing of UC Digitalis, UC Pombalina and UC Impactum and the consultation and download of titles contained in them presumes full and unreserved acceptance of the Terms and Conditions of Use, available at https://digitalis.uc.pt/en/terms_and_conditions.

As laid out in the Terms and Conditions of Use, the download of restricted-access titles requires a valid licence, and the document(s) should be accessed from the IP address of the licence-holding institution.

Downloads are for personal use only. The use of downloaded titles for any another purpose, such as commercial, requires authorization from the author or publisher of the work.

As all the works of UC Digitalis are protected by Copyright and Related Rights, and other applicable legislation, any copying, total or partial, of this document, where this is legally permitted, must contain or be accompanied by a notice to this effect.

pombalina.uc.pt
digitalis.uc.pt